

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Marcelo Arioli Heck

ESPAÇO PÚBLICO E AS MANIFESTAÇÕES URBANAS

O caso de Porto Alegre: Cartografias e Discursos

Porto Alegre
2015

Marcelo Arioli Heck

ESPAÇO PÚBLICO E AS MANIFESTAÇÕES URBANAS

O caso de Porto Alegre: cartografias e discursos

Trabalho de dissertação apresentado à banca do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

Porto Alegre
2015

CIP - Catalogação na Publicação

Heck, Marcelo Arioli

Espaço Público e as Manifestações Urbanas. O caso de Porto Alegre: Cartografias e Discursos / Marcelo Arioli Heck. -- 2015.
352 f.

Orientador: Eber Pires Marzulo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Espaço Público. 2. Manifestações Urbanas. 3. Discurso. 4. Evento. 5. Cartografia. I. Marzulo, Eber Pires, orient. II. Título.

Marcelo Arioli Heck

ESPAÇO PÚBLICO E AS MANIFESTAÇÕES URBANAS

O caso de Porto Alegre: cartografias e discursos

Dissertação submetida à banca do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em: ____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo
(orientador - PROPUR/UFRGS)

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo
(IPPUR - UFRJ)

Prof. Dr. Leandro Marino Vieira Andrade
(Departamento de Urbanismo/UFRGS)

Prof^ª Dr^ª Heleniza Ávila Campos
(PROPUR/UFRGS)

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Dados estatísticos sobre a leitura <i>online</i> dos jornais..... | 81 |
| Figura 2 - Cartografia dos discursos relacionados ao Massa Crítica..... | 89 |
| Figura 3 - Cartografia de aproximação dos discursos relacionados ao Massa Crítica | 90 |
| Figura 4 - Cartografia dos discursos relacionados ao Vaga Viva | 92 |
| Figura 5 - Cartografia dos discursos relacionados ao Largo Vivo | 93 |
| Figura 6 - Cartografia dos discursos relacionados ao Defesa Pública da Alegria..... | 95 |
| Figura 7 - Cartografia dos discursos relacionados aos protestos do Bloco de Luta pelo Transporte Público..... | 98 |
| Figura 8 - Ampliação de destaque para o princípio das manifestações do BLTP originadas na Prefeitura Municipal | 100 |
| Figura 9- Cartografia geral dos eventos | 154 |
| Figura 10 - Foto de um evento no Largo Glênio Peres. | 249 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Imagens de referência para definição dos símbolos das cartografias | 72 |
| Tabela 2 - Número de seguidores das páginas do veículo nas redes sociais. | 82 |
| Tabela 3 - Levantamento das edições do evento Vaga Viva em Porto Alegre. | 219 |
| Tabela 4 - Relação de edições analisadas do Massa Crítica | 342 |
| Tabela 5 - Relação de edições analisadas do Vaga Viva | 343 |
| Tabela 6 - Relação de edições analisadas do Largo Vivo | 344 |
| Tabela 7 - Relação de edições analisadas do Defesa Pública da Alegria | 347 |
| Tabela 8 - Relação de edições analisadas dos protestos organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público | 348 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres
ANJ – Associação Nacional de Jornais
ATP – Associação dos Transportadores de Passageiros de Porto Alegre
BLTP – Bloco de Luta pelo Transporte Público
CONLUTAS – Central Sindical Popular
CPERS – Centro dos Professores do Estado do RS
CPC – Comitê Popular da Copa
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAFA – Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS
DCE – Diretório Central de Estudantes
DPA – Defesa Pública da Alegria
EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação
FeNEA – Federação Nacional das Entidades Estudantis de Arquitetura
FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*
FMB – Fórum Mundial da Bicicleta
FSM – Fórum Social Mundial
FST – Fórum Social Temático
GPIT – Grupo de Pesquisa Imagem, Identidade e Território
GPMC – Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
LLV – Linguagem, Língua e Voz
LV – Largo Vivo
MC – Massa Crítica
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento Sem Terra
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
NMS – novos movimentos sociais
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

)

PPP – Parcerias Público-Privadas

PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

RBS – Rede Brasil Sul de Comunicação

RS – Rio Grande do Sul

SMIC – Secretaria Municipal da Indústria e Comércio

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TJ – Tribunal de Justiça

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

VV – Vaga Viva

ZH – Zero Hora

RESUMO

O trabalho trata da relação entre o espaço público e as manifestações urbanas analisadas a partir dos protestos ocorridos na cidade de Porto Alegre, RS, entre 2010 e 2014. A fim de construir teoricamente o problema de pesquisa, realiza-se uma discussão conceitual com foco em espaço e espaço público. Faz-se uma explanação sobre o conceito de evento para chegar ao estado da arte quanto ao tema das manifestações no Brasil a partir de autores contemporâneos. A relação política dos discursos e da cartografia é inserida nas definições teóricas, fundamentando conceitualmente a análise de discurso, técnica de pesquisa utilizada no método. Com esta abordagem foi possível estabelecer a relação entre as manifestações urbanas e a noção de espaço público através do conceito de direito à cidade. O objetivo geral é investigar a concepção dos espaços públicos sustentada pelos discursos dos atores das manifestações urbanas. Para tal são pesquisados os atores e suas agendas, a apropriação dos espaços públicos pelos manifestantes, a disputa espacial e política através dos discursos e das cartografias de percursos e espaços das manifestações. Para realizar a análise foram selecionados cinco movimentos da cidade: Massa Crítica, Vaga Viva, Largo Vivo, Defesa Pública da Alegria e os protestos organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, definidos teoricamente como novos movimentos sociais. A partir da análise de discurso dos manifestantes e de dois jornais (Zero Hora e Sul21), discorre-se sobre a construção de significados e signos de espaço público, a constituição de atores e a relação entre os eventos tanto intra quanto interdiscursivamente. A análise de discurso verifica a constituição de poder desde a relação social contextualizada, de modo que o pesquisador é o intérprete, contribuindo para a construção de uma articulação entre linguagem e sociedade. Espacialmente são construídas cartografias dos discursos, proporcionando uma análise da ocupação de espaço de cada movimento para verificar a relação destes com os conceitos utilizados. Nas considerações finais apresenta-se a construção da rede de organizações entre os distintos eventos analisados, estruturada pela semelhança entre seus atores, tanto conceitualmente, a partir de disputas por políticas públicas, quanto no campo das disputas discursivas, momento em que distintas definições sobre atores, objetivos e espaços são realizadas. A teoria exposta ensaia estas relações de poder associadas a práticas urbanas, confirmadas nas considerações finais tanto no cerne de cada movimento social quanto de modo integrado à rede de acontecimentos configurando-se em um evento único.

Palavras-chave: Espaço público. Manifestações urbanas. Evento. Discurso. Cartografia.

ABSTRACT

This paper is about the relation between the public space and the urban manifestations analyzed from the protests occurred in Porto Alegre, RS, between 2010 and 2014. In order to build the subject problem, a conceptual discussion is conducted, which is focused on the space and the public space. An explanation is made about the event concept to reach the art of state of the theme about the manifestations in Brazil through the perspective of contemporary authors. The politics relation of the speeches and the cartography are inserted in theoretical definitions, being a conceptual base of the speech analyses, research technique used in the method. Within this approach, it was possible to establish the relationship between the urban manifestations and the notion of public space, through the concept of entitlement to the city. The general objective is to investigate the public spaces conception supported by the speeches of the actors in the urban manifestations. To accomplish this, the actors and their agendas are researched, the appropriation of the public spaces by the protesters, the territorial and political dispute trough the speeches and the cartography of the routes and manifestations spaces. To perform the review, five city movements were elected: Massa Crítica, Vaga Viva, Largo Vivo, Defesa Pública da Alegria and the protests organized by Bloco de Luta pelo Transporte Público, defined theoretically as the new social movements. From the analysis of the protesters' speech and two selected newspapers (Zero Hora and Sul21), there is a discussion about the build of meanings and signs of the public space, the constitution of actors and the relationship between the events both through an intra and inter-discourse way. The review of the speech verifies the power constitution from the social relation contextualized, in a way in which the researcher is the analysis agent, contributing to the built of an articulation between language and society. Spatially, cartographies of the speeches are built to provide an analysis of the space occupation of the each movement, in order to verify the relation of these with the concepts that were used. In the final considerations, the built of the network of the organizations are presented among the different events analyzed in the field of discursive disputes. The exposed theory attempts to the relations of power associated to urban practices both in the inner center of each social movement and the integrated mode of events chain, resulting in a single event.

Keywords: Public space. Urban manifestations. Event. Discourse. Cartographic.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO: MANIFESTAÇÕES URBANAS E O DIREITO À CIDADE | 14 |
| 1 ESPAÇO, EVENTO E DISCURSO: APONTAMENTOS TEÓRICOS | 22 |
| 1.1 DO ESPAÇO AO ESPAÇO PÚBLICO..... | 23 |
| 1.2 EVENTO ENQUANTO ACONTECER HISTÓRICO..... | 34 |
| 1.3 ESPAÇO PÚBLICO NAS MANIFESTAÇÕES URBANAS..... | 40 |
| 1.4 DISCURSO E CARTOGRAFIA: AFIRMAÇÕES POLÍTICAS | 46 |
| 2 MANIFESTAÇÕES URBANAS EM PORTO ALEGRE, RS: ESTUDO DE CASO.. | 51 |
| 2.1 RUPTURA DO SENSO COMUM E A ANÁLISE DE DISCURSO | 52 |
| 2.2 APRESENTAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES URBANAS EM PORTO ALEGRE..... | 58 |
| 2.3 DISCURSO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE..... | 62 |
| 2.4 O DISCURSO DOS JORNAIS E O MÉTODO DE PESQUISA | 65 |
| 3 DISCURSOS SOBRE O ESPAÇO: A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO..... | 74 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DISCURSIVOS | 74 |
| 3.1.1 Posição do intérprete | 75 |
| 3.1.2 Posição do sujeito do jornal impresso Zero Hora..... | 78 |
| 3.1.3 Posição do sujeito do jornal digital Sul21 | 81 |
| 3.2 ESPACIALIZAÇÕES E SIGNIFICADOS | 85 |
| 3.2.1 Espacializações dos discursos de disputa simbólica | 87 |
| 3.2.2 Espacializações dos discursos de conflito político..... | 94 |
| 3.2.3 Significados nos discursos do jornal Zero Hora..... | 102 |
| 3.2.4 Significados nos discursos do jornal Sul21 | 111 |
| 4 DISPUTAS PELO SENTIDO: O DISCURSO DOS JORNAIS..... | 123 |
| 4.1 SENTIDOS DOS SIGNIFICADOS NO SUL21 PARA O JORNAL ZERO HORA..... | 124 |
| 4.2 SENTIDOS DOS SIGNIFICADOS NA ZERO HORA PARA O JORNAL SUL21 | 129 |
| 4.3 RELAÇÕES ENTRE MANIFESTAÇÕES: OUTROS DISCURSOS..... | 136 |
| 5 DAS DISPUTAS DISCURSIVAS AO ESPAÇO PÚBLICO | 143 |
| 5.1 DISPUTAS DISCURSIVAS SOBRE OS EVENTOS: A CONSTRUÇÃO DO SIGNO | 143 |
| 5.2 O ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO DE DISPUTA POLÍTICA | 159 |
| REFERÊNCIAS | 171 |
| REFERÊNCIAS BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO | 175 |
| REFERÊNCIAS DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA | 187 |
| REFERÊNCIAS LARGO VIVO | 192 |
| REFERÊNCIAS MASSA CRÍTICA..... | 193 |
| REFERÊNCIAS VAGA VIVA | 197 |
| ANEXO I - DISCURSOS DE MANIFESTAÇÕES DE DISPUTA SIMBÓLICA | 199 |
| ANEXO II - DISCURSOS DE PROTESTOS DE CONFLITO POLÍTICO..... | 244 |
| ANEXO III – TABELA DE EVENTOS DAS REDES SOCIAIS | 341 |

INTRODUÇÃO: MANIFESTAÇÕES URBANAS E O DIREITO À CIDADE

O ano de 2013 ficou marcado no Brasil pelas manifestações urbanas ocorridas especialmente entre os meses de maio e julho. Nacionalmente os temas que impulsionaram os protestos foram relativos ao aumento das tarifas municipais de transporte público e pela contestação de políticas relacionadas à Copa do Mundo FIFA, organizada para ocorrer no ano seguinte. No transcorrer dos atos, a partir do significativo aumento do número de participantes, novas demandas passaram a ser explanadas, relacionadas a temas como moradia, saúde, demarcações territoriais, educação e democratização da mídia.

A partir deste marco histórico gerou-se um grande debate acerca das interpretações sobre o que dizem as vozes da rua. O que significa esta ampliação de pautas evidenciadas a partir do momento em que os protestos já haviam se materializado? O que se pode tirar do processo em si, do ato de praticar a política na rua? Do compartilhar o espaço público coletivamente com uma finalidade comum, que impulsionaram novas demandas ou despertaram e reanimaram agendas anteriores? Pode-se analisar qual a origem ou precedentes destes atos? Segundo Maricato (2013, p. 20) "quem acompanha de perto a realidade das cidades brasileiras não estranhou as manifestações", visto que "no Brasil é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades." (MARICATO, 2013, p. 20). Esta afirmação vai ao encontro das formulações de autores como David Harvey (2013), Calos Vainer (2013) e Slavoj Zizek (2013), os quais sustentam que o grande tema das manifestações ocorridas no século XXI diz respeito ao direito à cidade, conceito formulado em 1968 por Henri Lefebvre, que defende o resgate do homem como principal protagonista da metrópole, local que propicia o ponto de encontro para a vida coletiva (HARVEY, 2013c).

Face à popularidade do tema é natural que diversas abordagens e leituras sejam construídas sobre os acontecimentos e a partir deles, fazendo com que o debate seja ampliado e novos temas, incorporados. Por conseguinte, enquanto alguns iam às ruas com cartazes com a frase o gigante acordou, remetendo a um discurso de que os protestos explicitavam a insatisfação da população perante a política nacional e a corrupção, outros contestavam esta afirmação, dizendo que a periferia nunca havia dormido (JESUS JÚNIOR, 2014). Esta última visão traz à tona uma revolta popular, não com a política de um modo geral (que se caracteriza pelo emprego de pautas genéricas, sem apresentar os pontos de conflito), mas com um maior incentivo político a favor das grandes empresas, dos grandes empreendimentos e, por fim, dos megaeventos.

De fato, a pluralização dos temas fez com que as análises dos protestos de junho, tanto pela mídia quanto pelos manifestantes, apresentasse uma perda de foco e de objetivos, como se estivesse vazia conceitualmente. No entanto, este trabalho de dissertação segue a linha de raciocínio exposta anteriormente por Maricato (2013), relacionando estas, que foram as maiores manifestações nacionais desde o movimento dos caras-pintadas, a atos anteriores aos de 2013 com enfoque semelhante: a questão urbana e o direito à cidade.

No caso das manifestações urbanas de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, se por um lado a multiplicidade de temas aparentava um pensamento popular difuso, a organização dos movimentos e a forma de atuação sempre se mantiveram constantes e análogas a movimentos similares que ocorrem em nível nacional e internacional. Nesta capital, o tema central dos grandes protestos foi o aumento da passagem do transporte coletivo, levando milhares de pessoas às ruas em uma articulação política que, mesmo após o seu declínio de participação, interpenetrou-se em outros eventos seja por semelhança de pautas, pelo modo de articulação ou pelos atores envolvidos. Dentre os temas levantados nas manifestações e contidos no direito à cidade, estabeleceu-se especial relação entre as manifestações urbanas e os espaços públicos, o que se deve a um duplo modo de abordar a questão: 1) por sua pauta, a luta pelo direito ao uso do espaço público, expressa na reivindicação relacionada ao transporte público através da garantia do direito de ir e vir, com passagens mais acessíveis, e pela melhoria do serviço, tendo como horizonte de expectativa a gratuidade; 2) pela forma, a ocupação de vias e praças, públicas por princípio (MARZULO, 2013).

Essa abordagem faz com que se possa estabelecer uma relação direta entre as manifestações urbanas e a noção de espaço público, pois se:

[...] O direito à cidade é um grito, uma demanda, então é um grito que é ouvido e uma demanda que tem força na medida em que existe no espaço a partir do qual e dentro do qual esse grito e essa demanda são visíveis. No espaço público - nas esquinas ou nos parques, nas ruas durante as revoltas e comícios - as organizações políticas podem representar a si para uma população maior. (HARVEY, 2013a, p. 17).

Analisando através desta perspectiva, tem-se a configuração das cidades a partir dos espaços públicos, estabelecidos como lugar dos encontros e das trocas. Destes destacam-se os espaços centrais da cidade, especialmente os situados nos centros históricos, consolidados como ponto central de sua constituição (ARENDRT, 2002 [1993]). Estuda-se a ocupação de espaços públicos como representação da ocupação e apropriação da urbe, considerando que a ideia de espaço público é intrínseca às manifestações.

Nas mobilizações estudadas aqui, a centralidade dos atos fica evidente. Isso se dá não só pela relevância histórica (e, por isso, simbólica) que a região central representa para as cidades, mas também por esta região concentrar os equipamentos de comércio, serviços e, em especial, o poder. Neste sentido, o fato é que “não existe realidade urbana [...] sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os objetos e sujeitos” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 32). Através daí relaciona-se o centro como centro de poder, em especial de poder político, de modo a associar diretamente os conceitos de política e de espaço, relação explicitada a partir do espaço público.

Para atrelar a noção de espaço público com as mobilizações urbanas utiliza-se a noção de evento, definido por Milton Santos (1999), como categoria de análise. Através dele é possível unir tempo e espaço, trabalhando com a noção de *espaçotempo*, mirando "o futuro como projeto, o passado como realização já produzida" (SANTOS, 1999, p. 15) e o espaço como objeto dialético, considerando a ocupação do espaço público agenda e *práxis* das manifestações. Esta noção de evento faz-se apropriada para a relação entre as noções de espaço público e manifestações à medida que permite comparar os acontecimentos contextualizados com seu tempo e a sua espacialidade, permitindo que, a partir da terminologia conceitual, chegue-se a um caso permeado pela relação entre acontecimentos nacionais e internacionais, construindo a trama histórica das manifestações urbanas.

Reforça-se aqui que o enfoque do estudo são as mobilizações políticas como manifestações urbanas organizadas e realizadas no espaço público, uma vez que, desde a constituição das cidades, há pessoas ocupando estes espaços, as quais não convertem, necessariamente, essa prática em uma agenda ou pauta política. O fato de ocupar o espaço público no cotidiano é vital para as cidades, mas não repercute em uma ação política contestatória. Do mesmo modo, as manifestações sempre fizeram parte da constituição das sociedades e das cidades, não havendo elementos novos neste sentido. O que se pesquisa aqui são casos recentes de mobilizações que têm como elemento central a questão urbana e apresentam uma forma distinta de experimentação da vida urbana na forma de questionamento da política vigente, distinta de movimentos brasileiros anteriores por características de organização e modo de ação.

No capítulo teórico, serão discutidos os conceitos centrais desta pesquisa, como a relação da política com o espaço - expressa a partir do direito à cidade-, o evento como categoria de análise e a cartografia e os discursos, que serão fundamentais para a compreensão do método de pesquisa empregado. O espaço público, estabelecido a partir da definição de

espaço, é diretamente relacionado à sua constituição, caracterizando-se, deste modo, como espaço público-político (ARENDR, 2005 [1958]). A teoria aqui exposta ensaia estas relações de poder associadas às práticas urbanas. As contestações expostas referem-se ao direito à cidade, originado centralmente a partir das segregações. Do mesmo modo o direito do cidadão explicita “a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que o estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para o espaço periférico todos os que não participam dos privilégios políticos.” (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 32).

A partir da discussão teórica realizada, apresenta-se o estado da arte sobre o campo das mobilizações urbanas no Brasil. Através de leituras teóricas recentes, constrói-se o quadro dos protestos nacionais do período de recorte e inserem-se as contribuições do autor, tanto de costura das teorias como de inserções analíticas a partir delas. Esta amarração finda a estruturação teórica da pesquisa, subsidiando conceitualmente o leitor a uma inserção nos casos selecionados, estruturados a partir do método de pesquisa.

Apresenta-se o método de análise através da definição do recorte, explorando o que será pesquisado, como o estudo foi estruturado e o *locus* de análise. Serão apresentadas as técnicas de pesquisa utilizadas, construídas através da análise de discurso e de espacializações através da elaboração de cartografias - ambos sustentados pela discussão teórica prévia. Com a definição de método estabelecida apresenta-se o caso de estudo através da explicação dos eventos selecionados em Porto Alegre: Massa Crítica, Vaga Viva, Largo Vivo, Defesa Pública da Alegria e os protestos organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público. Cada um destes possui sua singularidade, mas são perceptíveis correspondências entre eles como a área de realização, a forma de organização e divulgação e a temática urbana tanto conceitual quanto materializada na ação. Estas mobilizações foram divididas em dois conjuntos a partir da análise do posicionamento da mídia sobre a organização e classificação de seus atos, qualificando os três primeiros como narrativas de disputa simbólica e os dois últimos como de conflito político. A análise de discurso de cada um destes grupos é apresentada nos anexos I e II e os significados, sentidos e signos construídos a partir desta compõe os capítulos de discussão a partir dos dados.

Os eventos selecionados serão apresentados com uma breve descrição a fim de introduzir ao leitor uma primeira reflexão sobre a relação dos conceitos.

A Massa Crítica é manifestação que ocorre mundialmente na última sexta-feira do mês. Consiste na ocupação das ruas por ciclistas para reivindicar o incentivo ao uso da bicicleta e outros modais de propulsão humana. O Vaga Viva, denominado em outros países

como *Parking Day*, é a ocupação de vaga(s) de estacionamento com atividades culturais, em especial em áreas centrais com calçadas subdimensionadas. O Largo Vivo é o primeiro dos eventos estudados fundado em Porto Alegre, utilizando-se dos conceitos do Vaga Viva, em protesto contra a permissão de estacionamento de carros e proibição de determinadas atividades no Largo Glênio Peres, espaço público situado no centro da cidade, adjacente à Prefeitura Municipal e ao Mercado Público. Estes conformam as narrativas de disputa simbólica.

A seguir têm-se os protestos classificados aqui como conflitos políticos. Nestes, insere-se o Defesa Pública da Alegria, que são mobilizações inicialmente idealizadas contra políticas para a Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre e a privatização de espaços públicos. Com primeiro ato contrário à colocação da mascote da Copa (04/10/2012) marcado pela forte repressão policial, as pautas do movimento foram ampliadas passando a questionar (em alguns momentos periodicamente e outros em atos isolados) temas relacionados à Copa, obras de mobilidade e privatizações e cercamentos do espaço público. Por fim, trata-se dos protestos organizados pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público, que foram as grandes mobilizações de 2013 que resultaram em protestos nacionais- momento também chamado nacionalmente de Jornadas de Junho (ROLNIK, 2013). Consistem em manifestações urbanas ocorridas em especial nos meses de maio a julho originadas pelas contestações ao aumento das passagens do transporte público e às políticas relacionadas à Copa do Mundo FIFA. Com a popularização dos atos e das cidades envolvidas, outras pautas passaram a incorporar os protestos como questionamentos à mídia tradicional, a criminalização dos movimentos sociais e críticas às políticas nacionais.

No capítulo teórico, alguns destes eventos serão acionados sumariamente, em especial as mobilizações de 2013, que, por sua dimensão, popularidade e pelos temas envolvidos, foram bastante discutidos tanto pela mídia como por teóricos. Mesmo com a grande repercussão destes grandes protestos eles não se apresentam nesta investigação como mais ou menos importante que os demais. Enfatiza-se que os dois primeiros (Vaga Viva e Massa Crítica) são mobilizações globais e foram os precursores dentre os selecionados. Os outros dois (Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria) são locais e estão diretamente relacionados. Isso faz com que nesta seleção seja possível relacionar a sequência histórica dos atos e a relação dos acontecimentos entre si e com outras manifestações internacionais.

O objetivo geral da dissertação é investigar a concepção dos espaços públicos colocada pelos discursos dos atores das manifestações urbanas. A análise será realizada no sentido de averiguar se estes eventos foram originados a partir da mudança na(s) ideia(s)

política de espaços públicos ou se originaram uma mudança, remetendo a novas formas de ocupação e significação da esfera social, noção elementar para a constituição do público. Trata-se de uma relação entre acontecimentos selecionados e sua vinculação com os demais episódios recentes de ordem nacional e internacional. Além desta análise a partir dos eventos, realizada através da técnica de análise do discurso dos atores das manifestações, integra a pesquisa a espacialização destes, vinculando os atos a percursos e espaços apropriados, de modo a aprofundar a relação entre os atos (e os atores) e os espaços públicos. Desta forma, o caso é estruturado a partir da relação entre os conceitos através da exposição dos protestos ocorridos em Porto Alegre no período entre 2010 e 2014.

Como objetivos específicos têm-se: 1) Definir os atores envolvidos e quais suas agendas; 2) Estabelecer a apropriação dos espaços públicos pelos manifestantes; 3) Analisar a disputa territorial e política através do discurso dos atores envolvidos; e 4) Cartografar os percursos e espaços das manifestações.

Além destes objetivos, cabe ao trabalho realizar estas análises contextualizadas com o cenário político e suas imbricações entre os movimentos. A análise dar-se-á através de um estudo narrativo dos movimentos, permitindo verificar diversas perspectivas do mesmo evento, apresentando-o de modo analítico. Destaca-se a relevância desta tarefa, visto que, na realização da pesquisa, não foi localizado trabalho que abordasse estas narrativas, com características claras de apropriação dos espaços públicos.

O estudo foi realizado a partir da análise dos discursos obtidos através de jornais selecionados. Esta visa aprofundar como estes discursos manifestam-se física ou politicamente no espaço, interferindo nos distintos modelos de cidade almejada e evidenciando-a como território em disputa.

A partir dos discursos, produziu-se uma série de cartografias temáticas, que tencionam espacializar as ações e explicitar os territórios, os pontos de disputa e sua relação simbólica com Porto Alegre. Esta ferramenta, realizada através de um mapeamento independente, associada à costura política e a apresentação dos discursos, será uma das contribuições desta pesquisa, que registra movimentos ainda pouco estudados e relacionados no campo científico, contudo com muitas referências no cotidiano de quem participou dos protestos.

A contribuição da pesquisa dá-se na análise do material exposto, partindo da teoria como elemento fundamental do estudo, permitindo que parte destes acontecimentos seja historicizada e discutida a partir dos discursos de atores envolvidos. O pano de fundo desta análise é a política urbana, elemento que determina a disputa territorial. Trata-se não só da

política estabelecida como da política questionadora, em uma espécie de *contrapolítica*, que disputa tanto espacial como discursivamente seu espaço físico e teórico.

O direito à cidade é um conceito muito abordado pelos estudos urbanos e sociológicos, relacionado especialmente à área em virtude da contestação social a partir das premissas da metrópole moderna. Assim, mundialmente, as políticas públicas voltadas a alguns segmentos econômicos - como as que incentivam o uso dos automóveis - estão sendo questionadas. No Brasil, já nos primeiros estudos desta pesquisa verifica-se que este tema foi impulsionado nas últimas duas décadas, a partir da consolidação da democracia no país. Foi a partir da década de 90 que as manifestações urbanas passaram a abordar temas mais metropolitanos, evidenciando uma disputa pelo conceito de cidade almejada por distintos atores. Anteriormente, constata-se a existência de grandes protestos voltados à estrutura política vigente - como o movimento Diretas Já e o dos caras-pintadas - e o avanço das demandas sindicais, voltadas especialmente às políticas de classe.

A partir da agenda e do discurso dos atores envolvidos nas manifestações, investiga-se uma definição da importância e da ideia de espaço público trabalhado a partir da atuação política. Este enfoque sugere uma linha de raciocínio complementar ao direito à cidade, porquanto as pessoas e em especial os seus discursos, passam a ser o tema central na nova constituição dos espaços públicos e, logo, da política urbana. Em que pese o conceito lefebvriano ser bastante discutido no planejamento urbano, busca-se valorizar o que nele é mais representativo nas metrópoles: o espaço público. Somente este recorte, no entanto, não satisfaz a necessidade desta pesquisa, dado que estes conceitos são alvo de numerosos estudos. Já o tema das manifestações urbanas, conforme referido, é atual se entendido este recorte temporal dos eventos ocorridos a partir do século XXI e que remetem ao espaço público como representando o direito à cidade. É através desta perspectiva que o estudo está estruturado.

O grande problema de pesquisa não é o espaço público em si e sua importância metropolitana, pois se acredita que esta discussão já está elaborada em alto nível dentro do conhecimento científico. Trata-se de uma perspectiva da utilização destes espaços como territórios em disputa, configurando-se como o palco de diversos protestos que ocorrem neles não simplesmente por sua representatividade, mas pela disputa do espaço em si e das políticas relacionadas a ele. Outro diferencial proposto é a partir da abordagem: analisar a ideia de espaço público contida nas manifestações urbanas, considerando para tal as ações, sejam práticas ou discursivas, dos atores e suas agendas. O estudo dos movimentos sociais, comum nas áreas da sociologia, ainda não é devidamente associado ao planejamento urbano e, assim,

ao conceito de espaço público conforme apresentado. Não se trata de perseguir a identificação das vozes das ruas, pois se acredita que não exista um único objetivo real perseguido pelos manifestantes, algo capaz de, uma vez concretizado, reduzir a sensação geral de mal-estar (ZIZEK, 2013). O estudo não traz o problema de desvendar a agenda que está por trás das manifestações urbanas, mas sim a relação do problema com os conceitos aqui abordados. Através de um levantamento teórico do estado da arte, a pesquisa é realizada sob outra perspectiva: partindo dos significados de espaço público expressos nos discursos que envolvem as manifestações urbanas para, a seguir, associá-los aos conceitos estudados.

O tema das manifestações é clássico na literatura sociológica internacional. Não obstante, verifica-se uma carência de estudos recentes sobre isto no Brasil, em especial relacionados ao planejamento urbano. Por esta insuficiência de pesquisas nacionais neste tema é que o estado da arte deste campo apresenta-se muitas vezes estruturado a partir de especulações.

Partindo de um enfoque no espaço público realiza-se a discussão sobre atores e os novos movimentos sociais (TOURAINÉ; 2009) relacionados aos discursos de jornais, considerados como um dos principais formadores de opinião pública (MOUILLAUD; 2009). Desta forma, foi desenvolvida uma breve discussão teórica sobre os conceitos de atores e de novos movimentos sociais, fundamentais para a sua compreensão e posterior análise, a fim de cumprir com os objetivos estabelecidos.

1 ESPAÇO, EVENTO E DISCURSO: APONTAMENTOS TEÓRICOS

Para Lefebvre (2008 [1972]) o espaço deve ser abordado de maneira distinta da efetuada atualmente nas ciências, que o recortam, fragmentam e analisam sem chegar a uma síntese geral. Assim, as pesquisas tendem a um sombreamento - ou até mesmo ocultamento - das relações sociais de produção. Por outro lado o espaço também não pode ser visto como uma forma pura, de modo que “o método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística.” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 64), é preciso a esfera social para analisa-lo.

A noção de espaço público é fundamental da perspectiva dos estudos urbanos, em especial, da política urbana, relevância esta abordada em diversos estudos científicos. O tema proposto visa uma melhor definição da relação existente entre os conceitos de espaços e de público, realizando o recorte das demandas do direito à cidade expressas nas manifestações urbanas do século XXI que se relacionam ao espaço público, trabalhado não só como local de encontro, mas também como ampliação da significação destes espaços através de sua ocupação realizada fora das normas estabelecidas.

A discussão teórica inicia-se a partir do espaço público como o local da visibilidade e do encontro entre os cidadãos, isto é, da sociabilidade. Este aqui é abordado sem ter um caráter generalista, abrangendo tudo o que não é privado. A leitura do termo nesta pesquisa tem referência ao espaço público definido por Arendt (1999 [1993]) em que cumpre um papel político na cidade, sendo tratado pela autora como espaço público-político. Para haver política, então, é necessária a diversidade de pensamentos em um espaço propício para a promoção do debate - que não se trata de qualquer espaço. Existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas. Na esfera social as experiências espaciais são sempre políticas de modo que "o espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais" (CERTEAU, 1994, p. 202).

A noção de evento é abordada a partir de Milton Santos (1999), que também é aportado para embasar as noções de tempo e espaço, que são a base para o seu entendimento. Assim, considera-se o espaço público como uma noção - não um conceito -, já que sua definição dar-se-á a partir dos conceitos que o constituem, no caso o espaço e o público.

1.1 DO ESPAÇO AO ESPAÇO PÚBLICO

Ao abordar o conceito de espaço é necessário investigar tanto como ele é produzido como às práticas sociais realizadas nele e a partir dele. O espaço nunca é neutro e puro, e passa a ser classificado como o espaço vivido, distanciando-se do espaço epistemológico. Este é o ponto crucial em pesquisas relacionadas a ele: realizar uma definição do espaço e seu conceito, com a atenção para os estudos de Lefebvre (2008 [1972]), que salientam que o viés científico do espaço tende a fazer dele “um objeto da ciência” (2008 [1972], p. 14). Para o pleno entendimento da produção do espaço e de sua representação social é imprescindível o conhecimento da vida cotidiana, na qual, segundo Lefebvre (2008 [1972], p. 14), “se situa o núcleo racional, o centro da práxis.”. Fala-se em produção do espaço a partir da lógica incorporada nas ciências pelas disputas entre classes, que substituiu o estudo das coisas propriamente ditas pela análise crítica da atividade produtora das coisas, no caso, a política como elemento de poder na formação e determinação do espaço e das espacialidades. Assim,

É possível que o espaço desempenhe um papel ou uma nova função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando não se pode deduzi-lo desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade. É preciso ao contrário, mostrar sua função nesta perspectiva (prática e estratégica). (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 39).

Trata-se da prática espacial realizada no cotidiano de modo que mesmo as ações habituais são consideradas relações políticas. A diferenciação entre atos políticos e os simplesmente corriqueiros e realizados diariamente encontra-se na percepção dos indivíduos. Para Ribeiro (1981) não existem pessoas ou ações apolíticas, classificando-se como conservador o indivíduo que se considera à margem ou alheio à política, por não opor-se de qualquer modo à política vigente. Realizando ações do cotidiano, mesmo no momento em que não se objetiva um comportamento político, o sujeito está inserido no sistema e participando dele a seu modo.

São as representações e as práticas sociais que agregam sentido ao espaço. Um espaço necessita de uma vivência até mesmo para ser delimitado, determinado. Portanto, faz-se necessária para sua instauração a ocorrência de um acontecer temporal (o que será relacionado ao conceito de *espaçotempo* de Santos (1999)). Em vista desta necessidade da *práxis* para a configuração do espaço, tem-se que “o espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada” (CERTEAU, 1994, p. 202). Esta relação é realizada a partir da prática, da ação, de modo que, assim como a fala permite ir além das palavras enquanto representações gráficas, o

ato de caminhar relaciona-se com o sistema urbano uma vez que permite ver as coisas no nível mais elementar. Nesta analogia, o caminhar simboliza uma tríplice função enunciativa: a) um processo de apropriação do sistema topográfico; b) uma realização espacial do lugar; e c) relações entre posições diferenciadas como contratos pragmáticos sob a forma de movimento (CERTEAU, 1994).

Do mesmo modo a relação temporal é fundamental visto que o espaço é determinado pelas ações de sujeitos históricos e é sempre o movimento que condiciona a produção de um espaço e o associa a uma história. Entre os lugares estabelecidos a partir de objetos estáticos e inanimados e os espaços produzidos pela movimentação destes, há sempre passagens realizadas por pessoas (neste trabalho referidas como atores) que, através de suas ações, constituem o espaço. Em sua discussão sobre o conceito de lugar, Certeau (1994) traz que, neste processo, "os relatos efetuam, portanto, um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares" (CERTEAU, 1994, p. 203), fazendo com que o discurso realize-se politicamente e materialize-se na concepção do espaço, através da ação: "Em suma, o *espaço é um lugar praticado*. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres" (CERTEAU, 1994, p. 202, grifo do autor).

Bourdieu define lugar como "o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. [...] O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície, e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico" (1993, p. 160). Portanto, quando abordado do modo comum (como através da linguagem popular), o termo espaço pode, no máximo, nos situar em relação a uma grande área genérica, na figura de localização. Do mesmo modo exposto na introdução, aqui os espaços centrais também se tornam os espaços mais representativos através de sua importância histórica, por sua localização na malha urbana e pela qualidade e quantidade de infraestrutura. Para o autor "os ganhos do espaço podem tomar a forma de ganhos de localização, eles mesmos susceptíveis de ser analisados em duas classes: as rendas (ditas de situação) que são associadas ao fato de estarem situadas perto de agentes e bens raros e cobiçados (como equipamentos educacionais, culturais ou de saúde)" (BOURDIEU, 1993, p. 163).

Para Augé (1994), o espaço é um termo abstrato, vazio, enquanto que o conceito de lugar incorpora um acontecimento (que ocorreu) a uma história (lugar histórico):

O lugar, como definido aqui, não é em absoluto o lugar que Certeau opõe ao espaço, como a figura geométrica ao movimento, a palavra calada à palavra falada ou o estado ao percurso: é o lugar do sentido inscrito e simbolizado, o

lugar antropológico. Naturalmente, é preciso que esse sentido seja posto em ação, que o lugar se anime e que os percursos se efetuem, e nada proíbe falar de espaço para descrever esse movimento. Porém, esse não é nosso propósito: incluímos na noção de lugar antropológico a possibilidade dos percursos que nele se efetuem, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza. (AUGÉ, 1994, p. 76).

Em sua definição de espaço, Augé (1994) sugere uma visão que dialoga com as premissas do movimento modernista, através de uma delimitação normativa do espaço através de zonas e usos determinados, de modo que a concepção de lugares a partir dos espaços dá-se através de seu uso antrópico. É a partir da necessidade da práxis para a constituição do espaço que este pode passar a ser referido como lugar. É nesse sentido que Santos (1999) define o lugar como "lugar de uma escolha. O mundo está aí e o lugar colhe no mundo atributos que o realizam histórica e geograficamente. É o mundo que se dá seletivamente no lugar" (SANTOS, 1999, p. 22).

Em contraposição ao conceito de lugar de Augé (1994), Certeau (1994) apresenta a noção de espaço apropriado analisando-o a partir do modo como este é ocupado, sem vinculação com a delimitação arbitrária, normativa, do espaço dado. Sob esta análise, o lugar não deriva das práticas ordenadoras e normativas do planejamento, em que pese serem estratégicas para os protestos, seja por aceitação ou contestação. São as táticas de manipulação dessa geometrização normativa e racional do espaço que definem o lugar praticado, e essa prática resultaria no espaço apropriado (as práticas dos lugares), não o lugar em si.

A concepção dos espaços públicos a partir desta noção de espaço apropriado mostra-se a mais adequada quando relacionada às manifestações urbanas, visto tratarem-se de movimentos que questionam, a partir da própria ação, as normatizações do espaço. Ao invés de caminhadas em locais de circulação de pedestres, os atos ocorrem nas ruas, espaço ordenado para a utilização de veículos, ato que, por si só já é uma apropriação distinta da ideia de lugar definida por Augé (1994). O espaço, assim, torna-se um lugar praticado, prática esta sempre relacionada, por inclusão ou exclusão, com a normatização dos objetos.

Embora sua definição de espaço não seja a mais apropriada para este trabalho, Augé (1994) traz uma contribuição interessante de acordo com a perspectiva da modernidade tardia (HALL, 2012) levantada pelas manifestações, que é a noção de *não-lugar*: "Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar." (AUGÉ, 1994, p. 73). Na reivindicação dos espaços públicos a partir das manifestações tem-se a valorização

destes como locais políticos de encontro e discussões. Considera-se que, a partir da modernidade tardia (HALL, 2012), locais que possuíam relações históricas e políticas com a cidade foram degradados, passando a perder suas características antropológicas e, assim, tornando-se *não-lugares*.

A partir deste diálogo entre autores define-se que ao longo da dissertação o espaço será abordado sob a perspectiva do espaço apropriado de Certeau (1994), onde o lugar praticado é apropriado pelos sujeitos de poder através de uma ação que é simultaneamente política, temporal e relacional ao seu espaço.

Estabelecida a definição de espaço, o espaço público relaciona-se com este conceito através do elemento público, que constitui a coletividade dentro das relações do cotidiano. O público é acionado aqui por seu viés político, como local da visibilidade e do encontro entre os cidadãos, isto é, da sociabilidade. Do mesmo modo que o espaço é uma produção política, é no espaço público que esta elaboração torna-se perceptível. É na esfera pública que mesmo atos cotidianos ganham visibilidade à população, sendo assim essencialmente políticos. Considerando que o espaço para Lefebvre (2008 [1972]) já é estruturalmente político, é a partir do espaço público que os conflitos são explicitados e as manifestações ganham corpo e ideais.

O espaço público aqui abordado não tem um caráter generalista, abrangendo tudo o que não é privado. A leitura do termo nesta pesquisa tem referência ao espaço público definido por Arendt (2002[1993]) o qual cumpre um papel político na cidade, tratado pela autora como espaço público-político. Este último, a partir da referência histórica da *polis*, é o constituidor da coisa política, o local onde todos se reúnem, possibilitando que os temas sejam revelados e debatidos, buscando sua universalidade. Para haver política, então, é necessária a diversidade de pensamentos em um espaço propício para a promoção de tal debate - que não se trata de qualquer espaço.

Os termos público e privado podem ser lidos a partir de várias aproximações, podendo ser associados ao governo, ao Estado e à noção de coletividade, considerando um conjunto de pessoas em determinado local. A própria ideia de público como se contrapondo ao privado não apresenta força diante da perda da percepção do que realmente é público, tanto pela sociedade como pelas ações governamentais - associadas com as crescentes iniciativas e as parcerias público-privadas (PPP), nas quais as atribuições confundem-se. O privado, por sua vez, configura-se como algo pertencente a um indivíduo, àquilo que não deve ser público e notório, mas íntimo e particular, de caráter restrito e confidencial. É através deste processo que:

O poder maior sobre o território deixa de ser do Estado e passa a ser das grandes empresas. A gestão do território, a regulação do território são cada vez menos possíveis pelas instâncias ditas políticas e passam a ser exercidas pelas instâncias econômicas. O que acontece hoje na economia se realiza pela política. (SANTOS, 1999, p. 21).

Faz-se natural a percepção da urbe através da leitura do espaço público nela representada, com suas especificidades políticas na visibilidade do social e das relações de disputa do espaço, expressas em essência através do conceito de público. As relações conflituosas, anunciadas no espaço público e a partir dele são intrínsecas à discussão de direito à cidade, de modo que Lefebvre (2008 [1968]) traz que:

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito a visita ou de um retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o urbano, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 117, grifos do autor).

Esse conceito vem à tona como um movimento que objetiva “confrontar e superar os descompassos do real em relação ao possível, as contradições entre sociedade e a civilização.” (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 11). Os estudos de David Harvey sobre o tema tangem a relação do conceito com os conflitos urbanos - incluindo os mais recentes - e fragmentos históricos. Trata-se então da busca de uma apropriação individual e coletiva da cidade, quando estes embates se dão, em especial a partir de perspectivas antagônicas de metrópole ideal.

O direito à cidade pode ser entendido, assim, como o direito de viver na cidade de modo digno e em localização adequada. Levando esta discussão para Santos (1995):

Em última instância trata-se de saber de quem é o espaço, o que se pode fazer com ele e quando é mais conveniente fazê-lo. Quais os limites de ação governamental ao evocar razões extralocais para realizar ações que, querendo-se ou não, têm de acontecer em um lugar determinado e afetam aos que moram ali? (SANTOS, 1995, p. 7).

Em vista da necessidade de ação para a constituição do espaço abordado até aqui, seja esta relacional ou conflitual, e considerando que a ação política deve ser indissociável do espaço público, indica-se que é a ação que define o espaço.

A abordagem trabalhada não se resume aos espaços públicos configurados espacialmente e já tradicionais, como parques, praças e largos, mas estende-se aos espaços de circulação, como calçadas e vias, a partir da abordagem de Arendt, que define o público como o lugar do exercício da cidadania (ARENDR, 2005 [1958]). Esta referência explicita o caráter político necessário para a conformação deste espaço através da retomada do termo de espaço público-político. Com reflexão estruturada a partir do individualismo, definido por Sennett (1999[1988]) como um dos fatores da perda da nitidez da separação da esfera pública e privada, Marzulo (2005) acrescenta que:

O fortalecimento do indivíduo-subjetivo simultaneamente afirma uma distinção entre o público e o privado e cria as condições para um esvaziamento da esfera pública pela via da sobrecarga do indivíduo. A problemática do papel social se reduz tanto quanto se complexifica, na medida em que o papel dos indivíduos na vida pública se torna ao longo do desenvolvimento da modernidade essencialmente a tentativa de representar publicamente as características mais peculiares de cada indivíduo, isto é, de sua subjetividade. (MARZULO, 2005, p. 66).

Corroborando com esta análise, verifica-se que é através da falta de medidas a partir da crescente visão individual que se chega, nos tempos modernos, a uma vida público-política esvaziada. A morte do espaço público é, sob este referencial, um resultado do avanço da cultura do narcisismo na sociedade, processo que se inicia a partir de uma cultura urbana sustentada especialmente pela religião e pelo capitalismo (SENNETT, 1999 [1988]). Nas grandes cidades onde, ao sair na rua, destaca-se um número muito maior de pessoas desconhecidas (JACOBS, 2009 [1961]) ocorre um processo natural da exacerbação da imagem individual, da figura própria, de modo que, mesmo na esfera pública, quem é apresentado a figura *una* e indissociável em contraposição a figura pública e coletiva.

Ao tratar sobre a insegurança do convívio com desconhecidos, Jacobs (2009 [1961]) destaca três fatores da organização metropolitana que se expressam na convivência urbana: 1) a nítida separação entre o espaço público¹ e o espaço privado, não havendo mistura entre as esferas; 2) a existência dos olhos para a rua, através do contato das edificações com a área

¹ Salienta-se que JACOBS (2009) utiliza do termo espaço público remetendo-se ao espaço que não é de uso privado, sem o viés político apresentado por ARENDR (2005) e utilizado neste estudo.

pública; e 3) O uso ininterrupto das calçadas, pois o que gera segurança é o controle social. Para tanto é indispensável que o planejamento urbano promova o contato entre as pessoas, através de uma ordenação territorial que estimule a diversidade e o uso dos espaços públicos. Faz-se necessário, então reacender o ideal de cidade entendida não apenas como espaço de trânsito, mas de interação pública. Para Bauman (2000, p. 72) "o público fora despojado de seus conteúdos diferenciais e ficou sem agenda própria - não passa agora de um aglomerado de problemas e preocupações privados."

Na modernidade tardia (HALL, 2002) surgem novos processos de privatização em que a atuação privada transcende a figura da pessoa e passa a exercer função sobre o que é público, como pode ser exemplificado através da captação privada de serviços públicos, do direito de imagem publicitária em espaços públicos e através das parcerias público-privadas.

O capitalismo, colocado por Sennett (1999 [1988]) como um dos principais responsáveis pelo avanço do individualismo, passa a exercer uma forte pressão nos governos, promovendo processos de desestatização de políticas públicas indispensáveis, fazendo com que as principais ações governamentais passem a ser executadas através de políticas de caráter público-privado, como produção habitacional, serviços de energia, água e esgoto e a revitalização de espaços públicos. A própria imagem do moderno (instaurada a partir do modernismo) no século XX esteve diretamente relacionada a bens de consumo como rádio, televisão e o carro, promovendo a aspiração de modernização das grandes cidades. Estes bens de consumo que, por sua vez, trazem a imagem de poder na modernidade tardia, caracterizando a ideia de Santos (1999) de que o planejamento urbano hoje é realizado mais pelas grandes empresas que pelo Estado, de modo que o território é regulado, em especial, pelas grandes empresas.

A partir do século XXI estes processos avançaram no sentido das políticas públicas vinculadas ou incentivadoras da iniciativa privada. Como reação a esta prática é que se colocam as diversas manifestações urbanas objeto deste estudo, que buscam uma retomada do que é público através de um questionamento das ações governamentais. Assim, a própria verificação sobre as concepções do espaço público reflete, de certo modo, como este conceito está inserido nas manifestações urbanas, tema já iniciado por Sennett (1999 [1988]) ao ensaiar a possibilidade de uma retomada deste conceito:

A cidade deveria ser [...] o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas. Não creio que esse sonho seja inútil; a cidade surgiu como foco para vida social ativa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência das possibilidades

humanas, durante a maior parte da história do homem civilizado. (SENNETT, 1999 [1988], p. 414).

A cidade, e do mesmo modo os espaços públicos, pode ser estudada como uma combinação dos diversos desejos individuais e de múltiplos coletivos, mais do que uma ideia hegemônica da perspectiva do Estado, representada a partir dos espaços de poder governamentais. Quando se almeja alguma ação política visando alterá-la, de certa forma esta ação pretende alterar a nossa própria vida ou modo de viver, devendo assim materializar estas alterações através do cotidiano.

Harvey (2014) corrobora esta visão ao afirmar que a questão do tipo de cidade desejada é inseparável da questão do tipo de pessoa que almeja tornar-se. A consciência da importância destas lutas, que deveriam ser cotidianas, não obstante, é constantemente ofuscada por diversos elementos, como o crescente ritmo de urbanização das cidades ao longo do último século. Característica esta intensificada na modernidade tardia através da globalização quando as mudanças ocorrem tão rápido que não permitem um tempo de assimilação necessário para contestações coletivas. O rápido crescimento resultou em cidades fragmentadas, o que interfere diretamente no modo de vida urbana distinto para pessoas que vivem em locais diferentes, distantes ou não, pois a segregação urbana ocorre em algumas regiões de forma abrupta, formando ilhas urbanas.

Lefebvre (2008 [1968], p. 11) coloca que “excluir do urbano grupos, classes, indivíduos implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O *direito à cidade* legitima a recusa de se deixar afastar da realizada urbana por uma organização discriminatória, segregadora.”. Esse é contexto geral da cena urbana, que torna "as questões de cidadania e os direitos daí derivados cada vez mais difíceis de definir, no exato momento em que eles se tornam mais vitais de estabelecer frente às forças hostis de mercado e a progressiva vigilância estatal." (HARVEY, 2014, p. 12). Com isso tem-se espacializações diversas em uma mesma metrópole, fazendo com que o cotidiano de cada indivíduo esteja associado ao local onde vive

Mesmo em uma democracia, o sistema político possui uma organização tão complexa e atuação tão pulverizada que parece de difícil percepção e contestação de todas as suas instâncias. Do mesmo modo o sistema capitalista também possui uma estruturação enraizada socialmente que faz com que se tenha dificuldade em pensar em outros modelos. Aqui, aciona-se Lefebvre (2008 [1972]), que ilumina este ponto afirmando que “se houvesse tal sistema, tão forte, tão prenhe quanto alguns supõem, o protesto e a contestação não teriam nenhum sentido.” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 39). É essencial a percepção das

desigualdades sociais decorrentes deste sistema, motivo pelo qual foi levantado o tema de que o crescimento das cidades é caracterizado pelas segregações econômicas, sociais e culturais, relacionando as práticas sociais urbanas ao mundo capitalista. Assim, "o crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social, mas, ao contrário, uma deterioração da vida social" (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 11). As diferenças sociais urbanas proliferam-se, ampliando a tensão civil e configurando um cenário de conflito social. Historicamente verifica-se que relações conflituosas são intrínsecas às cidades e seus espaços públicos. Inúmeras disputas por espaço e poder podem ser acionadas, como a da Comuna de Paris de 1871 e as revoltas contra o alistamento em 1864. Recentemente Harvey (2014) destaca que:

Foi nas ruas que os tchecos se libertaram em 1989 de opressivas formas de governança; foi na Praça da Paz Celestial que o movimento estudantil chinês buscou estabelecer uma definição alternativa de direitos; foi através de massivos comícios que a Guerra do Vietnã foi forçada a terminar; foi nas ruas que milhões protestaram contra o prospecto de uma intervenção imperialista norte-americana no Iraque em [...] 2003; Foi nas ruas de Seattle, Gênova, Melbourne, Quebec e Bangkok que os direitos inalienáveis à propriedade privada e da taxa de lucro foram desafiados. (HARVEY, 2014, p. 13).

Harvey (2014, p. 12) aponta que “na história urbana, calma e civilidade são exceções, e não regra. A única pergunta interessante é se os resultados são criativos ou destrutivos. Normalmente são ambos: a cidade tem sido por muito tempo um epicentro de criatividade destrutiva.”. Apesar do conflito, são justamente as diferenças que a constituem e proporcionam a ela a diversidade necessária para sua vitalidade e dinamicidade. Nesse sentido, Harvey apresenta o direito à diferença com um dos principais fatores constitutivos das metrópoles, de modo que “a cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam.” (2014, p. 12).

Com tantas visões distintas, como saber qual é a posição certa? Existe uma posição mais correta que outras ou se trata apenas de perspectivas distintas? Tendo todos direitos iguais, segundo Harvey (2013), quem decide é a força, ou seja, quem tem mais poder. Como resposta a estas questões, Harvey (2014) afirma que o direito à cidade deve ser exercitado como elemento de mudança da vida urbana somente por meio da mobilização social e da luta política/social. Não se trata de uma luta de individualidades por seus direitos específicos, mas de lutas coletivas de grupos sociais que visam o que é estruturalmente público. Este conceito

não pode ser concebido simplesmente como um direito individual: ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais.

Mesmo com a coletividade à frente das lutas sociais, não se pode afirmar que se trata de uma luta entre iguais, sendo o poder ainda imperante sobre as decisões urbanas. Através do neoliberalista, "a governança substitui o governo; os direitos e as liberdades têm prioridades sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas." (HARVEY, 2014, p. 13).

Partindo então das definições realizadas acima, sendo: o espaço relacionado à noção de espaço apropriado definido por Certeau (1994), relacionada a partir do lugar praticado, caracterizando-se como o palco na cidade onde seus habitantes atuam criando relatos que permitem a compreensão destes espaços praticados; e o público como espaço político de exercício da cidadania (ARENDR, 2005 [1958]), local de encontro e troca dos indivíduos atualmente esvaziado devido à nova concepção de esfera social (SENNET, 1999 [1988]); assim, tem-se o espaço público como espaço da ação política, sendo a multiplicidade de ações que caracterizam o espaço em si e realizam, através do movimento, a política. Em que pese o esvaziamento da esfera pública na modernidade tardia, o espaço público ainda é o local das trocas, das disputas e conflitos e da realização da política. Na contestação política são construídas novas abordagens e perspectivas do modo como as políticas públicas têm gerido a cidade, seus espaços e territórios.

O espaço, deste modo, assume o seu papel enquanto público através da relação entre as diferentes pessoas e suas formas individuais de pensar a política e o mundo, passando a ser abordado como espaço público-político. Essa política dialoga e é possibilitada em maior ou menor intensidade de acordo com as formas de governo. É o governo, a partir da figura do Estado, que consegue coordenar a intensidade das relações sociais em seu território. O regime que explicita a relação social como fundamental para a construção política é historicamente o regime democrático:

A invenção da democracia ocorre, por princípio, com a instauração do espaço público. Ambos, democracia e espaço público, são constituintes da moderna sociedade ocidental. A colonização do espaço público asfixia, logo, a experiência democrática. Quando se tem um controle do espaço público, seja pelo Estado, seja pelo privado, a democracia está em risco. É por isto, e nada mais, que a conquista do espaço público implica na expansão da democracia e a experiência democrática alastra o espaço público. (MARZULO, 2013).

Visto que é o governo que direciona as políticas públicas somente é possível uma mudança de perspectiva do espaço público quando houver consonância entre as ações governamentais e uma justa distribuição de políticas públicas, através de políticas redistributivas. Relacionando o Estado e mercado com a noção de manifestações urbanas trabalhadas nesta pesquisa, verifica-se que o conflito se estabelece justamente na medida em que as últimas visam contrapor medidas que o governo tem promovido. Medidas, estas, que possuem justificativas mercadológicas, uma vez que beneficiam diretamente grandes empresas privadas, como as do ramo da construção civil que foram favorecidas tanto nas obras propriamente ditas (direcionadas principalmente à mobilidade urbana, especialmente a melhorias no trânsito voltado aos automóveis) quanto indiretamente, no crescimento da especulação imobiliária.

Esta análise materializa-se no espaço, em especial na fragmentação das cidades, fazendo com que as zonas de uso mantenham-se estabelecidas, em processo realizado desde a origem das cidades, organizadas através de espaços de produção, de modo que mesmo locais de lazer possuem um uso e delimitação. Lefebvre (2008 [1968]) os chama de lugares da recuperação. Para o autor, “tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm produção e o trabalho por significados, estão estreitamente ligados ao trabalho produtivo” (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 9). Assim, mesmo os locais de repouso são estabelecidas as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho.

A perspectiva defendida supra, associada com as práticas políticas do cotidiano, pode ser analisada por outro viés: considerando que os lugares de recuperação relacionam-se diretamente aos locais de força de trabalho havendo nos primeiros um movimento de resistência contra as instituições hegemônicas e de mercado, tais ideias refletir-se-ão nas relações de trabalho, desde que inseridas no âmbito do cotidiano. Esta percepção é fundamental na construção dos eventos selecionados uma vez que muitos dos grupos têm os mesmos locais de lazer - alguns bares e festas realizadas no espaço público. Assim, a partir da discussão do modelo de cidade realizada mesmo em locais e momentos que não sejam os protestos, este debate passou a incorporar o cotidiano de muitos que vivenciam esta experiência.

A consonância entre as esferas privada e pública, construída pelo capitalismo na modernidade tardia, provoca as tensões sociais e os conflitos de direito pelo e no espaço público, tensões estas que tendem a defender interesses privados protegidos por quem tem o poder, muitas vezes materializado na forma de violência: o Estado.

Diante dessa necessidade de materializar os descontentamentos comuns combinados a uma aparente impossibilidade de ação no espaço pelo poder público-privado, que se articula a concepção de evento, que propicia a articulação entre o espaço com relações temporais e históricas. Através desta noção, atos locais e mundiais podem ser relacionados e analisados no tocante às suas características estruturais e ideológicas. Assim como no espaço, o evento também aborda a importância do ato político enquanto forma de ação, que concretiza os fatos na história e no local.

1.2 EVENTO ENQUANTO ACONTECER HISTÓRICO

A ideia de evento aqui se fundamenta na definição de Santos (1999) que trabalha o termo na sua relação territorial e temporal tendo como perspectiva o futuro como projeto e o passado como realização produzida. Neste contexto ele “aparece como essa grande chave para unir também as noções de tempo e espaço, que até recentemente não apareciam como um todo único” (SANTOS, 2002, p. 15).

O tempo entra enquanto noção de como é aportado para a significação do *espaçotempo*, uma vez que, como exposto, toda a ação é relacionada a uma temporalidade, tomando o evento como categoria de análise que permite unir “o futuro e o passado, que aparece como presente” (SANTOS, 1999, p. 15) o tempo dos atos abordados ocorre sempre em um dado instante, uma fração determinada de tempo com início, meio e fim que o qualifica. Com relação à temporalidade tem-se que

Quando falamos num evento passado, é de sua presença anterior num dado ponto da flecha do tempo, de um *presente passado* que estamos falando. Quando falamos dum evento futuro, é de uma suposição que estamos falando, a suposição de que se realizará num presente futuro. (SANTOS, 2002, p. 94, grifos do autor).

Relacionados a um território específico e a um tempo presente (do momento da ação), os eventos são sempre únicos e associados ao local. Mesmo considerando a restrição da área de abrangência, sublinha-se que sua ocorrência é sempre uma articulação de algumas das possibilidades específicas originadas por uma ação. Contudo, a partir desse momento, este acontecimento *espaçotemporal* pode ser a própria ação que alavancará uma série de outros feitos históricos, de modo que:

Uma primeira abordagem do conceito poderia traduzi-lo em uma espécie de recorte no tempo ou espaço, um momento específico da história. Porém, ele vai além desse instante fotográfico. Ele é a própria manifestação de um tempo empírico, onde um acontecer histórico se realiza. (NOVO, 2013, p. 28).

Todo o evento é constituído a partir de uma ação determinada em um espaço de tempo, que se dá tanto através de fatos como de ideias (SANTOS, 2002). Além da abordagem do tema das manifestações urbanas como um conjunto de protestos aspira-se nesta pesquisa à constituição de uma ideia de espaço público, instituindo assim um evento, considerando que é "a partir da sequência de eventos que se atribui história a um lugar" (SANTOS, 1999, p. 16). A compreensão desta noção emerge a partir de ações que remetem à ideia de movimento, fazendo com que ações políticas acarretem movimentos relacionados à política urbana, tema inerente ao das manifestações pois "quando ganhamos a certeza de que nenhum momento se repete, nem volta, então decidimos agir dentro dessas malhas estreitas". (SANTOS, 2002, p. 94). É através de um ato realizado com temas relacionados a elementos da atualidade, indissociáveis do momento circunscrito, que os eventos não se repetem. Quando ocorrem esgotam a sua possibilidade e sua existência, de modo que cada ato é diferente tanto de seu anterior quanto do próximo, de modo singular e sempre atual.

O tempo insere-se neste contexto como elemento fundamental do capitalismo quando passa a ser tão ou mais valorizado do que o espaço. O tempo dedicado às ações e práticas cotidianas reflete diretamente na qualidade de vida e nas escolhas. Tem-se que:

Nas sociedades em que a riqueza se configura como uma imensa acumulação de mercadorias (Marx), nos marcos das relações sociais que as consubstanciam o espaço tornou-se *instrumental*. Lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam, o espaço deixou de ser neutro, geográfica e geometricamente, há muito tempo. (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 8, grifo do autor).

Os espaços-tempos estão, em essência, associados com a reprodução das relações sociais de produção. Ainda que esta noção esteja relacionada diretamente ao espaço, a delimitação temporal é a principal forma de união de eventos, permitindo a relação direta tanto de ações locais quanto mundiais dadas em um período semelhante. Deste modo, estes "são todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história." (SANTOS, 2002, p. 94). É com esta noção de tempo como momento circunscrito e relacionado ao espaço onde ocorre uma ação que se constitui a vinculação de espaço e tempo, gerando o *espaçotempo* definido por Santos (1999) e utilizado neste estudo.

Estudar utilizando esta noção como categoria de análise, assim, é trabalhar com o encontro de certo ato relacionado a um espaço, realizando um acontecimento. Em suma, é como se a definição “amarrasse essas diversas manifestações do presente, unificando esses instantes atuais através de um verdadeiro processo químico em que perdem suas qualidades originais para participar da produção de uma nova entidade que já aparece com suas próprias qualidades” (SANTOS, 2002, p. 101). Os eventos são relevantes não só por seu impacto e relevância momentânea, mas, também, como um elemento catalisador de diversas novas perspectivas.

Não se trata apenas de um ato isolado corriqueiro: é um acontecer histórico, que tem reflexos e implicações na natureza. Situa-se como momento ou vivência capaz de alterar a percepção das pessoas sobre determinado tema, no caso sobre o espaço público. Muitas das manifestações recentes foram organizadas e divulgadas a partir da internet, em especial através de eventos da rede social Facebook, o que remete muitas vezes à noção de evento aqui abordado visto que uma articulação homônima de rede é a proposta de uma reunião de pessoas em um tempo e espaço determinados para a realização de uma ação, que pode ser um aniversário, uma reunião ou grandes protestos. Em alguns casos, também, esta organização promove eventos como os abordados neste estudo, como os grandes protestos de 2013 que resultaram em um fato histórico, com repercussão global e que certamente alterou o ponto de vista das pessoas que dele participaram direta ou indiretamente.

Sem dúvida a articulação virtual é uma característica intrínseca às manifestações selecionadas, a ponto de alguns teóricos como Castells (2012) afirmarem que certamente a estruturação das mesmas seria diferente sem a rede. Isso reforça a ideia de evento aqui defendida: a própria articulação virtual em rede já é um acontecimento antecessor aos estudados, que acarreta implicações diretas em todas as mobilizações realizadas a partir de então. A singularidade desta nova ferramenta traz com ela novas análises da relação espaço-temporal e de ação política. Como indica Thompson (2005, p. 72): “precisamos repensar o significado do ‘caráter público’ hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, onde os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal”. Não se pode afirmar, no entanto, que sem a internet estas mobilizações não teriam ocorrido, mas certamente se ocorressem teriam organizações distintas das verificadas. Outra característica análoga é a de eventos sequenciais, quando no texto de convocação dos eventos da rede social de internet são citados edições e acontecimentos anteriores ao ato, explicitando a relação política entre eles. Das manifestações em recorte neste estudo um exemplo deste

procedimento é o Largo Vivo que na sua descrição, apresentava vídeos e informações de atos anteriores a fim de explicitar a forma de manifestação proposta².

Santos (2002) classifica os eventos como atuais, absolutos, individualizados, finitos, sucessivos. "Na medida em que se estendem uns sobre os outros, participando uns dos outros, eles estão criando a continuidade do mundo vivente e em movimento ou, em outras palavras, a continuidade temporal e a coerência espacial. É assim que as situações geográficas se criam e recriam" (SANTOS, 2002, p. 102). Desta forma, pode-se entender esta categoria de análise como um ato político que gera movimento e, assim, que suscita o acontecer histórico através de atos específicos e a sua ressonância social.

A fim de levantar possibilidades de análise a partir desta noção, Santos (2002) propõe algumas características inerentes ao evento que permitem identificá-lo, delimitá-lo e a propor definições como sua duração, escala de abrangência e de superposição. Primeiramente, propõe-se sua divisão em duas modalidades: a) eventos naturais, caracterizados como "o próprio movimento da natureza"; e b) eventos sociais, "resultantes da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais" (SANTOS, 2002, p. 95). Nota-se que, independente da modalidade, a ideia de movimento, de transformação, é clara e é neste processo, delimitado no tempo e no espaço, que a utilização do evento como categoria de análise é acionada nesta pesquisa.

Sua abrangência é mais facilmente entendida pensando nos casos naturais isolados como uma enchente ou um raio. Nos casos naturais dinâmicos, como a temperatura, os dados tornam-se mais complexos, como "que áreas registraram, num período dado, tal ou qual curva de temperatura?" (SANTOS, 2002, p. 98), mas ainda fáceis de trabalhar. Já em eventos sociais, é possível contabilizá-los e realizar uma espacialização da ação, porém dificilmente poder-se-ão mensurar suas consequências nas pessoas e o quanto destes processos interferiram, de fato, em seu cotidiano.

Espacialmente, a abrangência de um evento pode ser local, regional, nacional ou supranacional. Não obstante, é mais fácil visualizar ações com repercussão em escalas menores (no máximo regionalmente). Desta forma esta noção torna-se facilmente associada aos estudos de caso, pois é através da ação local que se evidenciam as políticas de maior escala. A explicação disto é revelada justamente pela origem da ação política, pois que forças são capazes de produzir ocorrências que incidam, em um mesmo momento, sobre áreas

²Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/166673246770501>>. Acessado em 17/02/2015.

extensas? Para Santos (2002, p. 99) "a primeira delas é o Estado, pelo seu uso legítimo da força, encarnado ou não no direito. [...] Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território". Além de ações de governo, outros atos com potencial de grande abrangência são compostos, em geral, de diversos eventos locais e regionais combinados ou por atores políticos de grande influência, como agentes econômicos.

A duração é a quantidade de tempo em que ele ocorre considerando que esse é sempre o presente, mas o presente, nesse caso, não se limita a um instante. A duração está relacionada ao período de tempo em que este se faz sensível, presente, sem alterar suas características originais. Além de sua duração própria, natural, ele pode ainda ter uma duração organizacional (SANTOS, 2002), na qual seu período de existência pode ser prolongado ou reduzido por ações externas a ele.

Com respeito à superposição, trabalha-se com a ideia de que os eventos não ocorrem isoladamente, mas sempre possuem relação histórico-territorial em conjuntos sistêmicos, de forma solidária a outros. Esta relação solidária sempre ocorre em determinado conjunto de modo que não se pode falar em eventos superpostos, mas, sim, combinados. Caso seja considerado um conjunto de eventos com duração e escala variável, mas que compartilham um mesmo lugar, realizando uma superposição espacial, este deve ser considerado como um novo evento.

Em vista de sua relação histórica, esta noção nunca pode ser desvinculada dos feitos contemporâneos e é através desta que o autor afirma que o evento permite unir o mundo ao lugar (SANTOS, 1999). Esta definição é de difícil associação, considerando a diversidade de atos e cultural global. No entanto, é aí que se devem utilizar as categorias acima mencionadas, contextualizando os eventos a partir de suas outras características que não a espacial, como o modo de organização, de atuação, sua duração e proximidade temporal.

As categorias serão aplicadas para verificar os elementos comuns entre as manifestações, assim como, por tratar-se de um estudo de caso, sua relação com outros atos nacionais e internacionais. Nesta perspectiva, Marzulo (2013) relaciona as manifestações brasileiras a outras realizadas no mundo através da tática utilizada:

Nem só a luta pelo transporte público acessível, eficiente e confortável é atual. Os atos contra a decisão da prefeitura de cortar árvores para aumentar a quantidade de pistas em avenida da orla do Guaíba na região central da cidade soam sintomáticos da sintonia com o que há de mais avançado nos movimentos sociais urbanos atuais. Foram dias de protesto e acampamento, repetindo a tática utilizada nos últimos anos em diferentes pontos do planeta em movimentos cuja pauta foi a crise financeira internacional no Occupy nos EUA e nos Indignados na Espanha, passando pelas lutas democráticas no

norte da África, em especial na Praça Tahrir, no Egito, até as lutas ainda em curso em Istambul na Praça Taksim. (MARZULO, 2013).

Assim como a tática, outras características foram analisadas para verificar a relação ou não entre os eventos, como: a forma de organização, a relação entre os atores envolvidos, a relação temporal e espacial e a abrangência.

A noção de temporalidade é supervalorizada na modernidade tardia e no sistema de produção do espaço. Para relacionar o espaço e o tempo com o conceito lefebvriano retomam-se as possibilidades relacionais de *espaçotempo* que o evento provoca através do contexto cultural em que está inserido, no qual as relações sociais são pautadas pelas mercadorias. A formação da urbe nesta conjuntura faz com que o consumidor não compre apenas um espaço mais ou menos central ou com destaque social, mas também “adquire uma distância, a que vincula sua habitação aos lugares: os centros (de comércio, de lazer, de cultura, de trabalho, de decisão). [...] Compra-se um emprego do tempo” (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 8). A realização do direito à cidade supõe a reapropriação dos tempos-espaços da vida dos cidadãos. Deste modo, o tempo e o espaço como bens mensuráveis passaram a possuir valores tanto sociais como econômicos:

O tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso, etc. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e das reproduções das relações de produção na cotidianidade. (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 50).

É nesse sentido que o direito à cidade, o uso dos espaços e o evento, entendido como categoria de análise, constituem uma hipótese de que o espaço público é um campo de disputa política atravessada pelos interesses de utilização social. Sua análise ainda perpassa em um conjunto de experimentações que este trabalho visa verificar, como a possível existência de relações entre as manifestações aqui recortadas através de um período de tempo, bem como a relação entre elas e a política vigente.

Investigando os acontecimentos de dominação de espaço, à luz da época das grandes navegações, relacionados a distintas perspectivas sob os mesmos acontecimentos históricos, Massey (2008, p. 21) afirma que “coincidências de eventos formam as estruturas do tempo-espaço”. A fragmentação do espaço e sua distribuição através de zoneamento têm relação direta com a ocupação de espaços públicos, em especial os centrais, que geralmente concentram os pontos de encontro pela dinâmica urbana.

O evento então permite que as associações acima propostas, como a relação entre a fragmentação da cidade e a ocupação dos espaços públicos, sejam verificadas a partir da

análise da espacialização dos percursos, sob a perspectiva das manifestações urbanas e o espaço público. Os protestos do recorte foram estudados a partir das categorias propostas por Santos (2002), e foram verificados e espacializados a partir dos discursos dos atores. Assim como o acontecer temporal é fundamental para ato histórico a forma como o mesmo é transmitido também faz parte da história. Como as relações políticas de poder interferem e defendem sua proposta de espacialidades? Defende-se que é através dos discursos que a política estrutura-se, fazendo do sistema de educação e de transmissão dos conhecimentos um aliado na manutenção dos ideais propostos pelo Estado.

1.3 ESPAÇO PÚBLICO NAS MANIFESTAÇÕES URBANAS

Da noção de manifestações emergem seus atores, de modo que aqui realizar-se-á uma sucinta discussão sobre a definição e constituição dos atores políticos das manifestações, o que se faz necessário a fim de responder aos objetivos específicos desta pesquisa. Além disso, esta definição é diretamente relacionada à constituição da esfera social à medida que o espaço é “a objetivação do social e, conseqüentemente, do mental” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 44). Não se trata de construir uma definição da noção de manifestações urbanas e sim uma relação com a origem da questão a partir da discussão teórica, sendo o resultado do debate uma das contribuições da pesquisa.

No tocante aos grandes protestos nacionais recentes, cujos enfoques visavam especialmente o tema do transporte coletivo e o questionamento do modelo de cidade delineada pelo Estado, verifica-se forte relação com o planejamento urbano, tanto pela pauta quanto pela forma de manifestação. Relacionando as manifestações com o Estado e com o público, verifica-se que:

Vistas em seu conjunto, as manifestações apontam nitidamente para a emergência de uma consciência civil em defesa do espaço público e contrária à priorização dada pelas ações públicas aos interesses privados. Milhares de pessoas saírem às ruas em todo o país parando as principais cidades para reivindicar passagens de transporte coletivo mais baratas e criticar gastos públicos bilionários com obras supérfluas e privadas, como estádios de futebol, é ação pública de conquista do que é público. Ruas e avenidas ocupadas por marchas são a expressão visível da disputa contra a apropriação privada do que é público. (MARZULO, 2013).

Em que pese às distintas formas de organização verificadas, têm-se como elemento articulador que as manifestações urbanas recortadas neste estudo caracterizam-se por um

conjunto de eventos organizados que questionam a atuação do Estado em sua relação com o que é público. Estes protestos apresentam uma discussão atual dentro da modernidade tardia (HALL, 2012), quando a figura do indivíduo procura sua recolocação na esfera pública a partir do rompimento de alguns ícones da sociedade moderna, como a utilização do carro e necessidade de articulação público-privada para a realização de obras urbanas, referências relacionadas ao capitalismo, que é um dos fatores para a ascensão do individualismo (SENNET, 1999 [1988]). Zizek (2013, p. 118) contribui para o tema afirmando que, atualmente, a tendência geral do capitalismo global "é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político". O foco das grandes manifestações no mundo consiste, então, em uma disputa de poder materializada no espaço, constituindo a regulação deste o maior símbolo de poder. Neste cenário LEFEBVRE complementa as críticas às ações do Estado afirmando que "não existe abuso de poder, pois sempre e onde quer que exista, o poder abusa" (2008 [1972], p.19).

Com relação ao planejamento urbano verifica-se a ausência de debates públicos nas decisões governamentais, mesmo nas que interferem diretamente no cotidiano da população, além de uma consonância com a política pública desenvolvidas nas capitais democráticas do mundo ocidental (MARZULO, 2013). Realizando a associação das manifestações brasileiras com as ocorridas em outros locais, configura-se a ideia de acontecimento global verificada a partir de eventos que confrontam diretamente o Estado e a política pública. As manifestações urbanas aparecem, então, como resposta às políticas de Estado, uma vez que, a partir delas, a população, que não tem tido alternativa senão a de aceitar as imposições, acabou por criar mecanismos de defesa e superação, a fim de reverter os significados dos espaços que lhe são impingidos (SANTOS, 1995). Para Harvey (2014, p. 13):

A criação de novos espaços comuns (*commons*), de uma esfera pública de participação democrática exige desfazer a enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos. Temos de imaginar uma cidade mais inclusiva, mesmo se continuamente fracionada.

Através da tomada das ruas pelas manifestações o que passa a ser contestado é a figura do Estado gerente das políticas públicas, explicitando a crise de representatividade nacional, em que uma das palavras de ordem mais associadas à política é o termo não me representa. Considera-se que o "espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela

política; ele sempre foi político e estratégico” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 61) e estes arrolamentos são inerentes às mobilizações em questão.

Com o intuito de caracterizar as manifestações destacam-se, além de sua relação com o Estado e o público, sua organização e articulação de atores, os modos de atuação e sua relação com o espaço. Verifica-se uma diversidade de modos de articulação dada a existência de proposições, tanto a partir de pequenos coletivos e grupos civis, quanto de movimentos sociais tradicionais. É possível relacionar o tamanho do movimento e sua repercussão com sua organização, sendo as manifestações engajadas politicamente mais numerosas e com repertório de ações mais incisivas do que as propostas por pequenos coletivos. Enquanto os acontecimentos organizados pelos primeiros visam uma contestação direta contra o Estado, os instituídos por pequenos grupos seguem uma tendência de manifestar-se através da ocupação urbana, organizados normalmente em ações pacíficas e com elementos culturais, promovidos por cidadãos que evitam conflitos policiais e direcionam sua ação no nível pessoal. Para Santos (2002), a escala de origem do evento é diretamente relacionada com a força de seu emissor, de modo que cada ação caracteriza-se como um vetor, e os vetores de diferentes níveis hierárquicos combinam-se para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização.

Não há evento sem atores. Destaca-se que nos protestos em foco, as ações são tomadas coletivamente, organizadas a partir de reuniões, em geral, abertas e previamente divulgadas. Desta forma, há uma ruptura com o individualismo, tido como um dos fatos geradores da perda da esfera pública. Esta questão pode apresentar-se como controversa, uma vez que há um grande incentivo pela coletividade organizacional e as agendas são voltadas ao tema do público, contudo a ação política segue consistindo um ato de vários indivíduos que representam a sua visão nas manifestações. Em cada ato, o indivíduo realiza ações representando não só a organização que articulou o ato, mas também sua representação enquanto sujeito, inserido em um contexto social através da figura das classes sociais e, assim, finda por levantar a bandeira sob a sua perspectiva. Sobre esta relação entre o indivíduo e sua representação na organização política, Marzulo (2005) e destaca que:

O indivíduo provido de uma (auto) consciência individual e cada vez mais se constituindo como sujeito moderno em função dessa unicidade individual definida por uma interioridade psíquica, ao mesmo tempo é levado pelo processo socioeconômico da modernidade a se constituir coletivamente como classe e em termos da organização política moderna, sintetizada na figura do Estado-nação, como povo, tem seu papel social cada vez mais contaminado pela ideia de autenticidade, significando a manifestação pública

de sua unicidade. Assim, desfazem-se as fronteiras no interior do próprio processo de constituição das esferas da vida social, particularmente entre a vida privada, ou íntima e a esfera pública. (MARZULO, 2005, p. 66).

As manifestações urbanas escolhidas como caso para este estudo não se tratam de organizações, mas sim de ações coletivas, definidas por Tilly e Tarrow (2007)³ como coordenação de esforços em favor de interesses ou programas compartilhados. Cabe salientar o que se entende como atores nestas manifestações: sujeitos políticos que tomam o espaço como território em disputa através da ação propriamente dita ou do discurso envolvido. Neste sentido, mais do que personagens, os atores vão desde militantes políticos e participantes (tanto os que se engajaram ativamente nos protestos como os apoiadores que auxiliavam na disseminação da ideia através da internet) até governos municipais, estaduais e federal. Também se insere como ator a mídia (seja a grande mídia como as mídias alternativas), responsáveis pela veiculação da informação filtrada de acordo com a sua perspectiva, visando a formar a opinião pública alinhada a seus interesses corporativos e/ou políticos.

Por mais que os atores sejam abordados substantivados (os atores, a mídia, o governo), entende-se que estes são elementos constituídos somente a partir do processo, do movimento. E o movimento aqui, não é apenas um ato, é um complexo processo de rede com vários personagens envolvidos. Da mesma forma, o movimento social é uma construção teórica; é o que seus atores são. A questão central sob esta perspectiva é política, explicitada nas manifestações através do conflito: se não há conflito, não existe movimento, ao contrário da ação coletiva, que pode ser simplesmente uma ação sem contestação política explícita, embora sempre existente. Como os eventos, as ações coletivas possuem diversas temporalidades - daquelas que se esgotam na própria ação às de longos períodos - que, em geral, resultam em organizações formais.

A separação entre movimentos sociais e o Estado vai além da análise sociológica e é encontrada também a partir da prática de discursos dos atores. Por mais que os participantes não tenham filiação partidária atualmente, é normal que possuam relação histórica com partidos políticos e movimentos estudantis, que direta ou indiretamente fazem parte do ambiente político, estando assim relacionados de algum modo ao Estado - contestado nas

³ Na discussão teórica sobre ação coletiva, atores e movimentos sociais apresentados, salienta-se a referência das discussões oriundas da aula do Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva na disciplina desenvolvida no primeiro semestre de 2014 no Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS), intitulada Ação Coletiva, Contestação e Engajamento: perspectivas e metodológicas.

mobilizações. Ainda que as manifestações urbanas referidas neste estudo expressem, *a priori*, uma insatisfação com políticas do Estado, muitas das propostas visam uma articulação pelas vistas internas dele, corroborando com o sistema político vigente e, inclusive, incentivadas por alguns setores integrantes do governo.

Para complementar a noção de ação coletiva aporta-se aqui o conceito de novos movimentos sociais, proposto por Touraine (2009), que apresenta necessidade de repensar os movimentos tradicionais a partir da crescente fragmentação do meio social e público, associando-se assim ao exposto por Sennet (1999 [1988]). A maior diferenciação ocorre à medida que seu conflito central é de ordem cultural e não social, visto que o que se encontra ameaçado é um modelo de cultura, incorporada aos conceitos de política urbana estudada aqui.

Conforme a definição de Touraine (2006) os novos movimentos sociais (NMS) são um novo processo qualitativo de cultura política que objetiva um ganho social direto, ao contrário dos movimentos sociais do paradigma norte-americano e da teoria marxista que propõe alterar a estrutura social a partir do sistema de classes sociais. Sobre isso Touraine (2009, p. 178) diz que “um conflito ou um movimento social [...] só pode formar-se e desenvolver-se no contexto atual se ele for capaz de interpretar os dados subjetivos, e não somente as informações econômicas.” A proposta destes é a defesa de direitos de qualquer cidadão, como a livre expressão e a livre escolha de um estilo, através da difusão e valorização de eventos. Por meio destes almejam transformar a realidade como o exemplo das lutas pela igualdade de direitos entre sexos e etnias distintas. O autor incorpora o conceito de Tilly e Tarrow (2007) e o relaciona ao contexto da modernidade tardia:

Agora estes movimentos tendem a criar e politizar espaços alternativos de luta - como a internet - e a reorientar e reorganizar a ação coletiva. O essencial, aqui, é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. Entendo que uma relação social de dominação só pode suscitar uma ação que mereça o nome de movimento social se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social, ultrapassando as condições de produção em um setor, de comércio ou de troca ou, ainda, a influência exercida sobre os sistemas de informação e de educação. (TOURAINÉ, 2006, p. 18-19).

As diferenças organizativas apresentadas, bem como a variação do objetivo final da ação, são as principais inovações destes movimentos. Desta forma, só há movimento social se a ação coletiva tiver um impacto maior que a defesa de interesses particulares e se esta se opuser a uma dominação que tenha impacto geral na sociedade (TOURAINÉ, 2006). Por isto

faz-se necessário compreender os NMS como condutas coletivas e não como formas de evolução de um sistema.

Defende-se que o entendimento do indivíduo, sujeito e ator social para Touraine (2009), é crucial para o entendimento dos movimentos sociais. Este é considerado quem reconhece além dos seus os direitos gerais de qualquer indivíduo. Articula-se com outros atores com demandas análogas para, deste modo, agremiar-se em um coletivo, passando a se constituírem em atores sociais. São classificados como aqueles que, além de reconhecer a si e aos outros como sujeitos, atuam no sentido de alterar as políticas relacionadas com aquela causa. O autor esclarece, neste sentido, que “um *movimento social* se define pelos atores que o animam e querem mudar o uso que é feito dos principais recursos de uma sociedade” (TOURAINÉ, 2009, p. 172, grifos do autor).

A forma de explicitação destas ações coletivas é expressa em especial a partir de seu repertório de ação, que envolve distintas táticas de manifestação. Acerca dos atos que geram confrontos, organizados em geral através de grandes grupos com forte articulação política, frise-se que o uso da violência é, por princípio, simbólico, de modo a eleger como alvo setores do capital como bancos e sedes de grandes emissoras de comunicação e setores do governo (ora representado por prédios públicos, ora pela residência dos governantes). Outro sentido para a busca pelo confronto é a necessidade de visibilidade do movimento, o que, em geral, é uma forma de agregar novos militantes e evidenciar sua agenda política. Parece claro que o indivíduo vai às ruas questionando o que, a partir de suas vivências, parece-lhe não estar certo. Associa-se deste modo a história de cada um dentro destes coletivos, representando suas experiências quanto à classe social, origem e relações territoriais. É através da relação antropológica, que se abre o espaço de discussão e de troca inerente ao cidadão. Os protestos relacionados aos megaeventos explicitam estas bandeiras através do tema das remoções e da luta pela moradia digna, reivindicações as quais tornam nítidas as relações de segregação. Relações, estas, que se realizam no território, pois "a cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança" (SANTOS, 2002, p. 327). A ideia de mudança a partir do lugar, mais facilmente verificada na questão habitacional, estende-se a uma reivindicação do que é público, questionado através de ações conflituais entre os movimentos e o poder público. A respeito do conflito e uso da violência nas manifestações, Arendt (2005 [1958], p. 31) traz que:

Poder e força não são a mesma coisa quanto à sua origem e sentido original; em certos sentidos, chegam a ser antagonismos. Mas onde a força, que é um fenômeno do indivíduo ou da minoria, liga-se ao poder, que só é possível entre muitos, surge um aumento monstruoso do potencial de força — por sua vez, provocado pelo poder de um espaço organizado, mas que depois, como todo potencial de força, aumenta e se desenvolve às custas do poder (2005 [1958], p. 31).

Assim desenvolve-se a relação entre a violência e o poder, de modo que os movimentos organizados sintam a necessidade do uso da força nas manifestações a fim de reivindicar o seu espaço no poder. A partir destas demandas, o espaço público torna-se um espaço de conflito político explícito pela forma de manifestação, seja através de ocupação artística como através da utilização de táticas de confronto - como a tática Black Bloc.

1.4 DISCURSO E CARTOGRAFIA: AFIRMAÇÕES POLÍTICAS

O discurso pode ser entendido pelo senso comum como uma fala corriqueira ou como uma fala específica para um momento determinado, como o discurso de um governante ou de representantes em formatura. Porém o discurso aqui estudado é considerado a partir de qualquer forma de expressão utilizada para evidenciar um posicionamento, destacando-se como uma ação comunicacional destinada a outro sujeito. Portanto, o discurso, mesmo em falas tidas como triviais e cotidianas, é político e, portanto, constituidor de sentidos. Ao remeter-se à fala a análise é distinta para os seus diferentes modos, tendo interpretações distintas os discursos falados dos escritos, uma vez que na fala sem ensaios ele faz-se mais natural, espontâneo, enquanto que escrito é pensado e revisado, expressando diretamente o que se pretende falar. Ambos são relevantes e possuem funções e resultados políticos distintos. Qualquer enunciação, em forma de redação ou imagética, configura-se como um discurso que pretende expressar uma informação a partir de um ponto de vista.

Considerando o espaço como político, ideológico e um produto da história (LEFEBVRE, 2008 [1972]), é necessário para o entendimento de que esta narrativa é contada por alguém e de alguma forma. O discurso materializa-se na produção do espaço, através dos atores políticos que pautam o acontecer histórico. A perspectiva de onde ele é contado pode ser distinta, mas no transcorrer dos anos verifica-se uma homogeneização da história, de modo que se passa a apreendê-la geralmente por um mesmo sentido, como no estudo da era dos descobrimentos, por exemplo. Quem dita qual face deste enredo será contada? Por que meios? Quem está exercendo o poder político, responsável pelas políticas em grandes escalas? (SANTOS, 2002). Este poder pode ser entendido como governamental, mas também é

composto pelos meios de comunicação. O governo dita as políticas urbanas e as empresas de comunicação pautam e avaliam as medidas adotadas sob a perspectiva de sua linha editorial. Lefebvre (2008 [1972], p. 48) expande a relevância da política nos discursos afirmando que “essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade”. O discurso abordado aqui então tem relação intrínseca com a política, constituindo-se assim em produtor de espaços.

Considerando que o discurso ultrapassa o nível puramente gramatical e linguístico, os estudos discursivos visam "descrever como funciona a língua no seu uso efetivo, como se dá a produção de efeitos de sentido entre interlocutores" (BRANDÃO, 2012, p. 20). Através da análise extralinguística é possível verificar além do contexto imediato da comunicação, compreendendo também os elementos históricos, sociais, culturais e ideológicos que cercam a produção de um discurso e nele se refletem. O sentido, desta forma, não é construído através de uma análise literal de uma palavra ou termo, mas de acordo com o contexto sócio-histórico (BRANDÃO, 2012). Em suma, a análise de discurso objetiva verificar em que perspectivas a relação social de poder no plano discursivo se constrói, de modo que o pesquisador é o agente participante de uma determinada ordem contribuindo para a construção de uma articulação entre linguagem e sociedade. O entendimento do texto baseia-se na materialidade do discurso, tendo como concepção de imagem uma determinada ação no mundo - ação contextualizada- e estabelecendo-se cientificamente como um espaço de construção de olhares diversos sobre o real (ROCHA, 2005).

É fundamental verificar a posição discursiva, ver de onde e para quem a pessoa está falando, para que se possa fazer um estudo a partir da linguagem e verificar a finalidade do discurso. Não se pode confundir com a busca da verdade, pois neste tipo de análise não existe uma verdade absoluta, visto que a “coerência do discurso se desenvolve no espaço mental, que a garante” (LEFEBVRE; 2008 [1972], p. 42). O fundamental é a relação contextualizada, verificando a origem do discurso, seu momento histórico e a relação do ato de interpretação e também do intérprete. Com isso tem-se a construção do significado e do sentido do discurso. De acordo com Bakhtin (1992 [1979]) deve-se realizar esta análise através da definição da linguagem enquanto manifestação propriamente realizada, da língua como elemento de formação discursiva (ex. jornal, blog) e da voz como tipo de sujeito discursivo (como jornal sindical, rádio comunitária).

A cartografia, do mesmo modo, carece de uma definição. A visão comum de cartografia é associada com a grande área da geografia, que tende a ser lembrada em especial

através da geografia física. Há então uma relação entre a percepção das pessoas sobre este campo com o que lhes é ensinado. Esquece-se muitas vezes do campo político da geografia. Mesmo na cartografia, através da representação de situações físicas e políticas em mapas, há indicadores do que é convencionalmente explicitado e do que não é relevante de constar. Desta forma estabelece-se uma seleção de informações. Lefebvre (2008 [1972], p. 26) aborda o tema explicitando “porque o desenho [...] não é somente uma habilidade, uma técnica. É um modo de representação, um saber fazer estipulado, codificado”. O que é ou não é representado passa por um filtro (ou codificação) que seleciona não só o conteúdo que se quer mostrar, mas também o tipo de leitor que poderá compreendê-lo. Essa filtragem permite que seja ocultada a demanda social. Com isso o resultado das cartografias tende a ser um mapa padronizado, onde todos os espaços são representados com reduções, minimizando ou homogeneizando as relações sociais existentes, “transportadas no espaço e na re-produtividade do espaço” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 29).

Pode-se assim realizar uma analogia direta entre o discurso e a cartografia como elementos que expressam e materializam a política. Pelo viés evolucionista da geografia, atualmente pessoas influentes e governantes dos ditos países desenvolvidos afirmam que se vive um período de inevitabilidade da globalização. Essa visão, que engloba boa parte da política internacional, faz com que se percebam as diferenças políticas ao redor do mundo como atrasos políticos, de modo que, ao pensar em muitos dos países africanos, diversos governantes internacionais assumem o discurso de que estes estão atrasados em relação aos países capitalistas e altamente globalizados (MASSEY, 2008). A autora apresenta um discurso que relaciona bem os dois temas centrais deste subcapítulo: “Em 1998, Bill Clinton declarou que ‘nós’ já não podemos mais resistir às atuais forças da globalização, como não podemos resistir à lei da gravidade” (MASSEY, 2008, p. 24). No entanto, o contra-argumento a esta tese é evidente: a globalização não é uma ação natural, mas sim um processo decorrente de um projeto de políticas internacionais. “O que declarações como a de Clinton estão fazendo é tentar nos persuadir de que não há alternativas”. (MASSEY, 2008, p. 24). Esta é uma das formas em que a potência do discurso se explicita através da política. Essa fala não evidencia o mundo propriamente dito, mas sim como ele tem sido conduzido, fazendo com que se pense a geografia como história, transformando, assim, o espaço em tempo.

Assim tem-se a influência do discurso político na consolidação do sistema vigente que norteia a divisão territorial e as formas de produção. Chega-se novamente, então, à produção do espaço que através de sua representação “sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2008

[1972], p. 45). A cartografia assim torna-se um elemento discursivo através do qual se transmite uma informação que gera leituras diversas. No caso de uma cartografia social, por exemplo:

[...] todo o espaço ou fragmento de espaço não seria um texto social, ele próprio contexto de textos específicos, isto é, escritos: inscrições, anúncios etc.? De sorte que é preciso ou reencontrar ou reconstruir os códigos dessas diversas mensagens para decifrá-las. (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 37).

A partir desta análise, Massey (2008, p. 24) provoca: “e se nos recusássemos a expressar espaço em tempo? E se ampliássemos a imaginação da única narrativa para oferecer espaço (literalmente) a uma multiplicidade de trajetórias?”. Muitas das distintas formas de analisar o espaço explicitam-se como inadequadas para enfrentar os desafios desta epistemologia, ora por não incluir suas múltiplas coletâneas ora por não aceitar sua contemporaneidade ou por não lidar com a complexidade de sua constituição. A resposta para as perguntas acima é apresentada por proposições da autora, quando ela afirma que o espaço está sempre em construção, e que ele deve ser compreendido:

Com uma esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. (MASSEY, 2008, p. 28).

A aproximação dos fenômenos culturais através da lente de metáforas cartográficas é uma forma de evocar imagens implícitas e expressar ideias (DOWNS, 1981). Através dos seus três princípios (escala, projeção e simbologia), a linguagem cartográfica vira dispositivo linguístico e uma ferramenta analítica para interpretar a realidade (SEEMANN, 2005).

Neste estudo trabalhou-se com a cartografia temática, através da qual é possível a transcrição de um discurso em mapa, de modo a representar pressupostos teóricos e técnicos da distribuição de variáveis sobre um determinado local. A estruturação e organização dos dados espaciais de modo visual propicia uma rápida assimilação do comportamento de fenômenos distintos, a fim de promover uma aproximação dos fenômenos culturais através da lente de metáforas cartográficas (SANTOS, 2000).

Evidencia-se na pesquisa a importância do tema cultural no âmbito da cartografia e suas consequências espaciais, considerando, como já exposto o espaço como uma produção social. Assim, o espaço, e com ele a cartografia, pode ser ressignificado a partir de novas

ações e interpretações. A totalidade do conceito exposto, no entanto, expande a cartografia tradicional sendo a cartografia temática uma noção de autores contemporâneos que verificaram esta lacuna na área, no sentido já apontado por Santos (1996) na sua crítica à geografia.

A forma como se escreve e se lê os mapas é, portanto, política e relaciona o que está expresso com a leitura individual. A cartografia temática conecta-se ao que defende Jackson (1980), incorporando elementos da cultura ao mapa, sendo que as manifestações culturais começaram a ser vistas por ele como um conjunto de “formas distintas em que a organização material e social da vida se expressa” (CLARKE *et al.*, 1976, p. 9). A partir disso, Jackson (1989, p. 2) aborda o tema explicitando que culturas transformam-se em “mapas de significados através dos quais o mundo se torna inteligível”, e procurava explorar os aspectos materiais da cultura inseridos na rede de significados das diferentes formas de política cultural, bem como suas expressões e linguagens de ideologia, cultura popular, classe, gênero, sexualidade, raça e racismo (MITCHELL, 2004, p.197).

Através do exposto, a cartografia temática propõe a possibilidade de transcrever um discurso em mapa na tentativa de representar pressupostos teóricos e técnicos da distribuição de variáveis sobre um determinado espaço. Estas imagens recorrem a fontes de informação cartográfica que transbordam a cartografia tradicional. Seus dados espaciais estruturados e organizados admitem a assimilação fácil e rápida do comportamento de fenômenos tão dessemelhantes quanto os de natureza física, social, econômica, política, cultural, e a escalas tão elásticas quanto à urbana, regional, nacional ou continental.

Assim, tendo a cartografia como uma forma distinta de materializar um discurso, através da coleta de dados de discursos foram realizadas cartografias temáticas, a fim de espacializar as ações das manifestações.

Através da pesquisa de dados, coletados e analisados a partir do método apresentado a seguir, foi possível enfatizar a partir desses pressupostos teóricos, o conjunto de informações necessárias para relacionar política e espacialmente as manifestações em recorte e suas implicações com o espaço público. No último capítulo deste trabalho, estes conceitos serão retomados a fim de verificar suas implicações com os elementos apresentados no estudo.

2 MANIFESTAÇÕES URBANAS EM PORTO ALEGRE, RS: ESTUDO DE CASO

Através da coleta de informações, almeja-se elaborar um quadro de representação sócio-espacial a partir de eventos selecionados, obtendo dados a partir de distintas fontes. De nada vale, porém, a compilação de uma série de dados sobre um determinado tema de pesquisa se este não for organizado como informação (BECKER, 1999 [1992]). Relacionando esta diversidade de elementos com as ideias de Bourdieu (2007 [1987]), evidencia-se a importância da construção teórica relacionada aos dados obtidos a partir das técnicas de análise, pois "quanto menos consciente for a teoria implícita em determinada prática - teorias do conhecimento do objeto e teoria do objeto - maiores serão as possibilidades de que ela seja mal controlada" (BOURDIEU, 2007 [1987], p. 53).

Simultaneamente à aparição e consolidação dos movimentos estudados na capital do Rio Grande do Sul, diversos protestos ocorriam em outras metrópoles do país. A ocupação de parques e praças com atividades culturais é referida em diversas cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Maceió (VIANA; 2013). Além disso, alguns dos movimentos analisados, como o Vaga Viva e o Massa Crítica, são movimentos mundiais, existentes há alguns anos em cidades brasileiras. Deste modo:

Não seria correto afirmar que as Jornadas de Junho colocaram, pela primeira vez na história recente deste país, os jovens na rua. Através de eventos a cidade vinha sendo reivindicada por coletivos ligados à produção cultural, e foi por eles organizado. A bandeira que os unia [...] era a própria ocupação do espaço público. (VIANA, 2013, p. 61).

Pela inserção das manifestações selecionadas dentro de um contexto nacional e internacional de contestações urbanas é que se dá a fundamentação para o estudo em questão como um caso. Através do estudo de caso os dados analisados são investigados a fim de elucidar questões que são maiores do que o recorte em si e, para tal, devem ser analisados de acordo com seu contexto espacial e temporal. Desta forma, o caso estudado nunca deve ser individual, mas sim, de organizações e comunidade, sendo que os objetivos do estudo e os tipos de problemas sugerem técnicas específicas de coleta e análise de dados (BECKER, 1999 [1992]).

A partir da condição do autor deste projeto de dissertação como próximo ao tema, nascido em Porto Alegre e participante de diversas manifestações urbanas na cidade desde 2008, estruturou-se este estudo inicialmente através de um aprofundamento das questões

teóricas. Através de uma boa definição e discussão dos conceitos de pesquisa, realizada previamente às etapas de coleta de dados, a relação com o conhecimento científico aplicado ao caso pode ser feita com maior segurança. Do mesmo modo, em que pese a maior preocupação seja voltada à formação do objeto teórico, ela é embasado na concepção de método e metodologia de autores, utilizando-se, assim, as ideias de Bourdieu (2007 [1987]) abordando o tema da vigilância epistemológica, Becker (1999 [1992]) para explorar o estudo de caso e relacionar as técnicas de coleta de dados mais pertinentes à pesquisa e, por fim, Bachelard (1996 [1938]), a fim de embasar a primeira ruptura.

A pesquisa objetiva um desenvolvimento científico de coleta de informações, dados e evidências sobre as manifestações urbanas. Foi desenvolvida através de uma abordagem quantitativa e qualitativa dos resultados, buscando o cruzamento de dados para a construção da rede de relações entre as manifestações, seus atores e os espaços públicos. Além das informações de número de participantes, outros dados quantitativos fundamentais são o número de protestos realizados e sua periodicidade (apresentados no Anexo III).

A associação das informações numéricas aos discursos dos atores, analisados através de jornais, permite, através da análise de discurso, verificar no conjunto de textos de cada veículo tanto os elementos intradiscursivos como os realizados de um veículo para o outro, através da construção de significados e sentidos possíveis. A visão dos temas a partir da perspectiva do outro, conforme propõe a técnica, é um processo que proporciona uma ampliação da crítica analítica e de um aprofundamento nos temas abordados pelos discursos.

2.1 RUPTURA DO SENSO COMUM E A ANÁLISE DE DISCURSO

A seguir estrutura-se uma discussão acerca das técnicas de coleta de dados, dando enfoque especial às selecionadas para esta pesquisa: análise de discurso e coleta de dados quantitativos e qualitativos em redes sociais. Com este material, verificou-se: 1) os acontecimentos intra e intereventos; 2) a evolução dos protestos e informações relacionadas ao espaço que permitiram a construção de cartografias; 3) a verificação do histórico dos atos e a relação espacial entre os casos examinados. Remete-se aqui à questão da ruptura do senso comum, que parece ser fundamental, em especial nos estudos das ciências humanas, a partir do que Bachelard (1996 [1938], p. 253) assim se posiciona:

É preciso aceitar, para a epistemologia, o seguinte postulado: o objeto não pode ser designado como um 'objetivo' imediato; em outros termos, a marcha para o objeto não é inicialmente objetiva. É preciso, pois, aceitar

uma verdadeira ruptura entre o conhecimento sensível e o conhecimento científico.

Uma vez que o intérprete dialoga cotidianamente com o objeto estudado reforçou-se a atenção de cautela metodológica no processo analítico através da vigilância epistemológica (BOURDIEU, 2007 [1987]), que deve ser constante. E esta análise não se faz de modo simplificado a partir da escolha de uma técnica específica, pois para Bourdieu (2007 [1987], p. 55), "a ilusão de que as operações axiologicamente neutras são também epistemologicamente neutras limita a crítica de um trabalho sociológico, o próprio ou o dos outros, ao exame [...] de seus pressupostos ideológicos.". Todas as técnicas apontam para distintas formas de verificação de uma mesma ideia, possibilitando uma visão relativa do conhecimento. Por este motivo, faz-se ainda mais necessária a vigilância epistemológica de Bourdieu (2007 [1987]), com a intenção de um melhor filtro no momento da seleção de informações, momento em que se deve abstrair as relações com o universo pesquisado e buscar o rigor científico na análise dos dados. Para Becker (1999 [1992], p.152):

a mesma realidade pode ser descrita de um enorme número de maneiras, visto que descrições podem ser respostas para qualquer uma dentre uma multidão de questões. [...] em consequência, algumas questões são colocadas e respondidas, enquanto outras, igualmente boas, interessantes e de valor, e mesmo cientificamente importantes, são ignoradas.

A concepção da cronologia deste estudo (iniciando pela parte teórica para posteriormente aplicar as técnicas de coletas de dados) sobre o tema já é um processo oriundo da ruptura apresentada por Bachelard (1996 [1938]), que ressalta ao pesquisador a necessidade de cautela, em especial nos casos de proximidade com o objeto pesquisado. Bachelard (1996 [1938], p.226) afirma que, atualmente:

As rupturas de escala se acentuaram. Mas o problema filosófico permanece o mesmo: obrigar o homem a fazer abstração das grandezas comuns, de suas próprias grandezas; obrigá-lo a pensar também as grandezas em sua relatividade com o método de medida; enfim, a tornar claramente discursivo aquilo que surge na mais imediata das intuições.

A partir da definição da relevância dos discursos e das cartografias como instrumentos de afirmação política, realizada no capítulo teórico, aqui será apresentado o método de análise destas técnicas segundo a formulação dos autores contemporâneos que têm trabalhado com o tema de forma aplicada. Não serão discutidas aqui, propriamente, as questões filosóficas e epistemológicas da linguagem ou da linguística, mas, sim, como estas interferem no objeto de

estudo a partir dos discursos dos atores envolvidos. A leitura fundamental na definição deste método foi a de Araújo (2009), que discorre a respeito da técnica a partir do conceito de dialogismo, tema estruturador do método definido como hermenêutica dialógica, baseada em Mikhail Bakhtin (1992 [1979]). Como apresentado no capítulo teórico, as definições apresentadas por Araújo (2009) discutem teoricamente temas centrais da aplicação da análise de discurso. Além disso, realizam definições teóricas sobre a técnica a partir de autores como Brandão (2012). Massey (2008) também será acionada, em especial quanto aos discursos e seus sujeitos discursivos espacialmente.

Bakhtin (1992 [1979]) tem como objeto de estudo a língua, cujo foco problemático é a linguagem, exercendo radical crítica à linguística tradicional. Para o autor, todo o discurso é dialógico, podendo ser pensado na relação entre os discursos - relação interdiscursiva, associada à análise dos sentidos - e na relação entre os sujeitos discursivos (ou intersubjetividade). A partir do estudo do dialogismo, fundamental para a aplicação da hermenêutica dialógica, o método aplicado a este estudo baseia-se no estudado pelo Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura, da UFRJ (GPMC), exposto a partir dos textos de Araújo (2009)⁴, que propõe a relação entre a análise de discurso e territorialidades. Em especial, aplicou-se o método do artigo “Territorializações em Dialogismo Impertinente”, que aborda relações territoriais na construção de uma identidade do Nordeste a partir de distintos discursos.

A técnica de análise de comunicação tradicionalmente mais utilizada é a análise de conteúdo, quando o texto é analisado profundamente para, a partir do aparente, chegar a uma verdade que não é aparente. Este método caracteriza-se por um processo para encontrar a verdade da redação a partir do texto, que é a resposta à pergunta. É importante destacar que, ao se analisar um discurso de modo conteudista, o que será analisado será somente o que está enunciado, de modo que a verdade independe do intérprete. A análise de conteúdo, na qual o intérprete é apagado, não interfere na verdade que está lá colocada. Além da aparente neutralidade analítica, como o material de estudo já possui um recorte específico de análise, o texto ou objeto analisados independem do seu contexto histórico. Igualmente, nem outros discursos ou o ato de interpretação interferem no texto. A análise do discurso faz uma crítica às consequências sustentadas por um pensamento que remete ao cientificismo positivista,

⁴ Boa parte deste referencial teórico foi recortado a partir de disciplina realizada pelo Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo (IPPUR/UFRJ) no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), no primeiro semestre de 2013, intitulada Tópicos de Interpretação de Discursos, cujo aprendizado e apontamentos foram fundamentais teoricamente.

expondo que todo o discurso é relacional ao seu contexto e a outros discursos, em uma relação dialógica.

A análise do discurso não busca uma verdade, visto que, se o objeto caracteriza-se como discurso, é necessário ser contextualizado. Outra relação importante é a forma de análise, pois quem realiza este procedimento - no caso o intérprete - também se insere nesta relação, enquanto pessoas diferentes podem verificar relações distintas, de acordo com seus conhecimentos. A própria ideia de interpretação remete a uma análise que não busca uma veracidade, de modo que a análise do discurso sustenta-se na negação da existência de uma verdade absoluta. São, dessa forma, essenciais as relações que os discursos realizam com o objeto. Se o texto tem caráter de discurso, é fundamental que se traga à tona suas relações, tanto em um momento originário como no ato da interpretação e do intérprete. Além disso, através da hermenêutica dialógica aplicada ao estudo é propiciada “a fertilidade dessa metodologia para o deslindamento das tramas e disputas de significação” (ARAÚJO, 2009, p. 4).

A comunicação dos sujeitos deve ser estudada de acordo com os aspectos externos à língua, mas fundamentais para a construção do sentido. Ou seja, além do contexto imediato da situação de comunicação, incorpora-se a compreensão dos “elementos históricos, sociais, culturais e ideológicos, que cercam a produção de um discurso e nele se refletem. Considera-se o espaço que esse discurso ocupa em relação aos outros discursos produzidos e que circulam pela comunidade.” (BRANDÃO, 2012, p. 21). Por essa abertura de visão, através de sua contextualização com o momento histórico e com o discurso de outros atores em relação ao produzido, é que se considera a análise do discurso a melhor técnica para estudar o caso das manifestações urbanas em Porto Alegre, visando a um aprofundamento na relação política do espaço público para a cidade. Acredita-se que suas características enquadram-se bem neste ponto da pesquisa, que não tem por objetivo descobrir uma verdade sobre o caso, mas sim verificar como o objeto central - o espaço público - é construído a partir dos discursos.

Para compreender plenamente o discurso, faz-se necessária a apresentação de três elementos essenciais: 1) o discurso vai além do nível da gramática ou linguística, apoiando-se no primeiro e incorporando os aspectos extralinguísticos que motivam a sua produção. Uma análise a partir do discurso carece de uma atuação nestes dois níveis; 2) o discurso refere-se a enunciados concretos, como falas ou escritas que foram explanadas, concretizadas, produzidas, não sendo incorporadas na análise questões abstratas, mas sim a utilização gramatical em seu uso efetivo de comunicação - determinando a produção de efeitos de sentido entre interlocutores, definidos como sujeitos situados social e historicamente; 3) o

sujeito discursivo deve conhecer e dominar os níveis de análise linguísticos e extralinguísticos, a fim de propiciar a produção do discurso (BRANDÃO, 2012).

Através da análise extralinguística as palavras e frases não são consideradas puramente pela sua possibilidade de ambiguidade, sendo que o sentido se forma levando em conta o contexto em que o discurso está inserido, tornando o exterior como constitutivo do interior discursivo. Desta forma surge o conceito de heterogeneidade do discurso, quando “uma formação discursiva está sempre em interação com outras formações discursivas em que vários discursos estão ora em relação ao conflito, ora de aliança, e a linguagem é vista como uma arena de lutas” (BRANDÃO, 2012, p.22). Como formações discursivas entende-se um conjunto de critérios e regras que propiciam a determinação dos componentes do discurso, dos objetos, dos tipos enunciativos e dos conceitos e estratégias contidas neste (BRANDÃO, 1997). Para Pêcheux (*apud* BRANDÃO, 2012, p. 22): “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas - ao contrário - é determinada pelas relações ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico.”.

Analisando não a palavra propriamente dita, mas o que ela representa nos contextos do discurso e social, tem-se a palavra como polissêmica, plurissignificativa, a desambiguação do sentido, de modo que sua análise deve ser realizada levando em conta as condições em que esse discurso se inscreve e a formação ideológica a que se filia (BRANDÃO, 2012). O estudo, então, não é realizado através da interpretação de palavras e frases, mas sim da linguagem, que deve ser utilizada não como um instrumento, mas como um processo dialógico em que o leitor assume uma atitude responsiva ao objeto, aceitando o desafio de interpretação imposto por ele (BRANDÃO, 2012). Aqui este dialogismo pode ser associado a

uma trama complexa em que cada dizer considera dizeres passados e futuros (imaginados) do próprio sujeito e antecipa possíveis respostas à sua fala em construção por parte de destinatários identificados ou imaginários, objetivos ou difusos. Esses âlteres mais do que meros destinatários de um determinado discurso funcionam como coautores do mesmo (ARAÚJO, 2009, p. 4).

Na contemporaneidade são considerados discursos distintas formas de expressão que transcendem puramente a linguagem através da palavra, seja falada ou escrita, como as análises imagéticas, a exemplo da forma arquitetônica, da moda e da paisagem. No presente estudo foi estabelecido como recorte para a sua análise o discurso na forma textual, visto tratar-se de uma técnica em que o enunciador tem mais controle sobre o conteúdo

apresentado, permitindo revisões e correções, o que propicia uma expressão mais clara e sucinta do objeto central.

A relação dialógica evidencia as imbricações do intérprete com o discurso, e o arrolamento de ambos de modo perpassado com outros discursos. Portanto, trata-se de uma relação interdiscursiva, que tem sempre um sentido responsivo: sempre algo está sendo dito em resposta a outro. O enunciador, ao realizar uma afirmação, sempre tem em mente a quem aquele discurso é direcionado, pensando assim em como será sua percepção em relação ao conteúdo exposto e qual sua possível resposta: “o sujeito se forma, se constitui na relação com o outro, percebendo sua alteridade” (BRANDÃO, 2012, p. 26). Aqui o outro também é um componente constituidor do discurso, sendo propício afirmar que um constitui, enquanto discurso, o outro. Esta relação impera nos textos escritos, especialmente no caso de grandes corporações de mídia, quando há uma linha editorial a ser seguida e uma disputa narrativa e econômica com veículos concorrentes.

Para Brandão (2012, p. 36), “ao falar ou escrever o sujeito faz uma espécie de negociação com o outro: ele delimita, localiza no próprio discurso que produz, o espaço desse outro para indicar o território que é dele próprio.”. Compreender o discurso é, assim, compreender as relações entre o enunciador e os possíveis interlocutores. Entendimento este que, sob análise do contexto, possibilita a inclusão através das relações interdiscursivas como fundamento à própria constituição do vínculo social, imbricado com a formação ideológica. Por formação ideológica entende-se:

O conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas dizem respeito, direta ou indiretamente, às posições de classe social, política, econômica, de onde se fala ou escreve e têm a ver com relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e que são expressas quando interagem entre si. (BRANDÃO, 2012, p. 23).

A formação discursiva pode ser definida como aquilo que determina o que pode e deve ser dito, sendo que estas representam, através da linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Quando se fala em sujeito não se está trabalhando com o sujeito abstrato da gramática, mas sim com um sujeito determinado pelas suas relações históricas, situado no contexto sócio-histórico de uma comunidade, num tempo e espaço concretos. Este é indissociável de sua ideologia, de modo que sua fala reflete os valores, as crenças de um determinado grupo social (BRANDÃO, 2012).

A apresentação dos resultados será expressa inicialmente realizando uma discussão a respeito dos meios de comunicação e caracterizando-os como linguagem, língua e voz,

conforme o método realizado por Araújo (2009). A seguir foi efetuada a análise intradiscursiva.

2.2 APRESENTAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES URBANAS EM PORTO ALEGRE

No período de recorte (século XXI), observa-se uma grande diversidade de manifestações urbanas na cidade de Porto Alegre, incluindo os clássicos protestos sindicalistas, atos organizados por um ou mais coletivos - que variam desde atuações simbólicas até atos políticos organizados - e movimentos promovidos por associações de moradores e por movimentos sociais. Estes tem articulação política tradicional ou são idealizados e articulados através das redes sociais, por atores nem sempre engajados politicamente com as formas de organização anteriores.

Nacionalmente a semelhança de atos históricos com os estudados nesta pesquisa dá-se na relação da contestação nos espaços públicos e por estes, ressaltando a relevância destas áreas para a política. No que se refere à temática urbana, tem-se o registro de grandes mobilizações anteriores na década de noventa. No entanto expressavam-se através de grupos de ambientalistas, questionando o crescimento das cidades de um modo não sustentável.

Justifica-se a escolha de Porto Alegre (RS) por tratar-se de uma capital de estado que representa a abordagem a partir de grandes cidades brasileiras, que denotam especial perda da esfera pública. É comparável em dimensão com algumas outras capitais estaduais, porém situa-se entre os grandes eixos econômicos (como Rio de Janeiro e São Paulo) e as pequenas capitais. Além da questão da escala, tem-se nesta capital um histórico de governos de esquerda e centro-esquerda desde os primeiras administrações pós-constituição, que possibilitaram a implantação de medidas como o Orçamento Participativo, através do qual se estabelece um controle social dos recursos públicos. Outra possibilidade alavancada a partir destas políticas foi a realização de edições do Fórum Social Mundial, sendo um dos primeiros fóruns a debater abertamente temas como a crise capitalista e a visão socialista. Em sua maior edição, o Fórum Social Mundial de 2005 culminou com a elaboração da Carta Mundial do Direito à Cidade, trazendo uma discussão de temas com a mesma perspectiva aqui adotada. Também foi neste evento que se fundou o MPL - Movimento Passe Livre- um dos maiores articuladores dentre os movimentos participantes das manifestações urbanas ocorridas em 2013. Além das relações geográficas e políticas da capital, o número, diversidade e formas distintas de manifestação também são indispensáveis para esta análise, bem como a articulação entre os movimentos e seus atores, de modo que:

Se a questão aparece com relevância nos milhões de brasileiros que ocupam as ruas das principais cidades do país, em Porto Alegre tem características ainda mais nítidas. As manifestações recentes têm como centro o espaço público. Os protestos na capital gaúcha, desde 2011, têm se caracterizado pela defesa do uso coletivo do espaço público e contra o privilégio dado ao automóvel (MARZULO, 2013).

Quanto à seleção de protestos ocorridos na cidade, ainda que, em primeira análise, não se perceba um conjunto coeso e relações diretas e explícitas, mediante um aprofundamento em sua concepção verificam-se momentos de sobreposição, quando os atores envolvidos ou o modo de organização acabam relacionando política e/ou espacialmente os acontecimentos. O recorte é estabelecido a partir do foco nas manifestações que abordavam diretamente o direito à cidade, com especial relação com o espaço público, seja através do modo de afirmação pela ocupação destes espaços, seja pelo discurso estabelecido (como o da mobilidade urbana). A relação entre os eventos também foi um elemento de seleção importante, visto que através do diálogo entre partícipes abre-se a possibilidade de verificar a existência ou não de uma linearidade e continuidade entre estes.

Esses registros constituem as fontes de dados e foram agrupados a partir dos eventos, com base nos pressupostos teóricos desenvolvidos. Sua apresentação tem por objetivo explicitar o contexto de uma abordagem sob a perspectiva da ideia de espaço público contida nas manifestações urbanas. Selecionou-se as seguintes manifestações urbanas para realizar uma pesquisa:

- Vaga Viva: denominado em outros países como *Parking Day*, consiste na ocupação de uma vaga de estacionamento com atividades culturais, em especial em áreas centrais com calçadas subdimensionadas; a crítica apresentada no ato da ocupação é um aumento das atividades que devem ser realizadas, a princípio, nas calçadas, como brincadeiras, conversas e apresentações artísticas, de modo a evidenciar uma necessidade de ampliação dos espaços de troca e convívio em detrimento das pistas viárias. A primeira Vaga Viva de que se tem registro foi realizada em 2008, tendo o evento se repetido diversas vezes nos últimos anos. A partir de 2010 estas manifestações deixaram de ser realizadas por um grupo reduzido de pessoas e passou a atingir a marca de centenas de participantes.
- Largo Vivo: criado em Porto Alegre a partir dos conceitos da Vaga Viva como protesto contra a permissão de estacionamento de carros e proibição de determinadas atividades no Largo Glênio Peres, no centro da cidade; os primeiros protestos datam

de 2011 (quando da divulgação da decisão de alteração de uso do espaço). Caracteriza-se por uma ocupação com práticas culturais, como as atividades do Vaga Viva, tais como shows, peças de teatro e espaços de diálogo. A partir dos grandes protestos ocorridos em 2013, os eventos passaram a incluir diversas pautas abordadas nestes, de modo que as atividades evidenciavam o engajamento político, com falas dos atores e shows selecionados por seu discurso.

- **Defesa Pública da Alegria:** protestos contra a privatização de espaços públicos, como os ocasionados por políticas voltadas à Copa do Mundo FIFA 2014, com manifestações contrárias à colocação da mascote da Copa (04/10/2012) e temas relacionados ao evento esportivo, como obras de mobilidade urbana (duplicação de avenidas). Este evento teve sua primeira edição em 2012 e apresenta especial relevância no estudo por ser o primeiro protesto com forte repressão policial, de modo que se classificam estas ações como transitórias entre o Largo Vivo e os protestos organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público.
- **Massa Crítica:** manifestação mundial que ocorre na última sexta-feira do mês, consiste na ocupação das ruas por ciclistas para reivindicar o incentivo ao uso da bicicleta e outros modais de propulsão humana. A realização das pedaladas tem percursos definidos por todos no início de cada ato, sendo que em alguns casos o caminho é direcionado por algum fato, como questionamentos a projetos ciclovitários, a violência no trânsito e a relação com outros eventos estudados.
- **Protestos do Bloco de Luta pelo Transporte Público (Jornadas de Junho; movimento contra o aumento do valor das passagens):** manifestações urbanas ocorridas, em especial, nos meses de maio a julho, originadas pela contestação do aumento das passagens do transporte público municipais e de políticas relacionadas à Copa do Mundo FIFA 2014. Com a popularização dos atos, outras pautas passaram a incorporar os protestos. Porto Alegre foi a primeira cidade a manifestar-se com um grande contingente de pessoas sobre o tema, seguida por diversas outras grandes cidades. Inicialmente a bandeira da redução do valor da passagem era quase uníssona, intercalada apenas pela contestação das políticas relacionadas aos megaeventos. Após a primeira vitória do movimento - reversão do aumento da passagem -, diversos outros temas passaram a ser levantados nas manifestações, que, no ápice de participação, chegaram a ter a pauta estruturada tanto por movimentos de esquerda como de direita.

Com exceção das grandes mobilizações de 2013 promovidas pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, os eventos apresentados têm organização semelhante à do Largo Vivo, no qual a ocupação dos espaços públicos é planejada por pequenos coletivos, com atividades culturais e pouca repercussão na mídia:

Foi a partir da Defesa Pública da Alegria (e, não por coincidência, a partir de uma atitude mais incisiva e agressiva da população e da relação dos coletivos com grupos políticos) que os protestos começaram a ganhar a repercussão na grande mídia e se expandir através das redes sociais, aumentando a mobilização. (HECK, 2013, p. 12).

No final de janeiro e início de fevereiro de 2013 dois fatos marcaram a cidade: o anúncio de um novo aumento no preço das passagens de ônibus e o corte de árvores junto à Usina do Gasômetro para o alargamento da Av. Edvaldo Pereira Paiva, fazendo com que estes diversos protestos, até o momento esparsos, associassem-se em alguns pontos e passassem a agir em conjunto. O Largo Vivo, que sempre foi palco de ações culturais em que pese já apresentasse desde sua fundação críticas a políticas públicas, passou a promover ações relacionadas a estes acontecimentos e, posteriormente, articulou-se diretamente com os protestos que questionavam a questão tarifária do transporte coletivo.

O movimento contra o aumento das passagens é histórico na cidade. O destaque é que em 2013 em Porto Alegre ele passa a ser organizado por um coletivo denominado Bloco de Luta pelo Transporte Público (BLTP). Diferentemente dos anos anteriores, em 2013 este movimento contou com um grande apoio da população, deixando de ser visto apenas como decorrente de uma luta partidária e assumindo uma dimensão cidadã.

Possivelmente pela sequência de manifestações urbanas e considerando a grande repercussão dos atos do final de 2012 (primeiros eventos do Defesa Pública da Alegria, com forte repressão policial), os primeiros protestos contra o aumento da passagem contaram com números um pouco superiores aos dos anos anteriores (cerca de 300 pessoas), até um grande protesto organizado pelas redes sociais que contou com cerca de 500 pessoas ocorrido no Paço Municipal, defronte à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, também marcado por forte repressão policial e por danos ao patrimônio público. Noticiado na grande mídia metropolitana, o protesto gera polêmica pelo uso da violência, pelas depredações e por opor-se ao sistema de transporte coletivo controlado por empresas privadas. Após o aumento da tarifa de R\$2,85 para R\$3,05, mais de cinco mil pessoas saíram em caminhada originada em frente à Prefeitura de Porto Alegre, em um ato que foi a maior manifestação numérica da cidade das últimas duas décadas. Após o sucesso deste evento, diversos outros de grande

porte deram continuação à reivindicação, trazendo a bandeira do passe livre, chegando a manifestações com mais de dez mil pessoas, segundo a estimativa dos movimentos que compõem o Bloco de Luta pelo Transporte Público.

As manifestações relativas ao transporte público foram resultantes de uma crescente onda de protestos, vinculada à temática urbana e à ocupação dos espaços públicos e relacionadas entre si. A partir do reajuste do valor da passagem, obtido através de ação do Ministério Público, os protestos, que já se iniciavam em outras cidades, ganharam dimensão popular nacionalmente, chegando a mais de um milhão de pessoas nas ruas protestando no país⁵.

2.3 DISCURSO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

O estudo realizado irá colocar em confronto dialógico discursos de naturezas distintas. Para a elaboração do sujeito discursivo é essencial definir: a) o lugar de onde se fala; b) a formação ideológica à qual se filia; c) a imagem que o(s) outro(s) discurso(s) faz(em) de si; d) a imagem que faz do(s) outro(s); e) a imagem que faz do objeto de estudo.

A análise discursiva permite que o leque de material possível de captura de dados seja ampliado, considerando que os estudos discursivos visam "descrever como funciona a língua no seu uso efetivo, como se dá a produção de efeitos de sentido entre interlocutores" (BRANDÃO, 2012, p. 20). Tanto os dados quantitativos quanto os qualitativos relacionam-se com a análise do discurso, estabelecendo a analogia entre as informações obtidas e suas fontes, em especial através das redes sociais de internet. Foram analisados dois jornais com estruturas e posições discursivas distintas, assim como informações dos movimentos obtidas através de sites e redes sociais. O cruzamento do discurso exposto na mídia, representada aqui por jornais, com os discursos dos manifestantes foi a análise central desta pesquisa, uma vez que se verifica uma grande divergência em relação à leitura dos fatos, realizada através dos discursos (conforme Anexos I e II).

Os dados quantitativos dos protestos foram fundamentais para verificar a evolução de participação ou apoio aos atos (disponibilizados no Anexo III). Estes não dão conta de realizar um estudo estatístico da evolução dos eventos, de modo que podem ser investigados através

⁵ Evento ocorrido no dia 20/06/2013, segundo o site UOL Notícias, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>; acessado em 12/10/2014

de critérios de quase-estatística, ou seja, números que resultam em amostragem e enumeração imprecisas, mas que permitem que o investigador "abandone certas hipóteses nulas problemáticas" (BECKER, 1999 [1992], p. 125). Especialmente quanto aos grandes protestos foi verificada uma inconsistência de informações divulgadas por jornais, através da contagem realizada pela polícia e da estimativa de público dos organizadores do movimento, o que explicita a disputa discursiva.

Uma análise fundamental é a da posição do sujeito do discurso na estrutura das relações de pessoa no verbo. Quando o discurso é realizado na primeira pessoa (eu) trata-se de um discurso com pessoa objetiva; na segunda pessoa (tu), como pessoa não objetiva, e a terceira pessoa será a representação da não pessoa. Com isso, pode-se dividir o discurso em dois tipos: enunciação histórica e discursiva (BRANDÃO, 2012).

A enunciação histórica é caracterizada pela escrita de acontecimentos passados sem intervenção do locutor, caracterizando-se como um plano enunciativo da não pessoa, não contemplando, assim, reflexões e análises próprias do sujeito discursivo. Assim, "os acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos" (BRANDÃO, 2012, p. 29). Já o plano enunciativo do discurso é realizado por um locutor "com a intenção de influenciar, de algum modo, seu interlocutor" (BRANDÃO, 2012, p. 29). Podem ser, então, localizados pronomes referindo-se a pessoas do próprio discurso, e são transmitidas opiniões e formação de valores relativos aos temas expostos, de modo que a enunciação indispensável é a da relação dialógica entre os pronomes eu e tu na estruturação do diálogo.

Outro elemento fundamental para a análise do discurso é a definição do signo, caracterizado como a relação entre os objetos estudados, o significante, o significado e o sentido⁶. Considera-se o sentido como um conjunto de elementos que apresentam o argumento ao enunciado, comunicando-se diretamente com o interlocutor. O sentido do enunciado pode dar-se de distintas maneiras: a) as relativas à argumentação, quando a enunciação é apresentada para orientar o interlocutor a uma determinada conclusão; b) as relativas ao aspecto modal, como as indicações apresentadas por enunciados de caráter

⁶ Neste estudo empregou-se a mesma terminologia utilizada por duas linhas teóricas da Análise de Discurso, a Hermenêutica Dialógica (ARAÚJO, 2009) e a de tradição francesa -seguida por BRANDÃO (2012). Não é relevante para este estudo tratar sobre as distinções entre elas visto que a técnica é utilizada especialmente como método de pesquisa.

informativo e expressivo, buscando um distanciamento do objeto; c) as relativas ao sujeito ou aos autores eventuais da enunciação. (BRANDÃO, 2012)

Ao passo que o sentido está no nível do enunciado, a significação é o discurso contido na frase, sendo “o efeito da relação entre o locutor e o receptor” (BRANDÃO, 2012, p. 34). O discurso nunca é fechado nele mesmo, pois sempre está remetendo ao outro, que pode ser um interlocutor ou outro discurso. O discurso como um todo é chamado de significante, sendo alterado apenas pela forma como ele se apresenta (jornal, revista, internet, desenho). Já o significado é o que o discurso aborda sobre um tema específico, sendo compreendido, para a hermenêutica dialógica, exclusivamente por seu âmbito interno a fim de traduzir a intenção do sujeito em determinado contexto. No caso de discursos, o significado deve ser analisado de um em relação a outro. Este é outro ponto que difere a análise de discurso da análise de conteúdo, pois a segunda fala apenas do significado, enquanto na interpretação a partir da análise de discurso fala-se do seu significado e do seu sentido, configurando o signo:

O signo é entendido como constituído por quatro domínios imbricados e inseparáveis: i) o dos objetos “apontados” no mundo; ii) o dos significantes: trópos que conotam e denotam o objeto, correspondendo ao ato compreensivo referente às estruturas semânticas do idioma (definições de dicionário); iii) o dos significados: trópos que dizem respeito ao ato compreensivo limitado ao domínio interno do discurso, passíveis de entendimento pelos que partilham determinados léxico e gramática; e iv) o dos sentidos: trópos concernentes ao ato compreensivo, inexoravelmente associado aos anteriores, que toma por referência o dialogismo externo ao discurso pleno e tem por fundamento necessário o exercício de um juízo. (ARAÚJO, 2000, p. 5)

Para analisar o sentido de um discurso é preciso compreender que sua estrutura é constituída fora e antes do texto, como resultado de uma dinâmica de forças e interesses que raramente são aparentes, mas que o analista poderá identificar a partir da existência de duas camadas: a discursiva e a ideológica. Assim, Brandão (1997) completa afirmando que a linguagem enquanto discurso não é natural como uma simples transmissão, visto que explicita uma ideologia. Tampouco é neutra, pois sempre se relaciona a interesses do sujeito discursivo. Portanto, “cabe à análise de discurso trabalhar seu objeto, inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas.” (p. 40).

O primeiro passo na aplicação da técnica consiste na definição do signo, ou seja, na definição do objeto de análise nos discursos, o foco da investigação na relação dialógica constituída entre eles. Inicia-se este processo analisando o significado do objeto em ambos os discursos, com o objetivo de “posteriormente confrontá-los dialogicamente a fim de

interpretar os sentidos possíveis de cada um desses significados para o outro discurso e, assim, constituir os signos respectivos” (ARAÚJO, 2009, p. 4).

Após a construção do signo do objeto, realizada a partir do significante e do significado, passa-se à análise a partir:

Da identificação do sentido do significado desse discurso para seus áteres. A realização prática desse segundo momento é feita a partir da especificação da Posição de Sujeito (o lugar epistemológico a partir do qual os sujeitos constroem seus discursos) de cada um dos discursos em relação dialógica e do subsequente julgamento, no contexto em causa, dos significados de cada discurso ao olhar das respectivas Posições de Sujeito dos outros. A Posição de Sujeito é determinada a partir da análise da Linguagem, da Língua e da Voz (LLV) que caracterizam seu discurso. (ARAÚJO, 2009, p. 5).

A definição de LLV é uma proposição de Bakhtin (1992 [1979]), quando a linguagem corresponde à visão de mundo do sujeito, a língua ao modo de expressão social e historicamente típica e a voz corresponde a um sujeito social e histórico. A linguagem passa a ser considerada como o ponto de vista do locutor, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da comunicação. A língua, por sua vez, é a própria expressão da formação discursiva, de modo que só requer o locutor e o objeto de seu discurso (ARAÚJO, 2009), ou ainda, pela definição de Brandão (2012, p. 25), é “o lugar material em que se realizam esses efeitos de sentido”. A voz é o tipo de sujeito discursivo em que se busca os referenciais deste. No caso de um jornal, por exemplo, a linguagem dá-se pela postura ideológica de sua linha editorial (através do significante e significado), sua língua pode ser a jornalística e a voz de um jornal sindical. Assim, tem-se uma definição do sujeito contextualizado e com categorias de análise bem definidas para efetuar a análise dialógica.

Define-se então que a compreensão de um discurso é sustentada pela compreensão da trama que o constitui, elaborada através de uma interpretação e, assim, uma construção dialógica do objeto. O entendimento do signo é, na verdade, a construção do signo a partir do intérprete, que analisa o objeto a partir de discursos conhecidos.

2.4 O DISCURSO DOS JORNAIS E O MÉTODO DE PESQUISA

Apresenta-se neste subcapítulo por que o recorte de discursos foi realizado a partir das redações de imprensa, quais seus critérios e como os procedimentos de coleta e organização de informações foram realizados. Antecedendo estas definições, apresenta-se sumariamente a relevância da mídia como sujeito discursivo capaz de informar fatos a um grande número de pessoas, constituindo um dos meios tradicionais de conformação da opinião pública. Este foi

o motivo especial que resultou no recorte dos jornais para o estudo em questão, de modo que, caso a análise partisse exclusivamente do discurso das manifestações não teria como resultado um quadro geral. Ou ainda o que, a partir dos protestos, resultou na percepção de um grande número de pessoas, ou seja, resultaram na formação da opinião pública. Para tanto, buscou-se autores contemporâneos que abordam a relação da mídia com o seu discurso, a fim de contextualizar este segmento com as técnicas de pesquisa. Os autores Chauí (2006), Charaudeau (2008) e Moullaud (2009) apresentam uma visão crítica a partir das informações transmitidas pelos grandes grupos de imprensa, assim como a relação destes com novas formas de comunicação, como a internet, utilizando-se das ideias apresentadas por Bertrand (1999). Por fim, Lindemann (2014) foi aportado por abordar especificamente um dos meios tradicionais de jornal selecionados no recorte do estudo, trazendo informações que permitem uma contextualização de sua análise.

É notório que, através de seu discurso, o jornalismo constrói uma visão direcionada do mundo exercendo, pela comunicação, uma produção de sentidos de eventos cotidianos, em geral com uma abordagem política destes. Para Moullaud (2009, p. 26) “o jornal diário tornou-se, na realidade, um substituto do espaço público, um fórum onde se escuta o eco de todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz”. Essa voz é voltada para sua posição ideológica, na maioria das vezes não explicitada. A instância midiática, assim como a população, posiciona-se politicamente fora da governança, mas posiciona-se sobre ela. Este posicionamento é legitimado pela opinião pública, fazendo com que a mídia seja essencialmente um meio de formação de opinião pública.

Através da abordagem de Charaudeau (2008), verifica-se que o conhecimento destas instâncias de comunicação evita que incoerências sejam exercidas no processo de análise, como reduzir as explicações dos fatos apenas à personalidade psicológica e social dos atores que o produzem e, também, o erro de interessarem-se apenas pelas ideias veiculadas pelos discursos sem levar em conta a natureza das instâncias do dispositivo.

Na mentalidade do senso comum, a instância midiática deve passar informações neutras e imparciais. Essa visão é idealizada, considerando que o segmento ocupa uma posição no mercado, associado assim a toda a competitividade decorrente do capitalismo. A neutralidade não existe em qualquer instância de produção, conforme defendido na análise de discurso, pois toda a ação é realizada dentro de um contexto e por um sujeito imbricado diretamente com suas experiências e sua formação ideológica. Uma análise relevante são as manchetes jornalísticas, que se propõem a ser claras e direcionadas a fim de chamar a atenção dos leitores, constituindo a parte de espetacularização proposta (CHAUÍ, 2006). A mídia

estrutura-se em “um dispositivo de *exibição* (voltado à busca por credibilidade), e de *espetacularização*, correspondendo à sua busca por cooptação”. (CHARAUDEAU, 2008, grifos do autor).

A própria ideia de que as manchetes existem enquanto construção social relacionada a um público-alvo é endossada por Chauí (2006), que apresenta a proposta de espetacularização em busca de leitores como prática vigente dos meios de comunicação. Para ela, os meios já não informam mais. Em entrevistas, não se pergunta mais aos entrevistados o que pensam sobre os acontecimentos, mas o que sentem e o que acham. A autora indica que uma das táticas mais eficientes para noticiar a partir de um tema polêmico é comentar apenas o que se pode ou se deve comentar, ignorando todo o resto da notícia (CHAUÍ, 2006). Esta afirmação vai ao encontro das ideias de Bertrand (1999) ao afirmar que a principal influência da mídia faz-se por omissão. Deste modo, o que é expresso torna-se tão ou mais influente do que o oculto, em especial na mídia tradicional, que já possui um espaço no mercado. Para leitores fiéis, se não aparece no veículo utilizado de praxe, é como se as informações divergentes simplesmente mereçam ser desconsideradas.

Atualmente o jornalismo, não só o impresso tradicional, mas também o *online*, é um dos principais focos das grandes empresas de comunicação. Nesse contexto, os veículos devem preocupar-se em atender seus interesses e também em disputar espaço nesse mercado. Conforme afirma Bertrand (1999), a mídia se constitui ao mesmo tempo em uma indústria, um serviço público e uma instituição política. A análise abrangerá tanto um jornal tradicional, estruturado em um meio impresso (mas que também possui plataforma digital) como um jornal mais novo e estruturado na plataforma digital, com editorial destinado a um público específico e determinado explicitamente. A seleção visa colocar em confronto dialógico dois discursos de natureza de veiculação distinta: trata-se do jornal Zero Hora (tradicionalmente impresso, mas recentemente também com versão digital) e do Sul21 (jornal exclusivamente *online*). Para efeitos de análise pesquisaram-se as matérias disponibilizadas de modo *online*, uma vez que mesmo o jornal impresso apresenta matérias geralmente idênticas ou muito semelhantes em todas as plataformas. Segundo Lindemann (2014, p. 72), “a redação de ZH é integrada, de modo que os profissionais trabalham tanto para a versão impressa quanto para a versão digital”. Assim, considera-se que todos os textos publicados, independente do tipo, falam em nome do jornal.

A proposta foi identificar dois veículos da mídia que fossem representativos, ou seja, situados entre os mais lidos e, portanto, influentes, dentre os jornais de circulação em Porto Alegre. Foram excluídos da seleção jornais que circulam com origem em outros estados e os

que incorporam historicamente temas voltados especificamente para um segmento. Para esta seleção, utilizou-se dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e informações quantitativas de número de pessoas que optaram por receber informações de cada veículo. A informação do primeiro refere-se à circulação estimada de cada veículo, ao passo que o segundo foi medido a partir do número de seguidores que o veículo possui nas redes sociais, analisadas as redes Facebook e Twitter. Destas redes sociais, foram consideradas mais relevantes as informações obtidas através do Facebook, pois esta demonstrou ser a ferramenta mais utilizada pelos movimentos para sua organização e divulgação de suas atividades.

Para a realização destes filtros, iniciou-se com dez jornais de circulação da cidade, definidos a partir dos dados da ANJ e acrescidos os jornais *online*, que não possuem abrangência pela associação. Desta forma, arrolam-se os seguintes jornais, ordenados pelo número de seguidores na rede social Facebook: Zero Hora, Diário Gaúcho, Jornal do Comércio RS, Jornal Sul21, Correio do Povo, Jornal Tabaré, Jornalismo B, Revista Bastião, Jornal da Estação e Jornal Sierramar. O jornal O Sul não foi considerado por não se utilizar, na data da coleta de dados, de informações disponíveis *online* por meio das redes sociais.

A partir desta primeira seleção a natureza e a posição ideológica (elemento fundamental da posição do sujeito) foram consideradas para a realização do recorte. Optou-se pela análise do jornal Zero Hora, por ser o de maior circulação e um dos mais tradicionais na mídia impressa da cidade (ANJ, 2014). A partir desta decisão, o Diário Gaúcho foi desconsiderado por pertencer ao mesmo grupo midiático do primeiro veículo selecionado. O Jornal do Comércio RS, embora recentemente tenha aumentado o seu leque de matérias, tradicionalmente destina-se a análises econômicas e de mercado, não abrangendo diretamente as manifestações urbanas. Além disso, possui uma natureza muito similar ao primeiro (mídia impressa consolidada e tradicional), que é o mesmo motivo da retirada desta seleção do Correio do Povo, o jornal mais antigo da capital em circulação. Já o Sul21 foi fundado há menos de uma década e possui comunicação exclusivamente *online*. Trata-se de um veículo com natureza distinta dos demais. Tanto o Jornal Tabaré como o Jornalismo B e a revista Bastião são mídias independentes, não vinculadas a grandes grupos de comunicação; não obstante, além de terem uma circulação expressivamente menor que o a Sul21 - que também apresenta características de independência das grandes corporações -, tendem a realizar a cobertura especificamente dos movimentos sociais, não dispendo de um modo completo o panorama de relações entre estes e os demais contextos da cidade, como os aspectos econômicos, por exemplo. Por fim, os jornais Estação e Sierramar foram descartados por possuírem números muito baixos de circulação e de interação com a internet.

Além dos elementos destacados, foi fundamental uma análise primária das informações divulgadas pelos manifestantes, para os quais o jornal Zero Hora e o Sul21 assumem centralidade, embora as demais mídias independentes também fossem frequentemente citadas. Nestas, algumas manifestações inclusive promovem atos contra o grupo a que pertence o jornal Zero Hora e utilizam-se de algumas matérias do Sul21 para apresentar um contraponto ou a visão do que havia ocorrido na manifestação. Além dos fatores aqui apresentados, outras diferenças entre os dois veículos serão explicitadas na análise da caracterização dos sujeitos discursivos, realizada a seguir.

A partir do recorte estabelecido das duas mídias, foi iniciado o processo de coleta de informações através das reportagens disponíveis em suas páginas oficiais de internet. A proposta inicial era de selecionar alguns discursos mais representativos sobre cada uma das manifestações recortadas. Após uma primeira rodada de análise, no entanto, verificou-se que a maior parte das matérias não abordava completamente os temas, sendo fundamental verificar a cobertura jornalística que cada mídia realizava dos atos. Isso permitiu uma análise mais extensa e com mais elementos, possibilitando a verificação de repetições de termos e de elementos dos protestos, além de possíveis divergências de informações e posição entre uma matéria e outra, tanto de textos do mesmo grupo quanto na análise interdiscursiva.

Considerando a decisão de não realizar este recorte numérico de reportagens o processo de coleta e análise tornou-se bastante extenso e trabalhoso, sendo analisadas mais de duzentas reportagens no total, excluindo as que apenas citavam nominalmente cada um dos eventos. A possibilidade de acentuar o recorte, tanto de movimentos como de reportagens, foi considerada e descartada pela ausência de um filtro que mantivesse a mesma qualidade de apresentação dos dados a ponto de cumprir com os objetivos de pesquisa estabelecidos, especialmente na questão da narrativa dos atos, tida como fundamental para uma análise contextualizada.

Justamente pela opção de manter-se a contextualização dos atos e suas imbricações com outros atos e movimentos, optou-se pela realização de uma análise com tendência linear, linear, exposta nos Anexos I e II apresentando as matérias em ordem predominantemente cronológica, salvo as selecionadas por abordarem temas específicos, como a definição dos atores e as espacialidades.

Na busca nos jornais selecionados elegeram-se *tags* padronizados a fim de realizar o levantamento de material, para posterior análise. Em primeira instância, buscou-se pelo nome dos eventos selecionados: Massa Crítica, Vaga Viva, Largo Vivo, Defesa Pública da Alegria e Bloco de Luta Pelo Transporte Público. A decisão da busca especificamente pelo nome vem

ao encontro da discussão sobre a omissão de elementos selecionados nas matérias, proposta por Chauí (2006). Desta forma, se uma matéria refere-se a um protesto sem citá-lo nominalmente foi analisado que esta ação de omissão é intencional, e resulta em não dar visibilidade ao movimento. De modo análogo faz-se um comparativo a marcas privadas, quando o valor de uma marca é diretamente relacionado ao número de pessoas que a conhecem e reconhecem. Os *tags* foram pesquisados entre aspas, o que condiciona ao termo propriamente utilizado.

O sistema de busca dos sites, no entanto, mostrou-se falho. A Zero Hora apresenta uma oscilação numérica e não abrange todas as reportagens que possuem o termo. Além disso, nas matérias do site são referenciadas as últimas notícias do veículo no momento da publicação, o que faz com que a maioria dos resultados encontrados não trate do tema. Ao buscar o termo Massa Crítica, por exemplo, diversos resultados informados pelo site relacionavam-se a uma notícia recente de atropelamento. Além deste problema de busca, o site também oscilava quanto ao número de reportagens. O padrão é a exibição de dez matérias por página com a indicação do número total de páginas, onde era possível acessar as demais reportagens. Ao clicar no número que direcionava a página seguinte, no entanto, o número total de páginas era automaticamente alterado, em geral limitando-se ao número dois, como se não houvesse mais reportagens. Ao repetir a operação desde o princípio o número total de páginas informado era distinto. Porém, por um motivo desconhecido, após diversas repetições o número tornava-se estável. No caso do Largo Vivo, a primeira busca apontou dez resultados, a segunda oito e, a partir da terceira busca, em todas as seguintes aparecia o mesmo número. Mesmo com os problemas discorridos, manteve-se esta como a principal ferramenta da busca inicial das reportagens.

Após a coleta de todas as reportagens que abordavam diretamente o tema, excluindo as que apenas citavam o evento, a busca foi expandida através das informações das notícias relacionadas, divulgadas na maior parte das matérias. Desta forma, utilizou-se deste direcionamento para incluir as informações das matérias relacionadas, ainda que muitas delas não apresentassem diretamente o termo buscado através da *tag*. Considerou-se, porém, que o direcionamento realizado a partir de uma matéria que continha o termo terminava por possibilitar ao leitor a verificação da autoria dos atos. Além do mais, a partir do momento em que nem todas as notícias informavam o movimento que organizou a edição, esta diferenciação de quantas matérias o informavam e quantas não o faziam passou a ser mais um elemento de análise.

Com isso, finalizou-se a pesquisa deste veículo, embora tenha sido bastante demorada em razão das dificuldades apresentadas pelo site. Pelos motivos apresentados, é impossível atestar que todas as matérias deste veículo que se referem aos movimentos aqui estudados foram observadas na realização da seleção. No entanto, entende-se que a quantidade de material permitiu realizar perfeitamente todos os estudos necessários para a resposta aos objetivos.

A pesquisa no veículo Sul21 iniciou-se idêntica à da Zero Hora, utilizando-se dos mesmos *tags*. Do mesmo modo, o jornal apresenta dez resultados por página, porém não informa o número total de páginas. As matérias são exibidas em ordem cronológica, das mais recentes às mais antigas, ao contrário do outro veículo, que não possui uma ordem estabelecida. O sistema de busca também se evidenciou falho nesta mídia, visto que ao clicar no ícone para ir à página seguinte o resultado era uma página não encontrada. Através de teste empírico parte do endereço da página foi alterado de *page/2* para *page2*, fazendo com que a busca fosse efetuada. A partir da terceira página de reportagens o endereço da busca já explicitava o número total de página, como três de vinte, permitindo fazer uma estimativa do número de matérias encontradas para o tema. A seguir, todos os resultados foram verificados para averiguar se abordavam o tema diretamente, indiretamente (através de apenas menção) ou se tratava de outro tema que possuía o termo de modo dissociado aos eventos estudados. Através deste levantamento já foi possível quantificar as informações disponíveis em cada um dos meios, o que é fundamental para verificar como está sendo realizado o debate entre eles.

O processo de produção das cartografias apresentadas foi dividido em etapas, envolvendo o uso de diversos *softwares* disponibilizados de modo *online*, de forma livre, gratuita e colaborativa, considerando a crítica realizada na discussão teórica acerca da produção de cartografias associadas ao poder de grandes organizações.

Primeiramente, fez-se a análise dos blocos de reportagens nas quais se encontravam os termos de busca referentes a cada uma das manifestações urbanas envolvidas na pesquisa. A partir desta, foram destacados os trechos dos textos que, de alguma forma, espacializam as ações, tanto de vias como de locais de referência.

Em seguida, utilizou-se o *software* de georreferenciamento *QGIS*, preferencialmente por ser um programa de matriz aberta (*software* livre). Desta forma, foi possível a introdução de pontos que indiquem a localização espacial de cada reportagem no tecido urbano, sendo o mapa da cidade obtido através do site *Stamen* - www.maps.stamen.com - por ser um site de matriz aberta que possibilita a utilização de cartografias composta por gráficos simples, mas de boa precisão. Foi utilizada a simbologia de linhas para referenciar os trajetos descritos



Fonte: FACEBOOK; 2013



Fonte: FACEBOOK; 2013

Fonte: Autor, 2015



Fonte: FACEBOOK; 2013

Como produto do georreferenciamento, obtêm-se cartografias que registram a espacialização das reportagens dos jornais. Para facilitar a visualização, e posterior análise, os dados que se encontravam sobrepostos foram acumulados, passando a compor um ícone maior ao invés de vários ícones pequenos. Cada tamanho de ícone representa um número equivalente ao número de reportagens em que o local cartografado foi identificado. O único mapa que não respeita a ordem de tamanhos descrita é aquele que apresenta um panorama geral das manifestações observadas. Esta exceção deu-se em função da constatação de mais de uma manifestação registrada em um mesmo lugar, o que tornaria a unidade dos pictogramas inviável, dada a redução de legibilidade.

Para apresentação final dos dados, foi necessária pós-produção de todas as imagens em programas de edição de imagem (Pacote Adobe: *Illustrator*, *Indesign* e *Photoshop*), possibilitando a aplicação de legendas e dados de identificação geral das cartografias. Optou-se pela utilização da escala gráfica para possibilitar a reprodução das cartografias em diferentes tamanhos.

Cabe averiguar a disputa existente entre o público e o privado e as espacializações existentes no discurso. Por tratar-se de textos jornalísticos, não se encontra uma definição pura do conceito de espaço público, de modo que este significado foi explorado a partir destas espacializações. O conceito será conseguido a partir de fragmentos, considerando que na parte também está um pouco do todo, como a figura do mosaico apresentada metodologicamente por Becker (1999 [1992]).

3 DISCURSOS SOBRE O ESPAÇO: A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO

A pesquisa analisou 225 discursos dos jornais Zero Hora e Sul21 a fim de construir um repertório de dados discursivos. Com isso, buscou-se uma visão ampla do modo com que ambos abordam as manifestações, permitindo, assim, a construção de significados e sentidos para cada um dos jornais. Além dos discursos dos jornais, o estudo coletou informações dos movimentos especialmente a partir da rede social de internet Facebook, mas também de *blogs* e sítios dos coletivos. Estes foram utilizados a fim de verificar como o próprio movimento apresentava a si e a suas ações para, a seguir, apresentar a posição da imprensa sobre a repercussão dos atos. Com isso, foi possível elaborar o quadro destes protestos na cidade de Porto Alegre, apresentados com a análise dos discursos propriamente ditos nos Anexos I e II deste trabalho.

Partindo da análise destes discursos realizou-se a construção de sentidos e de significados, associando o estudo sobre o material com a caracterização dos sujeitos discursivos, fundamental para verificar a posição de cada um deles, definida por linguagem, língua e voz. Assim, inicia-se a análise apresentando quem são os sujeitos discursivos relacionados a este estudo para, a seguir, realizar a discussão dos significados e sentidos interdiscursivos possíveis, sempre explicitando que esta análise é realizada pelo intérprete, passível de direcionamentos e limitações, mesmo que involuntários. A construção dos significados é um fechamento analítico do estudo discursivo explicitado nos anexos deste trabalho. Desta forma, após a leitura da caracterização dos sujeitos discursivos, sugere-se a leitura dos anexos previamente a esta construção aos que estejam, porventura, pouco familiarizados com o histórico dos protestos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DISCURSIVOS

Neste subcapítulo será realizada a caracterização dos sujeitos discursivos da pesquisa, incluindo tanto uma análise inicial sobre os jornais estudados quanto à própria caracterização do sujeito analítico, responsável pela interpretação dos discursos. Conforme já explicitado, através do método de utilização da técnica de pesquisa de análise do discurso é fundamental uma prévia diferenciação entre os sujeitos discursivos, a fim de fundamentar a análise dialógica (BAKHTIN, 1992 [1979]). Inicialmente será apresentada a posição do intérprete, fundamental para compreender-se a partir de qual perspectiva ocorre o processo de análise. A seguir realiza-se uma discussão de dados sobre a relevância, história e formação ideológica dos jornais selecionados para a realização do estudo. A partir das informações apresentadas,

serão constituídas as definições de linguagem, língua e voz de cada um dos sujeitos discursivos.

3.1.1 Posição do intérprete

Neste item é apresentado o autor deste trabalho de dissertação. Uma vez que a técnica adotada para coleta de dados da pesquisa é a análise de discurso, essa caracterização faz-se necessária por dois motivos. Primeiramente por o processo ser de análise e, portanto, a leitura realizada é associada com a perspectiva do pesquisador, de modo que outros resultados poderão ser explicitados a partir do mesmo material, uma vez que o intérprete seja alterado. A segunda é pelo viés discursivo que é construído de modo inter-relacional, de maneira que o próprio discurso de apresentação da análise é apresentado com uma finalidade específica, construída a partir de elaborações do intérprete. Por mais que este busque analisar somente o texto, sempre uma análise, interpretação, é constituída de dois discursos. Logo, se a compreensão da linguagem dá-se nas relações, todo enunciado tem um caráter de discurso, que transmite uma ideia a partir de uma leitura, que sempre é dirigida a alguém.

Caracteriza-se aqui o intérprete inicialmente apresentando de onde ele fala. Trata-se de um homem, branco, nascido e criado em Porto Alegre, RS. No que tange à escolarização, realizou toda sua formação de ensino fundamental e médio em uma escola privada voltada à pedagogia construtivista. Imediatamente após a conclusão do ensino médio ingressou no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual permaneceu por seis anos e meio até a sua formatura. No semestre seguinte após a formatura de ensino superior realizou a seleção de ingresso para o curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, na mesma universidade (PROPUR/UFRGS), iniciando-o no primeiro semestre do ano seguinte e em fase de conclusão, processo no qual está inserido este trabalho de dissertação.

Visto que o trabalho aborda uma disputa de ações políticas através da leitura de alguns casos, acredita-se que a experiência política do intérprete seja atravessada pela sua leitura dos casos. Esta é historicamente associada a entidades estudantis, iniciando-se já no ensino médio através da participação em gestão do grêmio estudantil e manteve-se ao longo do ensino superior através de duas gestões consecutivas no Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA/UFRGS). Neste período também foram vivenciadas diversas experiências com o movimento estudantil nacional de arquitetura, através de participação na FeNEA

(Federação Nacional das Entidades Estudantis de Arquitetura). Além da participação no diretório, no curso de Arquitetura também exerceu o cargo de representante discente em diversas instâncias, envolvimento também relacionado à atuação política do diretório. Desta forma, mesmo após o encerramento da participação nas gestões do DAFA, o envolvimento com a política estudantil manteve-se por um longo período. Com a conclusão do curso e ingresso no mestrado, mudou-se o âmbito de participação, mas sempre direcionada para a representação de classe, através da representação discente suplente no PROPUR e o início do cargo de diretor na gestão “Cidade e Cultura” do IAB-RS (Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul), cargo em andamento e com previsão de término em 2016.

Estas experiências destacam-se por uma atuação política específica, como representante da classe no momento vivenciada. Ou seja, não houve participação em entidades de representação de esferas mais abrangentes, como no caso de estudantes, o Diretório Central de Estudantes (DCE) ou através da militância e engajamento com partidos políticos. Com relação aos últimos, mesmo sem uma representação efetiva de visão ideológica, a vivência com a política através dos partidos políticos deu-se desde muito jovem, através da militância política em campanhas eleitorais junto com o pai, funcionário público e por muitos anos associado a um partido de centro-esquerda. Desta forma, desde cedo participa de discussões e debates políticos, sempre demonstrando interesse pelas questões públicas.

A filiação familiar, além da influência em relação à formação ideológica, também se destaca na escolha profissional, visto que pai e mãe são arquitetos e urbanistas, completando o núcleo familiar com uma irmã graduada em Psicologia com doutorado em andamento no momento desta pesquisa. Esta formação fez com que desde o início do curso de graduação já houvesse um interesse especial pelas políticas públicas urbanas, em especial através do urbanismo. Do mesmo modo, atividades como pesquisa e extensão também foram realizadas no processo de graduação universitária, abrindo perspectivas para a realização de atividades de docência após o recebimento do diploma, razão que motivou a imediata realização do mestrado. No que se refere às atividades de pesquisa, destaca-se a participação em um estudo urbano-ambiental no final da graduação, que subsidiou conhecimento para a elaboração do trabalho final de graduação em um estudo urbanístico para a área em questão e, posteriormente, o projeto de ingresso na pós-graduação. Neste processo específico, ingressou no Grupo de Pesquisa Imagem, Identidade e Território (GPIT/UFRGS), que auxiliou no aprofundamento de questões teóricas e metodológicas.

Através deste interesse pelas questões públicas, ao longo da graduação ampliou-se a área de interesse para os espaços públicos, muito devido à motivação oriunda de diversas

atividades que passaram a ocorrer na cidade. Desta forma, o autor desta dissertação está inserido nos protestos estudados, o que propiciou uma análise contínua do desenvolvimento das ações, bem como uma maior facilidade de relacionar as manifestações entre si e seus atores. A atuação dentro dos coletivos anteriormente à pesquisa foi constante através de uma participação com interlocução, mas sem organização direta dos eventos.

Com este panorama, fica claro quem é o outro no discurso do intérprete, de modo que os manifestantes são tidos como organizações com as quais o autor está familiarizado e já possui um repertório de informações. Por outro lado, a mídia é analisada aqui como um sujeito discursivo que possui relação na formação de grande parte da sociedade, na qual se insere o sujeito analítico. Buscou-se uma ampliação da análise a partir da realização da pesquisa com discursos de natureza e formação ideológica distintas, de modo que o intérprete tenha seu posicionamento individual reduzido ao mínimo possível, embora seja sabido que este sempre existirá, uma vez que é intrínseco ao sujeito analítico. No que tange ao discurso propriamente dito, este possui característica de um texto escrito com finalidade científica, elaborado de forma direcionada para este meio através do crivo da banca final, na qual é apresentado à comunidade.

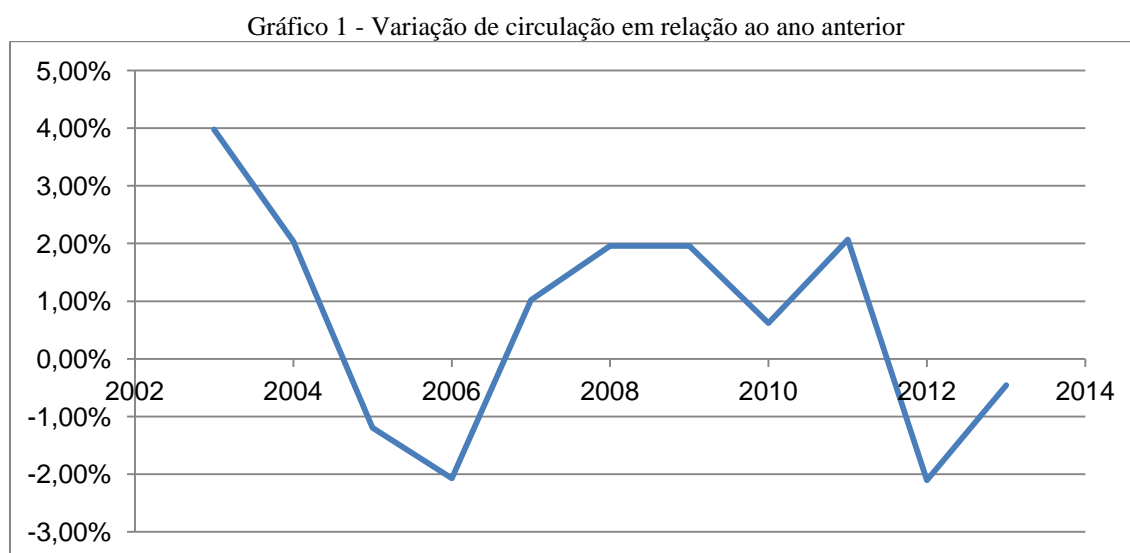
Uma das maiores dificuldades verificadas no estudo foi o constante exercício do distanciamento do pesquisador ao objeto estudado. Especialmente pela proximidade deste com as ações coletivas estudadas, que permearam o cotidiano de vida do intérprete, incluindo relações de amizade, responsáveis por encontros e constantes discussões sobre o tema e suas implicações na cidade. Este quadro influenciou na opção de aprofundar-se teoricamente no tema e procurar outras fontes de informação. Neste sentido, a análise de discurso foi fundamental, visto que, através da construção do sentido de modo interdiscursivo, a busca de colocar-se em outra perspectiva acerca dos acontecimentos, ou seja, colocar-se no lugar do outro, foi um exercício importante. Caso o objeto fosse investigado através da análise de conteúdo, que fundamentalmente busca uma verdade no texto, acredita-se que o posicionamento pré-concebido do intérprete seria incentivado. Em suma, trata-se de superar esta questão imposta pela dualidade entre pesquisador e manifestante, uma relevante construção que não deve ser negada, especialmente por defender-se que a proximidade e o desejo pelo objeto estudado movem os interesses do intérprete e, assim, da pesquisa. Trata-se de uma problemática a ser considerada, mas não resolvida, neste estudo.

Desta forma, classifica-se o sujeito intérprete como de linguagem embasada ideologicamente com histórico de orientação política de esquerda, relacionada à democracia

participativa, sendo a língua textual, realizada com finalidade científica e a voz constituída de uma dissertação de mestrado.

3.1.2 Posição do sujeito do jornal impresso Zero Hora

O jornal Zero Hora é o maior jornal impresso em circulação do Rio Grande do Sul e o sexto maior do Brasil. Regionalmente ocupa esta posição desde 2004, quando superou o jornal Correio do Povo neste quesito. No ano de 2013 (último dado compilado pela Associação Nacional de Jornais - ANJ), a circulação do jornal foi de 183.839 (ANJ, 2014). Desde o princípio do século XXI o jornal cinquentenário tem mantido seu número de assinantes relativamente estável, com um crescimento menor ou negativo nos últimos anos, como mostra o gráfico abaixo:



Fonte: ANJ, 2014

O jornal foi fundado no ano de 1964 e integra a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), fundada em 1957 e configurada como um grande conglomerado na década de 1970, com a incorporação de um canal de televisão. Em 1971, a RBS TV filiou-se à Rede Globo de Comunicações. No ano de 1995 foi lançado o site do jornal Zero Hora, com notícias atualizadas 24 horas por dia, tornando-a o segundo jornal com edição digital no país (LINDEMANN; 2014). A descrição do jornal em seu site oficial define-o em três frases:

Zero Hora, também conhecido por ZH, é o maior jornal do Rio Grande do Sul. É editado em Porto Alegre e conta com 17 cadernos, mais de 200

jornalistas, uma sucursal em Brasília e mais de 100 colunistas. O jornal está presente nas redes sociais (Twitter, Facebook, Instagram e Google +) (ZERO HORA; 2015⁷).

A seguir, apresenta um breve histórico do jornal, destacando datas mais representativas e atualizações de sua estrutura multiplataformas e de marketing. Em sua parte institucional, tanto o histórico como a potência do veículo (em circulação) são exaltados, sendo que no final há informações em relação a sua estruturação: “Referência em inovação, o jornal procura ao máximo incorporar as sugestões dos leitores na produção de seu conteúdo, apostando sempre em comunicação, interatividade e credibilidade” (Zero Hora; 2015⁸).

Como verificado pelos dados da ANJ, desde os primeiros anos do século XXI o jornal ultrapassou em número de circulação o seu até então principal concorrente, o jornal Correio do Povo. Relacionando os dois jornais, a Zero Hora caracteriza-se por ser maior em quantidade de páginas, com matérias mais longas e descritivas e por possuir um valor unitário (tanto o valor de exemplar como o de assinatura) maior, constituindo-se no jornal mais caro em produção no estado do Rio Grande do Sul. Assim, tradicionalmente o jornal é voltado à pessoas de uma classe social com mais recursos. Uma atitude explícita disso é a criação, no ano 2000, do Diário Gaúcho, outro jornal do grupo, voltado, contudo, a uma classe social com menor poder aquisitivo: com menos páginas e valor unitário muito inferior aos demais, porém mantendo a mesma linha editorial – embora com enfoque mais popular.

Ao manter sua estruturação e organização estratégica sempre muito atualizadas, verifica-se um processo de adequação da RBS à racionalidade do novo capitalismo, de modo que a empresa ingressa no século XXI estruturada como o conglomerado de mídia mais importante do sul do Brasil. Em constante modernização, mantém-se atenta às inovações tecnológicas e de gestão, assim como às novas demandas do mercado, prestes a se tornar uma organização multimídia (FONSECA, 2008, p. 213).

A atualização continuou nos anos seguintes, incorporando-se diversas atualizações digitais ao veículo, como produtos *mobile* em 2009 (que foram substituídos por aplicativos para celulares e *tablets* em 2011), e as páginas em redes sociais como o *Twitter* (2008) e o *Facebook* (2010) (LINDEMANN, 2014). Para Fonseca (2008, p. 229-230) tanto a incorporação de novas tecnologias como a reorganização do trabalho - integrando as

⁷ Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>> Acesso em: 29 mar. 2015.

⁸ Disponível em: <<https://www.assinanterbs.com.br/portal/portal-do-assinante/sobre/institucional>> Acesso em: 29 mar. 2015

multiplataformas - “são implantadas em Zero Hora com o objetivo de aumentar os lucros da empresa”.

Segundo Marcelo Rech, ex-diretor de redação do jornal, o sucesso do veículo sustenta-se em quatro pilares: a) a escolha de temas que afetam a vida do leitor; b) a valorização de distintos pontos de vista nas matérias e colunas; c) a busca de profundidade de conteúdo associada a uma maior facilidade de leitura; e d) a interatividade com os leitores (FONSECA, 2008). A questão da relação com o leitor é evidenciada direta ou indiretamente em todos os pontos, sendo assim um dos destaques de envolvimento do jornal. Segundo o seu Guia de Ética e Autorregulação Jornalística (2011, p. 31) “a RBS estimula as contribuições externas e reserva o direito de publicá-las de acordo com seus critérios editoriais”.

Os critérios editoriais do jornal são intrínsecos a sua formação ideológica. Na Zero Hora esta é realizada enquanto Grupo RBS, de modo que todas as plataformas da rede orientam sua produção de conteúdo sob a mesma perspectiva. Outra análise fundamental é a da relação do Grupo RBS com a Rede Globo de Televisão. Embora o vínculo seja prioritariamente da RBS TV, não abrangendo diretamente o jornal, através da nova organização do grupo com equipes multiplataformas muitos dos colunistas dos programas de televisão e do jornal são os mesmos, com pautas semelhantes ou até idênticas em todos os veículos do grupo. A Rede Globo também é um conglomerado de veículos de comunicação que incluem televisão, jornal, revistas e uma editora, configurando a maior potência de comunicação do Brasil e uma das maiores do mundo.

Com relação a sua formação ideológica, pode-se afirmar que o jornal segue, principalmente após a criação do Diário Gaúcho (fundado no início do período de recorte deste estudo), uma linha editorial voltada às classes média e alta, focando-se na manutenção dos padrões econômicos do grupo. Justamente por estar em um patamar empresarial bastante elevado, é natural que a posição política do grupo seja conservadora, no intuito de manter e consolidar sua posição no cenário regional e nacional. Dado o direcionamento a um público mais abonado e tradicional pode-se classificar sua posição política como neoliberal, fazendo com que a linguagem do veículo seja a do conservadorismo neoliberal, buscando: a) a manutenção da ordem estabelecida; b) a defesa da propriedade privada e das representações dos indivíduos; c) a defesa do Estado mínimo explicitado através das formas de consumo. Assim, resumindo a formação ideológica, entende-se que o jornal defende a democracia representativa.

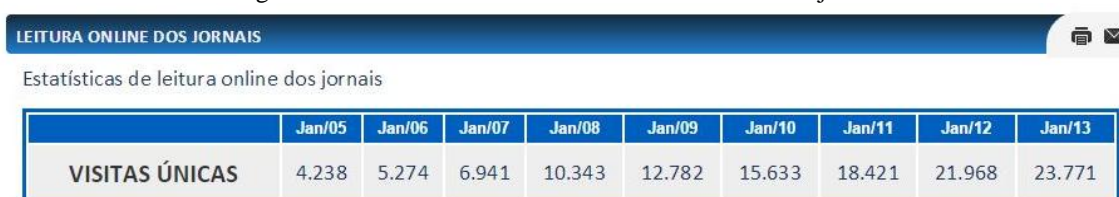
A língua é jornalística de massa, visto que pretende abranger diversos segmentos e expandir a marca e a circulação do veículo. Esta diversidade é explícita através do número de

cadernos e seções especiais do jornal, que faz as pessoas serem atraídas a ele por distintos motivos, dentre os quais se destacam o noticiário geral, os esportes e a cultura. Embora a empresa busque apresentar opiniões externas, as matérias são redigidas pelos redatores contratados da empresa, seguindo a linha tradicional do jornalismo. Por tratar-se de um jornal impresso de grande circulação, através de seu discurso e seus temas procura manter sua posição de liderança. Estas características materializam-se na voz, que expressa os referenciais do sujeito discursivo, como um órgão de imprensa tradicional, voltado para a manutenção de sua grande circulação regional vinculada ao grupo RBS. Possui discursos mais descritivos com redação jornalística tradicional.

3.1.3 Posição do sujeito do jornal digital Sul21

O jornal digital Sul21 é um dos jornais mais recentes dentre os mais lidos e comentados no estado do Rio Grande do Sul. Sua principal característica é de ser um jornal digital, sem versões impressas. Não se encontrou estudos sobre o histórico do jornal, sendo que através da busca realizada em seu site oficial na data de 15/02/2015 a primeira matéria encontrada foi de 10 de maio de 2010. Através da mesma pesquisa (que procurou matérias que contenham a vogal “a”), localizou-se 41.760 reportagens no portal. Por tratar-se de um jornal digital não se tem dados quantitativos sobre a sua circulação através de fontes oficiais. Através do site da ANJ, no entanto, encontraram-se dados relevantes sobre o crescente número de leitura *online* de jornais:

Figura 1 - Dados estatísticos sobre a leitura *online* dos jornais



| LEITURA ONLINE DOS JORNAIS | | | | | | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Estatísticas de leitura online dos jornais | | | | | | | | | |
| | Jan/05 | Jan/06 | Jan/07 | Jan/08 | Jan/09 | Jan/10 | Jan/11 | Jan/12 | Jan/13 |
| VISITAS ÚNICAS | 4.238 | 5.274 | 6.941 | 10.343 | 12.782 | 15.633 | 18.421 | 21.968 | 23.771 |

* Os números correspondem à visitas únicas por mês em milhares (000)

Fonte: IBOPE Nielsen On Line

Fonte: ANJ, 2015

A figura acima permite verificar que a leitura *online* dos jornais que aumentou mais de cinco vezes nos últimos oito anos, número que deve aumentar ainda mais devido ao investimento realizado pelos grandes grupos neste segmento e à maior difusão das redes sociais de internet, que facilitam o compartilhamento de informações. No mesmo sentido, uma vez que sua leitura é exclusivamente através da internet, é possível comparar o alcance

do jornal através do número de pessoas que seguem a página nas redes sociais, importante ferramenta de articulação dos eventos de recorte:

Tabela 2 - Número de seguidores das páginas do veículo nas redes sociais.

| Redes sociais – Facebook | | | Redes sociais – Twitter | | |
|--------------------------|-----------------------|------------------|-------------------------|-----------------------|------------------|
| Posição | Veículo | nº de seguidores | Posição | Veículo | nº de seguidores |
| 1º | Zero Hora | 1.623.571 | 1º | Zero Hora | 512.000 |
| 2º | Diário Gaúcho | 210.551 | 2º | Correio do Povo | 103.000 |
| 3º | Jornal do Comércio RS | 175.113 | 3º | Diário Gaúcho | 35.500 |
| 4º | Jornal Sul21 | 58.525 | 4º | Jornal do Comércio RS | 32.000 |
| 5º | Correio do Povo | 56.203 | 5º | Jornal Sul21 | 14.300 |
| 6º | Jornal Tabaré | 9.938 | 6º | Jornalismo B | 8.660 |
| 7º | Jornalismo B | 8.481 | 7º | Jornal Tabaré | 992 |
| 8º | Revista Bastião | 6.256 | 8º | Revista Bastião | 777 |
| 9º | Jornal da Estação | 1.337 | 9º | Jornal da Estação | 164 |
| 10º | Jornal Sierramar | 75 | 10º | Jornal Sierramar | 91 |

Fonte: Autor, 2015

Justifica-se a escolha do Jornal Sul21 para a realização da análise dialógica com o jornal Zero Hora por sua dimensão nas redes sociais associada a sua distinta posição de sujeito em relação às demais mídias influentes. Dos dados da tabela acima o veículo é o quarto em número de seguidores no Facebook e quinto no Twitter – principais redes sociais associadas ao jornalismo, ocupando a Zero Hora - outro veículo de estudo - o primeiro lugar em ambas. No estudo optou-se por não realizar a análise do jornal Diário Gaúcho por tratar-se de outro jornal do Grupo RBS, redigido em grande parte pelo mesmo corpo editorial. No caso dos Jornais Correio do Povo e Jornal do Comércio RS, trata-se de jornais já tradicionais na cidade de Porto Alegre – em especial o primeiro, que é o mais antigo em circulação no estado - e que apresentam uma posição do sujeito muito semelhante à Zero Hora, sendo todos jornais que valorizam muito sua versão impressa diária. Dentre os analisados - com recorte de jornais de circulação no estado, retirando os jornais nacionais ou que também circulam em outras regiões - o Jornal Sul21 é o que apresenta melhores dados em relação a seu alcance nas redes sociais, bem como se caracteriza por uma posição de sujeito muito distinta dos demais, por marcar sua posição política - refutando assim a tom de neutralidade - e ser um jornal de circulação exclusivamente *online*. Segundo o site oficial do jornal:

O Sul21 é um veículo de comunicação baseado nas novas mídias colaborativas da Internet 2.0. Nosso objetivo é informar e fomentar discussão sobre questões relevantes para o desenvolvimento da sociedade no Século 21, através de um olhar diferenciado sobre grandes temas e da ressignificação das mídias tradicionais. Disputamos espaço a partir de uma abordagem crítica, sem abrir mão da seriedade jornalística e do espírito colaborativo. (SUL21, 2015) ⁹.

Em sua apresentação o veículo ressalta o estímulo ao debate e a proposta explícita de disputa de espaço de mercado a partir de uma abordagem diferenciada e de um jornalismo colaborativo, motivos que motivaram a sua escolha neste estudo. Por tratar-se de um jornal e bastante recente, entende-se o motivo da não apresentação de seus dados históricos. Na mesma página citada acima aparece o nome de uma diretora executiva, um editor, três repórteres e uma representante comercial. Assim, entende-se que a estrutura fixa do jornal é pequena e o seu conteúdo é geralmente redigido por colaboradores. Na aba dos colunistas são citados 42 nomes. Entretanto, pela verificação do autor sobre os últimos artigos publicados, alguns deles não publicavam desde 2013, embora a maior parte mantenha publicações constantes.

A formação ideológica do veículo é de centro-esquerda à esquerda, de acordo com a visão verificada pelos artigos dos colunistas, apoiando explicitamente o projeto de desenvolvimento do governo federal em relação aos objetivos de redução das desigualdades regionais, econômicas e sociais (SUL21, 2015) ¹⁰. Trata-se de um jornal independente, não filiado a nenhum grupo de comunicação e tampouco a partidos políticos, embora tenha estreita relação com personagens influentes de alguns dos últimos. Entende-se sua linguagem como prioritariamente socialista, tendo alguns dos colunistas visão mais próxima da democracia participativa, uma vez que tende a remeter diversas vezes à defesa do público em relação ao privado, apoiando um Estado mais atuante, e sua posição contrária às privatizações. Em seu texto de informação institucional o jornal explicita sua formação ideológica, manifestando sua contrariedade à suposta neutralidade jornalística e seu enfoque político:

O Sul21 é um jornal dedicado prioritariamente ao noticiário político. E, aqui, reafirmamos, de forma clara, direta e honesta, as nossas convicções, que de maneira nenhuma interferirão no noticiário: apoiamos – ressalvadas algumas divergências pontuais – o projeto de desenvolvimento em andamento no Brasil, com diminuição das desigualdades regionais, econômicas e sociais.

⁹ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/quem-somos/>> Acesso em: 02 fev. 2015.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/institucional/>> Acesso em: 02 fev. 2015.

As nossas convicções, no entanto, não nos impedem de criticar este mesmo projeto que apoiamos, quando acharmos necessário. Manteremos nossa independência e autonomia, indispensáveis à manutenção do compromisso com a verdade e com a democracia na informação. Não vamos negar a nossa posição, escondê-la em entrelinhas ou por meio de subterfúgios. Nós a defenderemos, claramente, a cada dia, no editorial. A nossa postura política, porém, jamais se sobreporá aos fatos. Divulgaremos, como temos feito, todas as opiniões, assegurando espaços a todas as correntes de opinião que, como nós, sejam democráticas. (SUL21; 2015) ¹¹.

As convicções políticas do jornal são apresentadas como um de seus diferenciais, atestando de que estas não limitam sua visão e leitura dos fatos. Ao afirmar que o posicionamento explícito é contrário a ações que o fazem de forma obscura trata de criticar indiretamente os veículos de grandes conglomerados de comunicação, como a Zero Hora. A própria forma de veiculação - *online* e grátis - explicita sua defesa de ações de compartilhamento, opondo-se assim à cultura consumista. Desta forma, pode-se afirmar que o jornal tem como formação ideológica a democracia participativa ou direta, sustentada no empoderamento da população.

Se na descrição do veículo o site é bastante conciso, na sua descrição institucional este se posiciona em relação a sua linguagem e língua (especialmente no segundo parágrafo e no primeiro, respectivamente):

Somos um jornal veiculado exclusivamente na internet, comprometido com a democracia e a honestidade. [...] Nosso noticiário busca sempre a verdade factual, dando oportunidade de expressão a todas as correntes, sejam elas ideológicas, partidárias, religiosas ou esportivas. [...] Defendemos o direito à diversidade, ao contraditório. É do diálogo entre os diferentes que a democracia nasce e se fortalece. Não aceitamos qualquer tipo de preconceito. Ao contrário, garantimos e garantiremos o direito de todos darem a sua versão dos fatos. (SUL21; 2015) ¹².

Desta forma entende-se a linguagem do veículo como política, caracterizando-se como um jornal de vanguarda, prioritariamente socialista, tendo alguns colaboradores visão mais próxima da democracia participativa. Sua língua é predominantemente jornalística com um enfoque especial para o tema do noticiário político, embora apresente um número considerável de matérias opinativas, de acordo com cada colaborador. Ao posicionar-se politicamente sobre os temas e apresentar, inclusive, críticas à concorrência, tenciona

¹¹ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/institucional/>> Acesso em: 02 fev. 2015.

¹² Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/institucional/>> Acesso em: 02 fev. 2015.

desequilibrar a liderança dos demais. Ao contrário dos jornais de grande circulação no estado, apresenta-se como uma plataforma aberta a colaboradores.

Pelos mesmos motivos, considera-se a sua voz jornalística voltada a um público específico, com um enfoque especial para o tema do noticiário político, sendo mais analítica do que descritiva. Sua caracterização com relação a LLV explicita uma posição de veículo de comunicação novo, com divulgação e acesso exclusivamente *online*, direcionado a um público e classe social específicos. Portanto, a construção do sentido é realizada a partir do dialogismo externo ao discurso, exercitando assim o fundamento necessário para a definição de um juízo.

3.2 ESPACIALIZAÇÕES E SIGNIFICADOS

A partir da definição da posição dos sujeitos discursivos centrais à interpretação dos discursos, tendo então por base esse referencial metodológico, partiu-se à definição dos significados nos dois veículos. Considerando que o estudo central desta pesquisa é o espaço público, a análise central será na construção de sentidos a partir deste conceito, por vezes tratado apenas como espaço. Cabe averiguar, neste ponto, a disputa existente entre o público e o privado e as espacializações apresentadas. A busca pelo significado de espaço nos discursos de mídia tem como premissa básica a assertiva de que discursos definem o espaço atribuindo a ele unidade - como a partir de recortes geográficos - ou significações, em ação simultaneamente instituidora e de apropriação, de modo a estabelecê-lo como campo de disputa. A partir desta perspectiva, os elementos identificados com o espaço público e as espacializações serão: a) elementos urbanos contextualizados - como em frente à prefeitura, em direção à Av. Borges de Medeiros; b) recortes geográficos, como na região central; e c) termos correlatos. Os mapas apresentados são sintéticos, expressando apenas as informações obtidas a partir dos discursos. Nestes são simbolizados os protestos com percursos através de linhas e os atos pontuais através de símbolos do movimento, conforme apresentação no capítulo de método.

Além da questão espacial, é fundamental ver, nesta construção, como são caracterizados os atores das manifestações. A partir do estudo intradiscursivo de cada manifestação - apresentado nos Anexos I e II - realizou-se os significados dos discursos para, a seguir, construir seus sentidos possíveis através da análise dialógica interdiscursiva. Posteriormente, como forma de conclusão, foi realizada uma relação histórica e política na construção dos protestos, que acarretou na configuração de um evento único das

manifestações urbanas de Porto Alegre. As contextualizações históricas entre os novos movimentos sociais analisados também será um enfoque a ser destacado.

Em síntese, têm-se como categorias de análise dos significados: a) o espaço público e as espacializações a partir das manifestações; b) caracterização dos atores envolvidos; c) relação histórica dos protestos. Após o estabelecimento destes critérios, as mobilizações serão analisadas através de distintas modalidades: a) a análise intraevento, realizada através dos discursos no próprio momento de análise, quando será possível verificar a abordagem das categorias de análise no evento em si; b) a relação intereventos, expressando o relacionamento histórico e sequencial ou sobreposto entre as manifestações analisadas e protestos nacionais e internacionais, conforme análise proposta por Santos (1999).

Estas análises foram subsidiadas a partir de dados quantitativos e qualitativos coletados e analisados pelo autor desta pesquisa nos Anexos I, II e III, a fim de permitir uma melhor caracterização tanto dos conceitos quanto dos eventos e de sua relação histórica¹³.

O objetivo aqui é verificar como os veículos analisados realizam a construção do tema do espaço público nas manifestações investigadas, levando em consideração a sua posição de sujeito. Para isso, em todas as matérias analisadas foram verificados os elementos que espacializam as ações dos grupos e, a partir destas referências, foram elaboradas cartografias temáticas, conforme explicado no método.

Por tratar-se de textos jornalísticos não se encontra uma definição pura do conceito. Este significado foi pesquisado a partir das espacializações em si e do modo como estas são expressas, de modo que primeiramente serão apresentadas as cartografias construídas a partir das referências espaciais para, a seguir, discutir sobre como estas foram relacionadas à noção central desta dissertação. Os mapas apresentados serão sintéticos, reunindo as informações dos dois veículos. Posteriormente serão verificados os significados da caracterização dos atores envolvidos e a relação histórica entre os eventos de cada veículo. Por fim, apresentar-se-á uma breve discussão sobre o sentido de cada conjunto de matérias.

Como já exposto, a análise partiu da divisão dos eventos em dois grupos, um configurado por disputas simbólicas pelo espaço público e o segundo por conflitos políticos. Verifica-se que nos primeiros a tendência é de um número menor de reportagens, fazendo com que as espacializações também tenham menos informações. Já o segundo é caracterizado

¹³ Destaca-se que a Análise de Discurso realizada parte de uma Análise de Conteúdo praticada para cada jornal, explicitada nos anexos referidos, para a qual foram utilizados os mesmos procedimentos e critérios da posterior Análise de Discurso, aqui apresentados. Este estudo prévio foi fundamental para a construção dos significados e subsidiaram a interpretação da linguagem de cada veículo.

por um número muito grande de informações, permitindo que a análise seja realizada com maior profundidade. Além disso, outra diferença é que o segundo grupo possui diversos elementos referenciados a espaços da cidade, como locais de fuga após os conflitos.

3.2.1 Espacializações dos discursos de disputa simbólica

Serão abordadas aqui as espacializações realizadas pela mídia dos atos realizados pelo Massa Crítica, Vaga Viva e Largo Vivo, cada um deles com sua particularidade espacial e de número de informações obtidas. Posteriormente à apresentação do outro grupo de eventos será apresentada a construção dos significados obtidos para cada mídia.

No que se refere ao Massa Crítica, a espacialização dos dois veículos apresenta-se de modo semelhante, destacando prioritariamente pontos ao invés de percursos. Além de pontos, há matérias de ambos que abordam espacialmente a manifestação associada a bairros, sendo citados a Cidade Baixa e o Moinhos de Vento na ZH (CENTENAS..., 2014) e Centro e Cidade Baixa no Sul21 (AS FOTOS..., 2012).

Embora o movimento seja estruturado a partir de percursos em vias da cidade, na maior parte das referências são apenas citados locais. A exceção é uma matéria do Sul21 que descreve todo o percurso realizado, através da sequência de ruas percorridas e de locais de referência de início (Largo Zumbi dos Palmares) e ponto de retorno (Fundação Iberê Camargo) (CICLISTAS..., 2013). Esta também tem o diferencial de apresentar locais mais distantes da região central, sendo todos os demais situados nesta. Não é possível afirmar se os percursos tendem a concentrar-se em bairros centrais da metrópole ou se apenas os que se deslocam a regiões mais distantes não são abordados pelos veículos. Salienta-se que a realização do percurso por locais de grande circulação e com prédios altos consta nas orientações do *blog* do movimento em Porto Alegre, que atestam que aí há mais interação com pessoas e o percurso torna-se mais interessante (MASSA CRÍTICA POA, 2015).

Na descrição do percurso o Sul21 utiliza-se, além dos locais de referência, do trajeto através de avenidas da cidade, como a Av. João Pessoa, a Av. Ipiranga e a Av. Padre Cacique (CICLISTAS..., 2013). Em outra matéria o veículo também cita outros bairros da cidade, adjacente à região central e referencia alguns pontos através de outras avenidas - Av. 24 de Outubro e Av. Voluntários da Pátria- (AS FOTOS..., 2012).

Outra referência espacial exibida nos dois jornais é a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, apresentada como ponto de partida na primeira matéria registrada pela ZH sobre o acontecimento na cidade e posteriormente como destino (CAPOS, 2009 e CICLISTAS

PEDALAM... 2013) e somente como local de destino pelo Sul21, em outras datas (NATUSCH, 2011b; NATUSCH, 2011c; FOGLIATTO, 2014). Considerando que o Sul21 busca uma maior caracterização do movimento, sua cobertura jornalística apresenta mais referências espaciais que a Zero Hora, com a maioria dos locais citados por ambos ou apenas pelo jornal *online*. A exceção é que o jornal Zero Hora é o único a citar a presença do movimento na área na Câmara de Vereadores em ato de protesto pelo Plano Diretor Cicloviário (CICLISTAS REALIZAM..., 2013).

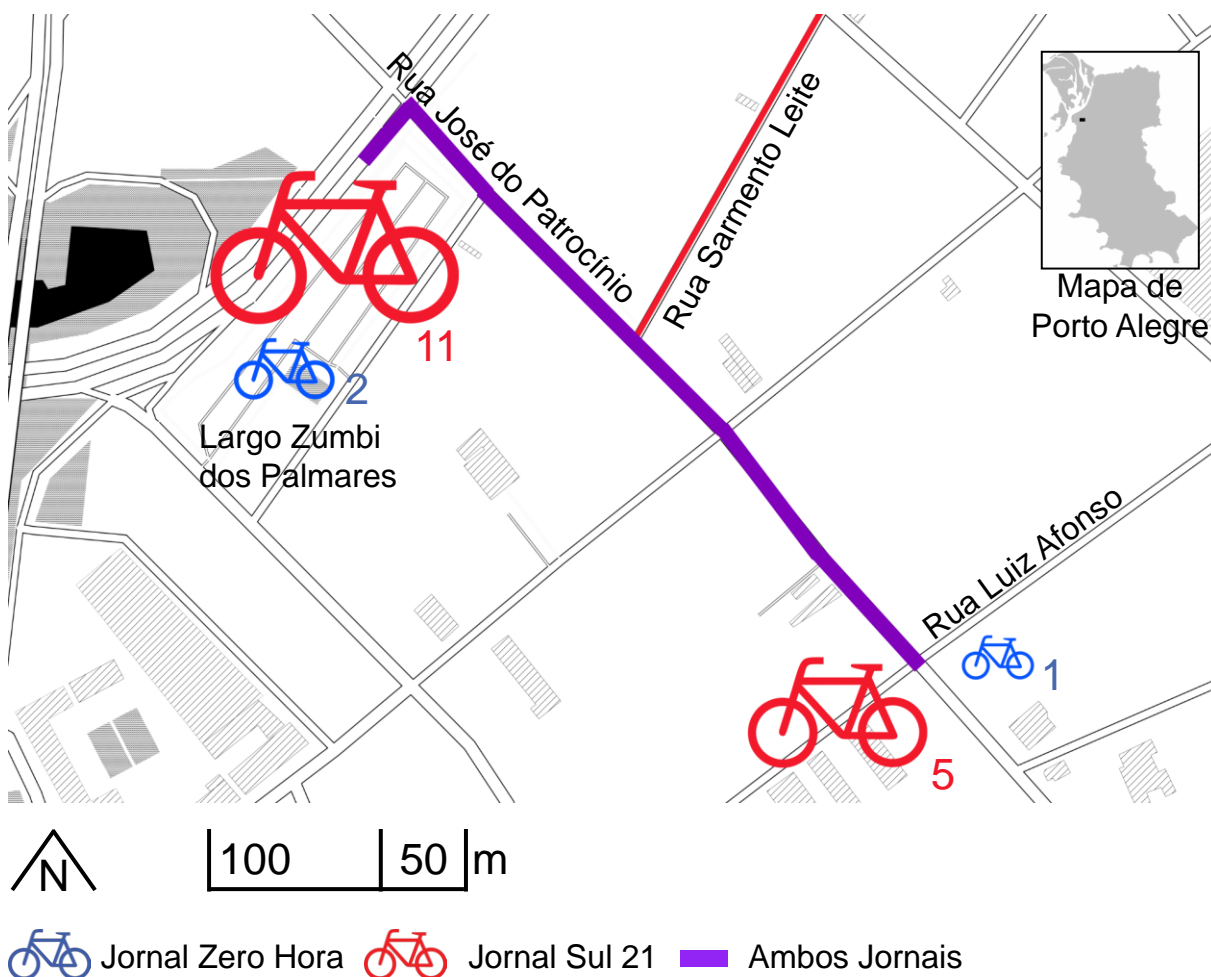
Figura 2 - Cartografia dos discursos relacionados ao Massa Crítica



Fonte: Autor, 2015

Alguns pequenos trechos são apresentados sempre na origem dos atos e são descritos por ambos da mesma forma: partindo do Largo Zumbi dos Palmares e seguindo pela Av. José do Patrocínio (NATUSCH..., 2011a, MOTORISTA..., 2011). O bairro Cidade Baixa é constantemente acionado por situar o local de início, e no cântico dos manifestantes: “Relaxa, motora, relaxa: tem gente pedalando na Cidade Baixa” (NATUSCH..., 2011b). Muitas das citações do início do trajeto são realizadas em matérias sobre o atropelamento, tema central da cobertura jornalística. Nestas destacam-se dois pontos: o ponto de partida (Largo Zumbi dos Palmares) e o local do atropelamento (esquina das ruas José do Patrocínio e Luiz Afonso), conforme mapa abaixo:

Figura 3 - Cartografia de aproximação dos discursos relacionados ao Massa Crítica



Fonte: Autor, 2015

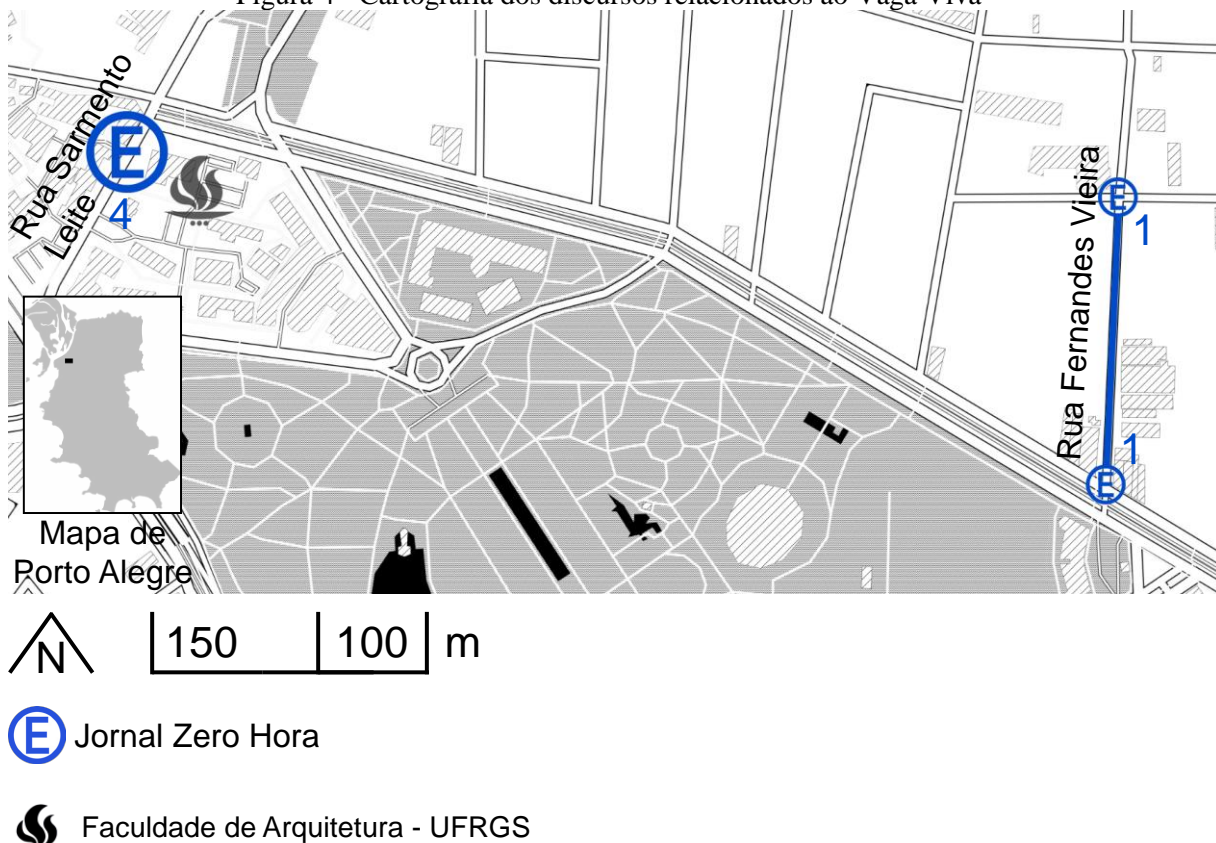
Independente de que um dos objetivos apresentados pelo grupo seja “uma retomada festiva do espaço público” (MASSA CRÍTICA POA, 2015), esta reivindicação não é explicitada nas reportagens da Zero Hora. O jornal Sul21 apresenta o movimento como de

“resistência cultural que protesta contra a política repressiva e privatista da prefeitura para a área cultural” (MARQUES, 2012), não fazendo menção direta ao conceito. Somente em matérias de opinião, sendo duas de entrevistas com integrantes internacionais do movimento realizadas nas edições do FMB na cidade, o espaço público é associado diretamente ao MC. Na primeira delas a ocupação do espaço público por bicicletas é relacionada a uma proposta de desafiar regras e símbolos do capitalismo moderno (CARLSSON, 2013). Na outra, uma integrante do movimento em Nova Iorque traz que as principais críticas realizadas pelo movimento naquela cidade consistem em retirar os carros dos parques e uma retomada dos espaços públicos por conta da população (OLIVEIRA, 2013). Em redação de opinião seguinte o movimento é associado a outras atividades como forma de contraponto “às sucessivas políticas de restrições do espaço público, implementadas sistematicamente pelo poder municipal” (VILLAVARDE, 2013).

Diferentemente do Massa Crítica, tanto o Vaga Viva como o Largo Vivo não são protestos estruturados a partir de percursos urbanos, situando-se em locais específicos. Deste modo, o interessante de ser analisado no caso do Vaga Viva é em quais o evento foi realizado. Das sete edições encontradas na pesquisa do movimento, destaca-se uma concentração das primeiras nas principais vias do bairro Cidade Baixa e arredores, seguidas de um caso no Centro Histórico (5ª edição, na Rua dos Andradas), outro no bairro Moinho de Vento (6ª edição) e o último no Bairro Bom Fim. Todos estes são bairros da região central, e o Centro, a Cidade Baixa e o Bom Fim são bairros adjacentes. Destaca-se que três edições consecutivas divulgam no título do evento o seu local de concentração (FACEBOOK; 2015).

A espacialização dos discursos da mídia, no entanto, não apresenta o mesmo quadro. O Sul21 refere-se ao movimento ocultando dados cartografáveis. Na Zero Hora encontraram-se indicações apenas do último episódio, quando deixa claro o local onde as vagas foram ocupadas através da referência do nome da via (MOBICIDADES; 2014), conforme mapa abaixo:

Figura 4 - Cartografia dos discursos relacionados ao Vaga Viva



Fonte: Autor, 2015

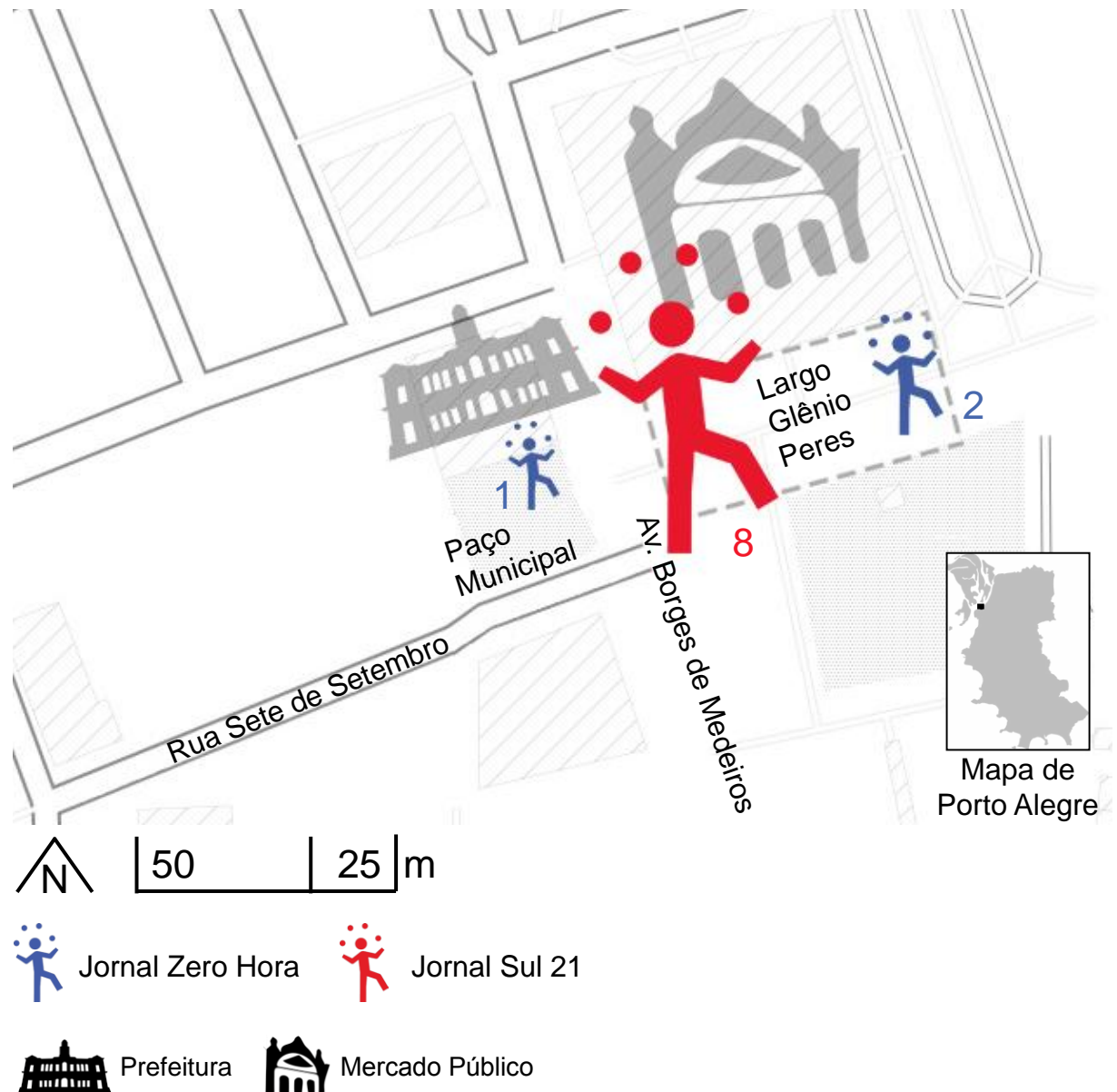
Além da reportagem que tratou da edição do Vaga Viva que ocupou um trecho de quadra de uma rua do bairro Bom Fim, redigida por coletivo de ciclistas independentes ao veículo (MOBICIDADES, 2014), outras quatro foram identificadas na ZH com referência à espacialização do movimento, relacionadas ao caso da instalação do *parklets* em frente à Faculdade de Arquitetura da UFRGS. No que tange à descrição espacial destaca-se como principal referência o nome da via onde se deu o ato, seguida de indicações de prédio público - “em frente à Faculdade de Arquitetura” (MARG, 2014). Na matéria de opinião do jornal Zero Hora, o VV é mencionado como uma proposta de “humanização de espaços públicos” (MOBICIDADES, 2014).

Por tratar-se de ato estruturado para contestar a permissão de manifestações e atividades em um local específico, o esperado foi que todas as referências espaciais relacionadas ao Largo Vivo fossem do Largo Glênio Peres. Desta forma, a análise passou pela forma como o local foi citado.

Encontrou-se um maior número de reportagens com elementos cartografáveis no Sul21, sendo que todas fazem referência direta ao Largo Glênio Peres. Com relação às referências espaciais associadas a ele, destaca-se: “no Mercado Público de Porto Alegre”

(CARVALHO, 2011) e “ao lado do Mercado Público de Porto Alegre” (FOGLIATTO, 2014). A ZH, além de referenciar o local como “no centro da cidade [...] em frente ao Mercado Público” (MANIFESTAÇÃO PACÍFICA..., 2013), ainda o faz situando-o “em frente ao Paço Municipal” (ATO EM..., 2013).

Figura 5 - Cartografia dos discursos relacionados ao Largo Vivo



Fonte: Autor, 2015

Com relação ao Largo Glênio Peres, o Sul21 insere o local na malha urbana, classificando-o como “tradicional espaço que costeia o Mercado Público e a avenida Borges de Medeiros, no centro da Capital” (OLIVEIRA, 2011). Destaca-se também que grande parte

das reportagens deste veículo é classificada como agenda, constituindo um chamamento para uma edição do evento.

Na análise das edições organizadas pelo Facebook encontraram-se algumas edições especiais que não ocorreram no Largo Glênio Peres, agendadas para Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Praça do Aeromóvel (Júlio Mesquita), Cais Mauá e Praça do Arco (frente do Mercado Público). Além destas informações, algumas que ocorreram no local tradicional referenciavam o local ao contexto urbano, citando o Mercado Público e o centro da capital (FACEBOOK; 2014).

No que tange ao conceito de espaço público, os dois jornais relacionam este como o mote central do Largo Vivo. Na ZH isso é apresentado como “ativistas pregam a ocupação dos espaços da cidade”. (MANIFESTAÇÃO..., 2013) e nas afirmações de que “eventos culturais realizados em parques e pontos urbanos refletem comportamento e consciência do uso do espaço público” (FOSTER, 2013) e que o fato de que “a rua é pública [...] tem ficado mais claro não só diante das manifestações, como nos eventos culturais que vêm ocorrendo em Porto Alegre” (FOSTER, 2013). O Sul21 aborda o conceito em todos os protestos relacionados à ocupação política do espaço público e um contraponto ao capitalismo, simbolizado pelo ícone do carro. Salienta ainda que “espaços públicos têm que valorizar os pedestres e ciclistas”. (DUARTE, 2012)

Em suma, verifica-se que a maior parte das espacializações destes movimentos situa-se em bairros centrais da cidade, diversas vezes relacionadas ao Centro Histórico. Há referências de protestos em locais um pouco mais distantes destes, mas são considerados casos atípicos dentro do grande número dos que se referenciam a tal. A maioria dos atos possui uma associação a locais históricos, seja por ponto de encontro (Largo Zumbi dos Palmares e Largo Glênio Peres) ou por sua representatividade política e simbólica (Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Mercado Público).

3.2.2 Espacializações dos discursos de conflito político

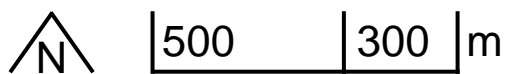
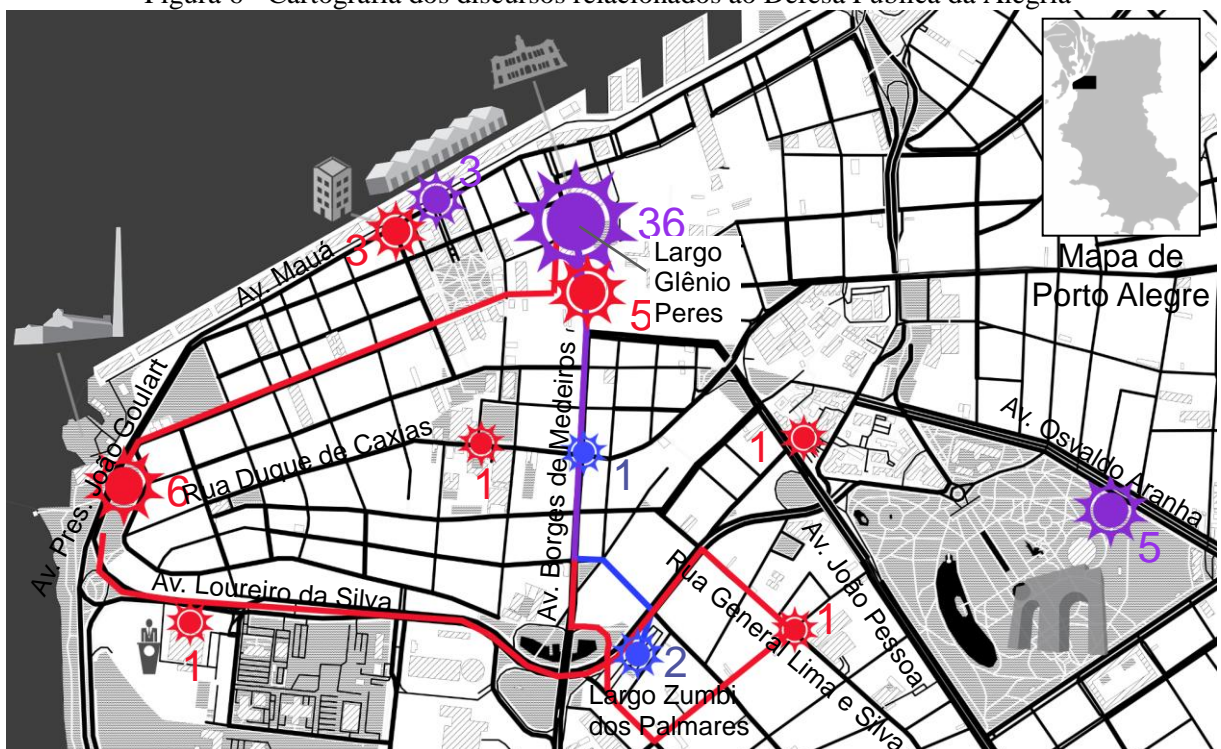
Os discursos de conflito político, compostos por atos organizados pelo Defesa Pública da Alegria e os protestos organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, possuem ações distribuídas em diversos pontos da cidade, contudo, com maior concentração nos bairros centrais.

O Defesa Pública da Alegria é um movimento que se destaca pela organização de eventos nos locais que desejam dar visibilidade, alvos de mudança de regulamentação

municipal, obras de mobilidade ou de alteração de uso. A predominância, portanto, é de mobilizações estáticas, sem a realização de percursos.

No mapa abaixo se observa um acúmulo de reportagens na área central, principalmente no local onde ocorreu a primeira manifestação do movimento, o Largo Glênio Peres, que aqui também é relacionado de modo recorrente com a Prefeitura Municipal e com o Mercado Público. Os pontos mais distantes ocorrem no Auditório Araújo Viana, situado no Parque Farroupilha, e os atos contrários à remoção de árvores entre a Usina do Gasômetro e a Câmara Municipal de Porto Alegre, ambos na região central da cidade.

Figura 6 - Cartografia dos discursos relacionados ao Defesa Pública da Alegria



Jornal Zero Hora
 Jornal Sul 21
 Ambos Jornais

Usina do Gasômetro
 Cais do Porto
 Prefeitura
 Câmara de Vereadores
 Ocupação Sarai
 Parque da Redenção

Fonte: Autor, 2015

A manifestação no Parque Farroupilha, denominada Defesa Pública da Redenção pelo movimento, foi noticiada por ambos os jornais. Neste local também ocorreu o primeiro ato associado pela mídia ao movimento, na véspera do episódio do esvaziamento da mascote da

Copa do Mundo no Largo Glênio Peres, em ato não agendado via evento público no Facebook. Os dois jornais também realizam a cobertura jornalística com especializações dos atos ocorridos no Largo Glênio Peres, como o primeiro protesto agendado do movimento, que ficou marcado pelo incidente que gerou conflitos e foi alvo de um grande número de reportagens (36 dentre as analisadas na pesquisa), assim como os eventos subsequentes no local, em geral relembrando o episódio inicial. Por fim, o último episódio passível da realização de cartografias realizadas pelo par é o Defesa Pública da Saraí, ocupação situada em frente ao Cais Mauá, também no Centro Histórico da cidade. Outra ação referenciada ao espaço realizada pelo Sul21 é a alteração de placas de identificação de logradouros que possuíam nomes associados a autoridades da ditadura militar para militantes políticos e vítimas da repressão do Estado na América Latina (MÜLLER, 2013a). A matéria citou diversas placas alteradas em três bairros de Porto Alegre, todos na região central, porém identificou apenas o ponto da Rua Lima e Silva na esquina com a Rua da República, local apontado pela matéria como “coração da Cidade Baixa” (MÜLLER, 2013a). A associação do ato ao DPA foi realizada apenas pelo veículo, sem que o movimento tenha assumido a autoria da ação publicamente.

Os demais pontos são especializados apenas por um dos veículos, com predominância de locais destacados pelo Sul21, que tem um maior número de reportagens de diferentes atos do coletivo, enquanto que a Zero Hora concentra o foco das matérias nos episódios relacionados ao caso envolvendo a mascote da Copa (COSTA; 2012). O Sul21 é o único a noticiar sobre o caso envolvendo o corte das árvores em via limítrofe da metrópole com a orla e o do Cais Mauá, denominados de Defesa Pública das Árvores e Defesa Pública do Porto Alegre, respectivamente. Destes, alguns dos pontos apresentados pelo jornal *online* são referentes a um percurso realizado no ato contra a retirada dos vegetais, assim apresentado:

Os ativistas percorreram a avenida Borges de Medeiros em direção à avenida Loureiro da Silva, por onde ingressaram na rua João Alfredo, contornando o bairro Cidade Baixa pelas ruas da República e Lima e Silva até voltarem à Perimetral, de onde marcharam em direção ao acampamento. (OLIVEIRA, 2013d)

Na citação verifica-se uma definição do percurso a partir das vias percorridas, sendo utilizados nomes alternativos no caso da Av. Loureiro da Silva e perimetral, que se tratam da mesma avenida. Fica marcada no discurso uma espacialização sequencial através de verbos como percorreram, ingressaram, contornando e voltarem, e a definição da caminhada como

marcha (OLIVEIRA; 2013d). Além dos protestos, relaciona uma matéria a um ato de apresentação de cartazes na Reitoria da UFRGS.

A Zero Hora também realiza uma única reportagem com informações passíveis de realizar uma cartografia de deslocamento, em ato posterior ao episódio da mascote, assim descrito: “Após trancar a Avenida Borges de Medeiros no sentido Centro-Bairro, o grupo caminhou pela Rua Demétrio Ribeiro, pegou a Avenida José do Patrocínio, chegando ao antigo Largo da Epatur, na esquina da Avenida Loureiro da Silva, onde bloquearam uma faixa do sentido Centro-Bairro.” (PROTESTO..., 2012). A espacialização do percurso através do discurso é realizada citando tanto logradouros como locais de referência, além de focar nas vias onde o trânsito de veículos foi bloqueado temporariamente, quando sinalizam o sentido percorrido pelo protesto.

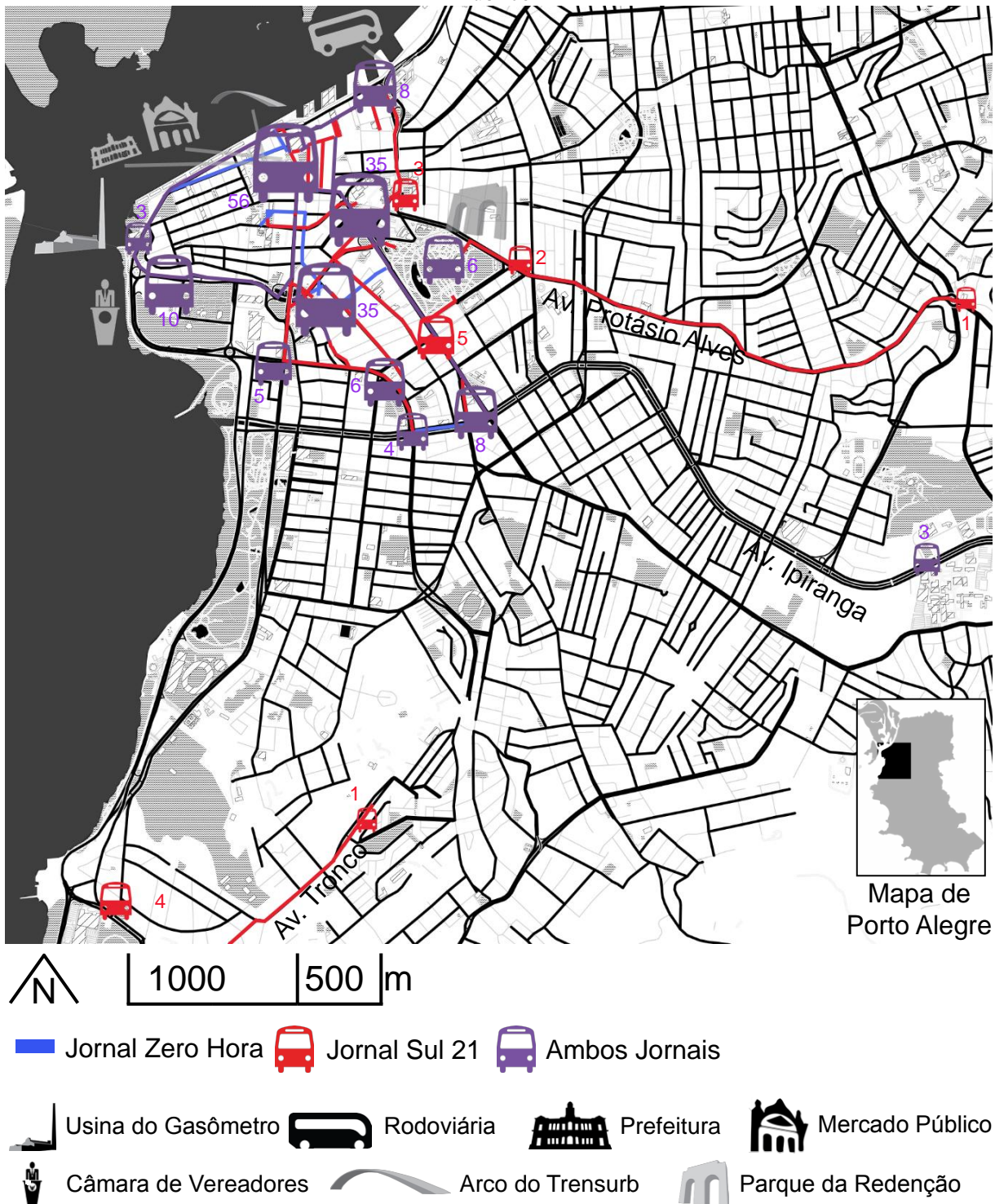
Embora os dois veículos somados permitam apontar doze pontos na cidade, todos eles situam-se nos bairros Centro, Cidade Baixa e Farroupilha. Além das referências através de nomes de ruas, são citados como locais de referência o Auditório Araújo Viana e o “Parque Farroupilha (Redenção)” (RIBEIRO, 2012), a Praça Montevideu e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (MANIFESTANTES..., 2013a; COSTA, 2012), o Largo Glênio Peres (COSTA, 2012), o Largo Zumbi dos Palmares (MANIFESTANTES RETORNAM..., 2012), o “assentamento urbano Utopia e Luta” (ROSLING, 2012), Cais Mauá e Praça da Alfândega (DEFESA..., 2013), A orla do Guaíba (DUARTE, 2012), A Esquina Democrática (OLIVEIRA, 2012e), a Câmara Municipal de Porto Alegre (OLIVEIRA, 2012c) e a Usina do Gasômetro (SEMANA..., 2013). Destes, o Largo Glênio Peres é o local mais vezes citado, tendo sido localizadas 59 referências ao local nas matérias analisadas. A seguir destacam-se a Prefeitura Municipal, o Cais Mauá (Cais do Porto), a Praça Montevideu e o Auditório Araújo Viana, com 32, 23, 16 e 13 menções, respectivamente.

Os protestos organizado pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público têm como principal característica a realização de percursos, tendo sido minoria os atos programados para a permanência em um local. Em muitos dos últimos houve resistência por parte de alguns participantes, que optaram por coordenar organicamente uma caminhada (MÜLLER, 2013b). Desta forma, a cartografia realizada evidencia os percursos realizados e alguns dos locais de conflito, de acordo com os apontamentos de cada veículo.

Verifica-se na imagem a seguir que a maioria dos eventos espacializados pela ZH também foram percorridos pelo Sul21, à exceção de três trechos de marcha: a) caminhada improvisada por manifestantes no ato da Praça da Matriz (APÓS..., 2013); b) bifurcação de

ato na região da orla (PROTESTO..., 2013e); c) e um trecho do protesto na Av. Ipiranga (ESTUDANTES..., 2013).

Figura 7 - Cartografia dos discursos relacionados aos protestos do Bloco de Luta pelo Transporte Público



Fonte: Autor, 2015

A ZH também tem como característica a apresentação de pontos sem a informação de percurso, em geral associados a algum conflito que ocorreu no local ou citando o ponto de partida do ato. Outras referências espaciais foram associadas ao bloqueio do trânsito de veículos, como: “O trânsito ainda estava lento na Avenida Mauá e totalmente bloqueado na Avenida Júlio de Castilhos.” (MANIFESTANTES..., 2013a). Já o Sul21 explicita os percursos, realizando uma cobertura jornalística de mais eventos do que a outra mídia.

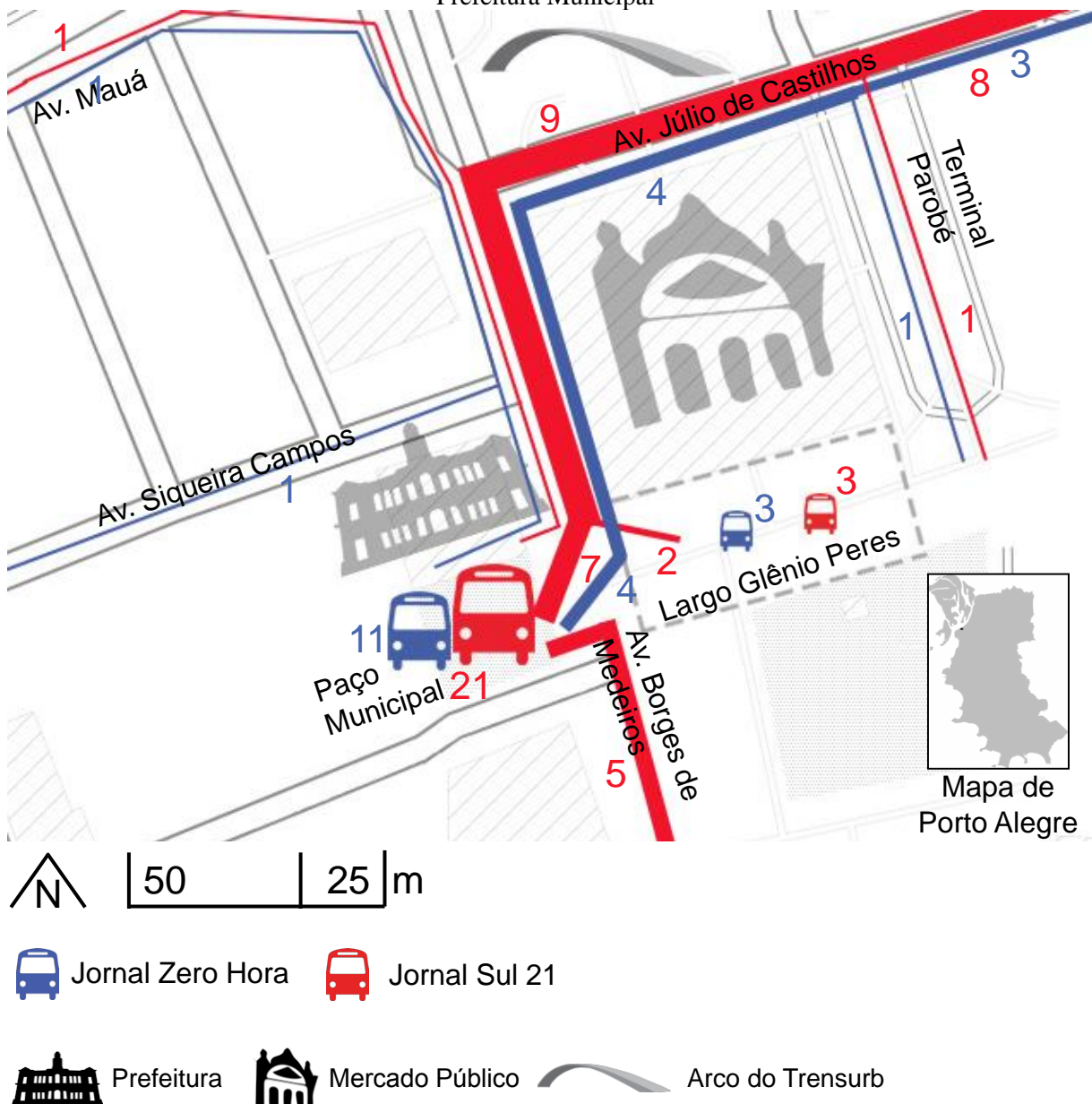
No que se refere ao zoneamento dos protestos, verifica-se uma predominância de protestos na região central, ao passo que alguns foram expandidos para a zona leste da cidade em atos realizados na PUC RS, noticiados por ambos os jornais. Nestas mobilizações em frente à universidade não foram registrados percursos, sendo o local de permanência das manifestações (CONTRÁRIOS..., 2013; OLIVEIRA, 2013n). Destacam-se duas marchas veiculadas apenas pelo jornal Sul21 que expandiram a zona central. A primeira delas cobre um ato considerado atípico tanto pela origem (partindo do Araújo Viana ao invés da Prefeitura Municipal, como de costume) quanto por deslocar-se no sentido leste rumo à sede da ATP, configurando um ato com destino descentralizado (OLIVEIRA, 2013i). O ato seguinte com esta característica ocorre na zona sul da cidade, realizado na Av. Tronco e voltado à comunidade da Vila Cruzeiro do Sul (MÜLLER; OLIVEIRA, 2013). Destaca-se que a saída destes protestos da região central deu-se por motivos distintos. O primeiro deu-se devido ao objetivo final, que seria pressionar a ATP - representante das empresas de ônibus da capital - à redução da passagem (OLIVEIRA, 2013i). Já o protesto realizado na Cruzeiro do Sul foi deliberado em assembleia prévia, também noticiada pelo veículo, e tinha como objetivo justamente a descentralização do movimento e um estreitamento de relações com a comunidade atingida por obras relacionadas à Copa do Mundo na cidade (MÜLLER, 2013b).

O local com maior número de referências espaciais dos discursos é a Prefeitura Municipal, geralmente citada como ponto de início das manifestações, seguido pelo Largo Zumbi dos Palmares, local tradicional de encerramento. Alguns locais recebem destaque diferenciado por reportagens como a passagem pelo Túnel da Conceição, que “se converteu em uma espécie de festa com a chegada da batucada”. (OLIVEIRA, 2013h). O veículo ainda se utiliza do comprimento do local para dimensionar a marcha: “enquanto a ala dianteira da marcha ingressava no túnel, a parte final recém começava a sair da avenida Júlio de Castilhos.” (OLIVEIRA, 2013h).

Através da descrição dos percursos verifica-se que há duas rotas mais utilizadas, ambas partindo da Prefeitura Municipal. A primeira delas segue em direção à Estação Rodoviária, passando por terminais de ônibus da região central, atravessando o Túnel da

Conceição e seguindo até a Av. João Pessoa (OLIVEIRA, 2014g). A outra sobe a Av. Borges de Medeiros e dobra na Av. Salgado Filho, outra via utilizada por um grande número de coletivos, e segue entrando na Av. João Pessoa (OLIVEIRA, 2013n). Deste modo, a Av. João Pessoa é um ponto comum das marchas, sendo que, a partir deste logradouro, alguns atos seguem em direção à Av. Ipiranga, em geral tendo como alvo a sede do grupo RBS (MÜLLET *et al*; 2013c), enquanto que outros se deslocam pela Cidade Baixa, do qual a avenida é limítrofe.

Figura 8 - Ampliação de destaque para o princípio das manifestações do BLTP originadas na Prefeitura Municipal



Fonte: Autor, 2015

Durante a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre e no início de 2014, momento em que eram realizados na capital protestos contrários ao corte de árvores próximas à Usina do Gasômetro, algumas marchas mantinham o ponto de partida e seguiam pela Av. Siqueira Campos em direção à Usina do Gasômetro e a Câmara Municipal de Porto Alegre para, a seguir, dirigir-se à Cidade Baixa (PROTESTO..., 2013e).

No mapa acima são destacados os percursos realizados partindo da Prefeitura Municipal, local em que se observam onze reportagens da ZH e vinte e uma do Sul21. Na área do Largo Glênio Peres, temos seis reportagens no total, três para cada jornal. Com relação aos trajetos, a Zero Hora apresenta o Paço Municipal como ponto de partida de cinco reportagens cartografadas. Destas, uma diferencia-se por informar um percurso seguindo em direção à Avenida Mauá, momento em que se divide e parte do grupo prossegue por esta via e outros percorrem a Avenida Siqueira Campos. Outras quatro reportagens da ZH narram um trajeto que vai pela Avenida Borges de Medeiros e dobra na esquina da Avenida Júlio de Castilhos, passando pelo arco do Trensurb (PROTESTO..., 2013a). A partir deste ponto, uma destas aponta para o deslocamento através do Terminal Parobé e outras três informam que o grupo segue pela Avenida Júlio de Castilhos.

Do mesmo modo que as demais cartografias, o Sul21 possui um maior número de trajetos observados na área de recorte. É o único a apresentar registros de manifestações que vão pela Avenida Borges de Medeiros em sentido Centro-Bairro, informados através de cinco reportagens. Das que partem da Prefeitura (sete matérias) e do Largo Glênio Peres (duas matérias) e seguem em sentido oposto, seguindo pela Avenida Borges de Medeiros em direção à Avenida Júlio de Castilhos, são contabilizados nove textos. Ao passar a estação do Trensurb, oito das reportagens noticiam que a marcha segue pela Avenida Júlio de Castilhos e uma narra o trajeto através do Terminal Parobé, quando são realizadas panfletagens (OLIVEIRA, 2013f). O jornal também observa uma narrativa de manifestação que parte da Prefeitura e segue pela Avenida Mauá.

A descrição dos percursos realizada pelos veículos ocorre em geral de forma distinta. O Sul21 apresenta o percurso através dos logradouros percorridos e das atividades:

Os manifestantes iniciaram a concentração às 17h30 no Largo Glênio Peres, percorreram o terminal de ônibus da Praça Rui Barbosa, onde fizeram panfletagem, e seguiram pela avenida Júlio de Castilhos até o Camelódromo, ingressando na avenida Voluntários da Pátria para, em seguida, subir a rua Marechal Floriano Peixoto, percorrendo a avenida Salgado Filho até a Borges de Medeiros, retornando em direção à prefeitura (OLIVEIRA, 2013f).

No texto acima se enfatiza o ponto de partida, os terminais como locais de referências, descrevendo a ação que era realizada nestes e as vias por onde se deslocou a multidão. A Zero Hora, por sua vez, tende a evidenciar especialmente os locais de depredação e as consequências no trânsito. O texto abaixo, por exemplo, aponta os percursos também a partir de ações. No entanto, todas elas acionadas por infringirem a ordem ou a lei, em alguma instância:

Depois de sair da prefeitura, os manifestantes seguiram pela Avenida Júlio de Castilhos em direção à rodoviária. Algumas pessoas subiram no arco da Trensurb que fica em frente ao Mercado Público. Eles picharam a estação do trem e estabelecimentos comerciais da região. Bancos tiveram vidros quebrados e ônibus foram depredados. (...) O trajeto que chegou à Avenida Borges de Medeiros no sentido Centro-bairro, trancando a circulação de veículos nos dois sentidos. (PROTESTO..., 2013a)

Além de trechos contendo cenas de vandalismo e violência, como o fragmento acima, também são noticiadas pela ZH ações desse tipo em pontos isolados, destoando-se do conjunto do protesto, segundo o jornal (WAGNER, 2013b).

Em suma, entende-se que a grande região afetada pelos protestos é a parte central da cidade, sendo raros os protestos de qualquer coletivo que a ultrapassem. A microrregião mais afetada é, evidentemente, o Centro Histórico, em especial nas proximidades da Prefeitura Municipal, do Mercado Público e do Largo Glênio Peres. Os atos descentralizados têm objetivos específicos tanto na perspectiva de agremiar novos adeptos à causa (como as ações em frente à PUC RS e na Avenida da Divisa) quanto visando pressionar alguma corporação, como a ATP.

3.2.3 Significados nos discursos do jornal Zero Hora

Com relação aos protestos de disputa simbólica, as matérias da Zero Hora apresentam os atos especialmente como um ganho cultural para a cidade, poucas vezes deixando claro o viés político associado à forma de contestação. Entende-se que muitos dos presentes nos atos também não possuem claramente o significado político a ele atribuído. Muito disso é fruto da tática adotada, realizada através de uma instigação à mudança nos hábitos de prática de atividades na cidade.

Nos casos do Massa Crítica e do Vaga Viva são encontradas várias referências das consequências destas ações no trânsito, seja pela possibilidade de engarrafamentos (SAIBA..., 2011) ou pela redução do número de vagas de estacionamento (MARGS, 2014). No que tange

ao Largo Vivo, a primeira matéria já destaca que se trata de um ato pacífico e que não houve depredação (ATO..., 2013). Mesmo em matérias de apoio à causa o enfoque apresentado sempre é relacionado ao da legalidade, como na matéria a respeito do Vaga Viva apresentada como um cenário urbano utópico, quando é afirmado que o projeto funcionaria melhor se fosse regulamentado (ELY, 2013). Com relação à caracterização dos eventos, o jornal apresenta todos de forma clara, explicitando a forma de realização e o contexto mundial, no caso do Massa Crítica e do Vaga Viva. Outro destaque é para a menção da articulação através das redes sociais de internet, apresentando algumas vezes as páginas que realizam as convocações. Da cobertura jornalística destaca-se que a maioria das reportagens não é assinada, com exceção das matérias de opinião. Muitas delas apresentam em sua redação um distanciamento dos atos, trazendo informações através de entidades e entrevistas, o que, por vezes, evidencia a ausência de um repórter do veículo no ato.

Embora com descrição e articulação entre manifestações sucintas na maioria dos casos, são apresentadas no conjunto de matérias as principais características de cada movimento, em geral sem aprofundamento. O mesmo ocorre com a descrição dos atores envolvidos, pouco abordados pelo jornal. No caso do VV o público é apresentado como diversificado, composto por transeuntes e pessoas que foram ao local para participar do evento (MOBICIDADES, 2014). No MC não se encontrou referência mais específica dos ativistas, classificados apenas como ciclistas (VIDEO..., 2011). Na primeira matéria sobre o Largo Vivo o texto traz a reunião de diferentes grupos, não explicitando como foi feita esta classificação (MANIFESTAÇÃO..., 2013). Visto que a matéria relaciona o LV ao Bloco de Luta pelo Transporte Público, esta poderia ser uma divisão dos presentes, mas não fica clara pela redação. Quanto à forma de organização, a ZH explicita que as iniciativas buscam a horizontalidade do movimento, associando a autogestão com a sua organização via internet (FOSTER, 2013).

No que tange a relação entre os eventos destaca-se uma articulação central a partir do Largo Vivo que já na primeira matéria tem ato associado ao BLTP (MANIFESTAÇÃO..., 2013) e em outra é associado a outros atos de ocupação do espaço público, como o DPA (FOSTER, 2013). O Massa Crítica é apontado como um protesto isolado, ainda que seja ressaltado o crescimento do cicloativismo e suas consequências nas políticas públicas municipais (SEIBT, 2013). No caso do Vaga Viva, a manifestação não é associada a casos locais, apenas aos acontecimentos análogos internacionais (VARGAS, 2014). Somente na instalação do *parklet* da Faculdade de Arquitetura uma entrevistada afirma que a proposta foi inspirada em ações e coletivos da cidade, sem explicitar seus nomes (MARGS, 2014).

Para a Zero Hora, pela perspectiva do intérprete, o espaço público pode ser qualificado como local que deve representar toda a população de modo que cabe ao governo municipal o controle sobre estas áreas. Como não é possível agradar a todos, são realizados atos visando um aproveitamento distinto de certos locais, de modo que o grande ganho obtido através deles é um avanço no sentido cultural, visto que o conflito político é intrínseco às cidades. O espaço público para o veículo é tido como uma área pública da cidade, sem aprofundamento em sua relevância social e política, sem a abordagem deste ou dos movimentos através de adjetivações. Com relação aos atores, o veículo não tece construções de significados específicos, apresentando o público participante dos protestos de disputa simbólica como heterogêneo.

Ao analisar os significados presentes nos discursos da Zero Hora relacionados aos eventos com conflitos políticos, verifica-se uma postura distinta do veículo, que passa a enfatizar os protestos com elementos de violência. Como o Defesa Pública da Alegria tem um repertório de ação mais próximo ao do Largo Vivo, igualmente constituído de uma valorização cultural dos espaços, este é aportado de modo bastante similar aos outros movimentos analisados. Seu diferencial é que aparecem pela primeira vez no cenário de mobilizações recentes da cidade disputas violentas, que foram amplamente noticiadas pelos veículos de formas distintas.

A Zero Hora realizou a cobertura jornalística desde os primeiros atos do coletivo DPA. Estes, possivelmente devido à existência de cenas tidas como violentas, tiveram uma atenção especial do veículo, incluindo diversas matérias em um mesmo dia, acontecimento que não foi repetido em atos subsequentes, dos quais apenas alguns chegaram a virar notícia. O veículo passa a apresentar os atores envolvidos, incluindo partidos e organizações. Nem todas as notícias, contudo, citam nominalmente o nome do coletivo, de modo que algumas reportagens foram acessadas por serem referidas em outras notícias que listavam o movimento.

No que se refere ao espaço público, o tema da privatização dos espaços é apresentado pelo veículo com um dos questionamentos do DPA, porém sem uma discussão aprofundada. Esta já é presente no primeiro ato do movimento noticiado, quando, em meio a um show, alguns cartazes são levantados, um deles com os dizeres “Praças Vendidas” (APÓS..., 2012). A notícia ainda traz um conflito de manifestantes com os seguranças do local. Os autores do protesto foram classificados como “um grupo de jovens”, sem apontar para adjetivações. (APÓS..., 2012). A matéria seguinte aborda o primeiro ato agendado pelo coletivo de modo público, conhecido posteriormente por cenas de muita violência após a derrubada da mascote da Copa do Mundo em Porto Alegre (MANIFESTANTES..., 2012). A ZH aponta que o

protesto era uma “crítica à privatização de locais públicos e ao governo do prefeito José Fortunati”; (MANIFESTANTES..., 2012) e destaca para a articulação através da internet. O incidente com o boneco é adjetivado pelo jornal como um ataque realizado por parte dos manifestantes (COSTA, 2012). Em entrevista realizada pelo veículo com um manifestante, este atesta que “queríamos usufruir do espaço público como espaço de bem-estar, em um ambiente de democracia” (AZAMBUJA, 2012), afirmando ainda que a ciranda em torno do inflável era um ato “simbólico para o protesto, pois o espaço teria sido vendido à iniciativa privada” (AZAMBUJA, 2012). Enfatiza-se que o jornal apresenta o objetivo central, explicitando que se trata da visão dos manifestantes e não do jornal, como através do pronome pessoal na afirmação que os manifestantes “entoavam palavras de ordem contra o que eles consideram a privatização dos espaços públicos” (MANIFESTANTES RETORNAM..., 2012).

Na única reportagem que apresenta uma marcha organizada pelo DPA, é destacado que esta trancou o trânsito em algumas avenidas. (PROTESTO..., 2012). As consequências no trânsito também são reiteradas em matérias do Bloco de Luta, quando isto é realçado da primeira matéria da cobertura do veículo, intitulada “Protesto contra aumento na passagem de ônibus bloqueia trânsito no centro de Porto Alegre”, em que frisa que a “passeata seguiu [...] de forma ordeira” (PROTESTO..., 2013b).

Outra matéria sobre o DPA evidencia que este se tratou de um episódio até então inédito de violência no cenário recente dos protestos, tendo um policial afirmado que “no último ano ocorreram mais de 200 manifestações, todas sem registro de violência” (QUANTAS..., 2012). O caso torna-se polarizado, havendo diversas notícias e versões sobre o incidente. Uma das matérias cita que uma agência bancária foi danificada, ocorrência muito comum nos protestos do ano seguinte (POLÍCIA..., 2012). O jornal relaciona o episódio ao ocorrido no show da véspera do ato e a outra manifestação realizada em fevereiro, o que começa a inserir o ato em uma rede de eventos e inclui a possibilidade de articulação político-partidária em sua elaboração (POLÍCIA..., 2012). Enquanto que nos primeiros atos é destacada especificamente a privatização de espaços públicos como motivação da manifestação, a partir do episódio da mascote a violência policial passou a ser constantemente mencionada pelos manifestantes e pela ZH (MANIFESTANTES RETORNAM..., 2012). Uma reportagem assinala o episódio como “a maior polêmica da história recente de Porto Alegre” (TREZZI; AZAMBUJA 2012), classificando-o como embate ideológico.

No que tange à definição dos atores do DPA, uma matéria de opinião se destaca pelo posicionamento explícito dos jornalistas que a assinam. Nesta é afirmado que o “ataque ao

mascote é mais um capítulo de antiga briga entre grupos de jovens e prefeitura da Capital”, chamando o confronto de “ataque”, “batalha”, “conflito” e “enfrentamento” (ROSLING; MELO, 2012). O repórter afirma uma articulação entre diversos coletivos em reunião organizada pelo DPA e realizada no “assentamento urbano Utopia e Luta”, e caracteriza os atores presentes como “músicos, artistas de teatro, artistas plásticos e ativistas políticos dos coletivos, como o Levante da Juventude, Bloco da Laje, Cidade Baixa Livre e Comitê Latino Americano.” (ROSLING; MELO, 2012). No parágrafo seguinte, a articulação é apresentada como invocada por partidos políticos: “apesar de os grupos abrigarem militantes do PT, PSOL e PSTU, as manifestações costumam ser apartidárias. Isso porque uma espécie de comando moral é exercido por grupos anarco-punks-extremistas, [...], que não admitem a partidarização dos movimentos” (ROSLING; MELO, 2012). Esta composição entre militantes partidários e pessoas com ideologia anarquista nunca foi citada anteriormente e não se verificou seu destaque em nenhuma das reportagens futuras. A percepção da matéria seria de um conflito interno entre os militantes partidários e os independentes ou anarquistas, os quais teriam protagonizado o modo dos protestos. A seguir, a matéria traz os antecedentes do grupo, como a lei que restringe o uso do Largo Glênio Peres, o fechamento de bares, a privatização de espaços públicos e as remoções de famílias que moram em locais de obras da Copa, que seriam as agendas motivadoras do ato (ROSLING; MELO, 2012). A partir da maior visibilidade do movimento, decorrente do confronto, a imprensa começa a detalhar mais os atores envolvidos, sua forma de organização e possíveis conflitos internos. Destaca-se a adjetivação dos organizadores como de extrema esquerda, extremistas e a relação com partidos políticos e o movimento anarquista.

Outro texto se destaca por expressar opinião e adjetivar o movimento e as ações com frases como “os militantes políticos que desejavam remover o bonecão teriam apanhado da BM sem terem inutilizado o alvo da sua ira” (TREZZI; AZAMBUJA 2012), indicando a ação como intencional e, assim, contrariando a afirmação de entrevistados (AZAMBUJA, 2012).

Após as notícias sobre a repercussão do caso, o próximo ato noticiado pelo veículo no período de recorte refere-se ao Defesa Pública do Porto Alegre, intitulado “Defesa Pública da Alegria promove ato com shows e oficinas no Cais do Porto” (DEFESA..., 2013), quando é salientado o caráter cultural do evento situado em um “cartão-postal de Porto Alegre” (DEFESA..., 2013), apresentando o modo do protesto, seus objetivos e atrações. Novamente uma das motivações centrais assinaladas é “também registrar oposição à privatização do Cais Mauá, na Capital” (DEFESA..., 2013) e há o destaque de que a manifestação possuía vocação pacífica.

As primeiras matérias da Zero Hora sobre os protestos organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público (BLTP) apresentam como objetivo central do movimento críticas relacionadas ao transporte coletivo, em especial ao aumento do valor da tarifa e a manutenção do meio passe para estudantes e permanência de gratuidade para idosos (PROTESTO..., 2013b). Destaca ainda, assim como realizou nos demais grupos, a articulação através da internet e a relação dos atores envolvidos citando apenas o Bloco de Luta pelo Transporte Público e o Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre (PROTESTO..., 2013b). A primeira classificação dos atores encontrada foi a de estudantes. Pelo confronto entre manifestantes e policiais é apresentado como fato gerador do conflito ações originadas pelos primeiros. (ESTUDANTE..., 2013). O destaque da matéria é para os danos ao patrimônio público resultantes do confronto e de atos de vandalismo. (ESTUDANTE..., 2013).

Do mesmo modo que ocorreu com o DPA, após o primeiro ato com cenas de violência os atores passaram a serem identificados, como na matéria seguinte às depredações ao prédio da prefeitura, intitulada “grupo de manifestantes de esquerda liderou depredação no centro de Porto Alegre” (GRUPO..., 2013). Ao realizar a caracterização, o jornalista declara a sua visão sobre o ato: “partiu de indivíduos e movimentos com ascendente atuação política em Porto Alegre a explosão de fúria contra o aumento da passagem para R\$ 3,05” (GRUPO..., 2013). Desta frase destaca-se a caracterização dos manifestantes, frisando sua “ascendente atuação política”, demonstrando o conhecimento de algumas figuras explicitadas no ato, e classificando os atos como uma “explosão de fúria” (GRUPO..., 2013). Nesta é a primeira vez que a ZH apresenta a composição do BLTP, e explicita que “o grupo não se limita à união de universitários”, apresentando o engajamento de “alas de funcionários das concessionárias do transporte público” (GRUPO..., 2013). Além disso explicita a evidenciação de bandeiras de partidos como o PSTU e de coletivos ligados ao PSOL e ao PT, além de um destaque para a articulação principal realizada através do movimento dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) da PUC e UFRGS. Agora a principal bandeira do grupo apontada é a redução imediata do valor da passagem de ônibus para R\$ 2,60. (GRUPO..., 2013). Aqui a matéria apresenta possíveis conflitos entre militantes partidários e os anarquistas, do mesmo modo que exposto na análise do Defesa Pública da Alegria, citando a seguir nominalmente alguns dos integrantes do Bloco.

A ZH mostra múltiplas versões sobre os episódios que envolvem violência, configurando uma disputa sobre o ocorrido entre os manifestantes, a polícia e os governantes (ELY, 2013). Comunica também que “o trajeto a ser realizado não foi divulgado pelos manifestantes” (ELY, 2013), informação comum também ao Massa Crítica. Quando o

protesto ocorre sem vandalismo, este é o destaque do veículo, de modo que a violência segue no centro das matérias, mesmo que motivada pela sua ausência na data específica (MARGS; SEIBT, 2013). Abordando os atos de vandalismo, classifica que estes “novamente mancharam a manifestação”, evidenciando sua posição contrária às ações (PROTESTO..., 2013e).

A partir do mês de junho, a maior parte das matérias destaca que os protestos iniciam de forma pacífica e terminam com cenas de violência, em geral atribuindo os atos de vandalismo e confronto a pequenos grupos em meio à multidão (PROTESTO..., 2013a). Neste momento surge a primeira relação do veículo dos atos com os protestos nacionais, explicitando a inter-relação com manifestações no Rio de Janeiro e São Paulo: “a causa agora tinha mais uma motivação: solidariedade aos manifestantes cariocas e paulistas que há uma semana invadem as ruas e tentam baixar a tarifa, mimetizando o sucesso dos ativistas gaúchos” (VANDALISMO..., 2013b). Fica explícita, na visão do jornal, a relação dialética de que os atos em Porto Alegre motivaram os protestos nacionais que, por sua vez, deram um novo fôlego aos primeiros. Além das referências nacionais, a matéria ainda relaciona os protestos com atos internacionais: “ecoa também uma onda de protestos com motivações econômicas, como a crise financeira da Europa, que sacode a juventude de Atenas a Istambul, de Barcelona a Paris, tudo alimentado pela internet e encorpado pelas imagens que rodam o planeta via redes sociais” (VANDALISMO..., 2013b).

A classificação dos atores do BLTP passa a ser constante como maioria de jovens que “formavam uma miscelânea: anarquistas e ativistas sociais e estudantis, mesclados a militantes de partidos de esquerda” (VANDALISMO..., 2013b). Outra matéria traz que “os porto-alegrenses, encorajados pelos companheiros paulistas, adotaram atos de violência de intensidade não vista antes, liderados por anarquistas com traços sociopatas” (ROLLSING, 2013b). A citação atesta que a violência aumentou a partir da nacionalização dos atos, adjetivando negativamente os anarquistas, responsabilizados pelos atos de violência. Por fim, apresenta uma leitura do panorama de manifestações urbanas, destacando a relação entre os protestos das passagens com a causa das árvores, citada no Defesa Pública da Alegria, e apresenta a perspectiva do redator com relação ao crescimento dos movimentos sociais a partir dos desencantos com a política tradicional (ROLLSING, 2013b). Para o redator, todo esse contexto pode ser lido como uma nova forma de expressão de emoções e utopias, não fazendo relação à vinculação dos protestos com temas da política urbana local.

Na mesma semana, o autor da matéria anterior apresenta que “informações vazadas por integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público [...] e interceptações feitas por autoridades policiais indicam que grupos de anarquistas internacionais estão orientando os

líderes do movimento em Porto Alegre a adotar táticas de guerrilha” (ROLLSING, 2013c). Pela segunda vez em menos de uma semana o comentarista direciona os atos de violência ao anarquismo e exibe a informação de orientações de movimentos internacionais, relacionando os atos a tática de guerrilha.

Em matéria realizada no auge de participação dos protestos, que já são noticiados como contando com mais de 10 mil pessoas (PROTESTO..., 2013e), segue o mesmo enfoque com a seguinte chamada central: “Grupo de vândalos espalha terror ao depredar comércio e entrar em confronto com a Brigada” (WAGNER, 2013b). A matéria possui tom narrativo, contando a cena com falas dos jovens e suas ações passo a passo, com exposição de uma cena tida como típica de um protesto. Não faz comentários e apresenta os fatos sequencialmente através de frases curtas. Fica evidente a identificação dos vândalos como jovens (adolescentes) com rostos cobertos, drogados, bêbados, organizados em pequenos grupos, agitadores (buscando persuadir os demais, que vaiavam atos de depredação), vândalos e saqueadores. Para o repórter que assina a matéria esta é a tipificação dos atos de vandalismo e saques, que findam por “espalhar o terror pela cidade” (WAGNER, 2013b).

O jornal aborda em diversas matérias a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre pelos ativistas. Apresenta o objetivo dos organizadores do ato, a partir de relatos de um integrante do BLTP: “o objetivo do grupo é permanecer na Câmara até que seja estabelecido o passe livre universal no transporte público de Porto Alegre e que as planilhas de custos das empresas de ônibus sejam abertas à população” (PEREIRA, 2013). O realce é que, de acordo com o texto dos manifestantes, o passe livre exigido seria para alguns segmentos e não universal como apontado (FACEBOOK, 2014). A última matéria destacada sobre a ocupação do legislativo apresenta a forma deliberativa das decisões, realizadas em assembleia, a organização da ocupação em comissões (recepção, comunicação, alimentação e limpeza) e quem são os atores, citando partidos (com nomes de integrantes), movimentos e ideologias. O veículo afirma que “o discurso é de que não existem líderes, mas é inegável que alguns ativistas se tornaram referências” (MOREIRA; GERMANO, 2013), citando três pessoas relacionadas a partidos e entidades. No que se refere às lideranças, um militante afirma à reportagem: “não temos líderes oficiais porque é importante, ao perseguirmos uma causa revolucionária, que todos se sintam protagonistas. Mas é evidente que algumas pessoas, pela retórica, pelo preparo e pela história de vida, se destacam mais” (MOREIRA; GERMANO, 2013). Do texto do manifestante recorta-se o termo revolucionário como classificador dos objetivos do movimento, além de concordar que, embora se busque a horizontalidade, as lideranças são naturais.

Uma matéria expõe que são os partidos de extrema esquerda que comandam os atos do Bloco, incluindo a ocupação do legislativo. Apresenta a “tipificação dos protestos”, explicando que “os integrantes das mobilizações são variados, confundem-se entre si e não raro entram em conflito uns com os outros por divergências ideológicas” (SANTOS, 2014). A seguir, traz como, na sua visão, estão distribuídos os atores. O destaque da análise é que estes são apresentados como grupos segregados, de modo que os que defendem o direito das minorias não são aparelhados nem anarquistas, por exemplo. Além disso, apresenta movimentos que foram diminuídos dos protestos citando os indignados e os idealistas, evidenciando sua ideia de que os protestos passaram a ser compostos centralmente por anarquistas, aparelhados e religiosos. Com relação aos anarquistas, são atribuídos ao movimento os atos de vandalismo, destacando o perfil dos manifestantes pelos casos de prisões em São Paulo, e estes são vistos como desprovido de demandas claras. Por fim, destaca-se que os idealistas são apresentados como precursores dos protestos que perderam força no resto do país, com exceção do Rio de Janeiro, de modo que é apresentado que as demais articulações cooptaram os atos. Embora a matéria busque um panorama nacional, cita especificamente os atos de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. (SANTOS, 2014).

No viés de jornalismo investigativo, outra matéria traz a definição do ápice de participação no mês de junho de 2013, destacando o incremento de pautas ao movimento neste período, em que pese à cobertura jornalística dos atos em Porto Alegre tenha focado predominantemente nas questões do transporte coletivo e do evento esportivo. A análise deste discurso apresenta novas informações à medida que passa a ser analisado o perfil dos envolvidos em crimes. Destaca-se o fato de a maioria destes serem de baixa renda, de bairros periféricos, alguns com antecedentes criminais, além de afirmarem não possuir vínculo partidário ou sindical e motivação política. O perfil descrito difere daquele com que o jornal vinha abordando as pessoas das manifestações, quando foram destacados jovens militantes partidários, sindicalistas e anarquistas. No que tange aos atos de vandalismo, até aqui estes eram atribuídos aos movimentos anarquistas, que, de fato, não possuem filiação partidária ou sindical, mas têm motivação política para seus atos. Dentre os acusados com filiação destaca-se, além dos partidos e do CPERS, a classificação de “militantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público”, ou seja, pessoas que afirmaram militar pelo Bloco, sem envolvimento com outras entidades. Para relacionar os incidentes ao Bloco de Luta o jornal apresenta novamente a referência de que “esses jovens de periferia teriam sido aliciados para encorpar as fileiras mais violentas das manifestações” (VEJA..., 2014).

Na última reportagem sobre os atos no BLTP no período destacado os atores que participaram dos atos foram classificados como jovens, estudantes, manifestantes e pessoas da classe média emergente que passou a ter acesso à universidade, carro e casa. Com relação ao movimento, referem-se às manifestações como protestos de junho de 2013 e “jornadas de Junho” (MELO, 2014).

No que se refere ao espaço público, o jornal não associa os protestos do BLTP a este conceito, não tendo sido localizada uma referência direta a este termo em qualquer reportagem. Já no DPA o termo é constantemente citado, todavia geralmente motivado pela fala de algum entrevistado, de modo que fica explícito o objetivo do movimento contrário ao que apontam como privatizações do espaço público. Estes dois movimentos têm em comum a pauta explicitada de criticar as ações policiais, atestando que as agressões e investigações tratam-se da criminalização dos movimentos sociais. O conceito também não é mencionado no Massa Crítica, porém é acionado diversas vezes no Vaga Viva e no Largo Vivo, sendo apontado explicitamente pelo veículo como o elemento central questionado nestas manifestações.

A definição dos atores passa a ser explícita nos casos em que há violência, abordada através de definições genéricas nos protestos de disputa simbólica. Nos protestos em que existem conflitos, os manifestantes são categorizados por suas ideologias e adjetivados algumas matérias, em especial com críticas explícitas a anarquistas.

Assim, a ZH posiciona-se favorável à existência dos protestos, visto que manifestações públicas estão previstas na Constituição, mas é contra a utilização de violência e da desordem, como a não comunicação prévia dos atos, apontando que a falta de hierarquia do movimento pode provocar ações desordenadas, como no caso do tatu mascote da Copa. O jornal apresenta suas ideias, em geral, de modo narrativo, destacando-se destas os comentários de opinião que emitem juízo de valor e caracterizam os atores, em especial nos casos de confrontos. O discurso de um modo geral incentiva as atividades de rua, em especial os eventos culturais, embora sempre apresentem as consequências dos atos na cidade, principalmente na relação com o trânsito ou danos ao patrimônio público.

3.2.4 Significados nos discursos do jornal Sul21

Por possuir uma linha editorial com orientação ideológica de esquerda o jornal tende a se posicionar na perspectiva dos manifestantes, apresentando o objetivo político dos eventos, sua organização, grupos envolvidos e a relação dos protestos com a política urbana. As

reportagens contam com informações obtidas em entrevistas com manifestantes e apresentam um acompanhamento dos atos que evidencia proximidade, como se o repórter tivesse acompanhado o acontecimento.

Inicia-se a análise pelo grupo de protestos de disputa simbólica, eventos em que o espaço público é reivindicado através de ações que propõem uma reflexão sobre as normatizações destes. Na cobertura jornalística sobre o Massa Crítica, em dois editoriais o jornal defende os atos dos manifestantes (ATROPELAMENTOS..., 2012), porém apresenta algumas críticas ao movimento. Após algumas matérias verifica-se que o evento passa a ser mais explorado, evidenciando as táticas identificadas e a razão de sua existência, de modo que as críticas desaparecem. Outro dado no mesmo sentido são as constantes matérias de convocação, anunciando eventos seguintes e muitas vezes utilizando-se do texto redigido pelos ativistas nas redes sociais de internet. Tanto os movimentos como os eventos são constantemente ligados a páginas dos grupos (ora *blogs*, ora páginas do Facebook) através de *hiperlinks*, fazendo com que o leitor possa ser direcionado ao movimento.

A exceção da cobertura do veículo é o Vaga Viva, que é apresentado em apenas uma reportagem. Nesta é caracterizado como uma ação que, do mesmo modo que o Massa Crítica, questiona o tema da mobilidade e segurança urbana, constituindo-se em eventos com atividades criadas para questionar as áreas de convívio no espaço público através de “projetos capitaneados pela sociedade civil” (MORENA, 2014). Desta forma, mesmo em matéria que não aborde diretamente uma edição do evento (portanto sem espacialização), traz as características, reivindicações e associações do VV a outros movimentos da cidade.

O jornal caracteriza-se por explicitar sua opinião sobre fatos, muitas vezes com termos de julgamento e adjetivação. Um exemplo é o Massa Crítica, quando o caso do atropelamento é classificado como “criminoso” (NATUSCH, 2011a), “agressão” (NATUSCH, 2011b), “violência”, “ataque”, “um dos mais rumorosos atropelamentos” “perplexidade”, “indignação” e “lamentável” (NATUSCH, 2011c). Outros adjetivos são encontrados, classificando o vídeo do atropelamento como “forte” (NATUSCH, 2011d), o Massa Crítica como movimento “corajoso e ousado” (EDITORIAL, 2011) e “vibração” e “celebração” (REDAÇÃO, 2012). O Massa Crítica também é apontado como “tradicional” (FOTOS..., 2013) e “pedalada mensal mais famosa do mundo” (REDAÇÃO, 2012). Por vezes o Sul21 utiliza-se de ironia, em especial referindo-se a suposições de terceiros com relação aos movimentos, quando diálogos entre governantes e manifestantes são acionados como disputas discursivas através de termos como “rebateu” e “alfinetar” (OLIVEIRA, 2012).

Outras reportagens apresentam a disputa pelo modo de uso e regulamentação do espaço público, constantemente simbolizado pelo Largo Glênio Peres, como, por exemplo, quando o prefeito afirma que a finalidade da medida de restrição das atividades no local visa proteger o calçamento do espaço. Como resposta, a oposição política atesta que a medida “é uma tentativa de privatização e restrição da utilização de espaços públicos” (OLIVEIRA, 2011). O termo restringir associado ao espaço é utilizado nas matérias por todos os seus atores (manifestantes, governo, jornal e partidos de oposição).

Um dos destaques é para a realização global do Massa Crítica, citando várias vezes a origem internacional do movimento e protestos articulados em diversas cidades em apoio ao caso do atropelamento de ciclistas em Porto Alegre. Outro é a informação de atos com milhares de pessoas, noticiados repetidas vezes pelo veículo no caso do Massa Crítica e do Bloco de Luta pelo Transporte Público. A articulação do MC com outros movimentos da cidade é realizada, sendo a ação relacionada com o Largo Vivo, classificando estes últimos como “ciclistas e cicloativistas” (PRESTES, 2011) e associando os protestos na cidade com grandes atos de contestação. O LV ainda é listado dentre os movimentos que propõem o avanço de políticas contestadoras, impulsionados “a partir do surgimento do Defesa Pública da Alegria” (FOSTER, 2013). Verifica-se uma cobertura bastante completa sobre eventos específicos, o que algumas vezes polarizou a discussão para acontecimentos que tangenciam as demandas dos movimentos, deixando de realizar uma análise aprofundada sobre seus conceitos e objetivos. A proposta das entrevistas com cicloativistas que participaram do FMB traz diversos novos elementos, contribuindo para um questionamento das táticas e formas de se manifestar, pondo em xeque até mesmo alguns atos atuais da mobilização do MC (CARVALHO, 2012e; CARLSSON, 2012; OLIVEIRA, 2013b).

Dentre os atos de disputa simbólica, a definição dos atores pelo jornal é realizada para o Massa Crítica e para o Largo Vivo. No primeiro, em uma das edições com significativa participação, estes são rotulados como “um grupo bastante heterogêneo de pessoas” (NATUSCH; 2011x), na maioria de jovens, mas com a presença também de pessoas com mais e menos idade, e que “pessoas chegavam de todos os lados” (NATUSCH, 2011x), configurando a diversidade do movimento. Ainda são classificados pelo modal de participação - “de bicicleta, skate ou a pé, os manifestantes protestaram” (NATUSCH, 2011x). Outra matéria do Sul21 apresenta um cenário futuro, quando o ciclismo será praticado “não só por alternativos, veganos, descolados ou atletas, mas por mães com seus filhos, casais de idosos, executivos e tantos outros”, atestando que este cenário tido como positivo “deverá muito à Massa Crítica” (CANALI, 2011). Ainda sobre este movimento, relaciona a

organização e debates tanto sobre a organização do FMB quanto para discussão sobre o Plano Cicloviário Municipal através de reuniões periódicas (CANALI, 2011).

Já o Largo Vivo tem como atores pessoas que inicialmente se autointitulam desqualificados, em oposição à fala de um governante, e são citados pelo jornal ora como ciclistas, ora como manifestantes (CARVALHO, 2011a). Em todos os casos são referidos eventos de divulgação através das redes sociais, mas no Largo Vivo a relação com a internet é aprofundada pelo jornal, uma vez que é apresentado que o movimento surgiu como resposta a uma afirmação de um secretário municipal no Twitter (CARVALHO, 2011a). Em entrevista ao governante, o veículo apresenta a visão deste sobre os atores do Largo Vivo, classificados como de “extrema-esquerda” e afirmando ainda que não estaria “contra as bicicletas” (PRESTES, 2011), reiterando a associação dos manifestantes com movimentos cicloativistas e com uma ideologia política clara. Por fim, o secretário fala que as propostas defendidas pelos ativistas são anarquistas (PRESTES, 2011). Esta visão ideológica também é mencionada em entrevista com ativista internacional do Massa Crítica, que define que o movimento possui ideias com caráter anarquista, embora caracterize o movimento como radicalmente democrático (CARLSSON, 2012).

Nos protestos com conflitos políticos, a postura do veículo de relacionar os atos a críticas com a gerência das políticas urbanas municipais faz-se ainda mais acentuada. Todos os protestos realizados pelo DPA foram noticiados pelo veículo. Do mesmo modo, o tema do aumento do valor das passagens, que tradicionalmente ocorre nos primeiros meses do ano, é noticiado desde a fundação do jornal. Não obstante, teve a cobertura ampliada em função do crescimento dos protestos no ano de 2013, com o desenrolar do tema no ano subsequente, incluindo as distintas formas de mobilização, articulação e as variações de pautas do movimento.

Já na primeira notícia do DPA que anunciava a manifestação que retirou a mascote da Copa do Mundo FIFA 2014 do Largo Glênio Peres, o título foi “Manifestantes se reúnem para defender alegria nas ruas de Porto Alegre” (PASINATO, 2012), evidenciando o mote central do protesto relacionado à defesa do espaço público que, portanto, estaria sendo ameaçado. O texto afirma um direcionamento do evento em oposição à gestão municipal, ideia reforçada por um manifestante entrevistado, dito como um dos organizadores do evento, que afirma que “a ideia é agregar organizações contrárias à gestão de Fortunati e demonstrar a força desses grupos” (PASINATO, 2012). O veículo apresenta a diversidade de atores, que “vão desde uma companhia de teatro ao Centro Cultural Latino-Americano, passando por institutos ambientais e movimentos populares da juventude, reunião de grupos diferentes que

difícilmente trabalham juntos” (PASINATO, 2012). Diversas críticas à atual gestão são atreladas ao movimento através da matéria: a) remoção de famílias para construções voltadas ao evento esportivo; b) ações repressoras em bares e espaços de convívio coletivo; c) privatização de espaços públicos, como a Orla do Guaíba, o Largo Glênio Peres e o auditório Araújo Viana; e d) a política de transportes da cidade (PASINATO, 2012). Destaca-se este último ponto, considerando que os demais já eram objeto de discussão de forma ainda dissociada da questão do transporte coletivo à época, tema centralizador dos protestos de 2013.

Sobre os protestos realizados em meio ao show do Tom Zé, ocorrido em 05/10/2012, na véspera do episódio da mascote, o veículo destaca que os textos apresentados referem-se à privatização dos espaços públicos (RIBEIRO, 2012). Fica evidente o tom pessoal dado à matéria, redigida em primeira pessoa, que relaciona o episódio ao temor pela volta da ditadura e classifica a leitura de manifesto do DPA pelo artista como “belíssima” (RIBEIRO, 2012), visibilizando a consonância do autor com o movimento. A partir de então uma série de notícias fazem a cobertura do caso do tatu, dando destaque para a repressão policial. A primeira delas tem como chamada “Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre” (OLIVEIRA et al., 2012). Como sugere o título, o destaque da reportagem é para a violência incidida, avultando que a manifestação começou de forma pacífica e que “centenas de jovens e artistas de rua protestavam por uma cidade ‘mais alegre’, mas terminaram a noite sob forte repressão da Brigada Militar” (OLIVEIRA et al., 2012). Toda a estruturação da reportagem é apresentada a partir de relatos dos manifestantes. Após o princípio de confusão, o jornal noticia que “policiais agrediram não só as que invadiram a área onde fica a mascote, mas também as pessoas que dançavam em volta. Outros que não haviam apanhado tomaram as dores de agredidos e jogaram latas ou tentaram defender amigos” (OLIVEIRA et al., 2012). Desta forma a narrativa deste confronto representa a posição do veículo nos demais casos de conflito, dando visibilidade especial às agressões por parte da polícia, buscando justificar os atos dos manifestantes. O jornal posiciona-se atestando que “em nenhum momento era possível perceber uma articulação coletiva para deprender a mascote da Copa do Mundo.” (OLIVEIRA et al., 2012).

Mantendo sua postura de defesa dos movimentos sociais, o jornal veicula que todos os elementos apontados somados a um inquérito previamente instaurado permitiram à Ouvidoria de Segurança Pública concluir que houve o emprego de força excessiva por parte dos policiais e responsabilizá-los pelo início da violência (SCHWARZ; NATUSCH, 2012). As manifestações passam a ser associadas a protestos internacionais através da organização do

movimento: “de forma autônoma através das redes sociais [...] como os indignados na Espanha, que bradam contra o sistema político de uma forma geral – inclusive na ausência de bandeiras partidárias”. (OLIVEIRA, 2012a).

O movimento é relacionado a outras manifestações pelo veículo, que afirma que: “o Defesa Pública da Alegria foi criado a partir de movimentações já existentes, como o Largo Vivo” (OLIVEIRA, 2013d), com o diferencial de apresentar, além da privatização dos espaços públicos, outras pautas desde seu primeiro ato. Aponta para estas relações entre o primeiro episódio, os subsequentes e com outros movimentos, como com os protestos de 2013, realizada através da repressão policial do primeiro protesto. Nos discursos das entrevistas com ativistas realizadas pelo Sul21 verificam-se as ascensões de engajamentos na capital a partir do início do DPA: a) “aquela manifestação já vinha de um acúmulo em relação a diversas pautas que mobilizavam os coletivos”; b) “a violência policial acabou unificando distintos segmentos”; c) aquela noite “definiu muita coisa que aconteceu na cidade depois. [...] O Defesa Pública da Alegria era um ato e acabou se transformando em um movimento. É na rua, no espaço público, que nos tornamos indivíduos sociais.” (OLIVEIRA, 2013d).

No que tange à descrição dos atores do DPA, a reportagem classifica-os ora como ativistas, ora como manifestantes, destacando a maioria dos presentes serem jovens, mas enfatizando a presença de idosos, artistas, vegetarianos e veganos (OLIVEIRA, 2012a). Em matéria seguinte, há destaque para a organização de composição do DPA “por entidades culturais e ambientais da capital gaúcha” e a reunião de “jovens, professores e estudantes universitários” (DUARTE, 2012), explicitando o discurso de professores e jornalistas presentes no ato.

Em ato seguinte são apresentados discursos anarquistas como “não precisamos de Estado nem de representantes” e “também fazemos política quando ocupamos o espaço público, não somente quando depositamos um voto na urna” (OLIVEIRA, 2012e), explicitando que estes também se faziam presentes neste coletivo. Em entrevista concedida no primeiro dia do ano, o prefeito reeleito refere-se ao Defesa Pública da Alegria salientando a organização do ato com orientação política voltada para a esquerda associada à matriz libertária e contrária às eleições, demonstrando seu conhecimento de ideologia anarquista na organização e proposta do coletivo. (OLIVEIRA, 2013a).

Outra chamada para eventos sociais anuncia a “marcha em defesa das Árvores [...], convocada por entidades e movimentos” (SEMANA..., 2013.), dentre as quais é citado o Defesa Pública da Alegria. Destaca-se a tradição da militância ambiental na capital, iniciada em 1971, e que muitos dos participantes originários do movimento estavam presentes nestes

atos, “quando se misturaram com jovens militantes da cidade – muitos dos quais eram presença garantida nos atos recentes que movimentaram a vida político-social de Porto Alegre, como os protestos contra o aumento da passagem de ônibus” (OLIVEIRA, 2013c). Os participantes são assim descritos: “ambientalistas com bandeiras verdes se juntaram a crianças com rostos pintados, que por sua vez caminharam ao lado de vereadores, professores e secundaristas”. Além da questão ambiental, foram noticiadas frases clamando por atenção da Prefeitura para bicicletas e cicloativismo, como “mais amor, menor motor”, tradicional do Massa Crítica (MÜLLER, 2013b).

Em ato denominado Defesa Pública da Saraí, referente à ocupação realizada em um prédio privado na zona central, próxima ao Cais do Porto, a reportagem posiciona-se favoravelmente à ocupação, afirmando que “o ato de sábado serviu também como protesto contra a lógica da especulação imobiliária e como forma de apoio à causa social da luta pela moradia” (MÜLLER, 2013c). É apresentado um relacionamento teórico do DPA com as ideias propostas por Manuel Castells (citado na matéria sem referência de obra), uma vez que, segundo a debatedora do evento e integrante do coletivo, “quando os espaços de decisão são esvaziados de voz popular, as pessoas começam a tomar as ruas.” (FOGLIATO, 2014a). Ela traz ainda que “o Defesa surgiu em 2012, no que era para ser um ato pontual: o protesto contra a privatização dos espaços, no episódio que ficou conhecido pela truculência policial que atingiu os manifestantes que protestavam contra o tatu inflável.” (FOGLIATO, 2014a).

Na matéria que antecede o primeiro protesto do BLTP do ano de 2013 o jornal anuncia que: “Este ano, os movimentos sociais pretendem novamente se organizar para combater o aumento da passagem. Reunidos em torno do Bloco de Luta por um Transporte Público” (OLIVEIRA, 2013b). Através do termo “novamente”, tem-se que estes protestos já ocorreram anteriormente, conforme abordado na análise dos eventos de articulação das redes sociais (Anexo II). Segundo a matéria, outra inovação é a proposta inicial de uma agenda que possa expandir o tema para além da questão do aumento do valor da tarifa, contando com a adesão de todos os grupos envolvidos. (OLIVEIRA, 2013b). Contudo, os atores descritos e o modo de atuação destes são comparáveis aos de anos precedentes, apenas com destaque para uma concentração um pouco maior de setores do movimento estudantil e de pessoas dissociadas de partidos.

Dentre os atores dos protestos do BLTP são citados militantes do PSOL, PSTU e do PT, além de explicitada a participação de anarquistas e do Utopia e Luta desde o princípio dos atos, participantes que já figuravam em outras manifestações analisadas, como no DPA. Em matéria seguinte o realce é a “intensa articulação dos estudantes” (OLIVEIRA, 2013e),

reduzindo a gama de atores e evidenciando que estes eram a maioria nos protestos da capital. No primeiro caso do BLTP com conflito, ocorrido em frente à prefeitura, o secretário de governança também se refere aos manifestantes como jovens e afirma ainda que a conversação com o PSOL e do PSTU fica prejudicada (OLIVEIRA, 2013n), sinalizando a relação do ato a jovens partidários. Esta associação com partidos de esquerda também é analisada como uma tentativa de identificar no movimento lideranças ideológicas dentro da estrutura política vigente, imaginando que a interferência direta dos partidos pudesse reorientar as mobilizações.

Os anarquistas foram ouvidos em uma entrevista exclusiva no auge dos protestos, em abril de 2013, quando foram apontados pelo jornal como “presença garantida nas manifestações pela redução da passagem de ônibus em Porto Alegre”. (OLIVEIRA, 2013a). A matéria é clara no sentido de dar voz a este grupo político que é alvo das críticas sobre os protestos pela suposta associação destes com atos de vandalismo. Para o grupo, “uma grande conquista do movimento neste ano foi a unidade entre diferentes setores da esquerda” (OLIVEIRA, 2013a), que possibilitou a criação da Frente Autônoma, coletivo criado por entidades e grupos com ideologia libertária. Esclarece o tema da violência, um dos principais debates acerca dos protestos, explicitando que, para o movimento, “violento é o Estado que nos oprime. A luta nas ruas é uma resposta à ação violenta do sistema” (OLIVEIRA, 2013a).

A caracterização de pessoas envolvidas em furtos é efetuada a partir de informações da Ouvidoria da Secretaria de Segurança, que aponta como perfil dos infratores “uma juventude que vive na periferia, a maioria negra, de baixa renda e que atuava em grupo. Talvez tenham visto uma oportunidade de ganho fácil. [...] Não são pessoas vinculadas ao movimento”. (MÜLLER; DUARTE, 2013). Por fim, a responsável atesta que não se pode generalizar que todas as pessoas de renda baixa nos protestos eram infratores (MÜLLER; DUARTE, 2013).

É apresentada discussão interna sobre a explicitação dos partidos envolvidos, realizada através da presença de bandeiras nos atos, apontando que alguns apartidários “defendem a retirada das bandeiras do PSOL e do PSTU, pois afirmam que esses partidos estão tentando aparelhar o movimento e utilizá-lo como forma de promoção política.” (OLIVEIRA, 2013e). Por outro lado, os militantes partidários defendem a pluralidade dos atos e argumentam que as críticas podem promover um racha no bloco e esvaziar a luta. Neste debate, um manifestante afirma que tradicionalmente o movimento na capital é organizado pelos movimentos anarquistas, não pelo movimento estudantil ou pessoas partidárias. (OLIVEIRA, 2013e). Esta

discussão também ocorreu nos atos do Defesa Pública da Alegria, momento em que a presença de bandeiras partidárias e anarquistas ainda era incipiente.

Com o aumento de participação nos protestos já há uma disputa de informações numéricas, outra característica que se tornou cotidiana na cobertura dos atos: “a Brigada Militar estima que foram mais de quatro mil pessoas nas ruas, enquanto integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público falam em cerca de dez mil participantes” (OLIVEIRA, 2013h). O jornal relaciona numericamente os as primeiras grandes manifestações do BLTP a eventos anteriores na cidade, atestando que, “descontando as marchas de abertura do Fórum Social Mundial Temático de 2012 e do Fórum Social Mundial Palestina Livre, a cidade não recebia uma manifestação tão grande desde março de 2011, quando mais de duas mil pessoas foram às ruas para protestar contra o atropelamento em massa de ciclistas.” (OLIVEIRA, 2013h).

Outra mobilização destaca-se por ser um ato nacional (OLIVEIRA, 2013j). Até então não havia repercussão de protestos pelo país nesta mídia, enquanto que agora, já em junho, são relatadas manifestações em São Paulo, Natal, Rio de Janeiro, Goiânia e Campinas. Um manifestante entrevistado afirma: “estamos em contato com articulações de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Goiânia. Essa retomada nasce com uma articulação nacional que é fundamental” (OLIVEIRA, 2013j). Segundo o ativista, “os protestos de Porto Alegre influenciaram positivamente as mobilizações que estão ocorrendo atualmente em outras cidades do país”. No mesmo sentido, o Sul21 lembra que em São Paulo uma das faixas dos manifestantes dizia: “Vamos repetir Porto Alegre.” (OLIVEIRA, 2013j). O entrevistado ressalta que a articulação e a mobilização são dialéticas neste caso: “São Paulo tem uma articulação de muitos anos com o MPL, que também é referência para nós” (OLIVEIRA, 2013j). No ato propriamente dito o veículo ressalta os confrontos ocorridos, descritos como “uma batalha campal no bairro Cidade Baixa” (OLIVEIRA et al., 2013b). O relato é que desde o princípio o cortejo já vinha sendo bastante tenso. A utilização dos termos “batalha campal” e “cortejo” (OLIVEIRA et al., 2013b) pode ser relacionada com o evento da derrubada da mascote da copa do mundo no primeiro ato do Defesa Pública da Alegria, quando o veículo já havia se utilizado deles (OLIVEIRA et al., 2013b).

No auge de participação dos protestos de 2013, o Sul21 destaca o aparecimento de novas pautas no discurso de alguns manifestantes, “como a crítica aos episódios recentes de corrupção e a impunidade histórica que acreditam pairar sobre a classe política.” (MÜLLER, 2013c). Para o veículo, um dos motivos do surgimento de novas pautas nos atos do BLTP foi a nacionalização do evento, de modo que os participantes acionavam pautas reivindicadas nos

protestos de outras cidades. Outro destaque foi para a maior presença de bandeiras do estado e do país, assim como algumas pessoas cantando o hino estadual. (MÜLLER, 2013c). As formas de apoio também são citadas, incluindo novas referências internacionais: “em um dos edifícios, uma faixa anunciava que os moradores haviam liberado a internet sem fio para os manifestantes, repetindo algo que aconteceu também na Turquia.” (MÜLLER, 2013c).

Após a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre, o destaque é que a principal agenda explicitada no protesto é a do passe livre, subsidiado pelos “ricos” e pela “burguesia” (NATUSCH, 2013b), de modo que a questão da redução do valor da passagem passe a ser secundária. Em 2014, os atos passam a ter como mote central a questão do evento esportivo que seria realizado naquele ano. Destaca-se a articulação em diversos atos do BLTP com o Comitê Popular da Copa (CPC), protestos que contaram com a presença de muitos moradores de vilas populares (FOGLIATTO, 2014). No segundo ano de protestos os atores passam a ser classificados simplesmente como manifestantes (PASINATO, 2014).

Com relação ao local dos atos do BLTP o jornal traz um debate em assembleia que deliberou por marcar a “descentralização do movimento, com atividades e marchas organizadas em bairros periféricos, como a Vila Cruzeiro.” (MÜLLER, 2013b). No debate, houve quem defendesse “a mobilização intensa em lugares centrais. [...] Lugares como o Palácio Piratini, a Praça da Alfândega, as proximidades da Prefeitura e o Largo Glênio Peres foram citados por manifestantes.” (MÜLLER, 2013b). Dentre os espaços centrais verifica-se que todos são tradicionais tanto da capital quanto das demais manifestações. É apontado ainda que os protestos na região central são propícios para quem vem de todas as regiões pela maior facilidade de deslocamento. (MÜLLER, 2013b).

A última reportagem do ano sobre o tema dos protestos traz uma reflexão comparada entre os atos de 2013 e 2014. A matéria destaca as diferenças entre os protestos, apresentando que em 2013 a pauta iniciou-se com um desenho definido por “lutas por democracia e por transporte, alimentação e moradia” (VENÂNCIO, 2014), com destaque para as manifestações promovidas pelo BLTP que “deram início ao que depois se alastraria pelo país, já com uma conotação diferente, e resultaria nas memoráveis Jornadas de Junho” (VENÂNCIO, 2014). Em oposição, os atos de 2014 não tinham o transporte público como elemento central, apresentando uma pauta “expandida [...] também para o movimento contra a Copa [...] em Porto Alegre e nas outras cidades-sede do evento” (VENÂNCIO, 2014).

Com relação à evolução dos protestos do último ano, o jornal destaca que “no final do mês de janeiro, a histórica greve dos rodoviários, que paralisou os ônibus da cidade por quinze dias, deu novo combustível às manifestações do Bloco” (VENÂNCIO, 2014). Em

fevereiro o grupo voltou a reunir, através desta bandeira, mais de mil pessoas. Após a greve os protestos se esvaziaram: “a aparência era de que quanto mais foco se dava ao movimento contra a Copa menos gente se sentia disposta a ir aos protestos.” (VENÂNCIO, 2014). Para o Sul21 esta dificuldade em conseguir reunir grupos numericamente expressivos em manifestações fez com que o Bloco buscasse alterar suas táticas, organizando “assembleias populares, panfletagens, coletas de assinaturas e acampamentos em frente à Prefeitura.” (VENÂNCIO, 2014). Um ato maior só voltou a ocorrer quando, “no dia 15 de maio, uma manifestação nacional contra o evento da FIFA também foi realizada em Porto Alegre, mas não foi capaz de mobilizar um número de pessoas que lembrasse as multidões de 2013.” (VENÂNCIO, 2014).

Os atores nos protestos de conflito político passam a ser apresentados com maior definição do que os dos protestos anteriores. Já nas mobilizações do DPA, deixam de ser chamados somente de manifestantes e passar a ser classificados como ativistas, sendo na sua maioria jovens, mas com a referência a crianças e idosos (OLIVEIRA, 2012a). Como organizações são destacadas as entidades culturais e ambientais, além do movimento estudantil e anarquistas (DUARTE, 2012). Não são mencionados partidos políticos neste protesto, apenas citando a fala de alguns políticos de situação e de oposição ao governo municipal. Na fala do prefeito verifica-se uma classificação dos manifestantes como de extrema-esquerda e anarquistas (OLIVEIRA, 2013a). Já nos protestos do BLTP os partidos são citados desde o princípio dos atos, além dos anarquistas e entidades, citados anteriormente. Em alguns momentos, estes são caracterizados como jovens e estudantes (OLIVEIRA, 2013e). O destaque é a para a histórica liderança dos atos pelos anarquistas (OLIVEIRA, 2013a).

Para o jornal Sul21, através da análise do intérprete, a construção do significado de espaço público é de um local de convívio de todos, sendo esta a área tanto para a realização de atividades culturais como políticas. A gestão realizada pela prefeitura vigente, no entanto, reduz as ações possíveis, procurando uma coordenação integral das atividades, o que limita a participação popular autogestionada. Desta forma, as políticas adotadas com relação ao espaço público refletem o comportamento do poder público relacionado à cidade, desestimulando atividades tidas como desordeiras ou que rompem com normatizações estabelecidas e, deste modo, prejudicando as ações populares. Por outro lado, com relação às instituições privadas e elementos de consumo, estes são incentivados pela prefeitura através de políticas voltadas ao automóvel e o aumento das PPP. Vinculando este significado à posição ideológica do veículo, entende-se que, para o Sul21, as políticas públicas devem

ocorrer de modo redistributivo, não igualitário, privilegiando as pessoas que têm menos acesso aos espaços da cidade. A política de regulamentação dos espaços finda por elitizar as ações, fazendo com que os espaços passem a ser encampados por ações privadas, como nos casos da mascote símbolo da Copa do Mundo que exibia a marca de uma grande empresa e do Anfiteatro Araújo Viana.

Percebe-se que o veículo defende que os grupos tenham espaço na mídia, mas não apenas através de entidades que se mobilizam (ou são convidados) para escrever: ouvir a opinião direta dos manifestantes é fundamental, pois, por mais que haja uma formação ideológica original, muitas vezes esta perspectiva se perdeu, de modo que, por exemplo, não necessariamente os manifestantes destes protestos sejam anarquistas, embora a ocupação de espaço através de uma tática de ação direta seja uma das formas de ação desta visão política. O jornal Sul21 representa uma nova abordagem jornalística. É nítido que o veículo busca ouvir mais a população do que o governo. Pode ser entendido que, para o jornal, em uma democracia o povo deve receber mais oportunidade de manifestação que o governo, que já concentra o poder.

Neste sentido, uma das matérias sobre o Largo Vivo representou com tanta fidelidade o movimento que foi citada na maioria dos eventos como a página da internet que continha informações sobre sua história (FACEBOOK; 2013). Nas páginas dos movimentos nas redes sociais, por exemplo, é comum encontrar matérias do Sul21 e incomum a ocorrência com a outra mídia, exceto em casos de crítica. Assim, pode-se dizer que há uma aprovação por parte dos manifestantes da forma como a cobertura do veículo é realizada. Esta proximidade parece ser mútua, visto que em várias matérias de agenda o veículo faz a convocação para eventos próximos dos movimentos e que o jornal destaca o crescimento dos eventos e as formas de articulação.

4 DISPUTAS PELO SENTIDO: O DISCURSO DOS JORNAIS

Aqui é feita a construção dos sentidos possíveis de modo dialógico interdiscursivo, ou seja, analisando os significados de um jornal pelo ponto de vista do outro, através da perspectiva do intérprete. Para tal, este último busca aspectos de valorização interdiscursivos sobre as mídias, realizando um juízo de valor sobre os significados apresentados por um jornal através da posição ideológica do outro.

A partir da posição do sujeito dos jornais, sustentada por suas visões ideológicas, verifica-se que a valoração do Jornal Sul21 em relação à ZH é explícita. Na pesquisa foram quantificadas 463 reportagens com contém o termo Zero Hora. A maioria delas cita o outro como fonte parcial de informações, porém há reportagens que buscam criticar o posicionamento (ou a falta dele) no outro veículo ou em seus colunistas. Na matéria “Quem quer causar medo?” o autor afirma que “no editorial de domingo, mais uma vez, Zero Hora deturpa os fatos e só expressa seu facciosismo, sua parcialidade e seu ódio ao Partido dos Trabalhadores!” (PONT, 2014); Em outra matéria intitulada “RBS entra na campanha eleitoral” reforça sua crítica através da afirmação que a ZH “aparenta uma suposta isenção nos espaços de reportagem e afunda o pé nos seus inúmeros espaços de opinião em jornais, rádios, televisões, sites e redes sociais.” (WEISSHEIMER, 2014); Também no texto “A tragédia da Cartografia proposta pela RBS”, quando o veículo apresenta que: “quem manda na notícia no Estado, tanto escrita (Zero Hora), como radiofônica (Rádio Gaúcha), como televisiva (RBS), é sempre o mesmo grupo, a Rede Brasilsul de Telecomunicações” (MIRANDA, 2014). Neste último é apontado que a posição ideológica dos veículos da RBS, nos quais se inclui a ZH, é clara e que seu posicionamento é dominante com relação à concorrência.

O jornal Zero Hora não apresenta qualquer citação à mídia *online* em suas matérias. Para verificar se era uma prática do jornal com outras mídias, pesquisaram-se alguns outros veículos. Em todos o número de citações em reportagens era muito baixo (sempre informativas, como biografias de trabalhadores do jornal, e nunca valorativas) ou inexistente. Assim o jornal Zero Hora tende a ignorar a existência da concorrência, em especial para manter o seu caráter hegemônico. Afirma-se que a política de omissão é justamente para não evidenciar qualquer opositor (BERTRAND, 1999), como se o que não constasse nas páginas do jornal não existisse ou não fosse relevante.

4.1 SENTIDOS DOS SIGNIFICADOS NO SUL21 PARA O JORNAL ZERO HORA

Considerando que a ZH é um veículo que não se posiciona acerca da concorrência e poucas vezes emite juízo de valor explícito em suas matérias, a realização da análise dialógica é complexa. A proposta é apresentar os sentidos possíveis a partir da visão do outro, realizando uma construção de sentidos a partir da desconstrução dos discursos concorrentes comercialmente.

A construção dos sentidos possíveis aos significados da disputa do espaço público presentes no Sul21, analisados através da posição da Zero Hora, é definida através da cobertura das manifestações, na qual o jornal destaca o seu caráter político associado à visão de oposição ao governo municipal. Por este motivo o acompanhamento do tema é apontado como parcial e tendencioso, visto que o espaço público é apresentado como elemento de conflito, evidenciando não só o caráter de promoção cultural dos atos, mas principalmente a semelhança de discursos entre os ativistas e políticos de oposição, que são influentes no jornal.

O Sul21 utiliza-se de sua proximidade política com os manifestantes para estimular ações que não representam a visão da maioria das pessoas na sociedade, apresentando discursos unilaterais. Mesmo quando evidencia a fala de um integrante do governo, esta é contraposta com as dos manifestantes ou adjetivada negativamente pelo veículo, que se utiliza de termos como “rebateu” e “alfinetar” (OLIVEIRA, 2012). Realça sua visão limitada, sem conhecimento das demandas da população de um modo geral, que não apresenta os mesmos anseios de mudança expressos pelo Sul21. Isso ocorre possivelmente por possuir o jornal um público-alvo direcionado, com orientação ideológica definida, ao contrário da ZH, que busca visibilizar diversas fontes a fim de evidenciar visões plurais sobre o tema.

Neste caminho tem-se que o discurso deste jornal digital é politicamente irresponsável, pois claramente apresenta uma perspectiva mais voltada à visão dos ativistas, dando mais voz a estes do que às posições divergentes. Em sua defesa o veículo poderia atestar que trata de dar visibilidade maior à voz da população, que finda por ser o lado mais fraco deste jogo de poder. No entanto, dado o número de pessoas que participam dos protestos ainda ser percentualmente irrelevante quando comparado ao número de habitantes da cidade, representar os ativistas, assim, não é representar a maioria da população, de modo que os protestos são legítimos, mas ainda não podem considerar-se representativos do cenário da política urbana.

Faz-se necessário dar visibilidade às instituições públicas, considerando que na democracia a escolha dos governantes é através do voto da população. Este sim é um instrumento representativo e fundamental para a manutenção da ordem. O contrário pode ser classificado como um ato golpista ou revolucionário, incentivando atitudes que, intencionalmente ou não, desconstituem o poder político democrático. As críticas às instituições públicas dirigem-se ao governo municipal, ocultando os julgamentos negativos realizadas nos protestos direcionados ao governo federal, do qual o jornal está em constante defesa, inclusive apontando que as reivindicações das ruas foram atendidas pela presidenta em exercício (O JUNHO..., 2014).

O jornal relaciona os diversos protestos com manifestações históricas ocorridas na cidade, associados como “políticas e gestão pouco republicanas encaminhadas na atual administração” (VILLAVERDE, 2013). Confirma-se aí que o jornal defende a democracia e as atitudes republicanas, de modo que se entende que a ausência de críticas às ações que ferem estes princípios por parte dos movimentos objetiva não perder o apoio dos grupos envolvidos. Salienta-se aqui que a ZH não é contra a divulgação dos eventos, bem como seus objetivos e organização, tanto que também disponibiliza estas informações em suas matérias. De uma maneira geral o Sul21 faz uma boa cobertura dos protestos, o que é criticado é o posicionamento tendencioso. O veículo consolida a bandeira dos movimentos ao sempre articular politicamente suas reportagens, de modo que os textos visam a um direcionamento político na cobertura dos atos.

No Defesa Pública da Alegria o direcionamento do ato a críticas à política municipal é acentuado, existindo desde o primeiro ato, especialmente por este anteceder as eleições municipais, nas quais o prefeito em exercício pleiteava reeleição. Sobre o episódio da violência no protesto que retirou o tatu-bola nos primeiros dias, o jornal somente publicou depoimentos dos manifestantes (OLIVEIRA et al., 2012), enquanto que a ZH buscou as informações oficiais, ou seja, das autoridades presentes no ato (COSTA, 2012). Após algumas reportagens, o jornal passa a afirmar que o objetivo dos manifestantes nunca foi vitimar o boneco (OLIVEIRA, 2012F; SCHWARZ; NATUSCH, 2012), fato que não pode ser comprovado e, portanto é opinativo. O mesmo ocorre com o atropelamento dos ciclistas do Massa Crítica, apontado pelo jornal como “criminoso” (NATUSCH, 2011a), “agressão” (NATUSCH, 2011b), e “lamentável” (NATUSCH, 2011c). Acredita-se que cabe ao jornal transmitir a informação, deixando que o julgamento das ações seja realizado pelo poder judiciário. A análise dos fatos deve ser expressa em matérias de opinião, nas quais o leitor tem

o conhecimento de que se trata de uma perspectiva sobre o incidente e não do que de fato ocorreu.

Após a repercussão do ato inicial com conflitos, os demais atos do DPA possuem boa cobertura pelo jornal, evidenciando com clareza as características das mobilizações instituídas pelo coletivo. O mesmo ocorre com o Largo Vivo, quando os primeiros atos são politizados em excesso, tendo sido posteriormente explicitado pelo veículo principalmente as atividades realizadas no evento. A proposta do jornal é voltar-se para a cobertura jornalística dos protestos, destacando-os das ações cotidianas, sendo identificada a questão política como o principal foco. Desta forma, é natural que ele veicule mais reportagens sobre as manifestações e preocupe-se em descrever os percursos e locais detalhadamente. Por outro lado a ZH realiza este acompanhamento de modo natural, dando o mesmo destaque a estes do que a outras atividades da cidade. Por este motivo são apontadas pelo último as consequências que as mobilizações causam nos demais serviços da cidade.

Outra questão relacionada ao Defesa Pública da Alegria e ao Bloco de Luta é a alternância de pautas dos movimentos. O DPA apresentou quatro motivos para a realização do primeiro protesto (PASINATO, 2012). À medida que novos elementos da política urbana passaram a ocorrer na cidade, como o questionamento da polícia e de causas ambientalistas, advém em evidenciar apenas algumas das bandeiras em atos específicos como a privatização dos espaços públicos. (SEMANA..., 2013.) No que tange às políticas voltadas à Copa do Mundo FIFA 2014, não foi debatida a remoção das famílias - proposta inicialmente -, e nem se noticiou alguma relação do movimento com as os atingidos pelas obras, um dos fatos mais marcantes do ano de 2014 na cidade e no país. Falta ao jornal, portanto, contextualizar as matérias deixando clara a falta de articulação entre os atos, quando existente. A questão central dos protestos do DPA é sua crítica às parcerias público-privadas, expressas tanto no Largo Glênio Peres como no Araújo Viana e no Cais Mauá. Desta forma, não se trata exclusivamente de uma defesa dos espaços públicos, como apontado pelo movimento e pelo Sul21, mas sim de uma crítica a uma política urbana reconhecida e utilizada mundialmente. No caso da Ocupação Saraí o jornal finda por defender as ocupações urbanas e se posiciona contra a lógica de mercado, incitando a intervenção estatal em casos de moradia (MÜLLER, 2013c), novamente em uma atitude politizada dissonante do sistema financeiro global.

Fica evidenciado o direcionamento da cobertura jornalística do veículo pelo grande número de matérias sobre ações em que as divergências políticas são explícitas, quase não noticiando os atos pacíficos e culturais, como o Vaga Viva, que é abordado apenas em uma reportagem (MORENA, 2014). Mesmo quando o foco central da reportagem é o espaço

público, o jornal relaciona a valorização destes espaços, algo cultural, como centralmente político, como na matéria “manifestantes se reúnem para defender alegria nas ruas de Porto Alegre” (PASINATO, 2012), na qual insinua que os espaços públicos estariam sendo ameaçados.

O mesmo ocorre com a definição dos atores envolvidos, que reduz os participantes a pessoas alternativas (CANALI, 2011) e extremamente politizadas (PASINATO, 2012). Omite a presença dos que não possuem preocupação política nas ações, apenas por desejar uma cidade melhor através de exemplos de convivência. Isso ocorre no Massa Crítica, adjetivado pelo tabloide como movimento “corajoso e ousado” (EDITORIAL, 2011), representando um público predominantemente heterogêneo como atores políticos que desbravam o trânsito da capital. Nesse sentido, a caracterização dos eventos como anarquistas (OLIVEIRA, 2013a) é exagerada, pois o que os protestos sinalizam é a busca de uma democracia plena, quando todos devem ser ouvidos de modo igual. A redação das matérias, utilizando-se por vezes de textos de outros veículos e muitos autores distintos, destaca que o jornal não possui uma linha editorial consolidada, de modo que cada matéria emite uma opinião distinta e apresenta o que julgar conveniente. Neste contexto, a utilização de nomes vinculados à política na redação é considerada inapropriada para um veículo de comunicação de massa, como o caso de vereadores de oposição à prefeitura municipal e aliados aos governos estadual e federal (SANTOS; SGARBOSSA, 2012; SELL, 2011; VILLAVERDE, 2013).

No que se refere aos atores envolvidos, verifica-se nas notícias do Sul21 uma articulação entre coletivos, mas é pouco explicitada a visão política unificada entre eles. Os traços esquerdistas destes movimentos ficam claros quando se vê os elementos envolvidos. Nesse contexto, a afinidade e solidarização entre as manifestações constituem-se em processos naturais. O que não se pode fazer é excluí-los do cenário político, considerando que as contestações relacionadas à política vigente no país são realizadas através de partidos e não de coletivos. Nos protestos sem atos de vandalismo o veículo rotula os participantes como jovens, mas lista também a presença de idosos, artistas, vegetarianos e veganos (OLIVEIRA, 2012a), além de entidades e estudantes (DUARTE, 2012). Vê-se que a descrição destes assemelha-se com o que foi identificado pela ZH. Na medida em que os grandes protestos tornaram-se constantes na cidade, as bandeiras de partidos passaram a ser levantadas juntamente com outras, de entidades e anarquistas. Nestes, nos casos com violência é ressaltado o discurso de defesa dos manifestantes.

Como apontado pelo veículo, estas manifestações têm relação, concluindo que há interferência de partidos de esquerda que trabalham em oposição ao governo municipal na

organização dos protestos. Este posicionamento aparece naturalmente na fala do prefeito no momento de sua reeleição (OLIVEIRA, 2013a). Cabe aos meios de comunicação evidenciar que há uma disputa em jogo e identificar os atores presentes nesta, justamente para que os que participam das ações saibam a real motivação dos atos. Ao explicitar em excesso as críticas à prefeitura, o jornal finda por estimular a participação de pessoas com este enfoque em atos futuros, em uma tentativa de colocar-se à frente dos protestos. A apologia a atos que tradicionalmente subvertem noções da política urbana, responsável por manter uma convivência harmônica entre a população, é uma posição parcial que não é defendida pela ZH.

Do mesmo modo há uma distorção sobre a leitura dos conflitos, na qual diversas vezes o jornal aponta os policiais como responsáveis pelo princípio dos confrontos (OLIVEIRA et al., 2012). Nestas ações são utilizados termos como “os policiais agrediram” e “forte repressão da brigada militar” (OLIVEIRA et al., 2012). O jornal tenta legitimar a crítica dos movimentos à polícia, acusada de criminalizá-los. Não se entende qual seria o interesse desta instituição na criminalização e nem por que incitaria o confronto com civis sem que houvesse ações violentas por parte dos manifestantes. Esta dicotomia entre o apoio aos ativistas e as críticas à polícia, assim como a forma com que estes atores são descritos, ficam explícitas em afirmações como: “centenas de jovens e artistas de rua protestavam por uma cidade ‘mais alegre’, mas terminaram a noite sob forte repressão da Brigada Militar” (OLIVEIRA et al., 2012). Neste sentido que se realizam críticas às ações provocadas por grupos anarquistas nos protestos, pois estas não visam à defesa da democracia. O Sul21 possui matérias justificando as ações de vandalismo como resposta a ações da polícia, divulga a opinião de integrantes anarquistas que afirmam que “não precisamos de Estado nem de representantes” (OLIVEIRA, 2012e) e entrevistas com integrantes de correntes com esta ideologia (OLIVEIRA, 2013a), dando visibilidade a estes.

A relação dos protestos com eventos internacionais também é explorada pelo veículo, que aponta tanto a origem internacional do Massa Crítica e do Vaga Viva quanto algumas relações de táticas de ação de protestos internacionais atuais. No entanto, é importante frisar que não é propício comparar os protestos no Brasil diretamente com os ocorridos na Espanha, no Egito ou nos Estados Unidos por se tratarem de contextos políticos e econômicos diferentes. Já nos casos nacionais a relação entre os atos é semelhante nos dois veículos, apontando que os protestos iniciaram em Porto Alegre e, a partir da ocorrência em São Paulo e Rio de Janeiro, alastraram-se pelo país aumentando a motivação da população dos primeiros (OLIVEIRA, 2013j). A alternância de agendas políticas propostas pelo BLTP nos protestos de

2013 e 2014, sinalizando para a questão tarifária do transporte e para a Copa do Mundo FIFA, respectivamente, também é comum nas duas mídias (VENÂNCIO, 2014).

O Sul21 classifica os protestos como históricos (VENÂNCIO, 2014) e tradicionais (FOTOS..., 2013), enaltecendo as manifestações e deixando de constatar que o processo de mobilizações em curso no país, e em particular em Porto Alegre, não teve um saldo positivo. Trata-se da ocorrência de incontáveis atos de vandalismo, ameaças, agressões e depredações de prédios públicos e particulares. É contra essas atitudes que as forças de segurança do estado estiveram, estão e estarão mobilizadas, visando reduzir a participação de vândalos que findam por deslegitimar os protestos e expulsar as pessoas que anseiam expressar suas opiniões e críticas. Os direitos de participação cidadã e democrática dos manifestantes não podem e não devem sobrepor-se aos direitos e liberdades da população.

O sentido construído pelos discursos do Sul21 com relação ao espaço público simboliza o modo como o jornal vê as ações municipais, evidenciando as críticas com relação à regulamentação das atividades, que é de exclusiva responsabilidade da prefeitura. Entende-se que o executivo não está fazendo nada além de exercer o seu papel e que as críticas a isso são naturais, razão pela qual o grande ganho destes atos seja a valorização do espaço público como local de reunião, confraternização e difusão cultural, seja com atos artísticos ou com ações sustentáveis, como o cicloativismo. O sentido geral, assim, é de desqualificação do jornal enquanto representante das ideias da população sobre o tema, baseado em uma politização excessiva, parcial e utópica sobre o espaço público autogestionado como solucionador de conflitos existentes, o que não é consenso na sociedade, que cada vez mais defende a regulamentação de ações e atividades.

4.2 SENTIDOS DOS SIGNIFICADOS NA ZERO HORA PARA O JORNAL SUL21

As reportagens da Zero Hora, pelo viés do Sul21 através de construção do intérprete, podem ser classificadas como sensacionalistas, uma vez que buscam explicitar os conflitos e posições distintas sobre o tema ao invés de defender o livre direito à manifestação. Mesmo sinalizando apoio às atividades culturais, a ZH apresenta o contraponto de pessoas ou de integrantes do governo, tendendo a corroborar com suas ideias de regulamentação das atividades públicas, atitudes típicas de instituições autoritárias e pouco democráticas.

A posição do sujeito materializa-se nas matérias dos veículos, fazendo com que, de um modo geral, o Jornal Sul21 tenha uma visão crítica acerca das matérias do jornal Zero Hora, especialmente em relação a sua imparcialidade de posicionamento camuflada em uma

aparente neutralidade jornalística (WEISSHEIMER, 2014). Em geral, tem-se uma valoração do primeiro em relação ao segundo como uma mídia que é tendenciosa à medida que afirma ser neutra, mas finda por falsear fatos através da omissão de informações. As notícias, assim, são pouco contextualizadas com eventos similares, tanto locais como nacionais e internacionais, dando a ideia de acontecimentos isolados e apresentando poucos dados quantitativos, de modo a tornar as matérias imprecisas. Os atores são caracterizados geralmente através de estigmas políticos, como o da partidarização. Estas contestações explícitas evidenciam a tentativa do Sul21 em desqualificar o concorrente, muitas vezes utilizando-se de argumentos e associações dos novos movimentos sociais analisados.

A abordagem das matérias de Zero Hora sobre os eventos é superficial. Os casos do Massa Crítica e do Vaga Viva são explorados comercialmente através da supervalorização de conflitos. A proposta é reduzir os eventos, alarmando os atos de violência através da orientação a motoristas de evitarem a região central em um dia do evento de cicloativismo (SAIBA..., 2011). No caso do Largo Vivo, além de conter poucas reportagens sobre o tema – o que explicita a pouca importância que o veículo dá aos movimentos- as existentes em sua maior parte são informativas, bastante sucintas e pouco contextualizadas (MANIFESTAÇÃO..., 2013). Salienta-se que o conceito do protesto é apresentado, porém também bastante resumido, realizando uma parcial contextualização com as demais mobilizações locais.

As reportagens da ZH são escritas sem a utilização de adjetivos ou comentários de posicionamento do veículo. Contudo, quando se verifica quais os discursos selecionados nas matérias, sua isenção pode ser questionada devido à maior visibilidade de falas de governantes (MANIFESTANTES RETORNAM..., 2012). No caso do Massa Crítica, é incomum a apresentação da perspectiva de um ativista do movimento. A perspectiva da ZH pode ser entendida como uma falta de articulação com os movimentos, simbolizada pela forma com que veículo aborda o Vaga Viva, considerada atemporal ou descontextualizada, como se o ato ocorresse em si, independente de uma formulação que vem ganhando muitos adeptos recentemente.

Especialmente sobre a questão regulatória nas manifestações de disputa simbólica, a visão da ZH pode ser associada com as ações da Prefeitura Municipal, que tende a buscar o controle das atividades, assim como fez com o Largo Glênio Peres. Por esta razão a visão do jornal é considerada conservadora, pois embora entenda a ideia central dos protestos, ao propor uma regulamentação dos atos e alertar para os conflitos, finda por questionar os movimentos, incentivando atividades realizadas dentro da ordem pré-estabelecida. Isso fica

claro ao verificar os termos utilizados para mencionar o movimento, como no caso do Largo Vivo, que tem atos chamados de manifestações, eventos culturais, palco para artistas e festa (FOSTER, 2013). Mesmo que em algumas matérias fique clara a posição política do ato, em outras é apresentado somente seu caráter lúdico e cultural.

A cobertura dos casos do DPA veiculados pela ZH é imprecisa, além de ter uma parcialidade tendenciosa, como nas análises anteriores, omitindo elementos importantes da conjuntura política. As reportagens deste são assemelhadas às do Largo Vivo, enfatizando a programação cultural. Embora o tema central destes coletivos seja mencionado corretamente como contrários à privatização de espaços públicos em algumas matérias (MANIFESTANTES..., 2012), em outras esta informação é explicitada como “contra o que eles consideram a privatização dos espaços públicos” (MANIFESTANTES RETORNAM..., 2012), o que supõe que não seria propriamente o que era então realizado pela gestão pública.

Sobre a forma de organização, a ZH explicita que as iniciativas procuram a horizontalidade do movimento, associando a autogestão com a sua organização via internet (FOSTER, 2013). Traz ainda a manifestação como “organizada de forma livre”, e os manifestantes como “grupo de porto-alegrenses que se organizou para reivindicar [...] nas praças e nos parques da capital” (MANIFESTANTES..., 2012). Na ocupação do legislativo municipal, um texto apresenta claramente a organização da ação com destaques positivos para a estrutura dos ativistas. No entanto, não se limita às questões gerais, buscando e explicitando possíveis lideranças do movimento através da citação de três pessoas relacionadas a partidos e entidades. (MOREIRA; GERMANO, 2013). Novamente em busca de lideranças, outra matéria expõe que são os partidos de extrema esquerda que comandam os atos do bloco, incluindo a ocupação do legislativo. (SANTOS, 2014). Fica evidente que a horizontalidade dos movimentos é entendida, mas não é aceita pelo jornal assim como pelo governo, acostumados a trabalhar com estruturas tradicionais hierarquizadas. Não sabendo como proceder com a ausência de lideranças, passa a criticar os movimentos por não possuírem um porta-voz, assim como criticavam a falta de divulgação prévia de itinerários nos protestos com percursos (ELY, 2013).

Considera-se que a ZH faz um acompanhamento incompleto dos atos porque não se preocupa em realizar a cobertura jornalística das manifestações, visto que a maior parte dos atos não é noticiada. Isso fica mais evidente nos casos do Massa Crítica, do Largo Vivo e do Defesa Pública da Alegria. Esta seleção de que o ato mereça ou não constar em suas páginas é política e expressa a falta de importância que o veículo atribui às iniciativas populares. Conforme notícia da ZH, a polícia registrou mais de 200 manifestações em 2011

(QUANTAS..., 2012), de modo que estas se fazem presentes no contexto da capital, merecendo, na opinião do Sul21, um maior reconhecimento. Muitas destas certamente não chegaram ao alcance da população em geral e muito disso deve-se às ações adotadas pela mídia tradicional, que se limita a publicar o que acredita ser relevante e comercialmente interessante, como as críticas esportivas e informações sensacionalistas. Por este motivo, o jornal publicou diversos textos sobre o primeiro ato do DPA e poucas sobre alguns dos outros atos, visto que aponta o episódio como “a maior polêmica da história recente de Porto Alegre” (TREZZI; AZAMBUJA 2012), classificando-o como embate ideológico.

Embora com descrição e articulação entre manifestações sucinta na maioria dos casos, são apresentadas no conjunto de matérias as principais características de cada manifestação, em geral sem aprofundamento. O mesmo ocorre com a descrição dos atores envolvidos, pouco abordados pelo jornal nos protestos de disputas simbólicas. Nestas, os participantes são apresentados como diversificados (MOBICIDADES, 2014), ciclistas (VIDEO..., 2011) e por termos genéricos como “a reunião diferentes grupos” (MANIFESTAÇÃO..., 2013), sinalizando para a ausência de coletivos organizadores, que dão o enfoque político ao ato.

Nos atos com conflitos políticos o que ocorre é a supervalorização dos atores, como se o veículo buscasse lideranças, em que pese tenha conhecimento da horizontalidade das ações (FOSTER, 2013). Já nas primeiras notícias sobre o episódio envolvendo o DPA, veicula que uma agência bancária foi quebrada e traz ainda que “de acordo com o delegado, embora não se possa afirmar a partidarização do protesto, a investigação trabalha com a hipótese de a manifestação ter sido direcionada” (POLÍCIA..., 2012). A informação provém de um policial e aponta para um enfoque político específico associado ao ato, que se dirigia intencionalmente contra as políticas realizadas pela prefeitura. Os atores do BLTP são apresentados pelo jornal como “uma miscelânea: anarquistas e ativistas sociais e estudantis, mesclados a militantes de partidos de esquerda” (VANDALISMO..., 2013b), dando a ideia de uma falta de coesão através do termo utilizado para definir o conjunto.

A caracterização dos envolvidos em atos violentos é feita principalmente em matérias de opinião, que passam a ter posicionamento e julgamento das ações. A maioria destas é realizada por um mesmo jornalista, que é um dos autores da reportagem que apresenta os personagens do DPA citando que “apesar de os grupos abrigarem militantes do PT, PSOL e PSTU, as manifestações costumam ser apartidárias. Isso porque uma espécie de comando moral é exercido por grupos anarco-punks-extremistas, [...], que não admitem a partidarização dos movimentos” (ROSLING; MELO, 2012). Vê-se a ênfase dada aos conflitos internos do movimento, que são naturais e também são apresentados pelo Sul21 em determinadas

situações, porém repudia-se a proposta apresentada de comando moral. Trata-se de elementos políticos referentes às táticas de ação, normais em qualquer grupo político. A rotulação de anarco-punks-extremistas também é fantasiosa e relacionada à ideia defendida pelo veículo de protagonismo de anarquistas em atos de vandalismo.

Outra afirmação semelhante provém de um dos jornalistas da opinião anterior, alegando que os manifestantes de Porto Alegre “adotaram atos de violência de intensidade não vista antes, liderados por anarquistas com traços sociopatas” (ROLLSING, 2013b). Em texto publicado duas semanas após, o mesmo comentarista direciona os atos de violência ao anarquismo e exibe a informação de orientações de movimentos internacionais, relacionando os atos a táticas de guerrilha. (ROLLSING, 2013c). Ressalta-se que esta matéria resultou na indignação de pessoas do BLTP que, em matéria do Sul21, referiram que ela sinaliza que “a criminalização e perseguição de diversos ativistas está se acentuando. E uma grande confusão em relação à pauta que defendemos está sendo criada pela mídia e pelo governo” (OLIVEIRA, 2013d). Vê-se no discurso dos manifestantes a associação da postura da ZH com a do governo. Em outra matéria que refuta a suposição do jornalista, uma integrante da Frente Autônoma afirma que “não existe nenhuma prova disso. É claro que somos parte de uma articulação internacional, que temos contatos com grupos anarquistas de outros países. Mas não existe crime nisso.” (NATUSCH, 2013c). A associação entre atos violentos e anarquistas segue mesmo após divulgação de dados dos inquiridos sobre os detidos em atos do BLTP realizada pela ZH, na qual o perfil descrito difere do que o jornal vinha atribuindo às pessoas das manifestações (VEJA..., 2014).

É por matérias como esta que o movimento acusa a RBS de manipular informações, fazendo com que esta seja criticada em diversos atos. Pelo menos duas marchas tentaram dirigir-se à sede da empresa para protestar e foram impedidas pela polícia de aproximarem-se do prédio (OLIVEIRA, 2013b; MÜLLER, Iuri et al., 2013c). Além destas, também foram noticiados escrachos, que são protestos simbólicos, em frente à empresa (MÜLLER, 2013c; FOGLIATTO, 2014). Na visão dos manifestantes, a defesa que o veículo faz ao prefeito pela ausência de críticas às medidas tomadas por sua gestão, juntamente com as críticas da ZH e de vereadores direcionadas ao movimento na ocupação da câmara, faz com que muitos dos protestos passem a voltar-se para esta mídia e estes governantes, como no cântico divulgado em matéria do Sul21 “Chora a RBS, chora o prefeito, chora vereador, e ninguém cala esse chororô” (NATUSCH, 2013b). Em uma assembleia, outro manifestante afirma que “uns dos maiores inimigos desta greve e de qualquer mobilização dos trabalhadores são grupos de comunicação como a RBS” (OLIVEIRA, 2014h). As frases acima são apenas exemplos,

sendo diversos atos, cânticos e cartazes relacionados a críticas a este veículo, associado pelos manifestantes com a ditadura militar. Além dos atos do BLTP, outros coletivos também criticavam a postura deste grupo de comunicação, como em atos do DPA quando se destaca um cartaz com a frase “RBS mente” (OLIVEIRA, 2014d) e “outra faixa criticava um comentarista do Grupo RBS que chegou a chamar os manifestantes de terroristas”. (OLIVEIRA, 2012e).

Em texto de opinião a seguir é citado como um fracasso do movimento não conseguir danificar a mascote da Copa, apontado como o objetivo central do ato do DPA, propondo que todo o debate foi esvaziado da mesma forma que o boneco. (TREZZI; AZAMBUJA 2012). Nesta matéria ainda se encontra a afirmação de que “os militantes políticos que desejavam remover o bonecão teriam apanhado da BM sem terem inutilizado o alvo da sua ira” (TREZZI; AZAMBUJA 2012), trazendo a agressão promovida como algo natural e colocada em tom de sátira, explicitando uma visão reacionária e em consonância com atos bárbaros e arbitrários promovidos pela polícia. Em matéria anterior um dos jornalistas que redigiu o comentário havia entrevistado um manifestante que afirmava não haver intencionalidade na ação (AZAMBUJA, 2012), de modo que esta opinião foi simplesmente descartada. Outra matéria apresenta uma nova perspectiva, porém sem a mesma ênfase, afirmando que Ouvidora de Segurança afirmou que podia apenas “qualificar por enquanto é que é lamentável usar a polícia para conter professores e estudantes no Centro da cidade”. (DUARTE, 2012). Fica claro que a ZH apresenta duas versões para os fatos, porém sua neutralidade é corrompida pela ênfase concedida a determinadas informações e pela opinião de seus comentaristas, como na afirmação de que os atos de violência “novamente mancharam a manifestação” (PROTESTO..., 2013e), evidenciando sua posição contrária às ações.

A relação entre os movimentos é realizada de modo indireto, não havendo explicitamente articulação política entre as organizações. No caso do BLTP, por exemplo, ao referir-se a origem de ações de depredação, o jornalista aponta a sua visão sobre o ato: “partiu de indivíduos e movimentos com ascendente atuação política em Porto Alegre a explosão de fúria contra o aumento da passagem para R\$ 3,05” (GRUPO..., 2013), trazendo ainda que “o grupo não se limita à união de universitários”, apresentando o engajamento de “alas de funcionários das concessionárias do transporte público” (GRUPO..., 2013). Os papéis associados aos atores em geral são verdadeiros. É veiculada a mesma informação do Sul21, como o destaque para a articulação principal realizada através do movimento os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) da PUC e UFRGS. No entanto, estes são adjetivados com

expressões negativas como “extremistas” (ROSLING; MELO, 2012), “ira” (TREZZI; AZAMBUJA 2012) e “fúria” (GRUPO..., 2013).

Com relação aos protestos nacionais, a proximidade do caso da capital gaúcha com demais cidades também é explorada pelo veículo, esta em geral de modo satisfatório, embora sempre haja o destaque para a influência de ações de violência, que seriam externas (VANDALISMO..., 2013b). Os protestos internacionais são associados ao caso através da articulação via internet (VANDALISMO..., 2013b), não citando outras semelhanças como o fato de serem ações populares contra governantes e nem da grande quantidade de pessoas ocupando as ruas. O contexto de manifestações na cidade é bem detalhado por um comentarista, que apresenta a relação ao crescimento dos movimentos sociais a partir dos “desencantos” com a política tradicional, à qual os partidos passaram a aderir (ROLLSING, 2013b). Para o redator, todo esse contexto pode ser lido como uma nova forma de expressão de emoções e utopias, não fazendo relação à vinculação dos protestos com temas da política urbana local (ROLLSING, 2013b).

A postura do jornal no que tange aos coletivos é de distanciamento, referindo-se a estes na terceira pessoa (eles) e apresentando as críticas centrais dos protestos como supostas. Além da citação acima isto também ocorre com a repressão policial, apontada como “eles também voltaram a criticar a ação da Brigada Militar durante o episódio de quinta-feira, considerando-a exacerbada.” (MANIFESTANTES RETORNAM..., 2012). Em alguns casos, mesmo com redação de pouca profundidade em algumas frases é possível verificar uma averiguação dos fatos por parte do jornal. Um exemplo deste último caso é na primeira reportagem sobre o atropelamento do Massa Crítica, quando, “segundo o diretor-presidente da EPTC, [...] as imagens captadas pelas câmeras da empresa mostram ocorrências ‘radicais’ em que ciclistas levantariam bicicletas com menção de atirá-las nos carros” (VÍDEO..., 2011) e a seguir o jornal posiciona-se sobre o vídeo apresentado na matéria: “Zero Hora assistiu a vídeos fornecidos pela EPTC, mas não constatou agressividade por parte dos ciclistas”. (VÍDEO..., 2011). Esta verificação é incomum no veículo e dá-se em um caso de comoção social, quando o culpado pelo atropelamento é explícito, sendo considerado incabível um posicionamento contra os ciclistas no episódio específico.

O Sul21 defende explicitamente a causa dos manifestantes, que expressam claramente que seus anseios não são individuais, mas sim a defesa de uma coletividade mais engajada e representativa. Para tanto, o questionamento pela valorização dos espaços públicos é fundamental. Este é um ponto central do posicionamento da ZH, que não aponta qualquer irregularidade para as PPP, política que favorece a inserção de empresas privadas em espaços

públicos, ato que tem raízes neoliberais, o que condiz com a formação ideológica da ZH, relacionada à sua filiação com a RBS e à Rede Globo de Comunicação, cujos proprietários compõem a família mais rica do país dentre as relacionadas com conglomerados de comunicação¹⁴. Neste sentido, o Sul21 explicitamente se posiciona a favor das minorias e rechaça políticas que privilegiam apenas as grandes empresas.

Entende-se que o jornal apoie as iniciativas, sendo algumas matérias com afirmações explícitas sobre a importância da valorização do espaço público (FOSTER, 2013). Isso ocorre especialmente nos casos em que não há conflito, sendo que nos outros é apresentada uma dualidade entre o apoio a iniciativa e críticas por possíveis transtornos decorrentes da atividade. Esta dualidade pode ser resumida como uma disputa entre o bem e o mal, o primeiro representado pela população que está indignada com a situação política atual contra os vândalos que findam por deslegitimar a manifestação através de atos de violência que não conduzem o protesto a lugar algum. Mesmo nas mobilizações pacíficas, a violência segue tendo espaço central, sendo destacada por sua ausência como no Largo Vivo, quando a primeira matéria realça que se trata de um ato pacífico e que não houve depredação (ATO..., 2013). Até em matérias de apoio à causa o enfoque apresentando sempre é relacionado ao da legalidade, como na matéria sobre o Vaga Viva apresentada como um cenário urbano utópico, quando é afirmado que o projeto funcionaria melhor se fosse regulamentado (ELY, 2013).

Os sentidos possíveis do Sul21 em relação à Zero Hora, para o autor, remetem à descrença nas informações, tidas como conservadoras e apontando para um desconhecimento do movimento, de sua origem e objetivos. Isso é representado pela posição adotada nas reportagens, de modo que fica evidente a não participação do repórter nos atos. O sentido geral é, assim, o de desqualificação das notícias da Zero Hora, por apresentarem uma visão governista e, portanto, conservadora, sem dar a visibilidade necessária aos manifestantes.

4.3 RELAÇÕES ENTRE MANIFESTAÇÕES: OUTROS DISCURSOS

Além dos discursos que abordam cada manifestação isoladamente, desmembraram-se os discursos que relacionam os eventos entre si e com o contexto de manifestações nacionais e internacionais. Nos primeiros, verificaram-se citações esporádicas de um acontecimento imbricado em outro. Com estes, pretende-se realizar um fechamento sobre a articulação dos

¹⁴ <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/15-familias-mais-ricas-brasil.html>

movimentos para, assim, discutir sobre o legado das manifestações urbanas, tanto politicamente como suas implicações espaciais enquanto forma de consideração final.

Avaliando que estes discursos são sintéticos e expressos em geral por opiniões externas ao veículo, separou-se sua análise, sendo apresentada aqui para iniciar a construção contextualizada entre os atos. Deste modo, observa-se que as informações obtidas a partir destes não interferem na construção de sentidos e significados expostos anteriormente.

Iniciando pelas matérias da Zero Hora, encontraram-se três matérias com destaque para o recorte aqui proposto, todas redigidas após os grandes protestos de 2013. A primeira delas já foi aportada no capítulo teórico desta pesquisa e foi publicada nos primeiros grandes atos de junho de 2013 com redação externa ao veículo pelo professor da UFRGS Eber Marzulo. O autor da matéria destaca especialmente a relevância por protestos em relação ao espaço público, razão pela qual se antecipou algumas partes de seu discurso. Para ele, o controle sobre estas áreas realizado tanto pelo Estado como pelo setor privado aponta para um risco de perda de democracia, visto que “a conquista do espaço público implica na expansão da democracia e a experiência democrática alastra o espaço público” (MARZULO; 2013). Desta forma, comenta sobre os atos que infringem a legislação vigente, afirmando que o objetivo final destes é justamente a defesa e a ampliação do modelo político atual, pois “é por meio da expansão da democracia que se instauram os direitos, logo não são os direitos que limitam a experiência democrática” (MARZULO; 2013). Por fim, relaciona a origem dos grandes protestos de 2013 na cidade a movimentos que vêm crescendo desde 2011, como alguns dos aqui estudados, movimentos de defesa de moradia e ações coletivas de vizinhos contra obras viárias municipais.

Para o professor, o que associa esses eventos é sua característica de “uso coletivo do espaço público e contra o privilégio dado ao automóvel” (MARZULO; 2013), além de associar algumas das táticas utilizadas e as pautas dos movimentos a referências internacionais de protestos, como o *Occupy* nos EUA, os Indignados na Espanha, as lutas democráticas na Praça Tahrir, no Egito e as lutas em Istambul na Praça Taksim. Nesta última, que ainda estava em curso da data da publicação, é apontada particular semelhança com as mobilizações de Porto Alegre por tratar-se de um protesto contra uma tentativa de privatização de um espaço público importante da cidade (MARZULO; 2013). Outra menção internacional é efetuada na citação do Massa Crítica e do Vaga Viva, justificada pela origem destes movimentos. O autor aponta como um ganho o fato de as manifestações porto alegrenses estarem em sintonia com as que ocorrem no resto do mundo, citando os protestos locais como “nossos” e referindo-se a este processo com o termo “felizmente”, evidenciando

afinidade ideológica com as pautas. A conclusão da matéria aponta para a “ocupação do espaço público como ato performático que instaura o que quer: a reconquista do público”. (MARZULO; 2013).

Outra matéria relaciona os eventos Vaga Viva, Largo Vivo, Serenata Iluminada e Massa Crítica como movimentos que, inspirados em “metrópoles como Amsterdã, Barcelona, Copenhague, Curitiba, Londres, Nova York, San Francisco e Paris”, buscam ampliar as áreas de convivência, ciclovias, calçadas de qualidade, transporte público integrado, bem como a qualidade e o bem-estar urbano. (ELY; 2013). Destacam-se, neste ponto, as referências internacionais, assim como o caso de Curitiba, inserida no contexto como uma cidade com distribuição equilibrada de espaços públicos.

Por fim, já em 2014, uma matéria com uma professora de Oxford analisa o legado das grandes manifestações de 2013 e 2014, afirmando que estas fazem parte de um mesmo processo por se tratarem de demonstrações públicas de insatisfação com a política no país, ainda que não seja possível realizar uma análise conclusiva, uma vez que “o campo narrativa da história ainda terá muitas disputas discursivas.” (PINHEIRO-MACHADO; 2014).

No que se refere aos antecedentes, a reportagem aduz que havia vários protestos nas redes e nas ruas antes de junho, citando os casos de Porto Alegre e salientando que a imagem central que ficou dos protestos de 2013 foram os confrontos de São Paulo, mas que a história dos acontecimentos na capital paulista não sintetiza o que ocorreu nas demais cidades do país. Para ela, “isso é um problema grave do Brasil, essa capacidade do que acontece no centro se tornar nacional, e o que acontece em outras partes se torna local.” (PINHEIRO-MACHADO; 2014). Respalda, ainda, a tese já defendida pelo jornal de que os protestos em Porto Alegre foram precursores em 2013 no país, sendo a vitória na cidade que estimulou e encorajou outros movimentos, como o Movimento Passe Livre em São Paulo. É destacada, então, a importância do movimento paulista na luta histórica pela melhoria dos transportes coletivos. Mesmo com essa relação entre as capitais que se somaram à realização dos atos nacionais, a entrevistada afirma que “isso ainda não é tudo”, apresentando que há outros fatores que influenciaram a emergência dos protestos naquele ano (PINHEIRO-MACHADO; 2014).

No que se refere à política, a matéria salienta “o apelo antipartidário com base nos coletivos que reivindicam e praticam democracia direta”, apontando para uma tendência de crescimento destes movimentos e que, com seu amadurecimento, passem a fazer suas contestações políticas dentro da estrutura existente e não de modo a destruí-la. Uma das consequências diretas dos protestos seria um “momento de polarização entre direita e esquerda como poucas vezes vivemos na história” e afirma que, neste contexto, “é preciso que

os movimentos sociais se mobilizem e se organizem com um discurso organizado a fim de evitar essa guinada ao conservadorismo” (PINHEIRO-MACHADO; 2014), apontando para outros momentos da história em que isto ocorreu.

Destas três matérias destaca-se que sempre que os grandes protestos de 2013 foram citados foi explicitada a existência de movimentos antecessores na cidade, sendo a pauta central destes uma retomada dos espaços públicos. Nos grandes protestos são listadas críticas à política vigente, tendo sido referidas ações que contestam a democracia de modo direto, mas sem a associação com o anarquismo como se verifica em reportagens anteriores. Outro destaque vai para a comparação entre ações nacionais e internacionais, também comparadas a partir de sua agenda e organização. Os protestos aqui são vistos como positivos, podendo gerar ganhos políticos para o país desde que mantenham um discurso coeso e organizado, segundo a última matéria.

Das matérias do Sul21 com o mesmo recorte realizado aqui para a Zero Hora, inicia-se com a análise de uma reportagem de 2011 sobre a aprovação do projeto de lei que restringe as atividades no Largo Glênio Peres. Redigida em tom de opinião, a matéria relaciona o tema aos conceitos de Bobbio (sem referenciar qual obra do autor), que afirma que a “democracia designa a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo e para o povo”, de modo dissonante do que a lei em questão se propunha. Aponta como antecedentes do regulamento a investigação de órgão do governo sobre o Massa Crítica, classificado como “um movimento pacífico de celebração da bicicleta, sem qualquer organização ou direção, que acontece naturalmente toda a última sexta-feira do mês” e estaria sendo acusado de “infração à ordem urbanística” (SGARBOSSA, LANGE, 2011). Relacionando ambos os casos com o espaço público, o texto questiona os órgãos públicos municipais: “será que eles sabem que a praça é um sinônimo de democracia?” (SGARBOSSA, LANGE, 2011), remetendo-se a *polis* ateniense. Neste contexto, o Largo é referido como “local vital para a cultura porto-alegrense, pois é nesse espaço público que acontecem — ou ao menos aconteciam — manifestações artístico-culturais e políticas da cidade” (SGARBOSSA, LANGE, 2011). Saliencia ainda a importância estratégica do local pela proximidade com o Mercado Público e a Praça XV de Novembro e finaliza com um convite para a participação no Largo Vivo, que naquela época acontecia todas as terças-feiras (SGARBOSSA, LANGE, 2011).

As matérias seguintes já ocorrem em meio aos protestos de 2013, sendo que a primeira aponta para “O renascimento das ruas de Porto Alegre” (O RENASCIMENTO..., 2013). A matéria indica que um dos movimentos pioneiros da retomada das ruas foi o Massa Crítica,

caracterizando o movimento pela sua frequência - apontada como tradicional - e participantes. Afirma que, embora alguns ainda não gostem do movimento – citando o caso do atropelamento dos ciclistas - este “tem apoio massivo da população e vem reunindo diferentes tribos” (O RENASCIMENTO..., 2013), inserindo-se neste último grupo ao convidar os leitores para a próxima edição.

Outro movimento citado na matéria é o Defesa Pública da Alegria, apontado como “formado basicamente de jovens protestando contra a privatização de espaços públicos e culturais da cidade e também contra o cerceamento de espaços e tempos de lazer” (O RENASCIMENTO..., 2013). O destaque é para a referência como um movimento que tornou a pauta mais visível e organizada, propondo um contraponto a “uma série de iniciativas de entrega de espaços públicos para o setor privado” (O RENASCIMENTO..., 2013), dentre as quais cita o caso da regulamentação do Largo Glênio Peres e a mascote da Copa do Mundo, referindo-se novamente ao Largo como “espaço histórico de manifestações sociais, culturais e políticas” (O RENASCIMENTO..., 2013). A seguir cita os protestos contra o corte de árvores próximas ao Gasômetro, indicado também como local de referência histórica, e listado com um dos movimentos que colaborou para o contexto político de contestação que culminou nos grandes protestos de rua em 2013. Nos grandes protestos, o destaque é que acabaram “obrigando a prefeitura a voltar atrás e provocando outro recuo, pouco comum, no tratamento que a maior parte da mídia da capital vinha dando ao movimento” (O RENASCIMENTO..., 2013), referindo-se à grande repercussão dos atos de vandalismo e as críticas realizadas as grandes empresas de comunicação.

A proposta apresentada na matéria aproxima-se muito da defendida aqui e, pelo referencial teórico utilizado, afirmando que sempre houve protestos na cidade, a diferença é que os atuais “não se limitam mais às manifestações promovidas por sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais como o MST”, mas são configurados por “movimentos que se cruzam de diferentes maneiras”. (O RENASCIMENTO..., 2013). O texto traz críticas ao governo municipal e associa os protestos à defesa do espaço público, atestando que estes renovam a vitalidade das ruas, lembrando ações realizadas pela cidade que inspiraram a criação do Fórum Social Mundial.

A seguir duas outras matérias de opinião relacionam os movimentos pesquisados com a questão urbana e com o conceito de direito à cidade. A primeira cita as manifestações desde 2011, exemplificadas através do Massa Crítica e do Vaga Viva, tidos como movimentos que confrontam “um modelo de desenvolvimento urbano anacrônico, esgotado” (MARQUES, 2013). Referindo-se ao segundo conceito apresenta que “ao mesmo tempo em que a

construção de áreas de uso público pode ajudar a reduzir os índices de conflituosidade, por outro lado pode até gerar mais conflitos” (SGARBOSSA, LANGE, 2013) dependendo do modo como são realizadas as ações. Como exemplo de ações que geraram conflitos, a matéria traz a demanda constante de alguns coletivos, como o Defesa Pública da Alegria e o Vaga Viva, como uma “retomada dos espaços públicos pela população, e não a privatização deles como tem ocorrido em Porto Alegre” (SGARBOSSA, LANGE, 2013).

No mesmo sentido das matérias acima, uma entrevista publicada no final de 2013 reitera a existência de coletivos e articulações sociais anteriores aos grandes protestos. O entrevistado aponta que “os novos movimentos, ainda que se espelhem em exemplos clássicos da luta social brasileira, se organizam de forma distinta e sofrem com alguma instabilidade”, acrescentando que, no caso de Porto Alegre, “há atores bem novos neste processo [...]. Em geral são pequenos grupos, coletivos de atuação cultural, da área ambiental.” (MULLER, 2013x). Verifica-se na classificação uma proximidade com o conceito aqui aportado de novos movimentos sociais. Na formação dos grandes eventos, “participam militantes de grandes movimentos, como o MST, o movimento da luta pela moradia, que se integraram a esta articulação, mas de uma maneira distinta” e destacando “um processo que vinha sendo construído na questão dos aumentos de passagens nos últimos três, quatro anos, mas que não tinha atingido esta intensidade” (MULLER, 2013x).

Mais especificamente sobre os movimentos antecessores aos grandes protestos, cita os exemplos do Massa Crítica, do Largo Vivo, do Defesa Pública da Alegria e de festas como a do Dia da Biodiversidade e o bar Tutti Giorni, definidos por ele como “processos bem pontuais, mas que mantinham alguma ação”. (MULLER, 2013x). Pelo discurso do entrevistado, verifica-se sua proximidade com a organização dos grandes protestos, uma vez que ele aponta como uma surpresa a explosão de participação por parte do movimento, mas salienta que “tudo o que estava acontecendo antes parecia mostrar que algo maior poderia ocorrer”. (MULLER, 2013x). Outra parte do texto que evidencia a participação dele nos protestos é a que afirma que, dentre os atos do Bloco de Luta pelo Transporte Público, o ato mais marcante para ele, pela força da ação e por ser “a situação mais bem acabada deste processo [...] foi a ocupação da Câmara de Vereadores”, que contou com “uma estabilidade fantástica, nada daquilo que era retratado como vandalismo, depredação, uma coisa não pensada”. (MULLER, 2013x). As características apontadas do acampamento foram o objetivo claro de “acesso às planilhas de custo das empresas de ônibus, que tinha sido negado pelos vereadores” e a caracterização dos atores como “partidos políticos, coletivos pequenos, pontos de cultura, sindicatos” (MULLER, 2013x) que deliberavam suas ações em assembleias.

O entrevistado adjetiva seu discurso de militante e, não, intelectual ao realizar a leitura de que um dos motivos do esvaziamento dos atos foi porque os protestos ganharam dimensões nacionais, não sendo possível serem mantidas através de atos locais, apontando que “há um caminho construído e que não foi compreendido até agora pelas instituições, nem pelos grandes movimentos sociais” (MULLER, 2013x).

Dentre as matérias do Sul21 analisadas acima se destaca a constante referência de um histórico de protestos na cidade relacionados ao direito à cidade através da defesa dos espaços públicos. As primeiras matérias também se caracterizam como convocações, fazendo a defesa de algumas das bandeiras dos coletivos e anunciando os próximos atos destes. A crítica às políticas públicas realizadas recentemente na cidade é explícita, de modo que os movimentos são apontados como o início de um processo de contestação popular a estas. Além destas matérias analisadas, encontraram-se outras quatro reportagens do Sul21 que relacionam os atores dos novos movimentos sociais em discussões centradas nos protestos contra as políticas relacionadas à Copa do Mundo na cidade, além dos demais protestos do Bloco de Luta pelo Transporte Público.

5 DAS DISPUTAS DISCURSIVAS AO ESPAÇO PÚBLICO

Após a discussão a respeito dos dados coletados e analisados, neste capítulo serão exibidos os resultados e conclusões a partir das construções de significados e sentidos para, posteriormente, relacioná-los à luz da teoria aportada. Para elaborar este resultado é proposta uma divisão em duas partes, a primeira abrangendo a caracterização dos eventos resultante da análise dos discursos e a segunda relacionando os resultados obtidos com o referencial teórico utilizado. A primeira parte visa especialmente responder a alguns dos objetivos específicos traçados, como a definição dos atores envolvidos e quais suas agendas e analisar a disputa espacial e política através de seus discursos. Além disso, propõe-se a discussão com o resultado das cartografias dos percursos e espaços das manifestações. Especialmente para a discussão do primeiro item é proposta uma relação de todas as manifestações, fundamentada teoricamente na segunda parte destas considerações. A partir do referencial teórico, pretende-se estabelecer a apropriação dos espaços públicos pelos manifestantes para, por fim, verificar a síntese dos discursos das manifestações com relação ao espaço público da cidade.

5.1 DISPUTAS DISCURSIVAS SOBRE OS EVENTOS: A CONSTRUÇÃO DO SIGNO

Como apontado em matéria do jornal Sul21por entrevistado que participou das manifestações, os atos realizados tiveram tamanha potência que ainda é imprecisa a compreensão de todas as suas consequências (MULLER, 2013x). Por este motivo propõe-se relacionar linearmente os atos a fim de efetuar algumas considerações sobre estas semelhanças e os espaços públicos, sem a pretensão de ser conclusivo sobre todas as consequências decorrentes deste processo que ainda está em andamento.

Inicialmente serão apresentadas as informações quanto à origem dos movimentos, sua inter-relação e contextualização metropolitana. Em Porto Alegre, um dos elementos que aparece nos discursos é o histórico de políticas públicas voltadas à participação democrática da população, como o Orçamento Participativo. Estas políticas influenciaram na formação dos movimentos sociais e repercutiram internacionalmente, como na criação do Fórum Social Mundial (FSM) e, posteriormente, no Fórum Social Temático (FST). (O RENASCIMENTO..., 2013; OLIVEIRA, 2013h).

A partir de alterações na gestão política pública da cidade, e com a proximidade do acontecimento esportivo mundial, as pautas de ocupação de espaço público começaram a ganhar destaque (CARDOSO; 2014). Aí se insere também as referências internacionais, como

os movimento *Ocuppy* nos Estados Unidos, que impulsionam mundialmente protestos contra o sistema político e econômico. Esta é a conjuntura em que movimentos globais passam a ter suas ideias incorporadas por coletivos, como no caso do Vaga Viva e do Massa Crítica, que se caracterizam por ações coletivas organizados de forma autônoma e através da autogestão. A origem e existência destes, portanto, é supranacional, ao contrário das mobilizações subsequentes (Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria), que possuem relação específica com a capital, sendo de origem e incidência local. Por fim, o Bloco de Luta pelo Transporte Público é um coletivo local, mas que faz parte de um grande e histórico movimento nacional articulado em torno dos temas da passagem de ônibus, incluindo o MPL de São Paulo. Em Porto Alegre o movimento contrário aos reajustes da tarifa do transporte coletivo ocorriam há anos, porém sem o mesmo vulto constatado a partir da articulação em torno do BLTP.

O Massa Crítica é citado como um dos primeiros protestos do cenário recente de Porto Alegre (MARQUES, 2012; RIBEIRO, 2013; VILLAVERDE, 2013), à exceção de caminhadas como as de abertura do FST, que não se enquadram propriamente como manifestações, sendo prioritariamente celebratórias. Uma das matérias aponta elementos externos para sua fundação, como a “descrença e esvaziamento da militância jovem nos partidos e a ampliação de iniciativas de auto-organização social que utilizam as redes sociais para articular e organizar ações e protestos” (MARQUES, 2012). Análise semelhante também é realizada pela ZH ao apontar para o crescimento dos movimentos sociais a partir dos desencantos com a política tradicional, atestando que todo esse contexto pode ser lido como uma nova forma de expressão de emoções e utopias, não fazendo relação à vinculação dos protestos com temas da política urbana local. (ROLLSING, 2013b). Ficam caracterizados assim os coletivos como novos movimentos sociais (TOURAINÉ; 2006).

No final do capítulo anterior foram apresentados os discursos que relacionam todos os protestos de modo geral. Aqui serão apresentados alguns casos de relações internas entre movimentos, obtidas através da construção dos significados e sentidos, com as quais é possível concluir que não se tratavam de eventos simplesmente concomitantes, mas que a imbricação dos atores realiza uma articulação colaborativa entre coletivos. O Largo Vivo realça-se como um movimento centralizador desta relação, sendo conectado com atividades de todos os movimentos estudados. É associado ao Vaga Viva tanto pela proximidade na forma de ação e inclusão de atividades similares como por a reunião de organização deste

último ter ocorrido em uma LV¹⁵. A relação com o Massa Crítica dá-se especialmente a partir dos atores envolvidos, uma vez que um dos grupos originários do coletivo são os ciclistas e estudantes universitários (CARVALHO, 2011a; CARVALHO, 2011c; OLIVEIRA, 2011).

O Defesa Pública da Alegria também possui afinidade com o tema da privatização dos espaços públicos. O apoio do LV a esta pauta é explicitado em publicação da página do primeiro no Facebook realizada no dia do primeiro protesto do DPA: “Largo Vivo presente nesta Defesa Pública da Alegria! [...] Concentração às 16h e maniFESTAção a noite toda.” (FACEBOOK, 2012). Alguns dos eventos do DPA também seguem a tradição do LV e divulgam previamente as atrações confirmadas no acontecimento. A proximidade entre estes movimentos também se evidencia nos atos em defesa da Ocupação Saraí, que foram realizados em conjunto pelos dois coletivos.

Também o Bloco de Luta propõe atividades conjuntas com o Largo Vivo. Inclusive, a página do BLTP na rede social de internet foi responsável pela criação de um dos eventos, intitulado “Bloco Vivo no Largo: pela liberdade dxs que lutam!¹⁶”. Outras edições do LV já expressavam pautas do movimento, incluindo atividades do Bloco na programação¹⁷, e uma matéria da ZH indica a união dos movimentos logo nos primeiros atos do Bloco na capital (PROTESTO..., 2013b).

No Vaga Viva, não é explicitada sua associação com os demais movimentos, excetuada sua proximidade com o Largo Vivo, esta apenas implicitamente referida de modo genérico em matéria que aborda a instalação de um *parklets* em frente à Faculdade de Arquitetura da UFRGS, onde é dito que a ação não se limita ao meio universitário, mas realiza-se através de “contatos com muito coletivos”. (MARG, 2014). Contudo, pelos atores envolvidos, pela tática adotada nos atos relacionada a data das primeiras edições do LV, justamente quando o VV começa a ganhar destaque na cidade, foi possível associar diretamente esta articulação.

Deste modo, além da relação entre os atos e a referências destas coorganizações nas notícias analisadas, outro aspecto que vincula os eventos são os atores envolvidos e o repertório de ação. Esta associação é obtida em diversas matérias, como uma realizada pelo Sul21 que assinala a ocorrência simultânea de “pelo menos dois movimentos sociais que têm ido às ruas da cidade para protestar de forma constante” (OLIVEIRA, 2013c), relacionando os

¹⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/378347612287653>> . Acesso em: 17 fev. 2015.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/543705232389938>> . Acesso em: 17 fev. 2015.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1409346539284059>> . Acesso em: 17 fev. 2015.

protestos contra o valor da passagem ao corte das árvores, articulado inicialmente pelo Defesa Pública da Alegria.

Na mesma reportagem o Sul21 expõe a interpretação de diversos integrantes destes movimentos a respeito da organização, adesão e abrangência de suas mobilizações (OLIVEIRA, 2013c), a fim de verificar por que “o movimento contra o aumento da tarifa de ônibus reuniu milhares - até dez mil, de acordo com ativistas – de pessoas nas ruas” enquanto que “a mobilização contra o corte de árvores não conseguiu ultrapassar a marca das centenas” (OLIVEIRA, 2013c). São levantados quatro pontos: a) natureza das causas e acúmulo de experiências, quando é salientado que o valor da passagem é um tema cotidiano para a população, enquanto o corte das árvores constitui-se em foco de reação por público mais restrito e localizado. Além disso, destaque-se a articulação histórica na cidade em questionamento ao transporte coletivo; b) a intersecção entre militantes e formas de organização, dada a semelhança das reivindicações, pois ambas dialogam com o tema da mobilidade urbana a partir de um comportamento restritivo do poder público, sendo que muitos militantes que foram às ruas combater a ampliação das avenidas também estavam nas marchas contra o aumento das passagens. Um maior envolvimento de pessoas seria justificado pela articulação em torno do BLTP, identificado como uma instância organizativa ampla e heterogênea; c) engajamento institucional de entidades, considerando a articulação política em torno do tema dos ônibus composta por mais atores envolvidos, com destaque para a ausência de bandeiras nas marchas contra o corte das árvores; e d) abrangência das adesões e atuação parlamentar, considerando a relação dos movimentos com as bancadas partidárias e o envolvimento de um público mais diverso, evidenciado por um maior número de pessoas de maior idade nas marchas ambientalistas, embora muitos tenham participado de ambas. (OLIVEIRA, 2013c).

Outras mobilizações do BLTP destacam-se por serem atos nacionais (OLIVEIRA, 2013j). Anteriormente apenas este movimento e o Massa Crítica atingem esta dimensão, incluídos no último atos internacionais, convocados em solidariedade ao atropelamento de ciclistas (NATUSCH, 2011e). Até o mês de junho não havia repercussão de protestos no país pelos jornais da capital, enquanto que neste mês são relatadas manifestações em São Paulo, Natal, Rio de Janeiro, Goiânia e Campinas. Um manifestante entrevistado afirma: “estamos em contato com articulações de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Goiânia. Essa retomada nasce com uma articulação nacional que é fundamental para nós” (OLIVEIRA, 2013j). Segundo o ativista, “os protestos de Porto Alegre influenciaram positivamente as mobilizações que estão ocorrendo atualmente em outras cidades do país”. No entanto, o

entrevistado ressalta que a articulação e a mobilização são dialéticas neste caso: “São Paulo tem uma articulação de muitos anos com o MPL, que também é referência para nós” (OLIVEIRA, 2013j). A ZH também noticia a relação entre a capital gaúcha e outras cidades, destacando o aumento de violência na primeira devido à nacionalização dos protestos (VANDALISMO..., 2013b).

Quanto aos atores envolvidos e suas agendas, ressalta-se que todos os movimentos estudados afirmam ter uma organização autônoma e horizontal, sempre buscando deliberações a partir da construção coletiva ou de assembleias. A primeira destas formas é mais utilizada nos eventos culturais, organizados por um grupo de pessoas com o objetivo de realizar uma manifestação artística e um grande encontro no espaço público. É o caso do Vaga Viva e do Largo Vivo, manifestações que não possuem relação direta entre cada edição e um grupo fixo de organizadores. Esta característica dos movimentos faz com que as possíveis lideranças de cada ato não atuem de forma hierarquizada, o que dificulta a identificação dos atores. No entanto, através da análise das reportagens, foram encontradas referências sobre estes, especialmente por parte da ZH, nas manifestações com conflitos (MOREIRA; GERMANO, 2013). Mesmo que alguns atos destoem da forma de articulação geral, foi possível, a partir de uma análise de conjunto, definir os atores envolvidos em cada uma das mobilizações.

A inexistência de um grupo formal de organizadores que respondam politicamente pelos atos também foi um item bastante comentado pela imprensa (SCHWARZ; NATUSCH, 2012). A estrutura organizativa dos movimentos é assim apresentada pela ZH: “não há um grupo formal de organizadores. A divulgação ocorre nas redes sociais, em iniciativas de grupos [...]. Tal horizontalidade é uma das características dos protestos recentes, sendo também um reflexo de como se organiza a internet”. (FOSTER; 2013). Este atributo tem como consequência a construção dos atos de modo colaborativo, como na 9ª edição do Largo Vivo, que convidava a todos para a “confecção da faixa permanente do Largo Vivo, que estará à mostra em todas as edições do evento”. Nos *links* ao final da publicação do evento na rede social de internet também é explicitado o grupo de discussão do LV no Facebook, onde todos podem participar e opinar sobre as edições subsequentes.

O Massa Crítica caracteriza sua horizontalidade no momento da definição do percurso, realizada coletivamente no local de encontro. Ali é o espaço para propor o trajeto e lançá-lo à votação popular. Não é raro, no entanto, ao longo do percurso grupos de ativistas clamarem por algum local, como passar pelo Túnel da Conceição na cidade de Porto Alegre.

Por sua vez, o Bloco de Luta apresenta esta forma de organização sem lideranças através da realização de assembleias, nas quais muitas vezes são realizados eventos públicos

no *Facebook*, a fim de, pela divulgação, ampliar as participações, que, segundo notícia, ultrapassaram trezentas pessoas (MULLER, 2013b). Verificou-se na ZH opiniões que questionam se realmente a decisão política sobre os atos é horizontal, alegando uma coordenação fragilizada pelo grupo de anarquistas, que constantemente divergiam sobre as deliberações apontadas pelo Bloco de Luta (MANIFESTANTES..., 2014a). Já o Sul21 refere conflitos internos no BLTP debatendo táticas empregadas nos atos de vandalismo, todavia sem questionar a horizontalidade do movimento (NATUSCH, 2013c).

O Defesa Pública da Alegria não apresenta a forma como são deliberados seus atos, mantendo uma característica semelhante à do Largo Vivo, apenas agendando os protestos via rede social de internet. Localizou-se tão somente um ato chamado “Reunião Aberta em Defesa da Alegria Pública!” realizado em 04/09/2013 na sede do DCE da UFRGS como espaço de discussão sobre os atos do grupo. Com relação ao LV, esta associação fica mais clara quando é criada sua página no Facebook, momento em que a organização de alguns atos passa a ser centralizada, porém mantendo a possibilidade de pessoas independentes participarem dos chamamentos.

Do mesmo modo que a organização, os atores das manifestações estudadas variam de acordo com cada evento, mas tendem a ter elementos de organização semelhantes. O Massa Crítica é composto por um grupo bastante heterogêneo, visto que suas pautas são mais abrangentes. Conforme apresentado no site, nas edições encontram-se presentes pessoas que defendem que o movimento representa a diversão nas ruas, um modo de vida mais social, a defesa do direito dos ciclistas de usar as ruas ou simplesmente a solidariedade. (MASSA CRÍTICA POA, 2015).

O Vaga Viva também abrange pessoas de segmentos variados em seus atos. No que tange aos organizadores, no entanto, verifica-se que o grupo que deu início às primeiras edições do evento era de universitários (VAGA VIVA POA; 2015). Com base na utilização das redes sociais, foi possível que outras figuras passassem a realizar as edições seguintes, porém sempre que há um destaque é para grupos universitários (NATUSCH, 2011a) ou entidades que representam ciclistas, como o último ato de 2014, criado pelo coletivo Mobicidade (MOBICIDADE; 2014), que se destaca pela discussão de políticas cicloviárias na cidade e participa do Massa Crítica¹⁸.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/793193590691632/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

Os atores do Largo Vivo seguem o mesmo perfil, classificados ora como ciclistas (CARVALHO, 2011a; CARVALHO, 2011B), ora como jovens universitários, embora seja o primeiro dos movimentos analisados que se classifica como popular, através de sua denominação inicial de “farofada dos desqualificados” (CARVALHO, 2011a). Para um representante da prefeitura, estes primeiros atos tiveram organizadores classificados como de “extrema-esquerda” (PRESTES, 2011). Pelo Sul21 são referidos ora como ciclistas, ora como manifestantes (CARVALHO, 2011a).

Entretanto, destacam-se em todos os movimentos os ciclistas e os universitários. Estes predominam especialmente nos eventos de disputa simbólica, embora na Zero Hora o público seja em geral classificado apenas como diversificado. No jornal Sul21 o mesmo ocorre com o Massa Crítica, embora seja dado o destaque de que a maioria dos participantes é composta por jovens (NATUSCH, 2011x) e alternativos (CANALI, 2011). Nos demais (DPA e BLTP) são explicitados constantemente militantes de partidos políticos e sindicatos e movimentos sociais tradicionais, como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). Destaca-se aqui a participação de anarquistas e do Utopia e Luta desde o princípio destes atos, atores que já figuravam em protestos anteriores, mais explicitados no Defesa Pública da Alegria.

Uma constatação relevante é, sem dúvida, a presença do anarquismo nos movimentos. Quando em manifestações de disputa simbólica os anarquistas são explicitados especialmente a partir da fundação dos movimentos (no caso dos internacionais e, no Largo Vivo, pela relação direta com o Vaga Viva) e nos de conflitos políticos, a partir da explicitação destes atores nos atos e nos discursos. Esta visão ideológica também é mencionada em entrevista com ativista internacional do Massa Crítica, que define que o movimento possui ideias com caráter anarquista, embora caracterize o movimento como radicalmente democrático (CARLSSON, 2013). É claro que não se presume aqui que a maior parte dos integrantes seja formada por adeptos desta ideologia, mas o grande destaque vai para o repertório de ações e sua relação internacional, como na ocupação do espaço público e a referência dos movimentos *Occupy* pelo mundo. A ocupação configura-se como uma ação direta, realizando a atividade proposta no espaço em disputa, mesmo sem a permissão da lei. Especialmente pelo jornal Zero Hora, os anarquistas são associados aos *Black Blocs* quando da realização de atos de vandalismo, em geral indicados como “pequenos grupos” (PROTESTO..., 2013a). O interessante aqui é que a maior parte das reportagens de opinião e entrevistas aborda os grandes protestos nacionais relacionando-os a uma crítica aos políticos no país, embora sempre busquem suas consequências como corroborando ações da democracia, inclusive propondo uma articulação intragovernamental (PINHEIRO-MACHADO; 2014).

Destaca-se pelo Sul21 a tradição da militância ambiental na capital, iniciada em 1971, e que muitos dos participantes originários destes movimentos estavam presentes nos atos, “quando se misturaram com jovens militantes da cidade – muitos dos quais eram presença garantida nos atos recentes que movimentaram a vida político-social de Porto Alegre, como os protestos contra o aumento da passagem de ônibus” (OLIVEIRA, 2013c).

Nos primeiros eventos do BLTP é listada uma série de tipos de atores, associados a partidos e ideologias. Em matéria seguinte, entretanto, o Sul21 destaca que a grande diferença dos protestos de 2013 com os de anos anteriores relacionados ao transporte coletivo é a intensa articulação dos estudantes (OLIVEIRA, 2013e). Diversas outras reportagens, ao buscar uma síntese do movimento, também realizam a mesma caracterização de jovens universitários. Entende-se que estas informações não são divergentes, mas complementares, uma vez que os partidos envolvidos são representados nos protestos prioritariamente por seus movimentos de juventude, de modo que estes, assim como os anarquistas, possam evidenciar sua visão ideológica e manter-se na condição de estudantes. Em alguns dos maiores atos o público é apresentado como diverso ou heterogêneo, mencionando a presença de adultos, idosos e crianças. Em outros, em especial nos protestos do início de 2014, evidencia-se uma articulação maior com entidades de classe como sindicatos de professores e rodoviários, que passam a compor os atos.

Porém, o que fica evidenciado é que quem organiza as manifestações e mantém a articulação entre os coletivos são realmente os jovens universitários com ideologias voltadas à esquerda, sejam partidários, anarquistas ou independentes. Um exemplo disso é a forte relação do movimento estudantil da UFRGS, como o DCE, citado em todos os eventos. Esta visão está presente também no discurso de participantes do movimento entrevistados, como um ativista do movimento estudantil que apontou em certo momento que “o objetivo é ganhar tempo para continuar com os atos até a volta às aulas, quando teremos mais condições para fortalecer o movimento” (OLIVEIRA, 2013e).

Em que pese o fato de que todos os coletivos estudados realizem atos até esta data, considera-se que a partir das primeiras edições e da semelhança de repertório de ação dos movimentos, de modo que uns inspiram-se em outros, é possível construir uma linha de desenvolvimento dos atos, segundo a qual os primeiros são o Massa Crítica e o Vaga Viva, seguidos por Largo Vivo, Defesa Pública da Alegria e Bloco de Luta pelo Transporte Público. Nesta construção o que parece pioneiro é o Massa Crítica, tendo sido destacada em muitas reportagens a participação dos ciclistas como grupo predominante nas primeiras edições do Vaga Viva e do Largo Vivo. Este movimento é citado em reportagens como o primeiro a

reunir milhares de pessoas nas ruas de Porto Alegre no século atual, excluindo-se eventos como o Fórum Social Temático (OLIVEIRA, 2013h). Além disso, alguns percursos e atos do MC procuram uma aproximação com os demais protestos. Já o Largo Vivo apresenta muitas semelhanças com o Vaga Viva, tanto na forma de protesto (ocupando o espaço que é reivindicado diretamente) quanto pelo nome. Verificando os atores envolvidos e pessoas responsáveis pela criação do evento no Facebook, encontra-se uma associação direta entre os movimentos.

Naquilo que diz respeito às duas manifestações a seguir, pela linearidade proposta, o Defesa Pública da Alegria surge quando o Largo Vivo já está consolidado e sua primeira edição visa defender o Largo Glênio Peres da suposta privatização de um espaço público tradicional, simbolizada pela mascote da Copa do Mundo. Tanto o local como a bandeira central dos movimentos são coincidentes, bem como muitos dos atores envolvidos, fato explicitado pela semelhança do discurso apresentado pelos manifestantes. A tática de ação deste primeiro ato foi muito semelhante às utilizadas no evento que já vinha ocorrendo, com incentivo à cultura e atividades artísticas. Na convocação para o ato, no entanto, já é explicitada uma maior politização do ato: “Estão nos acostumando ao silêncio obrigatório, à onipresença das sirenes, à venda criminosa dos nossos maiores patrimônios públicos. Estão nos acostumando a uma cidade e uma sociedade cinzentas, a um desgoverno municipal que não ouve, impõe, reprime¹⁹”. As chamadas do Largo Vivo à época valorizavam as edições anteriores e solicitavam a participação das pessoas promovendo atividades e levando instrumentos musicais: “Fazemos piquenique, música, malabares, teatro. Fazemos amigos. Compartilhamos o espaço público, enchemos de vida a área que seria ocupada pelos carros.²⁰” Algumas matérias analisadas dão conta desta continuidade, a partir de sua criação: “o Defesa Pública da Alegria foi criado a partir de movimentações já existentes, como o Largo Vivo” (OLIVEIRA, 2013d), com o diferencial de apresentar, além da privatização dos espaços públicos, outras pautas desde seu primeiro ato. A partir da repercussão do episódio de violência decorrente das consequências de uma suposta violação da mascote da Copa do Mundo, o evento passou a ter orientação política cada vez mais explícita, tanto com críticas ao governo municipal quanto à atuação da polícia. Na palavra de uma integrante do coletivo: “o Defesa surgiu em 2012, no que era para ser um ato pontual: o protesto contra a privatização dos espaços, no episódio que ficou conhecido pela truculência policial que atingiu os

¹⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/376482099096649/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

²⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/266054363484160/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

manifestantes que protestavam contra o tatu inflável.” (FOGLIATO, 2014a). Outra diferença é que os atos passam a contar com atores que explicitam sua orientação através de bandeiras e discursos.

O episódio ocorrido no primeiro ato em Defesa Pública da Alegria foi considerado um conflito entre manifestantes e policiais que há muitos anos não se via na cidade e “anteciparia os confrontos que seriam vistos nas manifestações de junho de 2013”. (OLIVEIRA, 2013d). Como exposto aqui e demonstrado pelo Movimento Passe Livre de São Paulo, as revoltas populares em torno da tarifa do transporte coletivo são históricas nas metrópoles brasileiras, tendo o movimento sido fundado no ano seguinte à Revolta das Catracas ocorrida em 2004 em Florianópolis. (MPL, 2014). A pesquisa verificou um ato organizado em 2014 pelo Bloco de Luta, sinalizando dez anos desta “rebelião popular que entrou para a história da luta pelo transporte 100% público” (FACEBOOK; 2014²¹) de modo nacional, bem como referências ao MPL e ao projeto Tarifa Zero²². Não é correto afirmar que a criação do Bloco de Luta foi decorrente exclusivamente do acontecer temporal (CERTEAU; 1994) das manifestações na capital gaúcha. Localmente também se verificam diversos fatores para sua articulação. O que o estudo aponta é que uma das vertentes originadoras deste movimento, e responsável pela sua notoriedade em relação aos mesmos protestos organizados em anos anteriores, foi o contexto no qual estavam inseridas, em especial pela proximidade temporal dos primeiros atos do Defesa Pública da Alegria. Do mesmo modo, muitos dos atores envolvidos repetem-se também neste protesto, associados a outras entidades e associações, como movimentos de juventude, partidos políticos e movimentos comunitários.

Outro elemento que certamente interferiu na construção dos grandes protestos de 2013 foi a proximidade com a Copa do Mundo FIFA 2014, que ocorreria no ano seguinte. Verificase a articulação nacional de diversos setores através dos Comitês Populares da Copa locais e da ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa). O CPC foi o responsável por engajar comunidades de moradores nos protestos da cidade, em especial nos ocorridos a partir do final de 2013, quando o questionamento sobre os impactos do evento esportivo começou a sobressair-se às questões tarifárias do transporte coletivo.

Outra vertente fundamental é a imbricação dos movimentos sociais tradicionais e dos partidos políticos e anarquistas na contextualização apresentada. Estes são apontados como os organizadores históricos das lutas contra os reajustes de tarifas do transporte coletivo na cidade,

²¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/730328137052033/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

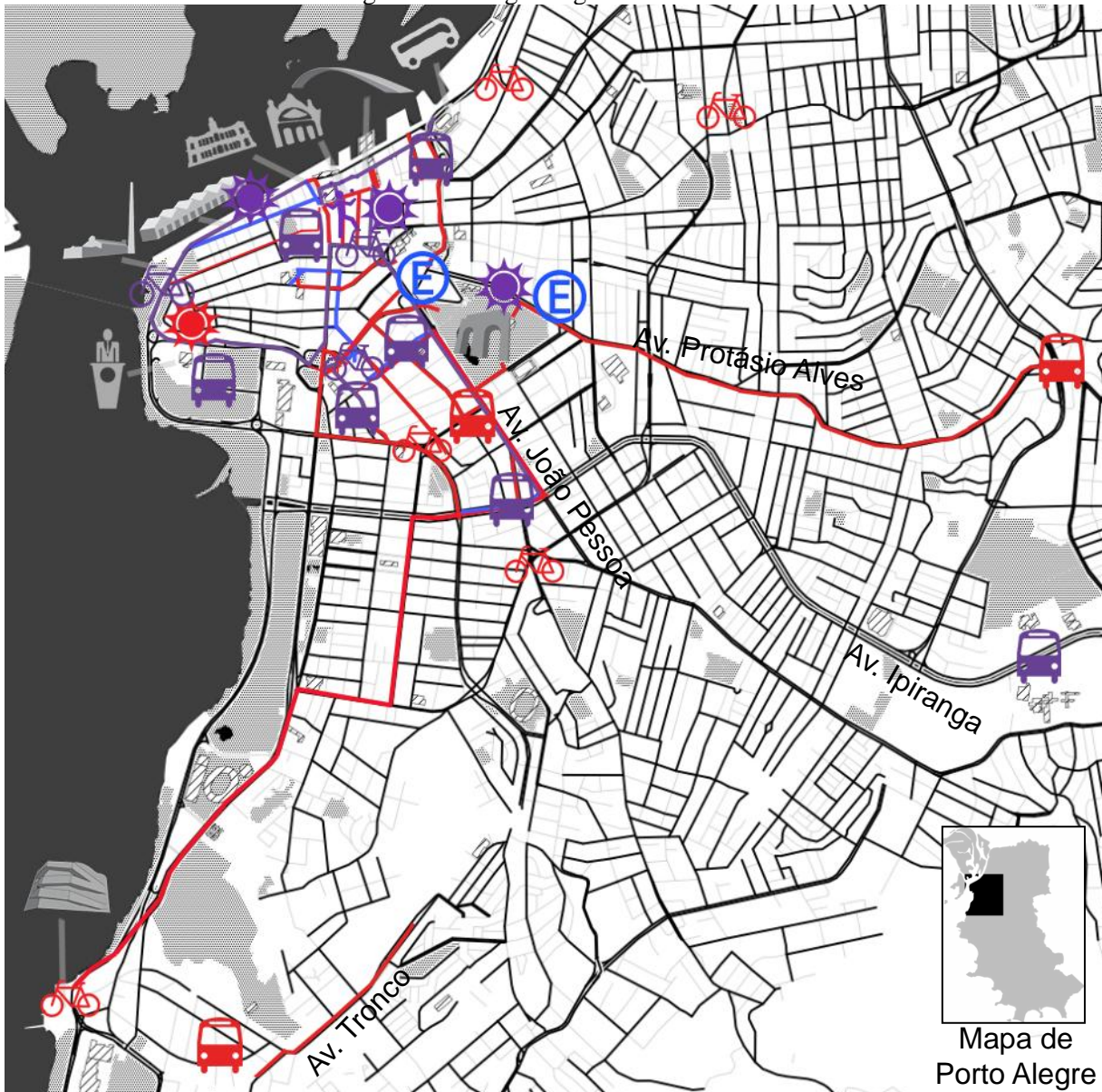
²² Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/238777232870676/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

associados ao MPL em São Paulo. Trata-se, no entanto, de outro vetor, que passa a ser associado aos protestos estudados a partir do DPA. Para verificar a dinâmica entre estas vertentes seria necessário um aprofundamento no estudo destas entidades, o que se indica à estudos futuros sobre o tema dos grandes protestos.

Uma importante etapa deste processo é uma maior divulgação dos movimentos e de suas causas, pois se vê que, a partir da mídia, o material ainda é abordado com superficialidade em alguns temas. Considera-se que a visão de mídia imparcial é idealizada, a neutralidade é inviável nas instâncias de produção e o posicionamento dos veículos é expresso, muitas vezes, através do ocultamento de informações (CHAUI, 2006; CHARAUDEAU, 2008). Assim cada jornal trata de situar-se de modo a avultar ou a minimizar os protestos. Alguns elementos, como a articulação entre os movimentos sociais e as críticas e propostas de novas formas de política, passam a ser veiculadas pela ZH, porém sem maior aprofundamento, fazendo com que estas não sejam incorporadas por mais membros da população. Uma mudança conjuntural só é conquistada na sociedade quando as alterações passar a vigorar no cotidiano das pessoas, fazendo parte de suas vidas. Fatos como uma leitura esporádica, assim, não são capazes de efetuar transformações como as que os novos movimentos sociais propõem. Por esta razão, entende-se nesta pesquisa que a realização destes eventos com diversos elementos de manifestação resultou em uma expansão e intensificação do debate sobre cidade, porém de modo particular entre os que participaram dos atos, não tendo conseguido até aqui fazer com que suas bandeiras se disseminassem na população.

As semelhanças e relações entre os protestos analisados não dizem respeito somente aos atores, formas de organização e a relação com protestos nacionais e internacionais, mas especialmente a partir da contestação experimentada no espaço público e pautadas às políticas públicas que se materializam espacialmente. Entende-se que todos os atos relacionam-se diretamente com locais de visibilidade das ações questionadas, como as calçadas estreitas em ruas movimentadas para o Vaga Viva, a permissão de estacionamento no Largo Glênio Peres para o Largo Vivo, a privatização de espaços públicos do Largo Glênio Peres, do Auditório Araújo Viana e do Cais do Porto para o Defesa Pública da Alegria, e as principais vias e terminais de ônibus no caso dos protestos do Bloco de Luta pelo Transporte Público. Destaca-se que todos os locais citados situam-se na região central da cidade, principalmente nos bairros Centro Histórico, Cidade Baixa e adjacentes.

Figura 9- Cartografia geral dos eventos



Mapa de Porto Alegre

1000 500m

Jornal Zero Hora Jornal Sul 21 Ambos Jornais

Usina do Gasômetro Rodoviária Prefeitura Mercado Público

Câmara de Vereadores Fundação Iberê Camargo Cais do Porto

Parque da Redenção Arco do Trensurb

Vaga Viva Largo Vivo Defesa Pública da Alegria Massa Crítica

Bloco de Luta pelo Transporte Público

Fonte: Autor, 2015

Verifica-se no mapa da cidade da figura acima que a abrangência total dos atos, incluindo as poucas edições descentralizadas, ainda é uma pequena porção central da cidade, não alcançando os bairros de periferia. Expandindo esta análise para os mapas anteriores vê-se que manifestações como o Vaga Viva e o Largo Vivo são pontuais na cidade, abrangendo uma extensão espacial reduzida.

As poucas manifestações que extrapolaram a região central foram as caracterizadas por percursos, como o Massa Crítica e o Bloco de Luta pela Transporte Público. Mesmo estas, porém, concentram a maior parte de suas ações na área. Das informações cartografáveis oriundas dos discursos dos jornais, verifica-se apenas um ato do Massa Crítica no sentido sul da cidade e outro em que dois bairros um pouco mais distantes dos citados, mas ainda em região central da cidade. O Bloco de Luta tem a mesma característica, com as exceções de um ato realizado na zona sul, justamente visando à descentralização do movimento, e outros dois em locais mais ao leste da cidade, estruturados a partir de alvos específicos como a ATP e a agremiação de alunos da PUC RS. Além do predomínio de manifestações na região central, muitas delas repetem locais de protestos como a Prefeitura Municipal, o Largo Glênio Peres e o Largo Zumbi dos Palmares. Além destes, destacam-se nos discursos as menções a espaços e prédios tradicionais na cidade, utilizados como referências de espacialização, como a Usina do Gasômetro, a Prefeitura Municipal, o Mercado Público, a Câmara Municipal de Porto Alegre, o Cais do Porto, o Parque da Redenção e o Auditório Araújo Viana. Os locais citados que não possuem a característica histórica relacionada com a cidade são locais de referência, classificados como marcos urbanos por Lynch (1999 [1960]), caracterizando-se como ícones da cidade ou locais de confluência, como a Estação Rodoviária, o Museu Iberê Camargo e o Arco do Trensurb.

Para as pessoas que têm interesse na militância por alguns destes temas, as ocupações de espaço público e os eventos de rua passaram a ser um novo espaço de convivência e de relações na cidade. Segundo os dados coletados pela pesquisa (dentre os quais estão os eventos analisados, explicitados no Anexo III), listou-se 203 eventos com finalidade política proposta por novos movimentos sociais na urbe entre fevereiro de 2010 e dezembro de 2014, resultando em uma média de um evento por semana. Sublinhe-se que, além destes, eventos festivos também têm sido recorrentes, como festas de ruas em praças, parques e na via pública e alguns bares centrais como o *Tutti Giorni*, citado em algumas matérias, que fazem do espaço público um prolongamento do bar, chegando a reunir milhares de pessoas em eventos semanais entre 2010 e 2014.

Na análise de discursos sobre os protestos, além dos eventos analisados, outros foram citados no mesmo contexto, como Caminhos Livres e *BlockPartyPOA*, bar *Tutti Giorni*, projeto Rua para Brincar (MORENA, 2014), Chave por Chave (MARZULO; 2013) e Serenata Iluminada (FOSTER, 2013). Deste modo, hoje é possível afirmar que toda semana existe no mínimo um evento gratuito realizado no espaço público em Porto Alegre e o número de coletivos criados e pessoas envolvidas para organizá-los está em ascensão. Esta forma de agitação noturna está consolidada na cidade, no entanto ainda tem seu crescimento realizado apenas por convites pessoais, e sua rede de frequentadores tem um público muito similar ao de atos como o Vaga Viva, ou seja, jovens universitários.

O grande tema apontado por estes protestos é sintetizado pelas críticas a políticas urbanas realizadas na forma de ação direta de ocupação do espaço público, buscando reivindicá-lo em sua destinação primordial, expressa na ampliação dos espaços de convivência, representada pelas calçadas no Vaga Viva e pelo direito à realização de atividades em grandes espaços públicos no Largo Vivo. A forma com que os movimentos defendem que estes espaços sejam ocupados também é simbolizada através do próprio ato: um local de encontro para realização de atividades culturais e discussão dos conceitos da cidade.

A partir desta articulação dos protestos relacionados especialmente através de uma crítica comum voltada ao Estado, realiza-se a construção do signo dos discursos estudados como forma de consideração final da análise de discurso. Para tal utiliza-se da hermenêutica dialógica, através da qual se obtém o signo dos discursos para cada jornal de modo interdiscursivo, constituído como a trama indissociável entre o objeto pesquisado, o signifiante, o significado e o sentido dos discursos (ARAÚJO, 2009). Trata-se de uma elaboração que coloca em confronto dialógico dois discursos de natureza jornalística, situados no mesmo tempo histórico.

Na análise individual dos tropos considera-se que o jornal Zero Hora adota em sua linguagem um discurso de jornal de maior circulação na cidade através de uma postura conservadora neoliberal, visando à manutenção da ordem estabelecida. Por esta posição defende os conceitos de propriedade privada, do Estado mínimo, do indivíduo e do consumo, fatores independentes de uma democracia representativa. A língua do veículo é classificada como de jornalismo de massa tradicional, com colaboração restrita a redatores e convidados e voltada ao noticiário em geral, sem transmitir a ideia explícita de posição política.

O significado geral dos discursos resulta em uma valoração negativa da partidarização das manifestações e da deslegitimação do viés político dos protestos. Para os casos sem

violência isso ocorre através da valoração positiva de atividades culturais e da explicitação da ausência de violência. Os grandes protestos de 2013 são apontados com surpresa, como evento atípico resultante de uma indignação política generalizada, inicialmente apresentados como bandeiras do movimento pela redução da passagem e, após esta medida ser efetivada, passando a destacar a agenda política como pulverizada e sem objetivos explícitos. No que tange ao sentido para a Zero Hora, o discurso do Sul21 apresenta-se como ideologicamente subversivo, direcionando demasiadamente a um viés político contestatório dos eventos, que findam por não valorizar o direito de ir e vir da população e difundir a sensação de medo dos atos violentos.

O signo de espaço público expresso pela Zero Hora, para o Sul21, é a redução da construção política das manifestações, considerando o peso dado a elas maior que os objetivos propostos pelos coletivos. O objeto espaço público é desvinculado da situação política da cidade. Os atores políticos são apresentados de modo a desconstituí-los como representantes dos anseios da população da cidade, desconsiderando a relevância que o processo adquire ao passar a expressar as reivindicações políticas de modo público, realizando uma contestação na prática do modelo de cidade almejada. A trama constitutiva pela ZH é consoante às políticas adotadas pelos governantes, apresentando o espaço público como local que deve representar toda a população, cabendo ao governo municipal o controle sobre estas áreas. Os atos políticos, assim, visam um aproveitamento distinto de certos locais, de modo que o grande ganho obtido através destes é o avanço no sentido cultural, visto que o conflito político é intrínseco às cidades.

Para o Sul21, o discurso do jornal Zero Hora seria superficial por tentar reduzir as manifestações a eventos isolados, por não apresentar contextualização adequada. Ao referir-se aos atos, não os relaciona com a mudança de políticas públicas e nem à cidade, visto que deixa de espacializar as ações através da constante omissão de informações cartografáveis. Seria impreciso, por não apresentar dados e sim opiniões, tornando-se uma descrição frágil dos acontecimentos. Pela perspectiva do jornal *online*, o discurso da Zero Hora também seria estigmatizante e difamatório, por tentar desqualificar as manifestações, tratando o episódio como algo incomum e inusitado. Por fim, a visão geral transmitida aos protestos subestimaria o leitor ao direcioná-lo a um posicionamento de forma manipuladora e antiética.

Por fim, resulta em uma desqualificação da ZH pelo Sul21, considerando este que o significado de espaço público para aquele veículo de comunicação seria, simplesmente, o de uma área pública da cidade, sem aprofundamento em sua relevância social e política. Naquilo que se refere aos atores, o veículo não tece construções de significados específicos,

apresentando o público participante como heterogêneo nos atos simbólicos e como ativistas políticos extremistas nos atos de conflito político. Estes são referenciados na cidade como está, considerando suas regulamentações e política vigente, sem mirar um futuro desejado de metrópole, para o qual mudanças são indispensáveis. Como quadro da trama discursiva entre Zero Hora e Sul21 tem-se, para o primeiro, um espaço público desvinculado da política e as manifestações como contestações de minorias radicais, deixando de considerar seus atores como políticos em defesa da valorização do que é público. Resultado este reputado como pejorativo na medida em que reduz atos a insatisfações genéricas que não podem ser incorporadas na política urbana.

Na constituição do Sul21 enquanto sujeito discursivo, este se apresenta como um novo jornal, trazendo consigo propostas diferenciadas para o ramo de comunicação, como a informação colaborativa e voltada para um grupo específico. Os temas são abordados de modo mais analítico e sem um corpo editorial definido, aceitando contribuições de políticos, pessoas dissociadas do jornal e entidades. Apresenta como linguagem ser um jornal de vanguarda que propõe uma visão socialista dos acontecimentos. Essa se expressa na valorização dos interesses públicos, do Estado social, da coletividade e do compartilhamento. Com visão política explícita e proposta inteiramente *online* com enfoque em noticiários políticos, o Sul21 assume uma postura que almeja desestabilizar a liderança midiática estabelecida pelos grandes conglomerados de comunicação, posicionando-se politicamente e rompendo com a visão comum de uma mídia que busque neutralidade. Como síntese, trata-se de um jornal que defende a democracia participativa.

No tocante aos significados, o veículo traz a construção política das manifestações de forma aberta e explícita. Estas aparecem como consequência de um movimento que tem norte e bandeira. Os atores envolvidos na organização são caracterizados como jovens engajados politicamente e, além destes, são constituídos como atores através dos discursos o governo, empresários e a imprensa, representada pela disputa entre os meios de comunicação tradicionais e a mídia independente, na qual o Sul21 se inclui. Assim como a ZH, o Sul21 também se surpreende com os grandes protestos de 2013, mas valora o movimento de forma positiva e intensa. O discurso dá uma grande importância ao conflito, contextualizando-o em uma conjuntura histórica internacional e caracterizando-o no âmbito da necessidade de mudança de postura dos políticos, que devem voltar-se aos interesses da população menos favorecida.

Para o Sul21, o espaço público é associado à posição ideológica do veículo, e é entendido como local de visibilidade das demandas sociais. O veículo defende, portanto, que

políticas públicas devem ocorrer de modo redistributivo, não igualitário, privilegiando as pessoas que têm menos acesso aos espaços da cidade. Logo, as críticas à postura conservadora adotada pela ZH, que se assemelham às recentes políticas de regulação dos espaços da prefeitura municipal, vão no sentido de que estas pretendem reduzir os protestos, visto que estes anseiam por incorporar novas ideias ao cotidiano da população, sintetizadas a partir da ocupação dos espaços públicos pelos mais necessitados.

Como signos possíveis para o Sul21, pela perspectiva do jornal Zero Hora, tem-se o espaço público como local que sintetiza as políticas públicas, que passam a ser reduzidas por uma relação política que é imposta pelo veículo, sem relação com os anseios reais da população. Esta representação sintética de cidade através do espaço público é uma abstração que não corresponde à dinâmica complexa da cidade, pautada especialmente por anseios individuais que almejam a interesses privados por essência. Esta postura, no entanto, é tida como estratégica a fim de aproximar-se dos movimentos em suas matérias. A visão do Sul21, assim, é parcial e tendenciosa, uma vez que politiza os protestos em demasia, voltando às críticas a políticos com propostas diferentes das defendidas pelo jornal, que sustenta este ataque pela manutenção de seus leitores, que são um público direcionado pelo veículo.

A trama constitutiva deste signo seria parcial ao transmitir especialmente um dos lados dos conflitos e tomar posicionamento em defesa deste, e irrelevante ou pouco representativa em se tratando da abrangência das manifestações e da própria cobertura do veículo. Por sua visão limitada, o jornal não abrange os diversos âmbitos envolvidos na dinâmica urbana, na qual nenhum ato deve sobrepor-se aos direitos individuais, o que termina por construir uma trama incompleta, desqualificada, assim, como síntese dos acontecimentos decorrentes das manifestações. Por esta perspectiva, o signo espaço público do Sul21 para a ZH seria de um espaço idealizado politicamente, que expressaria todos os conflitos, relações e experiências da cidade. Apesar das críticas à visão fantasiosa de um espaço político ideal, a ZH apresenta uma concordância com a necessidade de valorização dos espaços de convivência, porém sem a necessidade de mudanças políticas estruturais para tal. Esse juízo é decorrente da visão ideológica distinta entre os veículos no que tange à crítica sobre as manifestações urbanas, resultando na construção de uma ideia de espaço público relacionada a suas posturas políticas.

5.2 O ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO DE DISPUTA POLÍTICA

Nesta última etapa de considerações finais, retoma-se a pesquisa à luz da teoria apresentada, buscando os resultados alcançados a partir da combinação das manifestações.

Além de associar os dados com os conceitos e definições, considera-se fundamental apresentar os pontos em que a teoria faz-se suficiente a fim de permitir um fechamento da pesquisa e os temas que necessitam de outra abordagem em estudos futuros.

No final de junho, devido à massificação e nacionalização dos protestos, surgem novas pautas, muitas delas mais subjetivas - mas não menos politizadas e, sim, menos políticas, por se tratarem de proposições com ações não explícitas - como melhorias na saúde, educação e até mesmo fim da corrupção. Considera-se que o alvo direto das organizações é o Estado, a fim de que este tivesse uma mudança de postura em relação às empresas privadas responsáveis pelo controle dos transportes coletivos.

Considerando que a idade moderna é instaurada institucionalmente pelo Estado e pelo mercado, o primeiro representando a figura do público e democrático e o segundo embasado em conceitos das mercadorias e pela corrente liberal, explica-se o direcionamento das manifestações para o questionamento do Estado. As reivindicações visam justamente contrapor-se a medidas que o governo tem promovido utilizando-se de justificativas econômicas, em benefício direto a empresas de construção civil, tanto nas obras propriamente ditas (direcionadas principalmente à mobilidade urbana, especialmente a melhorias no trânsito voltado aos automóveis) quanto indiretamente, no aquecimento da especulação imobiliária. Verifica-se, não obstante, que esta estrutura política fortemente influenciada pelo mercado possui abrangência nacional e histórica, de modo que "o poder maior sobre o território deixa de ser do estado e passa a ser das grandes empresas. [...] O que acontece hoje na economia se realiza pela política." (SANTOS, 1999, p. 21).

O planejamento urbano age, espacial e temporalmente, relacionando os princípios do Estado com as práticas de mercado, configurando-se como um elemento que deve, por princípio, estar ligado a estas duas instituições de modo a otimizar suas correlações com uma perspectiva de futuro - o planejar. Nada mais claro, então, que questionar a postura que o governo vem adotando nessa relação, uma vez que as insatisfações explicitadas nos episódios pautam este debate, de modo emergente, através de uma consciência civil em defesa do espaço e serviços públicos e, portanto, de oposição às ações do Estado que favorecem os interesses privados.

Se por um lado o Estado está sob forte contestação, explicitando a crise de representatividade nacional, por outro sofre a pressão histórica realizada através da disputa de poder com o mercado e, pela forma com que tem cedido a esta segunda, passa a ser mais contestado pela população nas ruas. Este processo tornou-se evidente, não por acaso, na

capital, que é *o lugar do capital*, delimitada como o espaço onde se concentram os atores de posições dominantes de poder.

Visto que o mercado é uma instituição sustentada pelo sistema capitalista, as revoltas populares visam não se opor diretamente a ele, uma vez que as metas, *a priori*, não objetivam uma mudança sistêmica - o que objetivaria uma revolução. A pressão é, por consequência, exercida ao Estado, a fim de que reveja seus conceitos e passe a pautar, finalmente, os rumos de um planejamento urbano voltado para uma cidade mais acessível para as pessoas. Passa a ser configurada, então, uma perspectiva de mudança comportamental tanto das políticas públicas quanto da população, sustentada a partir de reivindicações no âmbito cultural, concretizando a definição dos coletivos como novos movimentos sociais (TOURAINE; 2006).

Quando Milton Santos (2002) fala sobre o evento enquanto matriz do espaço e do tempo, afirma que “quando falamos num evento passado, é de sua presença anterior num dado ponto da flecha do tempo, de um *presente passado* que estamos falando.” (SANTOS, 2002, p. 94, grifos do autor). Deste modo, visto que esta pesquisa abordou manifestações já ocorridas, este passado é lido a partir de suas relações com o presente, quando mensalmente diversos protestos são organizados no espaço público tanto local quanto nacionalmente. Aqui se insere uma contribuição dos grandes protestos de 2013, que passaram a incorporar o novo repertório de ação para os atos nacionais.

No tocante à escala dos eventos, verifica-se que dois deles possuem referências supranacionais (o Massa Crítica e o Vaga Viva), enquanto que os demais podem ser considerados locais (Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria) e nacionais, como nos grandes protestos, em que pese estes tenham influências internacionais relativamente a táticas realizadas. Pelos motivos apresentados, classificam-se estes como sociais e de escala mundial de abrangência, influenciados e influenciadores de manifestações em todo o mundo. No entanto, não se tem como mensurar a forma e o quanto estes interferiram nas outras manifestações urbanas e, na escala local, nas pessoas que participaram do processo dada a dificuldade de estabelecimento da escala de abrangência de eventos sociais (SANTOS, 2002).

Seguindo os apontamentos de Santos (2002), aqui se fazem algumas considerações sobre a duração dos eventos analisados, definidas como o período de tempo em que um evento é sensível e sem alterar suas características. Por esta definição sintetizada pode-se pressupor diversos eventos para cada manifestação. O Massa Crítica possui um momento atípico que foi o caso do atropelamento de ciclistas em um de seus atos, fazendo com que os protestos seguintes ganhassem destaque e maior participação. No mais, os protestos anteriores

ao ato eram semelhantes aos posteriores, a não ser pelo número de participantes, que foi aumentado em virtude da grande notoriedade que a mobilização teve após o incidente. O Vaga Viva pode ser dividido em um momento inicial, com a realização de duas edições com poucos participantes convocados por uma rede de amigos, e um segundo momento, com uma maior repercussão dos atos, gerando uma maior participação e interatividade. Muito disso deve-se à criação de um grupo de discussão nas redes sociais e ao agendamento das manifestações através de eventos do Facebook. Além disso, neste segundo período do movimento algumas entidades como o Mobicidade passaram a organizar a participar de algumas edições.

O Largo Vivo tem uma característica distinta neste quesito, pois como já foram realizadas aproximadamente quarenta edições desde sua criação em 2011, pode-se considerar este como um evento central de articulação entre os casos analisados. O seu primeiro formato tinha muitas das características encontradas no Vaga Viva pela proposta cultural e lúdica apresentada, além de incentivar diretamente o uso da bicicleta e ser composto, segundo algumas análises, predominantemente por ciclistas. Os atos ocorriam todas as terças-feiras e no primeiro sábado de cada mês, mantendo este formato inicial durante aproximadamente meio ano. As edições seguintes, com periodicidade esporádica, tiveram lugar um ano depois, período em que já haviam acontecido os primeiros atos do Defesa Pública da Alegria e protestos do Bloco de Luta pelo Transporte Público. As pautas, a esse ponto, já traziam diversos elementos de contestações relativos a estes movimentos, como debates e atividades questionando temas como o sistema de transporte coletivo e o modelo de cidade almejado. As edições deixaram de ser numeradas e alguns atos fazem referência explícita a outros movimentos como o “Bloco Vivo no Largo: pela liberdade dxs que lutam!”²³ e o “Largo VIVO sem Tatu!”²⁴, relacionados ao Bloco de Luta e ao Defesa Pública da Alegria, respectivamente. Deste modo, verificam-se claramente duas fazes distintas de sua existência.

O Defesa Pública da Alegria, por sua vez, mantém suas características originais. O ato que poderia ser diferenciado dos demais foi o que envolveu o caso da mascote da Copa do Mundo no Largo Glênio Peres. Não obstante, considerando que era o primeiro ato do coletivo, este acabou influenciando os demais, sem uma mudança brusca de ações. A principal característica deste movimento é o princípio da explicitação de pautas estruturalmente

²³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/543705232389938>> . Acesso em: 17 fev. 2015.

²⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/869663809730392>> . Acesso em: 17 fev. 2015.

políticas, sempre associadas ao espaço público, realizando a conexão da linearidade proposta entre o Largo Vivo e os protestos do Bloco de Luta.

Já o Bloco de Luta também teve momentos distintos na construção de seus atos: iniciados do modo como eram estruturados em anos anteriores, não obstante com maior articulação, os primeiros atos de 2013 eram organizados em marchas pela cidade, e foi assim que obtiveram os maiores números de participantes. Após um declínio de participação, o movimento altera sua tática no momento da ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre. Este ato, por si só, já pode ser considerado um evento independente, e funcionou como marco de um segundo período dos protestos, que visavam avançar a tramitação dos projetos de lei elaborados na ocupação. Novas táticas, como panfletagens e ações culturais (algumas associados ao Largo Vivo) passaram, então, a ser realizadas. O início de 2014 foi marcado pela greve dos rodoviários, sendo outra forma de articulação dos protestos. Com a proximidade temporal com a Copa do Mundo, os protestos voltaram a ser estruturados com as caminhadas e passaram a ter como pauta central as críticas ao acontecimento esportivo. Após o campeonato, por fim, os atos passam a alternar táticas, lembrando a forma de organização do período anterior.

Percebe-se que cada um dos movimentos possui articulações e histórias singulares, podendo cada uma destas fases configurar um evento único com duração limitada e relacionada necessariamente a elementos da política urbana realizados no momento de sua ocorrência. No caso em questão as manifestações somente consolidam o acontecer temporal imbricado à vida das pessoas da cidade a partir da reunião dos protestos. E o que interessa para esta pesquisa é justamente esta combinação, visto que:

quando consideramos o acontecer conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas, verificamos que eles se superpõem. Esse conjunto de eventos é também um evento, do qual os eventos singulares que o formam são elementos. Não é apenas uma superposição, mas uma combinação, pois a natureza da resultante é diversa da soma das partes constitutivas. Outra fosse a ordem da combinação, outro o ponto em que se verifica, e outro seria o resultado. (SANTOS, 2002, p. 101)

Sob a ótica do evento definido conceitualmente por SANTOS (2002), este estudo analisa um evento único originado, segundo a pesquisa, em pequenas mobilizações que, quando combinadas e associadas a outros acontecimentos externos (como alterações da política urbana, a Copa do Mundo e as referências de outros protestos nacionais e internacionais), resultaram em grandes protestos no ano de 2013 na cidade, que

impulsionaram os protestos nacionais ocorridos naquele ano. Na citação acima, verificamos que este evento único possui uma natureza distinta da simples união dos elementos. No caso aqui estudado, esta natureza é o direito à cidade, realizada pela bandeira de defesa do espaço público, comum entre os movimentos, conforme defende Viana (2013). Do mesmo modo que os grandes protestos de 2013 são resultantes de uma crescente politização das manifestações em Porto Alegre, destaca-se que em outras cidades do país não foi diferente, verificando-se diversas ações coletivas anteriores em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Maceió (VIANA; 2013).

Uma hipótese aqui proposta é que a ascensão destes movimentos no país deve-se em parte à política nacional mais estabilizada, através de uma consolidação da democracia após um período de regime militar e de políticas nacionais voltadas às cidades, como a criação do Ministério das Cidades e do próprio Estatuto das Cidades - decorrente do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e da constituição de 1988. Outro fator é associado a referências internacionais de protestos com reivindicações e repertório de ação semelhante. É justamente através da análise de ocorrências locais com casos nacionais e supranacionais que Santos (1999) atesta que esta noção permite unir o mundo ao lugar, de modo que os eventos são comparáveis de acordo com suas características, como organização, repertório de ação, duração e proximidade temporal. Sobre as menções nacionais nos movimentos estudados, localizaram-se na pesquisa diversas referências dos movimentos ao Estatuto das Cidades, como no caso da Ocupação Saraí (FOGLIATTO, 2014), e muitas críticas realizadas associando a elementos atuais com resquícios da ditadura militar, em especial nos atos do Bloco de Luta pelo Transporte Público²⁵. Quanto às alusões aos protestos internacionais, destaca-se que estes não só são realizadas pelos próprios movimentos, como na frase “isso aqui vai virar a Turquia” (OLIVEIRA et al., 2013b), como por referência da imprensa na associação dos protestos como a personalidade do ano de 2011, *The protester*, pela Revista *Time* (SANTOS; SGARBOSSA, 2012) e por autores aqui aportados (MARZULO, 2013; ZIZEK, 2013; RONIK; 2013).

No entanto, para confirmar esta hipótese de origem dos grandes protestos através de ações coletivas realizadas por novos movimentos sociais em cidades brasileiras no século XXI, são necessários mais estudos sobre estes em outras cidades, a fim de construir-se um repertório teórico mais consolidado e, portanto, conclusivo sobre o tema. A relação proposta

²⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/259954180850600/>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

aqui provém da articulação dos movimentos que, ao expandirem-se e passarem a ter reivindicações mais claras, passam a se unificar com outros movimentos da cidade, como os propostos por entidades e os defensores do passe livre, que são anteriores aos coletivos estudados.

Outro conceito que pode ser associado a esta discussão em trabalhos futuros é a relação entre esta retomada do centro histórico e os processos de gentrificação. Embora as características dessa redescoberta dos interesses do centro também ocorra em nível nacional, sabe-se que estas não contemplam todos os elementos do conceito original, conforme definições de BIDO-ZACHARIASEN (1994). Contudo, este processo é acionado diversas vezes nos discursos, como no de um secretário do governo municipal comentando sobre as obras do Largo Glênio Peres como inseridas no contexto de revitalizar o centro histórico (OLIVEIRA, 2011), trazendo a ideia de retomar a vitalidade destes espaços. Esta frase insere-se nas disputas discursivas entre governantes e manifestantes nas primeiras edições do Largo Vivo. Nesta, a questão do espaço público aparece como central à medida que o prefeito afirma buscar “um espaço público de uso comum do povo” (OLIVEIRA, 2011) através da regulamentação das atividades do local.

No discurso do Massa Crítica em seu site, este atesta que “manifestações públicas tendem a prejudicar a imagem do governo, uma vez que elas mostram claramente que o governo nem sempre representa o povo e tem o seu apoio” (Massa Crítica, 2015). Evidencia-se, dessa forma, a notoriedade de que mesmo os atos simbólicos possuem dimensão política, visando pressionar os governantes. O movimento completa, afirmando que “a Massa Crítica é um movimento popular que opera independentemente das regulações governamentais, e como tal, nós não queremos nada com a polícia (embora eles possam querer algo conosco).” (MASSA CRÍTICA POA 2015). Fica clara a ideia no discurso dos manifestantes que tentativas de aproximação muitas vezes constituem-se em uma estratégia política de cooptação do movimento e de suas pautas. Neste sentido, o Bloco de Luta acusa as grandes corporações midiáticas pela inclusão de pautas pulverizadas no movimento.

A pesquisa analisou as manifestações urbanas ocorridas até o final de 2014, mas cabe acrescentar que em 2015 diversos protestos foram organizados de modo similar, articulados e divulgados a partir de eventos nas redes sociais de internet e levando multidões às ruas para manifestarem seus interesses. Uma das características destes grandes nacionais atos é a pluralidade de pautas a partir de um tema central. Em 2015, alguns destes tinham como mote central críticas a políticas nacionais, expressas através da figura da presidenta da República. Diversas formas de abordar este tema foram vistos nas ruas, como pedidos de renúncia e

impugnação de mandato, contra a corrupção de um modo geral e pedidos de intervenção militar. Pelas propostas defendidas, muitos classificaram os manifestantes como de visão ideológica de direita, o que explicita como este tipo de mobilização de rua foi assimilado pela população do país independentemente de sua posição ideológica. A partir dos grandes protestos de 2013, as mobilizações não são organizadas apenas por segmentos ditos de esquerda, mas sim por todo o movimento que deseje expressar seus anseios de forma pública, e agremiando um grande número de pessoas. Enquanto estes atos assemelham-se aos estudados aqui pela forma de convocação e divulgação e por configurarem-se como um evento nacional, outros atos posteriores têm em comum a repressão. É o caso de manifestação dos professores do estado do Paraná que se confrontaram com a polícia militar do estado ao tentar ingressar em sessão legislativa que debatia pautas questionadas pela categoria. Como já exposto, marchas promovidas por sindicatos são tradicionais nas metrópoles, não estando diretamente relacionadas com os protestos aqui estudados. Contudo, esta difere das anteriores pela quantidade de pessoas envolvidas, pelo conflito ocasionado (incluindo balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo) e pela grande repercussão do caso, em aspectos que se assemelham aos protestos de conflitos políticos aqui estudados.

As manifestações ocorridas em Porto Alegre são influenciadas diretamente por um contexto internacional, tanto no modo de ação através da ocupação das ruas quanto no sentido de questionamento da política vigente. Através de um apanhado de dados sobre os protestos recentes ocorridos na cidade, verifica-se especial semelhança com os eventos contemporâneos ocorrido nas Praça Tahir e Taskim, onde o tema central é a reapropriação do espaço público.

Cabe agora discutir sobre a constituição do espaço público neste acontecer histórico configurado pela combinação dos elementos das manifestações. Partindo da noção de evento (SANTOS; 1999), verifica-se que este é construído através das ações, realizadas sempre no presente, com temas relacionados a elementos da atualidade. Os protestos, desta forma, consolidam-se como momento ou vivência capaz de alterar a percepção das pessoas sobre determinado tema, no caso, o espaço público.

É esta percepção que resulta na apropriação dos espaços públicos pelas pessoas, em especial pelas que participam dos protestos. O destaque dos locais de manifestação, expressos nas cartografias, dá-se por sua centralidade e pela constante referência com espaços tradicionais da cidade, como os largos Glênio Peres e Zumbi dos Palmares, o Mercado Público e a Prefeitura Municipal. Por esta razão, pode-se afirmar que estas ocupações são elementarmente simbólicas, visando explicitar seus objetivos através do espaço e sem fazê-lo com um local qualquer, mas sim com os que mais sintetizam este conceito. Através desta

tática é mais fácil a representação e o cumprimento do objetivo proposto pelos coletivos, que é fazer com que sua ação seja inserida no cotidiano de um maior número de pessoas e nas políticas públicas.

Esta utilização especial dos espaços de convivência tradicionais pode ser associada ao conceito de pós-memória, apresentado por Hirsch (2008), que trata a memória como uma lembrança de algo que não foi vivido pela pessoa, mas faz parte de seu imaginário a partir das memórias coletivas, transmitidas de modo social. Para a autora, a pós-memória interfere na memória da geração seguinte àquela que sofreu ou protagonizou os acontecimentos.

Esta associação deve-se à constante caracterização dos atores dos movimentos como jovens, e dos espaços, como tradicionais. Pela mídia, o Largo Glênio Peres é apresentado como “uma das áreas mais tradicionais do centro da capital e espaço histórico de manifestações sociais, culturais e políticas.” (O RENASCIMENTO..., 2013). O título desta matéria, inclusive, é “O renascimento das ruas de Porto Alegre” (O RENASCIMENTO..., 2013), indicando locais que recentemente perderam sua vitalidade. Relacionando a pós-memória com o tempo, noção abordada na dissertação, verifica-se uma proposta de tempo não linear, uma vez que estas ações buscam reviver aqueles espaços nos moldes de períodos anteriores. Na relação espacial, seria então o espaço outro conceito não linear? De acordo com a discussão teórica sobre o poder associado à cartografia, esta resposta pode ser afirmativa, uma vez que a visão tradicional do espaço é produzida a partir das grandes corporações. Os próprios limitadores espaciais ou fronteiras são construções, de modo que a definição de o que é um espaço e o que são outros é, necessariamente, arbitrada. Estas relações não lineares aportadas a partir da pós-memória incrementam complexidade ao estudo, de modo que são apenas mencionadas aqui como objeto de possíveis estudos futuros.

Em suma, o que se defende é que a apropriação dos espaços públicos centrais seria, pelo discurso expresso pelos manifestantes, uma reapropriação do que é essencialmente público. Para Harvey (2014, p. 13): “a criação de novos espaços comuns de uma esfera pública de participação democrática exige desfazer a enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos”. Do mesmo modo como as críticas às privatizações e à expansão de políticas incentivadoras de automóveis como símbolo de consequências danosas da expansão do capitalismo, a crítica exposta é ao mesmo tempo espacial e política.

O espaço público torna-se o ícone de local de convivência, permitindo a livre manifestação política ou cultural. Para Lefebvre (2008[1968], p. 13): “em sua plenitude, o direito à cidade é um movimento em direção à constituição de uma democracia concreta, que

implica a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal”. Deste modo, o espaço público e a política são elementos indissociáveis, fazendo com que a disputa de um seja expressa através do outro. Neste sentido, a teoria dá conta da ocupação das ruas como simbolismo da ocupação das cidades. O que falta é construção coletiva entre os movimentos e a importância que têm os novos movimentos sociais para um incremento neste debate. Falta unir aspectos sociológicos das manifestações às políticas públicas, através de estudos teóricos e aplicações. Esta simbologia fica expressa no discurso dos manifestantes, como uma das frases mais tradicionais do Largo Vivo: “Uma cidade para as pessoas!”²⁶. Esta frase sintetiza tanto o objetivo central dos movimentos quanto as críticas de políticas públicas voltadas a bens (como carros, empresas e imóveis). Verifica-se que esta disputa territorial constitui-se em uma disputa política, sintetizada aqui através dos atores envolvidos.

Este processo de retomada das ruas é associado pelos discursos diversas vezes como um dos elementos solucionadores da redução da sensação de insegurança (MORENA, 2014), aproximando-se aqui da proposta de Jacobs (2009[1961]), que defende o uso efetivo das calçadas e dos espaços públicos. Os próprios movimentos voltam-se para isso, como o uso efetivo das calçadas pelo Vaga Viva e a defesa de que “segurança se faz com gente na rua” proposta pelo Defesa Pública da Alegria (FACEBOOK, 2012).

Neste sentido, uma entrevista ao professor e sociólogo Gugliano, aponta historicamente a política constitui-se como um bem social, podendo ser exercida por qualquer cidadão, aproximando-se do conceito de público (ARENDR, 2002 [1993]). Com o passar do tempo a política se profissionalizou, fazendo com que cada vez menos as pessoas se identificam com o que ocorre nas estruturas políticas formais. (ARAÚJO; 2015).

Gradativamente, a proposta de uma política com maior horizontalidade tem gerado resultados positivos e, aos poucos, reverbera na política tradicional, como na ascensão do partido espanhol Podemos - fundado a partir dos protestos dos Indignados na Espanha-, que obteve votação expressiva nas eleições parlamentares (ARAÚJO; 2015). Em momentos com a crítica política a florada, os políticos perdem o privilégio da autonomia que sempre tiveram, pois encontram maior resistência em levar adiante determinadas propostas pela repercussão na sociedade. (ARAÚJO; 2015). O entrevistado ainda aponta que as estruturas horizontais e autogestionadas “são experiências com um forte caráter pedagógico, que criam condições para que a prática política seja um processo de constante aprendizagem e não uma ação

²⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/302110559814187/>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

imposta.” (ARAÚJO; 2015). Aponta também que o surgimento de grupos que reivindicam uma estrutura horizontal não dispensa totalmente a figura do organizador, no entanto as lideranças passam a ser construídas enquanto um elemento coletivo.

A questão da representatividade dos governantes, um dos elementos centrais dos protestos, só pode ser repensada através de alterações políticas estruturais. No cenário local, as mudanças passam necessariamente por alterações no cotidiano (SANTOS, 1996), fazendo com que as ações coletivas sejam marcadas pela proposta de uma experiência de cidade distinta, o que sintetizaria a própria experiência de vida. Isso fica claro quando, ao apoiar os protestos do Bloco de Luta pelo Transporte Público, o Defesa Pública da Alegria defende o passe livre e transporte 100% público com a implicação no cotidiano das pessoas, que passariam a ter uma vida menos ordinária. Na literalidade deste último termo tem-se uma vida com menos ordem, menos imposições e, portanto, mais livre. Sabe-se que as mudanças de estrutura política são complexas, mas, ao mesmo tempo, não se imagina que o sistema mude sem uma alternativa à organização vigente. Na trajetória de redemocratização latino-americana, os avanços no sistema democrático deram-se através da pressão da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Trata-se aqui de casos recentes de mobilizações que tem como elemento central a questão urbana e apresentam, através de uma forma distinta de experimentação da vida nas cidades, um questionamento da política vigente. Considera-se que a centralidade dos atos ocorre não só pela relevância histórica -e, por isso, simbólica- que a região central representa às cidades, mas também por concentrar os equipamentos de comércio, de serviços e, em especial, de poder. Configuram-se, assim, os centros de poder, a partir do qual se concentram as atividades e representações simbólicas da cidade, destinando “o espaço periférico a todos os que não participam dos privilégios políticos.” (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 32).

As ações contestatórias, que questionam as formas de governo, são acionadas e testadas nos eventos através de uma visão sistêmica e, quando pensada em sua plenitude, ainda se torna impraticável, e, portanto, utópica enquanto construção não finalizada. Este é um dos fatores que permitem que a disputa exista mesmo dentro dos movimentos, onde se encontram ativistas reformistas e revolucionários. Esta disputa de ideais, no entanto, é intrínseca às manifestações que tangem a estrutura política, como Lefebvre (2008 [1972]) destaca:

“hoje, mais do que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não

iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real. Como se diz: seremos *realistas*... mas não pensaremos! Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação." (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 73, grifo do autor).

Este evento obtido através do conjunto de elementos das manifestações é o resultado de um acúmulo de novas vivências e experimentações da cidade, realizadas de forma pública política e expressas a partir do espaço. Trata-se de um processo ainda em andamento, sendo possivelmente o período de recorte apenas um primeiro ciclo de protestos com características imbricadas aos novos movimentos sociais no país. Através destes, a questão urbana volta a ser um elemento político central a partir da agenda e forma das reivindicações, de modo que deve ampliar-se sua repercussão na política tradicional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Frederico G. B. *et al.* Territorializações em dialogismo impertinente, *in Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR*, Florianópolis, ANPUR; 2009
- ARAÚJO, Livia. **Coletivos reinserem a política no cotidiano, avalia Gugliano**. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 25 maio 2015. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=197536>>. Acesso em: 08 jun. 2015.
- ARENDT, Hannah. **O que é política**. Organização de Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 [1993].
- _____. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2005 [1958].
- ASSOCIAÇÃO Nacional de Jornais**. 2015. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- AUGÈ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1938].
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira; São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1979].
- BAUMAN, Zigmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. **Rénovation urbaine et stratégies familiales: une étude de cas**. In : **Sociétés Contemporaines**, nº 17 : 11 – 27, 1994.
- BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1999 [1992].
- BOURDIEU, p. (org) **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- _____, CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. **El oficio de sociólogo**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2007 [1987].
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Enunciação e construção do sentido**, in Figaro, Roseli Ed. **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo; Contexto, pp. 19-43; 2012.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**; vol. I; Ed. Polity Press; 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**, vol. I - artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLARKE, John; HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony; ROBERTS, Brian. Subcultures, cultures and class: a theoretical overview. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony, orgs. **Resistance through rituals**. Youth subcultures in post-war Britain. Londres: Hutchinson, 1976, p.9-74.

DOWNS, Roger. Maps and metaphors. **The Professional Geographer**; vol. 33, n. 3, p. 287-293; 1981.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro; Ed. DP&A, 2012

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **Cidades Rebeldes**. [recurso eletrônico]: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato; 1ª Ed. São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013a.

_____. O direito à cidade nas manifestações urbanas. **Blog da Boitempo**, disponível em blogdaboitempo.com.br/2013/08/29/o-direito-a-cidade-nas-manifestacoes-urbanas-entrevista-inedita-com-david-harvey. Acessado em 24/11/2013b.

_____. Teles, E.; SADER, E. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo : Boitempo Editorial : Carta Maior, 2013c

HECK, Marcelo Arioli. As reivindicações urbanas nas manifestações em Porto Alegre. In: IV SIIT Simpósio Imagem & Identidade & Território, 2013, Porto Alegre. **Anais do IV SIIT Simpósio Imagem & Identidade & Território**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

HIRSCH, Marianne. **The Generation of Postmemory**. In: Poetics Today 29; 2008

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1961].

JACKSON, Peter. **A social geography of Puerto Ricans in New York**. University of Oxford, 1980. (Tese de Doutorado)

_____. **Maps of meaning**. An introduction to Cultural Geography. Londres: Unwin Hyman, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro; Tradução: Rubens Eduardo Frias, 2008 [1968].

_____. **Espaço e Política**; Belo Horizonte: Ed. UFMG; 2008 [1972]

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo; 2ª edição; São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1960].

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades Rebeldes**. [recurso eletrônico]: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato; 1ª Ed.; São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013.

MARZULO, Eber Pires. **Sobre democracia e espaço público**; Segundo Caderno: jornal Zero Hora; Em 29/06/2013. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e->

lazer/segundo-caderno/noticia/2013/06/ao-defenderem-o-que-e-publico-os-manifestantes-estao-no-exercicio-pleno-de-seus-direitos-4185355.html>. Acesso em 26 jan. 2014.

_____. **Espaço dos Pobres:** Identidade social e territorialidade na modernidade tardia; Tese de doutoramento em Planejamento Urbano e Regional; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Rio de Janeiro, 2005.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro: [s. n.], 2008.

MITCHELL, Don. Peter Jackson. In: HUBBARD, Phil; KITCHIN, Rob; VALENTINE, Gill, orgs. **Keythinkers on space and place.** Londres: Sage, p.195-201, 2004.

MIRANDA, Sandro Ari Andrade de. A tragédia da Cartografia proposta pela RBS. **Sul21**, Porto Alegre, 30 set. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/a-tragedia-da-cartografia-proposta-pela-rbs-por-sandro-ari-andrade-de-miranda/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

NOVO, Raquel. **Quilombos em territorialização:** construção de sentido de Morro Alto. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional; Universidade Federal do Rio de Grande do Sul (PROPUR-UFRGS); Porto Alegre, 2013.

PONT, Raul. Quem quer causar medo? **Sul21**, Porto Alegre, 28 maio 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/quem-quer-causar-medo/>>. Acesso em 10 jan. 2015.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política:** Quem manda, Por que Manda, Como Manda. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S.A, 1981.

ROCHA, Décio e Deusdará, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória; *In ALEA*; volume 7; número 2; p. 305-322; 2005

SANTOS, Carlos N. e VOGEL, Arno (Coord.). **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3 ed. São Paulo: Projeto, 1995.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: _____. **A natureza do espaço**, São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR**, ano XIII, nº 2: 15 – 26, ago-dez, 1999.

_____. Por uma Geografia Cidadã: Por uma epistemologia da existência. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**; Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil; 1996; Versão online disponível em: seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.** Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEEMANN, Jörn. Metáforas espaciais na geografia: Cartografias, mapas e mapeamentos. In: **Anais do X. Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, 20- 25 de Março, p.13955-13971, 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 7. ed. Petropolis: Vozes, 2005.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1. Brasília, jan-abr 2006.

TOURAINE, Alain. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: **Cidades Rebeldes**. [recurso eletrônico]: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato; 1ª Ed.; São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013.

WEISSHEIMER, Marco. RBS entra na campanha eleitoral: Panfleto de Santana dá o Tom. **Sul21**, Porto Alegre, 27 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/rbs-entra-na-campanha-eleitoral-panfleto-de-paulo-santana-da-o-tom-por-marco-weissheimer/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: **Cidades Rebeldes**. [recurso eletrônico]: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato; 1ª Ed.; São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013.

REFERÊNCIAS OUTROS DISCURSOS DE RELAÇÕES ENTRE MANIFESTAÇÕES

DUARTE, Letícia. Rosana Pinheiro-Machado: "Qualquer explicação ainda é superficial". **Zero Hora**, Porto Alegre, 08 jun. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/rosana-pinheiro-machado-qualquer-explicacao-ainda-e-superficial-4520156.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

ELY, Lara. Desenvolvimento voltado para pessoas é caminho sem volta para centros urbanos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 jul. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/noticia/2013/07/desenvolvimento-voltado-para-pessoas-e-caminho-sem-volta-para-centros-urbanos-4205871.html>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

FOGLIATTO, Débora. Terceira edição do Conexões Globais acontece no final de janeiro em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/terceira-edicao-conexoes-globais-acontece-final-de-janeiro-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

FOGLIATTO, Débora. Mesa discute revoltas interconectadas e papel da internet no Conexões Globais. **Sul21**, Porto Alegre 25 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/mesa-discute-revoltas-interconectadas-e-papel-da-internet-conexoes-globais/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

MARQUES, Luiz. Desafios da conjuntura. **Sul21**, Porto Alegre, 5 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/desafios-da-conjuntura-por-luiz-marques/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

MÜLLER, IURI. “As violações já estavam em curso mesmo antes da Copa do Mundo”, afirma Leandro Anton. **Sul21**, Porto Alegre, 21 out. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/as-violacoes-ja-estavam-em-curso-mesmo-antes-da-copa-do-mundo-afirma-leandro-anton/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Ativistas criticam a Copa em debate sobre espaços públicos no Conexões Globais. **Sul21**, Porto Alegre, 25 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ativistas-criticam-copa-em-debate-sobre-espacos-publicos-conexoes-globais/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Ativistas criticam a Copa em debate sobre espaços públicos no Conexões Globais. **Sul21**, Porto Alegre, 25 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ativistas-criticam-copa-em-debate-sobre-espacos-publicos-conexoes-globais/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O RENASCIMENTO das ruas de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 26 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/o-renascimento-das-ruas-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SANTOS, Cristiano Lange dos; SGARBOSSA, Marcelo. Direito à Cidade: qual a atuação do município na redução da criminalidade? **Sul21**, 24 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/direito-a-cidade-qual-a-atuacao-do-municipio-na-reducao-da-criminalidade-por-cristiano-lange-dos-santos-e-marcelo-sgarbossa/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

SANTOS, Cristiano Lange dos; SGARBOSSA, Marcelo. Projeto de Lei do Largo Glênio Peres: um sinal de que a democracia em Porto Alegre está a perigo. **Sul21**, Porto Alegre, 22 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/projeto-de-lei-do-largo-glenio-peres-um-sinal-de-que-a-democracia-em-porto-alegre-esta-a-perigo/>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

REFERÊNCIAS BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO

FACEBOOK. Bloco de Luta Pelo Transporte Público. 2013. Disponível em: <www.facebook.com/BlocodeLutapeloTransportePublico> Acesso em: 13 fev. 2015.

FACEBOOK. Bloco de Luta Pelo Transporte Público. 2014. Disponível em: <www.facebook.com/BlocodeLutapeloTransportePublico> Acesso em: 13 fev. 2015.

REFERÊNCIAS BLOCO DE LUTA – SUL21

BLOCO de Luta Pelo Transporte 100% Público divulga nota com reivindicações em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 20 jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-pelo-transporte-100-publico-divulga-nota-com-reivindicacoes-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

FOGLIATTO, Débora. Manifestantes queimam jornais e protestam contra a Copa do Mundo em ato do Bloco de Luta. **Sul21**, Porto Alegre, 09 maio 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-queimam-jornais-e-protestam-contra-a-copa-do-mundo-em-ato-do-bloco-de-luta/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

FOTOS: Protesto em frente a PUCRS cobra aprovação do passe livre em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre 30 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/fotos-protesto-em-frente-a-pucrs-cobra-aprovacao-do-passe-livre-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MORENA, Fernanda. Bloco de Luta apoia rodoviários e promete manifestações semanais. **Sul21**, Porto Alegre, 07 fev. 2014a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-apoia-rodoviaros-e-promete-manifestacoes-semanais/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

MORENA, Fernanda. Bloco de Luta realiza quarta mobilização do ano e pede cancelamento da Copa na capital. **Sul21**, Porto Alegre, 21 fev. 2014b. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-realiza-quarta-mobilizacao-ano-e-pede-cancelamento-da-copa-na-capital/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MÜLLER, Iuri. Bloco de Luta decide pela expulsão da militância do PT do movimento. **Sul21**, Porto Alegre, 19 set. 2013a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-decide-pela-expulsao-da-militancia-do-pt-do-movimento/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

MÜLLER, Iuri. Em assembleia, bloco decide por ato na Avenida Tronco na quinta-feira. **Sul21**, Porto Alegre, 02 jul. 2013b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/em-assembleia-bloco-decide-por-ato-na-avenida-tronco-na-quinta-feira/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

MÜLLER, Iuri. Manifestantes fazem escracho em frente à sede da RBS. **Sul21**, Porto Alegre, 11 jul. 2013c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-fazem-escracho-em-frente-a-sede-da-rbs/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

MÜLLER, Iuri; DUARTE, Rachel. Noites de protesto e detenção: uma retrospectiva do mês de junho em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 09 jul, 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/noites-de-protesto-e-detencao-uma-retrospectiva-do-mes-de-junho/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MÜLLER, Iuri. et al. Após caminhada, manifestação termina com violência no Centro de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 25 jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-caminhada-manifestacao-termina-com-violencia-no-centro-de-porto-alegre/>>. Acesso em:

MÜLLER, Iuri et al. Mesmo com formato distinto, ato na Praça da Matriz não evita violência em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 28 jun. 2013b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/mesmo-com-formato-distinto-ato-na-praca-da-matriz-nao-evita-violencia-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

MÜLLER, Iuri et al. Protesto em Porto Alegre tem multidão nas ruas e forte confronto com a polícia. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jun. 2013c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-em-porto-alegre-tem-multidao-nas-ruas-e-forte-confronto-com-a-policia/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MÜLLER, Iuri; OLIVEIRA, Samir. Movimentos sociais e moradores da periferia caminham juntos na Vila Cruzeiro. **Sul21**, Porto Alegre, 05 jul. 2013. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/movimentos-sociais-e-moradores-da-periferia-caminham-juntos-na-vila-cruzeiro/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MÜLLER, Iuri; RIBEIRO, Bernardo Jardim. Ocupação se encaminha para o fim nesta segunda-feira; propostas do Bloco estão definidas. **Sul21**, Porto Alegre, 15 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ocupacao-se-encaminha-para-o-fim-nesta-segunda-feira-propostas-do-bloco-estao-definidas/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

NATUSCH, Igor. Em noite fria, Bloco de Lutas volta às ruas e promete pressionar por passe livre em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 21 jul. 2013b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/em-noite-fria-bloco-de-lutas-volta-as-ruas-e-promete-pressionar-por-passe-livre-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

NATUSCH, Igor. Tarso faz coro com direita golpista, diz Federação Anarquista Gaúcha sobre denúncias. **Sul21**, Porto Alegre, 24 jun. 2013c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/tarso-faz-coro-com-direita-golpista-diz-federacao-anarquista-gaucha-sobre-denuncias/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

O JUNHO de 2013. **Sul21**, Porto Alegre, 10 out. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/o-junho-de-2013/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Anarquistas expõem sua visão sobre protestos pela redução da passagem em POA. **Sul21**, Porto Alegre, 23 abr. 2013a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/anarquistas-expoem-sua-visao-sobre-protestos-pela-reducao-da-passagem-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Aumento da passagem em Porto Alegre passa por explicações ao TCE. **Sul21**, Porto Alegre, 5 jan. 2013b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/aumento-da-passagem-em-porto-alegre-passa-por-explicacoes-ao-tce/>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Bloco de Luta acampa em frente à prefeitura de Porto Alegre para coletar assinaturas ao PL que municipaliza o transporte. **Sul21**, Porto Alegre, 08 abr. 2014a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-acampa-em-frente-a-prefeitura-de-porto-alegre-para-coletar-assinaturas-ao-pl-que-municipaliza-o-transporte/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Bloco de Luta e Comitê Popular da Copa realizam ato do 15M em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 15 maio 2014b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-e-comite-popular-da-copa-realizam-ato-do-15m-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Bloco de Luta realiza nova marcha contra aumento da passagem e reforça busca por apoio à municipalização do transporte em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 24

abr. 2014c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-e-comite-popular-da-copa-realizam-ato-do-15m-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Brigada Militar dispersa protesto contra aumento da passagem após 15 minutos de marcha em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 02 abr. 2014d. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/brigada-militar-dispersa-protesto-contr-aumento-da-passagem-apos-15-minutos-de-marcha-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Corte de árvores acentua desafios de mobilização para movimentos sociais. **Sul21**, Porto Alegre, 06 jun. 2013c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/corte-de-arvores-acentua-desafios-de-mobilizacao-para-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Debaixo de chuva, ato tem 20 mil nas ruas e novo confronto violento com Brigada Militar. **Sul21**, Porto Alegre, 21 jun. 2013d. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/debaixo-de-chuva-ato-tem-20-mil-nas-ruas-e-novo-confronto-violento-com-brigada-militar/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Em marcha acompanhada de perto pela polícia, Bloco de Luta protesta contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 23 jun. 2014e. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/em-marcha-acompanhada-de-perto-pela-policia-bloco-de-luta-protesta-contr-a-copa-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Estudantes, rodoviários e TCE opõem-se a aumento de tarifa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 06 fev. 2013e. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/estudantes-rodoviar-ios-e-tce-resistem-a-aumento-da-passagem-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. “Fifa, go home”: cerca de mil pessoas protestam contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 12 jun. 2014f. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/fifa-go-home-cerca-de-mil-pessoas-protestam-contr-a-copa-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Manifestantes realizam novo protesto contra aumento da passagem em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 18 fev. 2013f. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-realizam-novo-protesto-contr-aumento-da-passagem-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Marcha do Bloco de Lutas termina com apoio à ocupação da Câmara de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 11 jul. 2013g. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/marcha-do-bloco-de-lutas-termina-com-apoio-a-ocupacao-da-camara-de-porto-alegre/>> Acesso em: 12 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Milhares de pessoas lotam as ruas do centro de Porto Alegre contra aumento da passagem. **Sul21**, Porto Alegre, 02 abr. 2013h. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/milhares-de-pessoas-lotam-as-ruas-do-centro-de-porto-alegre-contr-aumento-da-passagem/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Milhares marcham até a sede da ATP para exigir redução da passagem em Porto Alegre. **Sul21**. Porto Alegre, 12 abr. 2013i. Disponível em: <

<http://www.sul21.com.br/jornal/milhares-marcham-ate-a-sede-da-atp-para-exigir-reducao-da-passagem-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Novo protesto contra aumento da passagem ocorre nesta quinta em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 12 jun. 2013j. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ativistas-retomam-na-quinta-feira-protesto-contra-aumento-da-passagem-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Protesto contra aumento da passagem e a Copa reúne milhares de pessoas em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 24 jan. 2014g. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-contra-aumento-da-passagem-e-contra-copa-reune-milhares-de-pessoas-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Protesto contra aumento da passagem mobiliza centenas em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 21 jan. 2013k. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-contra-aumento-da-passagem-mobiliza-centenas-de-pessoas-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Protesto em apoio à greve dos rodoviários termina com detenções em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 01 fev. 2014h. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-em-apoio-a-greve-dos-rodoviaros-termina-com-detencoes-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Protesto em frente ao prédio de Fortunati cobra aprovação do passe livre em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 01 ago. 2013l. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-em-frente-ao-predio-de-fortunati-cobra-aprovacao-do-passe-livre-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Protesto é acompanhado por imenso aparato policial no primeiro dia de jogo da Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 15 jun. 2014i. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-e-acompanhado-por-imenso-aparato-policial-no-primeiro-dia-de-jogo-da-copa-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Protesto termina com depredações e detenção de professores em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 27 set. 2013m. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-termina-com-depredacoes-e-detencao-de-professores-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Revolta contra aumento da passagem gera grande protesto em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 28 mar. 2013n. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/revolta-contra-aumento-da-passagem-gera-grande-protesto-na-noite-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. **Sul21**, Porto Alegre, 25 dez. 2013o. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir et al. Câmara de Vereadores de Porto Alegre é ocupada por manifestantes. **Sul21**, Porto Alegre, 10 jul. 2013a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-vereadores-de-porto-alegre-e-ocupada-por-manifestantes/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir et al. Manifestação em Porto Alegre termina em cerco, violência e prisões. **Sul21**, Porto Alegre, 14 jun. 2013b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestacao-em-porto-alegre-termina-em-cerco-violencia-e-prisoas/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

PASINATO, Nicolás. Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/forte-aparato-policial-impede-manifestacao-contra-a-copa-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SEGUIREMOS nas ruas, promete JPT em nota sobre expulsão do Bloco de Lutas. **Sul21**, Porto Alegre, 20 set. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/seguiremos-nas-ruas-promete-jpt-em-nota-sobre-expulsao-do-bloco-de-lutas/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

VENÂNCIO, Caio. Movimento Estudantil faz manifestações com novas pautas. **Sul21**, Porto Alegre, 27 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/o-que-rolou-no-movimento-estudantil-em-2014/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

REFERÊNCIAS BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO - ZH

APÓS ato na Praça da Matriz, Porto Alegre tem noite de depredação de lojas, carros e contêineres. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 jun. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/apos-ato-na-praca-da-matriz-porto-alegre-tem-noite-de-depredacao-de-lojas-carros-e-conteineres-4183785.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015

APÓS EPTC sugerir aumento das passagens, Bloco de Luta convoca protesto em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 mar. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/transito/noticia/2014/03/apos-epct-sugerir-aumento-das-passagens-bloco-de-luta-convoca-protesto-em-porto-alegre-4456850.html>>.

ATOS como este não podem ser tolerado, afirma Fortunati sobre tumulto em frente à prefeitura. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 mar. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/atos-como-este-nao-podem-ser-tolerados-afirma-fortunati-sobre-tumulto-em-frente-a-prefeitura-4088881.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

BLOCO De Luta Pelo Transporte Público define mobilizações para esta semana. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 ago. 2013a. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/08/bloco-de-luta-pelo-transporte-publico-define-mobilizacoes-para-esta-semana-4232539.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BLOCO de Luta pelo Transporte Público divulga manifesto à população. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jul. 2013b. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/bloco-de-luta-pelo-transporte-publico-divulga-manifesto-a-populacao-4199804.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015

BLOCO de Luta pelo Transporte Público faz balanço e planeja próximas mobilizações. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 jun. 2013c. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/bloco-de-luta-pelo-transporte-publico-faz-balanco-e-planeja-proximas-mobilizacoes-4174554.html>> Acesso em: 16 fev. 2015.

BLOCO DE LUTA REALIZA novo protesto contra a Copa no Centro: Ato reúne cerca de 200 manifestantes pelas ruas da Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 jun. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/bloco-de-luta-realiza-novo-protesto-contra-a-copa-no-centro-4533830.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CIGANA, Caio. Ônibus parados e cautela elevam efeito de manifestação. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 jul. 2013. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2013/07/onibus-parados-e-cautela-elevam-efeito-de-manifestacao-4197738.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

CONTRÁRIOS ao aumento da passagem, manifestantes bloqueiam avenida na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 25 mar. 2013. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/transito/noticia/2013/03/contrarios-ao-aumento-da-passagem-manifestantes-bloqueiam-avenida-na-capital-4085538.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

COSTA, Letícia. "Com protestos agressivos, a população não conseguirá baixar o preço da passagem", diz secretário César Busatto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/com-protestos-agressivos-a-populacao-nao-conseguira-baixar-o-preco-da-passagem-diz-secretario-cezar-busatto-4088047.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

DIA 18 foi cena de ditadura militar, afirma militante do Bloco de Luta

Ativistas criticam governo do Estado por atuação da BM durante protesto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 jun. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/06/dia-18-foi-cena-de-ditadura-militar-afirma-militante-do-bloco-de-luta-4533892.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ELY, Lara. Mais um dia de protestos contra valor da passagem de ônibus em Porto Alegre.

Zero Hora, Porto Alegre, 01 ABR. 2013. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/04/mais-um-dia-de-protestos-contra-valor-da-passagem-de-onibus-em-porto-alegre-4092108.html>> Acesso em: 16 fev. 2015.

ELY, Lara. Porto Alegre será palco de protesto nacional na quinta-feira. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 maio 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/05/porto-alegre-sera-palco-de-protesto-nacional-na-quinta-feira-4500080.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ESTUDANTE da UFRGS diz que o governo de José Fortunati "virou as costas ao movimento estudantil". **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 mar. 2013. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/foi-uma-reacao-espontanea-classifica-representante-de-movimento-que-causou-tumulto-em-frente-a-prefeitura-4088799.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

ESTUDANTES e professores protestam por melhorias na educação em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 ago. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/08/estudantes-e-professores-protestam-por-melhorias-na-educacao-em-porto-alegre-4235527.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

FARINA, Erik. Vereadores encaminham proposta para desocupação da Câmara. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 jul. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/vereadores-encaminham-proposta-para-desocupacao-da-camara-4198536.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015

GRUPO de manifestantes de esquerda liderou depredação no centro de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/grupo-de-manifestantes-de-esquerda-liderou-depredacao-no-centro-de-porto-alegre-4088544.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015

MAGS, André. Bloco De Luta Tenta retomar o apoio popular em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 maio 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/05/bloco-de-luta-tenta-retomar-o-apoio-popular-em-porto-alegre-4492315.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MAGS, André. SEIBT, Taís. Mobilização contra reajuste da passagem de ônibus termina sem confrontos na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 02 abr. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/04/mobilizacao-contra-reajuste-da-passagem-de-onibus-termina-sem-confrontos-na-capital-4092813.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MANIFESTANTES contrários à Copa se reúnem em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 jun. 2014a. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/manifestantes-contrarios-a-copa-se-reunem-em-porto-alegre-4524827.html>>.

MANIFESTANTES entram em confronto com polícia em protesto contra possível reajuste de tarifa de ônibus. **Zero Hora**, Porto Alegre, 03 abr. 2014b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/04/manifestantes-entram-em-confronto-com-policia-em-protesto-contra-possivel-reajuste-de-tarifa-de-onibus-4463763.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MANIFESTANTES protestam contra o aumento da passagem de ônibus na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 abr. 2013a. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/04/manifestantes-protestam-contra-o-aumento-da-passagem-de-onibus-na-capital-4092492.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

MANIFESTANTES protestam contra a Copa do Mundo em Porto Alegre
Dois jornalistas foram feridos por estilhaços de uma bomba de efeito moral. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 jun. 2014c. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/06/manifestantes-protestam-contr-a-copa-do-mundo-em-porto-alegre-4529905.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MANIFESTANTES protestam contra o aumento das passagens no centro de Porto Alegre.

Zero Hora, Porto Alegre, 27 mar. 2013b. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/manifestantes-protestam-contr-o-aumento-das-passagens-no-centro-de-porto-alegre-4087720.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

MELO, Itamar. O que sobrou dos protestos de junho de 2013. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 out. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2014/noticia/2014/10/o-que-sobrou-dos-protestos-de-junho-de-2013-4613638.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MOREIRA, Carlos André; GERMANO, Paulo. Por dentro da Câmara ocupada. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 jul. 2013. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/por-dentro-da-camara-ocupada-4204142.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MOVIMENTO convida população para manifestação na próxima quinta-feira, 20 de fevereiro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17, fev. 2014. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2014/02/bloco-de-luta-organiza-protesto-em-dia-de-visita-de-dilma-a-porto-alegre-4422243.html>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

NA QUINTA-FEIRA passada, diversas instituições liberaram os alunos em virtude dos protestos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 jun. 2013. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/aulas-devem-ser-mantidas-em-universidades-de-porto-alegre-e-regiao-metropolitana-4179467.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

OLIVEIRA, Rosane. Vandalismo não combina com professores. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 out. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/10/rosane-de-oliveira-vandalismo-nao-combina-com-professores-4287609.html>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PELO menos 83 manifestantes foram detidos por vandalismo e saques em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 jun. 2013. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/pelo-menos-83-manifestantes-foram-detidos-por-vandalismo-e-saques-em-porto-alegre-4179896.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

PEQUENO grupo sai da rota dos manifestantes e promove depredações na Cidade Baixa, em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 jun. 2013. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/pequeno-grupo-sai-da-rota-dos-manifestantes-e-promove-depredacoes-na-cidade-baixa-em-porto-alegre-4179805.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

PEREIRA, Cledi. Manifestantes permanecem na Câmara Municipal de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 jul. 2013 Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/manifestantes-permanecem-na-camara-municipal-de-porto-alegre-4195857.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

POLÍCIA cumpre mandados em residências de ativistas do Bloco de Luta na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 out. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/10/policia-cumpre-mandados-em-residencias-de-ativistas-do-bloco-de-luta-na-capital-4287150.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PREJUDICADO pela greve dos rodoviários, Liquida Porto Alegre é prorrogado até dia 23 de fevereiro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2014/02/prejudicado-pela-greve-dos-rodoviaros-liquida-porto-alegre-e-prorrogado-ate-dia-23-de-fevereiro-4416552.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PRESIDENTE da Câmara de Porto Alegre e fotógrafo dizem ter sido agredidos por manifestantes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 jul. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/presidente-da-camara-de-porto-alegre-e-fotografo-dizem-ter-sido-agredidos-por-manifestantes-4198570.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PROTESTO contra aumento na passagem de ônibus acaba com 23 pessoas presas em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jun. 2013a. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/protesto-contr-aumento-na-passagem-de-onibus-acaba-com-23-pessoas-presas-em-porto-alegre-4169693.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

PROTESTO contra aumento na passagem de ônibus bloqueia trânsito no centro de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 fev. 2013b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/02/protesto-contr-aumento-na-passagem-de-onibus-bloqueia-transito-no-centro-de-porto-alegre-4048437.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.>. Acesso em: 16 fev. 2015.

PROTESTO deve alterar rotina no centro de Porto Alegre nesta segunda-feira. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 jun. 2013c. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/protesto-deve-alterar-rotina-no-centro-de-porto-alegre-nesta-segunda-feira-4179286.html?utm_source=Redes%2520Sociais&utm_medium=Hootsuite&utm_campaign=Hootsuite&utm_source=Redes%2520Sociais&utm_campaign=HootFacebook&utm_medium=Hootsuite>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PROTESTO por passe livre em Porto Alegre termina em pancadaria. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 ago. 2013d. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/08/protesto-por-passe-livre-em-porto-alegre-termina-em-pancadaria-4234199.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PROTESTO que começou pacífico novamente termina em vandalismo, saques e prisões em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 jun. 2013e. Disponível: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/protesto-que-comecou-pacifico-novamente-termina-em-vandalismo-saques-e-prisoas-em-porto-alegre-4180377.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

ROLLSING, Carlos. DCE da UFRGS será comandado por grupo de oposição com discurso apartidário. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 nov. 2013a. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/11/dce-da-ufrgs-sera-comandado-por-grupo-de-oposicao-com-discurso-apartidario-4342286.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ROLLSING, Carlos. Militantes do PSTU e PSOL não irão a protesto do bloco de luta nesta quarta. **Zero Hora**, Porto Alegre 17 jun. 2014a. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/militantes-do-pstu-e-psol-nao-irao-a-protesto-do-bloco-de-luta-nesta-quarta-4529147.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ROLLSING, Carlos. Quem está no comando da greve dos rodoviários de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 fev. 2014b. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/transito/noticia/2014/02/quem-esta-no-comando-da-greve-dos-rodoviaros-de-porto-alegre-4410237.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ROLLSING, Carlos: Uma causa que une grupos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 jun. 2013b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/carlos-rollsing-uma-causa-que-une-grupos-4169908.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

ROSSLING, Carlos. Violência em protestos no Rio Grande do Sul preocupa o Palácio Piratini. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 jun. 2013c. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/violencia-em-protestos-no-rio-grande-do-sul-preocupa-o-palacio-piratini-4175283.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

ROLLSING, Carlos; WAGNER, Carlos; TREZZI, Humberto. Radicais teriam aliciado criminosos para protestos de 2013 em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 fev. 2014a. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/02/radicais-teriam-aliado-criminosos-para-protestos-de-2013-em-porto-alegre-4420666.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ROLLSING, Carlos; WAGNER, Carlos; TREZZI, Humberto. Sete jovens são indiciados por formação de milícia em protestos na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 mar. 2014b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/03/sete-jovens-sao-indiciados-por-formacao-de-milicia-em-protestos-na-capital-4446063.html>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

TREZZI, Humberto. Polícia Civil indicia 60 pessoas por atos de vandalismo durante protestos em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 jul. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/policia-civil-indicia-60-pessoas-por-atos-de-vandalismo-durante-protestos-em-porto-alegre-4209364.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ROSA, Eduardo. Bloco de Luta debate o transporte público em assembleia popular em Porto Alegre **Zero Hora**, Porto Alegre, 08 abr. 2014a. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2014/04/bloco-de-luta-debate-o-transporte-publico-em-assembleia-popular-em-porto-alegre-4468864.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ROSA, Eduardo. Bloco de Luta protesta contra aumento da tarifa de ônibus no centro de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 abr. 2014b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/04/bloco-de-luta-protesta-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-no-centro-de-porto-alegre-4471142.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SAIBA o que dizem os manifestantes indiciados por supostos delitos praticados em protestos na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 mar. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/03/saiba-o-que-dizem-os-manifestantes-indiciados-por-supostos-delitos-praticados-em-protestos-na-capital-4446122.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SANTOS, Klécio. Protestos reúnem extremistas de esquerda e de direita e desafiam governo a contornar danos políticos e eleitorais. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 fev. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/02/protestos-reunem-extremistas-de-esquerda-e-de-direita-e-desafiam-governo-a-contornar-danos-politicos-e-eleitorais-4406857.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VARGAS, Bruna; ELY, Lara. Protesto contra a Copa reúne mais policiais do que manifestantes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 jun 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/06/protesto-contr-a-copa-reune-mais-policiais-do-que-manifestantes-4533861.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VANDALISMO em protesto contra o aumento das passagens causou prejuízo de R\$ 30 mil à prefeitura da Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 jun. 2013a. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/04/vandalismo-em-protesto-contr-a-aumento-das-passagens-causou-prejuizo-de-r-30-mil-a-prefeitura-da-capital-4095695.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

VANDALISMO marcou protesto em Porto Alegre contra a tarifa de ônibus. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 jun. 2013b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/vandalismo-marcou-protesto-em-porto-alegre-contr-a-tarifa-de-onibus-4169886.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

VEJA a radiografia dos inquéritos resultantes de protestos em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 09 mar. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/03/veja-a-radiografia-dos-inqueritos-resultantes-de-protestos-em-porto-alegre-4440348.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

WAGNER, Carlos. Bloco De Luta acusa governo do Estado de criminalizar movimentos sociais em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre. 02 out. 2013a. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/10/bloco-de-luta-acusa-governo-do-estado-de-criminalizar-movimentos-sociais-em-porto-alegre-4288191.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

WAGNER, Carlos. Jovens encapuzados agem violentamente durante manifestação em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 25jun. 2013b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/jovens-encapuzados-agem-violentamente-durante-manifestacao-em-porto-alegre-4180458.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

WAGNER, Carlos; SORDI, Jaqueline. Vereadores autorizam entrada de 100 manifestantes para realizar assembleia. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 jul. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/vereadores-autorizam-entrada-de-100-manifestantes-para-realizar-assembleia-4198634.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

REFERÊNCIAS DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA

FACEBOOK. **Defesa Pública da Alegria**, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/defesadaalegria>>. Acesso em: 13 fev.2015.

FACEBOOK. **Defesa Pública da Alegria**, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/defesadaalegria>>. Acesso em: 13 fev.2015.

REFERÊNCIAS DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA - SUL21

DUARTE, Rachel. Autoridades divergem sobre repressão da BM a manifestação em POA. **Sul21**, Porto Alegre, 05 out. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/autoridades-divergem-sobre-repressao-da-bm-a-manifestacao-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

FOGLIATTO, Débora. Alunos e visitantes debatem sobre ocupações como um ato político na Faculdade de Direito da UFRGS. **Sul21**, Porto Alegre, 17 maio 2014a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/alunos-e-visitantes-debatem-sobre-ocupacoes-como-um-ato-politico-na-faculdade-de-direito-da-ufrgs/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

FOGLIATTO, Débora. Governo do Rio Grande do Sul desapropria imóvel da Ocupação Sarai. **Sul21**, Porto Alegre, 04 jul. 2014b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/governo-do-rio-grande-do-sul-desapropria-imovel-da-ocupacao-sarai/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

FOGLIATTO, Débora. Moradores da Ocupação Sarai organizam atos e comemoram realização de audiência. **Sul21**, Porto Alegre, 15 abr. 2014c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/moradores-da-ocupacao-sarai-organizam-atos-e-comemoram-realizacao-de-audiencia/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

FOGLIATTO, Débora. Ocupação Sarai e Defesa Pública da Alegria realizam ato cultural de apoio à luta pela moradia. **Sul21**, Porto Alegre, 26 abr. 2014d. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ocupacao-sarai-e-defesa-publica-da-alegria-realizam-ato-cultural-de-apoio-a-luta-pela-moradia/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

MANIFESTANTES protestam em Defesa Pública da Redenção. **Sul21**, Porto Alegre, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-protestam-em-defesa-publica-da-redencao/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

MÜLLER, Iuri. Assassinados pela polícia na América Latina substituem militares nas ruas de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 03 out. 2013a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/assassinados-pela-policia-na-america-latina-substituem-militares-nas-ruas-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

MÜLLER, Iuri. Manifestantes vão às ruas contra corte de árvores em nova marcha em POA. **Sul21**, Porto Alegre, 24 maio 2015. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/em->

nova-marcha-manifestantes-gritam-nas-ruas-contra-o-corte-de-arvores/>. Acesso em: 13 fev. 2015.

MÜLLER, Iuri. Quase parada, revitalização do cais do porto ainda gera descrença. **Sul21**, Porto Alegre, 13 dez. 2013b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/projeto-de-revitalizacao-cais-porto/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Antes da repressão, alegria prevalecia em ato no Centro de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 05 out. 2012a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/antes-da-repressao-alegria-prevalecia-em-ato-no-centro-de-porto-alegre/>>. Acesso em 11 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Após eleição, Fortunati ganha força para impor seu estilo em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 01 jan. 2013a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-eleicao-fortunati-ganha-forca-para-impor-seu-estilo-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Ato desta quinta-feira em Porto Alegre será concentrado em frente ao Palácio Piratini. **Sul21**, Porto Alegre, 26 jun. 2013b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ato-desta-quinta-feira-em-porto-alegre-sera-concentrado-em-frente-ao-palacio-piratini/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Ativistas realizam marcha contra corte de árvores em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 20 maio 2013c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ativistas-realizam-marcha-contra-corte-de-arvores-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Defesa Pública da Alegria se reúne com Secretaria de Segurança do RS. **Sul21**, Porto Alegre, 07 nov. 2012b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/integrantes-do-defesa-publica-da-alegria-se-reunem-com-secretaria-de-seguranca-do-rs/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Manifestantes realizam novo protesto contra corte de árvores em POA. **Sul21**, Porto Alegre, 24 maio 2013d. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/em-nova-marcha-manifestantes-gritam-nas-ruas-contra-o-corte-de-arvores/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Manifestantes relatam ação violenta da BM em audiência em POA. **Sul21**, Porto Alegre, 30 out. 2012c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-relatam-acao-violenta-da-bm-em-audiencia-na-camara-municipal/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Manifestantes voltam à prefeitura para protestar contra repressão em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 06 out. 2012d. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-voltam-a-prefeitura-para-protestar-contra-repressao-em-porto-alegre/>> Acesso em: 12 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Manifestantes voltam ao Largo para protestar contra violência policial em POA. **Sul21**, Porto Alegre, 12 out. 2012e. Disponível em:

<<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-voltam-ao-largo-glenio-peres-para-protestar-contraviolencia-policialem-porto-alegre>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Ouvidoria finaliza nesta semana relatório sobre incidentes no Largo Glênio Peres. **Sul21**, Porto Alegre, 24 out. 2012f. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ouvidoria-finaliza-nesta-semana-relatorio-sobre-incidentes-no-largo-glenio-peres/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Protesto envolvendo Tatu-Bola segue repercutindo entre policiais e ativistas de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 16 fev. 2013e. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-envolvendo-tatu-bola-segue-repercutindo-entre-policiais-e-ativistas-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir et al. Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 05 out. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/>> . Acesso em: 12 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir et al. Operação prende manifestantes e começa a derrubar árvores no Gasômetro. **Sul21**, Porto Alegre, 29 maio 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/operacao-prende-manifestantes-e-comeca-a-derrubar-arvores-no-gasometro/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

PASINATO, Nicolás. Manifestantes se reúnem para defender alegria nas ruas de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 03 out. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-se-reunem-na-quinta-para-defender-alegria-nas-ruas-de-porto-alegre>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

RIBEIRO, Milton. Celebração, grande música e política no show de Tom Zé. **Sul21**, Porto Alegre, 04 out. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/celebracao-grande-musica-e-politica-no-show-de-tom-ze>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SEMANA cheia: árvores, agrotóxicos, Louçã, Conexões e Colômbia. **Sul21**, Porto Alegre, 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/marcha-pelas-arvores-agrotoxicos-louca-conexoes-e-colombia/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

SCHWARZ, Júlia; NATUSCH, Igor. Ouvidoria: excessos de BM e Guarda Municipal causaram conflito em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ouvidoria-excessos-de-bm-e-guarda-municipal-causaram-conflito-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

REFERÊNCIAS DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA - ZERO HORA

APÓS show do Tom Zé, manifestantes protestam contra cercamento do Araújo Vianna. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2012/10/apos-show-do-tom-ze-manifestantes-protestam-contracercamento-do-araujo-vianna-3906559.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

AZAMBUJA, Roberto. Foi uma violência que não se pode esperar de uma instituição do Estado, diz manifestante. **Zero Hora**, 05 out. 2012. Disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/foi-uma-violencia-que-nao-se-pode-esperar-de-uma-instituicao-do-estado-diz-manifestante-3907987.html>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

CONFRONTO no Largo Glênio Peres coloca em debate atuação da Brigada Militar. **Zero Hora**, Porto Alegre, 06 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/confronto-no-largo-glenio-peres-coloca-em-debate-atuacao-da-brigada-militar-3909245.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

COSTA, Letícia. Protesto na Capital termina em confronto com a polícia e ataque a mascote da Copa. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/protesto-na-capital-termina-em-confronto-com-a-policia-e-ataque-a-mascote-da-copa-3907570.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

DEFESA Pública da Alegria promove ato com shows e oficinas no Cais do Porto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 07 dez. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/12/defesa-publica-da-alegria-promove-ato-com-shows-e-oficinas-no-cais-do-porto-4357857.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

EMPRESA avalia reinstalação de mascote da Copa no centro de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/empresa-avalia-reinstalacao-de-mascote-da-copa-no-centro-de-porto-alegre-3908301.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

INTACTO, tatu-bola não volta ao Largo Glênio Peres. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/intacto-tatu-bola-nao-volta-ao-largo-glenio-peres-3915874.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MANIFESTANTES protestam contra privatizações em frente à prefeitura de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/manifestantes-protestam-contra-privatizacoes-em-frente-a-prefeitura-de-porto-alegre-3907237.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

MANIFESTANTES RETORNAM para a frente da prefeitura e criticam Brigada Militar. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05. Out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/manifestantes-retornam-para-a-frente-da-prefeitura-e-criticam-brigada-militar-3908507.html>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

PIOVESAN, Matheus. Cúpula da segurança admite conduta exagerada da BM em confusão na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 07 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/cupula-da-seguranca-admite-conduta-exagerada-da-bm-em-confusao-na-capital-3911185.html>>

POLÍCIA instaura inquérito por danos ao patrimônio público e lesões corporais ocorridos em confronto na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/policia-instaura-inquerito-por-danos-ao>>

patrimonio-publico-e-lesoes-corporais-ocorridos-em-confronto-na-capital-3908387.html>. Acesso em: 12 fev. 2014.

PORTO Alegre não receberá novo mascote da Copa do Mundo, garante Fortunati. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 out. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2012/10/porto-alegre-nao-recebera-novo-mascote-da-copa-do-mundo-garante-fortunati-3913388.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

PREFEITURA de Porto Alegre recorre à Fifa para consertar mascote da Copa depredado por manifestantes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 out. 2012. Disponível: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/prefeitura-de-porto-alegre-recorre-a-fifa-para-consertar-mascote-da-copa-depredado-por-manifestantes-3908060.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

PROTESTO chega ao Largo Zumbi dos Palmares, na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 out. 2012. Disponível: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/protesto-chega-ao-largo-zumbi-dos-palmares-na-capital-3908631.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

QUANDO há perturbação da ordem pública, a Brigada tem que reagir, diz comandante da BM. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2012/10/quando-ha-perturbacao-da-ordem-publica-a-brigada-tem-que-reagir-diz-comandante-da-bm-3907902.html>>. Acesso em 11 fev. 2015.

ROSLING, Carlos; MELO, Itamar. Ataque ao mascote é mais um capítulo de antiga briga entre grupos de jovens e prefeitura da Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 06 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/ataque-ao-mascote-e-mais-um-capitulo-de-antiga-briga-entre-grupos-de-jovens-e-prefeitura-da-capital-3909244.html>>. Acesso em:

TARSO pede que vítimas de agressão no confronto no centro de Porto Alegre façam denúncias pela Ouvidoria. **Zero Hora**, Porto Alegre, 07 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/tarso-pede-que-vitimas-de-agressao-no-confronto-no-centro-de-porto-alegre-facam-denuncias-pela-ouvidoria-3910482.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

TREZZI, Humberto; AZAMBUJA, Roberto. Boneco do mascote da Copa estaria intacto, afirma delegado. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2012/10/boneco-do-mascote-da-copa-estaria-intacto-afirma-delegado-3913504.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015-05-04

UMA semana após confronto com a Brigada Militar, manifestantes retornam ao centro de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2012/10/uma-semana-apos-confronto-com-a-brigada-militar-manifestantes-retornam-ao-centro-de-porto-alegre-3915151.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

VÍDEO: câmeras de segurança registram momentos do confronto entre Brigada Militar e manifestantes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 out. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/video-cameras-de-seguranca-registram>

momentos-do-confronto-entre-brigada-militar-e-manifestantes-3907908.html>. Acesso em: 12 fev. 2015.

REFERÊNCIAS LARGO VIVO

REFERÊNCIAS LARGO VIVO ZERO HORA

ATO em Porto Alegre tem reivindicação política, quebra-quebra e festa no Centro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 25 out. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/10/ato-em-porto-alegre-tem-reivindicacao-politica-quebra-quebra-e-festa-no-centro-4313503.html>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

FOSTER, Gustavo. eventos culturais realizados em parques e pontos urbanos refletem comportamento e consciência do uso do espaço públicos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2013/06/eventos-culturais-realizados-em-parques-e-pontos-urbanos-refletem-comportamento-e-consciencia-do-uso-do-espaco-publicos-4184342.html>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

MANIFESTAÇÃO pacífica no centro de Porto Alegre questionou dois eventos da Fifa. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/manifestacao-pacifica-no-centro-de-porto-alegre-questionou-dois-eventos-da-fifa-4170696.html>>. Acesso em 14 fev. 2015.

REFERÊNCIAS LARGO VIVO - SUL21

CARVALHO, André. Ciclistas fazem ‘farofada dos desqualificados’ contra afirmação de secretário. **Sul21**, Porto Alegre, 26 set. 2011a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ciclistas-fazem-farofada-dos-desqualificados-em-protesto-contra-afirmacao-de-secretario/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

CARVALHO, André. Pedindo uma Porto Alegre para as pessoas, surge o “Largo Vivo”. **Sul21**, Porto Alegre, 19 nov. 2011b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/pedindo-uma-porto-alegre-para-as-pessoas-manifestantes-criam-o-%E2%80%9Clargo-vivo%E2%80%9D/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

FOGLIATTO, Débora. Apoiadores e moradores da Saraí realizam Largo Vivo por ocupação de espaços urbanos. **Sul21**, Porto Alegre, 24 maio 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apoiadores-e-moradores-da-sarai-realizam-largo-vivo-por-ocupacao-de-espacos-urbanos/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Prefeitura de POA restringe atividades no Largo Glênio Peres. **Sul21**, Porto Alegre, 20 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/prefeitura-restringe-atividades-no-largo-glenio-peres/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PRESTES, Felipe. Polêmica na Cidade Baixa servirá para aperfeiçoamentos, defende Nagelstein. **Sul21**, Porto Alegre, 28 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/polemica-na-cidade-baixa-servira-para-aperfeicoamentos-defende-nagelstein/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

REFERÊNCIAS MASSA CRÍTICA

REFERÊNCIAS MASSA CRÍTICA - SUL21

AINDA o atropelamento dos ciclistas e a lei do mais forte. **Sul21**, Porto Alegre, 01 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ainda-o-atropelamento-dos-ciclistas-e-a-lei-do-mais-forte/>> Acesso em: 12 jan. 2015.

AS FOTOS da Massa Crítica durante Fórum Mundial da Bicicleta em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 26 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/as-fotos-da-massa-critica-durante-forum-mundial-da-bicicleta-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

ATROPELAMENTO coletivo, lei do mais forte e democracia. **Sul21**, Porto Alegre, 27 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/atropelamento-coletivo-lei-do-mais-forte-e-democracia/>> Acesso em: 13 jan. 2015.

ATROPELAMENTOS, punições e política de transportes. **Sul21**, Porto Alegre, 16 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/atropelamentos-punicoes-e-politica-de-transportes/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

CARLSSON, Chris. Por que as bicicletadas são subversivas. **Sul21**, Porto Alegre, 10 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/%E2%80%9Cpor-que-as-bicicletadas-sao-subversivas%E2%80%9D/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

CARVALHO, André. Audiência entre a Massa Crítica e órgãos públicos termina em consenso parcial. **Sul21**, Porto Alegre, 29 dez. 2011a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/audiencia-entre-a-massa-critica-e-orgaos-publicos-termina-em-consenso-parcial/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

CARVALHO, André. Ciclistas: EPTC não está aplicando lei do Plano Diretor Cicloviário. **Sul21**, Porto Alegre, 06 jan. 2012a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ciclistas-questionam-eptc-por-nao-aplicar-plano-diretor-ciclovuario/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

CARVALHO, André. Fórum Mundial da Bicicleta faz magrelas ganharem espaço em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 25 fev. 2012b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/forum-mundial-da-bicicleta-faz-magrelas-ganharem-espaco-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

CARVALHO, André. Massa Crítica é alvo de inquérito do MP; audiência é na quinta-feira. **Sul21**, Porto Alegre, 27 dez. 2011b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/massa-critica-e-alvo-de-inquerito-do-mp-audiencia-e-na-quinta-feira/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

CARVALHO, André. Painel reúne entusiastas da bicicleta para discutir cicloativismo. **Sul21**, Porto Alegre, 26 fev. 2012c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/painel-reune->

entusiastas-da-bicicleta-para-discutir-o-cicloativismo-como-agente-transformador/>. Acesso em: 14 jan. 2015.

CARVALHO, André. Porto Alegre sediará o 1º Fórum Mundial da Bicicleta. **Sul21**, Porto Alegre, 01 fev. 2012d. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/porto-alegre-sediara-o-1%C2%BA-forum-mundial-da-bicicleta/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

CARVALHO, André. “Veículo do século XXI será a bicicleta”, diz idealizador da Massa Crítica. **Sul21**, Porto Alegre, 03 mar. 2012e. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/%E2%80%9Cveiculo-do-seculo-xxi-sera-a-bicicleta%E2%80%9D-diz-idealizador-da-massa-critica/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CANALI, Enrico. Rosa Parks e a Massa Crítica. **Sul21**, Porto Alegre, 29 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/rosa-parks-e-a-massa-critica/>> Acesso em: 12 jan. 2015.

CICLISTAS do Brasil promovem bicicletada nacional em protesto contra violência no trânsito. **Sul21**, Porto Alegre, 05 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ciclistas-do-brasil-promovem-bicicletada-nacional-em-protesto-contraviolencia-no-transito/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

CICLISTAS protestam contra política de mobilidade de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 12 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ciclistas-protestam-contrapolitica-de-mobilidade-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

DUARTE, Rachel. Arte e afins contribuem para realização do 2º Fórum Mundial da Bicicleta em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 15 dez. 2012a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/arte-e-afins-contribuem-para-realizacao-do-2o-forum-mundial-da-bicicleta-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

DUARTE, Rachel. Dia Mundial Sem Carro alerta para o essencial na mobilidade urbana. **Sul21**, Porto Alegre, 22 jul. 2012b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/dia-mundial-sem-carro-alerta-para-o-essencial-na-mobilidade-urbana/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FELTEN, Rui. Homem que atropelou ciclistas em Porto Alegre se apresenta à Delegacia de Crimes de Trânsito. **Sul21**, Porto Alegre, 27 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/homem-que-atropelou-ciclistas-em-porto-alegre-se-apresenta-a-delegacia-de-crimes-de-transito/>> Acesso em:

FOGLIATTO, Débora. Ciclistas criticam sanção de lei que modifica Plano Cicloviário feita “sem diálogo” pela Prefeitura. **Sul21**, Porto Alegre, 05 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ciclistas-criticam-sancao-de-lei-que-modifica-plano-cicloviario-feita-sem-dialogo-pela-prefeitura/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

FOTOS: a pedalada da Massa Crítica no Fórum Mundial da Bicicleta em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 23 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/fotos-a-pedalada-da-massa-critica-no-forum-mundial-da-bicicleta/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

FOTOS: Ciclistas protestam pelas ruas de Porto Alegre após duas mortes em um dia. **Sul21**, Porto Alegre, 22 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/fotos-ciclistas->

protestam-pelas-ruas-de-porto-alegre-apos-duas-mortes-em-um-dia/ >. Acesso em: 13 jan. 2015.

LOCATELLI, Piero. Chris Carlsson, iniciador do movimento Massa Crítica: andar de bicicleta é uma decisão política. **Sul21**, Porto Alegre, 14 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/andar-de-bicicleta-e-uma-decisao-politica/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

MARQUES, Pablo. Porto Alegre 2012: A derrota política da esquerda e o novo consenso liberal. **Sul21**, Porto Alegre, 13 out. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/porto-alegre-2012-a-derrota-politica-da-esquerda-e-o-novo-consenso-liberal/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

NATUSCH, Igor. Em imagens, o protesto dos ciclistas no centro de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 02 mar. 2011a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/em-imagens-o-protesto-dos-ciclistas-no-centro-de-porto-alegre/>> Acesso em: 14 jan. 2015.

NATUSCH, Igor. Grupo de ciclistas é atropelado na região central de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 26 fev. 2011b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/grupo-de-ciclistas-e-atropelado-na-regiao-central-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

NATUSCH, Igor. Integrantes do Massa Crítica recebem ameaças pela Internet. **Sul21**, Porto Alegre, 04 mar. 2011c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/integrantes-do-massa-critica-recebem-ameacas-pela-internet/>> Acesso em: 12 jan. 2015.

NATUSCH, Igor. MP pede prisão preventiva de motorista que atropelou ciclistas em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 28 fev. 2011d. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/massa-critica-marca-protesto-contraviolencia-para-amanha-1%C2%BA-de-marco/>> Acesso em: 10 jan. 2015.

NATUSCH, Igor. Protesto contra atropelamento em massa reúne 2 mil pessoas em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 02 mar. 2011e. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-contraatropelamento-em-massa-reune-2-mil-pessoas-em-porto-alegre/>> Acesso em: 10 jan. 2015.

NATUSCH, Igor. Um mês depois de atropelamento, ciclistas e motoristas buscam convivência. **Sul21**, Porto Alegre, 25 mar. 2011f. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/um-mes-depois-de-atropelamento-ciclistas-e-motoristas-buscam-convivencia-em-porto-alegre/>> Acesso em: 10 jan. 2015

OLIVEIRA, Samir. Massa Crítica protagoniza protesto contra a impunidade da justiça à Thor Batista. **Sul21**, Porto Alegre, 29 mar. 2012a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/massa-critica-protagoniza-protesto-contraa-impunidade-de-thor-batista/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Ciclistas protestam contra projeto que altera plano diretor cicloviário de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 06 dez. 2013a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ciclistas-protestam-contraprojeto-que-altera-plano-diretor-cicloviario-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. Fórum Mundial da Bicicleta terá segunda edição em 2013. **Sul21**, Porto Alegre, 03 dez. 2012b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/forum-mundial-da-bicicleta-tera-segunda-edicao-em-2013/>>. Acesso em:

OLIVEIRA, Samir. Para cicloativista dos EUA, reduzir carros nas ruas é única opção. **Sul21**, Porto Alegre, 23 fev. 2013b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/para-cicloativista-dos-eua-reduzir-numero-de-carros-nas-ruas-e-unica-opcao/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

PASINATO, Nicolás. Câmara de Porto Alegre mantém obrigação da prefeitura investir 20% das multas de trânsito em ciclovias. **Sul21**, Porto Alegre, 14 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-porto-alegre-mantem-obrigacao-de-prefeitura-investir-20-do-que-arrecada-com-multas-de-transito-em-ciclovias/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

RIBEIRO, Bernardo Jardim. O renascimento das ruas de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 26 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/o-renascimento-das-ruas-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

SANTOS, Cristiano Lange dos. Projeto de Lei do Largo Glênio Peres: um sinal de que a democracia em Porto Alegre está a perigo. **Sul21**, Porto Alegre, 22 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/projeto-de-lei-do-largo-glenio-peres-um-sinal-de-que-a-democracia-em-porto-alegre-esta-a-perigo/>> Acesso em: 13 jan. 2015.

SANTOS, Cristiano Lange dos; SGARBOSSA, Marcelo. A Criminalização da Massa Crítica: mais uma tentativa de desmobilização dos movimentos sociais no Brasil. **Sul21**, Porto Alegre, 05 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/a-criminalizacao-da-massa-critica-mais-uma-tentativa-de-desmobilizacao-dos-movimentos-sociais-no-brasil/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SELL, Adeli. Respeito aos ciclistas. **Sul21**, Porto Alegre, 02 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/respeito-aos-ciclistas/>> Acesso em: 13 jan. 2015.

TAXISTA atropela grupo de ciclistas durante pedalada em Buenos Aires. **Sul21**, Porto Alegre, 28 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/taxista-atropela-grupo-de-ciclistas-durante-pedalada-em-buenos-aires/>>. Acesso em: 14 jan. 2015

VILLAVARDE, Adão. Sem diálogo, sem espaço público e sem gestão. **Sul21**, Porto Alegre, 26 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/sem-dialogo-sem-espaco-publico-e-sem-gestao/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

REFERÊNCIAS MASSA CRÍTICA - ZERO HORA

CICLISTAS pedalam nus em Porto Alegre para pedir mais respeito no trânsito. **Zero Hora**, Porto Alegre, 09 mar. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/ciclistas-pedalam-nus-em-porto-alegre-para-pedir-mais-respeito-no-transito-4069472.html>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

CAMPOS, Poti. Ferreira foi conhecer a ciclovia. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 fev. 2009.

Disponível em:

<<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer,getBlog&uf=1&local=1&template=3948.dwt§ion=Blogs&post=154047&blog=635&coldir=1&topo=3994.dwt>>. Acesso em: 07 fev.2015.

ELY, Lara. Desenvolvimento voltado para pessoas é caminho sem volta para centros urbanos.

Zero Hora, Porto Alegre, 20 jul. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/noticia/2013/07/desenvolvimento-voltado-para-pessoas-e-caminho-sem-volta-para-centros-urbanos-4205871.html>>. Acesso em 07 fev. 2015.

SAIBA como viajar e a programação das festas de fim de ano pelo estado. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 dez. 2011. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/verao/noticia/2011/12/saiba-como-viajar-e-a-programacao-das-festas-de-fim-de-ano-pelo-estado-3616408.html>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

SEIBT, Taís. Ciclismo conquista cada vez mais adeptos em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 06 abr. 2013. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/04/ciclismo-conquista-cada-vez-mais-adeptos-em-porto-alegre-4097421.html>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

VÍDEO: imagens de câmeras de monitoramento da EPTC mostram manifestação do Massa Crítica na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 dez. 2011. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/12/video-imagens-de-cameras-de-monitoramento-da-epct-mostram-manifestacao-do-massa-critica-na-capital-3609070.html>>. Acesso em: 07 fev. 2015

REFERÊNCIAS VAGA VIVA

REFERÊNCIAS VAGA VIVA – ZERO HORA

ALUNOS de Arquitetura da UFRGS buscam câmeras da rua para apurar roubo de estrutura criada por eles. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 out. 2014. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/10/alunos-de-arquitetura-da-ufrgs-buscam-cameras-da-rua-para-apurar-roubo-de-estrutura-criada-por-eles-4629862.html>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

DESAPARECE estrutura de madeira instalada em frente à Faculdade de Arquitetura da UFRGS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 out. 2014. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/10/desaparece-estrutura-de-madeira-instalada-em-frente-a-faculdade-de-arquitetura-da-ufrgs-4629381.html>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

GIACOMELLI, Ana Karina. Encontrado parklet que desapareceu da frente da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 out. 2014. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/10/encontrado-parklet-que-desapareceu-da-frente-da-faculdade-de-arquitetura-da-ufrgs-4631320.html>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

MAGS, André. Estudantes da UFRGS instalam parklet em frente a faculdade de arquitetura. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 out. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/10/estudantes-da-ufrgs-instalam-parklet-em-frente-a-faculdade-de-arquitetura-4628272.html>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

VARGAS, Bruna. No Dia da Ideia, especialistas propõem sete soluções para Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 maio 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/05/no-dia-da-ideia-especialistas-propoem-sete-solucoes-para-porto-alegre-4506607.html>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

REFERÊNCIAS VAGA VIVA - SUL21

MORENA, Fernanda. Porto-alegrenses querem transformar mais ruas em área de lazer. **Sul21**, Porto Alegre, 6 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/porto-alegrenses-querem-transformar-mais-ruas-em-area-de-lazer/>>. Acesso em: 14 fev. 2015

ANEXO I - DISCURSOS DE MANIFESTAÇÕES DE DISPUTA SIMBÓLICA

Após uma primeira rodada de análise dos textos foi possível verificar uma cobertura jornalística distinta para os eventos analisados de acordo com as táticas nas quais os movimentos estruturam o protesto. Embora constatado que todos os atores possuem um objetivo de posicionamento político com relação à disputa do espaço público, a tática de ação e o número de pessoas envolvidas proporcionam dimensões distintas a cada um dos grupos, fazendo com que o acompanhamento pela mídia seja proporcional à intensidade dos atos.

A relação entre os protestos e sua repercussão nos meios de comunicação torna-se, assim, retroalimentadora visto que com uma maior divulgação dos atos e conflitos mais pessoas tomam conhecimento do ocorrido e passam a participar das próximas ações, aumentando o contingente e, por conseguinte, a repercussão tanto social quanto midiática. Dividiu-se, então, a pesquisa em dois capítulos através do enfoque jornalístico apresentado, sendo neste capítulo analisadas as manifestações de disputa simbólica e no seguinte as voltadas para conflitos políticos estratégicos.

Classificaram-se como manifestações de disputa simbólica os atos organizados por movimentos que apresentam a disputa pelo espaço público realizada a partir da própria ocupação do espaço, sem enfrentamento político direto, sendo os atos compostos por atividades de lazer e/ou culturais. Estes, portanto, praticam uma disputa voltada ao campo ideológico, representada através da própria ação, não realizando manifestações no sentido de um confronto direto com as autoridades.

O segundo grupo, analisado no capítulo seguinte, é composto por manifestações com conflitos políticos estruturados visando pressionar os governos executivos municipais e estaduais por políticas públicas. São explicitadas as entidades que compõem os movimentos, formadas por movimentos sociais, partidos políticos e grupos ideológicos. Através de ações incisivas o confronto com a política passa a ser iminente e os protestos são marcados, especialmente pela mídia, por atos de violência. Como já explicitado, a partir da grande repercussão de alguns atos, estes movimentos ganham mais visibilidade do que os primeiros.

Neste capítulo serão analisados os movimentos Massa Crítica, Vaga Viva e Largo Vivo a partir da estruturação dos eventos realizado pelos movimentos para, a seguir, realizar uma análise de discurso a partir dos veículos selecionados. Salienta-se que embora os protestos analisados nesta parte sejam estruturados a partir do simbolismo e objetivo dos atos, todos apresentam em algum momento conflitos, não obstante considerou-se que estes são

casos isolados dentro da conjuntura do movimento, uma vez que não foram premeditados como tática de ação.

1 MASSA CRÍTICA

Aqui se apresentará o evento pela perspectiva dos coletivos que o organizam. A articulação do movimento dá-se pela sua periodicidade, ocorrendo mundialmente na última sexta-feira de cada mês. Devido a esta forma de organização, não são realizados convocações para cada pedalada, somente para algumas. A página do grupo de Porto Alegre no Facebook tem 7.032 curtidas²⁷ e tem a seguinte descrição: “Pedale todo dia, celebre todo mês! Toda última sexta-feira do mês. Concentração no Largo Zumbi dos Palmares (EPATUR) a partir das 18h15”. Através da página é divulgado o *blog* oficial do coletivo além de serem divulgados os eventos e as notícias sobre ele e sobre o cicloativismo e eventos relacionados a um uso mais consciente e sustentável da cidade. Nem todos os meses eventos de chamamento do Facebook são criados e, na sua existência, nem todos são originados a partir da página, encontrando-se alguns idealizados por pessoas independentes. Existe também um grupo, com objetivo de debate e articulação, nesta rede social. Este é intitulado “Massa Crítica – Porto Alegre”, sendo um grupo público (ou seja, aberto a quem quiser participar) que conta atualmente com 6.163 membros²⁸. Além de informações desta rede social, os dados e informações também foram obtidos em sites e blogs de coletivos, bem como no site Wikipédia, uma enciclopédia colaborativa da internet.

A Massa Crítica é uma manifestação mundial que consiste na ocupação das ruas por ciclistas para reivindicar o incentivo do uso da bicicleta e outros modais de propulsão humana. Ocorre em mais de 300 cidades do mundo a fim de criar um contraponto e um questionamento aos modais de transporte utilizados na cidade, em especial, explicitando um questionamento à utilização do automóvel (MASSA CRÍTICA POA, 2015). De acordo com o *blog* do movimento em Porto Alegre:

Muitos dizem que a bicicleta no trânsito é quase que uma metáfora à fragilidade e impotência de um indivíduo frente à oposição violenta de governos, corporações e outros sistemas de repressão. A Massa Crítica então serve para nos mostrar que quando nos juntamos e apoiamos uns aos outros,

²⁷ Na data de 20/02/2015, pesquisa do autor.

²⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/massacriticapoars>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

podemos fazer frente à qualquer oposição. (MASSA CRÍTICA POA, 2015)²⁹

O texto acima apresenta o movimento como uma forma de oposição e pressão às políticas públicas, sendo um elemento de articulação neste sentido. Encontra-se também no *blog* que “a Massa Crítica é uma celebração da bicicleta como meio de transporte” e que “é somente um bando de ciclistas andando por aí juntos, indo de um lugar ao outro”, passando a imagem de um movimento voltado ao lazer, com clima de descontração, sem enfoque estritamente político (MASSA CRÍTICA POA, 2015).

Em inglês o evento denomina-se denominado *Critical Mass* e em alguns lugares também é conhecido como Bicletada. O evento surgiu “em Setembro de 1992 em São Francisco como um modo de unir esses vários povos em uma retomada festiva do espaço público” (MASSA CRÍTICA POA, 2015). Ideologicamente o evento tem origem anarquista e é associado às ideias dos movimentos ambientais. A relação com o anarquismo dá-se em especial pela tática adotada, que visa à contestação através “dos princípios da ação direta, criando um espaço público onde os automóveis são substituídos por meios de transporte movidos à propulsão humana” (WIKIPÉDIA; 2015³⁰).

O tom dado ao evento, no entanto, não é de protesto, sendo que o que impera é a reunião de pessoas para realizar atividade física e a diversão, sendo os eventos geralmente bem descontraídos e permeados por cânticos como: “mais amor, menos motor”, “bicicleta: um carro a menos”, “mais adrenalina, menos gasolina” e “bi-ci-cle-ta” e frases como “não estamos atrapalhando o trânsito, nós somos o trânsito” (WIKIPÉDIA; 2015). A maior parte dos cânticos verifica em especial uma exaltação à figura da bicicleta e a explicitação da oposição do movimento com a crescente utilização do automóvel. Segundo o *blog* “a Massa Crítica é uma celebração para quebrar a monotonia, mecanicidade e agressividade do trânsito urbano, levando alegria e outros elementos mais humanos – braços, pernas e rostos – ao asfalto.” A frase evidencia o mote do grupo, associado ao seu nome, que é justamente a relação do uso consciente da cidade.

No site bicicletada.org listam-se 96 cidades brasileiras em 24 estados do país, sendo que destes destacam-se em número de cidades os estados de São Paulo (30), Minas Gerais (10), Paraná (10), Rio de Janeiro (9), Santa Catarina (7) e Rio Grande do Sul (6). Para o site, a Bicletada é inspirada no evento Massa Crítica, e faz referência ao movimento através da

²⁹ Disponível em: <<https://massacriticapoa.wordpress.com/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

³⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Massa_Cr%C3%ADtica_%28evento%29>. Acesso em: 04 fev. 2015.

página da Wikipédia aqui abordada (BICICLETADA, 2015)³¹. Mesmo havendo uma ideologia determinada na origem do movimento os participantes comparecem por distintos motivos, sendo apontados neste site alguns dos objetivos da ação: a) pedalar; b) divulgar, estimular, promover e criar condições favoráveis para o uso da bicicleta como meio de transporte; c) Integrar os ciclistas da cidade e valorizar a cultura da bicicleta; e d) conscientizar os usuários dos meios de transporte motorizados da importância da bicicleta para aliviar os congestionamentos. A proposta apresentada é “celebrar a ocupação das ruas, festejar e fomentar a harmonia no espaço que é de todos. Harmonia, alegria e celebração são as palavras de ordem” (BICICLETADA, 2015). Em suma, trata-se de “um movimento para mudanças baseado na reivindicação do espaço público e na construção de uma comunidade humana, aberta a pessoas de todas as partes do espectro social e político” (MASSA CRÍTICA POA, 2015).

Com relação a organização destaca-se que o movimento não possui lideranças ou qualquer forma de estrutura hierárquica, sendo constante a busca de horizontalidade e auto-organização. Assim não há qualquer controle sobre a forma e o tema da manifestação, sendo assim conhecida no movimento mundial como uma “consciência organizada” (MASSA CRÍTICA POA, 2015), de modo que até o itinerário é deliberado no momento do evento. O único elemento previamente acordado é o local e o horário, que são mantidos padronizados em cada cidade (MASSA CRÍTICA POA, 2015). Esta característica diferencia este dos demais analisados, por permitir que ele torne-se um evento cotidiano, não sendo necessário divulgação ou chamamento de público.

Uma tática que explicita bem a forma de organização é a da rolhagem, difundida em inglês como *corking*, que consiste no bloqueio de vias transversais ao sentido que o grupo está pedalando, realizado por pessoas que bloqueiam a via com seus corpos e bicicletas. Não há um indicativo de quantas pessoas, quais pessoas e de que forma este bloqueio é realizado, sendo a participação voluntária. Muitas das pessoas que passam agradecem às pessoas que se dispuseram, numa evidência de consciência da importância dos bloqueios para a segurança do protesto. Através desta tática, o movimento anda agrupado, pois cruza semáforos e cruzamentos (MASSA CRÍTICA POA, 2015).

Outras táticas são divulgadas no site do movimento em Porto Alegre explicitando um incentivo a criação de eventos em outras cidades. (MASSA CRÍTICA POA, 2015). Destas-

³¹ Disponível e: <<http://bicicletada.org>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

destaca-se: a) local e horário de encontro constante; b) variar o trajeto todo mês para deixar o movimento dinâmico e atingir um maior número de pessoas; c) dar preferência a percursos em “área comercial, onde gritos e berros ecoam em edifícios altos, e onde há um grande número de motoristas e transeuntes com os quais interagir”; d) Não existe ninguém responsável, sendo “as ideias espalhadas, trajetos compartilhados e o consenso buscado”; e) manter a densidade, a fim de “formar uma massa de ciclistas tão densa e compacta que simplesmente desloca os carros”, tática dita como “vital para garantir segurança”; e) a rolhagem, “especialmente eficiente se a rolha escolher uma abordagem amigável, não antagonizando os motoristas, até mesmo segurando placas que dizem ‘Obrigado por esperar’ e ‘Buzine se você gosta de bicicletas!’”; f) Sinais vermelhos, mantendo atenção para ver se é o momento de parar para aumentar a densidade ou avançar, utilizando-se da rolhagem. (MASSA CRÍTICA POA, 2015).

As táticas acima refletem a ideia do movimento de horizontalidade e autogestão, mantendo algumas atitudes padronizadas a fim de manter o protesto com segurança. Verifica-se que há uma orientação de como proceder com questões de comunicação (incentivando a conversa com motoristas e a elaboração de cartazes) e no atendimento ou não dos sinais de trânsito. Os momentos em que o grupo defende infringir alguma lei de trânsito são apontados como necessários para a segurança e organização do movimento, de modo que o mesmo não fique fragmentado e, coeso, mantenha o trânsito de veículos obstruído por um tempo menos.

Além dos eventos mensais há alguns excepcionais que ganham destaque tanto de divulgação como de repercussão, em geral associados a conflitos ou a políticas públicas específicas. Mesmo com uma organização e divulgação visando de gerar um protesto mais lúdico e não agressivo, alguns conflitos foram registrados. Em 1997 em São Francisco o prefeito da cidade declarou-se contra o movimento após ficar preso em um engarrafamento decorrente do protesto, manifestando-se na imprensa e solicitando a prisão dos manifestantes envolvidos. Em 2004, Nova Iorque foi protagonista em diversas ações judiciais contra o Massa Crítica, sendo que um juiz chegou a determinar a uma ordem judicial contra o movimento, classificando-o como um evento político, sob a alegação de que este deveria comunicar a sua rota às autoridades previamente. A mesma questão de aviso de itinerário foi o tema originador de conflitos no ano de 2005 em Londres. Em 2008 São Paulo organizou um protesto que trafegava por uma rodovia até a cidade de Santos. A circulação de bicicletas na rodovia não permitida pela empresa de concessão, o que era o alvo da manifestação. O último evento com conflito registrado foi o atropelamento de ciclistas que participavam de uma Massa Crítica na cidade de Porto Alegre. Um homem, alegando ter ficado transtornado com a

grande quantidade de bicicletas ao redor de seu carro, acelerou bruscamente o veículo atropelando cerca de 20 pessoas e fugindo do local sem prestar socorro. Esta manifestação de violência gerou grande repercussão e ficou conhecido pela frase “não foi acidente”. O motorista foi identificado e confessou o ato, alegando legítima defesa e este processo segue em tramitação judicial até a presente data (WIKIPÉDIA; 2015). Assim, anualmente o fato é lembrado em uma massa crítica na data de seu aniversário ou próxima a ela, reunindo milhares de pessoas³².

Analisando o discurso dos manifestantes a partir de edições do Massa Crítica divulgadas pelo Facebook entre 2011 e 2014 é possível verificar temas para algumas edições, em especial com críticas relacionadas ao Plano Diretor Ciclovitário e a impunidade no caso do episódio de atropelamento dos ciclistas. A crítica ao plano é apresentada ao menos em dois eventos, sendo o primeiro em 26/12/2012, que destaca que “a população repudia a tentativa de ‘Inconstitucionalidade’ da destinação de 20% das multas ao Plano Diretor Ciclovitário”³³ e outro em 29/11/2013 que é elaborado para dar visibilidade a um ato de ciclistas “contra a mutilação do Plano Ciclovitário”³⁴, previsto para a semana seguinte. Além disso, o último evento também apresenta a chamada “a Massa vai ser grande, mas QUINTA VAI SER MAIOR!”, em que a frase grifada insere-se no contexto das manifestações organizadas pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público que ocorriam naquele período. A relação com o Bloco fica explicitada em ato seguinte, onde a descrição traz: “vamos unir forças com o Bloco de Luta, com os rodoviários e lutar juntos por uma cidade mais humana, um trânsito mais gentil, democrático, acessível e por melhores condições para todxs!”³⁵. O texto ainda traz a proposta da Massa ser finalizada na Prefeitura Municipal, onde encontraria o protesto contra o aumento do valor da passagem organizado pelo outro movimento e, de lá, acompanhar a manifestação durante seu trajeto, salientando: “nossa luta é a mesma! Mais ônibus significa menos carros circulando nas ruas e mais espaço para as pessoas”³⁶. Outro destaque do texto é a utilização da letra xis no lugar da vogal que determina o gênero da palavra (“todxs”), bastante utilizada em outros movimentos.

Outro evento emblemático para a cidade foi sediar o 1º Fórum Mundial das Bicycletas, ocorrido em fevereiro de 2013, no qual participou um dos fundadores do movimento. No

³² Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/174766275959125/?ref=14>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

³³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/106520722840156/?ref=14>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

³⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/356085297864462/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

³⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/466519446793271/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

³⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/466519446793271/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

evento foi realizada uma grande pedalada pela cidade, com maior divulgação e organização que as demais, associada ao atropelamento dos ciclistas. A marcha reuniu mais de duas mil pessoas pelas ruas da cidade, conforme divulgado em evento posterior, que propunha “sonhar com uma próxima Massa, mesmo não vinculada a qualquer outro evento oficial, com mais de MIL participantes”³⁷. Dias após o aniversário de dois anos do atropelamento uma marcha voltou a reunir mais de duas mil pessoas na cidade partindo do Largo Zumbi dos Palmares, passando pelo local do acidente e se dirigindo até a Prefeitura Municipal. No mesmo dia ocorreu uma Massa Crítica de apoio ao caso em São Paulo. Outros eventos próximos foram associados ao atropelamento nas cidades de Aracajú, Brasília, Bogotá, Buenos Aires, Curitiba, Maceió, Belo Horizonte, Natal, Pelotas, Recife, Rio de Janeiro, Rio Grande, Salvador e Santiago data (WIKIPÉDIA; 2015).

A violência no trânsito contra ciclistas tornou-se uma das agendas do grupo em Porto Alegre. Assim, quando é noticiado o atropelamento de um ciclista na cidade a Massa Crítica seguinte tem atividade denominada de *Ghost Bike*, e realiza um percurso que passa pelo local do acidente onde deixa uma bicicleta pintada de branco presa a um local de visibilidade (WIKIPÉDIA; 2015). Um destes eventos, inclusive, divulga previamente uma sugestão de trajeto, o que é incomum no movimento³⁸. Este mesmo evento no Facebook traz ainda críticas a políticas públicas realizadas, criticadas por dar prioridades ao carro. Outro é ainda mais enfático neste sentido, trazendo que o prefeito “enche a cidade de viadutos e asfalto, ao custo de vidas e milhares de árvores”, fazendo referência a retirada de árvores para ampliação de pistas de rolagem, mote de diversos atos organizados pelo Defesa Pública da Alegria.

Além destes temas apresentados nos textos de descrição dos atos nas convocações, o assunto que mais aparece neste é a dita impunidade com relação ao motorista que atropelou os ciclistas. Este é tratado em ao menos quatro edições, com destaque para a exigência de “um trânsito mais humano e uma cidade para as pessoas, [...] punições rígidas ao monstrosista e a todxs outrxs motoristas que utilizam o carro de forma irresponsável (como uma arma)”³⁹. Deste texto salientam-se as reivindicações apresentadas como exigências, explicitando os objetivos do grupo e a palavra “monstrosistas”, fazendo a associação de alguns motoristas com monstros e associando os veículos a armas de fogo. Um ano após o episódio, outro evento reitera as críticas: “Um ano se passou e Ricardo Neis ainda não pagou pelo seu crime.

³⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/330068753706627/?ref=14>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

³⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/529746427058856/?ref=14>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

³⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/139217762812422/?ref=14>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

Um ano se passou e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre ainda não fez nada, não investiu um único centavo para garantir a segurança dos ciclistas”. Neste, como em grande parte dos discursos do movimento, verifica-se uma crítica direta ao prefeito da cidade, responsabilizado pela falta de investimento em políticas públicas voltadas às bicicletas. Outros eventos possuem descrição sem críticas explícitas, apenas chamando as pessoas para o evento (“Vamos mais uma vez encher as ruas de alegria!”⁴⁰).

Assim, verifica-se a forma como a manifestação é estruturada a partir dos manifestantes, que caracterizam o movimento ora como político no sentido de criar uma oposição a ações (ou a falta delas) relacionadas ao cicloativismo e a obras na cidade que privilegiam a utilização do automóvel⁴¹, ora como uma ação festiva de celebração e incentivo ao uso da bicicleta (MASSA CRÍTICA POA, 2015). Com relação às espacialidades, destaca-se que o local mais difundido é o Largo Zumbi dos Palmares, ponto de partida dos protestos. É citada também a Cidade da Bicicleta como local de reunião. Em postagens do Facebook e nos *blogs*, verificaram-se menções ao Túnel da Conceição, um dos principais acessos da cidade. Encontraram-se relatos de que participantes clamam nos atos pela passagem através do túnel, sendo um local tradicional do percurso⁴², registrado em comentários e vídeos.

1.1 A MASSA CRÍTICA PARA O JORNAL ZERO HORA

A primeira matéria localizada no site refere-se à quinta edição do evento Massa Crítica, datada de fevereiro de 2009, sendo que nas páginas dos coletivos não se encontrou a data de origem do evento em Porto Alegre. Presume-se então, pelas características de evento mensal, que sua origem tenha sido em 31/10/2008, embora não se saiba se naquele momento os eventos já tinham periodicidade fixa. Na notícia constam informações sobre sua origem e conceito do movimento, sendo uma matéria informativa e sintética, sem enfoque direto no movimento, tendo como tema central a opinião sobre um novo trecho de ciclovia na cidade. Outra informação interessante é a “concentração em frente à prefeitura de Porto Alegre”, informação também não obtida pelos sites de organização do movimento, que sempre divulgaram como ponto de partida o Largo Zumbi dos Palmares.

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/375407672524678/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

⁴¹ <https://www.facebook.com/events/138516336329234/?ref=14>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

⁴² Disponível em: <<http://coletivocatarse.blogspot.com.br/2012/02/catarse-tunel-massa.html>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

Verificou-se um grande hiato sem matérias sobre o assunto, sendo somente retomado a partir de 2011, ano do conflito que envolveu o atropelamento dos ciclistas. A partir deste momento foram encontradas diversas matérias que abordam o assunto, dando enfoque especial ao processo jurídico sobre a prisão e o indiciamento do motorista, nas quais faz apenas referência ao evento, sem abordá-lo com ênfase. A primeira matéria apresenta os dados do atropelamento, inclusive com um infográfico que apresenta o evento com algumas observações sobre o itinerário da Massa Crítica. Em matéria posterior ao incidente o jornal afirma que, “segundo o diretor-presidente da EPTC⁴³, [...] as imagens captadas pelas câmeras da empresa mostram ocorrências ‘radicais’ em que ciclistas levantariam bicicletas com menção de atirá-las nos carros, enquanto outros desferem tapas nos veículos” A seguir o jornal posiciona-se sobre o vídeo apresentado na matéria: “Zero Hora assistiu a vídeos fornecidos pela EPTC, mas não constatou agressividade por parte dos ciclistas”. (VÍDEO..., 2011).

Trata-se da primeira matéria sobre o tema em que há posicionamento da ZH que, ao invés de limitar-se a ouvir e noticiar a palavra do representante do governo e apresentar o vídeo, averiguou a informação e posicionou-se de forma contrária à afirmação. Na mesma matéria o veículo aponta que a principal discussão era sobre a informação prévia do itinerário –que passou a ser exigida pelas autoridades locais- e que a EPTC passou a acompanhar por motos e, após críticas dos ciclistas sobre o uso das motos solicitando acompanhamento não motorizado (VÍDEO..., 2011)

Em outra matéria, que aborda diretamente o tema do cicloativismo na capital a mídia entrevista um ciclista que afirma que “Infelizmente, precisou daquele episódio para o ciclista se tornar mais visível na cidade” e que “para quem está inseguro, as pedaladas coletivas ajudam a criar coragem.” (SEIBT, 2013). Destaca-se aí que o veículo passou a noticiar mais sobre o tema após o ocorrido, em geral abordando o caso do atropelamento. A matéria ainda traz de forma informativa, sem posicionamento, o debate sobre o Plano Diretor Cicloviário da capital, os recursos para as ciclovias e a manutenção das existentes. No início da fala sobre o Plano, o veículo apresenta que “apesar de ter ficado mais em foco após o atropelamento coletivo de 2011, o cicloativismo em Porto Alegre já somava pequenas conquistas desde 2009, quando o Plano Diretor Cicloviário foi aprovado”(SEIBT, 2013). Além destas, se encontrou diversas reportagens que citam o evento trazendo algumas de suas características

⁴³ Empresa Pública de Transporte e Circulação, de caráter municipal.

sem aprofundamento, como em matéria sobre o trânsito: “entre o final da tarde e o início da noite de hoje, ocorre o evento Massa Crítica, no qual ciclistas percorrem um itinerário não informado pela Capital, com impacto no trânsito de carros”. (SAIBA..., 2011).

Além dos temas já abordados, Zero Hora ainda enfoca para eventos maiores ou mais curiosos, como o 1º Fórum Mundial das Bicicletas, associando o conceito do evento ao do movimento. Também divulga diversas edições da “Pedalada Pelada de Porto Alegre”, evento mundialmente conhecido como *World Naked Bike Ride*, baseada na ideia de “Mostrar a fragilidade de seus corpos e pedir mais respeito no trânsito” (CICLISTAS..., 2013).

Em uma matéria sobre cidades Mais Humanas o jornal apresenta resumidamente o evento:

Centenas de ciclistas se reúnem para pedalar e criar um contraponto à cultura do carro. A bicicleta serve como um símbolo nesta celebração que ocorre em mais de 300 cidades ao redor do mundo. Organizado pelas redes sociais e sem líderes formais, o encontro ocorre nas últimas sextas-feiras de cada mês. (ELY, 2013).

As informações divulgadas supra são básicas, apenas destacando-se a quantificação de ativistas em “centenas” a fim de informar a dimensão ao evento. Destaca-se uma matéria, na coluna Opinião, redigida pelo diretor-presidente da EPTC falando sobre o uso da bicicleta. Ele apresenta os dados do crescente número de quilômetros de ciclovia na cidade a ponta um aumento de 1400% no investimento. Salienta-se aqui que o critério utilizado foi diferente, visto que o primeiro dado é em quilômetros e o segundo em investimento, em reais. Além disso, apresenta dados sobre o aumento do uso das bicicletas (expresso através do sistema *BikePoa*, sistema em que usuários cadastrados podem pegar e devolver bicicletas em terminais específicos) e redução no número total de acidentes envolvendo ciclistas. A matéria afirma que estes números demonstram “que a bicicleta se tornou uma alternativa real de deslocamentos diários, não somente uma opção de lazer” (ELY, 2013). Salienta-se que se trata de uma opinião externa ao veículo, destacando-se por dar visibilidade a um governante e pela afirmação deste, a partir de dados, da importância do ciclismo como modal de transporte.

As espacializações do movimento não são realizadas com frequência pelo veículo, sendo apenas encontradas referências sobre o ponto de partida (inicialmente a Prefeitura Municipal e posteriormente o Largo Zumbi dos Palmares) e um grande número de matérias com destaque para o local do incidente do atropelamento. Além destas, uma matéria apresenta como itinerário rotineiro os bairros Centro e Moinhos de Vento, sem citar o bairro Cidade

Baixa, embora cite o local de partida e a sequência pela Rua José do Patrocínio, ambos locais situados no bairro.

1.2 A MASSA CRÍTICA PARA O JORNAL SUL21

Foi encontrado um número expressivo de matérias sobre o tema da Massa Crítica pelo Sul21. Muitas delas abordam temas tangenciais do evento, como os acontecimentos jurídicos no caso do atropelamento e divulgações e repercussões a respeito das edições do Fórum Mundial das Bicicletas.

A primeira notícia sobre o evento encontrada foi a do caso do atropelamento. Isto significa que em seus primeiros nove meses de existência o jornal não abordou o assunto, mesmo o evento já sendo acompanhado por algumas centenas de pessoas. A matéria foi redigida na noite do acontecimento e apresenta uma posição do sujeito associada ao manifestante, como se o jornalista estivesse participando do evento (o que não fica explícito na matéria). O texto inicia citando dados do atropelamento (local e hora) e caracteriza brevemente o movimento: “as vítimas, cerca de 15, são ciclistas ligados ao movimento Massa Crítica, que reúne pessoas para pedalar pelas principais ruas da capital gaúcha”. A descrição do movimento é acanhada para uma primeira matéria, sem trazer informações suficientes para quem não o conhece. A matéria apresenta depoimentos de testemunhas, através de vídeo divulgado pelo site oficial do Massa Crítica na cidade, além de um vídeo do momento do acidente, classificado como “forte”. A chamada para o depoimento é: “abaixo, vídeo publicado no *blog* do Movimento, com depoimentos de testemunhas do atropelamento criminoso”. Verifica-se que o termo “premeditado” foi explicitado, mesmo que tachado e substituído pelo adjetivo criminoso, que também manifesta juízo de valor sobre o incidente. Nesta primeira matéria há elementos que evidenciam a proximidade ideológica do veículo com o evento: a) a citação do nome do evento Massa Crítica é um *hiperlink* que direciona ao *blog* oficial do movimento; b) busca explicitar a visão do manifestante através de vídeos produzidos por eles; c) emite juízo de valor com relação ao atropelamento.

Na semana seguinte ao atropelamento o Sul21 noticiou dez matérias sobre o caso, falando sobre as medidas tomadas pela polícia e pelo judiciário com relação ao motorista. A maioria apenas cita o movimento com breve descrição. Destas duas destacam-se por serem opiniões editoriais. A primeira, intitulada “Atropelamento coletivo, lei do mais forte e democracia”, é publicada dois dias após o fato, a mídia defende os direitos de igualdade, tanto no trânsito quanto sociais dando ênfase às “regras que regulam as ações, que limitam os fortes

e protegem os fracos.” (ATROPELAMENTO..., 2011), além de enfatizar a posição política do movimento:

Por constituirmos, ainda, uma sociedade violenta e incivilizada, o passeio ciclístico realizado todas as últimas sextas-feiras da cada mês pelos integrantes do Massa Crítica assume significado político. Ao pedalar em grupo pela cidade, realizam também um ato de contestação à prioridade concedida aos carros e aos meios de transporte motorizados e individualizados. (ATROPELAMENTO..., 2011).

Este é o primeiro momento de melhor definição do que é o evento, adjetivando-o como corajoso e ousado, utilizando-se de ironia: “como pode ousar, um grupo de ciclistas montados em frágeis veículos contestar a supremacia e a força de um automóvel? Melhor eliminá-los logo, enquanto ainda são poucos e fracos” (ATROPELAMENTO..., 2011). A seguir, no entanto critica o movimento, argumentando que ele: “errou ao não requisitar a proteção da EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação) ou mesmo da Brigada Militar para acompanhar seu passeio” e que “a via pública não deve e não pode ser tomada pelos ciclistas, como ocorreu”, alegando que mesmo atos de protesto devem se submeter às regras e leis vigentes (ATROPELAMENTO..., 2011).

O outro editorial foi publicado dois dias após o anterior e intitula-se “Ainda o atropelamento dos ciclistas e a lei do mais forte” (AINDA..., 2011). Nele, o editorial repercute as críticas recebidas à primeira matéria por recriminar o movimento, o que foi interpretado como uma culpabilização da vítima por alguns. Aí a matéria explicita um dos comentários de leitores quase literalmente, quando este esclarece que não se trata de um protesto, mas de um passeio ciclístico de cunho de conscientização, sendo o fechamento da via para a própria segurança dos ciclistas. No mesmo sentido, outro comentário afirma “nós não atrapalhamos o trânsito, nós SOMOS o trânsito” (AINDA..., 2011, grifos do autor), evidenciando um dos discursos do movimento. Através de seu discurso o jornal interpreta que estas afirmações são de integrantes do Massa Crítica e se abstêm da discussão se era um passeio ou um protesto, expressando a opinião do jornal sobre o comentário do outro leitor: “todos são o trânsito. Não apenas os motoristas nem apenas os ciclistas, como parece crer o leitor indignado. Claro que os integrantes do Massa Crítica podem e devem chamar a atenção e até mesmo interromper o trânsito e causar transtornos” (AINDA..., 2011). Por fim, traz que “informar a EPTC não é submissão, é uma forma, inclusive, de se poder cobrar o poder público não apenas pela omissão da inexistência de ciclovias ou pela não valorização de meios de transporte não automotivos, por exemplo, mas também pelo não oferecimento regular e eficiente de proteção aos mais fracos”. (AINDA..., 2011). Portanto o veículo evidencia que desconhece que este

conflito entre o Massa Crítica e as autoridades locais já é um debate antigo no movimento, tendo causado diversos conflitos como os já explicitados. Além disso, salientam-se as constantes contra argumentações, característicos de matérias de opinião.

As demais matérias desta semana pós-atropelamento são notícias das quais se ressalta uma manifestação nacional marcada para a semana seguinte, na data em que o episódio completou um mês: “Além de Porto Alegre, haverá protestos em São Paulo, Curitiba, Recife e no Rio de Janeiro” (FELTEN, 2011). As matérias classificam o incidente como “agressão”, “violência” e “ataque”, e uma delas traz uma breve entrevista como o prefeito da cidade, que “considerou ‘horrível’ o atropelamento, mas ressaltou que o diretor da EPTC [...] ‘não disse’ que os ciclistas estavam errados” (NATUSCH, 2011d). Em outra matéria, cujo chamamento é “Protesto contra atropelamento em massa reúne 2 mil pessoas em Porto Alegre” (NATUSCH, 2011e), destaca o grande número de participantes e apresenta como foi o evento e a caracterização dos envolvidos:

A concentração de pessoas começou antes das 18h, e reuniu um grupo bastante heterogêneo de pessoas. A maioria era de jovens, mas pessoas de mais (e menos) idade também estavam presentes. [...] Alguns distribuíam rosas aos motoristas que encontravam no caminho, enquanto outros carregavam cartazes pedindo respeito e punição para o agressor que levou vários deles ao hospital. Acompanhando a marcha, integrantes da EPTC e da Brigada Militar garantiam o bloqueio das vias por onde passava o pacífico protesto. (NATUSCH, 2011e).

Destaca-se acima a classificação dada aos participantes do evento bem como as atitudes de alguns com os motoristas, com informações detalhadas. No mesmo sentido, a matéria traz dados sobre o percurso realizado e as falas dos ativistas ao chegar ao local do acidente, que alegavam que “Dava para dobrar à direita” e chamavam o motorista de “Assassino!”, aos gritos, segundo o texto (NATUSCH, 2011e). Por fim, a matéria explicita a ação do *die-in* quando “os ciclistas deitaram no chão e começaram a gritar e gemer, imitando o cenário que tomou conta da rua na sexta.” (NATUSCH, 2011e). Expressa ainda que a tática seja muito utilizada nos eventos mundiais e até então não havia sido mencionada pelas outras fontes de informação da pesquisa.

Nesta matéria o veículo segue expressando a ideia dos manifestantes, não obstante agora com maior conhecimento da causa, divulgando as figuras típicas e atípicas e também as táticas comuns do movimento. Com relação às espacialidades destaca-se a origem, parte do percurso (“Rua José do Patrocínio, cruzamento onde o ataque ocorreu”) bairro Cidade Baixa, e o término na frente da Prefeitura Municipal. Nas demais matérias destacam-se: a quantidades de pessoas no protesto (“milhares de pessoas se reuniram na tarde de terça-

feira”), expressões de adjetivação (“um dos mais rumorosos atropelamentos”, “perplexidade”, “indignação”, “lamentável”), espacializações (“José do Patrocínio”, “região central da capital gaúcha”; “serpenteando Cidade Baixa adentro”; “da prefeitura de Porto Alegre”); constituição dos atores (“De bicicleta, skate ou a pé, os manifestantes protestaram”; “pessoas de todas as idades foram às ruas; alguns até mesmo se caracterizavam; pessoas chegavam de todos os lados”). (NATUSCH, 2011a).

Ao longo de todo o ano mais de 10 matérias citaram o evento no acompanhamento do caso de condenação do motorista, sendo tema um dos destaques da matéria de retrospectiva do jornal. Destas se sobressai a notícia da bicicletada de aniversário de um ano do incidente, quando o movimento é descrito pela primeira vez com quantificações globais e é apontada a presença de “mais de 2 mil pessoas”. (NATUSCH, 2011f).

Outra matéria, com tema de opinião e reflexão, realiza sua análise a partir do histórico do movimento, e já demonstra um acúmulo de conhecimento à causa, contrariando ideal de seus primeiros editoriais apresentados. Nesta, aponta que “faz quase vinte anos que a Massa Crítica acontece [...] na última sexta-feira de cada mês” e que “o itinerário é definido na hora, espontaneamente, pelos participantes”, além de trazer algumas críticas de leitores ao movimento (CANALI, 2011). Por fim, na matéria “Opinião sobre o futuro” se caracteriza (com tom estereotipado) os manifestantes de tal evento: “Daqui a 50 anos, tenho convicção de que muita gente em Porto Alegre usará a bicicleta como meio de transporte, e não só os alternativos, veganos, descolados ou atletas, mas mães com seus filhos, casais de idosos, executivos e tantos outros. E todo mundo deverá muito à Massa Crítica”. (CANALI, 2011)

Realça-se a utilização da primeira pessoa do singular (eu) na matéria e em outras do plural (nós), em especial nos temas Opinião e Reflexão, característica incomum na Zero Hora. Em uma delas, ainda sobre a criminalização da Massa Crítica, na qual um dos redatores é um vereador da cidade (SANTOS; SGARBOSSA, 2012), relaciona-se o evento com outros ocorridos na capital e mundialmente:

Quem se manifesta e se mobiliza é considerado agressor, baderneiro, fora da lei e estereotipado como violento. [...] Recordamos, como exemplo recente, o Secretário Municipal que, em setembro passado, dirigiu-se aos ciclistas e cicloativistas que protestavam no Largo Glênio Peres como “pessoas menos qualificadas⁴⁴. [...] Para termos uma idéia, a Revista Time, considerada uma das mais influentes do mundo, todos os anos, desde 1927, elege a pessoa do ano e lhe dedica a sua capa. Curiosamente em 2011, a pessoa do ano escolhida foi: “The protester: from the arab spring, to athens, from occupy

⁴⁴ Evento que marcou a primeira edição do Largo Vivo, analisado posteriormente.

Wall Street, to Moscow” (O Protestador: da Primavera Árabe para Atenas, de Ocupe Wall Street a Moscou), ou seja, aquele que contesta e protesta para buscar democracia, consolidá-la ou reforçá-la. (SANTOS; SGARBOSSA, 2012).

Ao tratar sobre o tema do atropelamento o vereador o relaciona com a estereotipação dos movimentos sociais, citando o caso que deu origem ao evento Largo Vivo, analisado a seguir. Depois ele destaca que a figura do ano para uma revista internacional remete aos grandes protestos globais, inserindo Porto Alegre no contexto mundial.

A questão do atropelamento encontra-se divulgada na imprensa até o momento desta pesquisa, quando completa o 4º aniversário do caso enquanto os tramites jurídicos seguem. Outro evento então surge como tangente ao Massa Crítica: o 1º Fórum Mundial de Bicicletas (FMB) passa ser noticiado. A cobertura do Sul21 é de divulgação efetiva do evento, incluindo objetivo, programação, opiniões e entrevistas. Dentre a programação a imprensa destaca a presença de um dos fundadores do movimento de São Francisco em 1992. Segundo ele “o evento nasce como uma crítica reflexiva ao trágico atropelamento de ciclistas ocorrido há um ano” (CARVALHO, 2012b).

Na cobertura do evento o destaque é a importância do cicloativismo como elemento transformador das cidades (CARVALHO, 2012b). A fala do palestrante principal, Carlsson, é centrada nas origens do movimento: “Ninguém acreditava que seria possível. Muitos até hoje, mesmo com muitas mudanças, seguem criticando, seguem achando utópico, mas estamos aqui, no Fórum Mundial da Bicicleta que somos movidos pela utopia de mudar as coisas” (CARVALHO, 2012c). Em outra notícia, sobre as fotos da pedalada (AS FOTOS..., 2012) o veículo chama a Massa Crítica de “pedalada mensal mais famosa do mundo”, destacando a edição com mais de 1500 participantes de diversas partes do mundo, em decorrência do 1º FMB. Na matéria aparecem adjetivações como “vibração” e “celebração”, além de dados quantitativos (18 Km de pedalada) e espacializações (bairros Centro e Cidade Baixa, o local do atropelamento, e Avenidas Padre Chagas e Voluntários da Pátria, as últimas apontadas pelo veículo como “extremos sociais”). Outra notícia associada ao fórum é a entrevista com Chris Carlsson (CARVALHO, 2012e), que aponta que a criação do 1º FMB em Porto Alegre foi decorrente de uma ação-reação contra o atropelamento, que mobilizou os ciclistas da capital.

No total foram analisadas seis matérias sobre o 1º FMB. A última é uma repostagem do *blog* *Vá de Bici*⁴⁵ (CARLSSON, 2012), que traz a relação entre cicloativismo e o capitalismo. O autor introduz com um parágrafo de argumentação análoga a abordagem do capítulo teórico desta pesquisa, afirmando que “quando centenas ou milhares de ciclistas tomam as ruas tal qual convivas utilizando o espaço público de forma celebratória, muitas das expectativas e regras do capitalismo moderno são desafiadas” (CARLSSON, 2012). A seguir analisa que as pedaladas como movimento crescente mundialmente que, ao tomar as ruas sem líderes, os participantes findam por mudar suas vidas. Assim o movimento é politizado sim, porém de modo muito difuso e inarticulado em sua opinião. Define ainda o movimento com ideias com caráter anarquista, embora caracterize o movimento como radicalmente democrático. Destaca ainda alguns conflitos internos do grupo (que podem ser percebidos também em Porto Alegre) como: a) participação de poucas pessoas no momento da decisão do percurso; b) debates sobre a tática adotada (mais tranquila ou de mais protesto, através da ocupação estratégica de vias arteriais); e c) postura dos participantes nos eventos, relacionadas aos conflitos entre carros e motos.

No ano seguinte correu na cidade a segunda edição do FMB, que teve cobertura semelhante do veículo (OLIVEIRA, 2012b; DUARTE, 2012a; FOTOS..., 2013), com destaque para a forma de financiamento coletivo, à programação e aos encontros semanais que articularam o movimento porto-alegrense. Uma das matérias de destaque é de uma ciclista integrante do Massa Crítica de Nova York que afirma que “a luta por uma cidade diversificada em seus modais de mobilidade urbana é, também, a luta por uma cidade que valorize e democratize seus espaços públicos.” (OLIVEIRA, 2013b).

Em matéria sobre a discussão do Plano Diretor Cicloviário o veículo apresenta uma bicicletada explicitando seu percurso: “os cicloativistas se concentraram por volta das 18h30min no Largo Zumbi dos Palmares e, a partir das 19h40min, partiram em direção ao museu Iberê Camargo, percorrendo as ruas e avenidas José do Patrocínio, República, João Pessoa, Ipiranga, Getúlio Vargas, José de Alencar e Padre Cacique.” O Plano também é citado em outras matérias a seguir (PASINATO, 201; FOGLIATTO, 2014, CICLISTAS..., 2014).

Em outra (DUARTE, 2012b), uma entrevistada questiona o sistema de aluguel de bicicletas e apresenta uma primeira notícia sobre reuniões periódicas dos ciclistas: “Todas as segundas-feiras, os integrantes da Massa Crítica se reúnem na Cidade das Bicletas (Rua

⁴⁵ Disponível em: <<https://vadebici.wordpress.com/2012/01/24/protesto-ou-celebracao-ou-algo-ainda-mais-profundo/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Marcílio Dias, 1901), para discutir a mobilidade urbana e o ativismo da bicicleta.” (DUARTE, 2012b). Por fim a autora da matéria em destaque apresenta sua opinião sobre o tema: “espaços públicos tem que valorizar os pedestres e ciclistas” (DUARTE, 2012b).

Neste momento no contexto porto alegreense, surge um confronto entre policiais e manifestantes em um episódio do 1º Defesa Pública da Alegria, evento que será detalhado posteriormente. Através do contexto, o tema das matérias inicia a narrativa histórica das manifestações, quando a Massa Crítica é citada como um dos primeiros protestos do cenário recente da cidade (MARQUES, 2012; RIBEIRO, 2013; VILLAVARDE, 2013). Destacam-se a ideologia e forma de organização dos eventos expressa na “descrença e esvaziamento da militância jovem nos partidos e a ampliação de iniciativas de auto-organização social que utilizam as redes sociais para articular e organizar ações e protestos” (MARQUES, 2012). Outras matérias a seguir seguem a mesma perspectiva, das quais se salienta: a) a constante citação da Massa Crítica como evento pioneiro do último ciclo de articulação política na cidade; b) a utilização reiterada do evento como tradicional, passando a fazer parte do cotidiano da cidade; c) as constantes citações (através de *hiperlinks*) do *blog* oficial da Massa Crítica quando termo é citado; e d) o impulso de políticas contestadores a partir do surgimento do Defesa Pública da Alegria.

Assim, conclui-se a análise das matérias mais representativas do Sul21 destacando sua boa cobertura e caracterização do movimento, posição esta que foi alterando-se através de um reconhecimento da organização e das táticas do coletivo. As matérias trazem muitas informações de especializações e de destaque especial para entrevistas e falas de integrantes do movimento na cidade e mundiais, ouvidos nas edições do Fórum Mundial de Bicicletas.

2 VAGA VIVA E LARGO VIVO

A apresentação dos eventos Vaga Viva e Largo Vivo pela perspectiva dos manifestantes e a análise de discurso nas mídias selecionadas foi realizada em conjunto, visto que a tática adotada por ambos é similar (inclusive podendo atestas que o segundo inspirou-se no primeiro), fazendo com que a repercussão midiática também ocorresse neste sentido. Além disso, o Vaga Viva possui poucas matérias relacionadas de modo que passa a ser mais bem caracterizado na associação com o outro evento.

2.1 VAGA VIVA

A Vaga Viva é, assim como o Massa Crítica, um evento mundial organizado de forma autônoma e através da autogestão, denominado *Parking Day*. Historicamente o movimento realiza-se no Dia Mundial Sem Carro, definido em 22 de setembro. Segundo o site oficial do evento no mundo o *PARK(ing) Day* é um evento anual em todo o mundo, onde artistas, *designers*, e cidadãos transformam espaços de estacionamento em parques públicos temporários (PARKING DAY, 2015 – tradução nossa). Ainda segundo site, o evento teve sua primeira edição em 2005 em São Francisco, Estados Unidos. A partir dele disseminou-se, passando a configurar-se como um evento global programado a partir de organizações e indivíduos que operam de modo independente.

O site salienta que a missão do PARK (ing) Day é chamar a atenção para a necessidade de espaços públicos mais abertos, a fim de fomentar o debate crítico em torno de como o espaço público, pode melhorar a qualidade do habitat humano urbano. A mesma fonte apresenta um mapa e uma contagem dos locais onde ocorreu o evento no ano de 2011 (abaixo) salientando o acontecimento em 975 estacionamentos em 162 cidades de 35 países em seis continentes

Em que pese o movimento se origine a partir dos conceitos do evento mundial, o Vaga Viva (VV) transcendeu a organização mundial, sendo realizado em diversos dias do ano e sem fazer muita referência ao *PARK(ing) Day*. Weinmann (2014) afirma que “o VV não possui datas oficiais aqui em Porto Alegre e pode acontecer diversas vezes ao ano. No entanto, no dia 21 de setembro, considerado o Dia Mundial sem Carros, é quase de praxe que o evento aconteça” (WEINMANN, 2014, p.3).

O evento em Porto Alegre não possui um site oficial atualizado. Localizou-se um site da Vaga Viva em Porto Alegre que foi atualizado pela última vez em setembro de 2012, mas que apresenta a primeira edição registradas na cidade de Porto Alegre, datado de 21 de setembro de 2010. O título da postagem é “Começamos com as Vagas Vivas em Poa, podem chegar” e a descrição da publicação é:

Somos um grupo de pessoas que decidiu fazer uma Vaga Viva na nossa cidade, Porto Alegre. Podia ser na Argentina, podia ser no Marrocos, mas foi pertinho de casa, fácil como dar um abraço e divertido como tomar chimarrão. Enfim, um ato bem pequenininho, mas que comunica bastante. Se você também acha que as cidades não devem ser apenas dos carros, vamos nos encontrar para conversar. Não precisa ter medo, nem timidez, não

somos uma instituição organizada que vai solicitar algo depois. (VAGA VIVA POA, 2010)⁴⁶.

Nas fotos é possível ler os cartazes que explicitam: “Hoje o espaço de um carro esta servindo a muitas pessoas” e “Vaga Viva Poa: a cidade é para as pessoas ou para os carros?”. Nestas frases verificam-se diversos dos elementos do evento mundial. Destaca-se uma realização no cotidiano (pertinho de casa), mas com a relação mundial do evento (podia ser na Argentina ou no Marrocos). Também a transmissão da ideia de simplicidade e a motivação de agremiar novos integrantes, acentuada pela construção do texto na terceira pessoa do plural (nós). Por fim apresenta seu conceito central de que as cidades não devem ser apenas dos carros (onde se salienta o apenas) e a configuração do grupo fugindo explicitamente de uma instituição organizada. A publicação não explicita o local do evento, mas através de pesquisa mediante as fotos verificou-se tratar de uma vaga na Av. Gal. Lima e Silva quase na esquina da Rua da República.

O *blog* acima também tem publicações sobre a edição seguinte, pouco mais de um mês após a primeira. O texto de descrição foi “continuamos com as nossas ideias e práticas de Vaga Viva. Ontem, dia 20 de outubro, o tapete verde esteve na Rua Sarmiento Leite, entre as faculdades de Arquitetura, Direito, Medicina. [...] que pensar e usar bicicletas e outros meios que não os transportes automotivos poluentes e individuais” (VAGA VIVA POA, 2010).

O texto manifesta a ideia de continuidade do movimento (que até então contava com menos de uma dúzia de pessoas, conforme as fotos). A própria utilização do termo “nossas” deixa aparente a ideia de um movimento pequeno. Esta notícia retoma a ideia da rua para pessoas em oposição aos carros e difere-se da anterior ao explicitar o local da intervenção. Outras publicações do site fazem referência a eventos ciclísticos (dentre os quais o Massa Crítica) e a última publicação é a chamada para a 3ª edição da Vaga Viva, ocorrida em 21/09/2012, no Dia Mundial sem Carro, quando se registrou um grande número de pessoas na Avenida Lima e Silva, local da primeira edição.

A partir de então, com a popularização das redes sociais, os eventos passaram a ser organizados por e-mail. No Facebook e no Twitter não há uma página do Vaga Viva em Porto Alegre, de modo que os eventos na rede social são criados por pessoas independentes. O que existe é um grupo fechado, do qual é necessário solicitar para ingressar, criado em 15/04/2013 que atualmente conta com 774 membros. Logo em sua criação alguns usuários da página já

⁴⁶ VAGA VIVA POA. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://vagavivapoa.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

realizam o chamamento para o evento do dia 30/04/2013. Assim, verifica-se que a partir desta data esta foi a principal ferramenta de articulação do evento na cidade, sendo divulgadas informações e organizados os eventos seguintes, além de divulgações de outros acontecimentos da cidade (entre eles o Massa Crítica, o Largo Vivo e o Defesa Pública da Alegria) e outras matérias relacionadas à ocupação do espaço público e ao cicloativismo.

A descrição do grupo na rede social inicia com a frase: “Já é sabido que a cidade de Porto Alegre vem sofrendo cada vez mais com o aumento de carros ditos de passeio nas vias públicas” (FACEBOOK, 2012). A partir daí segue com a visão de que os espaços de estacionamento não devem ser uma questão pública, pois acarreta em uma demanda induzida, aumentando ainda mais o número de carros nas vias. Em um momento do texto relaciona as ideias ao lugar: “agora imagine uma rua como a Lima e Silva, na Cidade Baixa, cada vez mais repleta de empreendimentos comerciais e carros estacionados por todos os lados, literalmente” (FACEBOOK, 2012)⁴⁷. Seguindo com a proposta da remoção das vagas de estacionamento para alargamento das calçadas, o que seria o objetivo final do Vaga Viva. Algumas possibilidades de atividades que podem ocorrer em um Vaga Viva são apresentadas como massagem, dicas de culinária, oficina de tricô, doações de livros, feiras de trocas, música ao vivo, uma exposição, dentre outros. A mensagem é que o objetivo central do evento é conviver e estimular que outras pessoas o façam naquele espaço. Verifica-se um chamamento por pessoas com a mesma perspectiva, seguido pela proposta de comunicação através da atividade: “comunique-se com quem passar por ali, inclusive os motoristas, oferecendo escuta a quem estiver com alguma dúvida sobre o que está acontecendo” (FACEBOOK, 2012). O texto apresenta o site do Park(ing) Day para consulta, manifestando a associação de ideias entre os organizadores do Vaga Viva de Porto Alegre com o evento global.

Logo no início do grupo uma das primeiras publicações foi o carregamento de um arquivo intitulado “Manual da Vaga Viva” que apresenta as bases norteadoras da manifestação. A sugestão é realizar a manifestação em Estacionamentos Rotativos com tíquetes e nunca em áreas proibidas e tem destaque para a comunicação: “você faz parte de um movimento mundial para a melhoria da qualidade do espaço público e na retomada das ruas pelas pessoas” (FACEBOOK, 2012).

⁴⁷ FACEBOOK. 2012a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/264525860351039/?fref=ts>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

De acordo com o levantamento realizado, foram contabilizadas até o final do ano de 2014 sete edições do Vaga Viva. Salienta-se que, por não haver uma organização formal, podendo qualquer pessoa organizar uma Vaga Viva, foi contabilizado as edições do evento divulgados no grupo do Facebook e as duas primeiras edições, divulgadas no *blog* do coletivo.

Tabela 3 - Levantamento das edições do evento Vaga Viva em Porto Alegre.

| nº | Título do evento | Data | Forma de Divulgação | nº de confirmados no Facebook | Local |
|----|---|------------|---------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1 | Vaga Viva | 21/09/2010 | e-mail / blog | - | Lima e Silva |
| 2 | Vaga Viva | 20/10/2010 | e-mail / blog | - | Sarmento Leite |
| 3 | Dia mundial da VAGA VIVA Porto Alegre | 21/09/2012 | Facebook | 121 | Lima e Silva |
| 4 | Vaga Viva Porto Alegre - Lima e Silva/ Cidade Baixa (entre a Venâncio Aires e a Loureiro da Silva). | 30/04/2013 | Facebook | 1397 | Lima e Silva |
| 5 | VAGA VIVA RUA DA PRAIA | 25/05/2013 | Facebook | 358 | Rua dos Andradas |
| 6 | AGORA SAI: Vaga Viva no DOMINGO, na Luciana de Abreu... | 29/09/2013 | Facebook | 404 | Nas casas da Luciana de Abreu |
| 7 | :: Vaga Viva - Abril para as pessoas :: | 24/04/2014 | Facebook | 470 | Fernandes Vieira |

Fonte: Autor, 2015

Verifica-se que a partir das primeiras duas edições, articuladas via e-mail e com um pequeno número de pessoas, as subseqüentes passaram a ser organizadas e divulgadas através da rede social de internet, o que acarretou em um aumento na participação. Com relação a localização há uma concentração das primeiras edições nas principais vias do bairro Cidade Baixa e arredor, sendo seguida de um caso no Centro Histórico (5ª edição, na Rua dos Andradas), outro no bairro Moinho de Vento (6ª edição) e o último no Bairro Bom Fim. Todos bairros da região central, sendo o Centro, a Cidade Baixa e o Bom Fim bairros adjacentes. Destaca-se que três edições consecutivas divulgam no título do evento o seu local de concentração.

Além destes, registrou-se a ocorrência, através da pesquisa no Facebook, de pequenas Vagas Vivas em atividades específicas ou eventos com proposta e conceito semelhantes: a) Estacionamento Vivo na Semana Acadêmica do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA/UFRGS) em 24/10/2014; b) VV A Rua é pra brincar em 19/01/2014 na Rua da República; c) VV na Semana Acadêmica da Faculdade de Arquitetura do DAFA/UFRGS na semana do dia 23/10/2014; d) VV na Florêncio Ygartua em 01/11/2014; e) Vaga Viva com crianças na 5ª Feira do Livro Anarquista de Porto Alegre em 13 e 14/12/2014.

Com relação às datas constata-se um hiato no ano de 2011 e um predomínio de atividades no ano de 2013. É visível a repetição dos eventos relacionado ao Dia Mundial sem Carro, com exceção do ano de 2011 que não se localizou qualquer ato e o de 2014 que foi celebrado na Praça dos Açorianos, não havendo alguma edição da VV.

Discursivamente foram analisados textos de chamamento do Facebook das edições selecionadas. Verifica-se nos textos especial atenção em explicar o funcionamento das VV's, sua origem e histórico na cidade. O início da descrição do primeiro evento registrado no Facebook (2012b)⁴⁸ foi:

Dia 21 de setembro entre o feriado e o dia mundial sem carro é o dia da Vaga Viva "Park(ing) Day" <http://parkingday.org/>. A Vaga Viva é uma atividade onde a área destinada para o estacionamento de um carro transforma-se em um espaço público voltado para a convivência, o lazer e áreas verdes. Isso provocará uma reflexão sobre a atual ocupação do espaço urbano da cidade, onde cada vez mais os automóveis vêm ocupando o solo urbano para se transformarem em vias, viadutos, estacionamentos e etc. Esse é um evento colaborativo, depende da participação de todos, leve o que puder para tornar o espaço mais agradável e ocuparmos o máximo de vagas possíveis. (FACEBOOK, 2012b)

Aí se percebe a vinculação com o evento global e uma breve explanação sobre o conceito adotado em Porto Alegre, salientando a perspectiva de melhora através da reflexão (“isso provocará uma reflexão”). A relação autônoma e colaborativa também é apresentada. A seguir o texto segue apresentando as coisas que se pode fazer e coisas que se deve levar para uma VV. A proposta é a de expansão do movimento: “Quanto mais vagas ocuparmos melhor. Se não se reunir com a gente faça isso perto da sua casa” (FACEBOOK, 2012b). Por fim o texto apresenta algumas referências como um *blog*, o Manual do Vaga Viva e o blog dos eventos de Porto Alegre.

O segundo evento (FACEBOOK, 2013a)⁴⁹ já trás uma explicação direta do seu fundamento, trazendo algumas informações novas como as calçadas mais indicadas, seguindo as orientações do Manual (“vaga de estacionamento em local público, dando visibilidade para problemas locais, como calçadas estreitas e uso abusivo de carros particulares”) e das atividades. A seguir o evento antecipa-se a um fato constatado, convidando a todos para participar da “maior Vaga Viva que Porto Alegre já viu!” através da ocupação de “quantas

⁴⁸ FACEBOOK. 2012b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/423060267742502/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

⁴⁹ FACEBOOK. 2013a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/148006992037575/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

vagas forem possíveis na Rua Lima e Silva”. De fato esta foi a maior edição registrada até hoje do evento em Porto Alegre.

Ainda salienta-se a importância da organização, através da autogestão, e comunicação: “Planeje o que você quer da sua Vaga Viva. [...] Comunique-se com quem passar por ali - elabore cartazes com informações sobre a VV de vocês [...]. Viva intensamente sua Vaga Viva. Viva intensamente a sua cidade!” (FACEBOOK, 2013a). O texto é explícito como chamamento, sendo bastante expressivo através das constantes exclamações e de seu caráter didático. Na chamada para a edição seguinte, na Rua Luciana de Abreu, tem-se um posicionamento político sobre o ato: “a vaga viva é uma transgressão pacífica, a violência da simplicidade, a obviedade latente no fato de que as ruas foram feitas primeiro para as pessoas e depois para o carro” (FACEBOOK, 2013b)⁵⁰.

Os textos dos demais eventos seguem o mesmo padrão, iniciando com uma breve descrição prática e conceitual e apresentando a programação prevista. Enfatiza-se a comunicação direta e convidativa (“multiplicam”, “prosiar”, “muito mais cores”, “bora pra lá”) e a relação com o espaço (“espaços autônomos, sonhados e agitados de forma coletiva”). Com relação às espacialidades as referências de lugares encontrados limitam-se a descrição de onde o evento irá acontecer (“na Rua Lima e Silva”; “na beira da Rua da Praia”; “Em frente às casas que a Goldztein pretende demolir (Luciana de Abreu)”; “na rua Fernandes Vieira, entre a Osvaldo Aranha e a Henrique Dias”).

Assim, verifica-se que os eventos sempre buscam demonstrar claramente os fundamentos da manifestação e os modos sugeridos de fazê-la. Todos os textos explicitaram a relação direta entre as VV’s e a ampliação do espaço público destinado ao pedestre em detrimento ao carro. As referências, tanto entre os eventos realizados da cidade quanto com as ideias internacionais, aparecem em quase todas as descrições (através de *links* de direcionamento para os sites). Considerando que as vagas são estáticas, as especializações realizadas indicam apenas o local de encontro, sem analisar questões como percursos.

Com relação à organização, a maioria é realizada por pessoas independentes, de forma autônoma e horizontal. Apenas o último foi criado pelo coletivo Mobicidade, que se destaca pela discussão de políticas cicloviárias na cidade. Outro ator de destaque na organização são estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, responsáveis por realizar as duas

⁵⁰ FACEBOOK. 2013b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/490839387652584/?ref=14>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

primeiras edições e mais duas inseridas em semanas acadêmicas do DAFA/UFRGS, sendo a última através da instalação de um *Parklets*, um espaço de convívio construído. O mesmo foi retirado alguns dias após sua instalação o que gerou certa repercussão na mídia.

2.2 LARGO VIVO

O Largo Vivo é um movimento que surgiu na cidade de Porto Alegre em outubro de 2011 como resposta à vigência de lei que permite estacionar veículos em horários determinados no Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público Municipal. Pela semelhança dos atores envolvidos, do nome do evento e conceitos adotados acredita-se que a criação do Largo Vivo é estruturada a partir do crescimento do Vaga Viva na cidade, uma vez que a partir da lei, o espaço seria um estacionamento, fazendo com que o modo de protesto e os conceitos imbuídos nele tinham muito em comum.

O evento não possui qualquer divulgação com exceção do Facebook, tais como sites, *blogs* e páginas. Assim, a análise inicial de apresentação dar-se-á a partir dos textos de chamamento dos eventos na rede social de internet. O primeiro já destaca no título que é a 3ª Edição, de modo que se presume que os anteriores foram organizados de forma independente, sem a utilização dos eventos do Facebook. Sua descrição é sucinta e em forma de chamamento:

Todas as terças-feiras (e um sábado por mês), a partir das 18h, nos encontramos no Largo Glênio Peres. Fazemos piquenique, música, malabares, teatro. Fazemos amigos. Compartilhamos o espaço público, enchemos de vida a área que seria ocupada pelos carros. PARA LEVAR (se quiser, pois o mais importante é a sua presença): instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, etc; toalhas e comidinhas (compramos ali no Mercado) para um grande piquenique. Uma cidade para as pessoas! Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos. TODOS SÃO BEM VINDOS!. (FACEBOOK, 2011).⁵¹

Verifica-se uma afinidade de atividades com as realizadas no Vaga Viva, explicitando esta relação também no título do movimento. No final dos textos é apresentado um link para um vídeo da primeira edição, ocorrida em 04/10/2011 e os créditos da imagem do evento para “Ramiro Furquim/Sul21”. Já na primeira chamada é perceptível uma afinidade entre este

⁵¹ FACEBOOK. 2011. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/289520054398387/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

movimento e o veículo de comunicação. Possivelmente pela periodicidade próxima entre eventos e pela articulação ainda inicial nem todos os encontros foram documentados, sendo a 5ª edição registrada através de um vídeo com as atividades que incluíram um show da banda Apanhador Só, uma das principais bandas em ascensão na cidade.

As chamadas dos eventos são sempre muito semelhantes, convidando a todos a participar como forma de ocupação do espaço público e apresentando as atividades programadas. Uma característica deste evento é que as edições são numeradas, de modo a translucidar a ideia de sequencial. A partir da 7ª edição já se encontra na descrição um convite para a assinatura de um abaixo assinado para revogar a lei que regulariza o estacionamento no local, o que faz com que a associação com a periodicidade marcada resulte em uma força política, como se a ocupação constante daquele espaço representasse o tamanho da contestação à medida legal.

Na divulgação da 8ª edição destaca-se que passa a incorporar a lista de referências sobre o evento, sempre exposta ao final da publicação, a primeira matéria do Jornal Sul21 sobre ele. Além da banda Apanhador Só, diversas outras bandas tocaram no Largo Vivo (LV), todas com a característica de bandas independentes, como o caso do Maracatu Truvão, que tocou na 9ª edição. Nesta edição, também, foi realizado o chamado para “Confecção da faixa permanente do Largo Vivo, que estará à mostra em todas as edições do evento”, o que demonstra a ideia participativa do novo coletivo. Nos links finais da publicação também é explicitado o grupo de discussão do LV no Facebook, onde todos podem participar e opinar sobre as edições subsequentes.

A partir da 10ª edição o evento alterou seu nome de Largo Vivo (número da edição): Uma cidade para as pessoas (atração) para apenas Largo Vivo. Entende-se esta atitude como uma demonstração de que o evento já passava a ser entendido pelo seu público, que já se tornava constante como se verifica nos números. Outra pequena alteração que demonstra uma aproximação das pessoas é o início de chamadas mais afetivas nas descrições (“olá, gente linda!”, “olá gente linda, louca e viva!”, “Olá, loucos de cara!”, “Olá, viventes!”)

A 17ª edição tem a chamada “Largo Vivo 17: Contra o aumento da passagem!” e, junto com o evento anterior que convidava à participação do Fórum Social Temático, são os primeiros eventos a acionar chamadas externas aos acontecimentos do Largo Glênio Peres desde a criação do movimento. As frases da descrição apontam o Largo como local de debate, articulação e chamamento de pessoas para um evento que ocorreria na quinta-feira seguinte, no mesmo local, que convocava um protesto contra o reajuste do valor da passagem. Este ato do aumento das passagens – acionado através do link na publicação – era Nacional e

explicitava as demais cidades integrantes do protesto, realizado no Dia Nacional Contra o Aumento das Passagens. Neste texto, uma frase apresenta uma redação de destaque, em letras maiúsculas e expressa afirmativamente e sem distinção de gênero (através da utilização do “@”), forma de redação que seria bastante característica nos protestos contrários ao aumento do valor da passagem. O evento do ato nacional possui descrição convidativa, através de frases como “VAMOS MOBILIZAR PORTO ALEGRE” e “PINTE SUA CARA E AQUEÇA A GARGANTA”, e, por fim, apresenta vídeos didáticos sobre o que é Tarifa Zero e o que é Passe Livre Estudantil, algumas das agendas centrais dos protestos de 2013. Os protestos contra o aumento da passagem tiveram mais algumas edições naquele ano, mas de forma independente com o Largo Vivo, que teve apenas mais uma edição com este enfoque, de acordo com os eventos analisados.

Um ano depois, em 26/04/2013 foi realizado o evento “A volta do Largo Vivo: existir é resistir!”, marcando a volta da manifestação. Além dos textos tradicionais contemplando a programação cultural do evento e links para as edições anteriores, este apresenta uma chamada inicial:

O largo Glênio Peres anda com saudades da gente, de suas feiras proibidas pela Prefeitura, suas noites de circo, de música, de piquenique, de convívio! Nós que acreditamos que aquele espaço não merece chafariz-propaganda da Coca Cola nem estacionamento voltamos a convidá-los, a convidar-nos, a ocupar um dos espaços mais nobres deste Porto Alegre. Em defesa do espaço público e da cultura, à rua! (FACEBOOK, 2013a).⁵²

Além da pequena alteração na descrição, verifica-se que a organização do evento foi alterada. Antes o evento era criado e organizado por pessoas independentes em número de 3 a 9 dependendo da edição. Nesta edição consta a participação de 22 pessoas. Talvez este seja um dos fatores para explicar porque o evento passou de 68 a 217 para 2002 confirmados nas redes sociais. Neste evento também, ocorreu à reunião de organização do Vaga Viva que ocorreu em 30/04/2013. Assim o LV retomou suas atividades, porém com outra estrutura: mais organizadores, chamamentos para reuniões abertas de organização, mais participantes e apoiadores e periodicidade variada - ao contrário do primeiro formato quando ocorria centralmente nas terças-feiras, com raras exceções. Este evento ocorreu na sexta-feira e

⁵² FACEBOOK. 2013a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/274766085992854/?ref=3/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

estendeu-se até o início da madrugada, conforme programação. Além disso as edições pararam de ser numeradas.

No evento seguinte destaca-se na programação manifestação da Tribuna Popular da Copa, organizado pelo Comitê Copa Porto Alegre e a apresentação do grupo Levanta Favela com a peça “Futebol, nossa paixão”. Diferente da edição anterior, este evento foi marcado por intercalar atividades culturais e manifestações contra a Copa do Mundo na cidade. O evento seguinte teve o diferencial de ser estruturado por “BOLHAS TEMÁTICAS debatendo a vida na cidade! (bolhas são livres de serem criadas. propõe teu assunto, infla tua bolha!)” Estas possuíam os seguintes temas de debate: a) bolha hacker: cultura, política e tecnologia; b) bolha da autogestão e democracia direta; c) bolha de direito à cidade; d) bolha de luta pelo transporte público; e) bolha de rimas; f) bolha midiática. Os temas das bolhas expressam diretamente as discussões centrais do evento que vão desde a política urbana passando pela questão do valor do transporte e da política até atividades lúdicas e culturais. A participação de pessoas só aumentava quando na edição 23 foram contabilizadas quase três mil pessoas confirmadas no evento da rede social de internet, o recorde do evento nesta quantificação.

As edições seguintes tiveram estrutura muito semelhante a estas edições, com destaque para o LV do dia 14/09/2013 com o tema “Somos todos indígenas e quilombolas”. Este tinha como proposta “inserir o contexto atual que os indígenas e quilombolas estão vivendo em nosso Estado”. Em outro trecho, afirma: “Não haverá gerador e nem bandas, o que não impede que tragam seus instrumentos, seus batusques e sua alegria para dançarmos e cantarmos até quando quisermos! O Largo Vivo é de todxs! Propõe tua atividade e organiza do jeito que quiseres!” (FACEBOOK, 2013b)⁵³. Este evento representa uma contestação iniciada nos protestos de junho de 2013: de que atos políticos não podem ser marcados como festas. Além disso, o próprio tema central do evento é relacionado a manifestações recentes realizadas pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, que serão analisadas posteriormente. Assim, um grupo optou por realizar um evento bastante politizado, deixando claro que não haverá bandas, mas que será respeitada e estimulada a autonomia de todos. Além desta introdução do contexto do ato, o restante da publicação segue o padrão do evento.

A edição seguinte, com título “Baile dos Mascarados!” explicita a relação do Largo Vivo com os protestos na cidade, visto que o tema trata de resposta a uma lei em tramitação que proibia o uso de máscaras nos protestos. O evento seguinte já foi explicitamente

⁵³ FACEBOOK. 2013b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1409346539284059/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

organizado em apoio às manifestações organizadas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público, com a seguinte proposta inicial:

Dia 25, sexta, é dia de voltar a exigir o passe livre em todo o país, é dia de voltar a reivindicar um direito ainda não garantido para todxs! Uma jornada de atos será realizada nas maiores cidades do Brasil, e em Porto Alegre o Largo Vivo se soma à mobilização junto com o Bloco de Lutas pelo Transporte Público. Largo Vivo é liberdade e igualdade, por isso não nos omitimos! Cidade é pra todo mundo, não só pra quem pode pagar! (FACEBOOK, 2013c)⁵⁴.

A mensagem de que o Largo Vivo se soma aos protestos é clara e a convocação do evento segue neste sentido, realizando o chamamento para o ato que inicia na Prefeitura Municipal de Porto Alegre e é finalizando no Largo Glênio Peres, quando ocorrerá a apresentação de algumas bandas como nos demais eventos. Destaca-se que o local proposto de encontro é a Prefeitura Municipal de Porto Alegre ao invés do próprio Largo. O ato seguinte foi o primeiro organizado por um coletivo, ou seja, sem a autogestão. Foi criado pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público, que como será apresentado, possui uma composição autônoma e composta por diversos movimentos sociais e pessoas independentes, porém é um coletivo já consolidado na cidade à época. O evento seguinte afirma:

Neste ano conseguimos expulsar a Fun Fest-Fifa do Largo Glênio Peres. [...] vamos ocupar mais uma vez o Largo contra a Fifa, a Coca-Cola, Vonpar, RB\$, Prefeitura de Porto Alegre, a Brigada Militar e todas as organizações que se alimentam da fome do povo, a mando do capital! PRÉ-PARA QUE AGORA É HORA DO SHOW DA CHINELAGEM! (FACEBOOK, 2013d).⁵⁵

Discursivamente, a relação do Largo Vivo com os grandes protestos de 2013 traz novos elementos de análise, com expressões mais incisivas (como acima “expulsar”, “ocupar”, “fome do povo”, “a mando do capital”) do que as verificadas anteriormente, que possuíam apelo popular. Outro destaque é para a utilização de símbolos e letras no local da vogal que determina o gênero da palavra (“todxs”), forma comum em chamadas dos protestos contra o aumento das passagens.

É neste contexto que se inicia a Página do Largo Vivo no Facebook em 11/10/2013. Com a apresentação de “Página não-oficial de divulgação do Largo Vivo, evento político-

⁵⁴ FACEBOOK. 2013c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1387085648194799/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

⁵⁵ FACEBOOK. 2013d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/243634172468628/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

cultural autônomo de Porto Alegre . Participa!”. O *site* evidencia que o local de discussões é o grupo, sendo a página no Facebook apenas utilizada para divulgação dos LV’s e de atividades afins. As primeiras postagens são convites para eventos do Largo Vivo, publicação sobre os eventos em veículos (onde se destaca o Sul21 através de uma chamada: “quer saber como nasceu o Largo Vivo? Dá uma olhada nessa boa matéria do Sul21) que é mais ou menos assim”. No transcorrer das postagem começam a surgir atividades correlatas como notícias e divulgações sobre atos contra o aumento das passagens, movimentos e eventos autônomos e libertários, ocupações urbanas, e o Defesa Pública da Alegria. A descrição do grupo destaca que “o Largo Vivo pode ser convocado autonomamente por qualquer um que deseje ver o largo - e os demais espaços públicos da cidade - utilizados como espaço de convívio público e popular” (FACEBOOK, 2015)⁵⁶. Na descrição do grupo de discussão percebe-se uma falta de atualização com relação à divulgação de que o evento é quinzenal, periodicidade dispare com o verificado nesta pesquisa. Fica clara a ideia de autogestão, quando cada um pode construir o evento que julgar necessário, sem necessitar de uma organização coletiva ou autorização. Entende-se o sentido da frase “espaço de convívio público e popular” e “todos e todas”, numa evidência de horizontalidade e explicitação da causa popular. Estes temas foram evidenciados principalmente a partir de uma maior articulação política do evento, embora sejam pautas desde a origem do movimento e marcam o que foi analisado como segundo momento do LV.

Os eventos subsequentes seguiram a tendência de apoio à causa dos grandes protestos de junho. Com descrições muito próximas às descritas acima, com um início contextualizando a ação e depois explicando a programação e as referências de eventos anteriores. O foco dos eventos é explicitado através dos títulos: “Largo Vivo - Somos todos indígenas e quilombolas!”, “Largo Vivo - Baile dos Mascarados!”, “Largo Vivo pelo Passe Livre!”, “Bloco Vivo no Largo: pela liberdade dxs que lutam!” e “Largo Vivo – Pré-Para 2014”, ocorridos entre setembro e dezembro de 2013. O evento “Bloco Vivo no Largo” inclusive foi criado pela página do Bloco de Lutas pelo Transporte Público, sendo a primeira edição de LV convocada por uma organização externa.

A partir do final de 2013 surge um terceiro momento do Largo Vivo quando os eventos passam a ser realizados por grupos distintos de pessoas independentes, sendo alguns eventos com temática urbana (como ocupações urbanas e casos de supostas privatizações de espaços públicos) e temas diversos como a legalização da maconha, regulamentação da

⁵⁶ FACEBOOK, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/largovivo/?fref=ts>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

internet e movimentos sociais voltados a causas quilombolas e de diversidade de orientação sexual. Com relação aos eventos de ocupações urbanas, destaca-se o apoio à Ocupação Sarai, localizada no centro Histórico de Porto Alegre, próxima ao Largo Glênio Peres. No evento “Largo Vivo #OcupaSaraiEuApoio” a descrição inicia como uma chamada rotineira para o Largo Vivo e, a seguir, contextualiza a ocupação urbana através de um discurso de resistência, pressionando o governo estadual a desapropriação de um imóvel que até então estava ocioso, utilizando o evento Largo Vivo como força de divulgação da causa e busca de apoio para aumentar a pressão ao estado. Outro destaque é que este evento foi criado pela página “Ocupação Sarai”, sendo a segunda vez em que movimentos e organizações utilizam-se do evento Largo Vivo para divulgar suas causas.

Já os temas relacionados às denúncias de privatização de espaço público destacam-se os atos “Largo Vivo na Praça do Aeromóvel - um ano de árvores em resistência!”, “Largo Vivo - Ocupando a Cidade!”, “Largo VIVO sem Tatu!”, e “Se tu CAIS, eu te levanto!”. O primeiro foi a primeira edição do LV que aconteceu fora do Largo Glênio Peres, sendo realizado na “Praça do Aeromóvel (Júlio Mesquita), em frente à Usina do Gasômetro”, conforme descrição do evento. O texto destaca o aniversário do resistência do acontecimento em que a prefeitura anunciou a derrubada de diversas árvores para ampliação de pistas para veículas na região central de Porto Alegre, marcando uma série de protestos que serão analisados no Defesa Pública da Alegria. Destaca-se a não realização do evento no largo, os termos marcantes de luta como “resistência, “trucidar”, “as serras calaram”, “manifestações tomaram as ruas”, “vigília”, cidade em disputa” e “luta”. Além disso, evidencia uma disputa de visões de cidade distintas a partir da perspectiva dos cidadãos e do poder público através dos trechos: “a Prefeitura pretendeu trucidar” *versus* “o povo subiu nas tipuanas”; “as serras calaram” *versus* “manifestações tomaram as ruas”; “nesta cidade em disputa há sim muita gente pensando no todo, em todos, em todas, no interesse público e não no compromisso do governo com as empreiteiras amigas”; e “a Prefeitura, em conluio com entidades da sociedade civil escolhidas a dedo” associada a “inefcaz e duvidosa duplicação da avenida Beira-rio”.

Também na temática da ocupação de espaços públicos em disputa ocorreram: a) “Largo Vivo - Ocupando a Cidade!” nos mesmos moldes dos eventos autogestionados do 2º período; b) “Largo VIVO sem Tatu!” que trazia “Daqui expulsamos o Fuleco e logo logo expulsaremos este estacionamento que a Prefeitura insiste em manter. Chega mais! Faz o teu Largo: este é um evento AUTOGESTIONADO!” , remetendo ao evento do primeiro Defesa Pública da Alegria; c) “Se tu CAIS, eu te levanto!” organizado pela Largo Vivo (pela primeira vez) e que ocorreu no “Cais Mauá (junto ao terminal do catamarã)”, que é um espaço central

junto ao Cais do Porto histórico da cidade, com a chamada “Largo Vivo na beira do rio, Largo Vivo para viver o nosso Cais Mauá! O porto está em disputa: tu tá sabendo o que querem aprontar por lá?! 4000 vagas para carros, hotel de luxo, shopping, destruição de armazéns históricos, elitização. Vem mostrar um pouco do Cais que TU quer! Com VIDA e ABERTO pra quem quiser chegar. A cidade não pode ter dono!”. Desta última chamada destaca-se a relação entre a suposta privatização do cais do Porto, em obras com o fato que ocorreu no próprio largo Glênio Peres, a explicitação de uma disputa política entre o povo e o governo, em um processo de “elitização” e definição de um “dono para a cidade”, utilizando-SE de termos do discurso.

Há também os cuja temática não foi relacionada aos protestos anteriores, porém sempre com a nova tendência de eventos com agendas políticas específicas, como: a) “LARGO VIVO ANOITECER VERDE EM PORTO ALEGRE (VIVA URUGUAY!)” que defende “acabar com a hipocrisia e mostrar pro mundo que Porto Alegre é a capital mais verde do país. E se eles cortam as árvores nos plantamos ganjah!!” em uma chamada para a Marcha da Maconha 2014; b) “LARGO VIVO Redes e Corpos Libertos / HardWare freedom Day” cuja descrição voltava-se à “liberdade no Centro de Porto Alegre”, tanto relacionada aos corpos, como à arte e a tecnologia”, debatendo questões de hardware livre e a o marco civil da internet; c) “LARGO VIVO - SOMOS TUDO O QUE NÃO PRESTA” voltado ao debate sobre questões quilombolas e LGBT através da denúncia de deputados federais e estaduais recém eleitos que manifestaram discursos objetivando “incitar ódio e crime racial”. O último evento do ano destoa dos padrões de todas as edições, sendo criado por apenas uma pessoa, na “Praça do Arco (frente ao Mercado Público)“, ou seja, do outro lado do Mercado Público, intitulado “LARGO VIVO ANOITECER VERDE EM PORTO ALEGRE (3º EDIÇÃO)!!!”, com a chamada retomando a anúncio da Marcha da Maconha (conforme já ocorreu em edição do ano anterior) e teve recorde de apreciação de um evento LV nas redes sociais, com 3036 confirmados no evento virtual. Além do Largo Vivo diversos outros eventos independentes começaram a adotar o Largo Glênio Peres como local de realização, como a Segunda Seca, atos do Defesa Pública e o coletivo Reggae no Mercado Público. Ademais, ocorreu uma edição do Largo Vivo em Pelotas, RS, no final de 2014.

2.3 A VAGA VIVA E O LARGO VIVO PARA O JORNAL ZERO HORA

A cobertura do jornal Zero Hora sobre o evento Vaga Viva é muito pequena, em geral assinada por pessoas externas à redação. Já nos caso do Largo Vivo encontrou-se um número

maior de matérias, em especial voltadas à relação entre este e os grandes protestos de junho de 2013.

A primeira matéria encontrada sobre o VV foi escrita pelo grupo Mobicidade, responsável pela última edição do evento realizada em Abril de 2014. A matéria, com linguagem jornalística, intitula-se “ao ocupar estacionamento com atividades inusitadas, Vaga Viva propõe a humanização de espaços públicos” e está marcada com a *tag* “Estacionamento para Pessoas”. Esta apresenta as atividades, a forma de articulação e a finalidade crítica do projeto. Apesar de um estranhamento inicial com relação à proposição do título através do termo “atividades inusitadas”, fica claro a sua utilização visto que um dos focos do início da reportagem são justamente as atividades atípicas como aulas de ioga e cortes de cabelo no espaço público. Ainda chama a atenção a ideia de que o VV “propõe a humanização do espaço público” (MOBICIDADE, 2014), o que reflete bem os objetivos do projeto, mas não é uma reflexão corriqueira pensar que os espaços públicos não são humanizados.

O segundo parágrafo apresenta a entidade que elaborou esta edição e o objetivo central do ato de maneira direta (“os espaços públicos podem servir para outras atividades”), com destaque para o termo “ocupar” relacionado a “serviços” e a proposta de “mostrar” um enfoque do espaço público distinto do habitual. O texto ainda fala em “humanizar essas áreas” – de estacionamento, tratada em outro trecho da reportagem ao explicar que a atitude visa “fazer com que os moradores da região vivenciem a rua não apenas como um local de passagem“. A matéria ainda faz referência ao público participante: “O público da Vaga Viva é diversificado: une moradores do bairro que nem sabiam da proposta com pessoas que saíram de longe para participar — a maioria devido ao anúncio do evento nas redes sociais.” (MOBICIDADE, 2014).

Uma organizadora afirmou em entrevista que “a Vaga Viva já aconteceu outras vezes, e a Mobicidade resolveu abraçar a ação” (MOBICIDADE, 2014), explicitando que o evento já faz parte do cenário urbano, mas sem entrar em detalhes de edições anteriores. Outra entrevista realizada é com o diretor-presidente da EPTC, que afirma que “é proibido bloquear as vagas, mas o direito às manifestações é previsto pela Constituição” (MOBICIDADE, 2014), demonstrando o viés da legalidade em seu discurso. Em uma matéria sucinta mais com diversas imagens, o veículo apresenta uma breve descrição da edição e a opinião sobre o acontecimento a partir de um integrante do governo municipal, através de matéria redigida por terceiros (Mobicidade).

Com relação às espacializações destacam-se os termos: “rua Fernandes Vieira, no bairro Bom Fim” e “entre as ruas Osvaldo Aranha e Henrique Dias”, ou seja, um trecho de quadra específico – o mesmo demarcado pelo evento divulgado nas redes sociais.

Outra reportagem, classificada como Opinião e Reflexão pelo veículo, refere-se ao dia da ideia, quando se inicia apresentando um “ambiente utópico”, quando “uma cidade onde o ônibus é confortável e, rapidamente, vai a toda parte. As pessoas ocupam a vaga dos carros, cada vez menos utilizados, para tomar chimarrão e socializar com os amigos” (VARGAS, 2014). Ao referir-se especificamente sobre espaço público a matéria entrevista um professor da UFRGS que apresenta o projeto como uma “iniciativa esporádica” e propõe que a ação deveria ser permanente e regulamentada, a fim de retomar a vivência urbana a partir do espaço público. Novamente o tema de reconhecimento da humanização do espaço público por parte dos transeuntes é acionado, e, segundo o entrevistado, deve ser invertida sua lógica de pertencimento.

De certa forma somente a primeira matéria aborda diretamente a Vaga Viva, sendo que a segunda apenas discute a ideia, dentro de outras ações, como possibilidades de alterações no cotidiano da cidade. Além destas reportagens encontraram-se mais quatro matérias abordando indiretamente o evento, sendo três delas relacionadas à instalação de um parklet – espaço de convivência semelhante ao da Vaga Viva, porém com viés permanente-instalado em frente à Faculdade de Arquitetura da UFRGS (MAGS, 2014; DESAPARECE..., 2014; ALUNOS...,2014; GIACOMELLI, 2014) e a outra redigida por um professor da UFRGS relacionando o evento com os demais protestos existentes na cidade (VARGAS, 2014). Sobre os três primeiros serão realizadas algumas considerações neste momento. Já o último será analisado juntamente com outros textos que relacionam diretamente os eventos estudados.

Segundo as reportagens (MAGS, 2014; DESAPARECE..., 2014; ALUNOS...,2014; GIACOMELLI, 2014), o Parklet foi instalado em frente à Faculdade de Arquitetura da UFRGS em atividade realizada durante a semana acadêmica promovida pelo DAFA/UFRGS. Na primeira reportagem a chamada o título principal é “grupo tenta legalizar na EPTC a estrutura colocada na Rua Sarmiento Leite e que tirou vagas de estacionamento” (MAGS, 2014), ou seja, evidencia o processo de legalização da atividade e explicita as consequências diretas com relação aos carros. Esta dualidade entre apoio e crítica com relação à instalação é evidenciada no primeiro parágrafo da reportagem, que afirma que enquanto uns param para fotografar, outros “criticam a perda do equivalente a quatro vagas para veículos”. É através desta evidência das duas faces do protesto que o jornal busca a neutralidade jornalística.

Do texto destaca-se o caráter internacional da iniciativa, a explicitação do objetivo da proposta e a fala de um estudante (não identificado) questionando qual forma de ocupação (carros ou pessoas) seria “mais legal”, que pode referir-se tanto ao sentido diversão, quanto a questão da legalidade da ação. Para outra entrevistada na reportagem, a ação: “é um questionamento que vem dos alunos. A faculdade é bem ortodoxa, grande parte dos professores tem viés modernista. Enquanto isso, nós temos contatos com muitos coletivos. A opinião geral é de que Porto Alegre segue uma lógica do carro, de não valorizar o pedestre” (MAGS, 2014). Aí se verifica uma crítica à própria formação acadêmica extrapolando os limites físicos da universidade, relacionando indiretamente esta com a lógica da cidade, voltada para os carros. Além disso, apresenta que o referencial dos alunos para realizar a ação não se limita ao aprendizado do curso, mas realiza-se através de “contatos com muito coletivos”. A seguir, a reportagem coloca a posição da diretora da faculdade de arquitetura, afirmando que “apesar de toda a empolgação dos estudantes” a faculdade “não se envolve” e “não tem nada a ver com a iniciativa”, estando preocupada com “a segurança dos alunos”. Novamente vê-se a ação com um conceito relacionado a um contexto de coletivos independentes e questionado constantemente sob a perspectiva da legalidade da ação e de suas consequências de alteração da ordem estabelecida.

A relação entre as matérias é feita pelo veículo através de *links* de matérias permeadas aos textos da reportagem em questão. Constatou-se um pequeno número de reportagens abordando o tema, mesmo já havendo edições anteriores a da Rua Fernandes Vieira com repercussão em outras mídias. No entanto nenhuma matéria explicita qualquer contrariedade ao ato, embora que também não expresse apoio e algumas vezes aponte para a redução do número de espaços de estacionamento. A Vaga Viva é considerado, assim, um projeto interessante para a Zero Hora, mas que ainda é visto mais como algo lúdico para indicar uma mudança de comportamento futura.

Do mesmo modo, o Largo Vivo tem um pequeno número de matérias no jornal, embora as existentes abordem diretamente o evento neste caso. A primeira notícia é de junho de 2013, época onde a mídia destacou atos de rua em função dos grandes protestos que ocorreram naquele ano. A matéria tem como título “Manifestação pacífica no centro de Porto Alegre questionou dois eventos da Fifa” (MANIFESTAÇÃO..., 2014) e destaca:

Depois de Porto Alegre presenciar uma noite de violência no protesto contra o aumento da passagem de ônibus, uma manifestação pacífica ocorreu no centro da cidade nesta sexta-feira. O ato [...] reuniu diferentes grupos para protestar contra a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Conforme a Brigada Militar, não houve nenhum registro de vandalismo. Além de

questionar os gastos dos governos para a realização das competições, os ativistas pregam a ocupação dos espaços da cidade. Em frente ao Mercado Público, foram estendidas faixas e promovidas atividades de lazer e música. Os eventos foram organizados pelas redes sociais, nas páginas do Copa pra Quem?, Tribuna Popular e Largo Vivo. (MANIFESTAÇÃO..., 2014).

A matéria baseia-se na diferença do modo de realização do protesto por não utilizar-se da violência demonstrada em eventos recentes, por tratar-se de uma manifestação pacífica e destacadamente “sem vandalismo”, segundo informações da Brigada Militar (ou seja, a partir da posição de uma autoridade governamental, não diretamente uma opinião do jornal). Destaca-se a caracterização dos atores como “diferentes grupos” com o objetivo de “protestar conta a Copa das Confederações e a Copa do Mundo” e, além deste tema central o questionamento com os gastos públicos envolvendo as competições e a ocupação dos espaços públicos. Grifa-se as distintas formas de chamar os participantes e o acontecimento (“manifestação pacífica”, “ato”, “protestar” “ativistas” e “eventos”), que por vezes busca a neutralidade e em outras aciona termos das reportagens anteriores, focadas nos protestos contra o aumento das passagens. Por fim, caracteriza a forma de manifestação com cartazes, atividades de lazer e música e atribui a organização dos eventos às páginas do Facebook “Copa para Quem? Tribuna Popular e Largo Vivo”. Discursivamente, destaca-se uma matéria claramente informativa, sem opinião sobre o tema e redigida em frases curtas e diretas.

Em outra matéria, publicada duas semanas depois e intitulada “eventos culturais realizados em parques e pontos urbanos refletem comportamento e consciência do uso do espaço público”, o colunista destaca o crescimento de eventos de rua na capital. Aborda um leque de eventos, mas o Largo Vivo recebe um destaque na matéria que inicia afirmando: “a rua é pública. Pode parecer óbvio, mas isso tem ficado mais claro não só diante das manifestações, como nos eventos culturais que vêm ocorrendo em Porto Alegre especialmente desde o ano passado”, destacando dois eventos que ocorrerão na semana, um dos quais o “Largo Vivo – Revolução com Bolhas de Sabão”. O diferencial deste texto é justamente explicitar o crescente número de manifestações de rua e a politização destes acontecimentos:

A tendência tem, claramente, fundo político. Em um momento em que grande parte da população se mostra insatisfeita com o preço das passagens de ônibus – e as exigências evoluem para os mais diversos assuntos –, o uso do espaço público urbano também entra na pauta. E, nesse contexto, ocupar um parque é mais uma maneira de transmitir a mensagem. (FOSTER, 2013).

A relação política dos eventos que prioritariamente possuem como *práxis* a ocupação do espaço público através de atividades culturais é de inédita para o veículo dentre as

reportagens analisadas, bem como a relação entre os eventos tidos como culturais e os grandes protestos que estavam em andamento naquele ano. A seguir, a reportagem novamente aciona o Largo Glênio Peres como local que, nas últimas semanas, “reuniu centenas de pessoas, com bandas, artistas e manifestações diversas” (FOSTER, 2013) – referindo-se a manifestação noticiada na escrita anterior, agora sem o destaque para a ausência de violência. Em entrevista a “uma das tantas pessoas que ajudaram a organizar a festa”, é explicitada a relevância do evento no sentido de criação de novos espaços de convivência: “a causa disso tudo é perceber que a cidade gira em torno da mobilidade, e a vida se resume em sair de uma caixa, que é a casa, entrar em outra caixa, que é o carro, para ir para uma terceira caixa, que é o trabalho.” (FOSTER, 2013). A fala ainda relaciona-se a discussão teórica sobre o individualismo das atividades cotidianas em contraponto à necessidade de criação destes espaços. A reportagem versa também sobre a organização do evento:

Não há um grupo formal de organizadores. A divulgação ocorre nas redes sociais, em iniciativas de grupos como Largo Vivo, Defesa Pública da Alegria, Caminhos Livres e Block Party POA. Tal horizontalidade é uma das características dos protestos recentes, sendo também um reflexo de como se organiza a internet. (FOSTER, 2013).

Vê-se aqui a relevância das redes sociais de internet no processo e a articulação entre o Largo Vivo e o Defesa Pública da Alegria. Na matéria também se faz referência ao bar Tutti Giorni, situado na região central da cidade e com frequentadores comuns às manifestações artísticas. A seguir a matéria menciona a Serenata Iluminada como outro evento com o mesmo potencial de articulação de pessoas nos espaços públicos, salientando que “os lugares mais comuns são a Redenção, o Largo Glênio Peres, o corredor de ônibus da Osvaldo Aranha e o Parque Marinha do Brasil”. Verifica-se nos discursos dos entrevistados uma relação com a descrição dos eventos: “as pessoas começam a discutir e pensar a cidade. Por que elas ficam em casa? Por que têm medo de sair à rua? Quando começa o debate, o evento já cumpriu seu papel”, e “Ir para a rua dá uma sensação de pertencimento, que é legal. É uma questão de apropriação”. Como destaque da matéria tem-se: a) a afirmação inicial “a rua é pública”, que expressa posicionamento; b) a forma de chamar os eventos como “manifestações”, “eventos culturais”, “palco para artistas” e “festa”, o que causa estranheza ao compararmos o primeiro termo com o último. De certa forma o termo “festa” utilizado reproduz um pouco do preconceito que pode existir com estas atividades: são tratados como comemorações de rua

que devem destacar-se prioritariamente pela cultura e ser incentivados. O curioso é que na mesma matéria é abordada a politização destes atos, o que gera uma interpretação dúbia.

A conotação festiva volta a ser utilizado na reportagem a seguir: “Ato em Porto Alegre tem reivindicação política, quebra-quebra e festa no Centro” (ATO..., 2013). Novamente o foco da notícia foi a violência dos protestos em andamento na cidade, afirmando que após os protestos em forma de caminhada os manifestantes concentraram-se no Largo Glênio Peres. Segundo a reportagem o evento teria sido chamado pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público e pelo Largo Vivo, e, ao invés de terminar com confronto, encontraram-se no Largo Glênio Peres para um encerramento em festa, como sugere o título. Novamente é nítido o destaque da mídia pelo fato do evento não ser violento, em contraste com os marcantes atos com “deprecação de agências bancárias”.

Assim, este é um comportamento padrão da cobertura dos eventos pelo jornal Zero Hora, dando mais destaque para os eventos polêmicos do que propriamente às atividades culturais autogesionadas, apontadas algumas vezes sem explicitação de seu caráter político. Uma marca disso é a ausência de reportagens sobre o LV antes de 2013. Embora o veículo tenha os cadernos Cultura e Política, a maior parte das notícias sobre o Vaga Viva (assim como a Massa Crítica) situa-se no caderno de Trânsito e o Largo Vivo é anunciado no caderno Entretenimento. No caso do Vaga Viva a metade das reportagens envolvendo o termo referem-se à instalação, desaparecimento e reaparecimento de estruturas do *parklets*, tornando-se um caso de investigação, sendo a matéria mais representativa sobre o tema redigida entidade externa ao jornal. Especialmente nas notícias do Largo Vivo verifica-se uma relação entre outros coletivos e eventos, como a Serenata Iluminada, o bar Tutti Giorni, o Defesa Pública da Alegria e o Bloco de Lutas pelo Transporte Público. Com relação às especializações verifica-se tanto a Vaga Viva como o Largo Vivo como eventos pontuais (como uma vaga, uma Praça ou um Largo) ou trechos de quadra (como “na Rua Fernandes Vieira” e “entre as ruas Osvaldo Aranha e Henrique Dias”). Apenas em uma matéria aparece o Largo Vivo inserido na organização de um protesto com circuito juntamente com o Bloco de Lutas pelo Transporte Público que “se reuniu em frente ao Paço Municipal e fez caminhada por vias da região central”.

2.4 A VAGA VIVA E O LARGO VIVO PARA O JORNAL SUL21

O jornal Sul21 pouco publicou sobre as Vagas Vivas na capital. Embora o projeto tenha muitas semelhanças com a formação ideológica e o contexto de sociedade defendida

explicitamente pelo jornal, a atividade foi detalhada diretamente apenas em uma notícia, sendo citada em outras quatro, porém no sentido de contextualizar o cenário ativista de Porto Alegre juntamente com outros protestos.

A matéria de março de 2014 (MORENA, 2014) também não aborda o evento isoladamente, mas dentro de um contexto de movimento de rua e de bairro voltados para a ocupação das vias por pessoas, como o projeto Rua para Brincar que muitas vezes se utiliza do Vaga Viva para proporcionar espaços de brincadeira para crianças. Além disso, articula este conceito a outros movimentos, com ênfase nas diversas atividades criadas para questionar as áreas de convívio no espaço público, através de “projetos capitaneados pela sociedade civil”. Expressa também que esta é uma forma de expandir além do convívio, a saúde e a segurança, relação que muitas vezes não é realizada pela população e que, assim, exprimi a opinião do veículo às atividades.

O trecho que aborda diretamente o VV é anunciado pelo subtítulo "Menos carros, mais vida", que poderia ser adotado para diversos protestos, como o Massa Crítica. A seguir apresenta seu recorte para o projeto através de uma entrevista:

Tema recorrente das políticas públicas dos anos 2000, a troca do carro por meios alternativos de transporte, como coletivos e bicicletas, é também peça central de projetos sociais que querem repensar mobilidade e qualidade de vida dentro do espectro urbano. Lucas Piccoli Weinmann é formando da faculdade de Arquitetura da Ufrgs e membro do grupo de universitários que trouxe o projeto Vaga Viva à capital gaúcha. No evento, os participantes são convidados a tomar a vaga de um carro na via pública e usar aquele espaço como um ambiente real de organização. (MORENA, 2014).

A associação com o tem da mobilidade urbana fica explícito na matéria, que ainda aborda as atividades promovidas no evento. Verifica-se na classificação do organizador uma pequena referência a história do movimento. De acordo com os dados desta pesquisa, de fato foram estudantes deste curso os responsáveis pelas primeiras edições do projeto. A utilização do termo “convidados” representa que o objetivo não é só reunir as pessoas que vão ao evento intencionalmente, mas também o chamamento dos que circulam pelas vias, resultando na “ocupação do espaço de um carro com vida”. Por fim, a apresentação do projeto é realizada como uma defesa a temas da mobilidade urbana. Após isso, um parágrafo é redigido para explicitar a relação “mais gente na rua, mais segurança”, através da circulação de pessoas, conceito associado diretamente com teoria defendida por Jacobs (2009 [1961]). Em suma, a matéria aborda diretamente o que é uma Vaga Viva, como ela é organizada, e seus objetivos. O maior diferencial é a expansão do tema, abordando a questão da convivência urbana e sua relação com a segurança pública. Porém é apenas uma matéria tratando sobre o assunto.

Já em relação ao Largo Vivo, além das matérias que apenas citam o evento ao relacioná-lo com o contexto urbano (analisadas posteriormente) foram levantadas onze reportagens. Muitas delas (quatro) estão na sessão agenda do site, sendo explicitamente um chamamento para as pessoas participarem do evento. Assim, sua descrição é idêntica ou um resumo da descrição do evento no Facebook. O interessante é que, através do veículo, fica documentado o registro dos fatores das primeiras edições, através de uma cobertura sobre a alteração de lei de uso do espaço do Largo Glênio Peres e sua repercussão. Duas matérias sobre a Farofada dos Desqualificados, apresentam esta como evento precursor do Largo Vivo, marcando o início da cobertura jornalística sobre o evento.

A primeira é intitulada “Ciclistas fazem ‘farofada dos desqualificados’ contra afirmação de secretário” (CARVALHO, 2011a). A partir da chama já se verifica a classificação dos atores deste primeiro movimento como “ciclistas” e que promovem uma ação contra uma afirmação de um governante. No primeiro parágrafo a informação sobre a organização é complementada:

O grupo, que está se organizando na internet, se concentrará a partir das 18h desta segunda. Os ciclistas pretendem comprar gêneros no Mercado Público e fazer uma confraternização no Largo Glênio Peres. O objetivo é criticar as políticas voltadas ao automóvel em Porto Alegre, em detrimento de espaços públicos para outros meios de locomoção. (CARVALHO, 2011a).

A forma de organização (através da internet) fica explícita. Do mesmo modo o objetivo do grupo é enfatizado pelo verbo “criticar” relacionado ao andamento das políticas públicas. A ação é classificada aí como “confraternização”, e no segundo parágrafo é tratada como “protesto”, quando o mesmo é contextualizado:

A ideia do protesto surgiu depois da resposta do secretário, no Twitter, a um internauta que questionou o cancelamento das Feiras Solidárias no Largo Glênio Peres, enquanto o espaço está sendo destinado para estacionamento de automóveis. ‘Estacionamento é o que garante público mais qualificado, o que aumenta o faturamento dos permissionários do Mercado. Isso que a Smic quer’, respondeu Valter Nagelstein. (CARVALHO, 2011a).

Com relação à resposta do secretário, ressalta-se que a mensagem foi redigida em uma rede social de internet (Twitter), que possibilitou uma grande repercussão e sua utilização por parte dos novos movimentos sociais. O termo questionado na afirmação (“público qualificado”) e sua relação estritamente financeira com as atividades do Mercado Público, o que nortearia as ações da SMIC (Secretaria Municipal da Indústria e Comércio). A relação que o público qualificado é associado à existência ou não de estacionamento também revela a

um direcionamento do espaço às pessoas com maior poder aquisitivo, contraposto pelo movimento como “farofada”.

Outra notícia do Sul21 tem o caráter de chamamento, situado na parte “agenda”, e destaca a 6ª edição do Largo Vivo. O texto aborda a programação que busca “um Porto mais Alegre” e assinala para a coleta de assinaturas “pelo fim do estacionamento no Largo”. Considera-se que a própria chamada para o evento já é um posicionamento do veículo, enfatizado pela divulgação do abaixo-assinado promovido pelo movimento.

O texto “Pedindo uma Porto Alegre para as pessoas, surge o ‘Largo Vivo’” (CARVALHO, 2011b), publicado em novembro de 2011, pode ser considerado o mais descritivo dos que abordam o evento, sendo citado pelos ativistas na descrição de grande parte dos eventos nas redes sociais. O título lembra a afirmação da matéria anterior de que o LV visa uma “porto mais Alegre”. O texto apresenta uma fala dos organizadores do evento: “Este é o Largo Vivo, uma ocupação do espaço público pelas pessoas no local que a prefeitura insiste em dizer que apenas os carros têm direito” (CARVALHO, 2011b). Traz ainda a surpresa dos transeuntes, explicitando que aquela não é uma atividade corriqueira daquele espaço. A descrição do evento é zoneada por atividades que acontecem no largo, dando a entender que são pequenos ou médios grupos que conseguem se organizar para ações coletivas. Novamente os integrantes são classificados como ciclistas e posteriormente como entusiastas. A entrevista é inserida na matéria de modo que os entrevistados corroboram as afirmações anteriores (“este é o Largo Vivo”), que ainda explicitam o constante confronto com a Prefeitura Municipal (“insiste em dizer”). Na frase a seguir o veículo apresenta o histórico do evento, desde a afirmação do Secretário à Farofada dos Desqualificados, a partir a afirmação de um dos entrevistados: “quando que ele (Valter Nagelstein) poderia imaginar que o seu tuite poderia causar tamanha repercussão perante tantas pessoas que, por diversos motivos, não se utilizam de carros?” (CARVALHO, 2011b). Ainda sobre a farofada, o veículo descreve a ação conforme citação anterior e anuncia que: “A partir daí, decidiram protagonizar o mesmo protesto todas as terças-feiras. Porém, saindo do caráter político que teve a Farofada em direção a um viés mais artístico e cultural, defendendo a apropriação dos espaços públicos.” (CARVALHO, 2011b).

Agora tratados como manifestantes e mencionando uma avaliação positiva das ações anteriores é ratificada a ação política do primeiro ato contrastada com as atividades culturais nos demais, que têm como política especificamente sua agenda através da apropriação dos espaços públicos. A redação apresenta o que ocorrerá na 8ª edição do evento, realizada a

seguir, e enfatiza as atividades realizadas nas edições anteriores, dando enfoque especial aos shows e espetáculos teatrais, além da relação com outros movimentos.

Ouvindo a voz dos ativistas, a matéria apresenta o ato, tanto com relação a sua organização e história como o funcionamento e programação. A visão apresentada é parcial, explicitando apenas o viés do manifestante. Por isso justifica-se a utilização da mesma como apresentação do evento na divulgação realizada pelo próprio grupo em edições posteriores.

No mesmo mês, uma entrevista com o secretário é publicada (PRESTES, 2011). O veículo afirma que, com relação ao Largo Glênio Peres, a afirmação do secretário foi mal interpretada e acarretou na criação do Largo Vivo, quando cicloativistas ocupam o espaço todas as terças à noite. A resposta do secretário considera que foi “uma declaração infeliz minha e, ao mesmo tempo, não foi mal interpretada, mas deturpada de forma proposital, por divergências ideológicas. Sinto e sei que sou odiado pelos movimentos de extrema-esquerda.” (PRESTES, 2011).

O secretário confirma a autoria da frase e afirma que ela foi interpretada politicamente, classificando a organização do evento como de “extrema-esquerda”. Pela fala, constata-se que não é apenas este grupo que questiona o discurso do representante do governo, mas sim pessoas com visão política semelhante e que, por sua visão extremista, não representam as ideias da maioria na sociedade. O secretário, a seguir, complementa seu discurso afirmando: “Temos dados que mostram que no dia em que é possível estacionar no largo aumentam as vendas do Mercado. Eu fiquei muito triste porque disseram que eu estava contra as bicicletas.” Assim, mesmo assumindo que sua declaração foi infeliz fica evidente que a visão política sobre o acontecimento permanece inalterada. Assim como o jornal, o governante associa o LV ao movimento cicloativista sem que o tema tenha sido abordado anteriormente na matéria.

A regulamentação das atividades que ocorrem no Largo passou a ser discutida. No Sul21 a matéria que inicia o debate atesta que a “Prefeitura de POA restringe atividades no Largo Glênio Peres” (OLIVEIRA, 2011). A matéria é do final de dezembro de 2011, portanto, pouco mais de três meses após a afirmação do secretário sobre o então projeto de lei (PL), que acarretou na Farofada dos Desqualificados e, a seguir, no Largo Vivo que já se encontrava na sua 12ª edição. A matéria inicia com a repercussão da medida: “Ainda repercute nos movimentos populares de Porto Alegre um projeto de lei da prefeitura que restringe a realização de atividades culturais, artísticas e econômicas no Largo Glênio Peres – tradicional espaço que costeia o Mercado Público e a Avenida Borges de Medeiros, no centro da Capital”.

Atribui-se ênfase na caracterização das pessoas atentas ao PL como “movimentos populares” e na definição do Largo como um espaço “tradicional” na cidade, contextualizando-o na malha urbana. O texto afirma que as atividades serão restringidas, conforme esclarecido a seguir: “a lei estipula que ‘shows artísticos, espetáculos e eventos culturais que façam uso de palco e sonorização ficarão limitados a dois eventos mensais, com duração de no máximo um dia cada um” (OLIVEIRA, 2011). Além disso, “a lei também determina que artistas de rua poderão utilizar o Largo Glênio Peres, desde que devidamente autorizados pelo Executivo Municipal por intermédio de seus órgãos competentes, vedada a utilização de som amplificado”. Tanto o termo “regulamenta” quanto “restringe” parecem adequados, uma vez que o que o poder municipal faz é limitar as ações numericamente e a autorização de qualquer atividade que ocorra no local, mesmo a de artistas de rua. Assim, é através da autorização ou não dos eventos que a regulamentação será exercida de fato, passando o controle total das atividades à Prefeitura.

Segundo o jornal, para o prefeito, que é quem assina a proposta, é preciso proteger o pavimento do largo, pois “muitas destas feiras, devido sua natureza, não atendem o pressuposto necessário à destinação de um espaço público de uso comum do povo” (OLIVEIRA, 2011). Em seu discurso a finalidade da medida visa justamente proteger o espaço público e minimizar os danos ao patrimônio, caracterizando-se como um discurso conservador. Além disso, no fragmento destacado pelo jornal não fica claro qual seria o pressuposto apontado para o atendimento “comum do povo”. A utilização do termo povo, alias, diferencia-se de um discurso neutro do governante, pois se aproxima de uma visão mais popular do que termos como sociedade, cidadãos ou população. Existe então um pressuposto para um espaço público de uso comum do povo? É justamente este o ponto de confronto do PL com a oposição, que afirma que a medida “é uma tentativa de privatização e restrição da utilização de espaços públicos” (OLIVEIRA, 2011). Com relação aos termos, a questão da restrição do espaço é comum a todas as esferas (prefeitura, jornal e oposição). Já a questão da privatização do espaço público aparece diretamente na fala de oposição. A seguir o veículo associa esta questão com outras medidas da prefeitura, ainda a partir da entrevista com a vereadora de oposição: “a prática da prefeitura tem sido atacar determinadas manifestações populares” (OLIVEIRA, 2011). Pelo viés da oposição a restrição visa o ataque às manifestações e cita o caso de um grupo de teatro que consta na programação de alguns atos do Largo Vivo, com destaque aos termos relacionados a conflitos como “prática”, “atacar” e “intervenção”. No prosseguimento da matéria o evento Largo Vivo é abordado diretamente através de uma entrevista com um dos integrantes do coletivo, relacionando a restrição

aprovada ao espaço com as atividades do Largo Vivo, movimento organizado por “um grupo de pessoas, em sua maioria ciclistas” (OLIVEIRA, 2011), dizendo que “o movimento [...] pode vir a ter suas atividades limitadas” (OLIVEIRA, 2011), sem expressar certeza de que de fato a legislação será cumprida. O Sul21 apresenta a fala do entrevistado como “contestação” ao discurso oficial que “transforma o largo em estacionamento” prejudicaria mais o piso do que as atividades culturais. Deste modo, é explicitado que o entrevistado “acusa a prefeitura de estar adotando uma ‘postura política para restringir o espaço, não preservá-lo” (OLIVEIRA, 2011), associando a ação a redução dos “espaços para manifestações”. A fala do entrevistado vai ao encontro do discurso de oposição, de que a restrição do espaço possui um viés mais político-estratégico do que meramente de conservação do bem público. O veículo é incisivo ao classificar o argumento do ativista com os verbos “acusar” e “criticar”. Do mesmo modo o entrevista utiliza o neologismo “feudalizando” para descrever o seu viés da prática do governo municipal em regular todas as atividades da cidade, acarretando em um menor número de espaços para manifestação.

Por fim, o jornal entrevista na matéria o secretário autor da frase original do protesto, caracterizado como “articulador do projeto”. De acordo com a matéria, para ele as medidas se inserem no contexto de revitalizar o centro histórico: “Enfrentávamos, historicamente, um processo de depredação do largo, de ocupação abusiva e excessiva [...] Passam em torno de 400 mil pessoas por dia por ali, uma feira tem garantia de público e vende bem [...]”(OLIVEIRA, 2011). O governista traz dados sobre a ocupação do Largo, argumentando que na metade dos dias do ano ele é ocupado por diversas atividades, sendo um destaque demasiado aos eventos quando levado em conta a quantidade de pessoas que circulam pelo local. O argumento defende que algumas feiras e atividades são concorrentes às atividades do Mercado Público, prejudicando o comércio dos estabelecimentos registrados. O uso do termo ‘revitalizar’, que é significa trazer de volta a vida a um local, parece inapropriado a um local onde circulam centenas de milhares de pessoas. Com relação ao debate de que as atividades contribuem para o processo de degradação do piso, explicitada pelos manifestantes, o secretário “rebateu: Tem algum laudo de alguém que é engenheiro nesse grupo?, respondeu, em referência ao Largo Vivo”, de acordo com os termos do jornal. Este questionamento comparado à frase do prefeito de atender “um espaço público de uso comum do povo” evidencia um conflito na perspectiva do governo, quando um secretário aponta que para manifestar-se o grupo precisa de um estudo técnico em contraposição a defesa pelo prefeito de um espaço comum, que atenda aos anseios da população. O tom de fala do primeiro é ainda mais notório na afirmação seguinte: “Eu respeito, eles têm legitimidade para postular

suas causas. Mas também temos legitimidade para governar, existe todo um processo pelo qual passamos, por mais que anarquista não goste” (OLIVEIRA, 2011).

A acusação implícita é de que os que questionam as medidas tomadas são extremistas e, assim, não representam a maior parte da população. Salienta-se a afirmação de respeito às demandas e do reconhecimento da legitimidade, mas em clara oposição à autoridade do governo de liderar o processo em oposição às causas ditas anarquistas. O jornal Sul21 demonstra a sua posição ao colocar que a frase do secretário visa “alfinetar” o movimento. Em outra matéria, outro vereador de oposição cita o LV ao alertar que a aprovação do PL é “um sinal de que a democracia em Porto Alegre está a perigo” (FOGLIATTO, 2014), citando como referencial de democracia os pressupostos de Norberto Bobbio. No texto, que também articula todos os eventos de forma histórica, este vereador chancela: “Por isso, estão todos convidados a participar do movimento Largo Vivo, que é feito todas as terças-feiras, a partir das 18 hs, no Largo Glênio Peres. Queremos democracia, diálogo e principalmente respeito para com o cidadão de Porto Alegre”. Sua fala é em defesa da democracia representada através do espaço público.

Outras três matérias apenas convocam as pessoas às atividades do Largo, tendo como texto exatamente a descrição do evento de divulgação nas redes sociais. A exceção é uma matéria que relaciona um evento LV com a Ocupação Saraí. Segundo a matéria:

O Largo Vivo e a Sarai têm aspectos em comum: ambos surgem num contexto de expansão das privatizações e especulação imobiliária e defendem a revitalização do centro e sua ocupação por pessoas. O Largo surgiu no final de 2011, reivindicando a ocupação de espaços públicos e sua não privatização. Realizado periodicamente na cidade, aproximadamente a cada 15 dias, o evento reuniu uma multidão que lotou o Largo Glênio Peres, ao lado do Mercado Público de Porto Alegre, apesar do frio de 11 graus que atingia a cidade. Com organização autônoma, o Largo foi dessa vez realizado para ajudar a pressionar o governo do Estado a assinar o decreto. (FOGLIATTO, 2014).

Dentre os aspectos que associam os eventos destaca-se a afirmação de privatizações do espaço público associada à especulação imobiliária e aos processos de revitalização. O texto aborda um pouco mais sobre a organização do evento como sua periodicidade, a grande quantidade de participantes, e sua organização autônoma – termo que pode ser associado tanto com organização independente quanto relacionado à autonomia anarquista, visto que seu uso é frequente aos que possuem esta visão política. Ainda em relação às ocupações, palavra que resume a aproximação dos movimentos, destaca-se a frase de uma coordenadora do

Movimento Nacional de Luta pela Moradia expressa na matéria: “Isso é maior do que só a Sarai, isso é sobre que tipo de cidade nós queremos” (FOGLIATTO, 2014).

Assim, considera-se que o Largo Vivo é bem representado pela cobertura jornalística do Sul21, sendo abordado em um grande número de matérias e de diferentes formas: a) através da descrição das atividades e explicitação dos objetivos e como o movimento almeja alcançá-los, representado o movimento através de diversas entrevistas e fotografias; b) através de convocações aos leitores com a programação das próximas edições; e c) fazendo a cobertura jornalística da tramitação do Projeto de Lei que regulamenta as atividades do espaço, e ao fazê-lo, verificando as implicações da medida com relação ao movimento. Esta cobertura é distinta da realizada com a Vaga Viva, que é abordada pelo veículo poucas vezes de forma mais descritiva, sendo apenas citada em publicações que relacionam os distintos atos dos novos movimentos sociais.

Com relação às espacializações trata-se de eventos pontuais, sendo que a Vaga Viva não relaciona o projeto a qualquer espaço por não tratar de uma edição especificamente. Já o Largo Vivo é sempre relacionado ao Largo Glênio Peres, sendo que as edições que não ocorreram naquele local não tiveram cobertura pelo veículo.

ANEXO II - DISCURSOS DE PROTESTOS DE CONFLITO POLÍTICO

Após a análise dos conflitos de disputa simbólica, parte-se para a dos demais movimentos, marcados por conflitos explicitamente de cunho político ideológico. Serão analisados, adotando os mesmos critérios dos movimentos anteriores, o Defesa Pública da Alegria (DPA) e os protestos organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público (BLTP), que mercaram os atos políticos da cidade nos anos de 2013 e 2014.

Fazendo relação desta classificação com as manifestações já apresentadas, verifica-se que o Largo Vivo a partir de seu segundo momento já sofreu alterações decorrentes do envolvimento com os dois movimentos aqui analisados, associando-se a eles. Contudo este evento é, mesmo quando relacionado aos dois últimos, sempre abordado através de suas atividades culturais e festivas.

Por tratar-se de movimentos que articulam diversos grupos, como entidades e outros movimentos sociais, verifica-se aqui uma aglutinação de muitos atos de protestos anteriormente analisados, de modo que é possível afirmar que foram decorrentes de um estopim de manifestações, o que, associado com um direcionamento político explícito contrário aos governos executivos municipais e estaduais, passou a ganhar grande repercussão na mídia.

Verifica-se que um dos elementos de maior evidência na análise de discurso do DPA e do BLTP é a composição dos atores, que passam a ser especificados e discutidos pelos jornais, porém de modos distintos, explicitando uma disputa discursiva sobre a autoria das ações. Por fim, com relação aos repertórios de ação, verifica-se que o primeiro movimento possui uma estrutura mais próxima a do Largo Vivo, sendo os atos mais incisivos e conflituosos apresentados pelo segundo.

Por fim, salienta-se que a apresentação dos movimentos foi estruturada a partir de sua origem cronológica, ou seja, do momento de seu surgimento na cidade, embora todos passem a se interpenetrar num determinado momento. Neste sentido, destaca-se o surgimento do Massa Crítica em 2008, do Vaga Viva em 2010, do Largo Vivo em 2011, do Defesa Pública da Alegria em 2012 e da formação do Bloco de Luta Pelo Transporte Público, reunindo diversos coletivos e entidades que já atuavam pela causa, porém de modo desarticulado, em 2013. Assim, os protestos agora estudados seguem a linha histórica dos anteriores, de modo que passem a incorporar parte de suas características, porém com destaque para uma explicitação do enfoque político dos atos, além de novas táticas de ação.

1 DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA

O Defesa Pública da Alegria foi criado em 30 de setembro de 2012 através de uma página na rede social Facebook. Nesta, se autointitula de coletivo e de movimento, em distintas situações. Não foi localizada nenhuma outra referência sobre o movimento que não seja a existente nas redes sociais, como *sites* e *blogs*. Diferentemente dos movimentos sociais anteriormente analisados, a página é criada anteriormente a elaboração e divulgação dos primeiros atos do grupo, o que explicita que o propósito de sua criação foi justamente a organização de eventos.

Analisando as publicações dos primeiros dias, quando o coletivo se apresenta, encontra-se a citação de Mario Benetti que afirma “defender a alegria como um princípio” (FACEBOOK, 2012), e, a seguir, um texto do movimento que inicia apresentando sua visão da atual situação da cidade:

Estão nos acostumando ao silêncio obrigatório, à onipresença das sirenes, à venda criminosa dos nossos maiores patrimônios públicos. Estão nos acostumando a uma cidade e uma sociedade cinzentas, a um desgoverno municipal que não ouve, impõe, reprime: a população se mobiliza e sua voz cresce, chama atenção para suas reivindicações, mas estas são reduzidas a caso de polícia. [...] Porto (ex-) Alegre se tornou uma cidade que arranca as pessoas de suas casas em nome de um campeonato de futebol, que esvazia de gente as ruas e praças, que persegue a música e qualquer forma de arte nas ruas e nos bares, que mutila parques e impõe um viaduto na beira do Guaíba - sabia? - em nome da falida cultura do carro, que abandona o transporte público e a bicicleta. (FACEBOOK, 2012).

O texto apresenta em seu recorte inicial um contexto de inibição política das manifestações sociais através de políticas arbitrárias do governo (no caso, explicitado como municipal) e o tema da dita privatização dos espaços públicos, já recorrente na cidade através do Largo Vivo. Concomitantemente afirma um crescimento e rearticulação dos movimentos, através na mobilização da população. No discurso tem-se o questionamento das políticas públicas voltadas ao automóvel, a exemplo dos outros movimentos, e ao dito esvaziamento das ruas e praças, decorrente de uma perseguição às atividades no espaço público, que vão desde cerceamento de manifestações a fechamento de bares. Após a contextualização, a proposta de ação é apresentada:

Nossa resposta será na cara do prefeito. Independente de afinidades partidárias, na próxima quinta-feira, 4 de outubro, semana da eleição, vamos mostrar o repúdio da cidade às políticas do governo Fortunati. Sem perder a ternura. Nosso palco e arena é a Praça Montevideú, em frente à Prefeitura. A

concentração é a partir das 16h com diversas atividades que seguem noite a dentro. Levemos amigos, faixas ou materiais para fazê-las, canecas, instrumentos musicais pro festerê. E nossa alegria como uma bandeira, como um direito. (FACEBOOK, 2012)

Há, portanto, um direcionamento da ação para as políticas municipais, em um movimento dito apartidário, embora organizado na semana das eleições municipais. Estas eleições marcam uma tentativa de reeleição do então prefeito da cidade, de modo que, mesmo apartidária, por posicionar-se explicitamente contra a situação da prefeitura, a manifestação interfere no cenário político. O “palco” do evento foi marcado para “a Praça Montevideú, em frente à Prefeitura”, situada ao lado do Largo Glênio Peres (FACEBOOK, 2012). Por fim, a apresentação do evento sugere intervenções artísticas, em que pese à relação política explícita do evento, de modo que a alegria seja “como uma bandeira, como um direito”. O texto é finalizado pela divulgação do evento do Facebook. No dia seguinte outra publicação associava o primeiro evento (que ocorreria dias depois) a outras ações relacionadas ao espaço público: “Contra a privatização do Largo Glênio Peres, da Orla, da Redenção, do Araújo Viana... contra todo saque ao patrimônio da cidade!” (FACEBOOK; 2012).

Na véspera do protesto o chamamento de pessoas para o evento é intensificado, explicitando os motivos, o modo de manifestação esperado e uma agremiação de forças individuais e de outros coletivos:

[...] A Defesa Pública da Alegria segue agregando mais coletivos, políticos e artísticos. A programação da noite de quinta-feira começa a ficar recheada de arte e de participação popular. Lembrando que hoje à noite [...] haverá confecção coletiva de cartazes e outros materiais de divulgação. Te esperamos no teatro do Utopia e Luta, na escadaria da Borges.

A proposta apresentada é a de um movimento aberto, que agrega coletivos tantos artísticos como políticos, trazendo diversidade ao evento e resultando em um incremento de participação popular. A divulgação ainda convida a uma construção coletiva de materiais de comunicação realizada na sede do Utopia e Luta, uma antiga ocupação no centro da cidade que foi regularizada, evidenciando a articulação com o movimento de luta pela moradia. No dia do protesto, é anunciada a presença do movimento Largo Vivo: “Largo Vivo presente nesta Defesa Pública da Alegria! É daqui a pouco! Concentração às 16h e maniFESTAção a noite toda.” (FACEBOOK, 2012). Esta relação é interessante sob a perspectiva de organização dos movimentos, pois o Largo Vivo não possui uma estrutura fixa de coordenação como outros coletivos, o que faz com que não seja entendida a forma de

deliberação de sua inserção à causa, em que pese à familiaridade das pautas. Nas duas primeiras edições os eventos nas redes sociais foram criados por pessoas independentes. Embora a página já existisse, era utilizada especialmente para finalidade de divulgação. Destes, verifica-se uma grande semelhança de pessoas que estavam engajadas na elaboração dos recentes eventos do Largo Vivo.

O grande tema da manifestação foi um tatu-bola instalado no Largo Glênio Peres, o que originou a contestação, considerando a lei de regulamentação do Largo (que originou o Largo Vivo), ainda recente à época. Em seguida foi instalado o boneco, símbolo da Copa do Mundo FIFA 2014 que ocorreria na cidade e patrocinado pela Coca-Cola, uma empresa de bebidas privada tida como um dos símbolos do capitalismo por parte dos movimentos sociais. O evento foi marcado por um confronto entre policiais militares e manifestantes, acarretando em muitos feridos, o que não ocorria há anos na cidade e gerou polêmica, conforme será abordado na cobertura jornalística sobre o evento. No dia seguinte, a página do Defesa Pública da alegria publica dois textos que evidenciam sua visão:

A Coca é só um símbolo e uma concretude de que os espaços públicos estão à venda. O que importa nas manifestações que estão ocorrendo: 1) organização, mobilização e articulação popular real em defesa da cidadania plena; 2) repúdio ao tipo de política municipal que sitia, coloca toque de recolher e proíbe manifestações públicas e artísticas em locais públicos (lei deste ano); 3) atitude inteligente é unir as pessoas na rua: ontem o microfone estava aberto e pessoas de diferentes locais, classes sociais falando de sua insatisfação com a higienização da cidade enquanto as necessidades básicas de moradia, saúde, educação e cultura estão sendo postos de lado. Absurdo é a imagem da polícia defendendo um pedaço de plástico. (FACEBOOK, 2012).

O texto acima anuncia uma matéria de cobertura do evento realizada pelo jornal Sul21, intitulada “Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre” (OLIVEIRA et al, 2012), analisado a seguir. Nas afirmações cima, fica notória a percepção do movimento com relação à privatização dos espaços públicos pela utilização de marcas privadas e apresenta uma visão conjuntural sobre o crescente de protestos existentes na cidade, utilizando-se de termos marcantes na sua enumeração de conceitos. A frase final pode ser entendida como resposta a algum questionamento sobre a legitimidade do movimento com relação à campanha eleitoral vigente.

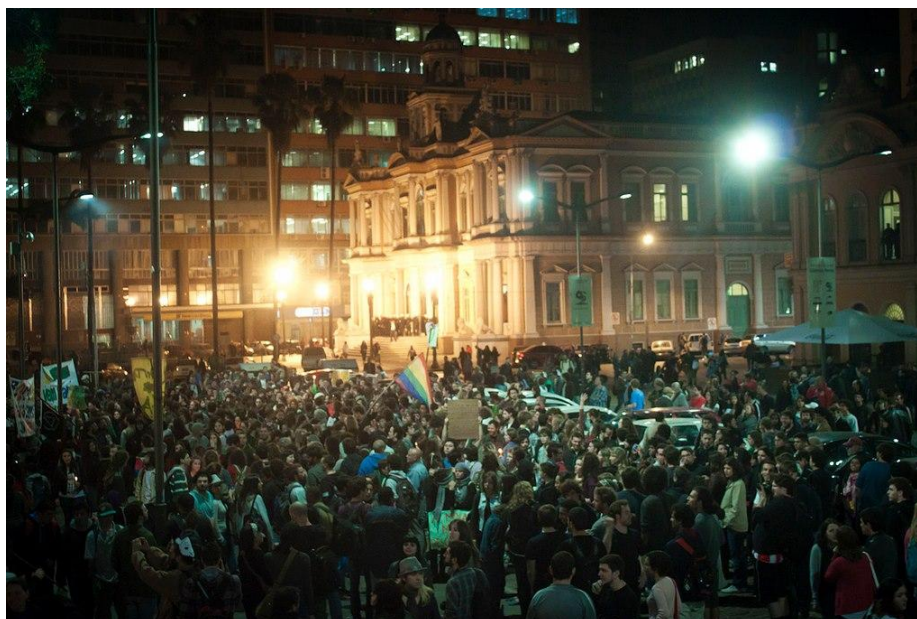
Ainda no mesmo dia o coletivo apresenta uma Nota Pública, a única localizada em toda a história do movimento (FACEBOOK, 2012), através da qual destaca: a) a caracterização política do movimento como “manifestação artística, popular, apartidária e

pacífica, em defesa da humanização da cidade”, realizada por “artistas, coletivos, trabalhadores, população de rua, ou seja, cidadãos” (FACEBOOK, 2012); b) dados do evento (mais de 1500 pessoas; seis horas de duração); c) sua versão sobre o incidente, defendendo a proposta de ato pacífico; d) a explicitação da agenda do movimento, diretamente relacionada com movimentos existentes (defesa das manifestações públicas, direito à moradia, contrariedade às políticas da Copa do Mundo, especulação imobiliária, às privatizações de espaço público, fechamento seletivo de bares e ao aumento da passagem de ônibus). Destas pautas, verifica-se direta relação com questionamentos realizados na época pelo Largo Vivo, explicitando a afinidade dos movimentos, além de novos temas, como o aumento das passagens de ônibus. Este último será analisado a seguir e já ocorria na cidade há alguns anos e teve seu ápice no ano de 2013, poucos meses após este ato. Após as afirmações, mantêm sua postura combativa à política estabelecida original e explicita que o movimento seguirá nas ruas.

O debate sobre a posição e composição política da primeira edição do evento passa a ser realizado na sociedade, como será apresentada na parte de análise de discurso das mídias. Neste cenário o movimento se manifesta alguns dias depois do caso envolvendo o confronto com a polícia, dia de votação para as eleições municipais: “Caso partidários fôssemos, seria muito mais fácil hoje, dia de eleição, estarmos fazendo campanha para o candidato A ou B. [...] Nossa bandeira é a defesa da cidadania, do direto à voz, direto à cidade. O povo unido é maior que qualquer partido!” (FACEBOOK, 2012). A afirmação é categórica no sentido se manifestar-se um coletivo apartidário, defendendo uma política “fora dos partidos”, uma política cidadã. Estas ideias se aproximam de ideais anarquistas dos outros movimentos.

A partir dos questionamentos apontados para o grupo após a repercussão do incidente, o Defesa Pública da Alegria expressa algumas publicações questionando a mídia, como no dia 06/10/2012, dia posterior ao episódio quando publica a cobertura dos veículos Zero Hora, já caracterizado, e do Jornalismo B, apontado como um dos “jornais independentes” da cidade com viés político de esquerda, questionando acima do *link* para suas notícias de cada veículo: “queridos, vocês já ouviram falar no PIG (Partido da Imprensa Golpista)? Comparem as versões” (FACEBOOK, 2012). Uma semana depois, sobre a cobertura do ato em repúdio a ação da polícia militar no primeiro episódio, o coletivo publica a imagem abaixo anunciada pela frase: “Para a RBS, 200 pessoas. Para o Correio do Povo, 100” (FACEBOOK, 2012).

Figura 10 - Foto de um evento no Largo Glênio Peres.



Fonte: Facebook, 2012.

Na imagem veem-se centenas de pessoas no Largo Glênio Peres, ironizando a contagem divergente entre os veículos e distinta do que, segundo movimento, se verificava no local. O ataque é mais incisivo com relação à Zero Hora e ao Grupo RBS. Na página encontraram-se mais três publicações questionando-os: a) imagem de uma manifestação da Reitoria da UFRGS com faixas que diziam "50 Anos do Golpe, 50 Anos de Impunidade" e "RBS - Ontem Cúmplice da Ditadura; Hoje, Parceira da Máfia do Transporte"; b) "A história que a Zero Hora não conta", apresentando um questionamento às políticas relacionadas ao Plano Diretor Cicloviário, induzindo que a cobertura do jornal não abordava ações contrárias à Prefeitura; e c) "Zero Hora mente. Força mídia independente" (FACEBOOK, 2012), em publicação que anunciava um novo número da Revista Bastião.

A maioria das publicações da página é convidando pessoas para as manifestações e para a construção coletiva do movimento. O nome do evento passou a ser relacionado com o local, como na Defesa Pública da Redenção, em novembro de 2012. O evento, assim como os primeiros, possuía uma descrição politicamente direcionada ao poder executivo municipal, referido como poder "público", utilizando as aspas no termo para evidenciar ironicamente sua visão de políticas governamentais voltadas a interesses privados. Conforme descrição do ato vê-se como mote central crítica ao cercamento do Auditório Araújo Viana, situado no Parque Farroupilha, popularmente chamado de Parque da Redenção, apontado como privatização do espaço, que deixava de ter administração predominantemente pública por décadas em decorrência de uma parceria público-privada. A seguir, a descrição apresenta a proposta do

ato, mantendo o incentivo a atividades artísticas como forma de protesto: “Vamos para frente do Araújo, para frente do nosso auditório, para o meio do nosso parque, repetir e ampliar essas perguntas ao poder municipal. Segurança se faz com gente na rua. [...] Música, dança, circo, piquenique. Gente. Vamos mostrar como funciona a cidade que a gente quer”.

Constantes terminologias utilizadas pelo coletivo referem-se ao público, seja por iniciativas ou espaços. Neste caso, a proposta da expressão “nosso auditório” traz novamente este tema, além da utilização em textos já apresentados das expressões ‘cidadãos’ e ‘a gente e povo’. Por fim, o evento apresenta as atrações já confirmadas, como fazia o Largo Vivo, listando bandas (inclusive coletivas, de improviso), jornais e revistas independentes e outras atrações artísticas.

Após o ato da Redenção o evento subsequente organizado foi a Defesa Pública das Árvores, que contou com diversos episódios e atos. O primeiro deles, organizado pelo movimento juntamente com outras entidades (como a AGAPAN, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente) e pessoas independentes ocorreu em março de 2013 e questionava a duplicação de uma avenida de acesso à cidade que passa em frente à Usina do Gasômetro, outro espaço tradicional e símbolo da cidade. O nome do evento é atribuído à remoção de diversas árvores como consequência do alargamento viário, de modo que a chamada foi: “Salvemos nossa cidade e nossas árvores da Carrocracia! Sexta-feira é dia de gente na praça. É dia de barrar mais uma obra ineficaz e milionária paga por todos nós. Às 18h, na Praça do Aeromóvel (Julio Mesquita), em frente ao Gasômetro” (FACEBOOK, 2013). A proposta era, através de ações populares, evitar que a obra fosse realizada sendo a “salvação” da cidade de mais uma obra que privilegiava o automóvel em detrimento a espaços de convivência, como a praça em questão. A descrição do evento que convida as pessoas é iniciada em tom de denúncia a uma suposta ilegalidade por parte da Secretaria Municipal do Meio Ambiente no licenciamento do projeto, realizada por um secretário que, no momento, “encontrava-se detido devido a suspeita de participação em uma rede de fraudes em licenças ambientais” (FACEBOOK, 2013). A seguir, apresentam-se os motivos pela contrariedade da obra com argumentação e referências sobre o urbanismo de cidades globais: “indo na contramão das novas políticas internacionais de mobilidade urbana, o poder municipal aposta na falsa sensação de que a duplicação de grandes vias é a solução [...], o que muitas vezes pode confundir aqueles que enfrentam esta dificuldade diariamente”, embasando sua visão por “inúmeros pareceres de urbanistas que afirmam o quanto a duplicação da via é uma estratégia equivocada” (FACEBOOK, 2013). O evento ainda sustenta-se na tradição do movimento ambientalista gaúcho, lembrando um fato histórico de 1975 quando se alterou uma obra que

retiraria árvores do centro da capital através de protestos e mobilizações, bem como projetos não executados que demoliriam o Mercado Público e a Usina no Gasômetro. Relacionando a estes movimentos, evidencia a ressonância com movimentos atuais: “há pouco, tão pouco que esse sopro ainda nos enche os pulmões, a população foi às ruas em massa e barrou mais um aumento criminoso da passagem” (FACEBOOK, 2013). Neste momento, já em 2013 o movimento associa-se aos protestos do Bloco de Luta pelo Transporte Público pelo caráter popular das ações. No mesmo texto, a formação ideológica do movimento é explicitada: “seguiremos construindo a tradição libertária desta cidade” (FACEBOOK, 2013) e é salientada a permanente abertura a contribuições e ao engajamento de novos movimentos, seguido de uma lista de 13 movimentos e entidades que apoiam o movimento.

O primeiro evento a abordar o tema das árvores do local foi o “Defesa Pública do Progresso” (FACEBOOK, 2013) e, entre um protesto e outro, houve uma edição de alguns atos realizados por pessoas independentes. Posteriormente os movimentos relacionados e estes cortes de árvores foram organizados por uma página chamada Ocupa Árvores, com descrições e forma de manifestação e alguns integrantes muito similares aos do Largo Vivo e do Defesa Pública da Alegria (DPA). O nome de coletivo também pode ser associado aos movimentos *Ocuppy*, que marcam disputas sociais em diversas cidades do mundo a partir do *Ocuppy Wall Street*, ocorrido em 2011. Verifica-se aí também uma proximidade entre os coletivos, visto que a Massa Crítica de 29/03 daquele ano propôs a realização de um percurso que passasse pelo local do corte das árvores e fizesse uma pausa para um piquenique coletivo.

Esta reunião de diversos atos em datas muito próximas já nos primeiros meses do ano anunciam o que será uma marca do ano de 2013, quando grandes protestos organizados originalmente contra o aumento de passagens caracterizam o momento sociopolítico tanto da cidade como no cenário nacional. Esta articulação entre as causas é explicitada através de uma convocação postada no momento ápice dos protestos na capital: “Nós do Defesa Pública da Alegria convocamos a população a se somar a esta ocupação. Pelo passe livre, sim. Por um transporte 100% público, também” (FACEBOOK, 2013). No texto relacionam-se os termos ocupação (referindo-se à ocupação das ruas pelos protestos), passe livre e transporte 100% público com a implicação no cotidiano das pessoas, que passariam a ter “uma vida menos ordinária”. Na literalidade do termo “vida menor ordinária” tem-se uma vida com menos ordem, menos imposições e, portanto, mais livre.

Além do movimento relacionado aos grandes protestos de 2013, verificaram-se também postagens relacionadas: a) ao coletivo Porto Alegre.cêcê que passou a organizar os eventos Serenata Iluminada; b) a Ocupação Saraí, apresentada no Largo Vivo, que resultou no

Defesa Pública do Saraí, afirmando que “a Ocupação Saraí, no coração do centro de Porto Alegre, resiste” (FACEBOOK; 2013); c) ao bar Tutti Giorni, local citado também por outros coletivos como o Largo Vivo; e d) ao movimento Ocupa Cais Mauá, criado em 2014 através da articulação de entidades, coletivos e pessoas independentes contra a parceria público-privada de reforma do Cais do porto da cidade.

Com relação às espacialidades, o diferencial deste movimento com relação aos anteriores é a alternância de locais, embora todos se situem na região central da cidade, sendo realizado em geral no lugar onde a obra ou política contestada esta inserida. O número confirmados no evento do Facebook, em sinal de participação ou apoio, mantém-se entre 800 e 2636 pessoas de forma não linear, sendo os de maior participação relacionados ao incidente ocorrido na primeira edição (um ano e uma semana após e o próprio ato, respectivamente). A periodicidade dos atos é inconstante, sendo realizados em resposta a políticas públicas específicas.

1.1 O DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA PARA O JORNAL ZERO HORA

De modo distinto do que se verifica nos protestos anteriores a Zero Hora realizou a cobertura jornalística desde os primeiros atos do coletivo Defesa Pública da Alegria. Estes, possivelmente devido à existência de cenas tidas como violentas, tiveram maior divulgação que as seguintes. Assim, os primeiros atos recebem uma atenção especial do veículo, incluindo diversas matérias em um mesmo dia, acontecimento não repedido em atos subsequentes, dos quais apenas alguns chegaram a virar notícia.

Nem todas as notícias citam nominalmente o coletivo, de modo que a primeira reportagem foi relacionada ao movimento através da sugestão de matérias existente no *site* do veículo e relata atos de violência “em um promocional inflável de um patrocinador da reforma do auditório” (APÓS..., 2012). Os atos de protesto são narrados sequencialmente, sendo o primeiro momento, durante o show, quando cartazes foram levantados e, no momento final do espetáculo, “o músico segurou um dos cartazes trazidos pelo público, que continha os dizeres ‘Praças vendidas’” (APÓS..., 2012). O conflito central iniciou após o show, quando manifestantes sentaram em área externa restrita. Segundo a entrevista com um deles foi dito que “os guardas teriam utilizado equipamentos de choque elétrico para retirar o público do gramado”, afirmando ainda que “o ato era uma manifestação contra o cercamento” (APÓS..., 2012). O diretor da empresa responsável pela organização do show afirma que “a equipe de segurança que estava no local para cuidar do patrimônio é treinada, qualificada no

atendimento ao público e não trabalha com equipamento de choque” (APÓS..., 2012). Após este primeiro conflito “um grupo de jovens” empurraram o inflável até a Av. Osvaldo Aranha e ali “atearam fogo enquanto entoavam frases de protesto contra o cercamento do Araújo Vianna e a parceria público-privada (PPP) entre a prefeitura de Porto Alegre e a [...] empresa responsável pela reforma do local”. A notícia ainda explicita a divisão de eventos firmada na PPP, tendo a empresa gerência sobre 65% da agenda de eventos (APÓS..., 2012).

Com relação às espacialidades, a matéria destaca “o Auditório Araújo Vianna, no Parque Farroupilha (Redenção)”, e a “Avenida Osvaldo Aranha, que fica em frente ao Auditório.” (APÓS..., 2012). O Defesa Pública da Alegria não é citado, sendo a entrevista realizada com uma manifestante que se diz do “coletivo Fora do Eixo”, um coletivo com influência nacional, com grande destaque a partir dos grandes protestos de 2013. A matéria ouviu as versões dos manifestantes e da Brigada Militar, não sendo ouvido algum representante do governo.

A matéria seguinte, publicada no mesmo dia da anterior, anuncia o evento agendado pelo coletivo. Intitulada “manifestantes protestam contra privatizações em frente à prefeitura de Porto Alegre” (MANIFESTANTES..., 2012) a reportagem tem como chamada: “organizado via rede social, evento defende mais arte e cultura na cidade”. (MANIFESTANTES..., 2012). Já na matéria em si, apresenta um relato parcial do evento (pois a publicação ocorreu no meio do evento, antes do confronto), salientando: a) o público e o local, com “cerca de 250 manifestantes” e “na Praça Montevideú, em frente à prefeitura de Porto Alegre”; b) a explicitação do nome do “ato público denominado Defesa Pública da Alegria”; c) a organização via rede social; d) as pautas como “crítica à privatização de locais públicos e ao governo do prefeito José Fortunati”; e) o número confirmando em “quase 20 mil pessoas pelo Facebook”; e f) parte da descrição do evento na rede social (MANIFESTANTES..., 2012). Deste modo, o evento anuncia o ato, caracterizando a forma de convocação e a adesão de interessados via rede social, em número discrepante aos participantes presentes. Salientam-se as informações de forma de organização, objetivo, dados quantitativos e parte do texto de chamada do evento no Facebook. A seguir a entrevista com uma manifestante é bastante objetiva classificando o ato como “protesto a favor da arte e da cultura de rua em Porto Alegre. Muitos locais, como praças e espaços públicos, estão sendo vendidos. [...] É uma manifestação a favor da alegria. Porto Alegre está sendo sitiada” (MANIFESTANTES..., 2012). Fica explicitado na matéria o caráter lúdico e cultural do evento, sem citar qualquer ocorrência atípica no dia, mas relacionando com a organização dos protestos do dia anterior durante o show.

A notícia subsequente, publicada no mesmo dia, explicita no título outro tom ao ato: “protesto na Capital termina em confronto com a polícia e ataque a mascote da Copa” (COSTA, 2012). A primeira frase reitera o termo “ataque” atribuído à parte dos manifestantes ao boneco inflável, espacializando a ação no Largo Glênio Peres. A reportagem descreve a cena através de uma frase com dramaturgia: “cerca de cem pessoas derrubaram as grades de proteção em torno do Tatu-Bola e colocaram no chão o símbolo do Mundial do Brasil” (COSTA, 2012). Com relação ao conflito, sua primeira abordagem afirma que cerca de 80 policiais “foram mobilizados para conter os manifestantes”, relatando prisões por “delitos como lesão corporal, danos ao patrimônio público e vandalismo” e que policiais também ficaram feridos (COSTA, 2012). A matéria destaca que “apesar de ter se identificado, o repórter fotográfico de ZH [...] foi agredido no ombro por um policial e teve um filtro da câmera quebrado” (COSTA, 2012), evidenciando que realizou a cobertura dos fatos através de um enviado ao local e que houve violência a ele por parte da polícia, sem adjetivar ou realizar clamor ao fato.

No dia posterior ao acontecimento uma série de reportagens foi realizada, confirmando se tratar de um caso atípico e apresentando entrevistas que evidenciam uma disputa discursiva do ocorrido. O primeiro noticiário do dia é uma entrevista com um comandante da BM (QUANTAS..., 2012) que dentre outras coisas, afirma que “quando há perturbação da ordem pública, a Brigada tem que reagir” e que os manifestantes “achavam que estávamos protegendo ele [*o mascote*], mas o nosso objetivo era proteger a integridade física deles e do patrimônio público” (QUANTAS..., 2012 – grifos do autor). Ainda traz a informação de que “no último ano ocorreram mais de 200 manifestações, todas sem registro de violência” (idem), evidenciando a singularidade do ocorrido e o contexto de protestos da cidade. A notícia seguinte trouxe a palavra exclusiva dos manifestantes, com discurso oposto à versão da polícia militar, reiterando a proposta cultural e pacífica e o objetivo do evento. O manifestante fala em nome do coletivo e frisa que “queríamos usufruir do espaço público como espaço de bem-estar, em um ambiente de democracia” (AZAMBUJA, 2012), afirmando ainda que a ciranda em torno do inflável era um ato “simbólico para o protesto, pois o espaço teria sido vendido à iniciativa privada” (AZAMBUJA, 2012). Destaca ainda que os confrontos seguiram mesmo após a dispersão, sendo atingido por um policial “já na Rua Uruguai” (AZAMBUJA, 2012).

No primeiro texto com palavras de governantes o jornal afirma que “a prefeitura lamentou o tumulto que resultou em confronto” (PREFEITURA..., 2012) e anuncia que tentará consertar o boneco, contextualizando a informação com notícias anteriores. No texto a

seguir (EMPRESA..., 2012), a marca patrocinadora do mascote se manifesta em nota, afirmando que “lamenta os incidentes ocorridos [...] ainda que os protestos não fossem direcionados à companhia ou à FIFA.” (EMPRESA..., 2012). Verifica-se um distanciamento da empresa no caso (proposital ou por desconhecimento), uma vez que sua implicação no protesto é reiterada à medida que era a marca representada através do boneco em um ato que questionava ações de privatização. Outra notícia aponta para a instauração de inquérito por dano ao patrimônio público (POLÍCIA..., 2012) e enfoca que uma agência bancária foi danificada, ocorrência muito comum nos protestos do ano seguinte. Traz ainda que “de acordo com o delegado, embora não se possa afirmar a partidarização do protesto, a investigação trabalha com a hipótese da manifestação ter sido direcionada” (POLÍCIA..., 2012). Por fim, relaciona o episódio ao ocorrido no show da véspera do ato e a outra manifestação ocorrida em fevereiro, o que começa a inserir o ato em uma rede de eventos e inclui a possibilidade de articulação político partidária em sua elaboração.

No dia seguinte, os manifestantes “retornam para a frente da prefeitura e criticam Brigada Militar” (MANIFESTANTES RETORNAM..., 2012), segundo a matéria, mobilizados pelo Defesa Pública da Alegria. Ainda pelo escrito o protesto ocorreu de forma simbólica: “reunidos por uma hora, os manifestantes seguravam velas, tocavam tambores e entoavam palavras de ordem contra o que eles consideram a privatização dos espaços públicos. Eles também voltaram a criticar a ação da Brigada Militar durante o episódio de quinta-feira, considerando-a exacerbada.” (MANIFESTANTES RETORNAM..., 2012). O veículo transcreve os dizeres dos presentes, dos quais se destacam: a) “artística, científica e de comunicação independente!”; b) “pela ocupação dos espaços públicos! Fora, Fortunati! viva a arte!”; c) “quanta covardia, é cassetete contra a alegria”; e) “Tatu, tá tudo errado!”. (MANIFESTANTES RETORNAM..., 2012). As frases reiteram o objetivo artístico do ato, realizado como símbolo de resistência a privatização dos espaços públicos, criticando o executivo municipal e compondo discursivamente com o nome do animal representado no objeto. No prosseguimento da matéria o jornal conta que o movimento se deslocou pela Avenida Borges de Medeiros até o Largo Zumbi dos Palmares. O percurso até o Largo Zumbi foi acompanhado na reportagem seguinte intitulada “Protesto chega ao Largo Zumbi dos Palmares, na Capital” (PROTESTO..., 2012). Segundo o texto a manifestação, que se deslocou da Prefeitura até o Largo, trancou a Av. Borges de Medeiros, caminhou pela Rua Demétrio Ribeiro, pegou a Avenida José do Patrocínio, chegando ao antigo Largo da Epatur, na esquina Avenida Loureiro da Silva, onde bloquearam uma faixa.

No dia 06/10/2012 verifica-se uma reportagem muito distinta das demais, com posicionamento explícito dos jornalistas que a assinam. Com a chamada “Ataque ao mascote é mais um capítulo de antiga briga entre grupos de jovens e prefeitura da Capital” (ROSLING; MELO, 2012) evidencia o que, em sua opinião, foi mais um ato articulado politicamente contra o poder executivo. Chama o confronto de “batalha”, “conflito” e “enfrentamento”, afirmando que não foi um ato isolado, mas sim “representou o ápice da tensão entre a prefeitura de Porto Alegre e coletivos populares, integrados por jovens que protestam contra o que eles chamam de ‘higienização’ da cidade para receber a Copa do Mundo.” (ROSLING; MELO, 2012). O repórter afirma uma articulação entre diversos coletivos em reunião organizada pelo DPA e realizada no “assentamento urbano Utopia e Luta”, e caracteriza os atores presentes como “músicos, artistas de teatro, artistas plásticos e ativistas políticos dos coletivos, como o Levante da Juventude, Bloco da Laje, Cidade Baixa Livre e Comitê Latino Americano”. (ROSLING; MELO, 2012). Nestes trechos se verificam diversas informações novas para o veículo, porém evidentes por parte dos que acompanham o movimento, visto que as reuniões no Utopia e Luta são agendadas de forma pública e com convite aberto aos interessados. Em outra matéria a articulação é apresentada como invocada por partidos políticos: “apesar de os grupos abrigarem militantes do PT, PSOL e PSTU, as manifestações costumam ser apartidárias. Isso porque uma espécie de comando moral é exercido por grupos anarco-punks-extremistas, [...], que não admitem a partidarização dos movimentos” (TREZZI; AZAMBUJA 2012).

Esta composição entre militantes partidários e pessoas com ideologia anarquista nunca foi citada anteriormente e não se verificou seu destaque em nenhuma das reportagens futuras. A percepção da matéria seria de um conflito interno entre os militantes partidários e os independentes ou anarquistas, sendo o modo dos protestos protagonizado pelos últimos. Traz ainda informações de incidentes durante o encontro que evidenciariam este conflito, como se estivesse presente ou tivesse um informante. Também como os termos “abrigarem militantes”, espécie de “comando moral, preocupação e irritação”, destaca-se a dita preocupação de serem estereotipados como “vândalos sem causa” (ROSLING; MELO, 2012). A seguir, a matéria traz os argumentos antecedentes do grupo, como a lei que restringe o uso do Largo Glênio Peres, o fechamento de bares, a privatização de espaços públicos e as remoções das famílias que moram em locais de obras da Copa, que seriam as ideias motivadoras do ato (idem). Assim, a reportagem traz informações novas e com uma abordagem muito distinta e mais direta e incisiva que as demais.

A repressão policial foi alvo de diversas reportagens a seguir. Mesmo após o comandante da BM afirmar que a intervenção foi necessária (QUANDO..., 2012), notícias posteriores apontam para os desdobramentos como, pelos títulos: a) “Confronto no Largo Glênio Peres coloca em debate atuação da Brigada Militar” (CONFRONTO..., 2012); b) “Tarso pede que vítimas de agressão no confronto no centro de Porto Alegre façam denúncias pela Ouvidoria” (TARSO..., 2012); c) “Cúpula da segurança admite conduta exagerada da BM em confusão na Capital” (PIOVESAN, 2012).

A seguir a novela da mascote foi reaberta, caracterizando os fatos seguintes a partir das reportagens “Porto Alegre não receberá novo mascote da Copa do Mundo, garante Fortunati” (PORTO..., 2012) e “boneco do mascote da Copa estaria intacto, afirma delegado” (TREZZI; AZAMBUJA 2012); Nesta última, enfatiza-se que o episódio com citado como “a maior polêmica da história recente de Porto Alegre — o embate ideológico ocorrido após a derrubada do Tatu-Bola da Copa do Mundo de 2014 e posterior repressão policial aos manifestantes que protestavam contra o boneco — pode ter sido uma discussão vazia. Literalmente.” (TREZZI; AZAMBUJA 2012). Ao referir-se ao episódio a disputa é caracterizada, sendo que, a seguir, apresenta o debate como vazio (ou em vão), propondo analogia com o boneco que não foi depredado (o que seria o objetivo dos manifestantes), mas sim esvaziado. A frase parece controversa, pois aponta em esvaziamento do debate (classificado como ideológico) exclusivamente pelo mesmo não se caracterizar por um dano ao patrimônio público na figura do boneco inflável. A análise segue no mesmo sentido, afirmando que a intenção dos manifestantes seria, de fato, aniquilar o boneco, em oposição ao exposto pelo movimento: “os militantes políticos que desejavam remover o bonecão teriam apanhado da BM sem terem inutilizado o alvo da sua ira. Mesmo que a intenção dos manifestantes fosse caçar o tatu, irados que estavam com o patrocínio da Coca-Cola exposto na área pública [...], ela não se concretizou”. (TREZZI; AZAMBUJA 2012).

A própria caracterização como militantes políticos em geral é atribuída aos protestos políticos partidários, associada à utilização de termos como “apanhado da BM”, “ira”, “caçar o tatu” e o verbo “seria”, como designador do objetivo defendido pelo grupo, apresentam uma linguagem mais direta e que manifesta posicionamento. Outra matéria aponta que, mesmo intacto, o tatu não volta ao Largo Glênio Peres (INTACTO..., 2012) por decisão da empresa Coca-Cola. No texto é apresentado que esta informação já havia sido adiantada pelo prefeito da cidade e que, dada a não danificação ao objeto, os únicos danos concretos resultantes do tumulto seriam uma viatura e a porta de um banco privado. A nota da companhia é apresentada na íntegra.

A primeira notícia de evento após o incidente foi um ato que anunciou uma semana do grande episódio envolvendo o boneco inflável. Neste, segundo a ZH (UMA..., 2012) “cerca de 200 pessoas” se reuniram no Largo Glênio Peres para protestar “com cantos e palavras de ordem, os manifestantes protestam contra a privatização dos espaços públicos na Capital e contra a violência usada pela BM” (UMA..., 2012). A matéria é sucinta e não expõe opiniões, limitando-se dados de quantidades, local e objetivos.

A última reportagem do período de recorte é de mais de um ano após a notícia citada acima e refere-se ao “Defesa Pública do Porto Alegre”, intitulada “Defesa Pública da Alegria promove ato com shows e oficinas no Cais do Porto” (DEFESA..., 2013). A matéria apresenta o modo do protesto, seus objetivos e atrações:

Diversas oficinas, apresentações musicais, troca de livros e outras atividades culturais tomaram o cartão-postal de Porto Alegre neste sábado. Promovido pelo grupo Defesa Pública da Alegria, o evento tem como objetivo aproveitar o espaço público e também registrar oposição à privatização do Cais Mauá, na Capital. Os artistas que subiram ao palco – incluindo nomes conhecidos como Frank Jorge, Apanhador Só e Dingo Bells –, manifestaram sua posição contrária à concessão do cais para uma empresa privada. As atividades reuniram um grande número de pessoas – a maioria a pé e de bicicleta – e se estendem até a madrugada deste domingo. O evento, com vocação pacífica, precisou ter o local original mudado frente à proibição por parte da Cais Mauá do Brasil/SA de que pessoas adentrassem por via do portão principal, na altura da Praça da Alfândega. (DEFESA..., 2013).

A informação de que a manifestação teve vocação pacífica é enfatizada aqui e em outra ocorrência na matéria, não sendo suficiente a apresentação da programação. Os atores são caracterizados a partir da descrição da organização pelo DPA e uma grande participação de pessoas a pé ou em bicicletas. Salienta ainda uma alteração do local, visto que o evento foi proibido de ser realizado dentro do Cais, ficando assim em espaço próxima ao portão de acesso. A seguir a matéria apresenta o evento como organizado de modo colaborativo e divulgado via rede social. Segundo entrevistado que participou do evento, “o ponto central do ato é incitar o debate acerca da privatização do cais” (DEFESA..., 2013) e que a manifestação quer chamar a atenção para “a falta de diálogo com a população a respeito da concessão desse espaço público” (idem). Com relação à alteração de local, o entrevistado afirma que “o segurança teria afirmado que aquele não era mais um espaço público, mas sim privado e que a empresa responsável não permitia o acesso” (DEFESA..., 2013). A fala do entrevistado apresenta diretamente a contestação apresentada através do protesto, caracterizada como privatização do espaço público pela fala do responsável pela portaria do local.

Como contraponto o veículo procurou a empresa gestora, que informou que “as obras ficaram mais efetivas e, por questões de segurança, não podemos deixar as pessoas passarem. Caso aconteça algum acidente, a responsabilidade seria da empresa” (DEFESA..., 2013). Assim, a proibição pode ser resumida como uma medida preventiva da empresa para não se responsabilizar por qualquer incidente. A seguir é apresentado o desdobramento da polêmica, informando que “surpreendidos pela negativa do segurança, membros do Defesa Pública da Alegria entraram em contato com a vereadora Fernanda Melchionna, do PSOL” (DEFESA..., 2013). Aqui é apresentada uma proximidade política entre o movimento e um partido específico. A fala da vereadora é muito próxima ao discurso dos manifestantes, afirmando que “é um absurdo que jovens sejam impedidos de usarem esse espaço público. A informação que a gente tem é de que já está sendo administrado pela empresa, o que demonstra o caráter claro de privatização” (DEFESA..., 2013).

Em síntese a cobertura jornalística da Zero Hora sobre o movimento Defesa Pública da Alegria busca apresentar os dados e informações de diversas perspectivas sobre os atos que marcam a cena da política urbana da cidade, não cobrindo todos os eventos. As reportagens tendem a abordar o tema objetivamente, apresentando dados quantitativos, os objetivos do movimento, o modo como ocorreu o ato e diversas posições políticas sobre o feito, através de entrevistas com manifestantes, policiais e governantes. Algumas matérias saem um pouco desta linha, expressando claramente a visão do redator através de algumas expressões, como verificado na matéria “ataque ao mascote é mais um capítulo de antiga briga entre grupos de jovens e prefeitura da capital.” (ROSLING; MELO, 2012). Sempre que entidades publicam notas oficiais sobre os temas estas são expostas em matérias, já as notas do movimento normalmente não ganham o alcance da mídia, que apenas uma vez citou um texto de evento do DPA divulgado em uma rede social.

1.2 O DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA PARA O JORNAL SUL21

O jornal Sul21 faz uma cobertura política dos acontecimentos promovidos pelo Defesa Pública da Alegria (DPA), assim como na maior parte do acompanhamento dos outros grupos, quando deixa claro a forma de atuação, os objetivos e dando visibilidade aos eventos das redes sociais.

Já na primeira notícia, publicada na véspera da manifestação que reirou o símbolo da Copa do Mundo FIFA 2014 do Largo Glênio Peres, cujo título era “Manifestantes se reúnem

para defender alegria nas ruas de Porto Alegre” (PASINATO, 2012), o tom do ato já era anunciado:

Nesta quinta-feira (4), a partir das 16h, diferentes grupos da sociedade irão se reunir na Praça Montevideu, em frente à Prefeitura de Porto Alegre para demonstrar sua insatisfação com a atual gestão da cidade, liderada por José Fortunati (PDT), em ato público chamado de *Defesa Pública da Alegria*. (PASINATO, 2012)

O trecho explicita a data e o local da manifestação, além de afirmar um direcionamento do evento em oposição à gestão municipal, ideia reforçada por um manifestante entrevistado, dito como um dos organizadores do evento, que afirma que “a ideia é agregar organizações contrárias a gestão de Fortunati e demonstrar a força desses grupos” (PASINATO, 2012). A seguir o veículo apresenta a diversidade de atores que “vão desde uma companhia de teatro ao Centro Cultural Latino-Americano, passando por institutos ambientais e movimentos populares da juventude, reunião de grupos diferentes que dificilmente trabalham juntos”, segundo o entrevistado. A matéria ainda apresenta as manifestações artísticas e o evento no Facebook através de um link direcionado. Segundo o entrevistado, o protesto explicita a política da prefeitura alheia ao crescimento sustentável e mais interessada na realização de “obras viárias de grande porte, que privilegiam os veículos automotores e deixam de lado bicicletas e transportes alternativos”, que, segundo ele, são incluídos em uma “política de faixada” (PASINATO, 2012). A matéria explora o viés político do movimento, possivelmente pela proximidade com as eleições municipais somadas ao constante posicionamento político de esquerda do veículo.

No texto seguinte, uma resenha do show do Tom Zé no Auditório Araújo Viana, diversos momentos políticos foram acionados (RIBEIRO, 2012). Ao terem seus nomes referidos na apresentação do show tanto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre como o jornal Zero Hora receberam vaias do público, segundo a matéria. No meio do show houve outro fato político com o público levantando faixas:

As faixas diziam “Praças Vendidas”, “Não ponha o toque de recolher na alegria” e outras palavras de ordem do movimento porto-alegrense Defesa Pública da Alegria. Um gosto vidro e corte perpassou a espinha deste comentarista que pensou estar voltando aos tempos da ditadura. Sensível ao momento, Tom Zé foi até a margem do palco, pegou um papel e começou a ler o manifesto do movimento. Foi um episódio belíssimo e, a partir dali, o compositor passou a uma revisão de sua obra (RIBEIRO, 2012).

Salientam-se os textos apresentados nas placas que se referem à privatização dos espaços públicos e a associação do ato ao coletivo que, de acordo com os dados desta pesquisa, publicamente não fez menção de participação no ato. Fica evidente o tom pessoal dado à matéria, redigida em primeira pessoa, que relaciona o episódio ao temor pela volta da ditadura e classifica a leitura do manifesto pelo artista como “belíssima”, visibilizando a consonância do autor com o movimento. Por fim, o texto apresenta os atos ocorridos após o show como o queima “de um inflável da Coca-cola” e que “alguns manifestantes sentaram no gramado ao lado do prédio [...], e foram retirados do local com truculência, segundo relatos” (RIBEIRO, 2012).

A partir de então uma série de notícias fazem a cobertura do caso do Tatu, dando destaque para a repressão policial. A primeira delas tem como chamada “Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre” (OLIVEIRA et al, 2012). Como sugere o título, o destaque da reportagem é para a grande violência apresentada, destacando que a manifestação começou de forma pacífica e que “centenas de jovens e artistas de rua protestavam por uma cidade ‘mais alegre’, mas terminaram a noite sob forte repressão da Brigada Militar” (idem). A matéria destaca a presença da reportagem do jornal em parte do ato e descrevem sua visão, citando outros locais que passam por questionamentos públicos e explicita o direcionamento de atos contra a gestão municipal. Toda a estruturação da reportagem é apresentada a partir de relatos dos manifestantes, que apontam que “os brigadianos permitiram que as pessoas pulassem a grade de contenção do mascote para, então, começarem a reprimi-las” (idem).

Após o princípio de confusão o jornal noticia que “policiais agrediram não só as que invadiram a área onde fica o mascote, mas também as pessoas que dançavam em volta. Outros que não haviam apanhado tomaram as dores de agredidos e jogaram latas ou tentaram defender amigos. Houve correria e quebra-quebra em prédios próximos” (OLIVEIRA et al, 2012). A notícia da visibilidade especial às agressões por parte da polícia, buscando justificar os atos dos manifestantes. Em outro trecho apresenta o grande número de policiamento envolvido, que “partiram para cima dos manifestantes com seus cassetetes” (idem). Há relatos de casos de agressões injustificadas por atos de filmagem ou apenas acompanhamento do ocorrido, inclusive a agressões contra jornalistas identificados de grandes grupos de comunicação, além de noticiar que pessoas “foram perseguidas além do Largo Glênio Peres pelas forças policiais, sendo vítimas de agressões” (idem). Um dos locais apontados é a Rua Andradas, quase Av. Borges de Medeiros.

Em notícia publicada no dia seguinte o destaque era que “antes da repressão, alegria prevalecia em ato no Centro de Porto Alegre” (OLIVEIRA, 2012a), e afirma que “a ideia de que o ato se resumiu ao confronto com a polícia – ou de que ele foi organizado para depreder o símbolo da Copa do Mundo – não descreve adequadamente a realidade constatada pelo Sul21” (idem), evidenciando a cobertura realizada no local que acompanhou as atividades culturais que culminaram em “uma verdadeira festa ao ar livre” (idem). A seguir é explicitada a organização do movimento: “de forma autônoma através das redes sociais, relacionando o protesto como outras manifestações de jovens ao redor do mundo, como os “indignados” na Espanha, que bradam contra o sistema político de uma forma geral – inclusive na ausência de bandeiras partidárias”. (OLIVEIRA, 2012a).

A relação proposta é que a forma de articulação e organização se assemelha a movimentos populares mundiais, caracterizando o repertório de ação adotado como internacional. Com relação aos eventos culturais e a ambiência do evento o Sul21 afirma que “o evento tinha como foco promover o amor, ao melhor estilo *woodstockiano* presente nas manifestações hippies dos anos 1960” (OLIVEIRA, 2012a), novamente fazendo referências internacionais ao episódio. As falas dos manifestantes destacadas foram: “*que se vayan todos*” e “não nos representam” (idem), num recado direto à classe política, segundo o jornal. Por fim, para o jornal “em nenhum momento era possível perceber uma articulação coletiva para depreder a mascote da Copa do Mundo” (idem).

Com relação à descrição dos atores, a reportagem classifica-os ora como ativistas ora como manifestantes, destacando a maioria dos presentes serem jovens, mas enfatizando a presença de idosos, artistas, vegetarianos e veganos (OLIVEIRA, 2012a). Em matéria seguinte (DUARTE, 2012), há destaque para a organização de composição do DPA “por entidades culturais e ambientais da capital gaúcha” e a reunião de “jovens, professores e estudantes universitários” (DUARTE, 2012), explicitando o discurso de professores e jornalistas presentes no ato.

Já as espacializações citam o Largo Glênio Peres e a Praça Montevideu em todas as matérias. Esta última, geralmente vem com a descrição adicional “em frente à prefeitura” (PASINATO, 2012). Além deste outros locais, são apresentados nos conflitos policiais que se estenderam como “na Andradas, quase Borges de Medeiros” (OLIVEIRA et al, 2012), “a Rua da Praia” (MÜLLER; 2013b), nome popular para a Rua dos Andradas, e “subindo a Rua Uruguai e entrando na Sete de setembro” (DUARTE, 2012). No mesmo episódio aparece a referência à “esquina das ruas Uruguai e Sete de Setembro” (DUARTE, 2012), onde uma agência bancária teve sua vidraça quebrada.

A notícia posterior aos acontecimentos é apresentada a posição da prefeitura logo após o ato, através de uma nota oficial, que qualificou o ato como “vandalismo e depredação do mascote da Copa do Mundo de 2014 desenvolvido pela Fifa, o tatu-bola” (DUARTE, 2012). Na mesma matéria a versão da polícia é apresentada, afirmando que “fizemos uma reação técnica e proporcional à violência que acontecia com os policiais e outras pessoas”, informando ainda que alguns dos integrantes detidos “se tratava de um grupo conhecido da Brigada e que promoveu outro protesto em frente à Prefeitura no começo do ano” (idem). A Ouvidora de Segurança afirmou que por enquanto podia apenas “qualificar por enquanto é que é lamentável usar a polícia para conter professores e estudantes no Centro da cidade” (idem). Verificam-se aí discursos divergentes sobre o ocorrido, com enfoque de vandalismo por parte do governo, de ação técnica a um movimento articulado, de acordo com a BM e uma incitação e ação desproporcional de acordo com a Ouvidoria. O Secretário de segurança do estado corrobora as ações da polícia, afirmando que “A BM estava para proteger todo o entorno do Centro. [...], incluindo público e privado e também as pessoas”. Além destas frases, o político enfatiza que o governo esta “montando uma rede de monitoramento da atuação destas pessoas” que “ficam se combinando pela internet e não avisam o que vão fazer. Não tem uma liderança entre eles que responda por nada minimamente. Depois, resolvem fazer qualquer coisa e saem fazendo” (DUARTE, 2012). A crítica exposta é que por ser um movimento sem lideranças é desorganizado, anunciando operação de inteligência nas redes sociais, principal local de articulação deste e de movimentos análogos. Assim, verifica-se que não só o movimento relaciona politicamente os atos, mas as instituições públicas também o fazem.

Em matéria que acompanhou o protesto do dia posterior o destaque é o enfoque de “protestar contra repressão em Porto Alegre” (OLIVEIRA, 2012d). Nela afirma-se que no ato foi composto por centenas de pessoas que “levaram flores e velas e gritaram palavras de ordem na Praça Montevideú” (idem). Dos discursos, tem realce o cântico “RBS mente” e “não tem negociação!”. A reportagem noticiou um diálogo de um integrante do coletivo Utopia e Luta com um coronel, quando o primeiro afirma: “*Quieren hacernos creer que acá hay dos demonios. Acá hay solamente un demonio, que es el Estado, representado por la Brigada*” (idem). Esta fala explicita uma visão associada a princípios anarquistas de um integrante do movimento. Também há a relação da forma de divulgação associada às “grandes manifestações que eram realizadas na época da ditadura.” (OLIVEIRA, 2012d).

Na semana posterior foi organizado um evento chamado pelo jornal de “missa de sétimo dia”, que também levou centenas de pessoas às ruas. Dentre elas o veículo destaca a

presença de vereadoras de oposição. Com relação ao percurso, este ato teve origem na Esquina Democrática, de onde os manifestantes “desceram a avenida Borges de Medeiros até o Largo Glênio Peres” (OLIVEIRA, 2012e). Com relação ao caráter do evento, é salientado que “os manifestantes portavam diversas faixas com frases que reforçavam o caráter pacífico do ato e a revolta contra a ação da Brigada Militar e até mesmo contra a cobertura que parte da mídia dedicou aos protestos da semana passada” (idem), fazendo referência a críticas ao Grupo RBS. São reforçadas também as falas não partidárias, a inexistência de bandeiras políticas e discursos anarquistas: “não precisamos de Estado nem de representantes” e “também fazemos política quando ocupamos o espaço público, não somente quando depositamos um voto na urna” (idem). Em que pese não tenha sido registrado atos de violência neste dia, o Sul21 destaca a existência de policiamento extensivo, serviço de inteligência, além de policiais a paisana (chamados de P2 na matéria) e policiais fardados tirando fotos durante o protesto. Estas características de acompanhamento policial também não haviam sido registradas anteriormente e passaram a fazer parte dos grandes protestos na cidade.

Em audiência pública sobre o caso o Secretário de Justiça e Direitos Humanos contrariou a fala realizada em outro momento do secretário de Segurança e fez afirmações consoantes às expostas em nota oficial do governo, anunciada anteriormente: “o governo está debatendo o assunto. Esse tipo de conduta fere a ordem democrática e não pode mais ocorrer” (OLIVEIRA, 2012c). Ainda o comandante da Guarda Municipal afirmou, após relatos dramáticos de manifestantes na audiência que “Temos realmente que cortar na própria carne para mudar essa metodologia fascista, para que não ocorram mais situações parecidas” (OLIVEIRA, 2012c). Esta audiência, juntamente com a nota do governador, encerra um momento de defesa da instituição policial para colocá-la em questionamento interna e externamente. O adjetivo fascista utilizado pelo comandante não é comum para caracterização da polícia vindo de seus próprios integrantes, mas é bastante utilizado nos movimentos sociais que questionam a instituição militarizada. Ao final de sua fala, no entanto, o comandante solicitou representantes do movimento, alegando ser indispensável uma interlocução formal, outra característica que marca todos os protestos em questão. Todos os elementos apontados somados a um inquérito previamente instaurado permitiram a Ouvidoria de Segurança Pública concluir que houve o emprego de força excessiva por parte dos policiais e os responsabiliza pelo início da violência (SCHWARZ; NATUSCH, 2012).

Há ainda extensa cobertura sobre a descoberta da ausência de danos ao mascote do evento e da decisão de não voltar a apresentá-lo novamente na capital. O veículo cobre todas

as ações do coletivo, inclusive anunciando os próximos eventos. As matérias apresentam uma grande quantidade de imagens de todos os protestos e diversas vezes repetem informações do primeiro grande ato. Na síntese das matérias, destaca-se que dos quatro temas originais apresentados pelo veículo para o movimento, apenas passou a ser citado o mote “contra a privatização dos espaços públicos da cidade” (OLIVEIRA, 2012f), além do tema da repressão policial que ganhou destaque a partir do confronto. A afirmação de que o princípio do protesto foi “quando eles se dirigiram ao Largo Glênio Peres para uma dança em volta do mascote da Copa do Mundo de 2014” (OLIVEIRA, 2012f), também é padronizada, explicitando a perspectiva dos manifestantes. Todas estas notícias foram realizadas em pouco mais de um mês, o que demonstra um acompanhamento integral do caso. O incidente foi lembrado em fevereiro de 2013 (OLIVEIRA, 2013e) já na cobertura dos protestos do Bloco de Luta.

Pouco menos de dois meses após o caso do tatu-bola o coletivo organizou outro protesto, chamado “Defesa Pública das Redenção”. A notícia pelo jornal Sul21 foi anterior ao evento, com caráter de chamamento, divulgando data, horário, programação e os objetivos do grupo (MANIFESTANTES..., 2012). Na notícia destacam-se os termos que caracterizam a manifestação “organizada de forma livre” e os manifestantes como “grupo de portoalegrenses se organizou para reivindicar [...] nas praças e nos parques da capital”. Neste contexto insere-se “o tradicional Parque Farroupilha, a Redenção” (MANIFESTANTES..., 2012), sendo a principal crítica do ato “o cercamento físico do parque junto ao Auditório Araújo Vianna” (MANIFESTANTES..., 2012). A reportagem ainda apresenta um trecho do texto de convocação do evento na rede social: “A Prefeitura, na voz do secretário de cultura [...], alega que o cercamento do Araújo é provisório. Nós perguntamos: por isso as grades têm fundações de concreto?” (MANIFESTANTES..., 2012), em tom irônico que coloca em dúvida a palavra do governante.

No ano de 2013 os protestos na cidade aumentam à medida que há um novo grupo que centraliza as ações dos novos movimentos sociais na cidade, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público. O ano é anterior ao evento da Copa do Mundo FIFA 2014. Em entrevista concedida no primeiro dia do ano (OLIVEIRA, 2013a) o prefeito reeleito refere-se ao Defesa Pública da Alegria, afirmando: “estamos falando de uma esquerda social porto-alegrense, a maior parte de matriz libertária, que se caracteriza muito mais por ser um reduto anti-eleitoral”. (OLIVEIRA, 2013a). A fala do governante salienta uma oposição com orientação política voltada para a esquerda associada à matriz libertária e contrária às eleições, demonstrando seu conhecimento de ideologia anarquista na organização e proposta do coletivo. Assim, a

afirmação de que a maior parte dos manifestantes possuem ideias anarquistas se destaca das menções anteriores do Sul21. Além desta chamada, outra realiza o mesmo procedimento anunciando a “marcha em defesa das Árvores [...], convocada por entidades e movimentos” (SEMANA..., 2013.), dentre as quais é citada a Defesa Pública da Alegria. Um manifesto explicitado pelo veículo chamado de “Defesa Pública das Árvores” (com clara referência ao nome do coletivo) afirma que “em nome de interesses privados, a Prefeitura promete massacrar os 115 ‘vegetais’, substituindo-os por asfalto. [...] Além da perda ambiental, a obra vem retirar da população um espaço de encontro e convivência”. (SEMANA..., 2013).

O texto apresenta o motivo do protesto, que é contrário à remoção de árvores para duplicação viária “ao lado da Usina do Gasômetro” (SEMANA..., 2013). O movimento é quem criou o evento relacionado à matéria através de um link e intitulado “Defesa Pública das Árvores II”, evento posterior ao “Defesa Pública do Progresso”, também organizado pelo movimento com outras entidades e instituições. Como já descrito na análise do movimento, este é um momento com diversas articulações políticas dos novos movimentos sociais, que marcam o ano de 2013, estando o tema da derrubada das árvores entre eles. Algumas matérias já relacionam o Defesa Pública da Alegria aos protestos contra o aumento das passagens organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público (OLIVEIRA, 2013c).

Outra matéria aborda uma “marcha contra corte de árvores” trazendo que “jovens que estão acampados desde o dia 17 de abril na área verde ao lado da Câmara Municipal [...] em vigília contra o corte de árvores para realização de obras viárias em função da Copa do Mundo de 2014” (OLIVEIRA, 2013c). São apresentados o número de manifestantes (“mais de 150 pessoas”), o percurso realizado, e o objetivo central. Com relação a este último, a fala dos desembargadores é apresentada pela matéria, que afirmam que “a preocupação com o meio-ambiente não pode frear o desenvolvimento econômico de Porto Alegre” (OLIVEIRA, 2013c) e que a vegetação não é original do local, resultado de um aterro. Na matéria destaca-se a tradição da militância ambiental na cidade, iniciada em 1971, e aponta que muitos dos participantes originários do movimento estavam presentes no ato, “quando se misturaram com jovens militantes da cidade – muitos dos quais eram presença garantida nos atos recentes que movimentaram a vida político-social de Porto Alegre, como os protestos contra o aumento da passagem de ônibus” (OLIVEIRA, 2013c). Dentre as informações da reportagem destacam-se dois elementos comuns aos atos contrários ao aumento do valor da passagem de ônibus, explicitando o engajamento entre os movimentos, apontando que “os gritos mais ouvidos eram ‘nenhuma árvore a menos’ e ‘recua motosserra, recua! é o poder popular que está na

rua!’ e a promessa do grupo de “realizar um novo ato nesta quinta-feira” (OLIVEIRA, 2013c).

O evento anunciado acima também teve cobertura do jornal (MÜLLER, 2013b). Nesta, porém a relação com o Defesa Pública da Alegria não é mais explicitada, o que coincide com um protesto que não foi organizado pelo movimento nas redes sociais. De acordo com informações da matéria o número de manifestantes aumentou com relação à estimativa do último ato: “em torno de trezentas pessoas – entre estudantes, ativistas ambientais e trabalhadores – se reuniram em frente à Prefeitura e rumaram em direção ao acampamento que, há mais de um mês, permanece na Avenida João Goulart” (MÜLLER, 2013b). Os participantes são descritos como: “ambientalistas com bandeiras verdes se juntaram a crianças com rostos pintados, que por sua vez caminharam ao lado de vereadores, professores e secundaristas”. Além da questão ambiental, foram noticiadas frases clamando por atenção da Prefeitura para bicicletas e cicloativismo, como “mais amor, menor motor”, tradicional da Massa Crítica.

Como o caso envolvendo o tatu, a eminência do corte das árvores também gerou muita repercussão, com diversas notícias, em especial em virtude da vigília dos manifestantes e de constantes ameaças da prefeitura de retomar o local e realizar o corte, através de um pedido de reintegração de posse. Novamente o percurso é detalhado, sendo distinto dos anteriores, e é anunciado um novo ato para a próxima segunda-feira. (OLIVEIRA et al, 2013). Os cânticos e os dizeres de faixas e cartazes relatados explicitam contrariedade ao poder executivo, causas ambientalistas e incluíram frases contra o evento esportivo do próximo ano, muito também utilizados nos demais protestos ocorridos na cidade: a) “O que nós queremos? Nenhuma árvore a menos!”; b) “em nome da vida, chega de avenida”; c) “na duplicação tem corrupção”, d) “recua Fortunati, recua, é o poder popular que está na rua”; e) “foda-se a Copa”; f) “quantas copas por uma Copa?”; e) “ei, Fifa, larga do Brasil”; f) “Nenhuma árvore a menos. Não às licenças vendidas”; g) “RBS mente, junto com o resto da mídia podre do RS”; e h) “Cala a boca Lasier”. (OLIVEIRA et al, 2013). Estas últimas duas direcionadas a crítica sobre a cobertura que parte da mídia vinha realizando sobre os protestos, uma relacionada à RBS e outra a um de seus comentaristas políticos. Na madrugada da noite do dia 29/05, dia da última matéria o acampamento foi surpreendido por uma operação policial que resultou na prisão de 27 pessoas (OLIVEIRA et al, 2013). Foram registradas queixas de truculência e danos ao material de acampamento por parte dos manifestantes: “éramos no máximo 30 pessoas dormindo no acampamento e chegaram mais de 150 policiais do Choque batendo nas pessoas e derrubando as barracas” (OLIVEIRA et al, 2013). Após a intervenção todas as

árvores foram cortadas. Com desfecho semelhante ao episódio do mascote da Copa, ao menos outras quatro matérias posteriores abordam o desdobramento sobre a intervenção policial na ocupação.

Em novembro de 2013 na data de um ano do episódio do Tatu-Bola da Coca-Cola a data foi lembrada por um ato noticiado pelo Sul21 como “Defesa Pública da Alegria volta à Praça Montevideu e relembra queda do mascote da Copa”. A matéria destaca que “diferentemente de outubro de 2012, quando muitos manifestantes acabaram agredidos pela Brigada Militar, a mobilização [...] se estendeu até o início da madrugada sem incidentes.” (OLIVEIRA, 2013d). A seguir o evento é caracterizado na relação com o Largo Vivo: “o Defesa Pública da Alegria foi criado a partir de movimentações já existentes, como o Largo Vivo” (OLIVEIRA, 2013d), com o diferencial de apresentar, além da privatização dos espaços públicos outras pautas desde seu primeiro ato. Aponta ainda para relações entre o primeiro episódio, os subsequentes e a relação com outros movimentos:

Após a batalha campal, que anteciparia os confrontos que seriam vistos nas manifestações de junho de 2013, outras duas manifestações foram realizadas em outubro de 2012 para questionar a violência policial. Desde então, o coletivo esteve presente em outros fatos políticos da cidade, como nos protestos contrários ao corte de árvores nas cercanias da Usina do Gasômetro. (OLIVEIRA, 2013d).

A relação com os protestos de 2013 é realizada através da repressão policial do primeiro protesto, uma vez que não se tinha recordações recentes na cidade de intervenções com tanta violência a manifestações populares até então. Segundo a matéria das entrevistas realizadas no evento de um ano do ocorrido “uma opinião é compartilhada por todos: a repressão desencadeada naquele dia por parte da Brigada Militar acabou unificando diversas pessoas e coletivos.” (OLIVEIRA, 2013d). Nos discursos das entrevistas com ativistas neste ato verificam-se as ascensões de engajamentos na cidade a partir do ato de um ano atrás: a) “aquela manifestação já vinha de um acúmulo em relação a diversas pautas que mobilizavam os coletivos da cidade”; b) “A violência policial acabou unificando distintos segmentos”; c) aquela noite “definiu muita coisa que aconteceu na cidade depois. [...] O Defesa Pública da Alegria era um ato e acabou se transformando em um movimento. É na rua, no espaço público, que nos tornamos indivíduos sociais” (OLIVEIRA, 2013d).

No final de 2013 houve mais um evento organizado pelo coletivo, destacado pelo Sul21 como “a privatização do cais do porto foi alvo de uma manifestação política e cultural na cidade. O coletivo Defesa Pública da Alegria e o Movimento Nacional da Luta pela

Moradia (MNLM) levaram centenas de pessoas ao cais.” (OLIVEIRA, 2013b). O destaque da matéria é sobre a polêmica da privatização do espaço. Um ativista questionou porque o evento não poderia ocorrer dentro do complexo do Cais, apontando para um injustificado fechamento do espaço, possivelmente para esconder o que estaria ocorrendo nas obras. Para ele, a grande questão é que “o problema inicial é que não houve discussão pública desta reforma que a cidade espera há décadas” (OLIVEIRA, 2013b). Em resposta, um representante do consórcio afirma que “podemos garantir que Porto Alegre e sua população não serão, de maneira alguma, apartados da relação com a área e com o seu rio” e ainda que a Prefeitura de Porto Alegre irá fiscalizar a atuação privada “para saber se as regras predeterminadas estão sendo cumpridas” (OLIVEIRA, 2013b). Salienta-se a utilização do verbo no futuro, que a Prefeitura “irá fiscalizar”, como se o controle municipal ainda não estivesse iniciado. Para o manifestante, “o espaço precisa ser democrático, popular, e não apenas de alta gastronomia para a elite de Porto Alegre, não queremos uma Padre Chagas na beira do Guaíba.” (OLIVEIRA, 2013b). A proposta apresentada, portanto não visa unicamente a manutenção do controle público sobre o espaço, mas que o mesmo abrigue um público popular (não elitizado) após a reforma.

A última trama noticiada já ocorre no ano 2014 e refere-se ao apoio do DPA em uma ocupação realizada em um prédio privado na zona central da cidade, próxima ao Cais do Porto. O evento foi comunicado previamente pelo veículo em duas ocasiões, que tratou de sua cobertura e desdobramentos, sempre evidenciando nominalmente a participação e o engajamento do coletivo juntamente com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM. Segundo uma das chamadas: “a esquina da rua Caldas Júnior com a avenida Mauá vai receber atividades culturais, brechó, música e oficinas em um ato ao ar livre. O ato [...] visa mobilizar a população para a luta da ocupação Sarai”. (MÜLLER, 2013a). A reportagem grifa a importância do movimento que antecede uma audiência de conciliação e é estruturado como forma de pressão ao governo estadual para a desapropriação do imóvel. Além dos atos, uma grande divulgação da campanha é repercutida: “a ideia dos moradores e apoiadores é realizar um movimento pelas redes sociais de compartilhamento de fotos apoiando a ocupação, que seriam centralizadas na página do Defesa Pública da Alegria” (MÜLLER, 2013a), redirecionando por um *link* para a página do coletivo na rede social.

A notícia sobre o ato propriamente dito é intitulada “Ocupação Sarai e Defesa Pública da Alegria realizam ato cultural de apoio à luta pela moradia.” (MÜLLER, 2013c). No título já fica clara a união então os coletivos. É narrado o andamento do evento e sua programação, com atividades artísticas, culturais além de um microfone aberto para shows e falas,

synthesized by the vehicle with a “mixture of manifesto of struggle with cultural festival” (MÜLLER, 2013c). The reportage positions itself favorably to the occupation, affirming in the closing of the matter that “the act of Saturday served also as protest against the logic of real estate speculation and as a form of support for the social struggle for housing” (MÜLLER, 2013c).

The last article analyzed from the vehicle (FOGLIATO, 2014a) is used here as the closing of this item of analysis for pointing out summarily the history and the objectives of the group, constantly represented and divulged by the newspaper, which evidences its ideological harmony with the collective. The reportage treats about a debate on occupations held at the Faculty of Law of UFRGS, in which there was a representative of the DPA. It is presented a theoretical relationship of the movement with the ideas proposed by Manuel Castells, since, according to the debater, “when the spaces of decision are emptied of popular voice, people begin to take the streets.” (FOGLIATO, 2014a). It points out still that “the Defense arose in 2012, not that it was to be a one-time act: the protest against the privatization of spaces, the episode that became known by the police brutality that reached the demonstrators who were protesting against the inviolable.” (FOGLIATO, 2014a). It presented, in addition, the demands of the movement, explicating that “the acts do not necessarily go to the mayor, but [...] to the residents. [...] We want to transform the street into a space of political articulation”. (FOGLIATO, 2014a). In this last sentence it becomes clear the vision of the movement that the street is still not considered a public political space, making with that the manifestations have as their central objective of explicitating this forum of direct political representation.

Thus, the journalistic coverage realized by SUL21 stands out for a regular accompaniment of the acts, always presenting matter with diverse interviews with activists and searching in some of them for a counterpoint. It was verified a good quantity of information susceptible of spatialization, such as points of encounter, points of conflict and paths. In the reportages they gain prominence the use of diverse photographs of the acts, being many of them used in the repercussion of the events in social networks by the own collectives and movements, which appears a ideological approximation between the involved. The position of the subject adopted by Sul21 is very close to that of the demonstrator, providing greater visibility to the acts and demands, besides positioning itself in favor of policies defended by the activists as contrary to real estate speculation and to the actions of the police considered as brutal, such as in the case of the mascot of the cup and of the activists camped in defense of the trees.

2 PROTESTOS DO BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO

O Bloco de Luta pelo transporte Público foi o movimento protagonista de organização dos protestos que marcaram a cidade de Porto Alegre no ano de 2013, sendo prosseguidos nos anos seguintes. O coletivo tem como principal ferramenta de divulgação sua página no Facebook que, na data da pesquisa, tem mais de 15 mil seguidores (que, portanto, tem suas atualizações exibidas em sua página principal da rede social). Além das publicações na página serão analisados textos de convite realizados por eventos criados na rede social. Salienta-se que nem todos os atos do movimento foram convocados através desta ferramenta, dando-se destaque aos que a utilizaram justamente pela apresentação de um texto que explicita o modo de convocação, o contexto da manifestação e o número de participantes ou apoiadores, medidos através do número de confirmados no evento da rede social.

Outro destaque que cabe ser salientado a priori é que embora a página seja denominada Bloco de Luta pelo Transporte Público, por vezes tanto o movimento como as matérias analisadas a seguir, denominam o coletivo com nomes similares como Bloco de Lutas pelo Transporte Público (salientando que são diversas lutas, pela utilização do substantivo no plural) ou Bloco de Luta pelo Transporte 100% Público, dando destaque especial para a emancipação do transporte das empresas privadas, uma das bandeiras que passou a ser liderada pelo movimento.

A descrição da composição do coletivo realizada no Facebook é: “O Bloco de Luta por um Transporte Público é composto por diversas organizações unidas pela luta contra o aumento da passagem e por um transporte coletivo público e popular de qualidade em Porto Alegre/RS” (FACEBOOK, 2013). Aí se verifica que a questão do transporte público e popular (ou seja, não elitista) é apontada como a principal bandeira do coletivo. Também neste campo é informado o Twitter do coletivo (@blocodeLuta) e o seu *blog* (blocodeLuta.noblogs.org). No Twitter encontram-se postagens semelhantes às realizadas via Facebook e o *blog* é pouco atualizado, sendo acionado aqui quando necessário.

A primeira postagem do coletivo nesta rede social data de 18/02/2013 e apresenta o cartaz do evento denominado “III Ato do Bloco de Luta por um Transporte Público”, sendo o primeiro evento organizado pelo coletivo. Outra publicação a seguir detalha o ato: “Bloco de Luta por um Transporte Público, composto por diversas organizações unidas pela luta, convida toda a população de Porto Alegre para seu terceiro Ato, na segunda-feira dia 18 de fevereiro. Vem pra rua lutar pela REDUÇÃO do valor da tarifa de ônibus, pelos teus DIREITOS CONQUISTADOS!” (FACEBOOK, 2013). Na citação o movimento atesta que

este foi o terceiro ato do ano, além de salientar para sua composição através de diversas unidades (unidas pelo anseio de lutas). O objetivo é um convite explícito para toda a população da cidade. Na convocação fica claro que o objetivo do protesto é a redução do valor da tarifa de ônibus e a manutenção dos direitos da população. No cartaz explicitado é explicado o significa a manutenção de direitos: “pela manutenção do meio passe para estudantes e permanência da gratuidade para idosos”. (FACEBOOK, 2013).

No evento do Facebook, a descrição também é bastante direta, trazendo o mesmo conteúdo da citação acima e justificando o motivo da demanda apresentada:

Até hoje sem licitação para funcionar, as empresas de transporte coletivo seguem procurando motivos para justificar seus lucros. Neste ano o aumento da passagem de ônibus foi questionado inclusive pelo Ministério Público de Contas, concluindo que o valor cobrado é abusivo e deve ser reduzido. Os trabalhadores Rodoviários estão fortemente mobilizados pela sua valorização e junto conosco nessa batalha. A EPTC quer “reavaliar” as isenções dos idosos e desconto aos estudantes. Enquanto isso a prefeitura de Fortunati assiste as mobilizações apenas esperando para aprovar o possível novo aumento (FACEBOOK, 2013)⁵⁷.

No texto acima é apresentado como argumento para a redução da passagem a ausência de licitação e o questionamento pelo Ministério Público de Contas sobre o aumento do valor, ressaltando que a mobilização tem o apoio dos trabalhadores. Apresenta ainda a informação de que os descontos e isenções estariam sendo revistos e críticas diretas a EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação, órgão municipal) e ao prefeito da cidade.

Salienta-se que anteriormente a este evento, dois atos anteriores já haviam sido convocados contra o reajuste da tarifa, sendo o primeiro em 21/01/2015 e o segundo convocado via rede social para o dia 29 de janeiro, ambos convocados por pessoas independentes (sem a utilização do Facebook, conforme dados da pesquisa). Na busca por eventos semelhantes na cidade localizaram-se outros cinco eventos realizados na cidade, sendo dois deles em fevereiro de 2011 e três em fevereiro de 2012, estes últimos convocados via Facebook (FB-BLTP).

O primeiro evento de 2012, comparável aos analisados aqui pela articulação através da internet via redes sociais, tem o seguinte título: “Dia Nacional de Luta: todxs contra o aumento das passagens” (FACEBOOK, 2012)⁵⁸ e, em sua descrição, aponta que se trata de

⁵⁷ Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/165675956914657>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

⁵⁸ Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/238777232870676>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

um ato nacional, a data, o local (Largo Glênio Peres) e a hora do evento. A seguir, a chamada era realizada: “Venha de bici! Traga sua faixa, seu instrumento musical, pinte sua cara e aqueça a garganta. Vamos mobilizar Porto Alegre, nós não vamos aceitar mais um aumento das passagens”. (FACEBOOK, 2012). A descrição segue apresentando os endereços da internet dos eventos de outras cidades participantes (Guarulhos – SP; Rio de Janeiro – RJ; Grande Vitória – ES; Belo Horizonte – MG; Florianópolis – SC; Recife – PE; São Carlos – SP; Joinville – SC), além de *links* que apresentam “O que é Tarifa Zero?”, “O que é o Passe Livre Estudantil?” e “O que é o MPL?”. (FACEBOOK, 2012).

A análise sobre o evento salienta inicialmente para o fato das letras da convocação estar todas em maiúsculo, o que possivelmente seja utilizada para destacar o texto dentre os demais na rede. Verifica-se a supressão das vogais que determinam o gênero das palavras, como “TODXS”. Naturalmente esta é uma técnica relacionada com lutas de gênero, induzindo que estas estejam relacionadas ao discurso dos atores já em 2012 sendo repetidas em todos os textos analisados. Com relação à chamada, destaca-se a solicitação de levar instrumentos musicais e ir de bicicleta, fato semelhante à forma de divulgação do Largo Vivo. Por fim, a relação nacional entre os movimentos é apresentada, dando especial enfoque para temas do Passe Livre incluindo a página do Tarifa Zero e do Movimento Passe Livre, movimentos fundados em São Paulo.

Outro evento do mesmo ano possuía descrição semelhante, porém mais curta, sem as referências de *links*, possivelmente por não tratar-se de um ato nacional. O título era: “TODxS CONTRA O AUMENTO - QUINTA FEIRA SERÁ MAIOR!” (FACEBOOK, 2012)⁵⁹, evidenciando a perspectiva de crescimento do movimento – aparentemente não confirmada em 2012 pelo número de pessoas confirmadas nas redes sociais. A descrição deste ato possui dois elementos também adotados nos ocorridos em 2013: o cântico “VEEEEM, VEEEM, VEM PRA LUTA VEM, CONTRA O AUMENTO!” (FACEBOOK, 2012) e o título do evento anunciando que a próxima edição será maior.

Voltando para a análise dos protestos de 2013, no dia seguinte ao terceiro ato é atualizada a foto de capa da página, utilizando-se uma foto do protesto anterior registrada por um fotógrafo do Sul21 e com a descrição: “mãos para o alto! Essa Passagem é um assalto!” (FACEBOOK, 2013). A publicação traz a relação amistosa entre o movimento e o Sul21 desde a fundação do primeiro, além de explicar outro cântico bastante ouvido nos protestos.

⁵⁹ Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/186297818142665/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Em outra publicação da origem da página, destaca-se o compartilhamento de um álbum de fotos dos protestos publicada originalmente pela página do DCE da UFRGS, juntamente com outra foto do jornal Sul21. (FACEBOOK, 2013).

O ato seguinte ocorreu em março e foi denominado “IV Ato do Bloco de Luta por um Transporte Público”. Na descrição, além do texto com conteúdo similar ao segundo e terceiro ato, apresenta informações sobre especializações: “Haverá concentração na Praça Argentina às 11h e, após, caminharemos até o Tribunal de Contas do Estado (TCE), que irá analisar no início da tarde o processo referente ao aumento das passagens de ônibus em Porto Alegre” (FACEBOOK, 2013)⁶⁰. Do mesmo modo que os outros protestos analisados é incomum verificar a divulgação prévia do destino, embora a chamada não indique o percurso a ser realizado.

O ato seguinte convocado pelo Facebook, “Pela redução da tarifa! SEGUNDA VAI SER MAIOR!” (FACEBOOK, 2013)⁶¹ já ocorreu em abril. Destaca-se que nem todos os atos organizados pelo Bloco são divulgados pelo Facebook através de eventos. Alguns deles são apenas convocados por publicações na página e outros são definidos no protesto anterior, quando se anuncia a data do próximo evento. Entre o evento anterior de março apresentado acima e este de abril ocorreu ao menos um evento intermediário, sem convocação via rede social (OLIVEIRA, 2013n). O destaque para este ato de abril é para a criação do evento realizada por pessoas independentes e divulgada pela página do BLTP e para a descrição do evento, que foi atualizada e contextualizada. O texto inicia com um discurso contrário a ação da prefeitura e das empresas de transporte, dita como “a mentira dos que insistem em dizer que só se transporta quem pode pagar o lucro que eles desejam receber.” (FACEBOOK, 2013)⁵. A seguir é apresentado o crescimento de mobilização: “Os atos do Bloco de Luta pelo Transporte Público estão agregando muito mais que mil pessoas e é visível a diferença da mobilização frente às de 3 meses atrás. Agregando TANTAS pessoas, algumas realmente se exaltaram perante à atitude truculenta da Guarda Municipal, de prender sem motivo uma manifestante dentro da Prefeitura.” (FACEBOOK, 2013)⁵.

A seguir o coletivo argumenta sobre a cobertura da mídia: “OBRIGAMOS A MÍDIA A FALAR SOBRE NÓS. Não falaram bem e nem nunca falarão, pois estão do lado daqueles que nos exploram. [...] Até bolinhas de papel, para eles, são sinal de enorme violência de protesto” (FACEBOOK, 2013)⁵. A leitura do movimento é que a polêmica é positiva por gerar

⁶⁰ Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/347994301975992/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

⁶¹ Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/550270634996321/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

discussão entre as pessoas, porém finda por “despertar o ódio eterno dos perseguidores de qualquer nascimento” (FACEBOOK, 2013)⁵. O texto faz referência direta à cobertura jornalística dos atos que passou a ser realizada, que dá destaque especial para os atos de violência. Por fim, apresenta um trecho de um poema de Brecht evidenciando sua perspectiva sobre o tema da violência: "do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento, mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem" (FACEBOOK, 2013)⁵. Salienta-se que este ato foi o maior registrado até então, com mais de 4,5 mil pessoas confirmadas via rede social de internet e estimativa de mais de quatro mil pessoas de acordo com a Brigada Militar (OLIVEIRA, 2013h)

O ato seguinte com convocação via rede social acontece dez dias após do anterior e já conta com quase doze mil pessoas confirmadas no evento do Facebook. O texto da descrição é breve e apresenta “as atuais reivindicações do Bloco”: a) redução imediata da passagem para R\$ 2,60; b) que o transporte seja 100% público de controle popular; c) passe livre para estudantes e desempregados; d) não retirada das isenções e nenhum direito a menos; e) abertura de contas das empresas de ônibus; f) contra a criminalização, violência policial, intimidação, demissão, processo judicial ou prisão de qualquer pessoa que esteja na luta; g) total apoio e solidariedade à luta dos rodoviários. Verifica-se um aumento significativo do número de agendas políticas, como o passe livre para alguns grupos e contra a criminalização dos movimentos sociais, porém todos se referem a temas relacionados à “luta [...], com a força das ruas, até que o transporte seja verdadeiramente público, popular e de qualidade” (idem).

Uma publicação realizada pela página ganha destaque discursivamente pela utilização de frases afirmativas, expressas com um ou mais pontos de exclamação, de acordo com a intensidade que o movimento deseja dar. A mensagem visa prestar auxílio e tomar conhecimento de pessoas em processo de intimidação ou criminalização decorrente de atos realizados pelo Bloco, evidenciando que o coletivo possui uma comissão jurídica que pode auxiliar os manifestantes. Destaca, por fim, que protesto não é crime, trazendo novamente o discurso de criminalização dos movimentos sociais. O tema desta suposta criminalização ganhou destaque nacional, sendo divulgada pela página uma Moção de Apoio redigida pelo Comitê pelo Passe Livre em Londrina (FACEBOOK, 2013).

No evento de outro protesto na rede social o título mantém-se similar aos anteriores e a descrição traz elementos relacionando o transporte ao direito à cidade: “Terça-feira iremos às ruas novamente em defesa do transporte público mas também em defesa de Porto Alegre!

Contra a privatização dos espaços públicos e pelo direito à cidade!” (FACEBOOK, 2013)⁶². O evento, sem local determinado na convocatória, assume a bandeira contra a privatização dos espaços públicos e apresenta o resultado da Assembleia do Bloco com um calendário de mobilizações, apresentado a seguir, que inclui: a) mobilizações nas escolas, comunidades e locais de trabalho chamando para as atividades; b) panfletagem no Centro e terminais com material unitário do Bloco de Lutas; d) Oficina de Teatro Para Discussão Popular Sobre Transporte Público e Transformação Social; e) Aula Pública sobre o transporte; f) Após a Aula Pública - Festa do Passe Livre!; g) Ato do Bloco de Lutas. A proposta é de diversas ações de difusão dos temas defendidos pelo movimento ao longo da semana, culminando em um grande ato no dia 23/04. Salienta-se aqui pela autodenominação do movimento de “Bloco de Lutas” pela primeira vez, fato reiterado em publicações seguintes, simbolizando a ampliação de pautas.

O ato seguinte propõe um “1º de maio de luta! Contra a criminalização dos movimentos sociais e por um transporte realmente público” (FACEBOOK, 2013)⁶³. A programação novamente inclui panfletagem e aula pública e relaciona o contexto recente de criminalização do movimento a um incidente de maio de 1886, em Chicago quando uma manifestação de apoio à greve dos trabalhadores que lutavam pela redução da jornada de trabalho resultou na condenação de morte a oito anarquistas. A seguir, apresenta uma fala endossando que “mais de um século depois, a situação não é tão diferente. A preocupação dessas autoridades não é proteger a sociedade, mas garantir a permanência de uma situação social que é injusta e essencialmente violenta para a maioria das pessoas.” (FACEBOOK, 2013)⁷. Deste modo o evento programado para o dia do trabalhador foi estruturado tendo como pauta central a criminalização do movimento, abordando o tema da tarifa de modo secundário.

No evento seguinte novas pautas são acionadas:

No próximo dia 13/05 estaremos nas ruas novamente unificando as nossas pautas com as da Comunidade Quilombola e denunciando a criminalização das lutas populares! Nos últimos meses o Bloco de Lutas foi às ruas e denunciou pra população de Porto Alegre a farra do empresários do transporte! tivemos uma grande vitória na revogação do aumento, o que também fez com que a ira da patronal, juntamente com a mídia burguesa criasse um cenário onde o foco deixou de ser os lucros abusivos das empresas e mirou pra criminalização de nossa luta. Temos mais de uma

⁶² Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/489014111152795/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

⁶³ Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/651620211521968/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

dezena de pessoas intimadas a depor e a grande ameaça do indiciamento de alguns integrantes. Mas não é apenas o Bloco de Lutas que vem sofrendo ataques, com as obras para a Copa de 2014, várias comunidades estão sendo ameaçadas por despejos, serão os pobres que pagarão mais uma vez o lucro das grandes empresas (FACEBOOK, 2013)⁶⁴.

Os temas das Comunidades Quilombolas e as comunidades atingidas pelas obras para a Copa do Mundo na cidade também passam a ser acionadas pelo coletivo, que repetidamente reforça a ideia do transporte como controlado por uma máfia de empresários em um sistema defendido pela grande mídia, que é criticada reiteradamente.

O evento posterior, é um ato político cultural realizado conjuntamente com uma edição do Largo Vivo no Largo Glênio Peres. O evento é faz parte de “um ato nacional convocado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da COPA – ANCOP” (FACEBOOK, 2013)⁶⁵, tendo, portanto, o tema da Copa como central. A convocação é extensa e inicia esclarecendo que “não será um ato puxado em si pelo Bloco de Lutas, mas estamos juntos por acreditar que a Lei Geral da Copa só irá aumentar a repressão!” (FACEBOOK, 2013)⁹, ou seja, trazendo o apoio do Bloco de Lutas a outras bandeiras. O texto faz um apanhado sobre a situação da Copa do Mundo e a Copa das Confederações, evento realizado nas cidades em que o primeiro será disputado, trazendo que a realização destes só é interessante para as grandes empresas (como a FIFA e os grandes meios de comunicação, que lucram através de anúncios e da transmissão dos jogos). Afirma que, por este motivo, por maior que os manifestantes gostem de futebol não concordam com a realização destes eventos, incluindo na argumentação a informação de que grande parte do financiamento das obras é público, a partir do BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Salienta aí os problemas decorrentes das grandes obras:

Os problemas trazidos pela Copa do Mundo vão muito além dos recursos públicos envolvidos. Já são mais de 200 mil pessoas ameaçadas de remoção (muitas já removidas) em nome dos interesses das grandes empreiteiras e do mercado imobiliário. Mais que isso, a Copa representa militarização das cidades e violência policial; repressão a ambulantes e população de rua; corrupção; aumento da dívida pública; obras de necessidade e importância duvidosa; [...] estádios cada vez mais elitizados; leis de exceção; proibição de protestos e atividades culturais tradicionais. Esta é a verdadeira realidade por trás dos jogos. Portanto, existe um enorme processo que nega o nosso direito à cidade e precisamos lutar contra ele. (FACEBOOK, 2013)⁹.

A citação acima evidencia conflitos gerados a partir das grandes obras apontadas como

⁶⁴ Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/154435974727984>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

⁶⁵ Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/273885142756016/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

necessárias para a realização do evento esportivo, relacionadas a obras de grande impacto urbano que, pela afirmação, negam “o nosso direito à cidade”. O ato posterior foi divulgado somente através do cartaz abaixo, sem a criação de um evento na rede social. Salienta-se que os protestos já ocorrem no mês de junho, mês em que grandes atos tomaram conta de diversas cidades do país (MELO, 2014). O cartaz apresenta uma foto de uma multidão nas ruas e apresenta o próximo ato, evidenciando data, local e hora de encontro e as principais pautas, com destaque para a volta da centralidade dos temas relacionados aos protestos pelo transporte. Dois dias após o ato, a página do BLTP divulga uma matéria do Sul21 com o título “Bloco de Luta Pelo Transporte 100% Público divulga nota com reivindicações em Porto Alegre” (BLOCO..., 2013). Na nota, o Bloco (que assina como Bloco de Luta pelo Transporte 100% Público) se apresenta:

Somos um movimento que não nasce do nada e tampouco são novidades as lutas que fizemos nos anos anteriores pela redução da tarifa. O bloco de lutas é formado por setores dos movimentos populares, que representam diversas concepções ideológicas e que prezam pela unidade em torno da pauta do transporte 100% público, respeitando a diversidade e prezando pela autonomia e independência de classe. Este ano o Bloco surge com mais força e logramos pelas forças das ruas e da indignação popular uma importante conquista de fazer cair 20 centavos injustamente cobrados na passagem da população de Porto Alegre. (FACEBOOK, 2013).

Na citação acima, o Bloco se define como movimento articulado por diversos setores com concepções ideológicas semelhantes, associadas à “autonomia e independência de classe”. Traz ainda as agendas como tradicionais e que, através das mobilizações ocorridas neste ano, foi possível a redução da tarifa, fator que permite a associação com atos nacionais, fazendo com que seja extrapolada a agenda única do transporte público. Por fim, apresenta o crescimento da mobilização: “agora somos centenas de milhares de pessoas e ganhamos as ruas do Brasil lutando por nossos direitos. O tema da Copa já é recorrente nas manifestações” (FACEBOOK, 2013). Aqui o movimento confirma a ampliação das pautas, incluindo temas da Copa do Mundo, além da articulação nacional dos atos, que proporcionaram que uma grande quantidade de pessoas saísse às ruas “lutando por nossos direitos”. A afirmação não é clara ao referir-se a estes direitos, de modo que não se sabe se a população citada está defendendo as mesmas bandeiras do movimento ou se este serviu como elemento catalisador, fazendo com que as pessoas comparecessem aos atos levando suas próprias demandas. Outro trecho do texto destaca a “investida policial contra os manifestantes” e traz dados quantitativos: “Na última manifestação em que contamos com mais de 25 mil pessoas

nas ruas, tivemos 60 pessoas presas e dezenas de feridos”, complementando que “mais do que a violência física que partiu da Brigada Militar também denunciemos a violência psicológica e a tortura que os participantes da marcha sofreram nos camburões e nas delegacias” (FACEBOOK, 2013). Por fim, apresenta sua posição com relação à violência, apontando que, na sua visão, os vândalos são vândalos são: a) “os empresários que lucram exorbitantemente sob o direito da população de ir e vir”; b) “a grande mídia que promove um discurso criminalizador dos que ousam lutar”; c) “os governos que não garantem direitos básicos do povo, como saúde e educação” e “se utilizam de uma falsa democracia para acomodar os interesses das elites e criminalizar os direitos de manifestação” (FACEBOOK, 2013).

No trecho a nota aponta que os atos de violência representativos são os que visam manter a estrutura de sociedade desigual, mantendo as grandes corporações através do auxílio da mídia, da polícia e de governos. O texto, assim, apresenta a posição ideológica do movimento como voltado à esquerda e defensor de uma igualdade de todas as classes, partindo dos benefícios diretos a classes populares e apresentando a situação atual como uma “falsa democracia”. Por fim, a nota expressa, em tópicos, suas reivindicações com relação ao transporte coletivo, pela retirada imediata dos inquéritos movidos contra manifestantes e contra políticas decorrentes da Copa do Mundo, finalizando com convocação e saudação à “luta nacional de todos os de baixo que se levantam contra as péssimas condições de vida”, solicitando a solidariedade de toda a população de Porto Alegre e anunciando o próximo ato. (FACEBOOK, 2013)⁶⁶. Os protestos nacionalmente são categorizados como “a luta dos de baixo”, referindo-se a uma luta pelos direitos das pessoas com menos recursos.

O evento do dia 20 de junho, anunciado acima, não foi articulado via evento no Facebook, sendo o ato seguinte registrado dessa forma ocorreram quatro dias depois e foi o evento com maior número de pessoas confirmadas na rede social (16.610 na data da pesquisa). A convocação deste se inicia com um convite para a realização de cartazes coletivos, muito comum em atos do Largo Vivo e do Defesa Pública da Alegria, novamente utilizando-se do grifo através de letras maiúsculas, apontando as pautas do evento e a programação de dois atos na semana. Após esta apresentação sintética, em um texto descreve sua leitura sobre a cobertura jornalística e os incidentes resultantes de protestos anteriores, afirmando que:

⁶⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/483239548425255/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

A mídia continua fazendo o seu papel manipulador! Enquanto num primeiro momento tenta deslegitimar e ignorar o movimento, agora, transvestido de um suposto apoio, tenta divergir a pauta colocando pautas reacionárias e superficiais no lugar dos motivos centrais da luta! A nossa luta é contra a mercantilização do transporte público, é pela efetivação do nosso direito de ir e vir, é pelo direito a cidade! É pelo fim deste apartheid urbano que vivemos na cidade! O prefeito Fortuna tenta ao mesmo tempo acalmar os ânimos dos manifestantes e garantir o lucro dos empresários que financiaram a sua campanha, reduzindo centavos a passagem através das mais variadas isenções fiscais para os empresário! (FACEBOOK, 2013)¹⁰.

A crítica supra é direcionada novamente à cobertura da mídia sobre os protestos, que, segundo os ativistas, após tentativa inicial de deslegitimar o movimento agora passa a mudar de postura, iniciando um processo de inclusão de pautas às reivindicações dos protestos. Portanto, busca deixar claro quais os reais motivos que levam a realização da convocação e critica a forma que o poder público tem tratado o tema do transporte, acrescentando a informação de que a redução ocorreu por ajustes fiscais, não interferindo na lucratividade das empresas gestoras. Por fim, apresenta dados sobre as prisões de “presos políticos”, reforçando a ideia de criminalização. Textualmente o destaque é para a abreviação do nome do prefeito de Fortunati para Fortuna, induzindo a leitura da figura do político com dinheiro ou, de acordo com as associações realizadas pelo movimento, podendo ser expandida a leitura para sua relação com as grandes empresas privadas. O texto é redigido de forma bem clara e, visto que se trata do maior evento do Bloco em número de confirmados via rede social, acredita-se que, de fato, muitas das pessoas que foram as ruas entendem e defendem estas bandeiras, embora, como exposto no texto, outras pautas começam a surgir nos protestos e ganhar destaque pela mídia. É explícito o posicionamento do movimento através da manutenção das pautas apresentadas, que desde o início do ano foram ampliadas, mas passaram a se manter constantes no ápice de participação dos protestos.

O ato seguinte, realizado já no mês de julho de 2013 destaca-se pela sua localização fora da área central da cidade. O título foi “ATO: Quinta Feira é PASSE LIVRE e COPA PRA QUEM? - BLOCO DE LUTAS”, evidenciando a organização conjunta com movimentos contrários às políticas relacionadas ao acontecimento de futebol. Segundo o texto de chamamento o local foi deliberado em assembleia. Expõe como pauta central “PASSE LIVRE MUNICIPAL e Contra os despejos da COPA”, propondo a realização de uma “marcha [...] junto a comunidade da Av. Tronco que esta sob ameaça de despejo devido as obras da copa”. A seguir apresenta detalhes de como chegar ao local, situado na Zona Sul de porto alegre na denominada Vila Cruzeiro. Após um crescimento dos atos realizados pelo bloco, verifica-se

um menos número de pessoas relacionadas via rede social e, segundo matérias, o ato contou com mais de mil participantes (MÜLLER; OLIVEIRA, 2013).

O ato seguinte ocorre após ativistas do Bloco de Luta ocuparem a Câmara Municipal de Porto Alegre, sede do Legislativo Municipal, ação realizada no dia dez de julho (4S21). A convocação é inserida dentro dos atos relacionados a uma Greve Geral e defende o “Passe Livre Municipal Já”. No texto, é mencionada a conjuntura: “CÂMARA DOS VEREADORES DE POA OCUPADA. [...] TRAGA SUA BARRACA E VAMOS ACAMPAR EM VOLTA DA CÂMARA ATÉ O PASSE LIVRE MUNICIPAL, E ABERTURA DAS CONTAS SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES” (FACEBOOK, 2013)⁶⁷. A ocupação é a mais nova tática de ação do movimento que, além das marchas, já apresentou panfletagens, aula pública e eventos culturais. O texto faz um convite para novas pessoas participarem da ocupação, salientando-se a convocação direcionada para “toda a juventude e a classe trabalhadora”, apontados assim como os setores sociais associados à formação do Bloco. Na continuidade do texto, são reiteradas as pautas do movimento sinteticamente incluindo temas mais abrangentes como mais dinheiro para saúde, transporte, educação, moradia e cultura e finalizando com palavras de ordem “FODA-SE A COPA! VEM PRA LUTA, VEM PRA GREVE GERAL EM PORTO ALEGRE! É a força dos de baixo! Viva a unidade entre a juventude, a periferia e a classe trabalhadora!” (FACEBOOK, 2013)¹¹. Neste recorte novas agendas políticas são acionadas de modo distinto das demais, que apresentavam propostas objetivas como a do passe livre e a estatização do transporte público. O acionamento de propostas visando mais dinheiro para serviços públicos pode, assim, ser classificada como uma pauta genérica, uma vez que não apresenta subsídios de como a ação política deva ser realizada. Apresenta-se novamente como em defesa da luta “dos de baixo”, da periferia e da “classe trabalhadora”, buscando uma aproximação popular.

Durante a ocupação o Bloco publica outra nota oficial que é iniciada com um texto muito similar ao do documento anterior e, por fim, apresenta as pautas do movimento, já incluindo os temas dos indígenas e quilombolas, contrários a política da Copa do Mundo em defesa de políticas voltadas à educação (agora, mais detalhadas). Com relação aos meios de comunicação, defende a democratização, regulamentação e “fim dos monopólios da grande mídia”, com “corte pleno e imediato dos milhões de reais gastos em publicidade e propaganda com a RBS e suas afiliadas, bem como todos os veículos de comunicação de iniciativa

⁶⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/485395501529522/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

privada”. Com relação a educação, a pauta específica é anunciada com “investimento de 35% do orçamento para educação, como manda a legislação” e o “apoio à luta dos professores pelo pagamento do piso nacional” (FACEBOOK, 2013)¹¹. O destaque da nota é para a apresentação de medidas políticas diretas para a realização dos objetivos propostos. O pleito contrário à criminalização, por exemplo, inclui a prisão de grupos neonazistas e o cumprimento da identificação de policiais conforme lei, além de temas de inquéritos específicos. O mesmo ocorre com propostas objetivas visando mitigar os impactos negativos da Copa do Mundo.

Em meio à ocupação da Câmara e a Greve Geral, é publicada nota do movimento chamada: “CONVOCATÓRIA AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS QUE COMPÕEM A GREVE GERAL” (FACEBOOK, 2013) e assinada pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público e pela Frente Quilombola. No texto destaca-se a articulação do Bloco com a frente quilombola, já ocorrida em outros atos e um convite direcionado às classes trabalhadoras para aderirem à ocupação, destacando ainda o convite para assembleia deliberativa.

Uma publicação realizada dois dias após o início da tomada do legislativo, visa fazer um esclarecimento sobre a cobertura da ocupação, após polêmica decorrente de “declarações de jornalistas do Grupo RBS que se sentiram hostilizados por integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público ao tentarem cobrir a ocupação da Câmara” (FACEBOOK, 2013). Na redação é apresentado que no entendimento do coletivo “não houve censura, pois em nenhum momento algum manifestante do Bloco impediu que o Grupo RBS veiculasse algum tipo de opinião a respeito dos acontecimentos”, apontando como sua perspectiva de censura “quando inúmeras vezes foram silenciadas durante o regime militar sustentado por esse grupo de comunicação”. A seguir, fala sobre os critérios de seleção da mídia adotados pelo BLTP: “O Bloco de Luta pelo Transporte público quer manter um diálogo aberto com a população. Para isso, mantém seus próprios meios de comunicação e se mantém aberto aos veículos de mídia alternativos” (FACEBOOK, 2013). O propósito é associado à tática de ação-direta simbólica, alegando que “se não há uma democratização estrutural da mídia em nosso país, nós mesmos continuaremos realizando essa tarefa de democratização, com nossas próprias mãos” (FACEBOOK, 2013).

Outra publicação na página do Facebook convida a todos para “Seminário: Passe livre, Transporte 100% Público e Mobilidade Urbana”, que ocorrerá na Câmara Municipal. Para divulgação do Seminário, foi criado um evento no Facebook que apresenta a programação realizada ao longo do final de semana, destacando que, para os organizadores, sua realização

“é a oportunidade de aprofundarmos conjuntamente cada vez mais nossas pautas” e que “estarão presentes diversos movimentos sociais e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)” (FACEBOOK, 2013). Com relação às atividades estão previstas “palestras, cine-debates e muita construção”. Dentro a programação incluiu-se conversa com rodoviários e a divisão em grupos de trabalho para criação de propostas nos dois dias, culminando na elaboração de um projeto final.

A publicação a seguir anuncia uma entrevista coletiva com toda a imprensa, para comunicação a respeito do pedido de reintegração de posse pedido pelos vereadores. Uma nota é veiculada em uma nova publicação, após a coletiva, dirigida à população de Porto Alegre e confirma a leitura de que, com a popularização, os protestos passaram a contar com novas exigências da população relacionadas aos serviços básicos, demandas ainda não atendidas pelos governos. A seguir, apresenta o cenário da Câmara, que foi “ocupada por manifestantes que se organizam de forma autônoma e apartidária, tanto em relação à alimentação – sendo esta doada diariamente por manifestantes, sindicatos e simpatizantes da causa – quanto em relação à limpeza e à segurança do local” (FACEBOOK, 2013), destacando também o cotidiano de atividades da ocupação com assembleias, seminários, oficinas, debates e reuniões das comissões de organização do Bloco, ironizando que “nunca nesta Câmara houve tanto trabalho quanto agora, feito pelos próprios cidadãos!” (FACEBOOK, 2013). A apresentação do movimento para a população destaca sua composição autônoma e apartidária e a estruturação interna em comissões, abordada em algumas reportagens analisadas a posterior (MOREIRA; GERMANO, 2013). A seguir, apresenta propostas encaminhadas aos vereadores, respondidas com contrapropostas, das quais “o Bloco de Luta, em assembleia geral, aprovou três das quatro propostas apresentadas pelos vereadores e se dispôs a continuar negociando os pontos em que havia divergência”. Expõe que, mesmo com a abertura para negociação, o diálogo não foi respeitado através do pedido de reintegração de posse (FACEBOOK, 2013) e finaliza afirmando que foram elaborados no seminário: “dois projetos de Lei, um pelo Passe Livre estudantil e para desempregados e outro para a abertura das contas das empresas de ônibus. Além dos dois projetos construídos, o Bloco também incluiu na pauta de suas discussões um futuro projeto de Lei para instituir o Transporte 100% Público.”(FACEBOOK, 2013). O texto explicita a negociação realizada pelos manifestantes, sempre com forte teor político, e apresenta a elaboração de dois projetos de lei ao longo do seminário realizado no último final de semana, que, de acordo com a negociação, deveriam ser protocolados no próximo dia útil, ação não realizada por iniciativa do presidente do legislativo. Novamente o movimento acusa políticos

de não desejarem uma “democracia efetiva real”, acusação já realizada contra o prefeito anteriormente (FACEBOOK, 2013).

No contexto da ocupação, novas críticas sobre a cobertura midiática são realizadas, como uma publicação da página o Bloco volta a falar sobre o questionamento da liberdade de imprensa nas ações realizadas por ele no legislativo, apontando que: “A TV Bandeirantes acaba de dizer que o Bloco impede a liberdade de imprensa. É importante dizer que a imprensa está acompanhando as assembleias e atividades do Bloco desde o início - para citar alguns exemplos: Coletivo Catarse, Sul21, Jornalismo B.” (FACEBOOK, 2013). Em outra matéria, o BLTP ironiza uma disputa política realizada discursivamente entre o jornal Zero Hora e o prefeito da cidade:

O Bloco de Luta, a partir de seu conteúdo político, coerência e tenacidade, tonteou a burguesia. A Zero Hora, no desespero, publicou na quarta-feira matéria onde especialistas dizem que o passe livre é viável. Quem se desesperou, na sequência, foi o prefeito Fortunatti, que escreveu texto onde critica aquela editora "jornalística", sugerindo que ela distribua jornais gratuitamente. Este Bloco esclarece: Zero Hora, não queremos nem de graça. (FACEBOOK, 2013).

O recorte apresenta o movimento como embasado politicamente e assim, com seus argumentos, causou debates sobre os temas propostos. A crítica fica explicitamente à Zero Hora e ao prefeito da cidade que protagonizaram a disputa sobre a viabilidade do passe livre, ironizando a possibilidade de distribuição gratuita do jornal. Uma publicação na página do Facebook faz nova crítica ao grupo de comunicação, denominando-o de “RB\$” em uma referência.

Outra publicação traz os pleitos da ocupação e convida para a assembleia que ocorrerá no final do dia. A proposta apresenta o passe livre para algumas categorias e que não resulte em aumento de tarifas aos demais, sendo o valor abatido do lucro dos empresários (apontados como ricos). Propõe o Bloco como movimento de fiscalização das planilhas de custos das empresas e defende que estas sejam estatizadas. No *blog* do movimento é apresentado o “projeto de lei- passe livre” que “Institui o passe livre no sistema de transporte coletivo por ônibus no Município de Porto Alegre para estudantes e desempregados, cria o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana e dá outras providências.” (BLOG, 2013)⁶⁸. A legislação proposta apresenta as formas que o movimento aponta que deva ocorrer o passe livre

⁶⁸ BLOG. Bloco de Luta pelo Transporte Público. 2013 Disponível em: <<http://bloodeluta.noblogs.org/post/2013/07/15/projeto-de-lei-passe-livre/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

municipal, indicando os beneficiários, a origem do recurso e a forma de fiscalização. O texto apresenta-se com linguagem formal e direta, apresentando de modo sucinto o que o movimento vem pregando em publicações já analisadas, porém que se utilizava de linguagem mais incisiva e agressiva, reiterando palavras de ordem e termos mais coloquiais.

Após o final da ocupação o movimento muda seu enfoque, passando a pressionar o poder executivo a dar encaminhamentos aos projetos de lei elaborados durante o acampamento. Essa é a principal pauta dos quatro eventos realizados no mês de agosto, denominados: a) “Ato do Bloco de Luta pelo projeto de passe livre”; b) “Caça ao Fortuna!”; c) “Ato do Bloco de Luta pelo Passe Livre”; e d) “TRANCAÇO NA IPIRANGA DO BLOCO DE LUTAS - EM FRENTE A PUC”. Os atos passam a ter a temática que denominou o segundo ato, aprovado em assembleia, enfatizando: “Fortunati, é teu dever encaminhar o PL do Passe Livre para a Câmara Municipal dos Vereadores de Porto Alegre! Enquanto tu não encaminhar, o Bloco vai te caçar!”.

Os três últimos atos organizados via rede social de internet tiveram propostas distintas, sendo dois deles voltados à relação do movimento com a polícia e outro relacionando novamente o passe livre a questões da educação: a) “7 de setembro - Pela desmilitarização da polícia!”; b) “1000 DIAS DE LUTO PELO GOV. TARSO: A RETOMADA DAS RUAS”; e c) “Bloco Vivo no Largo: pela liberdade dxs que lutam!”. Do primeiro ato destaca-se a frase “quem policia a polícia militar?”, questionando ações da polícia nos atos políticos em todo o país, trazendo que “nada disso é novo para quem não acordou agora” (FACEBOOK, 2013)⁶⁹, fazendo referência aos cânticos que anunciavam que “o povo acordou”. Sua visão é que a novidade trazida pelos protestos recentes é que mais pessoas da classe média puderam ver e sentir a violência da polícia militar, sendo que “nas periferias, para a população negra e pobre, essa realidade já se escancara há muito tempo, mas com muito mais brutalidade. Lá, as balas não são de borracha, e os detidos, torturados, não costumam voltar para contar suas histórias no Facebook...” (FACEBOOK, 2013)¹³. O texto relaciona os protestos com uma tradicional repressão da polícia militar, fazendo uma crítica em tom de ironia às pessoas que se revoltam através das redes sociais. Finalizando o chamamento faz referência a um caso de desaparecimento na cidade do Rio de Janeiro, tido como emblemático nos protestos nacional: “e, afinal, cadê o Amarildo?” (FACEBOOK, 2013)¹³.

O segundo ato dentre os apresentados supra é apresentando como unificado entre

⁶⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/378047855656264/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

“trabalhadores, estudantes secundaristas, universitários, professores, quilombolas e indígenas e categorias em greve” (FACEBOOK, 2013)⁷⁰. A proposta apresentada é a de um ato unificado com distintas categorias, visando pressionar o prefeito (chamado de "Furtonati") para o encaminhamento dos projetos de lei e criticar o governo do estado pelas medidas adotadas até o momento, especificando os temas da violência policial contra manifestantes, indígenas e quilombolas e um novo projeto para a educação. O último evento é abordado como um típico Largo Vivo, trazendo na sua descrição uma chamada para atos culturais, trazendo a proposta de um ato político cultural em defesa da liberdade de manifestação.

Em meio a estes atos, ocorreu a expulsão de integrantes do Partido dos Trabalhadores do Bloco de Luta realizado em assembleia e divulgado através de nota oficial do bloco através da página no Facebook. Da nota destaca-se que um dos motivos apontados para a expulsão é são as ações políticas realizadas pelo governador, que é representante do partido. Mas é apresentando o ponto central foi a veiculação de imagens do BLTP em campanhas do partido, apontando a medida como necessária em que pese a constante tentativa de manter a unidade entre os setores. Ressalta-se que esta é a primeira divisão explícita dentre os movimentos do coletivo (FACEBOOK, 2013).

O fim do ano é marcado por uma ausência de protestos do Bloco de Luta, após meses de bastante intensidade. Não foram registrados protestos pelos eventos do Facebook entre 22/11/2013 e 23/01/2014, e mesmo na primeira data os protestos já não ocorriam com a mesma periodicidade. O primeiro evento do ano de 2014 retornou com a pauta objetiva de protestar contra um possível aumento da passagem, ainda não anunciado pelos órgãos competentes. Da descrição o ano de 2014 é apontado como “tão esperado, tão aguardado, um ano que marca a retomada das lutas populares nas ruas.” (FACEBOOK, 2014)⁷¹. A proposta é a continuidade dos atos do ano anterior, intensificando os protestos direcionados contra empresários e o prefeito da cidade. O texto transite uma imagem positiva, através da leitura do ano anterior e a perspectiva de grandes ações no ano em questão. Além do ato são anunciadas panfletagens em locais centrais e terminais de ônibus descentralizados nos dois dias que antecedem o “GRANDE ATO CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS E POR UM TRANSPORTE 100% PÚBLICO” (FACEBOOK, 2014)¹⁵. Por fim, o movimento retoma as principais bandeiras de 2013, sinalizando que seguirão a mesma proposta neste ano: “Em 2014 não vai ter aumento da passagem! Não vai ter copa! É PASSE LIVRE JÁ! Contra a

⁷⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/543454412386640/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/600686026651637/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

criminalização das Lutas Populares! Protesto não é Crime!” (FACEBOOK, 2014)¹⁵.

Quatro dias após o ato é anunciado via página na rede social o início da greve dos rodoviários, apontada como "união entre trabalhadores, estudantes e juventude" que tem como adversários “os empresários que lucram com o transporte público, explorando tanto os trabalhadores quanto os usuários” (FACEBOOK, 2014). A proposta é de nova articulação entre o movimento e os trabalhadores rodoviários, apontada em uma nota conjunta entre o BLTP e o “comando de greve dos rodoviários”, publicada no dia seguinte. A nota aponta que “desde o início de 2013, o Bloco vem construindo uma aliança com os rodoviários, e agora, na primeira grande greve de 2014, reforçamos nossa unidade” (FACEBOOK, 2014), confirmando a articulação. Um ato que ocorre poucos dias após o início da greve é anunciado marcando a união entre os movimentos no título, sendo na descrição atestado que o ato conjunto foi deliberado em “assembleia realizada [...] com mais de 250 pessoas, contando com a presença dos Rodoviários em GREVE”, e sinalizando para as seguintes pautas: “TRANSPORTE 100% PÚBLICO, PELO REAJUSTE DOS 14% NO SALÁRIO, PASSE LIVRE E NENHUM AUMENTO DE PASSAGEM” (FACEBOOK, 2014)⁷². Assim, a questão salarial reivindicada pela categoria através da greve foi inserida na agenda política do Bloco. Anuncia ainda outra tática de protesto, através da realização de piquetes nas garagens de onde saem os ônibus, em atos típicos de protestos sindicais desta categoria, agora com o apoio intensificado de “centenas de jovens do Bloco de Luta” (FACEBOOK, 2014)¹⁶.

Outra publicação da página induz uma articulação entre empresários, prefeitura e a grande mídia como se estes realizassem ações políticas conjuntas a fim de garantir 70% dos ônibus em circulação. A seguir, a contraproposta é anunciada, afirmando que “para manter 70 ou até 100% da frota só se for com as ROLETAS ABERTAS, dialogando diretamente com a população que sofre com o preço da passagem” (FACEBOOK, 2014). Ou seja, a negociação propõe um passe livre temporário, possivelmente em uma tentativa de apelo à população que tende a manifestar-se contrária a greves em geral. Se implementada, a proposta seria também uma experiência do passe livre no município o que parece bastante interessante para as propostas do BLTP. Por fim, a descrição do ato atenta para uma possível vinda da presidenta da república para a inauguração do estádio de futebol que receberá jogos da Copa do Mundo que ocorrerá naquele.

O segundo evento criado no mês de fevereiro é estruturado como uma: “SEMANAS

⁷² Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/566653510069853/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

DE LUTA EM PORTO ALEGRE [...] rumo ao transporte 100% público e contra o desperdício de rios de dinheiro público para a realização da Copa do Mundo da FIFA!!!” (FACEBOOK, 2014)⁷³. A proposta são duas semanas de atividades, tendo como alvos o aumento da passagem e o a Copa do Mundo, assim descritas: a) “vigília em apoio aos rodoviários”; b) “Panfletagem às 17h na Esquina Democrática”; c) “GRANDE ATO: Dilma em Porto Alegre - NÃO VAI TER COPA, VAI TER LUTA! Transporte público e Passe livre já!” (que dá nome ao evento); d) “Assembleia do Bloco de Luta”; e) “Panfletagem”; f) “GRANDE ATO pelo Passe Livre!”; (FACEBOOK, 2014)¹⁷.

Em meio as semanas, é realizada uma postagem na página do movimento com uma matéria de opinião do jornal Correio do Povo que aponta para a solicitação das empresas pelo aumento da tarifa, informação que já é comentada pelo BLTP que reafirma que o valor do aumento salarial (apoiado pelo coletivo) deve ser obtido através de uma redução do lucro das empresas, em uma política de distribuição mais equânime de recursos (“que os ricos paguem a conta”) (FACEBOOK, 2014).

O ato organizado a seguir, sendo o último do mês de fevereiro explicita a proposta de “Barrar a Licitação dos Empresários e o Aumento das Passagens!” (FACEBOOK, 2014)⁷⁴, caracterizando o processo de licitação em andamento como formatado para atender o interesse dos empresários do setor, através de “uma MANOBRA do prefeito vereadores e empresários para manter os privilégios dessa Máfia” (FACEBOOK, 2014)¹⁸. Verifica-se que o tom adotado sempre visa acusar os empresários, enquadrando-os como mafiosos e defendidos pelo poder executivo municipal e pela grande mídia. O texto apresenta brevemente a história do movimento e traz a informação de que o Bloco de Lutas esta articulado desde 2012, ou seja, é anterior à criação do movimento via página na rede social, ocorrida em 2013 segundo levantamento desta pesquisa. A denúncia realizada questiona a forma como são realizadas as instâncias deliberativas dos processos na cidade, alegando que as audiências públicas são permitem efetivamente uma troca com a população, visto que não é realizada uma apresentação prévia do debate. A seguir, aponta que o processo não é transparente. Um ato semelhante é marcado uma semana depois, na data da audiência pública sobre a licitação, sendo o primeiro evento do mês de março organizado pelo movimento.

Em evento realizado no dia 30 do mesmo mês, é chamado “ATO CONTRA OS 50 ANOS DA DITADURA - PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA”, exigindo “JUSTIÇA

⁷³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/688958774479645>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

⁷⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/257596084418901>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

aos crimes da ditadura e punição aos torturadores” (FACEBOOK, 2014)⁷⁵. A programação apresentada é composta por atividades culturais seguida de “MARCHA E ESCRACHO”. A proposta de escracho consiste em um ato de violência simbólica contra uma figura apontada como opressora. Considerando a relação apontada pelo movimento entre a ditadura militar, questionada na ação, e o grupo RBS, pressupõe-se inicialmente que o “escracho” tenha seria realizado na sede da empresa, fato confirmado por notícias analisadas a seguir.

Em abril, quatro ações do Bloco foram agendadas via Facebook, todos voltados diretamente contra o aumento da passagem e o último já trazendo novamente o tema da Copa do Mundo. O primeiro ato é marcado após a EPTC anunciar o aumento do valor da passagem. Uma publicação realizada na página do coletivo compartilha um álbum de fotos do movimento Defesa Pública da Alegria em 8 de abril de 2014, que anunciava o início da coleta de assinaturas para encaminhamento dos projetos de lei elaborados pelo coletivo, afirmando que “em menos de quatro horas já colhemos 2.500 assinaturas! É assim, senhor Fortunati, que se dialoga com a população de Porto Alegre [...] Já que os vereadores não fazem, o povo dá o seu recado!” (FACEBOOK, 2014). O texto aponta a continuidade das ações realizadas na ocupação do legislativo em julho do ano anterior. Anuncia também que será realizado um acampamento em frente a Prefeitura Municipal a fim de colher mais assinaturas, explicitando que esta seria uma ação realmente popular, ao contrário das realizadas pelos poderes executivo e legislativo, que se negam a encaminhar os projetos. Outro realce é que as imagens da postagem haviam sido publicadas originalmente pelo Defesa Pública da Alegria, apontando que este último movimento apoia o Bloco nesta iniciativa.

O texto do evento da rede social de internet que chama as pessoas ao acampamento montado em frente à prefeitura e divulga a coleta de assinaturas remete ao feito de 2013 como motivação para a repetição maciça da participação nos atos, anunciando que o acampamento será permanente e convidando todos para a ação, anuncia que foram obtidos 10% do número de assinaturas necessárias, além de explicitar para o diálogo com a população que esta sendo realizado. Três dias depois, um novo ato com o mesmo propósito foi convocado.

O último ato do mês intitulou-se: “COM O AUMENTO DA PASSAGEM, NÃO VAI TER COPA! POR UM TRANSPORTE 100% PÚBLICO!” (FACEBOOK, 2014)⁷⁶, relacionando o aumento da tarifa com o impacto gerado na mobilização da sociedade, que também passa a retornar sua atenção ao evento esportivo que se iniciaria alguns meses depois.

⁷⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/259954180850600>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

⁷⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1408600429412233>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

Na descrição do evento, no entanto são enfatizados dados sobre o valor da tarifa, não entrando em profundidade sobre o tema do campeonato. Os dados explanados são do TCE de 2013, que determinavam “que o valor da passagem deveria ser de no máximo R\$ 2,60” (FACEBOOK, 2014)²⁰, citando como fonte matéria do jornal Sul21 e novamente criticando a relação de benefícios entre empresários e o executivo. A seguir, apresenta mais informações sobre o relatório do órgão estadual, atestando que “o roubo escancarado praticado a cada vez que passamos pela roleta, é o lucro dos empresários. Enquanto a legislação prevê que o máximo de lucro que eles podem ter segundo o modelo atual é de 6,33%, outro relatório do TCE apontou que há empresas que lucraram até 19% em 2012” (FACEBOOK, 2014)²⁰. É interessante verificar que o movimento busca embasar a população e subsidiar seus argumentos através de dados de órgãos públicos.

O evento a seguir é um ato nacionalmente denominado de “15M”, agendado como “15 de maio - Dia Internacional de Luta contra a Copa” (FACEBOOK, 2014)⁷⁷. A descrição aponta o evento como coorganizado pelo Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, salientando que atos também vão ocorrer em diversas cidades do país. Expõe como lema “não vai ter copa, vai ter luta! Qual o legado da Copa de 2014?” (FACEBOOK, 2014)²¹. Como exposta à pergunta apresenta diversos dados de mortes em construções, remoções forçadas, exploração sexual, “empresas tomando conta de nossas ruas e espaços públicos”, elitização dos estádios, altos recursos “investidos em armamentos para as forças de repressão usarem contra o povo”, “leis de exceção que criminalizam o direito de manifestar”, além do aumento da dívida pública (FACEBOOK, 2014)²¹; A seguir, apresenta suas propostas (embora salientando que “a maior parte das violações [...] já foi cometida.”) (FACEBOOK, 2014)²¹. A primeira das propostas relaciona-se ao movimento “Chave por Chave”, que condiciona à retirada de famílias a imediata reinstalação das mesmas em novas moradias. Outras apresentam questionamento sobre legislações criadas ou alteradas em função do evento esportivo. Por fim apresenta-se novamente o tema da desmilitarização da polícia, bandeira já endossada pelo BLTP e aponta que as medidas direcionam-se no sentido do direito à cidade (FACEBOOK, 2014)²¹.

A manifestação seguinte, agendada para 29/05, segue o mesmo teor e traz que o povo nas ruas é uma forma de resistência ao evento esportivo, incluindo nas pessoas afetadas pelas políticas da Copa “a retirada forçada dos moradores de rua” e “trabalhadores informais que

⁷⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/627457844016327/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

estão impedidos de trabalhar” (FACEBOOK, 2014)⁷⁸. Estas pessoas apontadas juntamente com os citados acima (afetados por remoções, atos de violência policial, dentre outros) são apontadas como dentro de uma política de limpeza social realizada pelos poderes, através da justificativa da realização do evento esportivo. A descrição aponta ainda que: “o futebol, esporte tão apreciado pelo povo brasileiro, também sai perdendo. Virou mercadoria! Os governos municipais, estaduais e federal, estão trazendo volumosos lucros para seus futuros doadores de campanha (não vamos esquecer que este ano também é ano eleitoral)” (FACEBOOK, 2014)²². Assim, até o futebol, que seria o maior privilegiado pela realização do evento, é apontado como prejudicado, sendo apenas utilizado para o incremento de recursos às empresas e, por fim, fazendo uma crítica às doações privadas destas empresas, induzindo que o benefício concedido pelos governos às grandes corporações seria retribuído através deste instrumento. Por fim, faz um esclarecimento sobre a frase dita nos protestos “NÃO VAI TER COPA!”, listando populações que não serão beneficiadas pelo evento, como, por exemplo “NÃO VAI TER COPA! Para a população pobre, estudantes, indígenas e quilombolas, os trabalhadores e a população expulsa de suas casas através das remoções forçadas!” (FACEBOOK, 2014)²².

Outro ato nacional unificado é agendado a seguir: “dia 12 de junho retomaremos as ruas, espaço de expressão da luta legítima do povo. Não nos calaremos diante da FIFA e do estado de exceção instaurado no país”. Além do ato, a programação inclui um “Panfletação” em um terminal de ônibus na véspera. O evento ainda apresenta as “organizações que estão construindo este ato”, quando são citadas nominalmente diversas entidades como coletivos anarquistas, comunistas, movimentos (populares, contrários à Copa, ambientalistas e de juventude de partidos políticos), entidades estudantis (nacionais, estaduais, centrais estudantis, grêmios estudantis e centros e diretórios acadêmicos) e sindicatos. Por fim, são listados os eventos da rede social que convocam para o ato em 14 cidades em diversos estados para o mesmo dia, configurando o ato nacional.

Já durante a Copa do Mundo é convocado uma manifestação na “Redenção”, nome popular de um dos principais parques de Porto Alegre, caracterizado como “Manifesto Político-Cultural” e com programação prevendo diversas atividades contrárias a realização da competição. Anuncia ainda uma assembleia para o dia seguinte e outro ato três dias depois, divulgado posteriormente por outro evento na rede social. O texto de convocação mantém-se

⁷⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/888270647853483>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

o mesmo em todos estes atos durante a Copa do Mundo, incluindo os aqui referidos e os próximos, realizados nos dias 23 e 30 de junho.

Os protestos durante a Copa do Mundo são os últimos atos com marcha realizados pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público em 2014, sendo posteriores a esta data eventos de articulação e com caráter político-cultural: a) Apresentação comentada de filme sobre a Ocupação da Câmara em 07/07 “CINE-DEBATE: MORAR NA CASA DO POVO”; b) “Assembleia Geral do Bloco de Luta - Um ano depois da Ocupação da Câmara”; c) “Seminário do Bloco de Lutas: na continuidade da Luta pelo Transporte 100% Público”, elaborado com a finalidade de discussão política, “rearticulação e recomposição das lutas”; e d) “ATIVIDADE PELA SEMANA NACIONAL DA LUTA PELO PASSE LIVRE”, em “celebração ao [...] Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre e em comemoração aos dez anos da primeira Revolta da Catraca na cidade de Florianópolis”. (FACEBOOK, 2014)⁷⁹. Este último evento faz referência ao, segundo a descrição do evento, primeira “rebelião popular que entrou para a história da luta pelo transporte 100% público”, ocorrida em 2004.

As descrições dos eventos sobre o filme fazem uma retrospectiva da ocupação do legislativo e, deste modo, das ações do movimento. A descrição da primeira sessão de exibição traz o acampamento como “uma experiência de autogestão e democracia direta, na qual coletivos e indivíduos ocuparam o que é seu por direito”, atestando a gama de atores que participaram do ato (“composta por uma diversidade de forças políticas, incluindo militantes de partidos políticos e coletivos e indivíduos autônomos”) (FACEBOOK, 2014) e apresenta os projetos de lei como resultado final da ocupação, destacando sua elaboração “de forma coletiva e democrática” (FACEBOOK, 2014). A chamada explica que a exibição do filme é o modo como “O Bloco de Luta, imerso na urgência das lutas contra a Copa e seus efeitos, retoma com esta atividade a discussão ativa das pautas que nunca saíram de seu horizonte de luta, as do Transporte 100% Público” (FACEBOOK, 2014), evidenciando sua consciência da retomada da agenda central após o evento esportivo. O texto da segunda edição é muito semelhante, mas inclui outras expressões, como a caracterização da ocupação como “uma experiência que mudaria a vida de todas as pessoas envolvidas e atuaria no cenário político nacional como a representação de um movimento popular legítimo e heterogêneo, que organizado através de assembleias diárias e grupos de trabalho deu um exemplo de democracia verdadeira.” (FACEBOOK, 2014).

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/730328137052033>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

Assim, a própria divulgação das apresentações dos filmes já realiza, ao caracterizar as ações e personagens da ocupação, uma conclusão de toda a trajetória do Bloco de Luta: um coletivo formado por entidades, coletivos e indivíduos sem agremiações que busca explicitamente levar a população às ruas em manifestações políticas, tendo como bandeiras centrais a questão do transporte público e a crítica às políticas públicas (como no caso da Copa do Mundo), ações que, pelos ativistas, unem-se no sentido de beneficiar grandes empresas em detrimento do dinheiro da população. Verifica-se uma variação no repertório de ação do coletivo, que incluíram, além das marchas de protesto, eventos políticos-culturais sem percursos, panfletagens, acampamentos e as assembleias, que se constituem como principal espaço deliberativo e, através do debate, finda por ser outro elemento político articulador. Especialmente os atos foram organizados prioritariamente na região central, sendo iniciados em geral na Prefeitura de Porto Alegre. Alguns, no entanto, foram descentralizados propositalmente, evidenciando a preocupação do movimento de ação nas periferias. Dentre as atividades fora da região central destaca-se o protesto agendado na Vila Cruzeiro, questionando as remoções de obras da Copa que ocorriam na região, e panfletagens em bairros da zona Lesta da cidade.

Ainda utilizando-se da ocupação com síntese dos protestos do Bloco, a afirmação de que a ocupação “mudaria a vida de todas as pessoas envolvidas e entraria para o cenário nacional” (pela forma de organização e simbolismo da ação) pode ter seu contexto expandido, propondo-se aqui que possivelmente o maior legado dos grandes protestos de 2013, que tiveram continuidade em 2014 embora em menos número, foi alterar a vida das pessoas que se neles se envolveram, assim como o cenário político local e nacional, trazendo novamente um grande número de pessoas às ruas em atos nacionais. As conquistas, assim, relacionam-se a alteração do cotidiano dos participantes além de incrementar o repertório de ação dos novos movimentos sociais.

2.1 PROTESTOS DO BLOCO DE LUTAS PELO TRANSPORTE PÚBLICO PARA O JORNAL ZERO HORA

Aqui serão apresentadas as reportagens do veículo Zero Hora relacionadas aos protestos organizados em Porto Alegre pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público nos anos de 2013 e 2014. No momento de referência das reportagens já serão realizadas algumas análises entre os discursos do próprio veículo, que serão relacionados aos demais discursos estudados a fim de dar definição dos significados sobre estes protestos. Mesmo com as

dificuldades de buscas no site da ZH apresentadas no capítulo de método desta dissertação, obteve-se uma grande quantidade de material referente a estes eventos, em especial devido aos conflitos ocorridos.

A primeira reportagem intitula-se “Protesto contra aumento na passagem de ônibus bloqueia trânsito no centro de Porto Alegre” (PROTESTO..., 2013b) e é datada de 18/02/2013, realizando, portanto, a cobertura do terceiro evento do ano na cidade organizado pelo Bloco de Luta, de acordo com levantamento do autor. Ela apresenta que “centenas de manifestantes protestam no centro de Porto Alegre no final da tarde desta segunda-feira contra a possibilidade de aumento na tarifa das passagens de ônibus” (PROTESTO..., 2013b), apresentando diretamente a quantidade de pessoas e sua motivação. A seguir o percurso realizado é narrado, trazendo informações sobre a forma de manifestação, vias e a relação com o trânsito, destacando a presença de faixas e carro de som e que a “passeata seguiu [...] de forma ordeira.” (PROTESTO..., 2013b).

A seguir, são apresentadas algumas frases do movimento: a) “para trabalhar, para estudar, mais um aumento eu não vou pagar”; b) “nenhum direito a menos. Pela manutenção do meio passe para estudantes e permanência de gratuidade para idosos” (PROTESTO..., 2013b). O jornal apresenta o Facebook como a forma de convocação do ato, além de noticiar as consequências dos protestos ao trânsito e dados sobre os valores e percentuais do possível aumento da tarifa, bem como medida cautelar apresentada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que “questiona um dos itens da metodologia de cálculo da planilha tarifária” (PROTESTO..., 2013b). Com relação aos atores envolvidos é abordado apenas o Bloco de Luta pelo Transporte Público (BLTP), e afirma que “o Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre [...] também participou do ato” (PROTESTO..., 2013b).

A notícia seguinte destaca em seu título as consequências imediatas do protesto seguinte: “contrários ao aumento da passagem, manifestantes bloqueiam avenida na Capital” (CONTRÁRIOS..., 2013), destacando também que houve confusão. A seguir, explica que por alguns momentos um dos sentidos da via esteve totalmente bloqueado, mas na maior parte do protesto uma das pistas estava liberada, apresentando a opção de desvio do trânsito adotada. O que mais consome linhas da matéria foram os “momentos de tumulto entre manifestantes, policiais e motoristas” (CONTRÁRIOS..., 2013), quando “um motociclista teria agredido um dos participantes utilizando o capacete. Eles também afirmam que foram atingidos com balas de borracha pela polícia, além de terem sido agredidos com cassetetes” (CONTRÁRIOS..., 2013). Ao final da matéria é apresentado um vídeo onde aparecem agressões por parte de manifestantes, policiais e de um motociclista, fato apresentado na própria chamada: “em

vídeo, confira protesto e o momento em que manifestante é agredido.” (CONTRÁRIOS..., 2013).

Em protesto realizado no final do mês de março, o destaque é que “vidros da prefeitura foram quebrados por dezenas de pessoas que tentaram invadir o prédio” (ESTUDANTES..., 2013), informado no subtítulo da matéria. A origem do confronto é apresentada pelo ZH no momento em que “manifestantes teriam ultrapassado uma corda de segurança colocada pela Guarda Municipal” (ESTUDANTES..., 2013), utilizando-se do verbo na terceira pessoa, e, a seguir, descrevendo o incidente: “a confusão começou e foram arremessadas taquaras, pedras, bolitas e frutas, que quebraram sete janelas de vidro do prédio histórico. Uma viatura da Guarda Municipal também foi depredada e pelo menos quatro pessoas ficaram feridas, entre manifestantes e servidores da prefeitura” (ESTUDANTES..., 2013). Como resultado, é afirmado que as paredes do prédio ficaram sujas de tinta e “pichada com os dizeres ‘R\$ 3,05 roubo” (ESTUDANTES..., 2013), além de apresentar que o secretário de Coordenação Política e Governança Local “César Busatto, foi atingido com tinta pelos manifestantes quando, segundo ele, tentava negociar para acalmar o protesto.” (ESTUDANTES..., 2013). Uma manifestante, identificada pelo veículo como integrante do DCE da UFRGS, foi presa, o que fez com que o protesto seguisse até o Palácio da Polícia, bloqueando o trânsito e interditando vias. O jornal apresenta a fala da manifestante ao ser liberada: “fui empurrada. Não quebrei nada, lutamos contra o aumento da passagem e queremos uma redução para R\$ 2,60” (ESTUDANTES..., 2013). A notícia finaliza informando que o grupo seguiu até a Praça Garibaldi e apresenta um vídeo da “confusão após ataque ao prédio da prefeitura”. Destaca-se aqui a utilização do termo ataque relacionado aos atos contra o patrimônio público, também utilizada em matéria noticiada na véspera. A matéria seguinte, apresenta a versão dos fatos do Secretário que foi atingido, que afirma que “com protestos agressivos, a população não conseguirá baixar o preço da passagem” (COSTA, 2013).

Antes mesmo da notícia anterior, na madrugada do protesto o jornal veicula sua primeira matéria de opinião sobre os protestos, quando define que “grupo de manifestantes de esquerda liderou depredação no centro de Porto Alegre” (GRUPO..., 2013). Segundo o redator o secretário tentou negociar com centenas de pessoas quando foi atingido: “Partiu de indivíduos e movimentos com ascendente atuação política em Porto Alegre a explosão de fúria contra o aumento da passagem para R\$ 3,05” (GRUPO..., 2013). Desta frase destaca-se a caracterização dos manifestantes salientando sua “ascendente atuação política”, demonstrando o conhecimento de algumas figuras explicitadas no ato, e classificando os atos como uma “explosão de fúria”. A seguir, os atores são apresentados pela primeira vez pela leitura do jornal: “O protesto [...] foi convocado via Facebook por estudantes e jovens ligados a PSOL,

PT, PSTU e radicais anarquistas. Agregados, eles formaram o Bloco de Luta pelo Transporte Público” (GRUPO..., 2013). É a primeira vez que a ZH apresenta a composição do Bloco de Luta.

A opinião salienta a seguir que “o grupo não se limita à união de universitários”, apresentando o engajamento de “alas de funcionários das concessionárias do transporte público” que fazem oposição à direção do Sindicato (GRUPO..., 2013). Apresentando como principal bandeira do grupo a redução imediata do valor da passagem de ônibus para R\$ 2,60, a reportagem trata de forma mais explícita sua composição:

Bandeiras do PSTU foram vistas durante o conflito, mas não é hábito desses movimentos a explícita identificação partidária. Nos protestos, costumam se mostrar como integrantes dos chamados coletivos, como o Juntos, ligado ao PSOL, que esteve na organização da manifestação. Também se posicionaram à frente do movimento os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) da PUC e UFRGS, ambos comandados em conjunto por militantes e simpatizantes do PSOL, PT e PSTU, além de anarquistas que não permitem a "partidarização" dos protestos. (GRUPO..., 2013).

Aqui a matéria apresenta possíveis conflitos internos entre militantes partidários e os anarquistas, do mesmo modo que exposto na análise do Defesa Pública da Alegria, citando a seguir nominalmente alguns dos integrantes do Bloco. A seguir, relaciona o protesto descrito acima a outros que vem ocorrendo na cidade, incluindo um grupo que “protestou em frente à sede do Grupo RBS, na Avenida Ipiranga, pela ‘democratização dos meios de comunicação’, reforma política, redução da jornada de trabalho, entre outras reivindicações” (GRUPO..., 2013). Desta frase, destaca-se a notícia do protesto em frente à RBS relacionada a democratização dos meios de comunicação, utilizada entre aspas pela redação. A utilização das aspas neste caso poderia referir-se a uma referência do termo literal ou a uma ironia.

As matérias a seguir ainda tratam sobre os incidentes que ocorreram em frente à prefeitura. Aí são apresentadas as opiniões: a) de uma manifestante, que afirma que “foi uma reação espontânea de quem não está sendo ouvido pela prefeitura. Não foi pensada previamente.” (ESTUDANTE..., 2013); b) do secretário atingido, que afirmou que “tentamos evitar que a porta fosse arrombada. Não tem nenhuma espontaneidade nisso. Foram preparados para invadir a prefeitura” (ESTUDANTE..., 2013); c) do prefeito municipal, que “classificou a manifestação como um atentado ao Estado Democrático de Direito” e afirmou que “não foi uma manifestação pacífica [...]. Ninguém vem dialogar com taquaras de mais de dois metros, pedras, tinta e bolas de vidro.” (ATOS..., 2013). Outra frase utilizada pelo prefeito foi: “convoco os cidadãos de bem a se indignar com esse ato, pois hoje eles estão agredindo pessoas e a prefeitura, mas amanhã eles podem estar incendiando os ônibus e isso

não terá mais fim” (ATOS..., 2013). Através da última frase, o governante atesta que as pessoas envolvidas no ato não são “de bem” e, portanto, devem receber a indignação dos demais, presumindo que futuramente as cenas de violência poderão ser maiores. Em notícia veiculada uma semana depois do ocorrido, a ZH divulga que, segundo levantamento, “Vandalismo em protesto contra o aumento das passagens causou prejuízo de R\$ 30 mil à prefeitura da Capital” (VANDALISMO..., 2013a), referindo ainda as consequências do ato do dia 27/03.

Após a repercussão do conflito do ato acima, a notícia sobre o protesto seguinte apresenta que a “prefeitura teme por novas depredações em um dia de protestos contra valor da passagem de ônibus” (ELY, 2013). Através da chamada verifica-se que os atos já são considerados contínuos e que ganham visibilidade por parte da prefeitura especialmente pelas ações tidas como violentas. Na reportagem é atestado que o objetivo “mostrar mais uma vez ao público o descontentamento com ao valor fixado em R\$ 3,05 pelo prefeito” (ELY, 2013), em nova referência a continuidade das ações. A matéria informa ainda a articulação através da rede social, informando que o evento já possui mais de três mil pessoas confirmadas. A seguir, apresenta a ideia sobre o protesto por distintas perspectivas em entrevistas: a) a polícia atesta que “é para ser manifestação pacífica, mas sabemos que alguns acabam transgredindo”, trazendo a ideia que os que causam depredação são minoria; b) uma manifestante afirma, com relação ao protesto noticiado anteriormente, que “os 10 minutos iniciais do ato não foram condizentes ao resto do protesto” (ELY, 2013) e que a violência não é planejada; c) a prefeitura fala, através do secretário alvo de violência, que “está aberta ao diálogo para buscar formas de negociação, mas o enfrentamento e a violência [...] dificultam qualquer tipo de negociação.” (ELY, 2013). Novamente a ZH mostra múltiplas versões sobre os episódios, configurando uma disputa sobre o ocorrido. O protesto em questão é acompanhado pela cobertura jornalística que afirma que o ato contava com centenas de pessoas e destaca o percurso realizado, pichações e as consequências causadas no trânsito de veículos. Por fim, afirma que “o trajeto a ser realizado não foi divulgado pelos manifestantes” (ELY, 2013), informação comum também ao Massa Crítica.

Outra matéria sobre o mesmo protesto, destaca que, diferente do protesto da semana anterior, o “evento com mais de 4 mil presenças confirmadas em uma rede social [...] transcorreu em relativa tranquilidade, sem confrontos entre policiais e manifestantes.” (MAGS; SEIBT, 2013). Traz ainda a informação de um novo ato e a informação de que o prefeito teria se reunido com entidades estudantis para tratar sobre os protestos. Com relação a esta reunião, a matéria explica que “as lideranças estudantis presentes seriam de partidos da

base aliada do governo, diferentemente do movimento que articulava o protesto marcado para o fim da tarde.” (MAGS; SEIBT, 2013). Assim, veicula uma informação que induz que a reunião da prefeitura com entidades foi estruturada politicamente a fim de transmitir a ideia de que deu voz aos protestos, porém sem ouvir os reais organizadores.

Os protestos noticiados a seguir, já no mês de junho, tiveram cobertura marcada por conflitos e violência. Em protesto do dia 16/06, a chamada da notícia foi: “protesto contra aumento na passagem de ônibus acaba com 23 pessoas presas em Porto Alegre” (PROTESTO..., 2013a). A notícia revela que o protesto “começou pacificamente em frente à prefeitura, e terminou com contêineres incendiados, agências bancárias quebradas, veículos pichados e 23 pessoas detidas. (PROTESTO..., 2013a)”. A descrição dos acontecimentos com relação ao trajeto foi quase idêntica a de manifestação anterior (MANIFESTANTES..., 2013a). O texto traz ainda que “Enquanto centenas de pessoas realizavam o protesto de forma pacífica, um pequeno grupo de cerca de 20 pessoas deixava rastros de vandalismo que geraram vaias de grande parte dos manifestantes” (PROTESTO..., 2013a) e cita ainda diversas vias que registraram engarrafamento ou trânsito de veículos bloqueado. O registro de confrontos com a polícia foi efetuado em dois momentos: a) “ao passarem em frente ao Tribunal de Justiça, onde a tropa de choque da Brigada Militar fez a proteção, manifestantes atiraram pedras no edifício e fizeram pichações pelo caminho” (PROTESTO..., 2013a); e b) “na Avenida João Pessoa, algumas pessoas atearam fogo a contêineres, bloqueando a via por cerca de uma hora. A Brigada Militar reagiu com bomba de gás lacrimogêneo” (PROTESTO..., 2013a).

Segundo reportagem posterior, a marca do protesto foi o vandalismo, afirmando que “impulsionados por atos em São Paulo, manifestantes voltaram às ruas da Capital” (VANDALISMO..., 2013b) mesmo após redução do valor da passagem. A apresentação é de inter-relação entre os atos no Rio de Janeiro e São Paulo: “a causa agora tinha mais uma motivação: solidariedade aos manifestantes cariocas e paulistas que há uma semana invadem as ruas e tentam baixar a tarifa, mimetizando o sucesso dos ativistas gaúchos” (VANDALISMO..., 2013b). A matéria sugere que o sucesso da redução da passagem na cidade impulsionou os protestos nas outras capitais e que, com o crescimento de uma mobilização nacional os atos de Porto Alegre ganharam força, culminando em “um protesto que começou de forma pacífica em frente à prefeitura e se radicalizou noite adentro” (VANDALISMO..., 2013b). Nesta última frase, explicita-se a adjetivação dos atos de violência como tipificação de um protesto radical pela mídia. Além das referências nacionais, a matéria ainda relaciona os protestos com atos internacionais: “ecoa também uma onda de

protestos com motivações econômicas, como a crise financeira da Europa, que sacode a juventude de Atenas a Istambul, de Barcelona a Paris, tudo alimentado pela internet e encorpado pelas imagens que rodam o planeta via redes sociais.” (VANDALISMO..., 2013b). Para a reportagem, toda a articulação e referencial é realizada pelos manifestantes através das informações veiculadas nas redes sociais, expressando a relevância desta ferramenta como unificadora dos eventos. A reportagem traz ainda que o protesto durou quatro horas e “foi convocada sob justificativa de tentar reduzir ainda mais o valor da passagem, já que houve isenção de tributos PIS/Cofins para as empresas de ônibus” (VANDALISMO..., 2013b). Por fim, classifica os manifestantes como maioria de jovens que “formavam uma miscelânea: anarquistas e ativistas sociais e estudantis, mesclados a militantes de partidos de esquerda”. O refrão entoado aos gritos era: “Se a passagem aumentar, a cidade vai parar”. (VANDALISMO..., 2013b). Da reportagem, se avulta: a) informações sobre o protesto como horário, local e motivação, já atualizada com relação aos protestos anteriores; b) caracterização dos atores, antecipados pelo termo “miscelânea” induzindo que seria uma reunião de movimentos e ideologias atípica e, assim, desorganizada; c) referência ao bloqueio no trânsito, realizado diversas vezes na reportagem e referindo-se ao trânsito de modo geral, quando se trata apenas do trânsito veicular;

No final da reportagem é apresentando informações sobre os detidos e é novamente relacionado o protesto em questão com os atos recentes das capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, afirmando que, “em Porto Alegre não foram registrados feridos graves” (VANDALISMO..., 2013b) enquanto que “só na capital paulista, dezenas de pessoas foram machucadas por balas de borracha, incluindo sete repórteres”. Por fim, apresenta que “o curioso nesse episódio é que, ao contrário de outras capitais, a redução das passagens já aconteceu em Porto Alegre e acaba de receber novo apoio”, referindo-se a uma medida cautelar do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que endossou a redução da passagem sugerida pelo Tribunal de Justiça (TJ), no entanto “mesmo imersos na euforia da vitória, manifestantes promoveram a quebradeira” (VANDALISMO..., 2013b). A interpretação deste discurso sugere uma discordância com os novos protestos, expressando que os manifestantes deveriam para as manifestações, e em especial, os atos violentos, o que causa estranhamento (ou curiosidade) do veículo.

A seguir duas matérias assinadas (ROSSLING, 2013b; ROLLSING, 2013c), destacando-se por isso das demais, apresentam a opinião de um comentarista do veículo. A primeira dela relaciona novamente os protestos da capital com os de São Paulo e Rio de Janeiro, afirmando que os gaúchos inspiraram os demais protestos e que os paulistas

“pegaram pesado na irracionalidade” (ROLLSING, 2013b), e passaram a inspirar Porto Alegre. O motivo para a comparação foi o fato de um evento nacional simultâneo articulado para aquela semana. O texto traz que “os porto-alegrenses, encorajados pelos companheiros paulistas, adotaram atos de violência de intensidade não vista antes, liderados por anarquistas com traços sociopatas” (ROLLSING, 2013b), apresentando uma crítica bastante forte a pessoas com esta ideologia e generalizando atos de vandalismo aos anarquistas.

A opinião a seguir, do mesmo autor da matéria anterior, apresenta tensão do governo estadual devido “a ameaça de acirramento de ânimos nas manifestações de rua em Porto Alegre”, e traz que: “informações vazadas por integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público — grupo que organiza os atos na capital gaúcha — e interceptações feitas por autoridades policiais indicam que grupos de anarquistas internacionais estão orientando os líderes do movimento em Porto Alegre a adotar táticas de guerrilha” (ROLLSING, 2013c). Pela segunda vez em menos de uma semana o comentarista direciona os atos de violência ao anarquismo e exhibe a informação de orientações de movimentos internacionais, relacionando os atos a tática de guerrilha. No parágrafo seguinte apresenta um exemplo destes atos, que consistiria em “cortar tonéis de plástico para utilizar como escudo nos eventuais enfrentamentos com a Brigada Militar” (ROLLSING, 2013c). Segundo a matéria, as orientações estrangeiras viriam principalmente via internet e telefone, mas anarquistas de fora do país já visitaram os líderes dos protestos em Porto Alegre (ROLLSING, 2013c), sinalizando para uma articulação em rede por parte do movimento anarquista.

A notícia a seguir aborda uma assembleia do Bloco de Luta que contou com mais de cem pessoas, quando “foi feito um balanço do protesto de segunda-feira e planejadas as próximas mobilizações” (ROLLSING, 2013c). É a primeira reportagem que trata exclusivamente de uma destas reuniões deliberativas, salientando, por fim, que “a imprensa não teve acesso” ao acontecimento e que “a organização do bloco divulgaria detalhes em um comunicado oficial, pelo Facebook” (ROLLSING, 2013c).

Neste momento dos protestos, alguns serviços diários como aulas de universidades, passam a ser cancelados em dias de protesto, fazendo com o que a reportagem passe a informar o que funcionará ou não em cada protesto (NA QUINTA-FEIRA..., 2013). A matéria lista diversos serviços, apontando se terão funcionamento ou não. Em suma, todos, com exceção dos contêineres de lixo, a princípio estarão com atividade normal, em que pese à reportagem faz considerações indicando a possibilidade de não funcionamento da maior parte destes. Entende-se com isso que a imprensa prevê grande repercussão no ato, tese acentuada à medida que os canais de comunicação da polícia (exclusivamente) são apresentados.

A primeira notícia sobre o protesto seguinte informa que “pelo menos 83 manifestantes foram detidos” (PELO..., 2013). Segundo a redação “as prisões foram por atos de vandalismo na Cidade Baixa e saques, tanto na Cidade Baixa quanto no Centro. Além de estabelecimentos comerciais, também veículos foram saqueados” (PELO..., 2013).

A notícia seguinte faz o relato completo sobre o ato novamente centrando sua análise a partir da dicotomia sobre atos de vandalismo. A mesma ênfase apresenta-se no subtítulo que relaciona dados quantitativos: “cerca de 10 mil foram às ruas em noite que teve mais de 80 detidos e pelo menos 17 contêineres queimados” (PROTESTO..., 2013e). Este é o primeiro texto da ZH relacionado aos protestos do Bloco de Lutas que apresenta milhares de pessoas, enquanto que os anteriores ainda falam em centenas de presentes, embora apresentassem os milhares em número de confirmados em rede social. Ainda tratando sobre a violência do ato, classifica que os atos “novamente mancharam a manifestação”, evidenciando sua posição contrária a estes.

Com relação ao percurso destaca-se que a reportagem registrou dois caminhos, ambos saindo da Praça Montevideu em direção ao Gasômetro, sendo um pela Avenida Mauá e outro pela Siqueira Campos, se encontrando na Av. Loureiro da Silva. Ao chegar ao bairro Cidade Baixa, a reportagem traz que “um grupo de adolescentes, dissociado da marcha, promoveu quebra-quebra na Rua João Alfredo” (PROTESTO..., 2013e), ação que será detalhada na matéria seguinte (PEQUENO..., 2013). Na Avenida Borges de Medeiros é relatado “um início de confronto entre os próprios manifestantes”, sendo apontado que “o desentendimento se deu entre um grupo que tentava conter os mais exaltados, que tentavam quebrar as grades de uma loja” (PROTESTO..., 2013e). O fim do ato deu-se pela Rua da República até chegar ao Largo Zumbi dos Palmares. Aí mais uma vez há o relato de um grupo que segue em marcha pela Av. João Pessoa, “promovendo novas depredações” (PROTESTO..., 2013e). A matéria traz repetidas vezes informações de atos de vandalismo no bairro Cidade Baixa e a ação de algumas bifurcações da marcha, além de apresentar que além de Porto Alegre, “houve manifestações em outras cidades da Região Metropolitana, como Canoas e São Leopoldo [...]e no interior do Estado” (PROTESTO..., 2013e). A informação de atos em outras cidades do estado também é inédita. Uma possibilidade de seu aparecimento neste momento é por tratar-se de um contexto de ato nacional, ocorrendo em diversas cidades do país. A matéria seguinte descreve especificamente ações de vandalismo, destacando ações de grupos isolados que se desgarram dos demais manifestantes, conforme termo utilizado pelo veículo. A matéria seguinte segue o mesmo enfoque com a seguinte chamada central: “Grupo de vândalos espalha terror ao depredar comércio e entrar em confronto com a Brigada” (WAGNER,

2013b). O início da matéria apresenta a imagem de quem seriam estes sujeitos, narrada aparentemente através de uma observação:

Horas antes do protesto, jovens com rostos cobertos, vestindo bermudão e portando mochilas nas costas encontraram-se na calçada de prédios ao redor da prefeitura de Porto Alegre. Ali, enquanto um cigarro de maconha e litros de vinho passavam de mão em mão, os adolescentes conversavam sobre como iriam agir durante o protesto. Não carregam nenhum símbolo de movimento social em suas vestes. Na pele, ostentavam tatuagens de todos os tipos. O conteúdo das conversas nada tinha a ver com política. Falavam sobre o butim obtido durante os saques. (WAGNER, 2013b).

A matéria mantém o tom narrativo da cena, inclusive com falas dos jovens, descrevendo sua ação passo a passo:

a) “preparavam-se para repetir o ritual da passeata da última quinta-feira, quando saquearam lojas na Cidade Baixa”; b) “assim que a manifestação começou pelas ruas da área central, os adolescentes se separaram em grupos [...] e assumiram posições na vanguarda”; c) “juntaram-se outros, que gritavam: — Quebrem, quebrem tudo!”; d) “a massa gritava contra depredações”; e) “oito adolescentes, todos de rostos cobertos, seguiam, no meio da multidão, em fila indiana, abrindo caminho”; f) “foram ouvidos os primeiros estouros das granadas de gás jogadas pela Brigada Militar” g) “outros vândalos já haviam arrombado uma filial da loja Paquetá”; h) “o grupo afastou-se da multidão e começou a chutar portas do comércio”; i) “fora de controle, espalharam terror pela cidade”. (WAGNER, 2013b).

A narrativa acima uma cena tida como típica de um protesto. Não faz comentários e apresenta os fatos sequencialmente através de frases curtas. Fica evidente a identificação dos vândalos como jovens (adolescentes) com rostos cobertos, drogados, bêbados, organizados em pequenos grupos, agitadores (buscando persuadir os demais, que viajavam atos de depredação), vândalos e saqueadores. Para o repórter que assina a matéria esta é a tipificação dos atos de vandalismo e saques, que findam por “espalhar o terror pela cidade” (WAGNER, 2013b).

O próximo ato teve uma característica inicial distinta, mas terminando do mesmo modo dos demais segundo veículo: “começou nesta quinta-feira na Praça da Matriz como uma espécie de festa junina, com cerca de 5 mil participantes, terminou novamente com depredações por um grupo dos manifestantes e arrastões na região central” (APÓS..., 2013). O confronto começou quando “agentes da Brigada Militar revidaram com bombas de gás contra os vândalos” (APÓS..., 2013). Destaca-se o emprego do termo “revidar”, transmitindo a ideia de que os policiais foram atacados primeiro e que sua resposta foi dirigida apenas aos vândalos, do mesmo modo que os anteriores. A descrição do ato foi: “Durante a festança, os manifestantes faziam as suas reivindicações ao som de rock, samba e reggae de bandas em cima de um trio elétrico” (APÓS..., 2013). O texto apresenta a violência como “pesadelo”,

estimando o número de vândalos em 200, superior ao informado na matéria anterior que contabilizou “cerca de 50 a 60 pessoas” (PEQUENO..., 2013). Este grupo é apresentado na reportagem como crítico da ação organizada pelo Bloco de Lutas (com a frase “protesto não é festa”), anunciando outro conflito interno dos manifestantes. No restante da matéria são apresentados os locais de atos de vandalismo, as quantificações de bens depredados e conflitos ocorridos durante a dispersão dos grupos vândalos (PEQUENO..., 2013).

Além das questões de conflito, a reportagem ainda aborda uma reunião ocorrida na mesma tarde do protesto entre o governador e integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público, cujo tema central apresentado pelos manifestantes seria o pedido de “apoio do governo para identificar o grupo de neonazistas que está se infiltrando no movimento” (PEQUENO..., 2013). O governador confirmou, segundo a reportagem, que atenderá a solicitação e a matéria apresenta um vídeo do encontro. Aqui se faz o realce de que em nenhum momento a Zero Hora, quando da definição dos atores, apresentou a presença de neonazistas nas manifestações. Após esta reportagem o termo só foi utilizado novamente em fevereiro do ano seguinte, referindo-se a um discurso do governador, nunca por parte da imprensa.

O destaque do momento é o temor das pessoas com relação aos protestos. Nesta conjuntura uma reportagem trata que no dia de um protesto, já no mês de julho, “ônibus parados e cautela elevam efeito de manifestação” (CIGANA, 2013). Além da paralisação, a reportagem afirma que “o receio de vandalismo também contribuiu” para o esvaziamento das ruas e o fechamento de parte do comércio da região central (CIGANA, 2013). Para a reportagem “embora o ato final no Centro da capital gaúcha tenha reunido um número bem menor de pessoas do que algumas manifestações de junho, a mobilização convocada pelas centrais sindicais conseguiu parar Porto Alegre” (CIGANA, 2013), apresentando que a grande razão da paralisação dos serviços foi porque funcionários não tinham como ir trabalhar, não pelo protesto do Bloco de Luta –que não é citado na matéria. Por fim, uma psicóloga entrevistada conclui que as ações devem ser tomadas pelo poder público, e explicita objetivos ainda não citados pelo jornal: “O momento psicológico após os protestos de junho [...] indica maior propensão do Executivo e do Legislativo a dar respostas a pleitos populares, a exemplo da retirada da tramitação do projeto da chamada "cura gay" e da PEC 37” (CIGANA, 2013).

A seguir o jornal aborda em diversas matérias a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre pelos ativistas. A notícia apresenta que a ação foi realizada por um grupo de dezenas de manifestantes ligados ao BLTP e deu-se quando “os manifestantes, que acompanhavam a sessão, invadiram o plenário” (PEREIRA, 2013). A reportagem apresenta o objetivo dos organizadores do ato, a partir de relatos de um integrante do BLTP: “o objetivo

do grupo é permanecer na Câmara até que seja estabelecido o passe livre universal no transporte público de Porto Alegre e que as planilhas de custos das empresas de ônibus sejam abertas à população” (PEREIRA, 2013). O realce é que, de acordo com o texto dos manifestantes, o passe livre exigido seria para alguns segmentos e não universal como apontado.

A seguir, apresenta que “jornalistas são hostilizados” ao explicar que “profissionais do Grupo RBS foram expulsos do Plenário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre enquanto cobriam a ocupação” (PEREIRA, 2013). O texto explicita que “os manifestantes alegavam não concordar com a forma com que os veículos vinham cobrindo os protestos na Capital” (PEREIRA, 2013). Ao noticiar que o BLTP convocou a população para assembleia no local, apresenta o discurso de um representante do Bloco que afirma que “a sessão está aberta, mas para a juventude, para toda a população apresentar suas demandas” (PEREIRA, 2013). Na fala do manifestante fica clara a utilização do termo juventude para designar os interessados pelas atividades do movimento. A exclusão dos veículos da RBS foi justificada pela discordância da cobertura jornalística dos atos, o que ratifica a disputas entre os manifestantes e o grupo.

As matérias seguintes buscam apontar as novidades da negociação e das atividades dos manifestantes na ocupação, em sua maior parte explicitando reiteradamente as pautas do movimento. Destas, a pesquisa desta: a) “Vereadores encaminham proposta para desocupação da Câmara” (FARINA, 2013), que apresenta o clima de tensão no legislativo, o número de 400 manifestantes no local, que “restringem o acesso de funcionários e vereadores” (FARINA, 2013); b) “Presidente da Câmara de Porto Alegre e fotógrafo dizem ter sido agredidos por manifestantes” (PRESIDENTE..., 2013), que diz também que após a confusão “um segurança da Câmara informou que encontrou uma garrafa com líquido sob um automóvel no estacionamento [...] que está investigando a procedência e se pode ser um coquetel *molotov*” (PRESIDENTE..., 2013); c) “Vereadores autorizam entrada de 100 manifestantes para realizar assembleia”, quando a reportagem diz que o presidente da casa “entregou ao grupo uma carta de resposta”. No documento, os parlamentares se comprometem com parte das reivindicações do Bloco de Luta e a matéria afirma que “o Bloco pretende utilizar a Câmara neste domingo para realizar palestras e atividades culturais” (WAGNER; SORDI, 2013). A análise destas matérias realça uma mudança de postura em alguns fatos. Na possível agressão ao presidente do legislativo e a um fotógrafo o veículo ora apresenta as informações como supostas (“teriam sido agredidos”), ora afirmativas (“conforme o fotógrafo agredido”) (PRESIDENTE..., 2013). O mesmo ocorre com o caso do

coquetel *molotov* (artefato explosivo de fabricação caseira) que em uma matéria era considerado suposto (PRESIDENTE..., 2013) e, portanto, seria investigado pela Brigada Militar, e na segunda, no mesmo dia, já era afirmada a informação como verdadeira (WAGNER; SORDI, 2013).

Em outra matéria da ocupação o “Bloco de Luta pelo Transporte Público divulga manifesto à população” (BLOCO...,2013b). O texto da ZH comenta alguns pontos do documento retirado em assembleia e expressa o documento na íntegra, no qual “criticam o presidente da Casa, Thiago Duarte, por rompimento no diálogo com o grupo e notícias veiculadas pela imprensa” (BLOCO...,2013b), além de pedirem ao governador que “não haja nenhum tipo de intervenção da Brigada Militar no processo iminente de reintegração de posse.” (BLOCO...,2013b). Após os comentários, do documento publicado na íntegra destaca-se, além do histórico da ocupação com tentativas de diálogo e negociações, o apoio da população à ocupação, o aprofundamento do debate e a criação dos projetos de lei propondo abertura de contas e passe livre para estudantes e trabalhadores desempregados e a indicação de que o grupo. Além disso expõe as críticas realizadas pelo movimento ao próprio grupo RBS, que apresenta uma crítica a uma(s) de suas reportagens, citada como factóide vil que evidencia um “desespero e incompetência” (BLOCO...,2013b) da empresa.

A última matéria destacada sobre a ocupação do legislativo tem como título “Por dentro da Câmara ocupada” e apresenta, pela sua visão, “quem são, o que pensam e quais são as reivindicações dos manifestantes que invadiram o Legislativo” (MOREIRA; GERMANO, 2013). Aí é apresentada a forma deliberativa das decisões, realizadas em assembleia, a organização da ocupação em comissões (recepção, comunicação, alimentação e limpeza) compostas por 10 a 15 integrantes cada. Cabe a comissão de recepção controlar o acesso, não permitindo, ”por exemplo, o ingresso de repórteres da chamada imprensa tradicional” e de infiltrados – acusados de colocar o coquetel molotov (MOREIRA; GERMANO, 2013). A seguir, apresenta quem são os atores, citando partidos (com nomes de integrantes), movimentos e ideologias. O veículo afirma que “o discurso é de que não existem líderes, mas é inegável que alguns ativistas se tornaram referências” (MOREIRA; GERMANO, 2013), citando três pessoas relacionadas a partidos e entidades. Com relação às lideranças, um militante afirma à reportagem: “Não temos líderes oficiais porque é importante, ao perseguirmos uma causa revolucionária, que todos se sintam protagonistas. Mas é evidente que algumas pessoas, pela retórica, pelo preparo e pela história de vida, se destacam mais” (MOREIRA; GERMANO, 2013). Do texto do manifestante recorta-se o termo revolucionário como classificador dos objetivos do movimento, além de concordar que embora se busque a

horizontalidade, as lideranças são naturais. Por fim, a matéria apresenta a fala de um dos manifestantes, que afirma: “Se falássemos em passe livre em janeiro, nos chamariam de loucos. Hoje, é quase um lugar-comum falar nisso. Há uma conclusão evidente: é preciso lutar. As pessoas foram para as ruas e obtiveram vitórias” (MOREIRA; GERMANO, 2013). A fala apresenta que a partir do avanço do debate sobre o tema do transporte público foi possível uma ampliação da pauta, que originalmente mirava o valor da tarifa e agora passa a defender publicamente o passe livre, que passa a ser um tema conhecido pela população.

Após a desocupação as notícias voltam a noticiar os protestos e iniciam a acompanhar as investigações policiais sobre os presos nos atos. É neste último tópico que se insere a notícia a seguir, que indica que a “Polícia Civil indiciou 60 pessoas por atos de vandalismo” (TREZZI, 2013), identificados como “jovens entre 18 e 25 anos que teriam saqueado e causado danos ao patrimônio” (TREZZI, 2013), sendo a maior parte enquadrada pelo primeiro. Sobre os protestos, o jornal afirma que o Bloco de Luta irá iniciar o que chamam o movimento chama de “Caça ao Fortuna — manifestantes acompanharão a agenda pública de José Fortunati, pressionando o prefeito a encaminhar o projeto de lei do passe livre municipal à Câmara de Vereadores” (BLOCO..., 2013a), projetos elaborados na ocupação do legislativo.

Em protesto com o CPERS (sindicato dos professores do estado) o objetivo é anunciado como “melhorias na educação em Porto Alegre” (ESTUDANTES..., 2013), realizando o “chamado Dia de Luta, que decorreu de forma pacífica, terminou com uma salva de palmas e com a promessa de que, se nenhuma atitude for tomada, estudantes e professores irão às ruas novamente” (ESTUDANTES..., 2013). A notícia apresenta o percurso realizado através de alguns pontos de referência - “em frente ao Colégio Protásio Alves” (ESTUDANTES..., 2013); “passado à Empresa Pública de Transporte e Circulação” (ESTUDANTES..., 2013) - e pelas ruas percorridas, evidenciando as ações realizadas para reorientar o trânsito (ESTUDANTES..., 2013).

Embora o protesto realizado junto com os professores tenha sido noticiado sem explicitar conflitos, uma opinião expressada em matéria seguinte apresenta que houve apedrejamento, o que “não combina” com a imagem de professor (OLIVEIRA, 2013). Afirma que “O Cpers sustenta que o indiciamento é fruto de perseguição política” e questiona: “E se ficar provado que eles participaram mesmo da depredação? Voltarão para a sala de aula? Serão advertidos pelo sindicato? Ou ganharão faixas de heróis da presidente Rejane de Oliveira, que sintetiza a ação da polícia no discurso da ‘criminalização dos movimentos sociais pelo governo?’” (OLIVEIRA, 2013). A opinião é apresentada em tom de ironia, colocando em dúvida a contestação da presidenta da categoria que, de certo modo, poderia

estar defendendo professores que cometeram tais delitos. Por fim, apresenta que “A Brigada Militar pode não reagir na hora, para preservar vidas, mas a Polícia Civil tem obrigação de investigar a autoria dos danos” (OLIVEIRA, 2013), em um discurso que defende a ação adotada pela política, estimula a investigação e, por fim, fala que “se a polícia se omitir, os vândalos entenderão que está liberado o vale-tudo” (OLIVEIRA, 2013). Na última frase fica clara a generalização de todos os que cometeram atos de violência, sejam professores ou jovens, como “vândalos”, que devem ser criminalizados com o intuito da manutenção da ordem.

Na mesma semana, houve uma ação policial na casa de manifestantes relacionados com “protestos pelo passe livre no transporte público” (POLÍCIA..., 2013), citando o nome dos indiciados, sua relação política e que a revista “no espaço cultural anarquista Moinho Negro, conforme ativistas — revoltou as agremiações envolvidas” (POLÍCIA..., 2013), expressando a nota oficial do PSTU. Um jovem “morador do Libertário Moinho Negro (uma comunidade de ativistas)”, defendeu a demissão de pessoas de alta patente na polícia e, por fim, a matéria apresenta que: “o Bloco de Lutas deverá fazer uma manifestação para lembrar o primeiro ano do episódio do Tatu Bola, um símbolo da Copa de 2014, que gerou um confronto entre ativistas e Brigada Militar no Largo Glênio Peres” (WAGNER, 2013a). A matéria não emite juízo acerca das ponderações, apenas salientando que “ativistas transformaram entrevista coletiva em protesto contra ação da Polícia Civil” (WAGNER, 2013a), sendo que as falas foram voltadas para a atuação de a Brigada Militar, instituição policial distinta. Anuncia, por fim, que a organização do protesto de um ano do incidente com o tatu-bola esta sendo organizado pelo BLTP, evento que, conforme a pesquisa, foi criado no Facebook pelo Defesa Pública da Alegria.

A primeira matéria do veículo no ano de 2014 é redigida por um correspondente em Brasília e apresenta um panorama das ações de 2013 e uma previsão da organização em 2014, destacando que os “protestos reúnem extremistas de esquerda e de direita e desafiam governo a contornar danos políticos e eleitorais” (SANTOS, 2014). Para o redator as manifestações de 2013 contavam com o apoio da sociedade “Antes de serem tomadas por *black blocs* e grupos de direita” e as cenas se repetem nos primeiros atos do ano seguinte (SANTOS, 2014). Com relação ao ano eleitoral, apresenta que “os partidos de oposição, que nutrem a esperança de que mais uma vez a popularidade da presidente caia diante do recrudescimento das manifestações” (SANTOS, 2014). Ao expor sua leitura da visão política dita de esquerda afirma que são os partidos de “extrema esquerdos” que comandam os atos do Bloco, incluindo a ocupação do legislativo. Embora utilize o termo ‘partidos’ no plural, cita apenas o PSOL

como coordenador da ação e afirma que o partido expressa a não incitação à violência, o que evidencia um conflito no discurso. A seguir apresenta a “tipificação dos protestos”, explicando que “os integrantes das mobilizações são variados, confundem-se entre si e não raro entram em conflito uns com os outros por divergências ideológicas” (SANTOS, 2014). A seguir, apresenta como, na sua visão, estão distribuídos os atores: a) Anarquistas: “berço dos *black blocs*”, “composto por integrantes muito jovens”, sem demanda clara, representados por “brandos genéricos como ‘não vai ter copa’, atuam anônimos no enfrentamento com a polícia e na depredação de bancos e prédios do governo”; b) Aparelhados, que “integram sindicatos ou agremiações de esquerda”; c) Idealistas: integrantes de grupos, como o Movimento do Passe Livre (MPL), deram origem aos protestos de junho, definem-se como apartidários, fazem demandas mais objetivas e perderam força no resto do país; d) Minorias, que habitualmente mobilizam eventos pacíficos e “engrossaram o caldo das manifestações de 2013”; e) Indignados que clamam contra “Corrupção, gastos com a Copa e a precariedade dos serviços públicos sendo o grupo que tomou o país em junho, mas arrefeceu”; e f) Religiosos: “em geral evangélicos, mas também com a presença de alguns católicos, são grupos [...] contra a tramitação de projetos que envolvam temas caros às igrejas, como o aborto” (SANTOS, 2014).

Com relação à tipificação acima, o destaque da análise é que os grupos são apresentados como segregados, de modo que os que defendem o direito das minorias não são aparelhados nem anarquistas, por exemplo. Além disso, apresenta como movimentos que foram diminuídos dos protestos os indignados e os idealistas, evidenciando sua ideia de que os protestos passaram a ser compostos por anarquistas, aparelhados e religiosos. Com relação aos anarquistas, são atribuídos ao movimento os atos de vandalismo, salientando o perfil dos manifestantes pelos casos de prisões em São Paulo, e é visto como sem demandas claras. Por fim, destaca-se que os Idealistas são apresentados como precursores dos protestos que perderam força no resto do país, com exceção do Rio de Janeiro, de modo que é apresentado que os demais movimentos cooptaram os atos. Embora a matéria busque um panorama nacional, cita especificamente os atos de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. (SANTOS, 2014)

A apuração das investigações de 2013 segue no ano seguinte, quando o jornal aponta para dados das investigações realizadas pela Polícia Civil que atestam que os organizadores teriam “recrutado delinquentes em bairros da periferia da Capital para engrossar os protestos e gerar tumulto” (ROLLSING; WAGNER; TREZZI, 2014a). Para o jornalista: “o suposto aliciamento começou com a atuação de líderes de grupos radicais, que teriam contatado

padrões do tráfico dos bairros Bom Jesus, Cruzeiro e Vila Conceição. A proposta seria de que jovens dessas regiões fossem enviados aos protestos, com a promessa de ter liberdade para saquear e furtar” (ROLLSING; WAGNER; TREZZI, 2014a). A acusação é endossada por um policial da inteligência e por policiais infiltrados (conhecidos como P2) que “confirmaram ter identificado suposto elo entre radicais e delinquentes” (ROLLSING; WAGNER; TREZZI, 2014a). Para os recrutados “estaria sendo oferecido [...] um 'kit' com máscaras e mochilas, além de bebida” (ROLLSING; WAGNER; TREZZI, 2014a). No mesmo sentido a ZH apresenta uma fala do governador que “Ao comentar as depredações, desabafou: – Alguns anarquistas têm influência e controle direto dos atos de vandalismo. Isso já foi identificado pela polícia. São jovens desorientados que caem na marginalidade, entendem que a violência é solução para tudo” (ROLLSING; WAGNER; TREZZI, 2014a). Por fim, a matéria garante que foram constatados infiltrados “com o objetivo de praticar crimes, como depredações e saques, aproveitando-se da atividade legítima dos demais se manifestarem”, salientando que “Manifestação é uma coisa, saque é outra” (ROLLSING; WAGNER; TREZZI, 2014a). A reportagem faz uma análise a partir de dados da investigação criminal, fazendo uma construção própria do ocorrido através da reunião de informações de diversas fontes e, por fim, apresenta sua visão contrária às depredações e saques, que findam por aproveitar-se de manifestação apontada como legítima. Assim o jornal defende novamente o discurso de uma manifestação ordeira, sem atos de violência.

No mesmo viés de jornalismo investigativo, outra matéria apresenta que “inquéritos resultantes de protestos em Porto Alegre” (VEJA..., 2014), trazendo que “quando os protestos chegaram ao ápice no Brasil, em junho passado, milhares de cartazes e vozes reivindicando avanços ecoaram pelo país. Foi também por essa época que os movimentos de multidão cederam lugar, pouco a pouco, à radicalização.” (VEJA..., 2014). A afirmação traz a definição de ápice de participação no mês de junho de 2013, destacando o incremento de pautas ao movimento neste período em que pese a cobertura jornalística dos atos em Porto Alegre tenha enfocado predominantemente na questão do transporte coletivo e da do evento esportivo. A reportagem analisou os inquéritos policiais para determinar o perfil das pessoas criminalizadas: a) a maioria dos indiciados é de bairros pobres da Capital; b) “Alguns viajaram 20 ou 30 quilômetros até a área central de Porto Alegre, palco dos manifestos”; c) “Mais de um terço já tinha antecedentes criminais”; d) “uma minoria inexpressiva dos presos possui vínculo partidário ou sindical — quase todos os que prestaram depoimento disseram não ter qualquer motivação política.” (VEJA..., 2014).

Com relação aos delitos, a maior parte foi por “ataques contra prédios públicos e

privados e saques em estabelecimentos nos bairros Centro, Cidade Baixa e Azenha” (VEJA..., 2014). Destes, segundo a reportagem, os “presos ou alvos de inquéritos com vínculos políticos ou sindicais preponderaram em março de 2013, no episódio de depredação da prefeitura, e em setembro, quando a Igreja da Matriz e o Museu Júlio de Castilhos foram apedrejados” quando “apenas 10 das 80 pessoas indiciadas”, sendo estes “militantes de PSTU, PSOL, grupos anarquistas, Bloco de Luta pelo Transporte Público e professores ligados ao Cpers” (VEJA..., 2014). Ainda foi constatada uma distinção nas consequências após as detenções, sendo que “aqueles com vínculos políticos ou sindicais tiveram arquivamentos de investigações e pagamentos de fianças [...] para serem soltos em poucos minutos” e “os jovens de periferia passaram dias na prisão” (VEJA..., 2014). Sobre este tema o texto traz o manifestante há mais tempo preso, que, no momento da detenção afirma ter ouvido de um policial: “a mãezinha do playboy chegou e ele vai para casa. Vocês vão ficar aqui.” (VEJA..., 2014). A matéria ainda traz a análise de dados quantitativos dos bairros onde ocorreram as ações, o tipo de delito e o bairro onde residiam os manifestantes detidos (VEJA..., 2014).

A análise deste discurso apresenta novas informações pelo veículo à medida que passa a ser analisado o perfil dos envolvidos em crimes. Aí, destaca-se para o fato de a maioria deste ser de baixa renda, de bairros periféricos, alguns com antecedentes criminais, além de afirmarem não possuir vínculo partidário ou sindical e motivação política. O perfil descrito difere do que o jornal vinha abordando as pessoas das manifestações, quando foram destacados jovens militantes partidários, sindicalistas e anarquistas. Com relação aos atos de vandalismo, até aqui estes eram atribuídos aos movimentos anarquistas, que, de fato, não possuem filiação partidária ou sindical, mas tem motivação política para seus atos. Dentre os acusados com filiação destaca-se, além dos partidos e do CPERS (que já foram citados anteriormente) a classificação de “militantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público”, ou seja, pessoas que afirmaram militar pelo Bloco, sem envolvimento com outras entidades. Para relacionar os incidentes ao Bloco de Lutas o jornal apresenta novamente a referência de que “esses jovens de periferia teriam sido aliciados para encorpar as fileiras mais violentas das manifestações” (VEJA..., 2014). Sobre isso, afirma que “pelo menos um depoimento coletado no inquérito fala que isso ocorreu” e apresenta, como contraponto, a fala de um integrante do Bloco que atesta que “de forma alguma foi discutido pelo Bloco de Luta, colocado como hipótese das nossas ações, realizar saques. Essa nunca foi uma orientação do Bloco de Luta” (VEJA..., 2014).

A reportagem a seguir, atenta que “sete jovens são indiciados por formação de milícia em protestos na Capital (ROLLSING; WAGNER; TREZZI, 2014b)”, sendo todos tidos como

lideranças do Bloco de Luta, tendo seus nomes e relação política destacados. É destacado no texto que “Mesmo que nenhum dos líderes do Bloco de Luta tenha sido flagrado saqueando, a Polícia Civil atribui a eles o ‘domínio do fato’ — ou seja, o ato de instigar os seguidores a cometerem crimes” (ROLLSING; WAGNER; TREZZI, 2014b). Em defesa do movimento, uma ativista classifica “o inquérito como escandaloso e disse que a acusação de formação de milícia é uma clara criminalização dos movimentos sociais e dos dois partidos” (ROLLSING; WAGNER; TREZZI, 2014b).

Na cidade de Porto Alegre os atos de 2014 iniciaram vinculados a uma greve da categoria dos rodoviários, ocorrida em fevereiro. Neste sentido, apresenta-se a reportagem que enfoca na crescente radicalização do movimento, apontando que “na prática, as lideranças – vinculadas a PSOL, PSTU, CUT, A CUT Pode Mais, Conlutas e Bloco de Luta pelo Transporte Público – perderam o controle da greve” (ROLLSING, 2014b). Assim, a matéria aponta para cooptação do movimento por partidos organizados a partir do Bloco de Luta pelo Transporte Público. Apresenta, por fim, a fala de um militante da “corrente A CUT Pode Mais e do Bloco de Luta” (ROLLSING, 2014b): “Estamos discutindo com as demais categorias em greve, como os Correios e a Saúde, e também com o Bloco de Luta, estudantes, sindicatos, apoiadores, centrais, para fazermos um movimento maciço, de impacto, para denunciar à sociedade a opressão que os trabalhadores sofrem da patronal” (ROLLSING, 2014b). A fala é apontada pela ZH como proposta de “sitiar Porto Alegre” (ROLLSING, 2014b). Deste modo, o veículo apresenta a greve como o primeiro conjunto de atos do ano com organização pelo Bloco de Luta, articulado com partidos e sindicatos. Foram encontradas matérias a seguir que abordam o prejuízo no comércio devido à paralisação total dos ônibus por quinze dias (PREJUDICADO..., 2014).

Após a EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação) sugerir o aumento das passagens em 2014 o Bloco de Luta volta a convocar um protesto em 2014, sendo o primeiro ato noticiado pela Zero Hora após os que ocorreram relacionados à greve dos rodoviários. A matéria traz as informações disponíveis no evento de convocação da rede social, destacando que “o protesto tem 8 mil convidados e até as 7h55min desta quarta-feira mais de 500 pessoas haviam confirmado participação” (APÓS EPTC..., 2014). O jornal traz dados sobre o relatório concluído pela EPTC, com realce para a consideração das recomendações do TCE (APÓS EPTC..., 2014). Sobre o protesto em si, a reportagem traz de título “Manifestantes entram em confronto com polícia em protesto contra possível reajuste de tarifa de ônibus” (MANIFESTANTES..., 2014b), com destaque para incitação do conflito por *black blocs*, ao “clima de apreensão”, ações de vandalismo contra agências bancárias (destacando a revolta de

manifestantes a estas, atestando que os “organizadores exigiram protesto organizado para atrair a população de volta para as ruas”), a interferência do protesto no trânsito, a informação atualizada de “3,4 mil pessoas confirmadas no evento” da rede social e os gritos predominantes de “mãos ao alto, esse aumento é um assalto” (MANIFESTANTES..., 2014b). A análise do texto destaca para a constante explicitação da crítica dos atos de vandalismo por parte dos manifestantes, inclusive pelos organizadores que “exigiram” a ordem no protesto, que motivaria a retomada de participação maciça da sociedade. Por fim, evidencia-se um crescimento do movimento entre as reportagens, visto que o evento no Facebook tinha 500 pessoas confirmadas na matéria anterior (APÓS EPTC..., 2014) e passou para 3,4 mil em uma semana (MANIFESTANTES..., 2014b).

O ato posterior ocorreu em frente ao Paço Municipal e, “de acordo com o Centro Integrado de Comando (Ceic), aproximadamente 300 pessoas participaram da manifestação” que bloqueou a Av. Borges de Medeiros e foi organizado sem marcha. (ROSA, 2014b). O destaque da matéria é para um ato que sem ações de depredações, com objetivo de revogar o aumento da passagem e coletar assinaturas de apoio ao projeto de lei de iniciativa popular apresentado em assembleia. Assim, destaca-se uma mudança nos atos do BLTP tanto no sentido quantitativo de participantes como de formas de organização, temas que são o centro da matéria seguinte, que afirma que esta mudança de postura visa à retomada do apoio da população as iniciativas do bloco, que “minguaram” em 2014 (MAGS, 2014). Outro destaque é que a manifestação solicitava o apoio de moradores da Av. Borges de Medeiros e que a “participação da população não aumentou mesmo com o desaparecimento dos vândalos em protestos recentes”, destacando enfaticamente que o “organizador das marchas que sacudiam a Capital ainda antes de as manifestações se espalharem pelo Brasil naquele mês, o Bloco de Luta pelo Transporte Público sentiu o recente sumiço do povo” (MAGS, 2014). A matéria conclui que: “do apoio, alguns participantes passaram ao repúdio. Ao longo dos últimos meses, foi comum encontrar comentários assim no perfil do Bloco no Facebook e nas postagens na rede social de matérias de Zero Hora sobre as manifestações” (MAGS, 2014), explicitando uma análise sobre a participação nas redes sociais de internet.

Sobre o tema o veículo traz uma conversa com uma das integrantes do Bloco que afirma que “Se a pessoa fica com medo do que está acontecendo, ela se afasta” e que não tem como um levante durar dois anos, “senão seria uma revolução”. Outro fator apontado para a redução das ações é que alguns organizadores estariam desgastados, pois “dedicaram boa parte de suas vidas ao movimento durante todo o ano passado” (MAGS, 2014). A matéria entrevistou um especialista, doutorando em Ciências da Comunicação, que afirma que

“diferentemente de movimentos que vigoraram até os anos 90, liderados por uma vanguarda sindicalista, estudantil ou partidária, os protestos de agora têm se organizado em rede e sem comando aparente” (MAGS, 2014), de modo que, na opinião do entrevistado “o que tem contribuído para o esvaziamento dos protestos [...] é uma falta de capacidade de articulação nessa rede” (MAGS, 2014). Outro entrevistado associa os protestos de 2013 ao “movimento das Diretas Já”, uma vez que ambos possuíam uma bandeira clara em sua origem, fator sem continuidade nos protestos do ano anterior, visto que “incentivaram outras demandas — saúde, educação, habitação, igualdade racial e de gênero e até pelos direitos dos animais” (MAGS, 2014). Desta forma a matéria apresenta possíveis fatores que findaram por reduzir o número de participantes no movimento, sempre relacionando este ao seu auge, ocorrido neste momento há quase um ano. Além de uma análise própria, que atribui esta redução ao vandalismo, ainda apresenta perspectivas distintas, de modo que o resultado não é conclusivo, apontando para distintos fatores que podem ter resultado na mitigação da participação.

O tema da retomada da participação popular é reforçado em nova matéria, que anuncia um ato nacional (chamado de 15M), organizado na cidade pelo BLTP juntamente com o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre (ELY, 2014). A pauta do ato é apresentada como contrário a temas nacionais da Copa do Mundo: “em sua página no Facebook, menciona as mortes ocorridas nas arenas em construção para o evento esportivo, as remoções para obras de mobilidade, o impedimento de trabalhadores ambulantes e artistas de trabalhar, a exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes, a violência às pessoas de rua, entre outras questões” (ELY, 2014), trazendo o conteúdo da divulgação do protesto já analisado aqui anteriormente. Na cobertura do protesto a ZH apresenta novas pautas a partir da convocação via rede social: “reivindicações como ‘direito a livre manifestação’, ‘desmilitarização da polícia’ e ‘dignidade da população em situação de rua’” (MANIFESTANTES..., 2014a). Outra matéria sobre o ato nacional enfatiza para os danos ao patrimônio e que: “Quando estavam no Largo Zumbi dos Palmares, integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público sugeriram que a caminhada se encerrasse naquele ponto.” (MANIFESTANTES..., 2014a). Na citação apresenta-se mais uma vez a divisão da tática de organização entre integrantes do Bloco e anarquistas, que discordaram sobre o encerramento do ato e seguiram, causando novo conflito com a BM. Por fim, a matéria informa que “órgãos de segurança estimam que aproximadamente mil pessoas participaram do ato” (MANIFESTANTES..., 2014a).

Esta divisão é reforçada no próximo registro, que anuncia que “Militantes do PSTU e PSOL não irão a protesto do bloco de luta nesta quarta”, devido ao “descontentamento com a ação dos *black blocs*, que estariam afastando a população das manifestações” (ROLLSING,

2014a), lembrando ainda que a maioria destes já não havia comparecido ao ato anterior. Traz ainda que o descontentamento decorre uma vez que “as deliberações das assembleias do bloco, feitas sempre por maioria de votos, estão sendo desrespeitadas por células que privilegiam ações individuais” (ROLLSING, 2014a), afirmando que o incidente da divisão do último ato “rachou o bloco entre os militantes que pretendiam fazer apenas uma atividade cultural na Redenção e os que defendiam uma caminhada até o Beira-Rio” (ROLLSING, 2014a). Na matéria, um dos manifestantes do PSTU atesta: “Não estamos nos retirando do bloco, mas está muito difícil construir a unidade. Nós não iremos ao ato porque temos um enfrentamento político antigo com a tática black bloc. Não conheço ninguém do bloco que seja black bloc, mas há convivência.” (ROLLSING, 2014a). Já o PSOL apresenta outras razões, através da fala de uma integrante do bloco filiada ao partido: “A gente decidiu não participar porque foi convocado com pouca antecedência. Não há tempo suficiente para mobilizar. Sobre as depredações, sempre falamos que somos contra”. (ROLLSING, 2014a). A matéria ainda afirma que a militante do PSOL ainda “criticou a imprensa, que, conforme a sua avaliação, ‘somente mostrou os atos de depredação que ocorreram no protesto do dia 12” (ROLLSING, 2014a). Em resposta, a ZH expõe que “os coletivos anarquistas, nas redes sociais, criticam a postura do PSTU e PSOL”, afirmando que “a decisão de se retirar do protesto estaria relacionada com as eleições de outubro” (ROLLSING, 2014a). A reportagem acima exposta finda por consolidar um discurso já que imperava nas matérias desde os últimos protestos de 2013: conflitos internos ao movimento entre partidos e anarquistas. O motivo seriam os atos de vandalismo, razão apontada apenas por um dos partidos envolvidos, embora consentida pelo outro, porém sem a relação com a decisão de não participação no ato. Mesmo na fala do representante do PSTU, é afirmado que as ações de vandalismo não partem de nenhum integrante do Bloco, sendo que este finda por ser responsabilizado pelo consentimento aos atos.

O protesto em questão foi acompanhado pela ZH, que destacou a presença de aproximadamente 200 pessoas e que dois jornalistas que ficaram feridos por estilhaços de bombas de efeito moral. Menciona ainda o percurso realizado, induzido pelos diversos bloqueios realizados pela polícia (MANIFESTANTES..., 2014c). A matéria sobre o protesto seguinte também ressalta a baixa participação, com “pouco mais de cem manifestantes, segundo contagem de repórteres, e mil policiais militares (PMs), conforme a Brigada Militar” (VARGAS; ELY, 2014). Trata o percurso que sai da Prefeitura, “até o Camelódromo e de lá tomando a Avenida Borges de Medeiros” como “um roteiro já tradicional” (VARGAS; ELY, 2014). Novamente o trajeto foi induzido pelos bloqueios da polícia, finalizando na Cidade

Baixa “sem conflitos com a BM ou depredações” (VARGAS; ELY, 2014). Um dos manifestantes afirmou para a reportagem que “depois da Copa o movimento deve retomar os protestos pela gratuidade do transporte público” e, “sobre a baixa presença de manifestantes, citou a repressão policial como principal causa” (VARGAS; ELY, 2014). O ato posterior teve as mesmas características, apenas com variação do percurso (BLOCO..., 2014).

O último texto da ZH sobre os protestos organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público no período de recorte busca fazer uma análise sobre os protestos nacionais e as eleições de outubro. O texto inicia com uma retrospectiva:

Na noite de 20 de junho de 2013, as ruas de dezenas de cidades brasileiras foram tomadas por 1,5 milhão de manifestantes. Era o ápice de uma inédita onda de protestos que balançaram o país, assustaram os governantes e chamaram a atenção do mundo. Os motivos para a insatisfação eram numerosos e variados, estilizando reivindicações para todos os cantos, mas identificava-se um sentimento geral: a indignação com a classe política. [...] Uma pesquisa feita pelo Ibope mostrava que 83% não se consideravam representados por qualquer político. (MELO, 2014).

A citação traz dados quantitativos do ápice do movimento ressaltando a diversidade de agendas políticas. Assim, aponta para uma insatisfação nacional contra a classe política em geral e renovando o discurso já imperativo no país de perda de representatividade. Como resposta, a matéria afirma que “candidatos das mais variadas vertentes, da extrema direita à extrema esquerda, fizeram campanha apresentando-se como autênticos porta-vozes dos protestos” e aponta que “o problema central é que as manifestações foram gigantescas, mas não fixaram raízes” (MELO, 2014). Para um professor de teorias sociológicas e políticas: “um movimento como o de junho pode ter uma série de destinos: transformar-se em revolução, institucionalizar-se na forma de um partido político, dissolver-se porque as reivindicações foram atendidas ou se esvaziar por perda da capacidade de mobilização” (MELO, 2014). Para ele a última alternativa prevaleceu, visto que “um movimento que não estabelece espaços de representação não acarreta efeitos políticos. A falta de liderança, que era a força do movimento, acabou sendo também a sua fraqueza – avalia” (MELO, 2014). Com isso, a matéria aponta que “uma das principais influências das jornadas de junho no atual pleito pode ser a elevação do voto branco e nulo” (MELO, 2014). Na reportagem as pessoas que participaram dos atos foram classificados como jovens, estudantes, manifestantes, classe média emergente que passou a ter acesso à universidade, carro e casa. Com relação ao movimento referem-se às manifestações como protestos de junho de 2013 e “jornadas de Junho” (MELO, 2014).

Por fim, a matéria entrevista diversos jovens que participaram dos protestos. Para um deles a experiência do protesto “Foi marcante porque eu me senti participando da História. Pude ver o poder que o cidadão tem de provocar mudança”; para outro “os políticos agora conhecem – e temem – a capacidade de indignação do povo” e acredita que “muita gente vai votar em branco ou nulo” (MELO, 2014). Para esta última manifestante, que “participou de cinco grandes atos que agitaram Porto Alegre”, a principal agenda foi “a corrupção, o dinheiro público que vai para a Copa e não para saúde e educação”, acredita que “o movimento encolheu aos poucos por causa da violência e do vandalismo, mas seus princípios permaneceram vivos em quem participou” (MELO, 2014). Outro entrevistado:

Saiu às ruas em junho de 2013 para lutar por tarifas de ônibus mais baixas. Usuário de transporte coletivo, ele era afetado diretamente pelo aumento da passagem. Para o jovem, no entanto, as consequências da mobilização popular foram além da redução no preço dos tíquetes. Neste ano, por exemplo, Arlei decidiu filiar-se a um partido político. [...] Acredita que a questão da tarifa do ônibus acabou servindo de estopim para que a população começasse a se preocupar com outros temas e a externar um descontentamento mais amplo com o sistema político brasileiro, o que fez os atos expandirem em dimensão e significado. (MELO, 2014).

Na matéria a Zero Hora busca, dias antes da eleição, apresentar um panorama de quanto e de que modo as manifestações irão interferir nas eleições do dia posterior à matéria. Pelas entrevistas os especialistas atestam que haverá pouca relação entre os atos e as votações. Já os mais jovens acreditam que esta relação irá ocorrer. Salienta-se também a insurgência de novas organizações e pessoas que passaram a levar suas próprias bandeiras aos atos já consolidados, evidenciando que os protestos resultaram em um estímulo para que a população fosse às ruas especialmente em junho.

Assim, conclui-se a apresentação do discurso da Zero Hora sobre os protestos denominados por ela como Jornadas de Junho (MELO, 2014) em Porto Alegre, sendo as notícias marcadas em especial pela existência ou não de ações violentas, caracterização dos atores envolvidos, incluindo partidos e ideologias e revelando o nome de participantes. Um dos elementos mais interessantes nos discursos é a apresentação de afirmações do movimento contrárias ao grupo RBS, justamente criticando-a por apresentar uma visão focada na violência dos atos do que propriamente na relevância política e nas pautas envolvidas. A repercussão dos inquéritos devido a depredações e furtos também foi um marco da cobertura dos protestos, sendo o assunto mais abordado no início de 2014 sobre os atos do ano anterior, inclusive através da realização de um jornalismo investigativo, buscando o resultado parcial das ações e descrevendo, pela perspectiva das ações policiais, qual seria o perfil central dos

manifestantes criminosos. Verificou-se pouco material com opinião explícita nas matérias jornalísticas. A opinião do veículo imperou em matérias voltadas a este objetivo, das quais se destacam as redigidas pelo jornalista Carlos Rollsing, com afirmações incisivas e críticas direcionadas a alguns setores do movimento. Diversas matérias também apontam a antecedência dos movimentos da capital com relação aos atos nacionais, situação invertida sob a ótica da violência, quando os atos no país induziram sua ocorrência na capital gaúcha. A associação entre atos regionais com processos políticos nacionais e internacionais também foi recorrente nas reportagens do veículo.

Com relação à agenda dos protestos, ressalta-se que as explicitadas em 2013 inicialmente referiam-se especificamente à questão da tarifa. Novas bandeiras passaram a ser acionadas, inclusive através de falas do BLTP, mas o grande aumento de demandas ocorreu, conforme apresentado pelo veículo em matérias nacionais, a partir dos protestos de junho. Nas matérias locais esporadicamente as novas agendas eram abordadas, mantendo-se a questão do transporte coletivo como centralizadora dos atos. Já em 2014 as manifestações retomaram o tema do transporte, através do apoio à greve dos rodoviários (na qual o jornal aponta o Bloco de Lua como um dos organizadores fundamentais). Com a aproximação da Copa do Mundo, os atos passaram a ser organizados de forma conjunta com o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre e evidenciavam prioritariamente questões relativas aos impactos negativos da realização do evento esportivo. Neste momento, a diversidade de pautas foi reduzida, de modo que os temas da Copa eram tidos como centrais e outros elementos como a questão da tarifa, do passe livre e a desmilitarização da polícia como bandeiras acionadas periféricamente.

2.2 PROTESTOS DO BLOCO DE LUTAS PELO TRANSPORTE PÚBLICO PARA O JORNAL SUL21

Do mesmo modo como procedeu na cobertura jornalística dos demais protestos, o jornal Sul21 acompanhou de perto tanto a articulação como os a maior parte dos eventos relacionados às críticas ao transporte coletivo em Porto Alegre. O tema do aumento do valor das passagens, que tradicionalmente ocorre nos primeiros meses do ano, é noticiado desde o início do jornal, mas teve uma cobertura ampliada em função do crescimento dos protestos no ano de 2013, com o desenrolar do tema no ano subsequente, incluindo as distintas formas de mobilização, articulação e as variações de pautas do movimento.

A primeira matéria antecede o primeiro protesto do ano, anunciando que: “Este ano, os movimentos sociais pretendem novamente se organizar para combater o aumento da passagem. Reunidos em torno do Bloco de Luta por um Transporte Público” (OLIVEIRA, 2013b). Através do termo “novamente”, verifica-se que estes protestos já ocorreram anteriormente, conforme abordado na análise dos eventos de articulação das redes sociais. Porém neste ano com a diferença de articulação através de um movimento denominado Bloco de Luta pelo Transporte Público e de uma agenda que possa expandir o tema para além da questão do aumento do valor da tarifa. Conforme fala de uma integrante do Bloco e de uma entidade do movimento estudantil: “queremos formar um bloco que não pautar apenas o aumento da passagem, mas sim um transporte público de qualidade” (OLIVEIRA, 2013b). A matéria destaca que o objetivo inicial do grupo é “discutir em conjunto um calendário de mobilização e um programa que tenha a adesão de todos os grupos envolvidos” (OLIVEIRA, 2013b), de modo que a meta inicial é ampliar as articulações políticas a fim de aumentar a mobilização.

A reportagem seguinte (OLIVEIRA, 2013k) faz a cobertura do primeiro protesto, destacando que o movimento antecede-se a qualquer anúncio de aumento da tarifa. A matéria, não obstante, não se difere das ocorridas nos anos anteriores, contabilizando centenas de pessoas. O veículo fez o acompanhamento do protesto, explicitando os atores envolvidos e os locais de encontro e do percurso:

Unificados em torno do Bloco de Luta em Defesa do Transporte Público, os manifestantes começaram a se concentrar no Largo Glênio Peres por volta das 17h30. Aos poucos, a multidão foi engrossando com a chegada de militantes do PSOL, do PSTU e da Juventude do PT, além de um grande número de anarquistas, que portavam bandeiras pretas e vermelhas – tradicional presença nos atos contra o aumento da passagem em Porto Alegre. Militantes de outros coletivos e grupos também aderiram à marcha, como os integrantes do Movimento Revolucionário e do Utopia e Luta. Sindicalistas e dirigentes de centros acadêmicos de escolas e faculdades também se fizeram presentes. Outra parte significativa do protesto foi composta por pessoas sem identificação partidária e que não estão ligadas a nenhum coletivo. (OLIVEIRA, 2013k).

Como exposto, os atores descritos e o modo de atuação destes são comparáveis aos de anos precedentes, apenas com destaque para uma concentração um pouco maior de setores do movimento estudantil e outras pessoas dissociadas de partidos. Salienta-se aqui a participação de anarquistas e do Utopia e Luta desde o princípio dos atos, atores que já figuravam em outras manifestações analisadas, como no defesa Pública da Alegria. A espacialização das ações é referida na forma de percurso, padrão repetido nas matérias seguintes: “o grupo

iniciou a caminhada, se deslocando pela avenida Borges de Medeiros em direção à avenida Júlio de Castilhos, passando, em seguida, pela praça Parobé [...]”(OLIVEIRA, 2013k). Do mesmo modo, a reportagem explicita os cânticos, gritos e dizeres de faixas como “Mãos ao alto! Esse aumento é um assalto!” e “Pra trabalhar! Pra estudar! Mais um aumento eu não vou pagar”. Outras frases atacavam diretamente o prefeito José Fortunati (PDT), como “Estudo! Trabalho! Dou duro o dia inteiro! Fortunati anda de carro e ainda rouba o meu dinheiro!”. (OLIVEIRA, 2013k). O percurso é realizado na região central da cidade, passando por pontos estratégicos pelo seu simbolismo (como a prefeitura) ou pela estratégia do movimento (terminais de ônibus). Os discursos questionam diretamente o valor da tarifa e o poder executivo municipal. Além destes, ainda destacou-se a existência de frases com apoio aos rodoviários. Por fim, a reportagem traz dados quantitativos sobre o percentual de aumento do valor da passagem nos últimos anos e aponta para o processo em tramitação pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre o reajuste realizado no ano de 2012 (OLIVEIRA, 2013k).

Em outra matéria, o título já apresenta a adesão dos rodoviários ao movimento e já inicia apresentando a informação de que “a tentativa de aumento das tarifas de ônibus e lotação neste ano em Porto Alegre enfrenta resistências e questionamentos que não haviam surgido nos anos anteriores” (OLIVEIRA, 2013e), embora ainda não tenha ocorrido um pedido de aumento oficial pelas empresas responsáveis pelo serviço. Para o jornalista, “o principal fato novo neste ano é o ingresso do Tribunal de Contas do Estado (TCE) na discussão” (OLIVEIRA, 2013e), apresentando dados e questionamentos existentes no processo que tramita pelo Tribunal. Apresenta a posição da prefeitura e do diretor da EPTC, que enfatizam a ciência e acompanhamento da tramitação. O maior destaque, porém é para a já intensa articulação dos “estudantes” (OLIVEIRA, 2013e), que já haviam realizado dois protestos e já marcaram data para o terceiro ato. Nos atos, além do questionar o valor da passagem (não só buscando barrar o aumento, mas até clamando por uma redução do valor, a partir dos dados do TCE), outras pautas levantadas é a ausência de licitação pelo transporte coletivo e o apoio aos rodoviários, que passaram a aderir ao movimento. Para um ativista do movimento estudantil “o objetivo é ganhar tempo para continuar com os atos até a volta às aulas, quando teremos mais condições para fortalecer o movimento” (OLIVEIRA, 2013e), evidenciando a importância dos estudantes nos atos. Por fim, a matéria aborda uma discussão interna sobre a explicitação dos partidos envolvidos, realizada através da presença de bandeiras nos atos, apontando que alguns partidários “defendem a retirada das bandeiras do PSOL e do PSTU, pois afirmam que esses partidos estão tentando aparelhar o movimento e utilizá-lo como forma de promoção política” (OLIVEIRA, 2013e). Por outro lado, os

militantes partidários defendem a pluralidade dos atos e argumentam que as críticas podem promover um racha no bloco e esvaziar a luta. Neste debate, um manifestante anarquista afirma que tradicionalmente o movimento na cidade é organizado pelos movimentos anarquistas, não pelo movimento estudantil ou pessoas partidárias. (OLIVEIRA, 2013e). Esta discussão também ocorreu nos atos do Defesa Pública da Alegria, momento em que a presença de bandeiras partidárias e anarquistas ainda era menor.

Após o carnaval e na véspera do início das aulas um novo protesto conta com um aumento de adesão, sendo a mobilização “que contou com maior número de participantes” (OLIVEIRA, 2013f). O texto apresenta as “palavras de ordem já tradicionais do movimento, como ‘se a passagem aumentar, Porto Alegre vai parar’ e ‘mãos ao alto, esse aumento é um assalto” (OLIVEIRA, 2013f), e traz a informação da caminhada realizada, também pela região central apesar de um circuito distinto do anterior. Traz ainda informações e dados sobre a evolução do valor da tarifa e diversas fotos da manifestação.

No dia 21 de março, a passagem sofre reajuste e o protesto posterior, realizado na semana seguinte, contou com “centenas de manifestantes” que fizeram caminhada partindo da Prefeitura Municipal até o Palácio da polícia, na Av. Ipiranga (OLIVEIRA, 2013n), uma das principais avenidas da cidade e local de diversos protestos futuros do Bloco de Luta. A notícia informa que, “antes de a passagem aumentar, cinco protestos foram realizados no centro da Capital. Após o aumento [...] os manifestantes têm realizado praticamente um ato por dia.” (OLIVEIRA, 2013n). Este protesto é apontado como o maior até então, superando o número da edição anterior. O realce da notícia dá-se por conta da quantidade de protestos após o reajuste, que passaram a ser diários. Novamente os manifestantes são citados pelo jornal como estudantes, explicitando a informação de ser o grupo predominante, independente de posicionamento político dos mesmos. O início do protesto deu-se quando “os manifestantes se dirigiram para a entrada da prefeitura”, os agentes da Guarda Municipal não conseguiram conter os manifestantes, que chegaram à porta do prédio e clamavam “a prefeitura é nossa!” e “abre a casa do povo!”. O secretário de governança tentou conversar com os ativistas e foi atingido por tinta. Logo após o incidente deu entrevista afirmando que “as coisas foram para um limite insuportável, não houve espaço para diálogo. Foi uma fúria de jovens que começaram a avançar para cima de nós” (OLIVEIRA, 2013n). Afirma ainda que a conversação com o PSOL e do PSTU “fica prejudicada”. A intenção do secretário associada ao crescimento dos atos mostra que ao menos alguns integrantes do governo não tinham dimensão do volume e da forma de mobilização dos protestos, sendo surpreendido por atitudes hostis em detrimento do diálogo. Sua associação do ato com alguns partidos de

esquerda também é analisada como uma tentativa de identificar no movimento lideranças ideológicas dentro da estrutura política vigente, imaginando que a interferência direta dos partidos pudesse reorientar as mobilizações. Houve confronto em frente à prefeitura, quando a BM “jogou pelo menos cinco bombas de efeito moral” (OLIVEIRA, 2013n), sendo seguidas dos brados por parte dos manifestantes: “Recua, polícia, recua! É o poder popular que está na rua!”. Foi o primeiro protesto com grande confronto, sendo registrados diversos danos patrimoniais, manifestantes feridos e ao menos uma ativista presa. Pela prisão, ela foi encaminhada ao Palácio da Polícia, fazendo com que os manifestantes alterassem a rota originalmente prevista e optassem pela finalização do ato no local. No percurso “o grupo conquistou o apoio de muitos moradores da região, que abanavam e comemoravam das janelas dos edifícios, e de muitos trabalhadores rodoviários, que transportavam passageiros no corredor de ônibus” (OLIVEIRA, 2013n).

Os atos passaram a ser cada vez maiores, possivelmente pela grande repercussão na mídia e pelo crescimento da articulação em torno do Bloco de Luta. A notícia do protesto seguinte já destacava que “milhares de pessoas lotaram as ruas do centro de Porto Alegre” (OLIVEIRA, 2013h), no sétimo protesto realizado no ano. Com a grande participação já há uma disputa de informações numéricas, outra característica que se tornou cotidiana na cobertura dos atos: “a Brigada Militar estima que foram mais de quatro mil pessoas nas ruas, enquanto integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público falam em cerca de dez mil participantes” (OLIVEIRA, 2013h). Segundo o jornal “descontando as marchas de abertura do Fórum Social Mundial Temático de 2012 e do Fórum Social Mundial Palestina Livre, a cidade não recebia uma manifestação tão grande desde março de 2011, quando mais de duas mil pessoas foram às ruas para protestar contra o atropelamento em massa de ciclistas”. (OLIVEIRA, 2013h). Através desta construção o protesto é relacionado numericamente com outras mobilizações sociais como as edições de Fóruns Sociais, cujas manchas são tradicionais, e o evento da Massa Crítica, registrado aqui como a primeira grande manifestação autônoma do cenário recente de protestos da cidade. O veículo ainda traz a informação dos movimentos articuladores da mobilização, identificados a partir de suas bandeiras e cartazes, destacando os mesmos grupos da descrição realizada em um dos atos anteriores. O destaque é para “um imenso número de pessoas que não tinha vínculo com nenhum movimento ou coletivo e levavam cartazes individuais com mensagens de protesto”. (OLIVEIRA, 2013h). Esta é a composição destacada nesta e nas matérias seguintes, que demonstra uma manutenção das relações políticas estabelecidas a partir do BLTP, dando fôlego e constância a construção e mobilização dos atos.

O percurso realizado repetiu o da primeira marcha, concentrando-se no Centro e passando por terminais de ônibus. Um destaque da reportagem é a passagem pelo Túnel da Conceição, que “se converteu em uma espécie de festa com a chegada da batucada”. Aqui o evento relaciona-se também com um local no percurso já tradicional dos eventos do Massa Crítica, quando alguns integrantes clamam “túnel” ao longo do protesto para passar pelo local. O veículo ainda utiliza-se do comprimento do local para dimensionar a marcha: “enquanto a ala dianteira da marcha ingressava no túnel, a parte final recém começava a sair da avenida Júlio de Castilhos.” (OLIVEIRA, 2013h). O jornal destaca momentos de silêncio ao passar em hospitais, a liberação de uma das pistas da via para permitir a passagem de uma ambulância e a ausência de conflitos no ato, citando que em momentos de início de violência os manifestantes vaiavam. Com isso, os atos de depredação noticiados pelo veículo foram que “jovens picharam muros, paredes e ônibus com mensagens que exigem a revogação do aumento da passagem”, além de um fotógrafo da ZH “que foi alvejado por um ovo” (OLIVEIRA, 2013h).

O ato seguinte “foi o primeiro realizado após a decisão da Justiça que suspendeu o reajuste, em caráter liminar” e teve um percurso diferenciado: “saiu [...] do auditório Araújo Vianna, no Parque Farroupilha, e chegou [...] na sede da Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP), que representa os empresários que operam o transporte público municipal” (OLIVEIRA, 2013i). O Sul21 aponta que o foco do protesto é uma redução ainda maior do valor, baseado na auditoria do TCE. Outro destaque da notícia é uma ampliação das pautas do movimento, a partir de diferentes coletivos: “uma faixa da Frente Revolucionária [...] cobrava a ‘estatização sem indenização’. [...] Também havia manifestantes exigindo passe livre para estudantes e trabalhadores desempregados” (OLIVEIRA, 2013i). Em momentos de tentativas de depredações ao prédio da ATP há uma orientação no carro de som: “Nossa luta sempre foi pacífica, é nesse sentido que vamos continuar” (OLIVEIRA, 2013i). Outros manifestantes vaiavam e criticavam a atitude e explicitavam a preocupação de que a mídia fosse dar destaque somente àquela atitude.

Outra matéria salienta a ocorrência simultânea de “pelo menos dois movimentos sociais que têm ido às ruas da cidade para protestar de forma constante” (OLIVEIRA, 2013c), relacionando os protestos contra o valor da passagem ao corte das árvores, articulado inicialmente pelo Defesa Pública da Alegria. Na reportagem o Sul21 expõe a interpretação de diversos integrantes destes movimentos a respeito da organização, adesão e abrangência de suas mobilizações, a fim de verificar porque “o movimento contra o aumento da tarifa de ônibus reuniu milhares – até dez mil, de acordo com ativistas – de pessoas nas ruas” enquanto

que “a mobilização contra o corte de árvores não conseguiu ultrapassar a marca das centenas” (OLIVEIRA, 2013c). São levantados quatro pontos: a) natureza das causas e acúmulo de experiências, quando é salientado que o valor da passagem é um tema cotidiano para a população e o corte das árvores seria interpretado como algo mais restrito e localizado. Além disso, destacasse a articulação histórica relacionada ao questionamento ao transporte coletivo; b) Intersecção entre militantes e formas de organização, dada a semelhança das reivindicações, pois ambas dialogam com o tema da mobilidade urbana a partir de um comportamento restritivo do poder público, sendo que muitos militantes que foram às ruas combater a ampliação das avenidas também estavam nas marchas contra o aumento das passagens. Um maior envolvimento de pessoas seria justificado pela articulação em torno do BLTP, apontado como uma instância organizativa ampla e heterogênea; c) engajamento institucional de entidades, considerando a articulação política em torno do tema dos ônibus composto por mais atores envolvidos, com destaque para a ausência de bandeiras nas marchas contra o corte das árvores; e d) abrangência das adesões e atuação parlamentar, considerando a relação dos movimentos com as bancadas partidárias e o envolvimento de um público mais diverso, evidenciado por um maior número de pessoas de maior idade nas marchas ambientalista, embora muitos tenham participado de ambas. (OLIVEIRA, 2013c). Nos pontos destacados o jornal, ainda em meio a diversos protestos, busca uma análise conjuntural dos sucessos e insucessos das mobilizações.

Outras mobilizações do BLTP destacam-se por serem atos nacionais (OLIVEIRA, 2013j). Até o mês de junho não havia repercussão de protestos pelo país, enquanto que neste mês são relatadas manifestações em São Paulo, Natal, Rio de Janeiro, Goiânia e Campinas. Um manifestante entrevistado afirma: “estamos em contato com articulações de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Goiânia. Essa retomada nasce com uma articulação nacional que é fundamental para nós” (OLIVEIRA, 2013j). Segundo o ativista, “os protestos de Porto Alegre influenciaram positivamente as mobilizações que estão ocorrendo atualmente em outras cidades do país”. No mesmo sentido, o Sul21 lembra que em São Paulo, uma das faixas dos manifestantes dizia: “Vamos repetir Porto Alegre.” (OLIVEIRA, 2013j). No entanto, o entrevistado ressalta que a articulação e a mobilização são dialéticas sente caso: “São Paulo tem uma articulação de muitos anos com o MPL, que também é referência para nós” (OLIVEIRA, 2013j).

No ato propriamente dito o veículo avulta especialmente sobre os confrontos ocorridos, descritos como “uma batalha campal no bairro Cidade Baixa” (OLIVEIRA et al, 2013b). O relato é que desde o princípio o “cortejo” já vinha sendo bastante tenso. A

utilização dos termos “batalha campal” e “cortejo” pode ser relacionada com o evento da derrubada da mascote da copa do mundo no primeiro ato do Defesa Pública da Alegria, quando o veículo já havia se utilizado deles (OLIVEIRA et al, 2013b). Os atos de vandalismo eram contestados por alguns participantes: “Na avenida Salgado Filho, um ativista revirou um contêiner de lixo – que, posteriormente, outras pessoas tentaram colocar no lugar” e, em outros momentos, atos de vandalismo “provocavam indignação na maioria do grupo, que respondia com vaias” (OLIVEIRA et al, 2013b). A matéria apresenta que “a composição, os gritos, cartazes e objetos observados na marcha desta quinta-feira dão a clara dimensão de como ela está inserida em um contexto nacional e global de mobilizações” (idem) e destaca alguns deles: a) “São Paulo! Rio de Janeiro! Porto Alegre e Natal! Pelo passe livre! A luta é nacional!”; b) “Ô Dilma! Eu quero ver! O passe livre nacional acontecer”; c) “Um, dois, três! Quatro, cinco, mil! Ou baixa a passagem, ou paramos o Brasil!”; d) “Acabou o amor! Isso aqui vai virar a Turquia”. Segundo o jornal, a Turquia é uma “clara referência às mobilizações sociais que têm tomado conta daquele país nas últimas semanas”.

No percurso houve debates sobre o trajeto, existindo “aqueles que queriam ir até a sede do Grupo RBS e aqueles que desejavam seguir um outro caminho” (OLIVEIRA et al, 2013b). O ato foi direcionado até o Largo Zumbi dos Palmares, local onde normalmente se encerra o percurso. Após algumas tentativas do grupo que queria dirigir-se à sede do Grupo RBS a marcha seguiu pela Cidade Baixa. Na avenida João Pessoa iniciou-se o confronto, “a polícia cercou a marcha por trás, pela avenida José Bonifácio, e pela frente, através da avenida Venâncio Aires” (OLIVEIRA et al, 2013b), disparando bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo e balas de borracha. O protesto foi disperso, porém o gás lacrimogêneo acabou afetar diretamente moradores do bairro Cidade Baixa. Um deles afirmou que: “só havia presenciado algo parecido na década de 1970, quando era estudante de primeiro grau e vi a Brigada correndo atrás de estudantes, a cavalo, pela avenida Borges de Medeiros” (OLIVEIRA et al, 2013b), relacionando a atitude da Brigada Militar com outra realizada pela mesma instituição no período da Ditadura Militar no Brasil. Em entrevista coletiva a BM afirmou que “ocorreram atos de vandalismo desde o princípio da marcha”, sendo estes, inclusive, vaiados pela maioria. Atesta ainda que “os protestos no Rio de Janeiro e em São Paulo ‘contaminaram negativamente a manifestação em Porto Alegre’” (OLIVEIRA et al, 2013b). O destaque aqui é que a cobertura jornalística aponta que a polícia iniciou o conflito, sendo uma opinião divergente da costumeira veiculada pela ZH e da versão da BM neste ato.

A cobertura do evento seguinte pelo Sul21 teve como notícia: “Protesto em Porto Alegre tem multidão nas ruas e forte confronto com a polícia” (MÜLLER, 2013c). Segundo a

matéria: “estima-se que mais de dez mil pessoas foram às ruas para protestar contra o possível aumento da tarifa de ônibus, as restrições sociais geradas por megaeventos esportivos e contra a violência que marcou outras marchas em distintas capitais do Brasil”. (MÜLLER, 2013c). A matéria aponta as pautas do movimento, que já tiveram temas incorporados desde a sua origem, como o tema dos megaeventos, além de relacioná-lo aos diversos atos nacionais. Atesta ainda que “o protesto se modificou tanto que mais parecia outra manifestação” (MÜLLER, 2013c) devido a ocorrências de diversos conflitos. O Sul21 ainda destaca o aparecimento de novas pautas no discurso de alguns manifestantes: “As mensagens lembravam novas reivindicações, como a crítica aos episódios recentes de corrupção e a impunidade histórica que acreditam pairar sobre a classe política. Um cartaz dizia ‘Não à PEC-37’, adesivos lembravam a CPI da Telefonia e uma faixa deixava uma pergunta retórica no ar: ‘1964, é você?’”, trazendo ainda que nos cânticos e nas mensagens “estava clara a referência – e a solidariedade – com os atos que tinham início, quase na mesma hora, em outras cidades do Brasil como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.” (MÜLLER, 2013c).

Entende-se, desta forma, que para o veículo um dos motivos do surgimento de novas pautas para o movimento foi a nacionalização do evento, de modo que os participantes acionavam pautas reivindicadas nos protestos de outras cidades. Outro destaque foi para a maior presença de bandeiras do estado e do país, assim como algumas pessoas cantando o hino estadual. Para uma das manifestantes entrevistadas população estava encontrando “formas de mostrar um descontentamento coletivo” (4S12). Traz ainda que “quando a passeata entrou na Avenida Salgado Filho, o grupo já era formado por milhares, e não parava de crescer” (MÜLLER, 2013c), demonstrando que a caminhada ia aglutinando pessoas no seu transcorrer. Novamente o veículo utiliza-se de referências espaciais para calcular a dimensão do protesto: “A extensão do ato foi compreendida na Avenida João Pessoa, quando todos passavam por uma mesma e visível rua: a multidão era maior do que na quinta-feira passada (13), e ultrapassava o número de dez mil pessoas”. (MÜLLER, 2013c). As formas de apoio também foram citadas, incluindo novas referências internacionais: “em um dos edifícios, uma faixa anunciava que os moradores haviam liberado a internet sem fio para os manifestantes, repetindo algo que aconteceu também na Turquia.” (MÜLLER, 2013c).

Para o Sul21 o ápice do confronto foi quando a caminhada tomou a Av. Ipiranga em direção a RBS, momento em que bombas de gás lacrimogêneo “foram jogadas aos montes” (MÜLLER, 2013c). Com relação aos cânticos, o jornal destaca que muitos gritavam “o povo acordou!” e, no momento do confronto com a polícia era ouvido “sem violência!” e “a luta

não se reprime, protesto não é crime!” (MÜLLER, 2013c). A descrição do veículo é de um cenário com muito gás lacrimogêneo, pessoas passando mal e desorientadas e “por trás da cortina branca de fumaça, a batalha entre alguns ativistas e a polícia se mantinha com força: balas de borracha eram disparadas sem parar, e as pessoas que corriam tentavam entender a dimensão do conflito.” (MÜLLER, 2013c). Após a dispersão atos de vandalismo e movimentação da polícia prosseguiu até a entrada da madrugada. (MÜLLER, 2013c). O realce dado pelo veículo é de uma cena de guerra, reforçando reiteradamente ações de violência por parte da polícia através da utilização de instrumentos não letais que causaram pânico nos ativistas.

O próximo protesto, realizado três dias depois, contou com cenas semelhantes ao anterior, inclusive nos locais de confronto. Segundo a reportagem a manifestação reuniu ao menos 20 mil pessoas em uma noite de forte chuva, com destaque pela configuração de “uma manifestação heterogênea, onde ficou clara a diferença de visão entre diferentes grupos.” (OLIVEIRA, 2013d). Um dos quesitos de diferença foi o percurso realizado por marchas divididas: “Um grupo liderado por organizadores do Bloco de Luta Pelo Transporte Público seguiu pela Avenida Júlio de Castilhos e passou por dentro do túnel da Conceição, outro contingente ficou algum tempo parado em frente à Prefeitura, dando pequenos passos em direções opostas”. (OLIVEIRA, 2013d). Destaca-se a relação entre o público heterogêneo, a presença de milhares de pessoas e o debate sobre o percurso a ser realizado. Na matéria aparece que o grupo que não saiu na primeira caminhada disputava qual o “rumo inicial: o Palácio Piratini ou a subida pela Avenida Borges de Medeiros – que acabou sendo vitoriosa.” (OLIVEIRA, 2013d). Logo após, porém, o grupo voltou a discutir e findou por rumar pela Av. João Pessoa, voltando a se encontrar com o primeiro grupo a sair do ponto de origem. Ganha destaque a diversidade da marcha que “em termos de gritos de protesto, a manifestação desta quinta-feira ficou ainda mais difusa do que a anterior. Os coros de ‘vem para a rua, vem contra o aumento’ se confundiam com os de ‘vem para a rua, vem contra o governo.” (OLIVEIRA, 2013d). É apontado que “cartazes com críticas a todos os partidos políticos eram comuns, assim como o constrangimento a militantes partidários. Logo no início da marcha, ainda em frente à prefeitura, ouvia-se o grito para que se abajassem as bandeiras de partidos. O apelo foi respondido com berros de: ‘sem fascismo!’” (OLIVEIRA, 2013d). Há aí uma disputa entre os próprios manifestantes, possibilitada a partir da pluralidade de pautas decorrentes de um grande crescimento dos atos. Novamente o maior momento de confronto foi no momento da chegada da caminhada à Avenida Ipiranga, quando aparentemente rumava à RBS. A matéria ainda informa que “em seu perfil no Twitter, a empresa afirma que era ‘alvo

declarado de ataques' e que no prédio de Zero Hora e da Rádio Gaúcha dezenas de pessoas trabalham à noite" (OLIVEIRA, 2013d). A notícia firma que "a chegada dos manifestantes à Avenida Ipiranga foi o desfecho de uma marcha com episódios anunciados" (OLIVEIRA, 2013d). Após o tumulto novamente houve descentralização do protesto, inclusive com a construção de "uma barricada com tapumes na esquina com a Rua Lima e Silva" (OLIVEIRA, 2013d). Após nova concentração no Largo Glênio Peres, (também chamada pelo Sul21 de batalha campal) policiais "bloquearam diversas das ruas – com armas nas mãos, impediam qualquer um de passar o bloqueio" (OLIVEIRA, 2013d).

Pouco antes do início do protesto integrantes do Bloco de Luta Pelo Transporte Público concederam entrevista coletiva informando que a sede da FAG (Federação Anarquista Gaúcha) havia sido invadida por policiais e houve relatos de ativistas que estavam sendo perseguidos há alguns dias. Na coletiva, "os ativistas também manifestaram indignação diante de uma reportagem do jornal Zero Hora que afirmava que 'anarquistas internacionais' forneciam treinamento de guerrilha para integrantes do movimento em Porto Alegre" (NATUSCH, 2013c). O fato foi abordado com mais profundidade em matéria seguinte (NATUSCH, 2013c), quando o Sul21 ouviu a versão dos anarquistas. Uma das falas deu conta um pronunciamento do governador, enunciando: "Tarso faz coro com a direita e com os grandes meios de comunicação. Não somos responsáveis pelos conflitos: nossas armas são as ideias e os livros" (NATUSCH, 2013c). Outra era direcionada à Zero Hora, que noticiou uma articulação anarquista internacional: "Não existe nenhuma prova disso. É claro que somos parte de uma articulação internacional, que temos contatos com grupos anarquistas de outros países. Mas não existe crime nisso." (NATUSCH, 2013c). Os entrevistados afirmam que "a mídia está tentando pautar os protestos, em favor de uma capitalização da direita sobre as manifestações." (NATUSCH, 2013c).

O protesto seguinte "contou com uma condução clara e orientada" (MÜLLER et al, 2013a) e foi classificada pelo Sul21 como muito distinto em todos os pontos, com exceção dos confrontos com a Brigada Militar. Aponta ainda que o evento anterior foi "visivelmente dominado por causas e bandeiras bastante alheias ao transporte público" (MÜLLER et al, 2013a), tema menos incidente neste ato, em que pese aponte que "nesta manifestação, ficou escancarada a disputa política que existe nas ruas." (MÜLLER et al, 2013a). Novamente as faixas e as falas explicitavam uma disputa interna entre as pautas do movimento. Tem-se então um momento de turbulência generalizada, quando o direcionamento dos atos passa a ser confrontado por integrantes da manifestação que almejam temas não os propostos pelo BLTP. Como forma de tentativa de retomar o foco proposto dos protestos o jornal explana que os

sindicatos passaram a se agregar a liderança dos protestos. Esta disputa interna é apresentada pelo Sul21: “na última manifestação, havia prevalecido [...] um tom apolítico, antipartidário e ufanista, fruto de eventos criados nas redes sociais por indivíduos desvinculados organicamente das primeiras passeatas contra aumento da passagem em Porto Alegre. Nesta segunda-feira, o combate a essas pautas difusas ficou evidente.” (MÜLLER, 2013a). Na descrição do ocorrido o veículo posiciona-se ao lado da opinião proposta pelo BLTP ao criticar comportamentos alheios aos princípios do coletivo como apolíticos, apartidários e ufanistas. Apresenta ainda que foram criados eventos paralelos nas redes sociais, o que pode ser um dos motivos da maior heterogeneidade dos manifestantes.

O percurso do protesto rumou para o outro lado do centro da cidade, em direção ao Gasômetro, “com o Bloco de Luta pelo Transporte Público à frente da caminhada.” (MÜLLER et al, 2013a). A estimativa do veículo é de cerca de 10 mil pessoas, dimensionadas através da amplitude da Avenida Borges de Medeiros. O jornal destaca “uma faixa que mostrava o teor – ao menos do bloco dianteiro da manifestação – desta noite: Brasil: ame o povo, não a bandeira.” (MÜLLER et al, 2013a). O local do confronto foi na Av. Borges de Medeiros quando, segundo a reportagem o que ocorreu foram “bombas jogadas do alto e gás por toda a parte: a Brigada Militar ataca a manifestação” (MÜLLER et al, 2013a). Posteriormente, policiais disseram que “um pequeno grupo de pessoas começava a realizar saques em lojas do local.” (MÜLLER et al, 2013a). No cenário nacional o registro de saques já vinha sendo noticiado em protestos de outras cidades, mas é a primeira referencia destes atos na capital gaúcha por este veículo. O final da marcha deu-se de modo dramático de acordo com a notícia: “a aglomeração de pessoas e a impossibilidade de evacuar o local por conta do cerco realizado pela Brigada Militar fez com que a marcha se dispersasse por todos os pontos possíveis.” (MÜLLER et al, 2013a). A dispersão foi acompanhada de frases como “covardes!”, “violenta é a polícia!” e “polícia fascista!”, além dos saques que “também continuaram, e não pareceram ter qualquer relação com o ato desta noite.” (MÜLLER et al, 2013a). O grupo se rearticulou e seguiu pela Cidade Baixa mesmo com alguns confrontos com a polícia. Aí “a reportagem do Sul21 flagrou agentes da inteligência da Brigada Militar, chamados de P2, que dispararam bombas de gás em meio à multidão quando a marcha ainda estava unificada” (MÜLLER et al, 2013a). Verifica-se uma afirmação com tom de acusação por parte do Sul21, que denuncia ação desmedida dos policiais em dois momentos, sintetizados pela frase “a Brigada Militar ataca a manifestação.” (MÜLLER et al, 2013a).

O último protesto do mês de junho teve o seguinte destaque: “Mesmo com formato distinto, ato na Praça da Matriz não evita violência em Porto Alegre.” (MÜLLER et al,

2013a). O destaque fica por conta da mudança de cenário e de proposta do protesto, quando “milhares de pessoas se reuniram na Praça da Matriz com caminhão de som, bandeiras de movimentos sociais e espaço para apresentação de bandas.” (MÜLLER et al, 2013a). Informa também que “representantes do Bloco foram recebidos pelo governador [...] no início da noite, mas a situação se transformaria horas depois”. (MÜLLER et al, 2013a). O ato foi questionado por parte dos manifestantes que clamavam por “menos festa e mais protesto” e a vaiaram artistas que se apresentavam. Pouco depois, em frente ao Palácio da Justiça, houve um início de confronto entre a Brigada Militar e ativistas. A repostagem afirma que o confronto “bastou para que grande parte das pessoas se dispersasse por ruas do Centro e da Cidade Baixa – ao final, pessoas atacaram lojas e quebraram carros nos dois bairros.” (MÜLLER et al, 2013a). Segundo o jornal, representantes do BLTP se manifestaram no microfone afirmando que “não se tratava de uma festa, mas de uma maneira de manter os movimentos organizados e na ocupação de um espaço simbólico, situado em meio aos prédios do poder público.” (MÜLLER et al, 2013b).

A notícia seguinte acompanha uma das assembleias do movimento. Esta, realizada no Largo Zumbi dos Palmares “reuniu mais de trezentas pessoas [...] para debater as reivindicações que, há semanas, levam milhares de manifestantes às ruas.” (MÜLLER, 2013b). Do encontro saiu a decisão de realizar um ato na Avenida Tronco, “área afetada por obras referentes à Copa do Mundo em Porto Alegre”. Salientou-se também “a bandeira do passe livre no transporte público como a exigência prioritária.” (MÜLLER, 2013b). Também foi criticado por alguns o formato do último evento, alegando que “faltou “debate político” numa atividade que teria sido marcada por atividades culturais em excesso”. Também foram questionados “os métodos organizativos do Bloco, numa referência à reunião realizada no Palácio Piratini com o governador.” (MÜLLER, 2013b).

A decisão pelo próximo ato na Avenida Tronco deu-se através da justificativa de “descentralização do movimento, com atividades e marchas organizadas em bairros periféricos, como a Vila Cruzeiro.” (MÜLLER, 2013b). No debate, houve quem defendesse “a mobilização intensa em lugares centrais. [...] Lugares como o Palácio Piratini, a Praça da Alfândega, as proximidades da Prefeitura e o Largo Glênio Peres foram citados por manifestantes.” (MÜLLER, 2013b). O debate sobre a mídia também existiu, com “numerosas críticas à cobertura jornalística de parte da imprensa local, em especial o Grupo RBS” (MÜLLER, 2013b), inclusive com sugestão de “um ato específico contra esta empresa, além de incluir a necessidade de democratizar a imprensa gaúcha nas propostas do movimento.” (MÜLLER, 2013b). Também foi apresentado o debate sobre alguns conflitos dos últimos atos

por parte da Frente Autônoma, que reúne militantes anarquistas: “com o aumento do povo nas ruas, pessoas que vivem na periferia passaram a participar dos atos. Quem passou a vida inteira apanhando da polícia começa a reagir. Não existe infiltração, o que precisamos é abrir o diálogo e compreender os anseios mais radicais.” (MÜLLER, 2013b). A referência aparenta estar relacionada ao crescimento de ações de vandalismo e de furtos a pequenos comércios, uma vez que estas ações inexistiam ou eram em menos proporção nos primeiros atos.

O protesto realizado na Vila Cruzeiro contou com mais de mil manifestantes e foi noticiada pelo jornal com matéria intitulada “Movimentos sociais e moradores da periferia caminham juntos na Vila Cruzeiro.” (MÜLLER; OLIVEIRA, 2013). O ato, segundo esta mídia, tinha como objetivo central protestar “contra as remoções nas cercanias da Avenida Tronco e as consequências das obras para a Copa do Mundo de 2014” (MÜLLER; OLIVEIRA, 2013) e foi construído em conjunto pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público e o Comitê Popular da Copa, contando com expressivo apoio dos moradores do bairro. Em ato sem registro de incidentes os cânticos incluíam música tradicionais do Bloco adaptadas à situação, referiam-se às remoções em processo no local, e outras como “Ih, fodeu, a Cruzeiro apareceu” (MÜLLER; OLIVEIRA, 2013), no momento em que moradores começaram a aderir em peso à manifestação. Quando a caminhada ultrapassou a área central da comunidade da Vila Cruzeiro, a marcha foi esvaziada devido à saída dos moradores. (MÜLLER; OLIVEIRA, 2013).

A seguir, dois protestos distintos são realizados: no dia 10 de julho manifestantes ocupam a Câmara municipal de Porto Alegre (OLIVEIRA et al, 2013a) e no dia seguinte ocorre um escracho em frente à RBS. (MÜLLER, 2013c). Este último ato foi uma mobilização em frente à sede da empresa, onde foi despejado esterco, e contou com mais de trezentas pessoas, muitas identificadas com bandeiras de partidos, entidades e sindicatos. Salienta-se que foi noticiado pelo jornal que a assembleia ocorrida na semana anterior já planejava um ato direcionado ao grupo.

A ocupação na Câmara Municipal de Porto Alegre (citada com Câmara dos Vereadores) foi uma articulação estratégica quando manifestantes sentaram-se no espaço destinado ao público e, momentos depois, saíram de seu local e ocuparam o plenário do legislativo. A primeira reivindicação foi a permissão de que as portas fossem abertas para mais manifestantes ingressarem no plenário, que foi atendida pela noite e consolidou a ocupação (OLIVEIRA et al, 2013a). A marcha seguinte salientou-se por ser finalizada na Câmara, em apoio à ocupação (OLIVEIRA, 2013g). Estimasse que mil e quintas pessoas participaram da marcha, realizada como “mais um dos atos que aconteceram na cidade em

meio à greve geral convocada pelas centrais sindicais para este dia.” (OLIVEIRA, 2013g). O jornal destaca para o grande número de bandeiras de entidades, partidos e sindicatos, o que induz uma retomada da liderança das marchas por parte do Bloco de Lutas. (OLIVEIRA, 2013g).

A ocupação da Câmara foi bastante noticiada pelo veículo, com matérias diárias. Nestas são explicitadas as discussões com vereadores, a pauta e as reivindicações do movimento assim como a programação das atividades da ocupação. Destaca-se uma notícia realizada quando já se discutia o final da ocupação que descreve a redação de duas propostas de lei realizadas pelos integrantes da ocupação: “o primeiro projeto prevê passe livre para estudantes e desempregados, em todas as linhas de ônibus e horários; a segunda proposta propõe a abertura completa das contas das empresas que administram o transporte na cidade.” (MÜLLER, RIBEIRO, 2013). O passe livre é apontado como a principal bandeira do Bloco de Lutas e a redação destaca os principais pontos do projeto de lei, como seus beneficiários, o descarte de isenção fiscal para as empresas, e a criação do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, mantido pelos impostos de grandes empreendimentos privados. Após o seminário de um final de semana que resultou na redação dos projetos, os manifestantes realizaram a desocupação do prédio após oito dias de permanência. (MÜLLER, RIBEIRO, 2013).

As manifestações seguintes à ocupação passaram a ter como objetivo central “fazer pressão sobre o prefeito José Fortunati para que dê encaminhamento ao projeto de passe livre municipal para estudantes e desempregados.” (NATUSCH, 2013b). O primeiro deles foi “em clima de reencontro” (NATUSCH, 2013b), segundo o jornal, narrando o encontro das pessoas que estavam na ocupação e a semelhança dos primeiros protestos do ano, com menor número de pessoas (cerca de 500 pessoas). Segundo a reportagem “a noite gelada acabou limitando o número de participantes” (NATUSCH, 2013b), buscando apresentar um possível fator para a redução do número. O protesto teve início e fim em frente à Prefeitura de Porto Alegre, passando por terminais de ônibus do centro da cidade (NATUSCH, 2013b). Neste relatou-se as seguintes “frases de ordem”: a) “Os vândalos estão no poder”; b) “Recua, burguesia, recua”; c) “Pelo transporte público 100% gratuito”; d) “Somos o povo e o passe livre os ricos vão pagar”; e) “Chora a RBS, chora o prefeito, chora vereador, e ninguém cala esse chororô.” (NATUSCH, 2013b). Salienta-se que a principal agenda explicitada no protesto é a do passe livre, subsidiado pelos “ricos” e pela “burguesia” (NATUSCH, 2013b), de modo que a questão da redução do valor da passagem passe a ser secundário. As falas igualmente fazem referência, em tom de sátira, as reclamações oriundas do grupo RBS, do prefeito e de vereadores relacionadas à ocupação do legislativo e aos projetos de lei elaborados. O protesto

seguinte teve partida da frente da Prefeitura e como destino o prédio da residência do prefeito, com o mesmo objetivo do primeiro e composto “um número um pouco maior de pessoas em relação ao último ato.” (OLIVEIRA, 2013l). Além das frases semelhantes ao da manifestação anterior também se destacou: “manifestações contra a remoção de moradores da Vila Cruzeiro em função de obras viárias para a Copa do Mundo e menções à situação do Rio de Janeiro – que, há semanas, vive dias intensos de mobilizações contra o governador”. (OLIVEIRA, 2013l). Esta última, voltando a relacionar o protesto com outros no país.

Ainda com relação à notícia acima, após alguns atos de vandalismo integrantes da marcha entoaram: “ei, P2, vaza dessa marcha!”, frase apontada pela reportagem como direcionada “ao serviço de inteligência da Brigada Militar, conhecido como P2.” (OLIVEIRA, 2013l). Nesta conjuntura é referida uma acusação cada vez mais frequente dos manifestantes, de que alguns atos de vandalismo estariam sendo realizados por policiais infiltrados. A manifestação seguinte deu-se “na Avenida Ipiranga, em frente à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), em Porto Alegre” e contou com “cerca de 100 jovens [...] de acordo com a Brigada Militar” (FOTOS..., 2013). Destaca-se que novamente o jornal refere-se aos manifestantes como “jovens” e “estudantes e membros do Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público” (FOTOS..., 2013).

Os anarquistas foram ouvidos em uma entrevista exclusiva no auge dos protestos, em abril de 2013 e foram apontados pelo jornal como “presença garantida nas manifestações pela redução da passagem de ônibus em Porto Alegre, os militantes anarquistas da cidade costumam ser associados pela mídia somente a atos de vandalismo e depredação durante as caminhadas”. (OLIVEIRA, 2013a). A matéria é clara no sentido de dar voz a este grupo político que é alvo das críticas mais fortes nos protestos, pela suposta associação destes com atos de vandalismo. Para o grupo “uma grande conquista do movimento neste ano foi a unidade entre diferentes setores da esquerda” (OLIVEIRA, 2013a), que possibilitou a criação da Frente Autônoma, coletivo criado por entidades e grupos com ideologia libertária. Um de seus objetivos no bloco é “lutar contra o aparelhamento do Bloco por partidos políticos”. Reforçam ainda o trabalho acumulado de base para chegar aos primeiros grandes protestos, realizados naquele mês. Com relação à articulação acreditam que “as redes sociais ajudam na convocação dos protestos, mas não tornam as pessoas orgânicas em nada.” (OLIVEIRA, 2013a).

A principal bandeira defendida pela Frente Autônoma nos protestos é a da estatização do transporte e rejeitam as desqualificações das associações com atos de vandalismo, argumentando que “os escrachos – termos adotados em referência a protestos em outros

lugares, como na Argentina – representam a insatisfação diante de um Estado opressor” (OLIVEIRA, 2013a). Vê-se aí a referência com movimentos de outros países, como na tática *Black Bloc*, que consiste no ataque a grandes empresas, símbolos do capitalismo. Outra referência é a tática de encobrir o rosto, que, segundo o movimento, faz referência “ao movimento zapatista, que se tornou público em 1994, quando indígenas mexicanos do Exército Zapatista de Libertação Nacional deflagraram uma série de ações no país” (OLIVEIRA, 2013a). Sobre as formas de atuação atestam que: “existe, entre as diversas correntes anarquistas, um debate entre métodos de ação mais radicais numa manifestação ou a prática da não violência, que alguns setores entendem que beneficia e protege o Estado e seus parceiros privados”. (OLIVEIRA, 2013a). Logo, tem-se que a discussão sobre as táticas utilizadas são discutidas e estão relacionadas a uma visão ideológica da conjuntura. Além disso, o ato de cobrir os rostos expandiu-se a manifestantes que não são anarquistas, que “cobrem o rosto porque não quer ser identificado e tem todo o direito de não querer.” (OLIVEIRA, 2013a). Por fim, esclarece o tema da violência, um dos principais debates acerca dos protestos, explicitando que, para o movimento “violento é o Estado que nos oprime. A luta nas ruas é uma resposta à ação violenta do sistema” (OLIVEIRA, 2013a).

Outra matéria aborda uma retrospectiva do mês de junho, trazendo algumas informações sobre novos integrantes que aderiram à marcha neste período (MÜLLER; DUARTE, 2013). Esta inicia com uma entrevista a um menor de idade detido por furto em um dos protestos, que afirma que participou de alguns dos atos e acredita que a passagem é muito cara e que a multidão facilita a possibilidade de furto despercebido da polícia. (MÜLLER; DUARTE, 2013). A seguir, a ouvidoria da Secretaria de Segurança afirma que o perfil das pessoas detidas sofreu alterações, sendo “nas primeiras manifestações [...] a maior parte dos registros se referia a desacato, e eram visivelmente de manifestantes e pessoas que faziam a cobertura jornalística dos atos”. A seguir, outro perfil é apontado: “uma juventude que vive na periferia, a maioria negra, de baixa renda e que atuava em grupo. Talvez tenham visto uma oportunidade de ganho fácil. [...] Não são pessoas vinculadas ao movimento”. (MÜLLER; DUARTE, 2013). A ouvidoria esclarece, por fim, que “seria imensamente preconceituoso dizer que as pessoas que vivem na periferia só vêm para as manifestações para cometer delitos” (MÜLLER; DUARTE, 2013), evitando a generalização e afirmando que se trata de um resultado da desigualdade social. Verifica-se uma caracterização dos atores relacionando seus atos nos protestos a sua origem social e local de residência no tecido urbano. O fato de a ouvidoria acreditar que as pessoas que furtam não fazem parte do movimento é contrária a explanação realizada pela Frente Autônoma de que estes não são

infiltrados, apenas tem “anseios sociais distintos” (MÜLLER, 2013b), e estão representados pelo Bloco de Luta.

Há uma nova discussão sobre os atores envolvidos quando é divulgado o resultado da assembleia do BLTP que delibera pela expulsão da militância de um partido do movimento (MÜLLER, 2013a). Segundo a matéria o resultado deu-se por uma “suposta tentativa de ‘aparelhamento’ do espaço político pela militância petista.” (MÜLLER, 2013a). O jornal atesta que, na opinião de alguns presentes na assembleia, o estopim foi “a veiculação de uma campanha de filiação ao partido que mostrava a imagem de integrantes do Bloco em reunião com o governador. [...] Militantes do PT, no entanto, negam relação direta da juventude com a campanha e qualificam a medida como sectária e antidemocrática” (MÜLLER, 2013a). A figura do governador passou a ser questionada especialmente após as “mobilizações indígenas e dos professores estaduais” (MÜLLER, 2013a), além do controle exercido sobre o estado e a polícia estadual exercido pelo governante (MÜLLER, 2013a). O jornal publica posteriormente a nota emitida pelos integrantes excluídos do movimento (SEGUIREMOS..., 2013) na íntegra. Nesta, que não é divulgada nem pelo Bloco de Luta nem pelo jornal Zero Hora, é destacado que o movimento afirma que seguirá nas ruas, a participação histórica destes nos protestos contra os aumentos de passagem na cidade e a relação entre o partido, entidades e sindicatos, apontando para um “esvaziamento político do Bloco” ao abandonar a pauta do transporte e do Passe Livre (SEGUIREMOS..., 2013). Também se ressalta da nota a narrativa de que os protestos de 2013 foram distintos tendo em vista as “fortes mobilizações se avolumaram no final de 2012, formando protestos com unidade real, que criaram um novo cenário para as discussões e organização do Bloco” (SEGUIREMOS..., 2013). Não fica explícito de quais mobilizações o movimento se refere, mas pelo contexto de análise da pesquisa uma possibilidade é a referência aos primeiros protestos do Defesa Pública da Alegria, quando alguns partidos já participavam da composição dos atos, mesmo que de modo pouco explícito.

O último protesto do ano noticiado pelo veículo ocorreu no final de setembro e reuniu cerca de 200 pessoas e destacou-se pela articulação com sindicatos de professores, tendo como bandeiras principais “a aprovação do passe livre municipal e o pagamento do piso dos professores da rede pública estadual e o fim da reforma do Ensino Médio.” (OLIVEIRA, 2013m). Em matéria publicada nos últimos dias do ano, o Sul21 apresenta uma retrospectiva crítica dos protestos de 2013, apresentando que “amplos setores políticos e sociais” associavam o termo “o ano que não terminou” para caracterizar 2013, fazendo referência ao livro de Zuemir Ventura (OLIVEIRA, 2013o). A matéria utiliza-se dos termos “(in)tenso e

desorganizadamente coordenadas” (OLIVEIRA, 2013o) para descrever o ápice do movimento no cenário nacional, contrapondo este último com o cenário porto alegreense, em que, na maioria dos atos, houve centralidade das ações na articulação em torno do Bloco. A seguir, aborda as manifestações mês a mês, com os respectivos destaque de ações, números e contexto municipal e nacional: a) janeiro, não mais que 200 pessoas percorreram em marcha e com pauta única voltada a redução da passagem; b) fevereiro, um novo ato foi realizado, com as mesmas proporções e características; c) o protesto seguinte [...] foi o maior até aquele momento, com quase mil pessoas nas ruas; d) cinco mil nas ruas em abril, atestando que “Junho chegou mais cedo em Porto Alegre” e destacando que os protestos ocorriam sem confrontos; e) o protesto de abril “se transformou em uma festa na chuva, pois os manifestantes comemoravam a derrubada do aumento”; f) a bandeira de redução da passagem para R\$ 2,60 passou a ser empunhada com mais força pelos ativistas; g) “Em maio, luta contra o corte de árvores”; h) “Junho: 20 mil nas ruas e forte repressão policial”, destacando os primeiros grandes confrontos com a polícia, a “pulverização de causas e a ausência de uma organização minimamente tradicional se radicalizaram ao extremo”, a revolta dos manifestante nacionalmente contra a mídia, a cristalização da tática *Black Bloc* e sua associação com os saques e furtos, fenômeno instaurado naquele mês; i) “oito dias de ocupação da Câmara de Porto Alegre”, em momento em que “os atos nas ruas se tornavam menos numerosos” e esta forma de protesto ocorria em cenário nacional, salientando que, pela perspectiva dos ativistas, a ocupação “representou um marco histórico de organização horizontal de um movimento político e social.” (OLIVEIRA, 2013o).

Destes pontos, destaca-se a articulação inicial da cidade e sua posterior relação com o movimento nacional, que resultou em um aumento quantitativo dos atos e, por conseguinte, em sua perda de foco explícito, além da posterior variação de tática adotada, como no caso da ocupação do legislativo. Os atos posteriores à ocupação não foram relacionados, sendo os temas mais discorridos os atos de junho e julho, articulados com o cenário nacional e de maior repercussão, muito devido à maior ocorrência de conflitos, antes apontados como raros na cidade. Por fim, a ocupação da Câmara Municipal com sua organização horizontal e um questionamento da mídia na prática, quando alguns veículos foram proibidos de ingressar no local e outros possuíam esta permissão.

Em janeiro de 2014, os protestos voltam às ruas com estratégia adotada no início do ano anterior, “quando começou a mobilizar protestos antes mesmo de haver um pedido oficial de reajuste das tarifas” e foi composto por um público de 1,2 mil pessoas segundo a BM e de mais de 2 mil pessoas segundo os manifestantes (OLIVEIRA, 2014g). O destaque é para as

pautas, que agora questionavam além das questões do transporte público o tema da Copa do Mundo FIFA 2014. Integravam a marcha organizações quilombolas e comunidades ameaçadas de despejo, além das entidades e coletivos dos protestos anteriores. Como de costume, o jornal descreve detalhadamente o percurso realizado (OLIVEIRA, 2014g).

A seguir entra no cenário a greve dos rodoviários decorrente das tratativas sobre as reivindicações da categoria, como aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Com isso, os atos do bloco passaram a apoiar a greve da categoria: “frases bastante ouvidas foram: “rodoviário é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo!” e “apoio os rodoviários! é passe livre e aumento de salário! (OLIVEIRA, 2014h). A matéria destaca a articulação entre os movimentos, que seria a marca dos protestos do início de 2014. Neste protesto o número de manifestantes foi estimado em mil, sendo no ato seguinte, com objetivo muito semelhante, avaliado em 1,5 mil, com destaque para a ausência de confrontos com a polícia (OLIVEIRA, 2014g). O ato seguinte foi marcado por um direcionamento maior do que os anteriores contra ações políticas relacionadas ao evento esportivo previsto para aquele ano, mas também seguia evidenciando a pauta do transporte e do apoio aos rodoviários. Esta, não obstante, reuniu 250 pessoas segundo a Brigada Militar (MORENA, 2014b).

Já no mês de abril o é noticiado que a: “Brigada Militar dispersa protesto contra aumento da passagem após 15 minutos de marcha em Porto Alegre” (MORENA, 2014b), explicitando o confronto de manifestantes com policiais quando “ao mesmo tempo, os efetivos da Brigada Militar que acompanhavam a marcha pela parte de trás avançaram em direção aos manifestantes, arremessando bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral”. (OLIVEIRA, 2014d). Além de narrar a cena como uma espécie de emboscada da polícia sem haver citado qualquer depredação de maior vulto por parte dos manifestantes o jornal ainda explicita que um militante do BLTP “percebeu ação de pessoas infiltradas no ato”, e afirma que “a ação da Brigada Militar também foi mais agressiva do que em outros protestos.” (MORENA, 2014d).

A seguir o Bloco adota uma nova tática, estruturando um acampamento em frente à prefeitura “para coletar assinaturas ao PL que municipaliza o transporte” (OLIVEIRA, 2014d). A marcha seguinte também tem como foco o mesmo objetivo e contou com “algumas centenas de pessoas” que, “além de reivindicar o avanço do PL o movimento ainda busca a revogação do reajuste da tarifa de ônibus” (OLIVEIRA, 2014c). A notícia ainda cita que em busca de novas assinaturas em apoio ao Projeto de Lei o Bloco de Lutas realizará atividades no bairro Partenon e na região do Parque dos Maias e Morro Santana em Porto Alegre (OLIVEIRA, 2014c).

Outro ato do Bloco novamente tem como alvo a sede do Grupo RBS, onde foram queimados jornais após marcha que saiu do Largo Zumbi dos Palmares e contou com cerca de 200 participantes. O tema de proeminência pelo carro de som foi a relação entre a RBS e a ditadura militar: “São cinquenta anos da ditadura militar e cinquenta anos de ditadura da RBS, que apoiou os ditadores, agora é apoiadora da máfia dos transportes e criminalizadora dos movimentos sociais” (FOGLIATTO, 2014), falou um dos membros do Bloco. O protesto “entoava a palavra de ordem ‘A Zero Hora vai cair’” (FOGLIATTO, 2014) e anunciava uma “grande marcha nacional para o próximo dia 15, que também acontecerá em apoio ao povo palestino e contra Israel”. (FOGLIATTO, 2014).

Este ato do dia 15 foi realizado em conjunto com o Comitê Popular da Copa e contou com a presença de muitos moradores de vilas populares, “atingidos diretamente pelas obras viárias” (FOGLIATTO, 2014), que se pronunciaram no final do ato no Largo Zumbi dos Palmares. A matéria cita que “os manifestantes elaboraram uma lista dos principais problemas que relacionam com a realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil e na cidade.” (FOGLIATTO, 2014).

No primeiro dia da Copa do Mundo, “movimentos sociais articularam protestos nas principais cidades do país” (OLIVEIRA, 2014f). Após a realização de um dos percursos usuais de protesto, passando por terminais de ônibus e sem registro de incidentes, a marcha foi finalizada no Largo Zumbi dos Palmares. Aí “uma parte do grupo decidiu recomeçar a marcha e ir em direção ao Anfiteatro Pôr-do-Sol, onde ocorre a Fan Fest – evento festivo promovido pela Fifa e pelos patrocinadores da Copa” (FOGLIATTO, 2014), porém todos os acessos ao local foram fechados pela Brigada Militar.

Os dois atos seguintes ocorreram em dias de partidas pelo campeonato esportivo na cidade e tiveram como destaque as barreiras policiais e os confrontos entre estes e os manifestantes. Segundo a reportagem, no primeiro ato a deliberação da assembleia do Bloco de Luta pelo Transporte Público decidiu pela realização de um ato com intervenções culturais na Redenção, sem marcha. No entanto cerca de 30 integrantes não concordaram com a proposta e tentaram seguir em marcha até o estádio Beira-Rio, onde ocorreria a partida. Contudo o efetivo policial era “visivelmente superior à quantidade de manifestantes” e conseguiu impedir o avanço do grupo com barreiras (OLIVEIRA, 2014i). O segundo ato, intitulado “Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre”, (PARASINATO, 2014) enfatiza a repressão do protesto pelos policiais. Segundo o texto “as bombas foram lançadas no início da marcha, por volta das 13h, quando manifestantes se dirigiam ao centro da cidade [...], sem nenhum gesto de violência por parte dos ativistas.”

(PARASINATO, 2014). É informado que “os brigadianos cercaram os manifestantes em praticamente todos os sentidos” (PARASINATO, 2014), restando apenas um caminho que os direcionava ao Largo Zumbi dos Palmares, percurso realizado pelo grupo. Chegando ao local, que já estava cercado por novas barreiras, a manifestação se dissipou. (PARASINATO, 2014)

A reportagem do último ato realizado ao longo do torneio afirma que este reuniu cerca de cem pessoas e teve percurso saindo da prefeitura e percorrendo terminais de ônibus da região central. O destaque do jornal é que, pela primeira vez “os manifestantes não gritaram em nenhum momento um bordão que havia se cristalizado após as manifestações de junho de 2013: ‘Não vai ter Copa!’” (OLIVEIRA, 2014e), além do destaque para a cobertura realizada pela mídia internacional. O jornal apresenta que “Apesar de contar com um número reduzido de pessoas, o ato foi seguido de perto por um imenso aparato da Brigada Militar” (OLIVEIRA, 2014e) que bloqueou diversas vias, em especial as que “levavam ao palácio Piratini, ao beira Rio e a Fan Fest.” (OLIVEIRA, 2014e).

Após o campeonato as duas notícias provindas do jornal são destacadas nesta pesquisa por tratarem de uma análise dos protestos, realizadas no período final do ano. A primeira, logo após a eleição busca o “significado e dos efeitos das manifestações” do ano anterior, reforçando que “as forças políticas mais de esquerda – PSOL, PSTU- apoiaram e se integraram de corpo e alma” aos protestos e que “O governo Dilma fez uma leitura equilibrada e realizou algumas ações-respostas, dentro do que era possível vislumbrar num momento inicial.” (O JUNHO..., 2014). Aqui o jornal apresenta a evolução sintética do desfecho político como um princípio mais efusivo e com destaque para os partidos tidos como “mais de esquerda” (O JUNHO..., 2014) e a referência às políticas adotadas pelo governo federal, sem especificar quais eram e acenando sua concordância com as mesmas. Aponta que os primeiros atos defendiam a tarifa zero, “uma velha e justa reivindicação: há mais de três décadas a população brasileira reclama das elevadas tarifas do sistema ônibus” (O JUNHO..., 2014), evidenciando sua posição sobre o tema e complementando que, embora justa, “esta demanda é tímida comparada com as reformas política, tributária, agrária e do judiciário, além do marco regulatório para a mídia” (O JUNHO..., 2014). O posicionamento neste sentido é explícito e redigido em primeira pessoa, embora a matéria não seja assinada: “Não tenho nenhuma dúvida que estas são prioridades maiores, centrais, as mudanças urgentes que o país precisa fazer para realmente avançar.” (O JUNHO..., 2014). A matéria traz ainda o “caráter difuso e na falta de direção e centralidade dos movimentos” e a mensagem generalizada de que “os políticos não prestam, os partidos idem” (O JUNHO..., 2014). Como fechamento aponta que “além de algumas modestas reduções das tarifas, pouco restou de concreto e de

positivo das manifestações de junho de 2013”, trazendo que “teremos em 2015 um Congresso ainda mais conservador, a sua renovação foi modesta e o que mudou foi para pior.” (O JUNHO..., 2014).

A análise da matéria inicia-se verificando que ela na faz recorte de localização, de modo que se acredita que ela se refira a uma conjuntura nacional. Em síntese a análise propõe que as Jornadas de Junho ampliaram a crise de representatividade do estado. O final da matéria explicita uma defesa de políticos do partido que governada o estado e o país que, pela análise realizada no texto, perderam votos para os partidos mais conservadores. No mesmo sentido, os partidos ditos “mais de esquerda” (O JUNHO..., 2014) também não tiveram significativos avanços em número de votos a nível estadual e nacional, com exceção do PSOL na esfera regional. Também se realça a não abrangência do anarquismo na análise, movimento citado na maior parte das matérias, o que pode ser justificado pelo fato da matéria realizar um contraponto a partir dos números das eleições, dados que não representam diretamente o balanço sobre os defensores desta ideologia.

Como análise de fechamento da situação local, a última reportagem do ano sobre o tema dos protestos traz uma reflexão comparada entre os atos de 2013 e 2014, apontando que: “Após um 2013 de grandes manifestações, com milhões de jovens protestando pelas ruas do país, 2014 foi um ano diferente para o movimento estudantil. Os atos continuaram ocorrendo, mas, no geral, perderam seu caráter de massas e voltaram a ter como foco pautas específicas”. (VENÂNCIO, 2014). A matéria destaca as diferenças entre os protestos, apresentando que em 2013 a pauta iniciou-se com um desenho definido por “lutas por democracia e por transporte, alimentação e moradia” (VENÂNCIO, 2014), com destaque para as manifestações promovidas pelo BLTP que “deram início ao que depois se alastraria pelo país, já com uma conotação diferente, e resultaria nas memoráveis Jornadas de Junho” (VENÂNCIO, 2014). Em oposição, os atos de 2014 não tinham o transporte público como elemento central, apresentando uma pauta “expandida [...] também para o movimento contra a Copa [...] em Porto Alegre e nas outras cidades-sede do evento” (VENÂNCIO, 2014).

Com relação à evolução dos protestos do último ano, o jornal destaca que “no final do mês de janeiro, a histórica greve dos rodoviários, que paralisou os ônibus da cidade por quinze dias, deu novo combustível às manifestações do Bloco” (VENÂNCIO, 2014), sendo que em fevereiro o grupo voltou a reunir, através desta bandeira, mais de mil pessoas. Após a greve os protestos se esvaziaram: “a aparência era de que quanto mais foco se dava ao movimento contra a Copa menos gente se sentia disposta a ir aos protestos.” (VENÂNCIO, 2014). Para o Sul21 esta dificuldade em conseguir reunir grupos numericamente expressivos

em manifestações fez com que o Bloco buscasse alterar suas táticas, organizando “assembleias populares, panfletagens, coletas de assinaturas e acampamentos em frente à Prefeitura.” (VENÂNCIO, 2014). Um ato maior só voltou a ocorrer quando, “no dia 15 de maio, uma manifestação nacional contra o evento da FIFA também foi realizada em Porto Alegre, mas não foi capaz de mobilizar um número de pessoas que lembrasse as multidões de 2013.” (VENÂNCIO, 2014).

A matéria busca claramente realizar uma análise relacionando os fatos a possibilidades através de termos como “a aparência era”, evidenciando que se trata uma suposição. O elemento central é a comparação da quantidade de pessoas agremiadas nos protestos e sua relação com as agendas políticas, quando o ano de 2014 apresentou dados mais baixos e mais pautas, mas outros elementos não foram abordados. Com relação à composição dos atores, o jornal realiza alguns recortes, especialmente com relação a grupos organizados como o DCE da UFRGS, ouvido em diversas entrevistas, os anarquistas e alguns partidos políticos (como o PSOL, o PSTU e o PT).

Como síntese, o Sul21 faz uma extensa cobertura sobre a maior parte dos protestos do Bloco de Lua Pelo Transporte Público, trazendo em quase todas as matérias dados quantitativos sobre o número das manifestações além de sempre buscar apresentar as pautas apontadas pelo movimento e as palavras de ordem, faixas e frases acionadas nos protestos. O veículo é explicitamente próximo dos ideais dos atores dos protestos, comprovado pela aceitação das reportagens por parte destes e pela permissão do movimento do Sul21 fazer a cobertura da ocupação da Câmara Municipal. A preocupação de descrever claramente como o correu o ato é nítida, apontando o horário de concentração, de saída e de chegada em cada ponto, o percurso realizado, os momentos de violência e de conflito, a relação com a polícia e em geral buscando a informação que aponte o motivo que originou o confronto. Neste último ponto salienta-se que em algumas reportagens o jornal apresenta um discurso crítico com relação à polícia, acusando-a indiretamente de incitar o conflito (OLIVEIRA, 2013b; OLIVEIRA, 2013c; OLIVEIRA, 2013, MÜLLER et al, 2013a) ou até mesmo afirmando que “a Brigada Militar ataca a manifestação” (MÜLLER et al, 2013a).

ANEXO III – TABELA DE EVENTOS DAS REDES SOCIAIS

Aqui serão apresentados os dados coletados através das páginas dos coletivos, incluindo *blogs* e, especialmente, os eventos organizados através da rede social de internet Facebook. A partir dos endereços dos sítios é possível localizar a fonte com maior facilidade, dada a dificuldade em referenciar estas informações através das referências padronizadas, considerando o elevado número de atos.

A análise dos dados esta contida nos Anexos I e II, quando são apresentados os movimentos e os discursos dos jornais realizados a partir dos protestos. Destacam-se algumas exceções, como os eventos do Massa Crítica, quando a maior parte dos atos não são agendados via rede social de internet, visto que tradicionalmente estas manifestações ocorrem na última sexta-feira do mês. Assim, foram destacados eventos com finalidade específica, como os casos relacionados ao atropelamento de ciclistas durante um ato. Outra são as primeiras edições dos eventos, muitas vezes realizadas por outros canais antes da mais veiculação através do *Facebook*, como é o caso do Vaga Viva.

Tabela 4 - Relação de edições analisadas do Massa Crítica

| MASSA CRÍTICA (toda a última sexta-feira do mês) | | | | | | | |
|---|---|----------------|---------------------|-------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|--|
| Evento / n° | Título do Evento | Data do evento | Forma de Divulgação | n° de confirmados no Facebook | Local | Organizado Por | Link |
| 1 | Manifestação nesta terça, dia 01/03 | 01/03/2011 | Facebook | 1733 | Largo Zumbi Dos Palmares | Massa Crítica Porto Alegre | www.facebook.com/events/139217762812422 |
| 2 | Massa Crítica - Um ano do atropelamento | 24/02/2012 | Facebook | 314 | Largo Zumbi Dos Palmares | Massa Crítica Porto Alegre | www.facebook.com/events/174766275959125 |
| 3 | Massa com Mais de Mil | 30/03/2012 | Facebook | 1092 | Largo Zumbi Dos Palmares | Massa Crítica Porto Alegre | www.facebook.com/events/330068753706627 |
| 4 | Massa Crítica de Maio | 25/05/2012 | Facebook | 225 | Largo Zumbi Dos Palmares | Massa Crítica Porto Alegre | www.facebook.com/events/370505336331574 |
| 5 | Massa Crítica de Julho! | 27/07/2012 | Facebook | 148 | Largo Zumbi Dos Palmares | Massa Crítica Porto Alegre | www.facebook.com/events/375407672524678 |
| 6 | Massa Crítica do Cartaz Mal Feito! | 31/08/2012 | Facebook | 332 | Largo Zumbi Dos Palmares | Massa Crítica Porto Alegre | www.facebook.com/events/371837842885170 |
| 7 | Massa Crítica da Inconstitucionalidade | 26/10/2012 | Facebook | 213 | Largo Zumbi Dos Palmares | Independentes | www.facebook.com/events/106520722840156 |
| 8 | Massa Crítica do Cauã | 25/01/2013 | Facebook | 191 | Largo Zumbi Dos Palmares | Independentes | www.facebook.com/events/529746427058856 |
| 9 | Bicicletada pela punição de Ricardo Neis | 22/02/2013 | Facebook | 334 | Casa de Cultura Mário Quintana | Independentes | www.facebook.com/events/532761676745769 |
| 10 | Massa Crítica (e Piquenique!) da Orla | 29/03/2013 | Facebook | 379 | Largo Zumbi dos Palmares (Epatur) | Independentes | www.facebook.com/events/138516336329234 |
| 11 | Massa Crítica do Esquentar | 29/11/2013 | Facebook | 445 | Largo Zumbi Dos Palmares | Massa Crítica Porto Alegre | www.facebook.com/events/356085297864462 |
| 12 | Massa Crítica Pelo Transporte Público! | 31/01/2014 | Facebook | 134 | Largo Zumbi Dos Palmares | Massa Crítica Porto Alegre | www.facebook.com/events/466519446793271 |
| 13 | Bicicletada Extraordinária - Fortunati você mentiu pra nós! | 13/11/2014 | Facebook | 655 | Largo Zumbi Dos Palmares | Massa Crítica Porto Alegre | www.facebook.com/events/652093031574576 |

Fonte: Autor, 2015

Tabela 5 - Relação de edições analisadas do Vaga Viva

| VAGA VIVA | | | | | | | |
|-------------|---|----------------|---------------------|-------------------------------|---|----------------|--|
| Evento / n° | Título do Evento | Data do evento | Forma de Divulgação | n° de confirmados no Facebook | Local | Organizado Por | Link |
| 1 | | 21/09/2010 | e-mail | | Lima e Silva | Independentes | VAGA VIVA POA, 2015 |
| 2 | | 20/10/2010 | e-mail | | Sarmento Leite | Independentes | VAGA VIVA POA, 2015 |
| 3 | Dia mundial da VAGA VIVA Porto Alegre | 21/09/2012 | Facebook | 121 | Avenida Lima e Silva esquina com a Rua República, na Cidade Baixa | Independentes | www.facebook.com/events/423060267742502 |
| 4 | Vaga Viva Porto Alegre - Lima e Silva/ Cidade Baixa (entre a Venâncio Aires e a Loureiro da Silva). | 30/04/2013 | Facebook | 1397 | Rua Lima e Silva | Independentes | www.facebook.com/events/148006992037575/ |
| 5 | VAGA VIVA RUA DA PRAIA | 25/05/2013 | Facebook | 358 | Casa de Cultura Mário Quintana | Independentes | www.facebook.com/events/490839387652584/ |
| 6 | AGORA SAI: Vaga Viva no DOMINGO, na Luciana de Abreu... | 29/09/2013 | Facebook | 404 | Nas casas da Luciana de Abreu | Independentes | www.facebook.com/events/168782333312586/ |
| 7 | :: Vaga Viva - Abril para as pessoas :: | 24/04/2014 | Facebook | 470 | Fernandes Vieira | Mobicidade | www.facebook.com/events/793193590691632/ |

Fonte: Autor, 2015

Tabela 6 - Relação de edições analisadas do Largo Vivo

| LARGO VIVO | | | | | | | |
|-------------|---|----------------|---------------------|-------------------------------|--|----------------|--|
| Evento / n° | Título do Evento | Data do evento | Forma de Divulgação | n° de confirmados no Facebook | Local | Organizado Por | Link |
| 1 | Largo Vivo: uma cidade para pessoas! | 26/09/2011 | Facebook | 480 | Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público | Independentes | www.facebook.com/events/289520054398387/ |
| 2 | Indisponível | 04/10/2011 | Indisponível | Indisponível | Largo Glênio Peres | Independentes | www.youtube.com/watch?v=60XQioAR9TU |
| 3 | Indisponível | 11/10/2011 | Indisponível | Indisponível | Largo Glênio Peres | Independentes | Indisponível |
| 4 | Largo Vivo: a cidade para as pessoas! 3ª semana! | 18/10/2011 | Facebook | 119 | Largo Glênio Peres (Mercado Público), Centro Histórico, Porto Alegre | Independentes | www.facebook.com/events/276709799019261/ |
| 5 | | 01/11/2011 | | | Largo Glênio Peres | Independentes | www.youtube.com/watch?v=FtdXPws-17k |
| 6 | Largo Vivo: pela 6ª vez um porto mais alegre! | 08/11/2011 | Facebook | 203 | Largo Glênio Peres, Mercado Público, Centro Histórico, PoA | Independentes | www.facebook.com/events/243543382365718/ |
| 7 | Largo Vivo 7: uma cidade para as pessoas (FERIADO, a tarde toda no Largo) | 15/11/2011 | Facebook | 105 | Largo Glênio Peres, Mercado Público, Centro Histórico, PoA | Independentes | www.facebook.com/events/298551456836066/ |
| 8 | Largo Vivo 8: uma cidade para as pessoas | 22/11/2011 | Facebook | 99 | Largo Glênio Peres, Mercado Público, Centro Histórico, PoA | Independentes | www.facebook.com/events/302110559814187/ |
| 9 | Largo Vivo 9: uma cidade para as pessoas (Maracatu Truvão) | 29/11/2011 | Facebook | 215 | Largo Glênio Peres, Mercado Público, Centro Histórico, PoA | Independentes | www.facebook.com/events/304525389578616 |
| 10 | Largo Vivo 10 : Uma cidade para as pessoas (Ed Lannes & Bumble Bee) | 06/12/2011 | Facebook | 170 | Largo Glênio Peres, Mercado Público, Centro Histórico, PoA | Independentes | www.facebook.com/events/194031480684772 |
| 11 | Largo Vivo, 11ª Edição: Especial de CIRCO e variedades! | 13/12/2011 | Facebook | 184 | Largo Glênio Peres, Mercado Público, Centro | Independentes | www.facebook.com/events/106126386172718 |

| | | | | | | | |
|----|--|------------|----------|------|---|---------------|--|
| | | | | | Histórico, Porto Alegre | | |
| 12 | Largo Vivo, 13ª Edição: uma cidade para as pessoas | 20/12/2011 | Facebook | 217 | Largo Glênio Peres / Andrade Neves | Independentes | www.facebook.com/events/309476702408559 |
| 13 | Largo Vivo, 14ª edição: partida de vôlei coletiva! | 10/01/2012 | Facebook | 115 | Largo Glênio Peres, Mercado Público, Centro Histórico, PoA | Independentes | www.facebook.com/events/166673246770501 |
| 14 | Largo Vivo 15 (Banda Triathlon) | 17/01/2012 | Facebook | 67 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/227575607324377 |
| 15 | Largo Vivo 16: edição Fórum Social! | 24/01/2012 | Facebook | 125 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/362631350420098 |
| 16 | Largo Vivo 17: Contra o aumento da passagem! | 02/02/2012 | Facebook | 135 | Largo Glênio Peres / Contra o aumento da passagem | Independentes | www.facebook.com/events/155252374591106 |
| 17 | Largo Vivo 18! | 07/02/2012 | Facebook | 68 | Largo Glênio Peres, Mercado Público, Centro Histórico, Porto Alegre | Independentes | www.facebook.com/events/185039394936904 |
| 18 | Largo Vivo: O maior piquenique do mundo! | 17/04/2012 | Facebook | 78 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/266054363484160 |
| 19 | A volta do Largo Vivo: existir é resistir! | 26/04/2013 | Facebook | 2002 | Largo Glenio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/274766085992854 |
| 20 | Largo Vivo - ocupando a cidade! | 09/05/2014 | Facebook | 1329 | Largo Glenio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/243634172468628 |
| 21 | Largo Vivo - praça não é estacionamento! | 14/06/2013 | Facebook | 2338 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/161495834029677 |
| 22 | Largo Vivo - Revolução com Bolha de Sabão | 03/07/2013 | Facebook | 2547 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/360706480722642 |
| 23 | Largo Vivo - mais Mercado Público, menos estacionamento! | 31/07/2013 | Facebook | 2962 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/359980627437755 |
| 24 | Largo Vivo - a rua é pra dançar! <o/\o_ \o/ _o/ \o> | 17/08/2013 | Facebook | 2332 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/378347612287653 |
| 25 | Largo Vivo - Uma cidade para as pessoas! | 28/08/2013 | Facebook | 1534 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/538803589501631 |
| 26 | Largo Vivo - Somos todos indígenas e quilombolas! | 14/09/2013 | Facebook | 1783 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/1409346539284059 |
| 27 | Largo Vivo - Baile dos Mascarados! | 18/10/2013 | Facebook | 2226 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/1387085648194799 |
| 28 | Largo Vivo pelo Passe Livre! | 25/10/2013 | Facebook | 1606 | Prefeitura Municipal | Independentes | www.facebook.com/events/539430229472213 |

| | | | | | | | |
|----|--|------------|----------|------|---|---------------------------------------|--|
| 29 | Bloco Vivo no Largo: pela liberdade dxs que lutam! | 22/11/2013 | Facebook | 1032 | Largo Glênio Peres | Bloco de Luta pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/543705232389938 |
| 30 | Largo Vivo - Pré-Para 2014 | 12/12/2013 | Facebook | 1641 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/243634172468628 |
| 31 | LARGO VIVO ANOITECER VERDE EM PORTO ALEGRE (VIVA URUGUAY!) | 20/12/2013 | Facebook | 1494 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/475789039205458 |
| 32 | Largo Vivo na Praça do Aeromóvel - um ano de árvores em resistência! | 06/02/2014 | Facebook | 1070 | Praça do Aeromóvel (Júlio Mesquita), em frente à Usina do Gasômetro | | www.facebook.com/events/266054363484160 |
| 33 | LARGO VIVO Redes e Corpos Libertos / HardWare freedom day | 15/03/2014 | Facebook | 724 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/274766085992854 |
| 34 | Largo Vivo - Ocupando a Cidade! | 09/05/2014 | Facebook | 1329 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/243634172468628 |
| 35 | Largo Vivo #OcupaSaraiEuApoio | 23/05/2014 | Facebook | 1043 | Largo Glênio Peres | Ocupação Sarai | www.facebook.com/events/769170889794484/ |
| 36 | Largo VIVO sem Tatu! | 11/07/2014 | Facebook | 1176 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/869663809730392 |
| 37 | Se tu CAIS, eu te levanto! | 23/08/2014 | Facebook | 2756 | Cais Mauá (junto ao terminal do catamarã) | Largo Vivo | www.facebook.com/events/615658008531819/ |
| 38 | LARGO VIVO - SOMOS TUDO O QUE NÃO PRESTA | 24/10/2014 | Facebook | 2856 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/634742246647108/ |
| 38 | LARGO VIVO ANOITECER VERDE EM PORTO ALEGRE (3° EDIÇÃO)!!! | 28/11/2014 | Facebook | 3036 | Praça do Arco (frente ao Mercado Público) | Independente | www.facebook.com/events/1506196122980202 |

Fonte: Autor, 2015

Tabela 7 - Relação de edições analisadas do Defesa Pública da Alegria

| DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA | | | | | | | |
|---------------------------|--|----------------|---------------------|-------------------------------|---|---------------------------|--|
| Evento / n° | Título do Evento | Data do evento | Forma de Divulgação | n° de confirmados no Facebook | Local | Organizado Por | Link |
| 1 | Defesa Pública da Alegria | 04/10/2012 | Facebook | 1878 | Praça Montevideo, Prefeitura, Porto Alegre | Várias Pessoas e Páginas | www.facebook.com/events/376482099096649 |
| 2 | Defesa Pública da Alegria: Por nossos corpos e direitos! | 11/10/2012 | Facebook | 2176 | da Esquina Democrática ao Largo Glênio Peres, Porto Alegre | Várias Pessoas e Páginas | www.facebook.com/events/351539121605340 |
| 3 | Defesa Pública da Redenção | 30/11/2012 | Facebook | 1498 | Em frente ao Auditório Araújo Vianna - Parque Redenção | Defesa Pública da Alegria | www.facebook.com/events/304694196308494 |
| 4 | Defesa Pública do Progresso | 15/03/2013 | Facebook | 1314 | Praça do Aeromóvel, em frente à Usina do Gasômetro | Defesa Pública da Alegria | www.facebook.com/media/set/?set=a.257300397 |
| 5 | Defesa Pública das Árvores II | 23/05/2013 | Facebook | 1228 | Prefeitura de Porto Alegre, Praça Montevideo | Defesa Pública da Alegria | www.facebook.com/events/186551648166201 |
| 6 | III Marcha pelas Árvores | 27/05/2013 | Facebook | 611 | Prefeitura Municipal, Praça Montevideo | Ocupa Árvores | www.facebook.com/events/491668327571177 |
| | Reunião Aberta em Defesa da Alegria Pública! | 04/09/2013 | Facebook | 153 | DCE da UFRGS | Defesa Pública da Alegria | www.facebook.com/events/430203360429737 |
| 7 | Defesa Pública da Alegria - O Tatu não morreu em vão | 10/10/2013 | Facebook | 2636 | Praça Montevideo, em frente à Prefeitura, Centro de Porto Alegre. | Defesa Pública da Alegria | www.facebook.com/events/557483791001612 |
| 8 | Defesa Pública do Porto Alegre | 07/12/2013 | Facebook | 1659 | Cais Mauá - Pórtico Central | Defesa Pública da Alegria | www.facebook.com/events/227413274098925 |
| 9 | Defesa Pública da Sarai | 26/04/2014 | Facebook | 837 | Esquina Av. Mauá com Caldas Junior | Defesa Pública da Alegria | www.facebook.com/events/617900054968017 |
| 10 | Sarai RESISTE! | 29/04/2014 | Facebook | 125 | Palácio Piratini | Defesa Pública da Alegria | www.facebook.com/events/248460778691946 |
| 11 | Reunião de Resistência da Ocupação Sarai | 30/04/2014 | Facebook | 42 | Esquina Av Mauá com Caldas Junior | Defesa Pública da Alegria | www.facebook.com/events/229483380583331 |

Fonte: Autor, 2015

Tabela 8 - Relação de edições analisadas dos protestos organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público

| PROTESTOS ORGANIZADOS PELO BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO | | | | | | | |
|--|--|----------------|---------------------|-------------------------------|---|---------------------------------------|--|
| Evento / n° | Título do Evento | Data do evento | Forma de Divulgação | n° de confirmados no Facebook | Local | Organizado Por | Link |
| 1* | | 03/02/11 | | | | | |
| 2* | | 08/02/11 | | | | | |
| 3 | DIA NACIONAL DE LUTA: TODXS CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS | 09/02/12 | Facebook | 508 | LARGO GLENIO PERES - MERCADO PÚBLICO | Independentes | www.facebook.com/events/238777232870676/ |
| 4 | SEGUNDA FEIRA SERÁ MAIOR - TODXS CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS | 13/02/12 | Facebook | 500 | LARGO GLENIO PERES - MERCADO PUBLICO | Independentes | www.facebook.com/events/322697801116514/ |
| 5 | TODXS CONTRA O AUMENTO -QUINTA FEIRA SERÁ MAIOR! | 16/02/12 | Facebook | 441 | Mercado Público | Independentes | www.facebook.com/events/186297818142665/ |
| 6 | Indisponível | 21/01/13 | Facebook | Indisponível | Indisponível | Indisponível | Indisponível |
| 7 | II Ato de 2013 do Bloco de Luta Por Um Transporte Público | 29/01/13 | Facebook | 111 | Largo Glênio Peres | Independentes | www.facebook.com/events/124071851098480 |
| 8 | III Ato do Bloco de Luta por um Transporte Público | 18/02/13 | Facebook | 979 | Largo Glênio Peres | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/165675956914657/ |
| 9 | IV Ato do Bloco de Luta por um Transporte Público | 06/03/13 | Facebook | 335 | Praça Argentina - Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/347994301975992/ |
| 10 | Pela redução da tarifa! SEGUNDA VAI SER MAIOR! | 01/04/13 | Facebook | 4604 | (não informado) | Independentes | www.facebook.com/events/550270634996321 |
| 11 | Ato do Bloco de Luta por um Transporte Público - QUINTA FEIRA VAI SER MAIOR! | 11/04/13 | Facebook | 11987 | Concentração no Araújo Viana - Redenção | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/110778555759591/ |
| 12 | Todxs em defesa de Porto Alegre - Ato pelo Transporte Público - Bloco de Lutas pelo Transporte Público | 23/04/13 | Facebook | 1530 | (não informado) | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/489014111152795/ |

| | | | | | | | |
|----|---|----------|----------|----------|---|---------------------------------------|--|
| 13 | 1º de maio de luta! Contra a criminalização dos movimentos sociais e por um transporte realmente público | 01/05/13 | Facebook | 929 | Parque Farroupilha (Redenção) - Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/651620211521968/ |
| 14 | Protesto não é crime! Ato unificado contra a criminalização das lutas populares! | 13/05/13 | Facebook | (oculto) | Prefeitura Municipal de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/154435974727984/ |
| 15 | Hoje vai ser maior! Tribuna Popular e Largo Vivo! Vem pra luta contra o aumento e contra a lei geral da Copa! | 14/06/13 | Facebook | 6933 | Largo Glênio Peres | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/273885142756016/ |
| 16 | SEGUNDA FEIRA VAI SER GIGANTE! - BLOCO DE LUTAS! | 24/06/13 | Facebook | 16610 | Prefeitura de Porto Alegre - RUMO AO PALACIO PIRATINI | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/483239548425255/ |
| 17 | ATO: Quinta Feira é PASSE LIVRE e COPA PRA QUEM? - BLOCO DE LUTAS | 04/07/13 | Facebook | 3335 | Postão da Cruzeiro - Rua professor Manoel Lobato - acesso pela Av. Moab caldas 400 Santa Tereza | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/345404088920238/ |
| 18 | MARCHA EM SOLIDARIEDADE AOS POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS - BLOCO DE LUTAS | 10/07/13 | Facebook | 347 | Largo Zumbi dos Palmares | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/170865843092983/ |
| 19 | GREVE GERAL: PORTO ALEGRE VAI PARAR! PASSE LIVRE MUNICIPAL JÁ! | 11/07/13 | Facebook | 4614 | Largo Zumbi dos Palmares | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/485395501529522/ |
| 20 | Seminário: Passe livre, Transporte 100% Público e Mobilidade Urbana | 13/07/13 | Facebook | 692 | Câmara Municipal de Porto Alegre | Não informado | www.facebook.com/events/697648303584385/ |
| 21 | GRANDE ATO PELA CONQUISTA DO PASSE LIVRE, ABERTURA DE CONTAS E TRANSPORTE 100% PÚBLICO | 22/07/13 | Facebook | 4331 | Prefeitura Municipal de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/504950206245526/ |
| 22 | Ato do Bloco de Luta pelo projeto de passe livre | 01/08/13 | Facebook | 2849 | Porto Alegre, em frente à Prefeitura | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/1401177480098398/ |

| | | | | | | | |
|----|--|----------|----------|------|--|---------------------------------------|--|
| 23 | Caça ao Fortuna! | 13/08/13 | Facebook | 459 | Mercado publico de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/304375909707387/ |
| 24 | Ato do Bloco de Luta pelo Passe Livre | 14/08/13 | Facebook | 1102 | Prefeitura de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/452071991566771/ |
| 25 | TRANCAÇO NA IPIRANGA DO BLOCO DE LUTAS - EM FRENTE A PUC | 29/08/13 | Facebook | 614 | PUCRS | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/410273952418104/ |
| 26 | 7 de setembro - Pela desmilitarização da polícia! | 07/09/13 | Facebook | 392 | Porto Alegre - Praça Argentina | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/378047855656264/ |
| 27 | 1000 DIAS DE LUTO PELO GOV. TARSO: A RETOMADA DAS RUAS. PELO PASSE LIVRE E CONTRA O POLITECNICO | 26/09/13 | Facebook | 1251 | Prefeitura de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/543454412386640/ |
| 28 | Bloco Vivo no Largo: pela liberdade dxs que lutam! | 22/11/13 | Facebook | 1030 | Largo Glênio Peres | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/543705232389938/ |
| 29 | VAMOS AS RUAS! GRANDE ATO do BLOCO DE LUTAS - SE A PASSAGEM AUMENTAR, PORTO ALEGRE VAI PARAR. | 23/01/14 | Facebook | 4797 | Paço Municipal | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/600686026651637/ |
| 30 | GRANDE ATO: Unidade pra LUTAR - Bloco de Luta & Rodoviários nas RUAS | 31/01/14 | Facebook | 1976 | Não informado | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/566653510069853/ |
| 31 | CHEGOU A HORA! ATO DO BLOCO DE LUTA | 06/02/14 | Facebook | 1441 | Não informado | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/1438293626407124/ |
| 32 | GRANDE ATO - DILMA EM PORTO ALEGRE: Não vai ter Copa, vai ter luta | 20/02/14 | Facebook | 1744 | Prefeitura de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/688958774479645/ |
| 33 | ATO: Por um Transporte Público e Popular. Barrar a Licitação dos Empresários e o Aumento das Passagens! | 27/02/14 | Facebook | 734 | Câmara Municipal de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/257596084418901/ |
| 34 | 2º ATO: Por um Transporte Público e Popular. Barrar a Licitação dos Empresários e o Aumento das Passagens! | 10/03/14 | Facebook | 751 | Praça Garibaldi - Av. Venâncio Aires com a Erico Verissimo | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/496230640487465/ |

| | | | | | | | |
|----|--|----------|----------|------|--|---------------------------------------|--|
| 35 | ATO POLITICO DE SOLIDARIEDADE E ASSEMBLEIA GERAL DO BLOCO DE LUTAS - NÃO PASSARÃO! | 17/03/14 | Facebook | 353 | Cpers Sindicato | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/265666553611953/ |
| 36 | ATO CONTRA OS 50 ANOS DA DITADURA - PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA | 30/03/14 | Facebook | 777 | Arcos da Redenção | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/259954180850600/ |
| 37 | ATO CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS - 1 ANO DEPOIS VAMOS PARAR PORTO ALEGRE DE NOVO | 02/04/14 | Facebook | 3519 | Prefeitura de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/732030280151310/ |
| 38 | ACAMPAMENTO PERMANENTE PELA REVOGAÇÃO DO AUMENTO DA PASSAGEM | 13/04/14 | Facebook | 2734 | Prefeitura Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/263169040531458/ |
| 39 | ATO CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM E EM DEFESA DO PROJETO POPULAR DO TRANSPORTE 100% PÚBLICO | 16/04/14 | Facebook | 588 | Acampamento em frente à Prefeitura | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/1411553132446614/ |
| 40 | COM O AUMENTO DA PASSAGEM, NÃO VAI TER COPA! POR UM TRANSPORTE 100% PÚBLICO! | 24/04/14 | Facebook | 1238 | Prefeitura de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/140860042941223 |
| 41 | Com esse aumento, não vai ter Copa! Contra os 50 anos de Ditadura da RBS! | 08/05/14 | Facebook | 1074 | Largo da Epatur - Largo Zumbi dos Palmares | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/282440455260277/ |
| 42 | 15 de maio - Dia Internacional de Luta contra a Copa | 15/05/14 | Facebook | 1754 | Prefeitura de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/627457844016327/ |
| 43 | Jornadas contra a Copa e a criminalização dxs lutadores! | 29/05/14 | Facebook | 1007 | Prefeitura de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/888270647853483/ |
| 44 | ATO NACIONAL UNIFICADO: Copa sem povo, estamos na rua de novo! | 12/06/14 | Facebook | 5254 | Prefeitura de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/1391383457817504/ |
| 45 | Manifesto Político-Cultural: Copa sem Povo, estamos na Rua de novo! | 15/06/14 | Facebook | 385 | Redenção | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/249419435247627/ |
| 46 | GRANDE ATO: Copa sem povo, estamos na rua de novo! | 18/06/14 | Facebook | 1013 | Praça Argentina | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/1501033163442183/ |

| | | | | | | | |
|----|--|----------|----------|------|--|---------------------------------------|--|
| 47 | 23J: Copa Sem Povo, Estamos na Rua de Novo! | 23/06/14 | Facebook | 1026 | Prefeitura de Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/264562363727542/ |
| 48 | Copa sem povo, estamos na rua de novo: A festa nos estádios não vale as lágrimas nas favelas | 30/06/14 | Facebook | 408 | Prefeitura Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/407425849395629/ |
| 48 | CINE-DEBATE: "MORAR NA CASA DO POVO" | 07/07/14 | Facebook | 296 | Auditório do Sindibancarios Poa (3º Andar) - Rua General Câmara, 424 | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/1494204280796633/ |
| 49 | Assembleia Geral do Bloco de Luta - Um ano depois da Ocupação da Câmara | 09/07/14 | Facebook | 115 | Utopia e Luta, Porto Alegre | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/686299401419589/ |
| 50 | Seminário do Bloco de Lutas: na continuidade da Luta pelo Transporte 100% Público | 02/08/14 | Facebook | 91 | Largo Glênio Peres | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/826918410666426/ |
| 51 | ATIVIDADE PELA SEMANA NACIONAL DA LUTA PELO PASSE LIVRE | 31/10/14 | Facebook | 429 | Esquina Democrática | Bloco de Luta Pelo Transporte Público | www.facebook.com/events/730328137052033/ |

Fonte: Autor, 2015